ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 229
Brasília - DF, quinta-feira, 30 de novembro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Senado Federal 50
Atos do Poder Executivo 50
Presidência da República 53
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 55
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 57
Ministério da Cultura 59
Ministério da Defesa 65
Ministério da Educação 67
Ministério da Fazenda 70
Ministério da Integração Nacional 100
Ministério da Justiça e Segurança Pública 100
Ministério da Saúde 106
Ministério das Cidades 162
Ministério das Relações Exteriores 163
Ministério de Minas e Energia 163
Ministério do Desenvolvimento Social 175
Ministério do Esporte 177
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 177
Ministério do Trabalho 183
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 193
Conselho Nacional do Ministério Público 196
Ministério Público da União 196
Tribunal de Contas da União 200
Poder Legislativo 231
Poder Judiciário 231
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 274

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.525, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Defensoria Pública da União e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 37.691.842,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor da Justiça Eleitoral, da Defensoria Pública da União e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 37.691.842,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa um mil, oitocentos e quarenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias relativas a emendas individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**300.000**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**300.000**
02 122	0570 20GP 7000	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso (Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Justiça Eleitoral)	F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

ATENÇÃO!

ENCERRAMENTO DA VERSÃO IMPRESSA DO DOU A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Como parte do processo de modernização do **Diário Oficial da União (DOU)**, a Imprensa Nacional (IN) deixará de imprimir o **DOU** a partir da edição de 1º de dezembro de 2017. Mesmo com o encerramento da circulação em papel, o **DOU** continuará a ser publicado todos os dias úteis, como acontece há 155 anos, porém, exclusivamente, em sua versão digital, certificada digitalmente, que pode ser acessada no portal da IN: www.in.gov.br.

UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2044	**Promoção dos Direitos da Juventude**							**650.000**
		Atividades							
04 122	**2044 20TM**	**Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude**							**650.000**
04 122	2044 20TM 1382	Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude - No Município de Cabedelo - PB							650.000
			F	4	6	40	0	188	650.000
TOTAL - FISCAL									**650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**650.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**							**159.536**
		Atividades							
21 606	**2012 210V**	**Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar**							**159.536**
21 606	2012 210V 3062	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - No Município de São Gonçalo do Abaeté - MG							159.536
			F	3	6	40	0	188	159.536
TOTAL - FISCAL									**159.536**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**159.536**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**1.000.000**
		Atividades							
20 608	**2077 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**1.000.000**
20 608	2077 20ZV 0209	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Manacapuru - AM							1.000.000
			F	4	6	40	0	188	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**2.200.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00PA**	**Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados**							**2.200.000**
28 846	0909 00PA 7010	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados - Nacional (Aquisição de equipamento, material permanente e Serviços)							2.200.000
			F	4	6	90	0	188	1.400.000
			F	4	6	99	0	188	800.000
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**750.000**
		Atividades							
19 126	**2021 20V8**	**Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital**							**750.000**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19 126	2021 20V8 0029	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - No Estado da Bahia	F	4	6	30	0	188	750.000
									750.000
TOTAL - FISCAL									**2.950.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.950.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**750.000**
		Atividades							
12 368	**2080 20RI**	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**							**750.000**
12 368	2080 20RI 7000	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro (Campus Humaitá I)							750.000
			F	3	6	90	0	188	150.000
			F	4	6	90	0	188	600.000
TOTAL - FISCAL									**750.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**750.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**700.000**
		Atividades							
12 363	**2080 8652**	**Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**							**200.000**
12 363	2080 8652 0025	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba							200.000
			F	3	6	30	0	188	200.000
		Projetos							
12 365	**2080 12KU**	**Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil**							**500.000**
12 365	2080 12KU 5099	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil - No Município de São José dos Ausentes - RS							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**500.000**
		Atividades							
12 363	**2080 20RL**	**Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**500.000**
12 363	2080 20RL 0122	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de São Miguel do Guaporé - RO							500.000
			F	4	6	90	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	**Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União**							**250.000**
		Atividades							
03 422	**2129 2725**	**Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão**							**250.000**
03 422	2129 2725 0033	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - No Estado do Rio de Janeiro							250.000
			F	3	6	90	0	188	150.000
			F	4	6	90	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2062	**Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**							**100.000**
		Projetos							
14 243	**2062 14UF**	**Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes**							**100.000**
14 243	2062 14UF 0870	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - No Município de João Costa - PI							100.000
			S	4	6	90	0	188	100.000
	2064	**Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**							**300.000**
		Atividades							
14 422	**2064 215J**	**Defesa dos Direitos Humanos**							**300.000**
14 422	2064 215J 0053	Defesa dos Direitos Humanos - No Distrito Federal							300.000
			F	3	6	50	0	188	300.000
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**100.000**
		Atividades							
06 181	**2081 20UD**	**Prevenção Social à Violência e à Criminalidade**							**100.000**
06 181	2081 20UD 0053	Prevenção Social à Violência e à Criminalidade - No Distrito Federal							100.000
			F	3	6	30	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**100.000**
		Projetos							
14 421	**2081 155N**	**Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal**							**100.000**
14 421	2081 155N 1436	Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal - No Município de João Pessoa - PB							100.000
			F	4	6	30	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**3.050.000**
		Atividades							
06 181	**2081 20ID**	**Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública**							**1.250.000**
06 181	2081 20ID 0211	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Município de Manaus - AM							250.000
			F	4	6	30	0	188	250.000
06 181	2081 20ID 7142	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado do Rio de Janeiro (25º Batalhão de Polícia Militar (PMERJ))							1.000.000
			F	4	6	30	0	188	1.000.000
06 128	**2081 2320**	**Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional**							**1.800.000**
06 128	2081 2320 0051	Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - No Estado de Mato Grosso							100.000
			F	3	6	90	0	188	100.000
06 128	2081 2320 0053	Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - No Distrito Federal							1.700.000
			F	3	6	30	0	188	1.700.000
TOTAL - FISCAL									**3.050.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.050.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	**Saneamento Básico**							**6.159.768**
		Projetos							
10 512	**2068 7652**	**Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - Obras e utensílios**							**1.259.768**
10 512	2068 7652 7002	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - Obras e utensílios - No Estado da Bahia							1.259.768
			S	4	6	40	6	188	1.259.768

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 511	**2068 7656**	**Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)**							**4.900.000**
10 511	2068 7656 0031	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No Estado de Minas Gerais							400.000
			S	4	6	40	6	188	400.000
10 511	2068 7656 7020	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - Sistemas de Água e Esgoto - No Estado de Mato Grosso do Sul							4.500.000
			S	4	6	40	6	188	4.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.159.768**
TOTAL - GERAL									**6.159.768**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**12.262.769**
		Atividades							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**2.800.000**
10 122	2015 4525 0584	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Bom Lugar - MA							500.000
			S	3	6	40	6	188	500.000
10 122	2015 4525 2141	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Jitaúna - BA							400.000
			S	3	6	40	6	188	400.000
10 122	2015 4525 3148	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Timóteo - MG							800.000
			S	3	6	40	6	188	800.000
10 122	2015 4525 3300	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Guapimirim - RJ							500.000
			S	3	6	41	6	188	500.000
10 122	2015 4525 3552	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Francisco Morato - SP							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 122	2015 4525 5314	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Cuiabá - MT							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**6.912.769**
10 302	2015 8535 0201	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Iranduba - AM							1.000.000
			S	4	6	41	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 0214	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Maués - AM							600.000
			S	4	6	41	6	188	600.000
10 302	2015 8535 0308	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Itaituba - PA							2.659.769
			S	4	6	31	6	188	1.459.769
			S	4	6	41	6	188	1.200.000
10 302	2015 8535 1355	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Areia - PB							250.000
			S	3	6	41	6	188	250.000
10 302	2015 8535 2843	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Monte Sião - MG							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 302	2015 8535 3327	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Paty do Alferes - RJ							500.000
			S	3	6	41	6	188	500.000
10 302	2015 8535 7532	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR)							1.000.000
			S	3	6	41	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 8628	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro (Aquisição de Equipamentos)							603.000
			S	4	6	50	6	188	603.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**1.550.000**
10 301	2015 8581 0189	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Canutama - AM							500.000
			S	4	6	41	6	188	500.000
10 301	2015 8581 3279	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Arraial do Cabo - RJ							800.000
			S	3	6	40	6	188	300.000
			S	4	6	41	6	188	500.000
10 301	2015 8581 4763	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Cachoeira do Sul - RS							250.000
			S	4	6	40	6	188	250.000
		Projetos							
10 303	**2015 7690**	**Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia**							**1.000.000**

10 303	2015 7690 0211	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia - No Município de Manaus - AM							1.000.000
			S	4	6	30	6	188	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**12.262.769**
TOTAL - GERAL									**12.262.769**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**950.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**300.000**
13 392	2027 20ZF 0050	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Na Região Centro-Oeste							300.000
			F	3	6	50	0	188	300.000
		Projetos							
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**650.000**
13 392	2027 14U2 1723	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Sertânia - PE							250.000
			F	4	6	40	0	188	250.000
13 392	2027 14U2 3341	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município do Rio de Janeiro - RJ							400.000
			F	4	6	40	0	188	400.000
TOTAL - FISCAL									**950.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**950.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**500.000**
		Projetos							
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**500.000**
13 392	2027 14U2 0033	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Estado do Rio de Janeiro							500.000
			F	4	6	50	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**900.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**100.000**
13 392	2027 20ZF 4798	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Caxias do Sul - RS							100.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
		Projetos							
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**800.000**
13 392	2027 14U2 5121	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Sapucaia do Sul - RS							800.000
			F	3	6	40	0	188	700.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**							**500.000**
		Atividades							
18 541	**2078 20LX**	**Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**							**500.000**
18 541	2078 20LX 4201	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - No Município de Londrina - PR							500.000
			F	3	6	40	0	188	200.000
			F	4	6	40	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**							**1.200.000**
		Atividades							
27 812	**2035 20JQ**	**Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social**							**100.000**
27 812	2035 20JQ 2582	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - No Município de Diamantina - MG							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
		Projetos							
27 812	**2035 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**							**1.100.000**
27 812	2035 5450 0169	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Senador Guiomard - AC							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
27 812	2035 5450 2322	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Ubaitaba - BA							600.000
			F	4	6	40	0	188	600.000
TOTAL - FISCAL									**1.200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.200.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**100.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**100.000**
15 244	2029 7K66 0017	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Tocantins							100.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
	2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**							**1.000.000**
		Atividades							
06 182	**2040 8348**	**Apoio a Obras Preventivas de Desastres**							**1.000.000**
06 182	2040 8348 1685	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - No Município de Paulista - PE							1.000.000
			F	4	6	40	0	188	800.000
			F	4	6	99	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									**1.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.100.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**500.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**500.000**
15 244	2029 7K66 0765	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Zé Doca - MA							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
	2084	**Recursos Hídricos**							**259.769**
		Projetos							
18 544	**2084 109I**	**Construção de Açudes**							**259.769**
18 544	2084 109I 0584	Construção de Açudes - No Município de Bom Lugar - MA							259.769
			F	4	6	40	0	188	259.769
TOTAL - FISCAL									**759.769**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**759.769**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**500.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**500.000**
15 244	2029 7K66 0244	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Mucajaí - RR							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**							**500.000**
		Atividades							
23 695	**2076 20Y3**	**Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional**							**200.000**
23 695	2076 20Y3 0053	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - No Distrito Federal							200.000
			F	3	6	30	0	188	200.000
23 695	**2076 20Y4**	**Articulação e Ordenamento Turístico**							**300.000**
23 695	2076 20Y4 0042	Articulação e Ordenamento Turístico - No Estado de Santa Catarina							300.000
			F	3	6	71	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**							**1.000.000**
		Atividades							
15 451	**2040 8865**	**Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)**							**1.000.000**
15 451	2040 8865 0181	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas) - No Município de Barcelos - AM							1.000.000
			F	3	6	41	0	188	100.000
			F	4	6	40	0	188	900.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2054	**Planejamento Urbano**								**450.000**
		Atividades								
15 452	**2054 8872**	**Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**								**200.000**
15 452	2054 8872 3928	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - No Município de São Paulo - SP								200.000
			F	3	6	50	0	188		200.000
		Projetos								
15 451	**2054 1D73**	**Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**								**250.000**
15 451	2054 1D73 2232	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Planalto - BA								250.000
			F	4	6	40	0	188		250.000
TOTAL - FISCAL										**1.450.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**1.450.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**300.000**
		Projetos							
02 122	**0570 7U90**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Sinop - MT**							**300.000**
02 122	0570 7U90 5401	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Sinop - MT - No Município de Sinop - MT							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2044	**Promoção dos Direitos da Juventude**							**650.000**
		Atividades							
04 122	**2044 20TM**	**Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude**							**650.000**
04 122	2044 20TM 0025	Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude - No Estado da Paraíba							650.000
			F	4	6	40	0	188	650.000
TOTAL - FISCAL									**650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**650.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**							**459.536**
		Atividades							
21 606	**2012 210V**	**Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar**							**459.536**
21 606	2012 210V 0014	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - No Estado de Roraima							300.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
			F	4	6	40	0	188	200.000
21 606	2012 210V 0031	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - No Estado de Minas Gerais							159.536
			F	4	6	40	0	188	159.536
TOTAL - FISCAL									**459.536**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**459.536**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**1.000.000**
		Atividades							
20 608	**2077 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**1.000.000**
20 608	2077 20ZV 0191	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Careiro - AM							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
20 608	2077 20ZV 0198	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Guajará - AM							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**750.000**
		Atividades							
19 571	**2021 20UQ**	**Apoio a Projetos de P&D para Tecnologias Sociais, Extensão Tecnológica e de Inovação para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável**							**750.000**
19 571	2021 20UQ 0029	Apoio a Projetos de P&D para Tecnologias Sociais, Extensão Tecnológica e de Inovação para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - No Estado da Bahia							750.000
			F	4	6	30	0	188	750.000
	2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**							**2.200.000**
		Atividades							
24 126	**2025 212N**	**Implementação de Projetos de Cidades Digitais**							**2.200.000**
24 126	2025 212N 0031	Implementação de Projetos de Cidades Digitais - No Estado de Minas Gerais							1.400.000
			F	4	6	40	0	188	1.400.000
24 126	2025 212N 7000	Implementação de Projetos de Cidades Digitais - Criação de Cidades Digitais - No Estado do Ceará							800.000
			F	4	6	99	0	188	800.000
TOTAL - FISCAL									**2.950.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.950.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**500.000**
		Atividades							
12 364	**2080 8282**	**Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**							**500.000**
12 364	2080 8282 0122	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de São Miguel do Guaporé - RO							500.000
			F	4	6	90	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**1.950.000**
		Atividades							
12 368	**2080 20RI**	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**							**750.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 368	2080 20RI 7000	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus Humaitá I - No Estado do Rio de Janeiro							750.000
			F	3	6	90	0	188	150.000
			F	4	6	90	0	188	600.000
12 368	**2080 20RP**	**Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica**							**1.000.000**
12 368	2080 20RP 0012	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Acre							500.000
			F	4	6	30	0	188	500.000
12 368	2080 20RP 7210	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Conclusão de Construção de Escola de Educação Infantil - No Município de São Jorge - RS							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
12 363	**2080 20RW**	**Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica**							**200.000**
12 363	2080 20RW 0025	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba							200.000
			F	3	6	40	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									**1.950.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.950.000**

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	**Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União**							**250.000**
		Projetos							
03 422	**2129 15AK**	**Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União**							**250.000**
03 422	2129 15AK 0033	Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União - No Estado do Rio de Janeiro							250.000
			F	3	6	90	0	188	150.000
			F	4	6	90	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2062	**Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**							**400.000**
		Atividades							
14 243	**2062 210M**	**Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente**							**300.000**
14 243	2062 210M 0053	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - No Distrito Federal							300.000
			S	3	6	50	0	188	300.000
		Projetos							
14 243	**2062 14UF**	**Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes**							**100.000**
14 243	2062 14UF 0022	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - No Estado do Piauí							100.000
			S	4	6	40	0	188	100.000
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**200.000**
		Atividades							
06 181	**2081 8855**	**Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública**							**200.000**
06 181	2081 8855 7034	Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - Polícia Militar - No Distrito Federal							200.000
			F	4	6	30	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									**200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.000**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**100.000**
		Projetos							
14 421	**2081 155N**	**Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal**							**100.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 421	2081 155N 0025	Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal - No Estado da Paraíba	F	4	6	30	0	188	100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**2.050.000**
		Atividades							
06 181	**2081 20ID**	**Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública**							**2.050.000**
06 181	2081 20ID 0013	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado do Amazonas	F	4	6	30	0	188	250.000
									250.000
06 181	2081 20ID 0053	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Distrito Federal	F	3	6	30	0	188	100.000
									100.000
06 181	2081 20ID 7114	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Polícia Militar - No Distrito Federal	F	3	6	30	0	188	1.700.000
									1.700.000
TOTAL - FISCAL									**2.050.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.050.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2085	**Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social**							**1.100.000**
		Atividades							
14 422	**2085 20IE**	**Política Pública sobre Drogas**							**1.100.000**
14 422	2085 20IE 0051	Política Pública sobre Drogas - No Estado de Mato Grosso	F	3	6	90	0	188	100.000
									100.000
14 422	2085 20IE 7082	Política Pública sobre Drogas - Polícia Militar - No Distrito Federal	F	3	6	90	0	188	1.000.000
									1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.100.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	**Saneamento Básico**							**6.159.768**
		Projetos							
10 512	**2068 3883**	**Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos em áreas endêmicas de malária**							**1.259.768**
10 512	2068 3883 0029	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos em áreas endêmicas de malária - No Estado da Bahia	S	4	6	40	6	188	1.259.768
10 511	**2068 7656**	**Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)**							**4.900.000**
10 511	2068 7656 0054	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	4	6	40	6	188	4.500.000
									4.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 511	2068 7656 2347	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No Município de Açucena - MG	S	4	6	40	6	188	400.000
									400.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.159.768**
TOTAL - GERAL									**6.159.768**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**12.262.769**
		Atividades							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**800.000**
10 122	2015 4525 0051	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Mato Grosso							300.000
			S	3	6	90	6	188	300.000
10 122	2015 4525 0676	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Olho d"Água das Cunhãs - MA							500.000
			S	3	6	40	6	188	500.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**6.459.769**
10 302	2015 8535 0013	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Amazonas							1.600.000
			S	4	6	41	6	188	1.600.000
10 302	2015 8535 0015	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Pará							2.659.769
			S	4	6	31	6	188	1.459.769
			S	4	6	41	6	188	1.200.000
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia							400.000
			S	4	6	50	6	188	400.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais							800.000
			S	4	6	41	6	188	800.000
10 302	2015 8535 8748	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			S	3	6	50	6	188	500.000
			S	4	6	50	6	188	500.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**3.453.000**
10 301	2015 8581 0013	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Amazonas							500.000
			S	4	6	41	6	188	500.000
10 301	2015 8581 0025	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado da Paraíba							250.000
			S	3	6	41	6	188	250.000
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 301	2015 8581 3287	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Cambuci - RJ							603.000
			S	3	6	41	6	188	603.000
10 301	2015 8581 3300	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Guapimirim - RJ							500.000
			S	3	6	41	6	188	250.000
			S	4	6	41	6	188	250.000
10 301	2015 8581 3323	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Nova Iguaçu - RJ							800.000
			S	3	6	40	6	188	300.000
			S	4	6	40	6	188	500.000
10 301	2015 8581 3327	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Paty do Alferes - RJ							500.000
			S	3	6	41	6	188	500.000
10 301	**2015 8730**	**Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada**							**250.000**
10 301	2015 8730 4763	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada - No Município de Cachoeira do Sul - RS							250.000
			S	4	6	41	6	188	250.000
10 302	**2015 8933**	**Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial**							**300.000**
10 302	2015 8933 2843	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - No Município de Monte Sião - MG							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
		Projetos							
10 303	**2015 7690**	**Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia**							**1.000.000**
10 303	2015 7690 7020	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam) - No Estado do Amazonas							1.000.000
			S	4	6	30	6	188	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**12.262.769**
TOTAL - GERAL									**12.262.769**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**1.000.000**
		Projetos							
26 784	**2086 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**1.000.000**
26 784	2086 127G 0181	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Barcelos - AM	F	4	6	40	0	188	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**1.150.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**450.000**
13 392	2027 20ZF 0014	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Roraima	F	4	6	99	0	188	200.000
13 392	2027 20ZF 1723	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Sertânia - PE	F	3	6	40	0	188	250.000
			F	4	6	40	0	188	50.000
13 392	**2027 215G**	**Implementação da Política Nacional de Cultura Viva**							200.000
13 392	2027 215G 0050	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva - Na Região Centro-Oeste	F	3	6	50	0	188	**300.000**
		Projetos							300.000
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**400.000**
13 392	2027 14U2 7108	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Museu do Samba - Mangueira - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	6	50	0	188	400.000
TOTAL - FISCAL									**1.150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.150.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**500.000**
		Atividades							
13 391	**2027 4796**	**Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura**							**500.000**
13 391	2027 4796 3341	Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura - No Município do Rio de Janeiro - RJ	F	3	6	50	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**900.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**100.000**
13 392	2027 20ZF 7126	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música - Farroupilha - RS	F	4	6	40	0	188	100.000
		Projetos							
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**800.000**
13 392	2027 14U2 7114	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Reforma de Espaço Público para a Implantação de Centro Municipal de Cultura - Sapucaia do Sul - RS	F	3	6	40	0	188	800.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**							**500.000**
		Atividades							
18 541	**2078 20WM**	**Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais**							**500.000**
18 541	2078 20WM 7012	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Revitalização do Parque Arthur Thomas - Londrina - PR							500.000
			F	3	6	40	0	188	200.000
			F	4	6	40	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**							**700.000**
		Atividades							
27 812	**2035 20JQ**	**Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social**							**100.000**
27 812	2035 20JQ 2842	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - No Município de Montes Claros - MG							100.000
			F	3	6	90	0	188	100.000
		Projetos							
27 812	**2035 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**							**600.000**
27 812	2035 5450 0029	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado da Bahia							600.000
			F	3	6	40	0	188	600.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2084	**Recursos Hídricos**							**1.100.000**
		Projetos							
18 544	**2084 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**1.100.000**
18 544	2084 1851 0017	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Tocantins							100.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
18 544	2084 1851 0026	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado de Pernambuco							1.000.000
			F	4	6	40	0	188	800.000
			F	4	6	99	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									**1.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.100.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**500.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**500.000**
15 244	2029 7K66 0676	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Olho d"Água das Cunhãs - MA							500.000
			F	4	6	40	0	188	500.000
	2084	**Recursos Hídricos**							**259.769**
		Projetos							
18 544	**2084 109I**	**Construção de Açudes**							**259.769**
18 544	2084 109I 0686	Construção de Açudes - No Município de Pedreiras - MA							259.769
			F	4	6	40	0	188	259.769
TOTAL - FISCAL									**759.769**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**759.769**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2076	**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**							**300.000**
		Projetos							
23 695	**2076 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**300.000**
23 695	2076 10V0 7316	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Consórcio da AMURES - No Estado de Santa Catarina	F	4	6	71	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**250.000**
		Projetos							
15 453	**2048 10SS**	**Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano**							**250.000**
15 453	2048 10SS 0029	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - No Estado da Bahia	F	4	6	40	0	188	250.000
	2054	**Planejamento Urbano**							**200.000**
		Atividades							
15 452	**2054 8872**	**Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**							**200.000**
15 452	2054 8872 0035	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - No Estado de São Paulo	F	3	6	50	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									**450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**450.000**

LEI Nº 13.526, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 232.807.540,00 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e quarenta reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2071	**Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária**							**55.807.540**
		ATIVIDADES							
11 126	**2071 20YX**	**Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego**							**5.187.000**
11 126	2071 20YX 0001	Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego - Nacional	S	3	2	90	0	180	5.187.000
11 123	**2071 20Z3**	**Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial**							**10.584.380**
11 123	2071 20Z3 0001	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - Nacional	S	3	2	90	0	176	10.584.380
11 125	**2071 4245**	**Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**							**128.000**
11 125	2071 4245 0001	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - Nacional	S	3	2	90	0	176	128.000
11 126	**2071 4741**	**Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda**							**37.678.160**
11 126	2071 4741 0001	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda - Nacional	S	3	2	90	0	100	15.028.769
			S	3	2	90	0	176	5.057.620
			S	3	2	90	0	180	17.591.771
11 334	**2071 8617**	**Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT**							**2.230.000**
11 334	2071 8617 0001	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT - Nacional	S	3	2	90	0	176	2.230.000
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**55.807.540**
TOTAL - GERAL									**55.807.540**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	**Previdência Social**							**177.000.000**
		ATIVIDADES							
09 126	**2061 2292**	**Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários**							**133.697.543**
09 126	2061 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional							133.697.543
			S	3	2	90	0	151	133.697.543
09 183	**2061 2564**	**Gestão de Cadastros para a Previdência Social**							**43.302.457**
09 183	2061 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional							43.302.457
			S	3	2	90	0	151	43.302.457
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**177.000.000**
TOTAL - GERAL									**177.000.000**

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2071	**Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária**							**55.807.540**
		ATIVIDADES							
11 333	**2071 20JT**	**Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine**							**40.778.771**
11 333	2071 20JT 0001	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional							40.778.771
			S	3	2	30	0	180	22.778.771
			S	4	2	30	0	176	12.379.633
			S	4	2	40	0	176	5.620.367
11 333	**2071 20Z1**	**Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores**							**15.028.769**
11 333	2071 20Z1 0001	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Nacional							15.028.769
			S	3	2	30	0	100	9.017.262
			S	3	2	40	0	100	6.011.507
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**55.807.540**
TOTAL - GERAL									**55.807.540**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2069	**Segurança Alimentar e Nutricional**							**177.000.000**
		ATIVIDADES							
08 511	**2069 8948**	**Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural**							**177.000.000**
08 511	2069 8948 0001	Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural - Nacional							177.000.000
			S	3	3	30	0	151	7.812.486
			S	3	3	50	0	151	24.919.411
			S	3	3	71	0	151	3.597.497
			S	4	3	30	0	151	33.750.000
			S	4	3	50	0	151	82.500.000
			S	4	3	71	0	151	24.420.606
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**177.000.000**
TOTAL - GERAL									**177.000.000**

ANEXO III (VETADO)

ANEXO IV (VETADO)

LEI Nº 13.527, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R$ 288.435.891,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R$ 288.435.891,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas de bancada estadual de execução obrigatória e individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**400.000**
		ATIVIDADES							
20 608	**2077 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**400.000**
20 608	2077 20ZV 0029	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado da Bahia							400.000
			F	4	6	30	0	188	400.000
TOTAL FISCAL									**400.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**300.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 8282**	**Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**							**300.000**
12 364	2080 8282 0029	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**109.769**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20RK**	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**							**109.769**
12 364	2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná							109.769
			F	4	6	90	0	188	109.769
TOTAL FISCAL									**109.769**
TOTAL - GERAL									**109.769**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**2.798.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20GK**	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**2.548.000**
12 364	2080 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro							2.548.000
			F	3	6	90	0	188	2.548.000
12 364	**2080 8282**	**Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**							**250.000**
12 364	2080 8282 0033	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							250.000
			F	4	6	90	0	188	250.000
TOTAL FISCAL									**2.798.000**
TOTAL - GERAL									**2.798.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**500.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 8282**	**Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**							**500.000**
12 364	2080 8282 0035	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo							500.000
			F	4	6	90	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									**500.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**200.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20GK**	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**200.000**
12 364	2080 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia							200.000
			F	3	6	90	0	188	200.000
TOTAL FISCAL									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**300.000**
		ATIVIDADES							
12 363	**2080 20RL**	**Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**300.000**
12 363	2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**300.000**
		ATIVIDADES							
12 363	**2080 20RG**	**Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**300.000**
12 363	2080 20RG 0043	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**200.000**
		ATIVIDADES							
12 363	**2080 20RL**	**Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**200.000**
12 363	2080 20RL 7006	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Engenheiro Paulo de Frontin - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			F	3	6	90	0	188	200.000
TOTAL FISCAL									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania**							**300.000**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 2000**	**Administração da Unidade**							**300.000**
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							300.000
			F	3	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**500.000**
		ATIVIDADES							
06 181	**2081 20ID**	**Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública**							**500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06 181	2081 20ID 0042	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de Santa Catarina	F	4	6	30	0	188	500.000
			F	4	6	30	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									**500.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**168.665.122**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**158.258.283**
10 122	2015 4525 0029	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado da Bahia							700.000
			S	3	6	41	6	188	700.000
10 122	2015 4525 0035	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de São Paulo							671.728
			S	3	6	50	6	188	263.500
			S	3	6	41	6	188	408.228
10 122	2015 4525 0051	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Mato Grosso							156.886.555
			S	3	6	41	6	188	200.000
			S	3	7	31	6	100	126.686.555
			S	3	7	41	6	100	30.000.000
10 302	**2015 6148**	**Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais**							**200.000**
10 302	2015 6148 0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Nacional							200.000
			S	3	6	50	6	188	200.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**1.670.000**
10 302	2015 8535 0033	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							170.000
			S	4	6	50	6	188	170.000
10 302	2015 8535 0035	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de São Paulo							1.500.000
			S	4	6	50	6	188	500.000
			S	4	6	31	6	188	1.000.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**8.536.839**
10 301	2015 8581 0025	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado da Paraíba							1.626.839
			S	4	6	41	6	188	1.626.839
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							6.910.000
			S	4	6	41	6	188	6.385.000
			S	3	6	41	6	188	525.000
TOTAL SEGURIDADE									**168.665.122**
TOTAL - GERAL									**168.665.122**

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2071	**Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária**							**130.000**
		ATIVIDADES							
11 333	**2071 20Z1**	**Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores**							**130.000**
11 333	2071 20Z1 0001	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Nacional							130.000
			S	3	6	90	0	188	130.000
TOTAL SEGURIDADE									**130.000**
TOTAL - GERAL									**130.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**							**100.000**
		ATIVIDADES							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**100.000**
13 392	2027 20ZF 0029	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado da Bahia							100.000
			F	4	6	90	0	188	100.000
TOTAL FISCAL									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**							**1.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
27 812	**2035 20JQ**	**Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social**							**1.000.000**
27 812	2035 20JQ 0033	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			F	3	6	90	0	188	1.000.000
TOTAL FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**112.343.000**
		PROJETOS							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**112.343.000**
15 244	2029 7K66 0023	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Ceará							112.343.000
			F	4	7	40	0	100	112.343.000
TOTAL FISCAL									**112.343.000**
TOTAL - GERAL									**112.343.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**290.000**
		ATIVIDADES							
08 244	**2037 2B30**	**Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica**							**290.000**
08 244	2037 2B30 0042	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Santa Catarina							290.000
			S	4	6	90	0	188	150.000
			S	4	6	40	0	188	140.000
TOTAL SEGURIDADE									**290.000**
TOTAL - GERAL									**290.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2028	**Defesa Agropecuária**							**400.000**
		ATIVIDADES							
20 609	**2028 214W**	**Implementação da Defesa Agropecuária**							**400.000**
20 609	2028 214W 0029	Implementação da Defesa Agropecuária - No Estado da Bahia							400.000
			F	4	6	30	0	188	400.000
TOTAL FISCAL									**400.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**200.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20GK**	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**200.000**
12 364	2080 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia							200.000
			F	3	6	90	0	188	200.000
TOTAL FISCAL									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**300.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20RK**	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**							**300.000**
12 364	2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**2.548.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 20GK**	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**2.548.000**
12 364	2080 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro							2.548.000
			F	3	6	90	0	188	2.548.000
TOTAL FISCAL									**2.548.000**
TOTAL - GERAL									**2.548.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**500.000**
		ATIVIDADES							
12 364	**2080 8282**	**Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**							**500.000**
12 364	2080 8282 0035	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo							500.000
			F	4	6	90	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									**500.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**850.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	**2080 0048**	**Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais**							**550.000**
12 364	2080 0048 2261	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Município de Salvador - BA							300.000
			F	3	6	50	0	188	300.000
12 364	2080 0048 3341	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Município do Rio de Janeiro - RJ							250.000
			F	4	6	30	0	188	250.000
		ATIVIDADES							
12 368	**2080 20RP**	**Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica**							**300.000**
12 368	2080 20RP 0043	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**850.000**
TOTAL - GERAL									**850.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**109.769**
		ATIVIDADES							
12 363	**2080 20RL**	**Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**109.769**
12 363	2080 20RL 4229	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Medianeira - PR							109.769
			F	4	6	90	0	188	109.769
TOTAL FISCAL									**109.769**
TOTAL - GERAL									**109.769**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	**Educação de qualidade para todos**							**200.000**
		ATIVIDADES							
12 363	**2080 20RL**	**Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**							**200.000**
12 363	2080 20RL 3365	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Volta Redonda - RJ							200.000
			F	3	6	90	0	188	200.000
TOTAL FISCAL									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**300.000**
		PROJETOS							
06 181	**2081 154T**	**Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal**							**300.000**
06 181	2081 154T 0031	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - No Estado de Minas Gerais							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL FISCAL									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**500.000**
		ATIVIDADES							
06 181	**2081 20ID**	**Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública**							**500.000**
06 181	2081 20ID 7156	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Construção de Unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Maravilha - SC							500.000
			F	4	6	30	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									**500.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	**Saneamento Básico**							**100.000**
		PROJETOS							
10 512	**2068 7652**	**Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes**							**100.000**
10 512	2068 7652 0029	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - No Estado da Bahia							100.000
			S	4	6	99	6	188	100.000
TOTAL SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**168.665.122**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**608.228**
10 122	2015 4525 0001	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Nacional							200.000
			S	3	6	50	6	188	200.000
10 122	2015 4525 3532	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Embaúba - SP							408.228
			S	3	6	41	6	188	408.228
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**168.056.894**
10 302	2015 8535 0011	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Rondônia							1.000.000
			S	4	6	31	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 0025	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Paraíba							1.626.839
			S	4	6	41	6	188	1.626.839
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia							700.000
			S	3	6	41	6	188	700.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais							200.000
			S	4	6	50	6	188	200.000
10 302	2015 8535 0032	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Espírito Santo							300.000
			S	4	6	50	6	188	300.000
10 302	2015 8535 0035	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de São Paulo							6.910.000
			S	3	6	41	6	188	525.000
			S	4	6	41	6	188	6.385.000
10 302	2015 8535 0042	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Santa Catarina							433.500
			S	4	6	50	6	188	170.000
			S	3	6	50	6	188	263.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 302	2015 8535 0051	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Mato Grosso	S	3	6	41	6	188	200.000 200.000
10 302	2015 8535 8898	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde - No Estado do Mato Grosso	S	3	7	30	6	100	156.686.555 20.000.000
			S	4	7	30	6	100	136.686.555
TOTAL SEGURIDADE									**168.665.122**
TOTAL - GERAL									**168.665.122**

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2131	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho**							**130.000**
		ATIVIDADES							
11 122	**2131 4815**	**Funcionamento das Unidades Descentralizadas**							**130.000**
11 122	2131 4815 0035	Funcionamento das Unidades Descentralizadas - No Estado de São Paulo	S	3	6	99	0	188	130.000
TOTAL SEGURIDADE									**130.000**
TOTAL - GERAL									**130.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**							**1.000.000**
		PROJETOS							
27 812	**2035 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**							**1.000.000**
27 812	2035 5450 0033	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	6	90	0	188	1.000.000
TOTAL FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2084	**Recursos Hídricos**							**112.343.000**
		PROJETOS							
18 544	**2084 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**112.343.000**
18 544	2084 1851 7044	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Ceará	F	4	7	90	0	100	112.343.000
TOTAL FISCAL									**112.343.000**
TOTAL - GERAL									**112.343.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**290.000**
		ATIVIDADES							
08 244	**2037 2B31**	**Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial**							**290.000**
08 244	2037 2B31 0042	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - No Estado de Santa Catarina	S	4	6	40	0	188	290.000 140.000
			S	4	6	99	0	188	150.000
TOTAL SEGURIDADE									**290.000**
TOTAL - GERAL									**290.000**

LEI Nº 13.528, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 6.988.987.930,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 6.988.987.930,00 (seis bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e trinta reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**99.317.328**
		Atividades							
04 131	**2038 2017**	**Comunicação Institucional**							**99.317.328**
04 131	2038 2017 0001	Comunicação Institucional - Nacional							99.317.328
			F	3	2	90	0	100	99.317.328
TOTAL - FISCAL									**99.317.328**
TOTAL - GERAL									**99.317.328**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**100.000.000**
		Atividades							
20 608	**2077 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**100.000.000**
20 608	2077 20ZV 0001	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional							100.000.000
			F	4	2	40	0	150	6.497.008
			F	4	2	40	0	188	93.502.992
TOTAL - FISCAL									**100.000.000**
TOTAL - GERAL									**100.000.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**153.164**
		Atividades							
06 181	**2081 20UD**	**Prevenção Social à Violência e à Criminalidade**							**153.164**
06 181	2081 20UD 0001	Prevenção Social à Violência e à Criminalidade - Nacional							153.164
			F	3	2	90	0	100	153.164
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania**							**1.552.569**
		Atividades							
04 122	**2112 2000**	**Administração da Unidade**							**1.252.569**
04 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.252.569
			F	3	2	90	0	100	1.252.569
06 122	**2112 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**300.000**
06 122	2112 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							300.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**1.705.733**
TOTAL - GERAL									**1.705.733**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania**							**18.506**
		Atividades							
04 122	**2112 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**18.506**
04 122	2112 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							18.506
			F	3	2	90	0	100	18.506
TOTAL - FISCAL									**18.506**
TOTAL - GERAL									**18.506**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**28.154.475**
		Atividades							
06 181	**2081 2723**	**Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**							**28.154.475**
06 181	2081 2723 0001	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							28.154.475
			F	4	2	90	0	100	2.833.368
			F	4	2	90	0	188	25.321.107
TOTAL - FISCAL									**28.154.475**
TOTAL - GERAL									**28.154.475**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**601.798.545**
		Atividades							
14 421	**2081 20UG**	**Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social**							**186.174.978**
14 421	2081 20UG 0001	Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social - Nacional							186.174.978
			F	3	2	90	0	380	20.000.000
			F	4	2	90	0	380	12.000.000
			F	4	2	30	0	386	6.371.712
			F	4	2	30	0	374	7.868.545
			F	3	2	30	0	386	30.000.000
			F	3	2	30	0	380	19.934.721
			F	4	2	30	0	380	90.000.000
14 421	**2081 20UH**	**Capacitação e Qualificação em Serviços Penais**							**3.420.000**
14 421	2081 20UH 0001	Capacitação e Qualificação em Serviços Penais - Nacional							3.420.000
			F	3	2	90	0	380	3.420.000
14 421	**2081 20WS**	**Consolidação do Sistema Penitenciário Federal**							**26.600.000**
14 421	2081 20WS 0001	Consolidação do Sistema Penitenciário Federal - Nacional							26.600.000
			F	3	2	90	0	380	16.600.000
			F	4	2	90	0	380	10.000.000
		Projetos							
14 421	**2081 155N**	**Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal**							**385.603.567**
14 421	2081 155N 0001	Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal - Nacional							385.603.567
			F	4	2	30	0	380	99.105.000
			F	4	2	30	0	350	233.322
			F	4	2	30	0	318	156.265.245
			F	3	2	90	0	380	100.000.000
			F	3	2	30	0	380	30.000.000
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania**							**6.600.000**
		Atividades							
14 122	**2112 2000**	**Administração da Unidade**							**6.600.000**
14 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.600.000
			F	3	2	90	0	380	6.600.000
TOTAL - FISCAL									**608.398.545**
TOTAL - GERAL									**608.398.545**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**29.500.000**
		Atividades							
10 305	**2015 20T6**	**Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana**							**29.500.000**
10 305	2015 20T6 0001	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana - Nacional							29.500.000
			S	3	2	90	6	100	25.000.000
			S	3	2	40	6	100	4.500.000
	2068	**Saneamento Básico**							**191.350.000**
		Atividades							
10 541	**2068 6908**	**Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos**							**6.000.000**
10 541	2068 6908 0001	Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos - Nacional							6.000.000
			S	3	2	40	6	100	6.000.000
		Projetos							
10 512	**2068 10GD**	**Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)**							**11.500.000**
10 512	2068 10GD 0001	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							11.500.000
			S	4	3	40	0	100	11.500.000
10 512	**2068 10GE**	**Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)**							**3.000.000**
10 512	2068 10GE 0001	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							3.000.000
			S	4	3	40	0	100	3.000.000
10 512	**2068 10GG**	**Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)**							**40.850.000**
10 512	2068 10GG 0001	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							40.850.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	4	2	40	0	100	40.850.000
10 512	**2068 7652**	**Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes**							**30.000.000**
10 512	2068 7652 0001	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - Nacional							30.000.000
			S	4	2	40	6	100	30.000.000
10 511	**2068 7656**	**Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)**							**100.000.000**
10 511	2068 7656 0001	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - Nacional							100.000.000
			S	4	2	40	6	100	100.000.000
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**5.000.000**
		Atividades							
10 122	**2115 20Q8**	**Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental**							**5.000.000**
10 122	2115 20Q8 0001	Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental - Nacional							5.000.000
			S	3	2	80	0	100	5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									**225.850.000**
TOTAL - GERAL									**225.850.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**5.031.000.000**
		Atividades							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**753.000.000**
10 122	2015 4525 7280	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Atenção Básica - Nacional							753.000.000
			S	3	2	41	6	100	481.761.620
			S	3	2	41	6	151	271.238.380
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**520.000.000**
10 302	2015 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							520.000.000
			S	4	2	41	6	100	520.000.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**190.000.000**
10 301	2015 8581 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Nacional							190.000.000
			S	4	2	41	6	100	190.000.000
10 302	**2015 8585**	**Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade**							**3.000.000.000**
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							877.700.000
			S	3	1	41	6	153	800.000.000
			S	3	1	41	6	100	77.700.000
10 302	2015 8585 0011	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Rondônia							17.200.000
			S	3	1	41	6	100	17.200.000
10 302	2015 8585 0012	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Acre							7.200.000
			S	3	1	41	6	100	7.200.000
10 302	2015 8585 0013	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amazonas							18.100.000
			S	3	1	41	6	100	18.100.000
10 302	2015 8585 0014	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Roraima							9.600.000
			S	3	1	41	6	100	9.600.000
10 302	2015 8585 0015	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Pará							49.400.000
			S	3	1	41	6	100	49.400.000
10 302	2015 8585 0016	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amapá							7.100.000
			S	3	1	41	6	100	7.100.000
10 302	2015 8585 0017	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Tocantins							13.100.000
			S	3	1	41	6	100	13.100.000
10 302	2015 8585 0021	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Maranhão							41.000.000
			S	3	1	41	6	100	41.000.000
10 302	2015 8585 0022	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Piauí							25.900.000
			S	3	1	41	6	100	25.900.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 302	2015 8585 0023	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Ceará								138.900.000
			S	3	1	41	6	100		138.900.000
10 302	2015 8585 0024	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Norte								63.500.000
			S	3	1	41	6	100		63.500.000
10 302	2015 8585 0025	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Paraíba								31.700.000
			S	3	1	41	6	100		31.700.000
10 302	2015 8585 0026	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Pernambuco								114.000.000
			S	3	1	41	6	100		114.000.000
10 302	2015 8585 0027	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Alagoas								36.900.000
			S	3	1	41	6	100		36.900.000
10 302	2015 8585 0028	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Sergipe								16.900.000
			S	3	1	41	6	100		16.900.000
10 302	2015 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia								148.300.000
			S	3	1	41	6	100		148.300.000
10 302	2015 8585 0031	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Minas Gerais								257.400.000
			S	3	1	45	6	100		150.000.000
			S	3	1	41	6	100		107.400.000
10 302	2015 8585 0032	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Espírito Santo								38.800.000
			S	3	1	41	6	100		38.800.000
10 302	2015 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro								155.600.000
			S	3	1	45	6	100		100.000.000
			S	3	1	41	6	100		55.600.000
10 302	2015 8585 0035	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de São Paulo								431.400.000
			S	3	1	45	6	100		309.157.585
			S	3	1	41	6	100		122.242.415
10 302	2015 8585 0041	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Paraná								155.100.000
			S	3	1	41	6	100		155.100.000
10 302	2015 8585 0042	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Santa Catarina								57.700.000
			S	3	1	41	6	100		57.700.000
10 302	2015 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul								158.100.000
			S	3	1	41	6	100		158.100.000
10 302	2015 8585 0051	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso								19.300.000
			S	3	1	41	6	100		19.300.000
10 302	2015 8585 0052	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Goiás								64.700.000
			S	3	1	41	6	100		64.700.000
10 302	2015 8585 0054	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso do Sul								45.400.000
			S	3	1	41	6	100		45.400.000
10 301	**2015 8730**	**Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada**								**300.000.000**
10 301	2015 8730 0001	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada - Nacional								300.000.000
			S	4	2	41	6	100		281.124.516
			S	4	2	41	6	188		18.875.484
10 302	**2015 8933**	**Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial**								**268.000.000**
10 302	2015 8933 0001	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - Nacional								268.000.000
			S	4	2	90	6	188		268.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										**5.031.000.000**
TOTAL - GERAL										**5.031.000.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2126		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil**							**128.588**
		Atividades							
26 122	**2126 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**128.588**
26 122	2126 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							128.588
			F	3	2	90	0	100	128.588
TOTAL - FISCAL									**128.588**
TOTAL - GERAL									**128.588**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**								**230.000.000**
		Projetos								
27 812	**2035 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**								**230.000.000**
27 812	2035 5450 0001	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional								230.000.000
			F	4	2	90	0	188		200.000.000
			F	4	2	90	0	100		30.000.000
TOTAL - FISCAL										**230.000.000**
TOTAL - GERAL										**230.000.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**50.000.000**
		Projetos							
05 244	**2058 1211**	**Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte**							**50.000.000**
05 244	2058 1211 0001	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional							50.000.000
			F	4	2	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									**50.000.000**
TOTAL - GERAL									**50.000.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**12.083.426**
		Atividades							
05 151	**2058 20XV**	**Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB**							**12.083.426**
05 151	2058 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							12.083.426
			F	4	2	90	0	188	12.083.426
TOTAL - FISCAL									**12.083.426**
TOTAL - GERAL									**12.083.426**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**163.000.000**
		Atividades							
20 608	**2029 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas**							**163.000.000**
20 608	2029 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional							163.000.000
			F	4	2	90	0	100	108.056.091
			F	4	2	90	0	188	54.943.909
	2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**							**110.331.329**
		Atividades							
06 182	**2040 22BO**	**Ações de Defesa Civil**							**61.006.348**
06 182	2040 22BO 0001	Ações de Defesa Civil - Nacional							61.006.348
			F	3	2	90	0	188	31.000.000
			F	4	2	90	0	100	30.006.348
06 182	**2040 8348**	**Apoio a Obras Preventivas de Desastres**							**49.324.981**
06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional							49.324.981
			F	4	2	90	0	100	49.324.981
TOTAL - FISCAL									**273.331.329**
TOTAL - GERAL									**273.331.329**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**24.000.000**
		Atividades							
20 607	**2077 20EY**	**Administração de Projetos Públicos de Irrigação**							**24.000.000**
20 607	2077 20EY 0020	Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Nordeste							24.000.000
			F	3	2	90	0	100	20.000.000
			F	3	2	90	0	188	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**24.000.000**
TOTAL - GERAL									**24.000.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**							**205.000.000**
		Projetos							
23 695	**2076 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**205.000.000**
23 695	2076 10V0 0001	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional							205.000.000
			F	3	2	90	0	188	1.500.000
			F	4	2	30	0	100	30.000.000
			F	4	2	40	0	100	128.278.740
			F	4	2	40	0	188	41.721.260
			F	4	2	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									**205.000.000**
TOTAL - GERAL									**205.000.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**100.000.000**
		Atividades							
08 244	**2037 2B30**	**Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica**							**60.000.000**
08 244	2037 2B30 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Nacional							60.000.000
			S	3	2	40	0	100	6.000.000
			S	4	2	40	0	100	54.000.000
08 244	**2037 2B31**	**Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial**							**40.000.000**
08 244	2037 2B31 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Nacional							40.000.000
			S	4	2	40	0	100	38.000.000
			S	3	2	40	0	100	2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000.000**
TOTAL - GERAL									**100.000.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2028	**Defesa Agropecuária**							**47.164.415**
		Atividades							
20 125	**2028 214X**	**Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário**							**2.400.000**
20 125	2028 214X 0001	Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário - Nacional							2.400.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
			F	4	2	90	0	100	1.900.000
20 609	**2028 214Y**	**Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA**							**29.592.656**
20 609	2028 214Y 0001	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Nacional							29.592.656
			F	3	2	30	0	100	48.468
			F	3	2	90	0	100	5.744.188
			F	4	2	90	0	100	7.375.000
			F	4	2	30	0	100	16.425.000
		Projetos							
20 609	**2028 152L**	**Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros)**							**15.171.759**
20 609	2028 152L 0001	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) - Nacional							15.171.759
			F	4	2	90	0	100	15.171.759
	2042	**Pesquisa e Inovações para a Agropecuária**							**2.418.186**
		Atividades							
20 608	**2042 20ZY**	**Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau**							**492.520**
20 608	2042 20ZY 0001	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - Nacional							492.520
			F	4	2	90	0	150	90.000
			F	3	2	90	0	150	402.520
20 606	**2042 213S**	**Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural**							**1.760.663**
20 606	2042 213S 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural - Nacional							1.760.663
			F	4	2	40	0	100	1.760.663
20 608	**2042 214Z**	**Fomento à Tecnologia Agropecuária, aos Recursos Genéticos e à Proteção de Cultivares**							**165.003**
20 608	2042 214Z 0001	Fomento à Tecnologia Agropecuária, aos Recursos Genéticos e à Proteção de Cultivares - Nacional							165.003
			F	3	2	90	0	100	165.003
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**36.829.040**
		Atividades							
20 691	**2077 20ZT**	**Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional**							**11.583.950**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
20 691	2077 20ZT 0001	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional - Nacional							11.583.950
			F	3	2	90	0	100	11.083.950
			F	4	2	90	0	100	500.000
20 608	**2077 20ZU**	**Redução de Riscos na Atividade Agropecuária**							**528.600**
20 608	2077 20ZU 0001	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária - Nacional							528.600
			F	3	2	90	0	100	528.600
20 608	**2077 215A**	**Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária**							**737.712**
20 608	2077 215A 0001	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária - Nacional							737.712
			F	3	2	90	0	100	737.712
20 608	**2077 215B**	**Desenvolvimento Econômico e Social dos Produtores Rurais**							**5.546.457**
20 608	2077 215B 0001	Desenvolvimento Econômico e Social dos Produtores Rurais - Nacional							5.546.457
			F	3	2	40	0	100	4.654.738
			F	3	2	90	0	100	891.719
20 545	**2077 2161**	**Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas**							**13.346.967**
20 545	2077 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional							13.346.967
			F	3	2	91	0	100	10.000
			F	4	2	90	0	100	892.000
			F	3	2	90	0	100	10.459.147
			F	3	2	50	0	100	1.985.820
20 541	**2077 8593**	**Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC**							**1.265.691**
20 541	2077 8593 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC - Nacional							1.265.691
			F	3	2	90	0	100	1.265.691
20 665	**2077 8606**	**Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico**							**2.919.663**
20 665	2077 8606 0001	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico - Nacional							2.919.663
			F	3	2	90	0	100	2.519.663
			F	4	2	90	0	100	400.000
		Projetos							
20 545	**2077 147S**	**Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico**							**900.000**
20 545	2077 147S 0001	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico - Nacional							900.000
			F	4	2	90	0	100	900.000
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**2.786.147**
		Atividades							
20 122	**2105 2000**	**Administração da Unidade**							**617.044**
20 122	2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							617.044
			F	3	2	90	0	100	617.044
20 131	**2105 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**2.169.103**
20 131	2105 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							2.169.103
			F	3	2	90	0	100	2.169.103
TOTAL - FISCAL									**89.197.788**
TOTAL - GERAL									**89.197.788**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2042	**Pesquisa e Inovações para a Agropecuária**							**12.607.569**
		Atividades							
20 571	**2042 212H**	**Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais**							**1.621.349**
20 571	2042 212H 0001	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional							1.621.349
			F	3	2	50	0	100	1.621.349
20 572	**2042 215C**	**Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa**							**5.032.338**
20 572	2042 215C 0001	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Nacional							5.032.338
			F	3	2	90	0	100	4.894.438
			F	4	2	90	0	100	137.900
		Projetos							
20 572	**2042 117A**	**Conclusão da Construção e Implantação do Centro de Pesquisa Embrapa Cocais - CPACP**							**1.033.079**
20 572	2042 117A 0021	Conclusão da Construção e Implantação do Centro de Pesquisa Embrapa Cocais - CPACP - No Estado do Maranhão							1.033.079
			F	4	2	90	0	100	1.033.079
20 572	**2042 15LG**	**Construção e Implantação do Centro de Pesquisas de Produtos Territoriais e Inovação Agroalimentar - Maceió/AL**							**1.000.000**
20 572	2042 15LG 0027	Construção e Implantação do Centro de Pesquisas de Produtos Territoriais e Inovação Agroalimentar - Maceió/AL - No Estado de Alagoas							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
20 572	**2042 15LH**	**Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão**							**3.920.803**
20 572	2042 15LH 0001	Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão - Nacional							3.920.803
			F	3	2	90	0	100	3.910.803
			F	4	2	90	0	100	10.000
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**880.999**
		Atividades							
20 131	**2105 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**880.999**
20 131	2105 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							880.999
			F	3	2	90	0	100	880.999
TOTAL - FISCAL									**13.488.568**
TOTAL - GERAL									**13.488.568**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
ANEXO II **Crédito Suplementar**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**6.004.488**
		Atividades							
20 608	**2077 20Y8**	**Desenvolvimento da Cafeicultura**							**6.004.488**
20 608	2077 20Y8 0001	Desenvolvimento da Cafeicultura - Nacional							6.004.488
			F	3	2	50	0	180	800.000
			F	3	2	90	0	180	5.204.488
TOTAL - FISCAL									**6.004.488**
TOTAL - GERAL									**6.004.488**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**42.833.371**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00P9**	**Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Instalação de Cabo Submarino**							**35.000.000**
28 846	0909 00P9 0001	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Instalação de Cabo Submarino - Nacional							35.000.000
			F	5	3	90	0	100	35.000.000
28 846	**0909 00PA**	**Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados**							**7.833.371**
28 846	0909 00PA 0001	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados - Nacional							5.000.000
			F	5	3	90	0	100	5.000.000
28 846	0909 00PA 0012	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados - No Estado do Acre							2.833.371
			F	5	2	90	0	188	2.833.371
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**3.910.750**
		Operações Especiais							
28 846	**0910 008A**	**Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC**							**1.850.098**
28 846	0910 008A 0001	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC - Nacional							1.850.098
			F	3	2	50	0	100	1.850.098
28 846	**0910 00F7**	**Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI**							**237.320**
28 846	0910 00F7 0001	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI - Nacional							237.320
			F	3	2	50	0	100	237.320
28 846	**0910 00F8**	**Contribuição à So*ciedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC**							**962.329**
28 846	0910 00F8 0001	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - Nacional							962.329
			F	3	2	50	0	100	962.329
28 846	**0910 00PW**	**Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica**							**861.003**
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							861.003
			F	3	2	50	0	100	861.003
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**270.766.855**
		Atividades							
19 571	**2021 20UQ**	**Apoio a Projetos de P&D para Tecnologias Sociais, Extensão Tecnológica e de Inovação para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável**							**6.104.659**
19 571	2021 20UQ 0001	Apoio a Projetos de P&D para Tecnologias Sociais, Extensão Tecnológica e de Inovação para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - Nacional							6.104.659
			F	3	2	90	0	100	1.311.591
			F	4	2	90	0	100	4.793.068
19 571	**2021 20US**	**Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores**							**11.944.588**
19 571	2021 20US 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional							11.944.588
			F	4	2	90	0	100	1.154.661
			F	3	2	90	0	100	10.789.927
19 571	**2021 20UT**	**Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos e Gestão das Obrigações de Contrapartida Relacionadas a Incentivos Fiscais**							**16.950.574**
19 571	2021 20UT 0001	Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos e Gestão das Obrigações de Contrapartida Relacionadas a Incentivos Fiscais - Nacional							2.783.722
			F	3	2	90	0	100	2.283.722
			F	4	2	90	0	100	500.000
19 571	2021 20UT 7002	Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos e Gestão das Obrigações de Contrapartida Relacionadas a Incentivos Fiscais - Apoio ao desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia de Informação voltados à Transparência e ao Controle da Gestão Pública Financeira							14.166.852
			F	3	2	90	0	100	7.083.426
			F	3	2	90	0	188	7.083.426
19 572	**2021 20V6**	**Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo**							**30.925.240**
19 572	2021 20V6 0001	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Nacional							8.355.365
			F	4	2	90	0	100	479.636

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	2	90	0	100	6.367.703
			F	4	2	30	0	188	1.508.026
19 572	2021 20V6 0029	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - No Estado da Bahia							7.124.511
			F	4	2	30	0	188	2.833.371
			F	4	2	30	0	100	4.291.140
19 572	2021 20V6 7058	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Implantação/operação do Instituto Nacional de C&T em Terras Raras - Nacional							1.416.684
			F	4	2	90	0	188	708.342
			F	3	2	90	0	188	708.342
19 572	2021 20V6 7060	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Implantação da Estação Ciência e Arte - Campina Grande - PB							7.791.770
			F	4	2	30	0	188	7.791.770
19 572	2021 20V6 7062	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Porto Digital - Recife - PE							6.236.910
			F	4	2	30	0	188	2.835.118
			F	3	2	30	0	188	3.401.792
19 571	**2021 20V7**	**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC**							**12.718.450**
19 571	2021 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC - Nacional							12.718.450
			F	3	2	90	0	188	1.108.709
			F	4	2	90	0	100	4.794.120
			F	4	2	90	0	188	708.342
			F	3	2	90	0	100	6.107.279
19 126	**2021 20V8**	**Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital**							**25.071.463**
19 126	2021 20V8 0001	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Nacional							9.132.572
			F	4	2	90	0	100	691.261
			F	3	2	90	0	100	8.441.311
19 126	2021 20V8 0023	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - No Estado do Ceará							4.035.241
			F	3	2	30	0	188	4.035.241
19 126	2021 20V8 0026	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - No Estado de Pernambuco							6.236.909
			F	4	2	40	0	188	6.236.909
19 126	2021 20V8 7196	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Região Metropolitana de Macapá - No Estado do Amapá							5.666.741
			F	4	2	30	0	188	3.541.714
			F	3	2	30	0	188	2.125.027
19 571	**2021 212H**	**Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais**							**142.615.302**
19 571	2021 212H 0001	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional							142.615.302
			F	3	2	50	0	100	25.277.777
			F	3	2	90	0	188	114.659.162
			F	3	2	50	0	188	2.678.363
19 571	**2021 215L**	**Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Áreas Estratégicas**							**10.574.178**
19 571	2021 215L 0001	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Áreas Estratégicas - Nacional							10.574.178
			F	4	2	90	0	100	537.995
			F	3	2	90	0	100	10.036.183
19 212	**2021 6147**	**Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação**							**3.443.307**
19 212	2021 6147 0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional							3.443.307
			F	3	2	90	0	100	3.443.307
19 573	**2021 6702**	**Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**2.273.724**
19 573	2021 6702 0001	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional							2.273.724
			F	4	2	90	0	100	1.381.939
			F	3	2	90	0	100	891.785
		Projetos							
19 571	**2021 14XT**	**Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS**							**8.145.370**
19 571	2021 14XT 0001	Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS - Nacional							8.145.370
			F	3	2	50	0	100	5.481.771
			F	3	2	90	0	100	2.663.599
	2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**							**20.203.604**
		Atividades							
24 126	**2025 212N**	**Implementação de Projetos de Cidades Digitais**							**19.768.460**
24 126	2025 212N 0001	Implementação de Projetos de Cidades Digitais - Nacional							19.768.460
			F	4	3	90	0	100	19.768.460
		Projetos							
24 126	**2025 15MX**	**Implantação de Redes de Fibras Óticas na Região Amazônica - Amazônia Conectada**							**435.144**
24 126	2025 15MX 0013	Implantação de Redes de Fibras Óticas na Região Amazônica - Amazônia Conectada - No Estado do Amazonas							435.144
			F	4	2	90	0	100	220.480
			F	3	2	90	0	100	214.664
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**							**8.508.537**
		Atividades							
04 122	**2106 2000**	**Administração da Unidade**							**2.081.331**
04 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.081.331
			F	3	2	90	0	188	2.081.331
19 571	**2106 217J**	**Gestão de Órgãos Colegiados Vinculados ao MCTIC**							**1.239.668**
19 571	2106 217J 0001	Gestão de Órgãos Colegiados Vinculados ao MCTIC - Nacional							1.239.668
			F	3	2	91	0	100	20.000
			F	3	2	90	0	100	1.219.668
19 125	**2106 2495**	**Controle de Bens Sensíveis**							**347.944**
19 125	2106 2495 0001	Controle de Bens Sensíveis - Nacional							347.944
			F	3	2	90	0	100	347.944
19 121	**2106 4210**	**Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**							**4.245.928**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19 121	2106 4210 0001	Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Nacional							4.245.928
			F	4	2	90	0	100	544.697
			F	3	2	90	0	188	633.686
			F	4	2	90	0	188	141.669
			F	3	2	90	0	100	2.925.876
		Projetos							
24 122	**2106 12EA**	**Reforma do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações**							**593.666**
24 122	2106 12EA 0053	Reforma do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações - No Distrito Federal							593.666
			F	4	2	90	0	100	300.000
			F	3	2	90	0	100	293.666
TOTAL - FISCAL									**346.223.117**
TOTAL - GERAL									**346.223.117**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**5.829.243**
		Atividades							
19 212	**2021 6147**	**Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação**							**2.913.136**
19 212	2021 6147 0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional							2.913.136
			F	3	2	90	0	100	2.913.136
19 573	**2021 6702**	**Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**2.916.107**
19 573	2021 6702 0001	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional							2.916.107
			F	3	2	90	0	100	2.916.107
TOTAL - FISCAL									**5.829.243**
TOTAL - GERAL									**5.829.243**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**195.282**
		Atividades							
19 212	**2021 6147**	**Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação**							**195.282**
19 212	2021 6147 0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional							195.282
			F	3	2	90	0	100	195.282
	2059	**Política Nuclear**							**1.498.263**
		Atividades							
19 572	**2059 20UX**	**Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia Nucleares e em Aplicações das Radiações Ionizantes**							**172.939**
19 572	2059 20UX 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia Nucleares e em Aplicações das Radiações Ionizantes - Nacional							172.939
			F	3	2	90	0	100	172.939
19 542	**2059 215M**	**Proteção Radiológica**							**783.112**
19 542	2059 215M 0001	Proteção Radiológica - Nacional							783.112
			F	3	2	90	0	100	783.112
		Projetos							
19 572	**2059 13CM**	**Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN**							**542.212**
19 572	2059 13CM 0001	Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN - Nacional							542.212
			F	3	2	90	0	100	542.212
TOTAL - FISCAL									**1.693.545**
TOTAL - GERAL									**1.693.545**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2056	**Política Espacial**							**113.178.962**
		Atividades							
19 572	**2056 20V0**	**Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada**							**19.003.683**
19 572	2056 20V0 0001	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional							19.003.683
			F	4	2	90	0	100	12.762.966
			F	3	2	90	0	100	6.240.717
19 572	**2056 20VB**	**Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial**							**21.105.836**
19 572	2056 20VB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial - Nacional							21.105.836
			F	3	2	90	0	100	8.796.643
			F	4	2	90	0	100	12.309.193
19 572	**2056 20VC**	**Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada**							**68.926.051**
19 572	2056 20VC 0001	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional							68.926.051
			F	3	2	50	0	100	11.349.476
			F	3	2	90	0	100	8.625.587

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	4	2	50	0	100	26.803.852
			F	4	2	90	0	100	22.147.136
		Projetos							
19 572	**2056 7F40**	**Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA**							**4.143.392**
19 572	2056 7F40 0552	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA - No Município de Alcântara - MA							4.143.392
			F	4	2	90	0	100	4.143.392
TOTAL - FISCAL									**113.178.962**
TOTAL - GERAL									**113.178.962**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2059	**Política Nuclear**							**29.644.825**
		Atividades							
19 572	**2059 20V1**	**Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia**							**29.644.825**
19 572	2059 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional							29.644.825
			F	4	2	90	0	100	4.298.964
			F	3	2	91	0	100	672.343
			F	3	2	90	0	100	24.673.518
TOTAL - FISCAL									**29.644.825**
TOTAL - GERAL									**29.644.825**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**13.160.835**
		Atividades							
19 662	**2021 6432**	**Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores**							**13.160.835**
19 662	2021 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional							13.160.835
			F	3	2	90	0	100	9.118.497
			F	4	2	90	0	100	4.042.338
TOTAL - FISCAL									**13.160.835**
TOTAL - GERAL									**13.160.835**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**20.911.359**
		Atividades							
22 608	**2052 20Y0**	**Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola**							**10.278.214**
22 608	2052 20Y0 7032	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão em Aquicultura (CEMPEA) - No Estado do Maranhão							10.278.214
			F	4	2	30	0	188	10.278.214
22 608	**2052 20Y1**	**Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**							**10.633.145**
22 608	2052 20Y1 0001	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - Nacional							10.633.145
			F	4	2	90	0	100	10.633.145
TOTAL - FISCAL									**20.911.359**
TOTAL - GERAL									**20.911.359**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2034	**Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo**							**1.552.569**
		Atividades							
14 422	**2034 210H**	**Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial**							**1.552.569**
14 422	2034 210H 0001	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial - Nacional							1.552.569
			F	3	2	90	0	100	1.552.569
TOTAL - FISCAL									**1.552.569**
TOTAL - GERAL									**1.552.569**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**18.506**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
04 391	**2081 2810**	**Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional**							**18.506**
04 391	2081 2810 0001	Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional							18.506
			F	3	2	90	0	100	18.506
TOTAL - FISCAL									**18.506**
TOTAL - GERAL									**18.506**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**28.154.475**
		Projetos							
06 181	**2081 154T**	**Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal**							**28.154.475**
06 181	2081 154T 5218	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - No Município de Campo Grande - MS							5.429.725
			F	4	2	90	0	100	708.342
			F	4	2	90	0	188	4.721.383
06 181	2081 154T 7010	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - Construção da Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal - Boa Vista - RR							10.280.194
			F	4	2	90	0	100	708.342
			F	4	2	90	0	188	9.571.852
06 181	2081 154T 7012	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - Aquisição de Equipamentos e Reformas - No Estado do Rio Grande do Sul							4.652.788
			F	4	2	90	0	100	425.005
			F	4	2	90	0	188	3.944.446
			F	3	2	90	0	100	283.337
06 181	2081 154T 7014	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - Construção da Nova Sede da Polícia Rodoviária Federal no Município de Vitória - ES							7.791.768
			F	4	2	90	0	100	708.342
			F	4	2	90	0	188	7.083.426
TOTAL - FISCAL									**28.154.475**
TOTAL - GERAL									**28.154.475**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**							**153.164**
		Atividades							
06 181	**2081 2B00**	**Força Nacional de Segurança Pública**							**153.164**
06 181	2081 2B00 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional							153.164
			F	3	2	90	0	100	153.164
TOTAL - FISCAL									**153.164**
TOTAL - GERAL									**153.164**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2082	**Política Externa**							**220.219.482**
		Operações Especiais							
07 573	**2082 00CB**	**Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro**							**5.031**
07 573	2082 00CB 0001	Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro - Nacional							5.031
			F	3	2	90	0	100	5.031
		Atividades							
07 211	**2082 20I5**	**Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior**							**9.531.114**
07 211	2082 20I5 0001	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - Nacional							7.437.650
			F	3	2	90	0	100	7.420.300
			F	3	2	90	0	188	17.350
07 211	2082 20I5 0002	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - No Exterior							2.093.464
			F	3	2	90	0	100	2.093.464
07 211	**2082 20WW**	**Relações e Negociações Bilaterais**							**186.428.688**
07 211	2082 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior							186.428.688
			F	3	2	90	0	188	186.428.688
07 211	**2082 20WX**	**Relações e Negociações Multilaterais**							**843.500**
07 211	2082 20WX 0002	Relações e Negociações Multilaterais - No Exterior							843.500
			F	3	2	90	0	100	843.500
07 392	**2082 20WY**	**Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior**							**2.834.359**
07 392	2082 20WY 0001	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - Nacional							1.136.488
			F	3	2	90	0	100	1.136.488
07 392	2082 20WY 0002	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - No Exterior							1.697.871
			F	3	2	90	0	100	1.555.971
			F	4	2	90	0	100	141.900
07 691	**2082 20WZ**	**Promoção Comercial e de Investimentos**							**8.330.660**
07 691	2082 20WZ 0001	Promoção Comercial e de Investimentos - Nacional							1.999.377
			F	3	2	90	0	100	1.999.377

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

07 691	2082 20WZ 0002	Promoção Comercial e de Investimentos - No Exterior							6.331.283
			F	3	2	90	0	100	5.431.283
			F	3	2	80	0	100	900.000
07 212	**2082 20X0**	**Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil**							**420.922**
07 212	2082 20X0 0002	Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil - No Exterior							420.922
			F	3	2	90	0	100	420.922
07 212	**2082 2533**	**Cooperação Técnica Internacional**							**2.500.000**
07 212	2082 2533 0001	Cooperação Técnica Internacional - Nacional							2.500.000
			F	3	2	80	0	100	2.500.000
07 128	**2082 2534**	**Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas**							**4.042**
07 128	2082 2534 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas - Nacional							4.042
			F	4	2	90	0	100	4.042
07 211	**2082 2536**	**Demarcação de Fronteiras**							**88.279**
07 211	2082 2536 0001	Demarcação de Fronteiras - Nacional							88.279
			F	4	2	90	0	100	88.279
07 211	**2082 6105**	**Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC**							**2.571.121**
07 211	2082 6105 0002	Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC - No Exterior							2.571.121
			F	3	2	90	0	100	2.571.121
07 211	**2082 8495**	**Realização de Eventos Internacionais Oficiais**							**4.661.766**
07 211	2082 8495 0001	Realização de Eventos Internacionais Oficiais - Nacional							4.280.000
			F	3	2	90	0	100	4.280.000
07 211	2082 8495 0002	Realização de Eventos Internacionais Oficiais - No Exterior							381.766
			F	3	2	90	0	100	381.766
		Projetos							
07 211	**2082 15L1**	**Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Quito, no Equador**							**2.000.000**
07 211	2082 15L1 0002	Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Quito, no Equador - No Exterior							2.000.000
			F	5	2	90	0	100	2.000.000
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**2.586.460**
		Atividades							
07 122	**2118 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**2.586.460**
07 122	2118 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
07 122	2118 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Exterior							2.086.460
			F	3	2	90	0	100	2.086.460
TOTAL - FISCAL									**222.805.942**
TOTAL - GERAL									**222.805.942**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2082	**Política Externa**							**1.657.986**
		Atividades							
07 573	**2082 2367**	**Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil**							**1.657.986**
07 573	2082 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional							1.657.986
			F	3	2	90	0	100	1.657.986
TOTAL - FISCAL									**1.657.986**
TOTAL - GERAL									**1.657.986**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**23.425.000**
		Operações Especiais							
10 845	**0909 00NJ**	**Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID**							**23.425.000**
10 845	0909 00NJ 0002	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID - No Exterior							23.425.000
			S	3	2	80	0	151	23.425.000
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**1.142.575.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades						
10 303	**2015 20AE**	**Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde**						**160.000.000**
10 303	2015 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional						160.000.000
			S	3	1	90	6	153	160.000.000
10 305	**2015 20AL**	**Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde**						**40.000.000**
10 305	2015 20AL 0013	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amazonas						1.400.000
			S	3	1	40	6	153	1.400.000
10 305	2015 20AL 0017	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Tocantins						2.700.000
			S	3	1	40	6	153	2.700.000
10 305	2015 20AL 0025	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Paraíba						2.000.000
			S	3	1	40	6	153	2.000.000
10 305	2015 20AL 0027	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Alagoas						1.000.000
			S	3	1	40	6	153	1.000.000
10 305	2015 20AL 0035	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo						25.000.000
			S	3	1	40	6	153	25.000.000
10 305	2015 20AL 0042	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Santa Catarina						1.100.000
			S	3	1	40	6	153	1.100.000
10 305	2015 20AL 0043	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul						4.800.000
			S	3	1	40	6	153	4.800.000
10 305	2015 20AL 0051	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso						200.000
			S	3	1	40	6	153	200.000
10 305	2015 20AL 0053	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Distrito Federal						1.500.000
			S	3	1	40	6	153	1.500.000
10 305	2015 20AL 0054	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul						300.000
			S	3	1	40	6	153	300.000
10 302	**2015 20B0**	**Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental**						**7.745.000**
10 302	2015 20B0 0001	Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental - Nacional						7.745.000
			S	4	2	41	6	151	7.745.000
10 302	**2015 20G8**	**Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF)**						**50.000.000**
10 302	2015 20G8 0001	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF) - Nacional						50.000.000
			S	3	2	90	0	151	34.000.000
			S	4	2	90	0	151	16.000.000
10 301	**2015 20K5**	**Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do SUS**						**5.000.000**
10 301	2015 20K5 0001	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do SUS - Nacional						5.000.000
			S	3	2	41	6	151	5.000.000
10 572	**2015 20K7**	**Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde**						**20.000.000**
10 572	2015 20K7 0001	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde - Nacional						20.000.000
			S	4	2	90	6	151	10.000.000
			S	3	2	90	6	151	10.000.000
10 302	**2015 20QI**	**Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde**						**600.000**
10 302	2015 20QI 0001	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde - Nacional						600.000
			S	4	2	90	6	151	600.000
10 302	**2015 20R4**	**Apoio à Implantação da Rede Cegonha**						**14.420.980**
10 302	2015 20R4 0001	Apoio à Implantação da Rede Cegonha - Nacional						14.420.980
			S	3	2	90	6	151	7.210.490
			S	4	2	30	6	151	7.210.490
10 301	**2015 20YI**	**Implantação de Políticas de Atenção à Saúde**						**6.609.400**
10 301	2015 20YI 0001	Implantação de Políticas de Atenção à Saúde - Nacional						6.609.400
			S	3	2	90	6	151	6.609.400
10 126	**2015 20YN**	**Sistemas de Tecnologia e Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)**						**27.103.000**
10 126	2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia e Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional						27.103.000
			S	3	2	90	6	151	27.103.000
10 303	**2015 20YS**	**Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento**						**30.000.000**
10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional						30.000.000
			S	3	2	90	0	151	30.000.000
10 122	**2015 216O**	**Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006)**						**2.000.000**
10 122	2015 216O 0001	Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006) - Nacional						2.000.000
			S	3	2	90	6	151	2.000.000
10 303	**2015 4705**	**Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**						**500.000.000**
10 303	2015 4705 0001	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Nacional						318.000.000
			S	3	1	31	6	153	318.000.000
10 303	2015 4705 0011	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Rondônia						1.578.000
			S	3	1	31	6	153	1.578.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 303	2015 4705 0012	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Acre							420.000
			S	3	1	31	6	153	420.000
10 303	2015 4705 0013	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Amazonas							2.754.000
			S	3	1	31	6	153	2.754.000
10 303	2015 4705 0014	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Roraima							340.000
			S	3	1	31	6	153	340.000
10 303	2015 4705 0015	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Pará							984.000
			S	3	1	31	6	153	984.000
10 303	2015 4705 0016	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Amapá							363.000
			S	3	1	31	6	153	363.000
10 303	2015 4705 0017	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Tocantins							81.000
			S	3	1	31	6	153	81.000
10 303	2015 4705 0021	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Maranhão							3.820.000
			S	3	1	31	6	153	3.820.000
10 303	2015 4705 0023	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Ceará							5.516.000
			S	3	1	31	6	153	5.516.000
10 303	2015 4705 0024	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio Grande do Norte							4.896.000
			S	3	1	31	6	153	4.896.000
10 303	2015 4705 0026	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Pernambuco							1.355.000
			S	3	1	31	6	153	1.355.000
10 303	2015 4705 0027	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Alagoas							6.997.000
			S	3	1	31	6	153	6.997.000
10 303	2015 4705 0028	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Sergipe							1.315.000
			S	3	1	31	6	153	1.315.000
10 303	2015 4705 0031	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Minas Gerais							14.239.000
			S	3	1	31	6	153	14.239.000
10 303	2015 4705 0032	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Espírito Santo							4.929.000
			S	3	1	31	6	153	4.929.000
10 303	2015 4705 0033	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio de Janeiro							14.129.000
			S	3	1	31	6	153	14.129.000
10 303	2015 4705 0035	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de São Paulo							86.603.000
			S	3	1	31	6	153	86.603.000
10 303	2015 4705 0041	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Paraná							12.949.000
			S	3	1	31	6	153	12.949.000
10 303	2015 4705 0042	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Santa Catarina							9.908.000
			S	3	1	31	6	153	9.908.000
10 303	2015 4705 0043	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio Grande do Sul							3.393.000
			S	3	1	31	6	153	3.393.000
10 303	2015 4705 0052	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Goiás							3.305.000
			S	3	1	31	6	153	3.305.000
10 303	2015 4705 0053	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Distrito Federal							2.126.000
			S	3	1	31	6	153	2.126.000
10 301	**2015 6233**	**Implantação e Implementação de Política de Atenção à Saúde Mental**							**2.700.000.000**
10 301	2015 6233 0001	Implantação e Implementação de Política de Atenção à Saúde Mental - Nacional							2.700.000.000
			S	3	2	80	6	151	2.700.000.000
10 301	**2015 8577**	**Piso de Atenção Básica Fixo**							**100.000.000**
10 301	2015 8577 0001	Piso de Atenção Básica Fixo - Nacional							100.000.000
			S	3	1	41	6	153	100.000.000
10 303	**2015 8636**	**Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde**							**7.000.000**
10 303	2015 8636 0001	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde - Nacional							7.000.000
			S	3	2	90	6	151	1.700.000
			S	4	2	90	6	151	5.300.000
10 302	**2015 8721**	**Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde**							**11.635.000**
10 302	2015 8721 0001	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional							11.635.000
			S	3	2	31	6	151	11.635.000
10 302	**2015 8761**	**Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192**							**27.600.000**
10 302	2015 8761 0001	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - Nacional							22.000.000

			S	3	2	41	6	151	22.000.000
10 302	2015 8761 0053	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Distrito Federal							5.600.000
			S	3	2	31	6	151	5.600.000
		Projetos							
10 302	**2015 12L4**	**Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA**							**9.000.000**
10 302	2015 12L4 0001	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA - Nacional							9.000.000
			S	4	3	41	6	100	9.000.000
10 301	**2015 12L5**	**Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS**							**119.761.620**
10 301	2015 12L5 0001	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS - Nacional							119.761.620
			S	4	3	41	6	100	119.761.620
10 302	**2015 15EG**	**Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC**							**1.400.000**
10 302	2015 15EG 3341	Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.400.000
			S	3	2	90	6	151	1.400.000
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**34.000.000**
		Atividades							
10 122	**2115 2000**	**Administração da Unidade**							**15.000.000**
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							15.000.000
			S	3	2	90	6	151	10.000.000
			S	4	2	90	6	151	5.000.000
10 122	**2115 20YQ**	**Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS**							**19.000.000**
10 122	2115 20YQ 0001	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - Nacional							19.000.000
			S	3	2	90	6	151	19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									**1.200.000.000**
TOTAL - GERAL									**1.200.000.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	**Transporte Terrestre**							**179.240.749**
		Projetos							
26 782	**2087 12JP**	**Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP**							**179.240.749**
26 782	2087 12JP 0035	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP - No Estado de São Paulo							179.240.749
			F	4	3	90	0	100	132.000.000
			F	4	3	30	0	100	47.240.749
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil**							**27.663.128**
		Atividades							
26 122	**2126 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**27.663.128**
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							27.663.128
			F	3	3	90	0	100	27.663.128
TOTAL - FISCAL									**206.903.877**
TOTAL - GERAL									**206.903.877**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	**Transporte Terrestre**							**145.642.447**
		Atividades							
26 782	**2087 2E83**	**Manutenção do Acesso Rodoviário ao Morro da Igreja (em Urubici) - na BR-475/SC-370**							**12.083.426**
26 782	2087 2E83 4689	Manutenção do Acesso Rodoviário ao Morro da Igreja (em Urubici) - na BR-475/SC-370 - No Município de Urubici - SC							12.083.426
			F	4	2	90	0	188	12.083.426
26 782	**2087 4482**	**Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito**							**128.588**
26 782	2087 4482 0001	Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito - Nacional							128.588
			F	3	2	90	0	100	128.588
		Projetos							
26 782	**2087 14PC**	**Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS**							**125.210.400**
26 782	2087 14PC 0043	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							125.210.400
			F	4	3	90	0	100	125.210.400
26 782	**2087 7624**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL**							**4.220.033**
26 782	2087 7624 0027	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas							4.220.033
			F	4	3	90	0	100	4.220.033
26 782	**2087 7I71**	**Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO**							**4.000.000**
26 782	2087 7I71 5545	Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO - No Município de Jataí - GO							4.000.000
			F	4	3	90	0	188	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**145.642.447**
TOTAL - GERAL									**145.642.447**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**206.897.807**
		Atividades							
04 126	**2038 20U2**	**Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação do Serviço Público Federal**							**570.000**
04 126	2038 20U2 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação do Serviço Público Federal - Nacional							570.000
			F	4	2	90	0	100	450.000
			F	3	2	90	0	100	120.000
04 121	**2038 217N**	**Apoio à Elaboração de Estudos de Investimentos em Infraestrutura**							**21.599.747**
04 121	2038 217N 0001	Apoio à Elaboração de Estudos de Investimentos em Infraestrutura - Nacional							21.599.747
			F	4	3	90	0	100	21.599.747
		Projetos							
04 127	**2038 152W**	**Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal**							**1.800.000**
04 127	2038 152W 5664	Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal - Em Brasília - DF							1.800.000
			F	4	2	90	0	100	1.800.000
04 127	**2038 15L0**	**Construção de Imóveis para Uso da Administração Pública Federal**							**2.000.000**
04 127	2038 15L0 5664	Construção de Imóveis para Uso da Administração Pública Federal - Em Brasília - DF							2.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
04 126	**2038 15NQ**	**Integração e Cruzamento de Bases de Dados Governamentais**							**7.537.648**
04 126	2038 15NQ 0001	Integração e Cruzamento de Bases de Dados Governamentais - Nacional							7.537.648
			F	3	2	90	0	100	7.537.648
04 126	**2038 15NR**	**Implantação de Serviços de Computação em "Nuvem" no Governo Federal - Datagov**							**9.352.331**
04 126	2038 15NR 0001	Implantação de Serviços de Computação em "Nuvem" no Governo Federal - Datagov - Nacional							9.352.331
			F	3	2	90	0	100	9.352.331
04 122	**2038 15NS**	**Implantação da Plataforma de Cidadania Digital**							**638.081**
04 122	2038 15NS 0001	Implantação da Plataforma de Cidadania Digital - Nacional							638.081
			F	4	2	90	0	100	638.081
04 127	**2038 15NT**	**Aquisição de Imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**							**163.400.000**
04 127	2038 15NT 0001	Aquisição de Imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nacional							163.400.000
			F	5	2	90	0	188	163.400.000
TOTAL - FISCAL									**206.897.807**
TOTAL - GERAL									**206.897.807**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**42.510.815**
		Projetos							
05 151	**2058 123J**	**Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)**							**42.510.815**
05 151	2058 123J 0001	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) - Nacional							42.510.815
			F	4	3	90	0	149	42.510.815
TOTAL - FISCAL									**42.510.815**
TOTAL - GERAL									**42.510.815**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**322.729.531**
		Projetos							
05 151	**2058 14T0**	**Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2**							**322.729.531**
05 151	2058 14T0 0001	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Nacional							322.729.531
			F	4	3	90	0	149	322.729.531
TOTAL - FISCAL									**322.729.531**
TOTAL - GERAL									**322.729.531**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**65.651.883**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Projetos							
05 152	**2058 123I**	**Construção de Submarinos Convencionais**							**65.651.883**
05 152	2058 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							65.651.883
			F	4	3	90	0	149	65.651.883
TOTAL - FISCAL									**65.651.883**
TOTAL - GERAL									**65.651.883**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**1.000.000**
		Atividades							
05 153	**2058 4528**	**Produção de Material de Emprego Militar**							**1.000.000**
05 153	2058 4528 0001	Produção de Material de Emprego Militar - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	250	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**157.847.216**
		Atividades							
05 151	**2058 20XV**	**Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB**							**157.847.216**
05 151	2058 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional							157.847.216
			F	3	2	90	0	250	157.847.216
TOTAL - FISCAL									**157.847.216**
TOTAL - GERAL									**157.847.216**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**7.000.000**
		Atividades							
05 153	**2058 4450**	**Aprestamento do Exército**							**7.000.000**
05 153	2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional							7.000.000
			F	4	2	90	0	280	7.000.000
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**7.000.000**
		Projetos							
05 482	**2108 15F1**	**Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares**							**7.000.000**
05 482	2108 15F1 0001	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares - Nacional							7.000.000
			F	4	2	90	0	250	7.000.000
TOTAL - FISCAL									**14.000.000**
TOTAL - GERAL									**14.000.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**3.659.100**
		Atividades							
05 125	**2058 20XX**	**Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária**							**3.659.100**
05 125	2058 20XX 0001	Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional							3.659.100
			F	3	2	90	0	250	3.659.100
TOTAL - FISCAL									**3.659.100**
TOTAL - GERAL									**3.659.100**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Defesa Nacional**							**1.000.000**
		Atividades							
05 363	**2058 2510**	**Prestação de Ensino Profissional Marítimo**							**1.000.000**
05 363	2058 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional							1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	2	90	0	176	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**60.984.941**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**60.984.941**
15 244	2029 7K66 0242	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Caroebe- RR							6.649.921
			F	4	2	40	0	100	6.649.921
15 244	2029 7K66 1763	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Campo Alegre - AL							6.649.921
			F	4	2	40	0	100	6.649.921
15 244	2029 7K66 7206	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Construção da estrada ligando o Povoado Camadanta no Município de Limoeiro de Anadia à Rodovia Estadual AL-110 - No Estado de Alagoas							6.649.921
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
15 244	2029 7K66 7208	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Arranjos Produtivos Locais - Na Região Metropolitana de Macapá - AP							8.774.948
			F	4	2	30	0	188	2.125.027
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
15 244	2029 7K66 7225	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Obras de Infraestrutura - No Município de Maceió/AL							32.260.230
			F	4	2	40	0	100	32.260.230
	2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**							**19.358.230**
		ATIVIDADES							
06 182	**2040 8348**	**Apoio a Obras Preventivas de Desastres**							**9.324.981**
06 182	2040 8348 0033	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - No Estado do Rio de Janeiro							9.324.981
			F	4	2	30	0	188	2.675.060
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
		Projetos							
18 541	**2040 14RL**	**Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais**							**8.500.112**
18 541	2040 14RL 7006	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais - Na Região Metropolitana de Manaus - No Estado do Amazonas							8.500.112
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
			F	4	2	30	0	188	1.850.191
06 182	**2040 14UX**	**Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD**							**1.533.137**
06 182	2040 14UX 5664	Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos Sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD - Em Brasília - DF							1.533.137
			F	4	2	90	0	100	1.409.541
			F	3	2	90	0	100	123.596
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**3.688.547**
		Projetos							
20 607	**2077 10BC**	**Implantação de Projetos de Irrigação**							**3.541.714**
20 607	2077 10BC 7000	Implantação de Projetos de Irrigação - Na Região Metropolitana do Sertão - No Estado de Alagoas							3.541.714
			F	4	2	30	0	100	3.541.714
20 607	**2077 12OB**	**Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**146.833**
20 607	2077 12OB 0001	Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							146.833
			F	3	2	90	0	100	146.833
	2084	**Recursos Hídricos**							**114.595.617**
		Projetos							
18 544	**2084 109H**	**Construção de Barragens**							**17.708.567**
18 544	2084 109H 7022	Construção de Barragens - Barragem de Mulugunzinho - Araçagi - PB							17.708.567
			F	4	2	30	0	100	17.708.567
18 544	**2084 152E**	**Construção da 1ª Etapa do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco**							**4.000.000**
18 544	2084 152E 0026	Construção da 1ª Etapa do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							4.000.000
			F	4	3	90	0	100	4.000.000
18 544	**2084 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**71.361.933**
18 544	2084 1851 7024	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Minas Gerais							13.733.347
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
			F	4	2	90	0	188	7.083.426
18 544	2084 1851 7070	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Na Região Metropolitana de Campina Grande - PB							1.691.522
			F	4	2	30	0	100	1.691.522
18 544	2084 1851 7078	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Construção de Barragem no Município de Barra do Choça - No Estado da Bahia							17.275.061
			F	4	2	90	0	188	10.625.140
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
18 544	2084 1851 7084	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Integração do Rio São Francisco com a Bacia do Rio Piancó (Sistema Coremas/Mãe D"água) - No Estado da Paraíba							28.608.543
			F	4	2	90	0	100	18.620.912
			F	4	2	90	0	188	9.987.631
18 544	2084 1851 7086	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Aquisição de Equipamentos (430 dessalinizadores) - No Estado de Pernambuco							10.053.460
			F	4	2	30	0	188	3.403.539

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	4	2	30	0	100	6.649.921
18 544	**2084 7X29**	**Construção da Adutora do Sertão - No Estado do Piauí**							**21.525.117**
18 544	2084 7X29 0022	Construção da Adutora do Sertão - No Estado do Piauí - No Estado do Piauí							21.525.117
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
			F	4	2	90	0	188	14.875.196
TOTAL - FISCAL									**198.627.335**
TOTAL - GERAL									**198.627.335**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**42.674.310**
		Atividades							
20 608	**2029 20NC**	**Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs**							**44.049**
20 608	2029 20NC 0001	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs - Nacional							44.049
			F	3	2	90	0	100	44.049
22 333	**2029 20NK**	**Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais**							**3.541.714**
22 333	2029 20NK 1772	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - No Município de Coruripe - AL							3.541.714
			F	4	2	40	0	100	3.541.714
20 608	**2029 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas**							**14.313.553**
20 608	2029 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional							14.313.553
			F	4	2	90	0	100	14.166.853
			F	3	2	90	0	100	146.700
		PROJETOS							
15 544	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**24.774.994**
15 544	2029 7K66 7204	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Equipamentos e Serviços - No Estado de Alagoas							6.649.921
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
15 544	2029 7K66 7212	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas - No Estado do Maranhão							10.191.635
			F	4	2	90	0	188	3.541.714
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
15 544	2019 7K66 7214	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Equipamentos e Serviços - No Estado do Maranhão							7.933.438
			F	4	2	90	0	100	6.224.915
			F	4	2	90	0	188	1.283.517
			F	3	2	90	0	100	425.006
	2044	**Promoção dos Direitos da Juventude**							**55.507**
		Atividades							
11 333	**2044 4786**	**Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)**							**55.507**
11 333	2044 4786 0001	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Nacional							55.507
			F	3	2	90	0	100	55.507
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**1.217.700**
		Atividades							
20 608	**2052 212M**	**Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação**							**15.663**
20 608	2052 212M 0001	Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação - Nacional							15.663
			F	3	2	90	0	100	15.663
20 608	**2052 2819**	**Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura**							**1.202.037**
20 608	2052 2819 0022	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado do Piauí							7.505
			F	3	2	90	0	100	7.505
20 608	2052 2819 0026	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Pernambuco							225.144
			F	3	2	90	0	100	225.144
20 608	2052 2819 0027	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Alagoas							244.867
			F	3	2	90	0	100	244.867
20 608	2052 2819 0028	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Sergipe							244.866
			F	3	2	90	0	100	244.866
20 608	2052 2819 0029	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado da Bahia							303.455
			F	3	2	90	0	100	303.455
20 608	2052 2819 0031	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Minas Gerais							176.200
			F	3	2	90	0	100	176.200
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**3.101.370**
		Projetos							
20 607	**2077 12OB**	**Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**1.341.533**
20 607	2077 12OB 0001	Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							1.341.533
			F	3	2	90	0	100	1.341.533
20 607	**2077 1692**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia**							**700.000**
20 607	2077 1692 0029	Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia							700.000
			F	4	3	90	0	100	700.000
20 607	**2077 5314**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia**							**255.837**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20 607	2077 5314 0029	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	255.837
									255.837
20 607	**2077 5354**	**Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho com 18.563 ha no Estado de Pernambuco**							**804.000**
20 607	2077 5354 0026	Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho com 18.563 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							804.000
			F	4	3	90	0	100	804.000
	2084	**Recursos Hídricos**							**38.323.880**
		Projetos							
18 544	**2084 109J**	**Construção de Adutoras**							**14.441.691**
18 544	2084 109J 7000	Construção de Adutoras - Construção do Sistema Adutor da Pedra Redonda - PI							14.441.691
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
			F	4	2	30	0	188	7.791.770
18 544	**2084 10GM**	**Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica**							**11.439.554**
18 544	2084 10GM 0001	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica - Nacional							800.000
			F	4	3	90	0	100	800.000
18 544	2084 10GM 7000	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica - Diques da Baixada do Maranhão - No Estado do Maranhão							10.439.554
			F	4	2	90	0	100	4.985.315
			F	4	2	90	0	188	3.789.633
			F	3	2	90	0	100	1.664.606
18 544	**2084 12G5**	**Implantação do Sistema Adutor de Guanambi no Estado da Bahia**							**500.000**
18 544	2084 12G5 0029	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi no Estado da Bahia - No Estado da Bahia							500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000
18 544	**2084 14VI**	**Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água**							**151.000**
18 544	2084 14VI 0001	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água - Nacional							151.000
			F	4	3	90	0	100	151.000
18 544	**2084 1851**	**Implantação de Obras de Infraestruturas Hídricas**							**10.191.635**
18 544	2084 1851 7076	Implantação de Obras de Infraestruturas Hídricas - Recuperação e Revitalização do Rio São Francisco - No Estado da Bahia							10.191.635
			F	4	2	90	0	188	3.541.714
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
18 544	**2084 7G88**	**Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí**							**1.800.000**
18 544	2084 7G88 0022	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí - No Estado do Piauí							1.800.000
			F	4	3	90	0	100	1.800.000
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**1.265.000**
		Projetos							
04 122	**2111 141M**	**Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios Sede, Superintendências Regionais e Unidades Administrativas da CODEVASF**							**1.265.000**
04 122	2111 141M 0001	Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios Sede, Superintendências Regionais e Unidades Administrativas da CODEVASF - Nacional							1.265.000
			F	3	2	90	0	100	1.265.000
TOTAL - FISCAL									**86.637.767**
TOTAL - GERAL									**86.637.767**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**1.000.000**
		Atividades							
19 572	**2021 4542**	**Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica**							**1.000.000**
19 572	2021 4542 6000	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica - Na Amazônia Legal							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**48.333.880**
		Atividades							
04 127	**2029 20WQ**	**Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**							**978.888**
04 127	2029 20WQ 6000	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Amazônia Legal							978.888
			F	3	2	90	0	100	978.888
20 608	**2029 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas**							**1.485.204**
20 608	2029 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional							1.485.204
			F	3	2	40	0	100	51.484
			F	4	2	40	0	100	20.856
			F	4	2	90	0	100	1.300.000
			F	3	2	90	0	100	112.864
19 573	**2029 8340**	**Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação**							**500.000**
19 573	2029 8340 6000	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação - Na Amazônia Legal							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
19 691	**2029 8902**	**Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica**							**26.064.067**
19 691	2029 8902 5390	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - No Município de Rondonópolis - MT							8.354.689
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
			F	4	2	90	0	188	1.704.768
19 691	2029 8902 6000	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Na Amazônia Legal							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
19 691	2029 8902 7044	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Mato Grosso							8.354.689
			F	4	2	90	0	188	1.704.768

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	4	2	90	0	100	6.649.921
19 691	2029 8902 7060	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - No Estado do Mato Grosso							8.354.689
			F	4	2	90	0	188	1.704.768
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**19.305.721**
15 244	2029 7K66 0245	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Normandia - RR							6.649.921
			F	4	2	40	0	100	6.649.921
15 244	2029 7K66 7218	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Tocantins							12.655.800
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
			F	4	2	30	0	188	6.005.879
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**434.171**
		Atividades							
20 573	**2052 20NE**	**Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca**							**434.171**
20 573	2052 20NE 6000	Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca - Na Amazônia Legal							434.171
			F	3	2	90	0	100	184.171
			F	4	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**49.768.051**
TOTAL - GERAL									**49.768.051**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**26.758.351**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**26.758.351**
15 244	2029 7K66 2089	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Ilhéus - BA							17.983.403
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
			F	4	2	30	0	188	11.333.482
15 244	2029 7K66 7216	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Infraestrutura Urbana do Complexo Multimodal Aluízio Campos - Campina Grande - PB							8.774.948
			F	4	2	90	0	100	6.649.921
			F	4	2	90	0	188	2.125.027
TOTAL - FISCAL									**26.758.351**
TOTAL - GERAL									**26.758.351**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**1.801.403**
		Atividades							
20 608	**2052 212Z**	**Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável**							**1.801.403**
20 608	2052 212Z 0020	Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável - Na Região Nordeste							1.801.403
			F	3	2	90	0	100	1.801.403
	2077	**Agropecuária Sustentável**							**6.742.555**
		Atividades							
20 607	**2077 20WP**	**Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação**							**4.113.000**
20 607	2077 20WP 0020	Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Nordeste							4.113.000
			F	4	3	90	0	100	4.113.000
		Projetos							
20 607	**2077 12OB**	**Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**2.090.417**
20 607	2077 12OB 0001	Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							2.090.417
			F	3	2	90	0	100	2.090.417
18 607	**2077 140X**	**Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação**							**539.138**
18 607	2077 140X 0001	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							539.138
			F	4	2	90	0	100	50.000
			F	3	2	90	0	100	489.138
	2084	**Recursos Hídricos**							**45.881.316**
		Atividades							
18 544	**2084 20N4**	**Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas**							**2.799.254**
18 544	2084 20N4 0001	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas - Nacional							2.799.254
			F	4	2	90	0	100	2.799.254
		Projetos							
18 544	**2084 140N**	**Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas**							**3.055.504**
18 544	2084 140N 0001	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas - Nacional							3.055.504
			F	4	2	90	0	100	3.055.504
18 544	**2084 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**40.026.558**
18 544	2084 1851 1090	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Município de Lavras da Mangabeira - CE							21.525.117
			F	4	2	90	0	100	21.525.117

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18 544	2084 1851 1551	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Município de Sousa - PB							18.501.441
			F	4	2	90	0	100	78.321
			F	4	2	90	0	188	18.423.120
TOTAL - FISCAL									**54.425.274**
TOTAL - GERAL									**54.425.274**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**							**19.269.116**
		Atividades							
19 691	**2029 8902**	**Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica**							**19.269.166**
19 691	2029 8902 7046	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Aquisição de Equipamentos e Serviços - No Estado do Mato Grosso do Sul							6.649.921
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
19 691	2029 8902 7052	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - RIDE GO/DF - No Estado de Goiás							2.427.610
			F	4	2	30	0	100	2.427.610
19 691	2029 8902 7054	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Aquisição de Equipamentos, materiais e serviços - No Estado do Mato Grosso do Sul							3.541.714
			F	4	2	90	0	100	3.541.714
19 691	2029 8902 7056	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Construção da Subestação da Curva do Leque - Pantanal - No Estado do Mato Grosso do Sul							6.649.921
			F	4	2	30	0	100	6.649.921
TOTAL - FISCAL									**19.269.166**
TOTAL - GERAL									**19.269.166**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**							**243.004.930**
		Atividades							
15 452	**2040 20NN**	**Apoio ao Planejamento de Intervenções Estruturais em Municípios Críticos a Desastres Naturais**							**227.593**
15 452	2040 20NN 0001	Apoio ao Planejamento de Intervenções Estruturais em Municípios Críticos a Desastres Naturais - Nacional							227.593
			F	3	2	90	0	100	227.593
15 451	**2040 8865**	**Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)**							**105.023.372**
15 451	2040 8865 0001	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas) - Nacional							73.147.953
			F	4	3	40	0	100	36.621.453
			F	4	3	30	0	100	36.526.500
15 451	2040 8865 0219	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas) - No Município de Parintins - AM							31.875.419
			F	4	2	40	0	188	31.875.419
		Projetos							
17 512	**2040 10SG**	**Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos**							**137.753.965**
17 512	2040 10SG 0001	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos - Nacional							91.841.556
			S	4	3	30	0	100	28.066.236
			S	4	3	40	0	100	63.775.320
17 512	2040 10SG 0030	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos - Na Região Sudeste							18.995.388
			S	4	3	40	0	100	18.995.388
17 512	2040 10SG 1853	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos - No Município de Aracaju - SE							13.458.510
			S	4	2	40	0	100	12.041.825
			S	3	2	40	0	100	1.416.685
17 512	2040 10SG 5527	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos - No Município de Inhumas - GO							13.458.511
			S	4	2	40	0	100	13.458.511
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**150.207.837**
		Atividades							
15 453	**2048 2D49**	**Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana**							**7.366.425**
15 453	2048 2D49 0001	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional							7.366.425
			F	3	2	90	0	100	7.366.425
		Projetos							
15 453	**2048 10SS**	**Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano**							**136.826.004**
15 453	2048 10SS 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional							56.444.144
			F	4	3	30	0	100	28.106.390
			F	4	3	40	0	100	28.337.754
15 453	2048 10SS 0542	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - No Município de Palmas - TO							30.089.529

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	4	2	40	0	188	16.631.018
			F	4	2	40	0	100	13.458.511
15 453	2048 10SS 3928	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - No Município de São Paulo - SP							13.458.511
			F	4	2	40	0	100	13.458.511
15 453	2048 10SS 7086	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - ESTRADA DO CONDE - No Estado do Rio Grande do Sul							13.458.511
			F	4	2	90	0	188	13.458.511
15 453	2048 10SS 7090	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Implantação de Terminal Rodoviário na Região Interestadual e Intermunicipal na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará							17.000.225
			F	4	2	30	0	188	3.541.714
			F	4	2	30	0	100	13.458.511
15 453	2048 10SS 7092	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Implantação da Hidrovia para Transporte Coletivo Público de Passageiros Duque de Caxias - Rio de Janeiro (Praça XV) - No Estado do Rio de Janeiro							6.375.084
			F	4	2	40	0	100	6.375.084
15 451	**2048 10ST**	**Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados**							**6.015.408**
15 451	2048 10ST 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - Nacional							6.015.408
			F	4	2	40	0	100	6.015.408
	2049	**Moradia Digna**							**2.686.639.773**
		Operações Especiais							
28 845	**2049 00AF**	**Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**							**1.467.887.485**
28 845	2049 00AF 0001	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional							1.467.887.485
			F	5	3	90	0	100	1.467.887.485
28 846	**2049 00CX**	**Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)**							**409.742.487**
28 846	2049 00CX 0001	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009) - Nacional							409.742.487
			F	3	3	90	0	100	409.742.487
28 845	**2049 00CY**	**Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)**							**169.173.862**
28 845	2049 00CY 0001	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009) - Nacional							169.173.862
			F	3	3	90	0	100	169.173.862
28 845	**2049 0EB3**	**Concessão de Subvenção Econômica para a Aquisição de Materiais de Construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de Unidades Habitacionais - Cartão Reforma (MP nº 751, de 9 de novembro de 2016)**							**638.807.076**
28 845	2049 0EB3 0001	Concessão de Subvenção Econômica para a Aquisição de Materiais de Construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de Unidades Habitacionais - Cartão Reforma (MP nº 751, de 9 de novembro de 2016) - Nacional							638.807.076
			F	3	3	90	0	100	493.608.452
			F	3	3	30	0	100	70.348.624
			F	3	3	40	0	100	74.850.000
		Atividades							
15 665	**2049 20Z9**	**Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental**							**391.555**
15 665	2049 20Z9 0001	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental - Nacional							391.555
			F	3	2	90	0	100	391.555
		Projetos							
15 451	**2049 10S3**	**Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários**							**637.308**
15 451	2049 10S3 0010	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Na Região Norte							637.308
			F	4	3	30	0	100	637.308
	2054	**Planejamento Urbano**							**1.113.054**
		Atividades							
15 127	**2054 8866**	**Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)**							**734.166**
15 127	2054 8866 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) - Nacional							734.166
			F	3	2	90	0	100	734.166
15 452	**2054 8872**	**Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**							**244.722**
15 452	2054 8872 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional							244.722
			F	3	2	90	0	100	244.722
15 121	**2054 8874**	**Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa**							**134.166**
15 121	2054 8874 0001	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional							134.166
			F	3	2	90	0	100	134.166
	2068	**Saneamento Básico**							**68.709.237**
		Projetos							
17 512	**2068 10SC**	**Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento**							**41.792.215**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17 512	2068 10SC 1916	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Município de São Cristóvão - SE							13.458.509
			S	4	2	40	0	100	11.333.482
			S	3	2	40	0	100	2.125.027
17 512	2068 10SC 7004	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Barragem de Regularização Hídrica no Ribeirão Piraí - Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí - No Estado de São Paulo							28.333.706
			S	4	2	71	0	188	24.083.650
			S	4	2	71	0	100	4.250.056
17 512	**2068 1N08**	**Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento**							**26.917.022**
17 512	2068 1N08 0116	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Município de Porto Velho - RO							13.458.511
			S	4	2	40	0	100	13.458.511
17 512	2068 1N08 5465	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Município de Caldas Novas - GO							13.458.511
			S	4	2	40	0	100	13.458.511
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**192.516**
		Atividades							
15 122	**2116 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**192.516**
15 122	2116 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							192.516
			F	4	3	90	0	100	192.516
TOTAL - FISCAL									**2.943.404.145**
TOTAL - SEGURIDADE									**206.463.202**
TOTAL - GERAL									**3.149.867.347**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**17.595.729**
		Projetos							
15 453	**2048 10SS**	**Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano**							**4.860.001**
15 453	2048 10SS 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional							4.860.001
			F	4	3	90	0	100	4.860.001
15 453	**2048 5176**	**Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG**							**12.735.728**
15 453	2048 5176 2408	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							12.735.728
			F	4	2	90	0	100	12.735.728
TOTAL - FISCAL									**17.595.729**
TOTAL - GERAL									**17.595.729**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**59.115.660**
		Projetos							
16 451	**2049 10S6**	**Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários**							**1.793.893**
16 451	2049 10S6 0020	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - Na Região Nordeste							793.893
			F	4	3	40	0	100	793.893
16 451	2049 10S6 0030	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - Na Região Sudeste							1.000.000
			F	4	3	40	0	100	1.000.000
16 482	**2049 10SJ**	**Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social**							**57.321.767**
16 482	2049 10SJ 0001	Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social - Nacional							57.321.767
			F	4	3	40	0	100	57.321.767
TOTAL - FISCAL									**59.115.660**
TOTAL - GERAL									**59.115.660**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**5.405.202**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00CZ**	**Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab**							**5.405.202**
28 846	0909 00CZ 0001	Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab - Nacional							5.405.202

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	5	3	90	0	100	5.405.202
TOTAL - FISCAL									**5.405.202**
TOTAL - GERAL									**5.405.202**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**60.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0910 0128**	**Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)**							**60.000.000**
28 846	0910 0128 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - No Exterior							60.000.000
			F	3	2	80	0	100	60.000.000
TOTAL - FISCAL									**60.000.000**
TOTAL - GERAL									**60.000.000**

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 22, DE 2017

Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Espírito Santo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito externo prevista no **caput** destinam-se a financiar o "Projeto Estado Presente".

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Espírito Santo;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V - desembolso estimativo: US$ 1.360.200,00 (um milhão, trezentos e sessenta mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US$ 7.140.000,00 (sete milhões, cento e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 15.800.000,00 (quinze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$ 16.070.000,00 (dezesseis milhões e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US$ 15.629.800,00 (quinze milhões, seiscentos e vinte e nove mil e oitocentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VI - amortização: até 222 (duzentos e vinte e dois) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII - taxa de juros: baseada na **Libor** trimestral, denominada em dólares dos Estados Unidos da América, mais margem variável determinada periodicamente pelo BID;

VIII - comissões e encargos: comissão de compromisso de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), cobrada a partir de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato, e encargo de inspeção e supervisão de até 1% (um por cento) do valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Espírito Santo na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado do Espírito Santo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Espírito Santo quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento substancial das condições do primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de novembro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.210, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal na área da defesa relativo à Gestão de Rede de Comunicação Integrada do Comando da Aeronáutica para execução por meio de parceria com o setor privado.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica qualificado, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, na forma do art. 4º, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para execução por meio de parceria com o setor privado, na modalidade concessão administrativa, o empreendimento público federal na área da defesa relativo à Gestão da Rede de Comunicação Integrada do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
Joaquim Lima de Oliveira

DECRETO Nº 9.211, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Cria a 22ª Brigada de Infantaria de Selva na estrutura do Comando do Exército.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, na estrutura do Comando do Exército, subordinada ao Comando Militar do Norte e com sede no Município de Macapá, Estado do Amapá, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva.

Art. 2º A 22ª Brigada de Infantaria de Selva será comandada por oficial-general da ativa.

Art. 3º O Comandante do Exército editará os atos complementares necessários à execução do disposto neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
Dyogo Henrique de Oliveira

DECRETO Nº 9.212, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004, que cria a Medalha da Vitória.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Medalha da Vitória poderá ser conferida aos militares das Forças Armadas, aos civis nacionais, aos militares e civis estrangeiros, aos policiais e bombeiros militares e às organizações militares e instituições civis nacionais que tenham contribuído para a difusão dos feitos dos combatentes durante a 2ª Guerra Mundial, por meio da participação em conflitos internacionais na defesa dos interesses do País e em missões de paz e da prestação de serviços relevantes ou de apoio ao Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.126, de 15 junho de 2007.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

DECRETO Nº 9.213, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Cria a Medalha e o Diploma Mérito da Defesa Agropecuária.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados a Medalha e o Diploma Mérito da Defesa Agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º A Medalha e o Diploma Mérito da Defesa Agropecuária serão concedidos, anualmente, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos brasileiros e às organizações brasileiras que prestarem contribuições relevantes para a defesa agropecuária, como forma de reconhecimento e estímulo.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste Decreto, são consideradas contribuições relevantes as ações que visem à sanidade dos vegetais e à saúde animal, além daquelas que busquem a conformidade nos insumos ou a segurança alimentar.

Art. 2º Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disporá sobre os requisitos e os critérios para a concessão da Medalha e do Diploma Mérito da Defesa Agropecuária e estabelecerá a sua forma de entrega e o quantitativo de medalhas e diplomas concedidos a cada edição.

Parágrafo único. O ato a que se refere o **caput** também disporá sobre o método de confecção, os modelos e as características da Medalha e do Diploma Mérito da Defesa Agropecuária.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Blairo Maggi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.214, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

....." (NR)

"Art. 4º .....

I - beneficiários consumidores - indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e de nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, aqueles atendidos pela rede pública de ensino e de saúde e que estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo;

II - beneficiários fornecedores - agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

.....

IV - unidade recebedora - organização formalmente constituída, contemplada pela unidade executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores, conforme definido em resolução do GGPAA;

V - órgão comprador - órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

.....

§ 5º O GGPAA priorizará o atendimento às organizações fornecedoras constituídas por mulheres, por povos e comunidades tradicionais e por outros grupos específicos." (NR)

"Art. 5º .....

.....

III - seja respeitado o valor máximo anual para aquisições de alimentos, por unidade familiar, ou por organização da agricultura familiar, conforme o disposto no art. 19; e

.....

§ 1º O GGPAA estabelecerá metodologia de definição de preço diferenciada para a compra de alimentos agroecológicos ou orgânicos e o procedimento para a compra, observado o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011.

§ 2º O GGPAA estabelecerá as condições para a aquisição de produtos **in natura**, processados, beneficiados ou industrializados.

§ 3º São admitidas a aquisição de insumos e a contratação de prestação de serviços, de forma complementar à produção própria do beneficiário fornecedor ou da organização fornecedora, para fins de processamento, beneficiamento ou industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, conforme disposto pelo GGPAA." (NR)

"Art. 6º A aquisição de alimentos deverá conciliar a demanda por ações de promoção de segurança alimentar e nutricional e de abastecimento alimentar com a oferta de produtos pelos beneficiários fornecedores do PAA." (NR)

"Art. 9º .....

.....

IV - o abastecimento das redes públicas de ensino e de saúde, das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos estabelecimentos prisionais;

V - a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda;

VI - o abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta; e

VII - o atendimento a outras demandas definidas pelo GGPAA.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento Social estabelecerá as condições e os critérios para distribuição direta de alimentos aos beneficiários consumidores e de participação e priorização de unidades recebedoras.

....." (NR)

"Art. 17. .....

I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades recebedoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

.....

III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades recebedoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

.....

V - Compra Institucional - compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, para doação aos beneficiários consumidores; e

....." (NR)

"Art. 19. .....

I - por unidade familiar, até:

.....

c) R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite;

.....

II - por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar, até:

.....

§ 4º O beneficiário fornecedor, na modalidade Compra com Doação Simultânea, poderá participar individualmente e por meio de organização formalmente constituída, sendo os limites de que tratam a alínea "a" do inciso I do **caput** e o § 5º independentes entre si.

....." (NR)

"Art. 21. .....

.....

VI - os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores e das regiões de atuação;

....." (NR)

"Art. 31. As unidades executoras deverão cumprir as metas pactuadas ao realizar as atividades previstas no termo de adesão." (NR)

"Art. 32. .....

.....

VII - pelo não comprometimento de recursos financeiros acima do pactuado durante a vigência do termo de adesão;

....." (NR)

"Art. 33. .....

I - disponibilizar recursos, observadas as dotações orçamentárias, por meio de instituição financeira oficial, para realização dos pagamentos aos beneficiários fornecedores envolvidos nas aquisições realizadas pelas unidades executoras, em conformidade com os limites pactuados durante a vigência do termo de adesão; e

....." (NR)

"Art. 41. .....

§ 1º Além do pagamento aos fornecedores, o Agente Operador poderá, desde que pactuado em instrumento específico, desenvolver outras ações de apoio à operacionalização do PAA.

§ 2º Caberá ao Banco do Brasil a função de Agente Operador do PAA executado mediante termo de adesão, conforme disposto neste Capítulo." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012:

I - o § 1º do art. 19;

II - o art. 30;

III - o art. 35 ao art. 39; e

IV - o art. 48.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Blairo Maggi
José Mendonça Bezerra Filho
Dyogo Henrique de Oliveira
Osmar Terra

DECRETO Nº 9.215, DE 29 DE NOVEMBRO 2017

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as normas gerais a serem seguidas na publicação do Diário Oficial da União.

Competência para a publicação

Art. 2º A competência para a publicação do Diário Oficial da União é da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Meio de publicação

Art. 3º O Diário Oficial da União será exclusivamente eletrônico e será publicado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 1º É gratuito o acesso ao Diário Oficial da União disponibilizado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 2º A Imprensa Nacional imprimirá e manterá em arquivo, no mínimo, um exemplar de cada edição do Diário Oficial da União.

§ 3º A falta ou a intempestividade do exemplar impresso de que trata o § 2º não afasta a validade da publicação do Diário Oficial da União.

Autenticidade da versão eletrônica

Art. 4º A publicação do Diário Oficial da União no sítio eletrônico da Imprensa Nacional atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Encaminhamento de ato à publicação

Art. 5º O encaminhamento de atos à Imprensa Nacional para publicação no Diário Oficial da União será, exclusivamente, por meio eletrônico.

Autonomia técnica

Art. 6º A Imprensa Nacional possui autonomia técnica para edição e disponibilização do Diário Oficial da União, obedecido o princípio da fidelidade aos originais.

Parágrafo único. A autonomia técnica não afasta a supervisão pelas autoridades superiores da Casa Civil da Presidência da República.

Confirmação de autoria

Art. 7º Na hipótese de dúvida quanto à autoria, a publicação do ato ou do documento dependerá da confirmação pela autoridade signatária ou remetente.

Rejeição de atos

Art. 8º Não serão publicados os atos encaminhados em desconformidade com as normas de remessa e de publicação.

Divisão em seções

Art. 9º O Diário Oficial da União poderá ser editado em seções.

Periodicidade da publicação

Art. 10. O Diário Oficial da União será publicado de segunda-feira a sexta-feira, uma vez por dia, exceto nos feriados nacionais e nos pontos facultativos da administração pública federal.

Parágrafo único. Caberá ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República autorizar:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - a publicação do Diário Oficial da União em dias não previstos no **caput**;

II - a publicação de edições extras do Diário Oficial da União nos dias previstos no **caput**; e

III - a remessa de atos para publicação fora do horário limite estabelecido em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Atos publicados integralmente

Art. 11. Serão publicados na íntegra no Diário Oficial da União:

I - os atos com conteúdo normativo, exceto os atos de aplicação exclusivamente interna que não afetem interesses de terceiros; e

II - os atos oficiais:

a) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) do Poder Legislativo;

c) do Poder Judiciário;

d) do Ministério Público da União;

e) da Defensoria Pública da União; e

f) do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O disposto no inciso II do **caput** não se aplica nas hipóteses previstas nos art. 12 e art. 13.

Atos publicados em extrato

Art. 12. Os atos oficiais que não requeiram publicação integral obrigatória serão publicados em resumo e se restringirão aos elementos necessários à sua identificação.

Parágrafo único. Incluem-se entre os atos a que se refere o **caput**:

I - decisões de tribunais e de órgãos colegiados dos Poderes da União;

II - pautas;

III - editais, avisos e comunicados;

IV - contratos, convênios, aditivos e distratos;

V - despachos de autoridades administrativas relacionados a interesses individuais; e

VI - atos oficiais que autorizem, permitam ou concedam a execução de serviços por terceiros.

Atos de publicação vedada

Art. 13. Não serão publicados no Diário Oficial da União:

I - atos de caráter interno;

II - atos de concessão de medalhas ou comendas, exceto as previstas em lei ou decreto;

III - logotipos, logomarcas, brasões, emblemas, imagens ou fotografias;

IV - modelos de documento, de formulário ou de requerimento;

V - partituras musicais;

VI - discursos;

VII - atos de particulares com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública; e

VIII - atos de outros entes federativos ou de pessoas jurídicas de direito público externo com linguagem ou formato que possam induzir ao entendimento de se tratar de ato de autoridade pública federal.

Parágrafo único. As vedações previstas nos incisos III, IV e V do **caput** não se aplicam na hipótese de se tratar de parte integrante de ato normativo.

Remissão para endereço eletrônico

Art. 14. Não se considerará publicado no Diário Oficial da União o trecho do ato constante de outro meio, físico ou eletrônico, para o qual o ato publicado remeta.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto no **caput** a remissão para endereço eletrônico.

Publicações cobradas

Art. 15. Estarão sujeitos a pagamento:

I - os contratos, convênios, aditivos, distratos, editais, avisos e comunicações em geral; e

II - todos os atos originários de:

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista federais;

b) outros entes federativos, inclusive entidades vinculadas;

c) pessoas jurídicas de direito público externo;

d) conselhos profissionais;

e) pessoas jurídicas de direito privado, em geral; e

f) pessoas físicas;

Forma de pagamento das publicações

Art. 16. As regras de pagamento das publicações serão estabelecidas em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Parágrafo único. A Imprensa Nacional rejeitará atos originários das pessoas mencionadas nas alíneas "b" a "f" do inciso II do **caput** do art. 15 na hipótese de o interessado estar inadimplente.

Valor das publicações

Art. 17. O valor cobrado pelas publicações será estabelecido em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, após aprovação pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de modo a se buscar a compensação dos custos envolvidos nas atividades da Imprensa Nacional.

§ 1º O disposto no **caput** será feito com antecedência que permita a formulação das normas orçamentárias.

§ 2º O valor cobrado por serviços acessórios relacionados ao Diário Oficial da União será definido pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Publicações gratuitas

Art. 18. Serão publicados gratuitamente:

I - atos oficiais dos órgãos da União, independentemente do Poder que integrarem, ressalvados os atos previstos no inciso I do **caput** do art. 15;

II - atos relativos a pessoal da União, independentemente do Poder que integrarem; e

III - atos determinados judicialmente em processos envolvendo beneficiários de gratuidade da justiça.

Fundo da Imprensa Nacional

Art. 19. O orçamento do Fundo de Imprensa Nacional - FUNIN será elaborado com base em dotações específicas e será aprovado na forma da legislação vigente, segundo a classificação adotada no Orçamento Geral da União.

Normas complementares

Art. 20. O Diretor-Geral da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República editará normas complementares para a execução deste Decreto.

Dúvidas e omissões

Art. 21. As dúvidas e omissões a este Decreto, de ordem técnica, administrativa ou financeira, serão resolvidas pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Vigência

Art. 22. Este Decreto entra em vigor em 1º de dezembro de 2017.

Revogações

Art. 23. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 4.520, de 16 de dezembro de 2002; e

II - o Decreto nº 4.521, de 16 de dezembro de 2002.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital ordinário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

D E C R E T A :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até quarenta e nove por cento no capital ordinário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., sediado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e, em decorrência, de sua controlada Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, sediada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Ilan Goldfajn

DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o aumento do capital social da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. - Trensurb, mediante a incorporação de:

I - adiantamento para futuro aumento do capital, transferido pela União nos exercícios de 2014 e 2015 e em janeiro de 2016, no montante de R$ 180.568.297,23 (cento e oitenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos); e

II - atualização dos recursos previstos no inciso I, e do saldo remanescente de adiantamentos incorporados em assembleias gerais de acionistas da Trensurb, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, conforme o art. 2º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

Art. 2º Fica a União autorizada a subscrever ações, na proporção de sua participação no capital social da Trensurb, após aprovação do aumento do capital pela assembleia geral de acionistas.

Art. 3º Fica a União autorizada a subscrever ações, na proporção da participação dos acionistas minoritários, caso eles não exerçam seu direito de preferência dentro do prazo legal, após aprovação do aumento do capital pela assembleia geral de acionistas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Alexandre Baldy de Sant"Anna Braga

DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º e no art. 15, **caput**, inciso XI, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde - CMD.

Parágrafo único. O CMD integra o Sistema Nacional de Informações em Saúde - SNIS, de que trata o art. 47 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como componente de informações essenciais sobre questões epidemiológicas, ações e prestação de serviços de saúde.

Art. 2º O CMD consiste no formulário padronizado para coleta dos dados sobre as ações e a prestação de serviços de saúde dos estabelecimentos de saúde, públicos e privados, em cada contato assistencial.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput**, entende-se como contato assistencial a atenção à saúde dispensada ao indivíduo de forma ininterrupta e no mesmo estabelecimento de saúde, em uma das modalidades assistenciais previstas no ato do Ministro de Estado da Saúde de que trata o art. 9º.

Art. 3º São objetivos da implementação do CMD:

I - subsidiar as atividades de gestão, planejamento, programação, monitoramento, avaliação e controle do sistema de saúde, da rede de atenção à saúde e dos serviços de saúde;

II - subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de saúde;

III - compor as estatísticas nacionais de saúde, com vistas ao conhecimento do perfil demográfico epidemiológico e de morbidade e mortalidade da população brasileira;

IV - identificar as ações e os serviços desenvolvidos pelos estabelecimentos de saúde, públicos e privados;

V - fomentar a utilização de métricas para a análise de desempenho, a alocação de recursos e o financiamento das políticas públicas de saúde;

VI - possibilitar a realização dos processos administrativos necessários às três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, inclusive quanto ao faturamento dos serviços prestados; e

VII - disponibilizar informações assistenciais em nível nacional comparáveis com as informações internacionais em saúde.

Art. 4º O CMD será adotado em todo o sistema de saúde e abrangerá as pessoas físicas ou jurídicas que atuem na atenção à saúde nas esferas pública, suplementar e privada.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput**, as pessoas físicas ou jurídicas que atuem na atenção à saúde nas esferas pública, suplementar e privada preencherão o CMD e o disponibilizarão ao Ministério da Saúde, na forma prevista no ato do Ministro de Estado da Saúde de que trata o art. 9º.

§ 2º As informações disponibilizadas ao Ministério da Saúde, na forma estabelecida no § 1º, serão homologadas pela gestão estadual, distrital ou municipal à qual o estabelecimento de saúde estiver vinculado, conforme disposto no ato do Ministro de Estado da Saúde de que trata o art. 9º.

§ 3º As informações sobre o CMD, como o modelo de informação, a estratégia de implantação, o cronograma, as orientações técnicas, os aplicativos e as documentações relacionadas, serão disponibilizadas em sítio eletrônico mantido pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º As informações obtidas por meio do CMD serão de acesso exclusivo:

I - do Ministério da Saúde, no âmbito da União; e

II - das gestões estaduais, distrital e municipais do SUS.

§ lº O acesso às informações pelos órgãos e pelas entidades de que trata o inciso II do **caput** será restrito às informações provenientes de estabelecimentos de saúde sob sua jurisdição.

§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional terão acesso às informações do CMD, por meio de requerimento motivado, para o atendimento às finalidades previstas no art. 2º do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, observado o disposto no inciso V do § 3º do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 3º O tratamento das informações pessoais obtidas por meio do CMD observará o disposto na Lei nº 12.527, de 2011, e em seu regulamento, inclusive quanto às sanções aplicáveis aos responsáveis pelo acesso ou pela divulgação irregular das informações.

§ 4º O disposto no § 3º não impedirá a divulgação, pelo Ministério da Saúde, de dados epidemiológicos, de morbidade e de mortalidade da população brasileira e sobre o perfil demográfico e a prestação de serviços, entre outros.

§ 5º Observado o disposto nos § 3º e § 4º, fica vedada a divulgação de informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem dos usuários dos estabelecimentos de saúde.

Art. 6º Compete ao Ministério da Saúde:

I - realizar a implementação e a gestão do CMD; e

II - definir o conteúdo do CMD, observado o disposto no § 1º.

§ 1º O CMD poderá conter os seguintes dados:

I - dados administrativos, relacionados com a gestão de recursos dos estabelecimentos de saúde, entre os quais aqueles referentes a recursos humanos, materiais e financeiro;

II - dados clínico-administrativos, relacionados com a gestão dos usuários dos estabelecimentos de saúde; e

III - clínicos, relacionados com o estado de saúde ou as doenças dos indivíduos, expressos nos diagnósticos, procedimentos e tratamentos realizados.

§ 2º O conteúdo do CMD, de que tratam os incisos I a III do § 1º, será revisado anualmente pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar exportar os registros dos atendimentos realizados pelos planos de saúde, observado o disposto no inciso XIX do **caput** do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000.

Art. 8º A implementação e o funcionamento do CMD no território nacional deverão ocorrer no prazo de um ano, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 9º Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre as normas complementares necessárias para a implementação do disposto neste Decreto.

Art. 10. As despesas decorrentes da implementação e da gestão do CMD, no âmbito da União, serão custeadas por dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento fixados anualmente.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Ricardo José Magalhães Barros

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, ELADIO RAMÓN LOIZAGA LEZCANO, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 490, de 29 de novembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.779.

Nº 491, de 29 de novembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.525, de 29 de novembro de 2017.

Nº 492, de 29 de novembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 18, de 2017-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para os fins que especifica".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 3º e 4º e Anexos III e IV

"Art. 3º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo III.

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 3º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo IV."

"ORGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO III **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**300.000**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**300.000**
10 122	2015 4525 0637	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde No Município de Igarapé Grande - MA							**300.000**
			S	3	6	41	6	100	300.000
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ORGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO IV **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**300.000**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**300.000**
10 122	2015 4525 0754	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Tufilândia - MA							**300.000**
			S	3	6	41	6	100	300.000
TOTAL FISCAL									**0**
TOTAL SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

"

Razões dos vetos

"Os dispositivos, acrescidos ao projeto de lei, violam o artigo 166, § 3º, I, da Constituição, por apresentarem-se incompatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu artigo 44, § 1º, que determina a restrição de cada projeto de lei a um único tipo de crédito adicional, sendo que os citados dispositivos ora vetados adicionam crédito especial em projeto que trata de crédito suplementar."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 493, de 29 de novembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.527, de 29 de novembro de 2017.

Nº 494, de 29 de novembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.528, de 29 de novembro de 2017.

Nº 495, de 29 de novembro de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor João Gilberto Lotufo Conejo.

Nº 496, de 29 de novembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 1.145, de 6 de novembro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Sítio Bom Jesus da Serra, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte.

Torna sem efeito a Mensagem nº 250, de 19 de julho de 2017, publicada no DOU de 20 subsequente, Seção 1, página 3.

Torna sem efeito a Mensagem nº 489, de 28 de novembro de 2017, publicada no DOU de 29 subsequente, Seção 1, página 6.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 76, de 10 de novembro de 2017. Resolução nº 23, de 9 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 29 de novembro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece a adição obrigatória, em volume, de dez por cento de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso das atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso XI, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 1º, inciso I, alínea "m", do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 7º, inciso III, e no **caput** do art. 14, e o que consta do Processo nº 48380.000165/2017-37, resolve:

Art. 1º Estabelecer a adição obrigatória, em volume, de dez por cento de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, a partir de 1º de março de 2018, nos termos do art. 1º, inciso III, da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Processo nº 99990.001277/2017-68
Interessado: AR PROJJECTTO
DEFIRO do pedido de alteraçaõ de endereço da IT PROJJECTTO da AR PROJJECTTO, vinculada às AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, para o endereço, Rua Vergueiro, n 2045, Sala 709, Vila Mariana, São Paulo-SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 126, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e de acordo com o inciso II do art. 7º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, alterado pelo Decreto nº 9.209, de 27 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Protocolo para Ingresso no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

ANEXO

PROTOCOLO PARA INGRESSO NO SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA

I - PROPOSITURA

1. O órgão interessado em integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) deve enviar ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) um pedido formal de ingresso, acompanhado de documento de candidatura. O pedido deverá ser encaminhado por meio de aviso ministerial ou documento equivalente, dirigido ao Ministro de Estado Chefe do GSI/PR.

2. No documento de candidatura, o órgão interessado deve:

2.1 Relatar as atividades exercidas pelo órgão e as razões do pedido de ingresso. Para justificá-lo, a argumentação deve contemplar e desenvolver pelo menos um dos seguintes critérios:

I) que o órgão produz conhecimentos de Inteligência úteis aos demais integrantes do SISBIN;

II) que o órgão dispõe de dados relevantes aos demais; e

III) em que medida o órgão faria uso de conhecimentos ou dados do SISBIN para aprimorar a execução de suas atribuições legais, com benefícios para o Estado.

2.2 Explicitar qual unidade ou fração do órgão seria responsável pela interface com o SISBIN, que atribuições a referida unidade possui e que atribuições passaria a ter, caso o ingresso do órgão venha a ser aprovado.

2.3 Explicitar o contingente de profissionais capacitados em cursos de Inteligência em seus quadros, se houver, e como o órgão pretende desenvolver a capacitação dos servidores que atuariam na área.

2.4 Detalhar se o órgão dispõe de normas e programas de segurança corporativa compatíveis com o tratamento de informação sigilosa e documentação classificada, quais são esses instrumentos e, caso não possua, como o órgão pretende implantar medidas de segurança adequadas, em caso de ingresso no Sistema.

II - AVALIAÇÃO DA CANDIDATURA

1. O GSI/PR, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), apresentará o(s) pedido(s) existente(s) em reunião do Conselho Consultivo do SISBIN (CONSISBIN).

2. Para cada pedido apresentado, será constituída uma comissão de avaliação, composta por três membros de órgãos do CONSISBIN. Esta comissão será responsável pela elaboração de um parecer sobre o pedido.

2.1 Os membros da comissão serão escolhidos da seguinte forma:

2.1.1 Por manifestação voluntária de interesse aprovada na plenária do CONSISBIN;

2.1.2 Por sorteio entre os presentes que manifestarem interesse, em caso de não haver consenso; ou

2.1.3 Por sorteio entre todos os órgãos do CONSISBIN, caso não haja manifestações voluntárias.

2.1.4 Apenas um representante de cada órgão poderá participar do sorteio.

2.2 Deverá ser designado, entre os membros da comissão, um relator que coordenará os trabalhos do grupo.

2.3 A ABIN apoiará as comissões de avaliação formadas, provendo suporte e dando o encaminhamento necessário aos trabalhos.

3. À comissão de avaliação competirá:

3.1 Elaborar parecer, no prazo de 30 dias, avaliando se o órgão postulante atende aos requisitos necessários para integrar o SISBIN, nos termos da candidatura apresentada.

3.2 Convidar, se julgar necessário, representante do órgão postulante para expor presencialmente os motivos do pedido.

3.3 A comissão avaliadora poderá examinar outros aspectos julgados relevantes, tais como a existência de instalações adequadas, pessoal especializado e estrutura de tecnologia da informação compatível com o atendimento à legislação aplicável aos documentos classificados. Para isso, poderá propor a realização de visitas técnicas, solicitar informações adicionais ou adotar outras ações justificadas que contribuam para a elaboração do parecer final.

4. O parecer elaborado deverá recomendar a aprovação, rejeição ou aprovação condicional da candidatura, entendida esta última como a aprovação condicionada ao atendimento de determinados requisitos por parte do órgão solicitante, estabelecidos durante a avaliação e devidamente justificados.

III - APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DA CANDIDATURA

1. O parecer elaborado pela comissão será enviado aos membros do CONSISBIN para que tomem conhecimento e será objeto de deliberação em reunião do Conselho, o qual poderá propor alterações ao documento.

2. O CONSISBIN votará pela aprovação ou rejeição do parecer, por sistema de votação simples, um voto por órgão do Conselho, cabendo ao Ministro de Estado Chefe do GSI/PR o voto de desempate, quando necessário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. A decisão será comunicada formalmente, pela secretaria do CONSISBIN, ao órgão solicitante, que terá acesso ao parecer da comissão.

4. Em caso de rejeição da candidatura, o órgão solicitante terá o prazo de 15 dias para apresentar recurso escrito à comissão de avaliação, a qual terá mais 15 dias para avaliar a argumentação apresentada e, de forma justificada, manter ou reformar o parecer.

5. O instrumento do recurso escrito e o parecer revisado da comissão devem ser enviados aos membros do CONSISBIN, para que se proceda a nova deliberação na reunião seguinte do Conselho, quando se retificará ou ratificará a decisão inicial.

6. Mantida a rejeição, a justificativa será encaminhada ao órgão solicitante, ao qual é facultado propor nova candidatura.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.352, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições estabelecidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o que consta do Processo nº 70100.000238/2012-34 e Apenso nº 70100.005915/2013-91, resolve:

Art. 1º Fica designado o Ouvidor desta Pasta para, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, exercer as atribuições estabelecidas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.131, de 20 de novembro de 2013.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 313, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050. 001333/2005-53, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento BR-SC153 da empresa DDP FUMIGAÇÃO LTDA., CNPJ 07.082.243/0002-46, sito na Rua Barão do Rio Branco 860, sala 01, São Francisco do Sul/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar Fumigação em Conteineres (FEC-Fosfina); Fumigação em Silos Herméticos (FHS-Fosfina); Fumigação em Porões de Navio (FPN-Fosfina).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco (5) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 139, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.032630/2017-70, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento A3Q Laboratórios Ltda, CNPJ nº 05.642.544/0001-70, localizado na Rua Uruguai, nº 533, Bairro Alto Alegre, CEP: 85.805-010, Cascavel/PR, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 95, de 08 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 153, de 10 de agosto de 2017, Seção 1, pág: 13.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROQUÍMICOS E AFINS

ATO Nº 106, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Eminent Excell, registro nº 3814, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Ramularia aréola* na cultura de algodão *e Cercospora zeae-maydis* na cultura de milho, conforme processo nº 21000.001598/2015-19.

2. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha, no produto Basagran 600, registro nº 0594, conforme processo nº 21000.058357/2016-22.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Dez, registro nº 5009, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a adequação de dose para L/100 L de calda para L/ha na cultura de pastagem (Conyza bonariensis Sida rhombifolia), conforme processo nº 21000.046030/2017-99.

4. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Permetrina Fersol 384 EC registro nº4697 redução de dose para uso no controle de pragas Spodoptera frugiperda e Pseudaletia sequax nas culturas do milho e trigo, respectivamente, conforme processo nº 21000.014138/2017-12.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Dow Agrosciences Industrial Ltda. - CNPJ nº 47.180.625/0001-46, Matriz - Santo Amaro/SP, Filiais: CNPJ nº 47.180.625/0021-90 Franco da Rocha/SP, CNPJ nº 47.180.625/0020-09 - Jacareí/SP, a importar o produto Pampa, registro nº 2512, conforme processo nº 21000.029409/2016-53.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Azamax, registro nº 14807, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de cana-de-açúcar, conforme processo nº 21000.049780/2016-31.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, a importar o produto Alfacipermetrina Técnico, registro nº 01107, uma vez que a mesma consta como formuladora dos produtos Incrível registro nº 10813, Fastac Duo, registro nº 10913, conforme processo nº 21000.012280/2016-44.

8. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Adama Brasil S.A. - CNPJ nº 02.290.510/0001-76 - Londrina/PR, Filial: CNPJ nº 02.290.510/0004-19 - Taquari/RS, a importar os produtos Ace 750 SP, registro nº 12317, e Take 750 SP, registro nº 20717, conforme processo nº 21000.049748/2017-37.

9. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Macroseed Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filial: CNPJ nº 18.858.234/0003-00 - Campo Novo do Parecis/MT, a importar os produtos Thiodi, registro nº 22717; Trishul 750 SP, registro nº 20817; Take 750 SP, registro nº 20717; e Diquash 200 SL, registro nº 3516, conforme processo nº 21000.049747/2017-92.

10. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Novazim Cheminova registro nº 08206 da empresa FMC Química do Brasil Ltda. - sito à Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, 1º andar - CEP: 13091-611 - Campinas/SP, para a empresa Proquimur Agro do Brasil Ltda. - sito à Rua Topázio nº 947 -Vila Mariana - CEP: 04105-063 - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.050157/2017-11.

11. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Novazim Cheminova, registro nº 8206, para a marca comercial Novazim Proquimur, conforme processo nº 21000.050157/2017-11.

12. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a adequação do endereço do fabricante Nichino Service Co., Ltd. - do endereço Ltd. 2-5, Nihonbashi, 1-Chome-Chuoku, Tóquio 103-Japão, para o endereço 19, Sunayama, Kamisu-shi, Ibaraki 3140255, Japão, no produto Applaud Técnico 980, registro nº 01297, conforme processo nº 21000.043614/2017-11.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Basf S.A. - CNPJ nº 48.539.407/0001-18 - São Paulo/SP, Filiais: CNPJ nº 48.539.407/0002-07 - Guaratinguetá/SP, a importar o produto Mospilan Técnico, registro nº 9798, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Fastac Duo, registro nº 10913, conforme processo nº 21000.050488/2017-42.

14. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industrielle Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay Rhône-Alpes, França, no produto Imunit, registro nº 8806, conforme processo nº 21000.020350/2017-19.

15. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Helymax EC, registro nº 31217, da empresa Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - EPP - Rua Antônio Pinhata, 70, Jardim Pinhata, CEP: 13280-000 - São Paulo/SP, para a empresa Ballagro Agro Tecnologia Ltda. - Estrada Municipal Carlos Gebim, 2353 CEP: 12555-000 - Bom Jesus dos Perdões - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.050345/2017-31.

16. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Cougar 900 WG, processo nº 21000.003898/2015-32, para a marca comercial Panga 900 WG.

17. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Regent Duo, registro n° 12411, conforme processo n° 21000.005910/2014-62.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4697, conforme processo nº 21000.014930/2011-81.

19. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço do fabricante Mitsui Chemicals INC. - 30, Asamuta-cho, Omuta, Fukuoka, 836-610 - Japão, para o endereço Omuta Works, 30, Asamuta-machi, Omuta, Fukuoka, 836-8610 - Japão, esta alteração se aplica aos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e /ou formulador, conforme processo nº 21000.045200/2017-16.

20. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto Timorex Gold, registro nº 22116, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de arroz, batata, café, cebola, milho e morango; além da cultura de suporte fitossanitário insuficiente da melancia, cultura do grupo do melão, conforme processo nº 21000.028439/2017-23.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Glifosato Nortox SL, registro n° 7316, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de aplicação aérea nas culturas de pinus e eucalipto, conforme processo nº 21000.029399/2016-56.

22. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Corechem Co., Ltd. 18, Shilian Avenue 223000 Huaian, Jiangsu China, Jiangsu Good Harvest - Weien Agrochemical Co. Ltd. Laogang 226221 Qidong City, Jiangsu China, Wasion Crop Science and Technology Co., Ltd. 1 Hedong Road, Xinshi Town Deqing, Zhejiang China no produto Glifosato Nortox SL registro nº 7316, conforme processo nº 21000.029395/2016-78.

23. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Nortox S.A. - CNPJ nº 75.263.400/0001-99 - Arapongas/PR, Filial: CNPJ nº 75.263.400/0011-60-Rondonópolis/MT, a importar o produto Dicloreto de Paraquate Técnico NRS Cropchem, registro nº 26116, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Flak 200 SL, registro nº11415, conforme processo nº 21000.048198/2017-39.

24. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ nº 23.361.306/0001-79 - Uberaba/MG, Filial: CNPJ nº 23.361.306/0007-64 - Igarapava/SP, a importar o produto Fujimite Técnico, registro nº 3993, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Fujimite 50 SC, registro nº 4093, conforme processo nº 21000.050722/2017-31.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 107, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE AGROQUÍMICOS E AFINS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 162 da Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 21014.003942/2017-17, resolve:

1. Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil a base dos ingredientes ativos Imidacloprido e Beta-ciflutrina, nas concentrações de 100 g/L e 12,5 g/L respectivamente, na dose de 100 ml do produto/100 litros de água por hectare, para controle de Bemisia tabaci e Thrips palmi em mudas de Plumeria rubra L., exclusivamente para exportação para a Holanda, em atendimento ao requisito fitossanitário estabelecido pela União Europeia.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO

ATO Nº 108, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Agroquímicos e Afins, em complemento ao Ato n° 104, de 20 de novembro de 2017, publicado no DOU em 21 de outubro de 2017, considerando o disposto no Parecer N. 00871/2017/CONJUR-MAPA/CGU/AGU, de 19 de outubro de 2017; considerando o posicionamento expresso na Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos - CTA ocorrida em 06 de novembro de 2017 e o disposto no processo n° 21000.043905/2016-10, resolve:

1. Cancelar o registro dos produtos registrados exclusivamente como espalhantes adesivos, incluídos na categoria de adjuvantes, listados a seguir, tendo em vista não existir obrigatoriedade de registro na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto n° 4.074, de 04 de janeiro de 2002: Adesil, registro n° 188707; Ag-bem, registro n° 1438591; Agral, registro n° 1258589, Agrex, registro n° 368404; Aterbane BR, registro n° 3668204; Designer, registro n° 5306; Energic, registro n° 848590; Fixade, registro n° 1168305; Grip, registro n° 0805; Haiten, registro n° 2158793; Silwet L-77 AG, registro n° 2696; Stick Ultra, registro n° 0905; Sticman, registro n° 5406; Stretta, registro n° 6103; Tactic, registro n° 6003; e Wil Fix, registro n° 188606.

2. Excluir a classe de uso e recomendação como espalhante adesivo do produto listado a seguir, tendo em vista não existir obrigatoriedade de registro na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto n° 4.074, de 04 de janeiro de 2002: Triona, registro n° 1908792.

4. Os produtos espalhantes adesivos, incluídos na categoria de adjuvantes, continuam classificados como insumos agrícolas tendo em vista serem utilizados desta forma e estarem definidos no inciso II do Art. 1° do Decreto n° 4.074, de 04 de janeiro de 2002.

5. Os produtos caracterizados exclusivamente como espalhantes adesivos são produtos de venda livre, sem necessidade de qualquer autorização do MAPA.

6. Os produtos citados neste Ato, bem como os listados no Ato n° 104, de 20 de novembro de 2017, publicado no DOU em 21 de outubro de 2017, podem ser produzidos, importados, formulados, comercializados e utilizados com as rotulagens vigentes durante o prazo de seis meses, conforme previsto no parágrafo primeiro do Art. 43 do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.988, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e nos arts. 1º, VI, e 31, I, III e V, do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO os diversos projetos e sistemas de rastreabilidade e Internet das Coisas (IoT), baseados na tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID) e outras tecnologias, em desenvolvimento e em implantação no País;

CONSIDERANDO a crescente evolução na utilização de dispositivos e tecnologias de identificação por radiofrequência e de Internet das Coisas, em diversos projetos e programas do setor público e da inciativa privada de diferentes segmentos econômicos, e a importância estratégica das inovações advindas dessas tecnologias nas áreas de comunicação, de segurança, de sistemas de computação, de rastreabilidade de bens e mercadorias, logística e identificação pessoal, entre outras aplicações e usos; e

CONSIDERANDO os objetivos de estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação, a competitividade e a inovação do setor industrial brasileiro, e, inclusive, de apoiar o desenvolvimento de aplicações e plataformas para atendimento de necessidades no setor público com o emprego de soluções de microeletrônica frutos de políticas de fomento para o setor de TIC, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê Interministerial para Integração e Promoção de Programas e Projetos baseados na tecnologia de identificação por radiofrequência (RF-ID) e outras tecnologias em desenvolvimento e em implementação no País - C-SISRFID.

§ 1º O C-SISRFID será composto por 2 representantes (titular e suplente) dos seguintes ministérios e órgãos de governo:

I - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, representado pela Secretaria de Política de Informática - SEPIN, que o coordenará;

II - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

III - Ministério das Cidades - MCIDADES;

IV - Ministério da Defesa - MD;

V - Ministério da Educação - MEC;

VI - Ministério da Fazenda - MF;

VII - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

VIII - Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJ;

IX - Ministério do Meio Ambiente - MMA;

X - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG;

XI - Ministério da Saúde - MS;

XII - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU;

XIII - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MT;

XIV - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

XV - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC S.A.

§ 2º Poderão ser convidados para as reuniões, a critério do coordenador do C-SISRFID, representantes de órgãos públicos, de associações, de instituições ou empresas privadas.

Art. 3º O C-SISRFID terá como objetivo principal o desenvolvimento de um Sistema para integrar os diversos projetos e iniciativas em implantação no País, devendo ainda avaliar, elaborar e propor ações e medidas para a comunicação desse sistema.

Parágrafo único. O C-SISFRID apoiará o desenvolvimento dos projetos ou sistemas sob responsabilidade de outros órgãos e entidades, contribuindo para articular o setor produtivo e instituições produtoras ou desenvolvedoras de soluções tecnológicas para esses projetos ou sistemas lastreados em tecnologias RF-ID e outras tecnologias de identificação, em casos específicos, e quando houver manifesto interesse dos órgãos envolvidos e acordo prévio entre as partes.

Art. 4º Compete à coordenação do Comitê agendar reuniões, visitas técnicas, solicitação de informações referentes ao desenvolvimento do sistema aos membros do grupo e demais atividades que venham a colaborar com os objetivos do trabalho.

Art. 5º Ao Secretário de Política de Informática será delegada a competência de, em ato específico, designar os membros representantes dos órgãos e entidades que compõem o C-SISRFID.

Art. 6º O C-SISRFID poderá subsidiar seus trabalhos mediante estudos, pareceres ou notas técnicas dos órgãos e entidades envolvidos, bem como convidar ou propor a contratação de especialistas nacionais e internacionais, para auxiliar nas suas decisões, estudos e propostas.

§ 1º Os órgãos e entidades participantes do C-SISRFID poderão ter apoio técnico e financeiro para subsidiar seus trabalhos inerentes ao projeto que se utilizem de tecnologia RF-ID e similares de interesse do grupo.

§ 2º O apoio tratado no parágrafo anterior será disponibilizado mediante prévia análise do pedido por este MCTIC e pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.008, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, de forma escalonada, para os agrupamentos de municípios de Campinas/SP, de Santos/SP e do Vale do Paraíba/SP, e determina o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 31 de janeiro de 2018, para os agrupamentos de Franca/SP e Ribeirão Preto/SP.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, alterado pelos Decretos n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, n.º 8.061, de 29 de julho de 2013 e n.º 8.753, de 10 de maio de 2016, dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre SBTVD-T e estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) e do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços TV e RTV para o SBTVD-T, definido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, que pelo menos 93% (noventa e três por cento) dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre, estejam aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do art. 5º da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece que cabe ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, aferir o atingimento do mencionado percentual de domicílios aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO a decisão tomada na 14ª Reunião Ordinária do GIRED, de considerar o percentual mínimo para atingimento da condição do desligamento como sendo o de 90 (noventa) pontos percentuais, tendo em vista a margem de erro de 3 (três) pontos percentuais; e

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017, deliberou no sentido de recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o desligamento escalonado da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, para os agrupamentos de municípios de Campinas/SP, de Santos/SP e do Vale do Paraíba/SP, e o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 31 de janeiro de 2018, para os agrupamentos de municípios de Franca/SP e Ribeirão Preto/SP, conforme disposto no Ofício nº 492/2017/SEI/GPR-ANATEL, resolve:

Art. 1° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, com início à zero hora do dia 29 de novembro de 2017 e término às 23 horas e 59 minutos do dia 17 de janeiro de 2018, para os agrupamentos de municípios de Campinas/SP e do Vale do Paraíba/SP, que abrangem os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Aguaí, Águas da Prata, Águas de São Pedro, Alumínio, Americana, Amparo, Aparecida, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Boituva, Bragança Paulista, Cabreúva, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Canas, Capela do Alto, Capivari, Cerquilho, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Cruzeiro, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Guaratinguetá, Holambra, Hortolândia, Igaratá, Indaiatuba, Iperó, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itatiba, Itobi, Itu, Itupeva, Jacareí, Jaguariúna, Jarinu, Jumirim, Jundiaí, Leme, Limeira, Lorena, Louveira, Mairinque, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Piedade, Pindamonhangaba, Piquete, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Porto Ferreira, Potim, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Roseira, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Santa Bárbara D"Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio de Posse, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Pedro, São Roque, Serra Negra, Socorro, Sorocaba, Sumaré, Tambaú, Tapiraí, Tatuí, Taubaté, Tietê, Torrinha, Tremembé, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vinhedo e Votorantim.

Art. 2° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, com início à zero hora do dia 29 de novembro de 2017 e término às 23 horas e 59 minutos do dia 20 de dezembro de 2017, para o agrupamento de municípios de Santos/SP, que abrange os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Art. 3º Determinar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 31 de janeiro de 2018, até o horário-limite de 23 horas e 59 minutos, após verificado o atendimento da condição de que trata o art. 4° da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, para os agrupamentos de municípios de Franca/SP e Ribeirão Preto/SP, que abrangem os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Altinópolis, Aramina, Barretos, Barrinha, Batatais, Brodowski, Buritizal, Colina, Colômbia, Cravinhos, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jaborandi, Jaboticabal, Jardinópolis, Jeriquara, Luís Antônio, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pitangueiras, Pontal, Restinga, Ribeirão Corrente, Ribeirão Preto, Rifaina, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.303, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.005013/2017-88.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à CASCAVEL SERVICO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 28.981.919/0001-22, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 14.334, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.004958/2017-82.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAMU OESTE, CNPJ nº 17.420.047/0001-07, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.798 - Processo nº 53500.078040/2017-49.

Expedie autorização à NR INTERNET SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 08.408.761/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.799 - Processo nº 53500.079633/2017-22.

Expede autorização à MIGUEL A. DOS SANTOS TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 27.826.572/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.800 - Processo nº 53500.065437/2017-71.

Expede autorização à FLASH NETWORK LTDA - ME, CNPJ/MF nº 20.467.286/0001-27, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.810 - Processo nº 53500.079727/2017-00.

Expede autorização à ESTADO VIRTUAL SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 12.096.461/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.811 - Processo nº 53500.078033/2017-47.

Expede autorização à FAST CONNECTION TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.946.367/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.893 - Processo nº 53500.076456/2017-22.
Expede autorização à VIVIANE XAVIER LIMA DOS SANTOS - ME, CNPJ/MF nº 24.250.341/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.894 - Processo nº 53500.079729/2017-91.
Expede autorização à SPECTRUMNET TECNOLOGIA INTEGRADA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.143.457/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.895 - Processo nº 53500.079639/2017-08.
Expede autorização à VIEIRA & LARA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.739.739/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.899 - Processo nº 53500.079636/2017-66.
Expede autorização à SPEEDNET INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.365.625/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.900 - Processo nº 53500.079496/2017-26.
Expede autorização à SMART SIGMA DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.163.897/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.903 - Processo nº 53500.077653/2017-69.
Expede autorização à A A FERREIRA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 10.633.978/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.905 - Processo nº 53500.079560/2017-79.
Expede autorização à LUANA APARECIDA PEREIRA MONTEIRO - ME, CNPJ/MF nº 28.488.672/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.914 - Processo nº 53500.077255/2017-42.
Expede autorização à RIONET TECNOLOGIA EM INTERNET EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 22.690.548/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.915 - Processo nº 53500.076888/2017-33.
Expede autorização à IP CARRIER TELECOM DO BRASIL EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 10.628.267/0001-81, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 13.916 - Processo nº 53500.079730/2017-15.
Expede autorização à WESLEY LUNA RAMIRES - ME, CNPJ/MF nº 20.517.804/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.930 - Processo nº 53500.078258/2017-01.
Expede autorização à OMNI TELECOMUNICACOES EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 09.238.990/0001-75, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 13.945 - Processo nº 53500.079726/2017-57.
Expede autorização à MRQ DO NASCIMENTO TECNOLOGIA - ME, CNPJ/MF nº 28.188.871/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.946 - Processo nº 53500.076751/2017-89.
Expede autorização à SEMPRE INTERNET BRASIL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.231.363/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.947 - Processo nº 53500.079963/2017-18.
Expede autorização à MUNDO TELECOM E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 23.096.109/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.996 - Processo nº 53500.079989/2017-66.
Expede autorização à VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.743.904/0001-23, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 14.003 - Processo nº 53500.079466/2017-10.
Expede autorização à EVILSON RIBEIRO VIANA - ME, CNPJ/MF nº 27.373.139/0001-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.077232/2013	Rádio Três De Maio Ltda	OM	Imbituva	PR	Multa	6.437,02	Art. 62 da Lei 4.117/1962 e art. 38, "b", da Lei n° 10.610/2002.	Portaria DECEF n° 6365, de 27/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.075204/2013	Flash Fm Radiodifusão Ltda	FM	Cosmópolis	SP	Multa	8.731,96	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6792, de 27/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.001348/2013	Rádio Jornal De Itapetinga Ltda	OM	Itapetinga	BA	Multa	1.980,95	Art. 38, alínea "b", da Lei n° 10.610/2002	Portaria DECEF n° 6816, de 27/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.031032/2013	Rádio Estrela Fm Ltda	FM	Estrela	RS	Multa	3.169,52	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6819, de 27/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe confere o § 2º, inciso X, do art. 77, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão aprovado pela Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.054179/2013	Associação De Radiodifusão Comunitária De Capivari De Baixo	RADCOM	Capivari de Baixo	SC	Multa	2.970,05	Art. 40, incisos VII, XV e XXIX, do Decreto nº 2.615, de 1998.	Portaria DECEF n° 6873, de 27/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIAS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.008669/2016	Rádio Noticia De Americana Ltda	FM	Americana	SP	Multa	14.969,07	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6131, de 28/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
01250.005421/2016	Rádio Mar Grosso De São José Do Norte Ltda	FM	São José do Norte	RS	Multa	5.093,64	Art. 38, alínea "b", da Lei n° 10.610/2002	Portaria DECEF n° 6239, de 28/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
01250.010832/2016	Rádio Potiguara De Mamamguape Ltda	OM	Mamanguape	PB	Multa	3.638,32	Art. 38, alínea "b", da Lei n° 10.610/2002	Portaria DECEF n° 6260, de 28/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe confere o § 2º, inciso X, do art. 77, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão aprovado pela Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.027383/2015	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Alternativa Fm	FM	Americana	SP	Multa	14.969,07	Art. 40, incisos VII e XXIX, do Decreto nº 2.615, de 1998.	Portaria DECEF n° 6242, de 28/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.046782/2016	Associação Comunitária Do Desenvolvimento Cultural Do Município De Arapiraca - ACODEC-MA	RADCOM	Arapiraca	AL	Multa	913,86	Art. 40, incisos VIII do Decreto nº 2.615, de 1998.	Portaria DECEF n° 6361, de 28/11/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 5.856-SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.022424/2011-52, resolve:

Art. 1º Consignar à W.M.W. GONÇALVES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Belém/PA, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 6.603-SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.003635/2013-58, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de Ribeirão Preto/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 6.899-SEI, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.015274/2017-71, resolve:

Art. 1º Consignar à SHOP TOUR TV LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Guaratinguetá/SP, o canal 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 6.910-SEI, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.009780/2017-21, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO BOAS NOVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Campinas/SP, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 26 de outubro de 2017

Nº 1.773-SEI - A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.063814/2017-22, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CULTURA PEDERNEIRAS LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de PEDERNEIRAS/SP, utilizando o canal n.º 281 (duzentos e oitenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 24002/2017/SEI-MCTIC.

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 119-E, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA; resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 40ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2017, para que o Prêmio Adicional de Renda, instituído pelo art. 54 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, seja operacionalizado no âmbito do Fundo Setorial do Audiovisual por agente financeiro credenciado pelo Comitê Gestor do FSA, com recursos orçamentários da ANCINE do exercício de 2017, a serem destinados às empresas exibidoras nacionais de pequeno e médio porte.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 120-E, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA; resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 40ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2017, da criação de linha de crédito, com recursos referentes à ação orçamentária 006C (Financiamento ao Setor Audiovisual - FSA), destinada a infraestrutura técnica para a atividade cinematográfica e audiovisual, visando aplicação de recursos na capacitação, desenvolvimento e ampliação de infraestrutura de produção, pós-produção e salas de exibição.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 121-E, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 40ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2017, da destinação de recursos do FSA, na modalidade de investimentos retornáveis, oriundos de saldo orçamentário e de rendimentos financeiros, no valor total de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para a realização de edital de fomento ao desenvolvimento de projetos de produção audiovisual, com o tema "200 Anos da Independência do Brasil", a ser lançado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

DEBORA IVANOV

RETIFICAÇÕES

No Despacho Decisório nº 121 de 31/10/2017, publicada no DOU nº. 211 de 03/11/2017, Seção 1, página 28, em relação ao projeto "17-0633 - O SHAOLIN DO SERTÃO 2: A VOADORA 360º", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 120.000,00.

Leia-se: Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 120.000,00.

No Despacho Decisório nº 125 de 10/11/2017, publicada no DOU nº. 217 de 13/11/2017, Seção 1, página 06, em relação ao projeto " 16-0122 - AUMENTA QUE É ROCK AND ROLL", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00.

Leia-se: Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 719, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177349 - "CAMILE E RODIN" - Circulação
Dramática Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 08.840.166/0001-28
Processo: 01400030346201749
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.142.176,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a circulação do espetáculo de teatro musical "CAMILE E RODIN" em diversas cidades do país e do exterior.

177495 - "TEMPOS VIVIDOS, SONHADOS E PERDIDOS" Montagem e Circulação.
Felipe Oliveira Cunha
CNPJ/CPF: 077.888.996-31
Processo: 01400030714201759
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 398.315,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a montagem da peça "TEMPOS VIVIDOS, SONHADOS E PERDIDOS" e realização de uma turnê nacional com apresentações em três capitais e realização de 02 (duas) palestras.

177740 - 2ª Edição A ESCOLA VAI AO TEATRO
G. H. SILVA - ME
CNPJ/CPF: 16.992.921/0001-18
Processo: 01400031563201756
Cidade: Araguaína - TO;
Valor Aprovado: R$ 383.687,15
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A ESCOLA VAI AO TEATRO prevê a realização de sessões teatrais do espetáculo AS AVENTURAS DE JANELINHA A E FADA DO DENTE voltadas para alunos de escolas públicas (a definir) de Araguaína-TO, durante 2018.

177694 - 2ª GIRANDO ARTE
D W R SOM E LUZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.469.718/0001-33
Processo: 01400031288201771
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 494.585,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A 2ª edição do projeto Girando Arte visa difundir a arte e a cultura, através da apresentação de diferentes linguagens artísticas (teatro, circo e dança), mediante a apresentação de 05 espetáculos Itinerantes em diferentes municipios , durante o ano de 2018, sendo itinerante e em locais de acesso gratuito ao público em geral.

177410 - A 12a CRUZADA (Montagem e Temporada)
PAULO MARCOS FALCO DE BRITO PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 18.788.355/0001-52
Processo: 01400030523201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 399.000,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de montagem e temporada de estreia do espetáculo infanto-juvenil A 12ª CRUZADA.

177358 - A FLORESTA
Franciele Reis de Oliveira
CNPJ/CPF: 003.954.460-58
Processo: 01400030404201734
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 51.225,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A idéia é montar um espetáculo de dança tendo como tema a floresta, abordando de forma lúdica, suas curiosidades, a importancia para a vida, seus personagens reais e imaginários. Desenvolver no elenco, formado por crianças e adolescentes o respeito pela natureza e a necessidade de preservar o meio ambiente, enquanto são criadas as coreografias e o roteiro da obra. Realizar apresentações deste espetáculo no Teatro Pedro Ivo e levar algumas coreografias para shopping e evento publico organizado por terceiros. Promover a formação de platéia realizando whorkshop com o elenco para crianças de escola pública.

177364 - A Insana Arte de Ensinar!
João Carlos Menegazzo
CNPJ/CPF: 550.366.600-30
Processo: 01400030425201750
Cidade: Casca - RS;
Valor Aprovado: R$ 288.697,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentação de um espetáculo de teatro de nome A INSANA ARTE DE ENSINAR! para professores de escolas publicas municipais e estaduais de ensino de 44 municípios do estado do Rio Grande do Sul. O espetáculo teatral será apresentado em forma de comédia e fala das dificuldades e desafios do professor na sala de aula e suas consequências. A peça de teatro provoca uma forte reflexão sobre as dificuldades do ato da docência nesse país onde a educação e o professor são pouco valorizados.

177521 - Adri Mello BRISAS DO SUL
ADRIANA AGOSTINI MELLO PETRY 03667019912
CNPJ/CPF: 28.427.364/0001-71
Processo: 01400030755201745
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 300.000,01
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e circulação de espetáculo inédito, intitulado "Brisas do Sul", relacionado à literatura e música do sul do Brasil, envolvendo interpretação cênica, textos e poesias, imagens, contos e cantos. O espetáculo, de autoria da proponente, é encenado por grupo formado por músicos e artistas dedicados à pesquisa das manifestações culturais do sul do país. O espetáculo será apresentado em teatros em 3 cidades brasileiras.

177662 - AGENDA CULTURAL IPUÃ
INSTITUTO OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA
CNPJ/CPF: 07.602.959/0004-99
Processo: 01400031182201777
Cidade: Ipuã - SP;
Valor Aprovado: R$ 557.842,71
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este Plano objetiva movimentar uma cidade a favor da democratização, difusão e garantia de direitos culturais, através da disponibilização de uma Agenda Cultural com diversas opções de participação, por meio do oferecimento de atividades permanentes incluindo Oficinas de Artes Integradas, nas modalidades de Dança, Leitura/Literatura e Convivência; Fomento à Produção Cultural e Artística, por meio da apresentação e disseminação de Espetáculo de dança,Exposição de Artes e/ou Literatura e Acesso ao ensino da música.

177571 - Ampliação Cultural do Centro de Formação Divina Providência
CENTRO DE FORMACAO DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ/CPF: 06.944.488/0001-91
Processo: 01400030898201757
Cidade: Encruzilhada do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 3.117.504,34
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa construir o Espaço Cultural Multiuso no Centro de Formação Divina Providência, situado na periferia de Encruzilhada do Sul, RS. O novo espaço terá infraestrutura cenotécnica qualificada permitindo a realização de apresentações musicais, teatrais, folclóricas e das artes visuais, bem como a realização de cursos e oficinas nos segmentos culturais já contemplados em projetos do Centro e a ampliação para novas formações em áreas técnicas da cultura como sonorização e iluminação cênica. O público-alvo são crianças e jovens atendidos pela entidade, grupos artísticos e comunidade em geral. O município, hoje inserido entre os de menor IDH do RS, não dispõe de auditório ou espaço congênere para a cultura. Com a concretização do projeto, será preenchida lacuna significativa no panorama sociocultural da região, pois o novo espaço servirá como polo para o desenvolvimento humano regional através da cultura sediando, inclusive, parte da programação cultural promovida pelo município.

177734 - Armatrux em Cena: Manutenção e Circulação
Grupo de Teatro Armatrux
CNPJ/CPF: 00.064.866/0001-66
Processo: 01400031553201711
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.630.885,94
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto celebra os 26 anos do Grupo Armatrux, englobando a manutenção da entidade, as pesquisas, a formação artística e a circulação dos seus cinco espetáculos em repertório, bate papos, oficinas, seminários e intercâmbio artístico.

177730 - Atividades culturais da Associação Cultural Arte e Vida - Temporada 2018
Associação Cultural Arte e Vida
CNPJ/CPF: 13.304.478/0001-57
Processo: 01400031517201757
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 74.865,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da temporada 2018 de apresentações culturais do Programa Gente em Primeiro Lugar no município de Juiz de Fora MG. Os eventos são distribuídos ao longo do ano e divididos por área de atuação, buscando contemplar a participação detodas as crianças e adolescentes atendidos pelo Programa, valorizando seus talentos e formando cidadãos através da arte.

177639 - Cantoria da Troupe
ARTE MAIOR CENTRO DE EDUCACAO MUSICAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.846.483/0001-02
Processo: 01400031100201794
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 226.275,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir o espetáculo musical "Cantoria da Troupe", inspirado na obra Os Saltimbancos, com participação do Coral Arte Maior e artistas convidados, com o objetivo de intensificar a troca de experiências entre estudantes e profissionais de música; ampliar a interação entre artistas de diferentes linguagens artísticas envolvidas no projeto e contribuir com a formação de plateia para a música e as artes cênicas.

177605 - Carnaval 2018 - o Último Baile do Cangaço
Carlos Eduardo Laurindo
CNPJ/CPF: 785.127.519-91
Processo: 01400030978201711
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 232.504,60
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este Projeto visa retratar em um Desfile de Escola de Samba orico folclóre nordestino que aqui será traduzido no "O Último Baile do Cangaço". A História brasileira por si só possui histórias e personagens interessantes. E se aquela que conhecemos fosse apenas uma parte da verdade? Será que esconde algo mais fantástico que a própria realidade? Ou será apenas um devaneio de um enredo carnavalesco? Esta é uma narrativa que nos mostra ser possível, mesmo no Brasil, termos uma "história fantástica" escondida dentro da oficial, onde tudo é possível acontecer..Fim de junho de 1938, festa para São Pedro na sede da fazenda "Bonito de Santa Fé", município de São José da Passagem na caatinga nordestina. Organizada pelos proprietários para comemorar e agradecer ao santo pelas chuvas raras na região, os festeiros preparados para o grande evento, receberam convidados, devotos, pagadores de promessas para acompanhar o andor do santo em procissão e fazer a tradicional novena em sua homenagem.

177706 - CERVEJA DE PÃO LIQUIDO A PAIXÃO NACIONAL
GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPERIO DE PETROPOLIS
CNPJ/CPF: 24.693.556/0001-79
Processo: 01400031327201730
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 224.870,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção do desfile de carnaval da escola de samba Império de Petrópolis serão produzidas 400 fantasias de diversos modelos e alas.

177623 - Circo Ferroviário
Tito Lívio Firminio de Sousa Filho
CNPJ/CPF: 861.854.111-72
Processo: 01400031035201705
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 197.977,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Circo Ferroviário conta com uma turnê percorrendo 7cidades do interior do Estado de Goiás. Serão apresentações gratuitas nos municípios cortados pela antiga estrada de ferro Goiana. Além disso irá promover 3 palestras sobre a história do circo no Brasil em escolas públicas de Goiânia, enquanto formação de plateia.

177485 - CIRCUITO CYNTILANTE 2018
FERNANDO ALVIM BUSTAMANTE - ME
CNPJ/CPF: 09.005.442/0001-03
Processo: 01400030703201779
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 629.948,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar turnê com apresentações teatrais para o público infantil do repertório da Cyntilante Produções, produtora fundada com o objetivo de difundir a cultura através do estudo, pesquisa, produção, exposição e montagem de espetáculos musicais. Este projeto tem como pilar a descentralização e circulação dos bens culturais produzidos por uma nova geração de artistas dedicados ao teatro musical em Minas Gerais, realizando diversas apresentações teatrais com o objetivo de formação de público.

177705 - Circuito de Integração Cultural
Uirapuru Cultura e Comunicação Eirelli
CNPJ/CPF: 12.758.282/0001-70
Processo: 01400031326201795
Cidade: Oriximiná - PA;
Valor Aprovado: R$ 800.211,40
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Circuito de Integração Cultural, consiste no fomento das ações artísticas e culturais, desenvolvendo atividades que visem à conservação do patrimônio histórico, cultural e imaterial das comunidades, através de oficinas de teatro, dança, canto coral em libras e artesanato tradicional, com foco na formação continuada, palestras, encontros livres de leitura, espetáculos teatrais e ações artísticas intituladas "Puxirum das Artes", ressaltando que todas as ações e produtos oriundos do projeto serão totalmente gratuitas.

177718 - Corredor Cultural
FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE
CNPJ/CPF: 20.429.437/0001-52
Processo: 01400031387201752
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 571.235,38
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da nona edição do Corredor Cultural, evento realizado sempre no mês de maio em comemoração ao aniversário de Juiz de Fora/MG, com três dias de atividades artísticas ininterruptas por toda a cidade. Todo o evento é baseado na descentralização das atividades culturais e no acesso da população à cultura.

177565 - EMILINHA
SELENE & CIBELE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.954.775/0001-10
Processo: 01400030887201777
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 441.478,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A peça canta e conta a história da lendária cantora Emilinha Borba, eterna Rainha do Rádio. Através de diversos sucessos e de fatos interessantes e engraçados da vida desta artista inesquecível, a história traça um painel sobre a época, a importância do rádio e a influência dos artistas no dia-a-dia e na vida daquela geração. Musical onde o público canta junto clássicos da MPB, boleros românticos, dança e termina num empolgante baile de carnaval.

177566 - ESPAÇO CULTURAL ACESA CAPUAVA A ARTE PARA DENTRO DA VIDA
Associação Cultural, Educacional, Social e Assistencial Capuava
CNPJ/CPF: 05.332.435/0001-57
Processo: 01400030892201780
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 560.976,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Manutenção do Espaço Cultural ACESA Capuava ao longo de 12 meses, com realização de oficinas gratuitas de música, dança, teatro, desenho animado, pintura em tela e fotografia para pessoas com deficiência atendidas pela Associação ACESA CAPUAVA e público em geral, e montagem de exposições artísticas ao longo e/ou final do projeto, para compartilhamento dos conteúdos absorvidos e produtos gerados nas oficinas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

177619 - II Festival Internacional de Ópera das Américas
DINÂMICA PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.165.547/0001-23
Processo: 01400031017201715
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 865.950,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Ópera das Américas propõe a realização de um festival internacional de ópera para que jovens profissionais e estudantes brasileiros tenham a oportunidade de adquirir conhecimento e experiência prática com profissionais aclamados nacional e internacionalmente.Após o processo de seleção, mais especificamente ao longo do processo de preparação e aprendizado, serão realizados 02 concertos com a orquestra do Festival nas cidades de Ribeirão Preto e Franca. No encerramento do Festival serão realizadas 02 récitas da ópera Street Scene, obra de Kurt Weill inédita no Brasil, e 02 récitas da ópera Falstaff, de Giuseppe Verdi.Artistas/profissionais brasileiros estarão isentos do pagamento de taxa de inscrição para participação no Festival.

177659 - João de Barro
~área de Saúde promovendo ações sociais
CNPJ/CPF: 04.767.550/0001-91
Processo: 01400031174201721
Cidade: Teixeira de Freitas - BA;
Valor Aprovado: R$ 455.744,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "João de Barro" visa promover oficinas de artes para as crinaças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Teixeira de Freitas na Bahia, levando até elas oficinas de Teatro, Música, Capoeira e Dança. Além disso, tem a intenção de promover uma grande apresentação para a comunidade, a ser realizada pelos jovens aprendizes.

177689 - Manutenção da Ícaro Companhia de Dança
INSTITURO SOCIOCULTURAL SÉRGEI DIAGHILEV
CNPJ/CPF: 08.702.577/0001-57
Processo: 01400031272201768
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.195.158,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a manutenção da Ícaro Cia de Dança, durante o ano de 2018, prevendo a realização de espetáculos no circuito público e privado nas cidades de São Paulo e Uberlândia, atual sede da Companhia. Neste temporada serão desenvolvidas 3 coreografias: a remontagem do consagrado Balé de Repertório "o Quebra Nozes, A Arca de Noé com música do poetinha Vinicius de Moraes e Bach Barock Brasilien Espetáculo de Dança na Obra de Johann Sebastian Bach, já repertório da companhia.

177564 - Musical Nelson Gonçalves - A Volta do Boêmio
Ricardo Gamba ME
CNPJ/CPF: 24.904.089/0001-89
Processo: 01400030886201722
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.171.729,06
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projetode espetáculo teatralmusical " Nelson Gonçalves, A Volta do Boêmio", prevê montagem e temporada e de 3 meses. O Espetáculo vai retratar a vida e obra de um dos maiores ícones da música brasileira, Nelson Golçalves, através de sua tragetória retratar a historiografia artística de 1919 a 1998. Século em que Nelson Golçalves viveu.

177468 - Musical Um sorriso Negro
FATO-MARKETING E PRODUCOES SC LTDA
CNPJ/CPF: 00.374.815/0001-30
Processo: 01400030621201724
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.540.256,16
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar um espetáculo teatral musical retratando a vida e o empoderamento feminino a partir de1960, quando a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista.atividades das mulheres nos anos, tendo como pano de fundo as músicas de umas das percursoras desse movimento, Dona Ivone Lara.A proposta inclui montagem, temporada em São Paulo e Rio de Janeiro. Sessões de quinta a domingo com ingressos de R$50,00 a R$150,00.

177265 - Natal Luz de Matelândia
ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MATELANDIA
CNPJ/CPF: 77.318.897/0001-20
Processo: 01400030107201799
Cidade: Matelândia - PR;
Valor Aprovado: R$ 245.139,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o evento Natal Luz de Matelândia, congregando as Artes Cênicas e a Música erudita e popular, em uma programação que comemorará o Natal no município de Matelândia-PR, abrangendo toda Região, em uma festa popular que celebra o nascimento de Jesus Cristo. Trata-se de uma programação com rico espetáculo cênico natalino, com luzes e fogos que antecederão a apresentação de um Auto de Natal, encenado e interpretado por um Coro Cênico, contando ainda com grande desfile, sendo que, todo percurso será ambientado com tema natalino, onde desfilarão fantasias e personagens caracterizados, em encenações que remetem a história e a magia do Natal. Durante o evento do desfile, que será realizado em local público e preparado para receber cerca de 6.000 pessoas, serão apresentadas canções instrumentais e natalinas. O acesso do público é gratuíto.

177716 - NIKI
BEM LEGAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 10.455.663/0001-54
Processo: 01400031375201728
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.928.740,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criação, Montagem e Realização de Temporada de 3 meses no Rio de Janeiro e 2 meses em São Paulo do espetáculo teatral inédito intitulado NIKI, de autoria de Juliana Didone e Simone Mizrahi, levando aos palcos a biografia de Niki de Saint Phalle, artista plástica franco-americana de grande reconhecimento na Europa, Ásia e EUA.

177723 - O Pai - turnê
SANGIORGI E GONZALEZ PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 19.023.848/0001-64
Processo: 01400031399201787
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 890.404,40
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a turnê da peça "O Pai" de Florian Zeller, direção Léo Stefanini com Fulvio Stefanini no papel principal por alguns Estados do Brasil.

177047 - Os Orixás Circulação 2017
giramundo teatro de bonecos
CNPJ/CPF: 19.295.450/0001-87
Processo: 01400028861201769
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 251.290,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Os Orixás" é um plano de restauração de bonecos, circulação de espetáculo e workshop de treinamento para marionetistas. A montagem foi o último espetáculo dirigido por Álvaro Apocalypse, criador do Giramundo, e completa sua visão sobre o Brasil e sua história, revelando a influência da cultura Iorubá na construção da identidade brasileira. O projeto prevê o diálogo entre animações em vídeo projeções e teatro de bonecos.

177692 - Pao com Ovo tourne em São Paulo
LUNA PRODUCOES E EVENTOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.625.381/0001-74
Processo: 01400031280201712
Cidade: Açailândia - MA;
Valor Aprovado: R$ 369.341,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propoe cobertura dos custos para realização da tourne da Peça " Pao com Ovo" em São Paulo, no teatro Italia.

177294 - Plano Anual 2018 - Clube Qxt Cultural: Vivências Artísticas
AAPQ - Associação de Apoio ao Projeto Quixote
CNPJ/CPF: 04.250.687/0001-74
Processo: 01400030181201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.199.963,74
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de plano anual do Projeto Quixote. O propósito é desenvolver durante o ano de 2018 ações culturais diversas para crianças, adolescentes e público geral da cidade de São Paulo, visando o desenvolvimento pessoal e ampliação dos repertórios culturais, formação de plateia e a vivência artística dos participantes, promovendo a democratização do acesso à cultura para um público em situação de risco e vulnerabilidade social. Serão realizadas diversas oficinas culturais ao longo de 2018: teatro, graffiti, capoeira e criatividade; residência artística, além uma programação cultural intensa: Saraus, Mostra Cultural, Dia do Graffiti, Batalha de Dança de Rua; Tardes com o Autor, Apresentações de Teatro e um Seminário de Brincadeiras Quixotescas. As ações serão realizadas na sede do Projeto Quixote, na Vila Mariana, um espaço que conta com ateliês de arte, sala espelhada para dança e auditório com palco para 100 participantes sentados. O Clube Qxt Cultural também será aberto à comunidade local para a participação em oficinas e eventos culturais.

177613 - Plano Anual Beit Chabad 2018
ASSOCIACAO ISRAELITA DE BENEFICENCIA BEIT CHABAD DO BRASIL
CNPJ/CPF: 60.622.073/0001-47
Processo: 01400031006201735
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.620.434,95
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Anual contempla as ações realizadas continuamente pela Proponente: O "Projeto Felicidade", que acontece há 16 anos e visa propiciar uma semana de cultura e lazer para crianças portadoras de câncer oriundas de classes menos favorecidas, vindas de Hospitais do SUS de todo país. São realizadas apresentações teatrais e circences para as crianças, oficinas teatrais e outras atividades; Desenvolve também o Projeto "Inclusão Social na Serra" e Projeto LEV, projetos de oficinas de teatro e outras atividades culturais direcionados a idosos; e "Inclusão Ambiental na Serra", que oferece oficinas teatrais com temas ambientais para crianças e adolescentes. Realização em São Paulo, 2018.

177690 - Plano Anual de Atividades 2018
INSTITUTO GERANDO FALCÕES
CNPJ/CPF: 18.463.148/0001-28
Processo: 01400031273201711
Cidade: Poá - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.059.858,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de plano anual para manutenção das atividades culturais permanentes do Instituto Gerando Falcões, sendo certo que serão realizadas oficinas culturais e cursos voltados ao público de regiões periféricas.O projeto tem por objetivo realizar: Oficinas de Canto Coral, Teatro, Dança, Percussão, Curso de DJ, Curso de Fotografia e Oficina de Gravação de CDs. Todas atividades são voltadas ao público infantil e jovem.

177509 - Plano Anual de Atividades do Instituto Beto Carrero 2018
Instituto Beto Carrero
CNPJ/CPF: 05.877.145/0001-99
Processo: 01400030740201787
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 870.691,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar atividades com aprendizagem e técnicas em arte circense, através da reativação de um circo escola na cidade de Penha/SC. Além disso, realizar apresentações abertas a comunidade escolar e/ou comunidade em geral. Tudo de forma gratuita e democrática.

177645 - Plano Bienal de Atividades do Parque Ambiental Encantos do Sul 2018/2019
Associação Jorge Lacerda
CNPJ/CPF: 12.606.501/0001-03
Processo: 01400031126201732
Cidade: Capivari de Baixo - SC;
Valor Aprovado: R$ 2.141.242,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Bienal de Atividades do Centro de Cultura do Parque Ambiental Encantos do Sul irá promover, nos anos de 2018 e 2019, um rol de atividades que envolve apresentações de teatro, dança, música, oficinas e outras atividades culturais.

177615 - PROJETO BRASIL
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO THEATRO SÃO PEDRO
CNPJ/CPF: 90.367.400/0001-22
Processo: 01400031011201748
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 547.960,60
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Theatro São Pedro completará 160 anos em 2018 e continua sendo o mais importante teatro do Rio Grande do Sul, constituindo-se em espaço nobre para o encontro do público com o universo das artes cênicas. O presente projeto propõe um resgate a vocação primeira do teatro, como agente propositivo de cultura e referência de qualidade, tanto para o público, quanto para os artistas convidados. O Theatro São Pedro apresenta uma programação cuidadosamente pesquisada entre o que existe de destaque na produção teatral nacional. O PROJETO BRASIL, que acontece em 2018 e apresentará quatro grandes espetáculos em temporadas de sextas a domingo. Para o programa de formação de plateias, será desenvolvido um programa para professores e alunos chamado GRANDES ESPECTADORES.

177567 - PROJETO CARNAVAL EMBAIXADORES DO RITMO 2018 - DESFILE DE RUA
SOCIEDADE RECREATIVA CARNAVALESCA EMBAIXADORES DO RITIMO
CNPJ/CPF: 90.368.184/0001-30
Processo: 01400030893201724
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 321.604,80
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presentedenominado Projeto Carnaval 2018 Embaixadores do Ritmo - Desfile de Rua de Porto Alegre, busca a partir desta proposta a confecção de 400 fantasias e a confecção de 04 carros alegóricos, na busca da afirmação e consolidação do Espetáculo junto ao Carnaval do Grupo Especial do Carnaval da Capital Gaúcha.

177673 - ROSAS DE OURO - CARNAVAL 2018
sociedade rosas de ouro
CNPJ/CPF: 52.446.978/0001-85
Processo: 01400031218201712
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.562.788,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e realização do desfile da Sociedade Rosas de Ouro para o Carnaval 2018 de São Paulo, a ser realizado no Sambódromo do Anhembíi, onde serão distribuídas fantasias para comunidade.

177618 - Teatro da Pedra - circulação de espetáculos
TEATRO DA PEDRA - ASSOCIACAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 07.238.138/0001-72
Processo: 01400031014201781
Cidade: São João del Rei - MG;
Valor Aprovado: R$ 277.016,21
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O Teatro da Pedra, com sede em São João del-Rei, propõe a circulação de 3 espetáculos do seu repertório em 14 cidades da microrregião São João del-Rei do Campo das Vertentes e um 4º espetáculo, no final da circulação, em Belo Horizonte, no Galpão Cine Horto. A circulação pretende passar por 14 cidades onde o acesso a arte é bem restrito. Os espetáculos são: "Três Ruas", com uma temática que atinge diversos públicos, mas em especial a 3º idade; "Quase sem querer" com temática para jovens e "A fada, a flor e a princesa", espetáculo infantil. Os três espetáculos serão apresentados em cada cidade que também terá uma oficina de iniciação teatral. O espetáculo de Belo Horizonte é "Fado" onde não acontece a oficina. Todas apresentações serão gratuitas.

177423 - Teatro Oi Casa Grande Plano Anual 2018
Sociedade Teatral Casa Grande
CNPJ/CPF: 33.627.100/0001-00
Processo: 01400030553201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.818.456,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Anual do Teatro Oi Casa Grande prevê a manutenção parcial da instituição, bem como as atividades desenvolvidas em homenagem ao cinquentenário da Associação. Serão realizadas oficinas gratuitas de artes cênicas finalizando com a realização da montagem de um espetáculo teatral com os alunos, publicação de livro comemorativo e exposição.

177761 - Turnê do espetáculo "GUARAPA-RIR"
Guilherme Cezar da Silva
CNPJ/CPF: 014.988.176-29
Processo: 01400031602201715
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 346.985,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização de uma turnê de apresentações do espetáculo teatral "GUARAPA-RIR" na cidade de São Paulo/SP.
177552 - Uniarte
Brigueiro Participações e Serviços Teatrais Ltda
CNPJ/CPF: 06.045.945/0001-06
Processo: 01400030859201750
Cidade: Ilha Solteira - SP;
Valor Aprovado: R$ 161.687,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Uniarte irá promover oficinas multidisciplinares na área das artes cênicas no município de Ilha Solteira ao longo de 12 meses. Como fruto das oficinas, serão realizadas ações de difusão na Biblioteca Pública de Ilha Solteira (Manhãs Literárias) e a montagem e circulação de um espetáculo teatral.

177628 - VIDA
CORPO MAGICO EVENTOS E ARTE LTDA
CNPJ/CPF: 08.298.384/0001-82
Processo: 01400031051201790
Cidade: Paulínia - SP;
Valor Aprovado: R$ 312.256,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo circense contemporâneo VIDA, da Cia Corpo Mágico,que faz uma reflexão sobre a vida e as diferentes fases (gestação, infância, juventude, adulto e maturidade) ressaltado as belezas e características de cada fase.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177708 - ASM Ciclo 7
ACAO SOCIAL PELA MUSICA - A.S.M.
CNPJ/CPF: 03.313.239/0001-00
Processo: 01400031343201722
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.606.943,35
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende dar suporte às atividades da Ação Social pela Música com ensino coletivo de música clássica voltado para crianças e jovens da faixa etária de 6 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social. Além das atividades pedagógicas, produto principal do projeto, são organizadas apresentações musicais nas comunidades além das atividades de formação de platéia.

177497 - Banda Marcial de Poá - Banda Gustav Mahler
Daniel Valeriano da Silva
CNPJ/CPF: 317.412.528-65
Processo: 01400030717201792
Cidade: Poá - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.220,28
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Resgatar uma banda composta por instrumentos de sopro e percussão na cidade de Poá, Grande São Paulo por meio de um curso de música instrumental para crianças e adolescentes pelo período de 12 meses.

177703 - Ciclovia Musical
ARTEMATRIZ - SOLUCOES CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.506.882/0001-00
Processo: 01400031306201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 496.588,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A "Ciclovia Musical" será realizada durante um dia, das 10h às 16h30, em um Bairro da cidade. 12 pontos do bairro terão concertos gratuitos de música de câmara de 30 grupos musicais, entre os mais expressivos no cenário musical paulista. Os repertórios selecionados serão variados, com ênfase na música clássica e música instrumental de diferentes períodos. 6 roteiros com saída de 2 pontos a serem definidos de fácil acesso do bairro serão traçados pela produção do evento para ser seguido de bicicleta, de modo que, com ajuda de monitores, os participantes possam percorrer os pontos e assistir aos concertos.

177727 - CORAL GIUSEPPE VERDÌ 2018-2019
Associação Italiana Coral São José de Botuverá
CNPJ/CPF: 05.700.383/0001-24
Processo: 01400031417201721
Cidade: Botuverá - SC;
Valor Aprovado: R$ 882.500,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Associação Italiana Coral São José de Botuverá, conhecido como Coral Giuseppe Verdi, propicia a prática da música coral, além também de promover a difusão da língua italiana clássica e o resgate da Cultura Italiana. Neste projeto visa difundir no canto coral sacro, estimulando e preservando a cultura dos descendentes ítalo-bergamascos, possibilitando a participação em apresentações artísticas e culturais.

177712 - EDUCAÇÃO MUSICAL COM A ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE LINS - OSJL
Orquestra Sinfônica Jovem de Lins
CNPJ/CPF: 14.775.008/0001-34
Processo: 01400031362201759
Cidade: Lins - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.104.610,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende: 1. Manter as oficinas de música já existentes (Teoria Musical, Violino, Viola Erudita, Violoncelista e Sopros e Metais); 2. Apresentações musicais através de concertos e ensaios abertos ao público. Todas as atividades serão realizadas de forma gratuita e abertas à comunidade.

177714 - Gente é pra Brilhar - Plano Anual 2018
BANDA MUSICAL LYRA MOGIMIRIANA
CNPJ/CPF: 58.380.940/0001-33
Processo: 01400031370201703
Cidade: Mogi Mirim - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.515.641,58
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende manter e ampliar as atividades de ensino de música que a Banda Musical Lyra Mojimiriana vem desenvolvendo há 32 anos, de forma democrática e gratuita. O projeto oferece 350 vagas nos diversos cursos oferecidos, para alunos a partir de 4 anos, além da realização de eventos e apresentações musicais abertas ao público em geral. O projeto prevê também a manutenção e aquisição de instrumentos musicais.

177421 - Gravação do DVD Soprando Raízes e Shows de Lançamento
WELLINGTON REGINALDO RODRIGUES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 078.466.008-50
Processo: 01400030548201791
Cidade: Pereira Barreto - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.111,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e gravação de um Dvd ao vivo com a Facmol Orquestra de Sopros e Percussão Facmol. Após a produção das mídias, o resultado, que é o espetáculo musical Soprando Raízes que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2015, será levado ao público por meio dacirculação por 05 municípios da região. A orquestra tem em sua formação noventa integrantes entre crianças, adolescentes, jovens e adultos com instrumentos de sopros e percussão e será executado um repertório caipira e sertanejo contribuindo com a preservação e valorização da cultura musical da região de Pereira Barreto/SP.

177537 - INSTITUTO CIDADES CRIATIVAS - PLANO ANUAL 2018
INSTITUTO CIDADES CRIATIVAS - ICC
CNPJ/CPF: 08.031.953/0001-29
Processo: 01400030821201787
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.227.168,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consta da manutenção e programação de atividades a serem realizadas pelo Instituto Cidades Criativas no ano de 2018, isto é, realização de shows, workshops, exposições, edições de tabloides e realização do Prêmio Isaias Golgher

177554 - ISHINDAIKO: O SOM DOS SONS II EDIÇÃO
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL ISHINDAIKO
CNPJ/CPF: 08.049.220/0001-11
Processo: 01400030861201729
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 371.003,88
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: RESUMO: Viabilizar a continuidade do Projeto "Ishindaiko O Som dos Sons", atendendo a iniciação e aperfeiçoamento da prática de Taiko, tendo como produto cultural resultante a itinerância de espetáculo com apresentações gratuitas e espaços culturais alternativos e salas de teatro, visando a divulgação desta arte milenar da cultura oriental.

177456 - Jazz.Br - O Jazz no Domínio Brasileiro - edição 2018
MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.221.439/0001-07
Processo: 01400030598201778
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 846.104,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentações de jazz e música instrumental brasileira - de músicos consagrados e também de músicos em ascensão - a preços populares no Bourbon Street Music Club, tradicional casa noturna de música ao vivo de São Paulo. O projeto já acontece desde 2011 e tem a importante função de fomentar música de qualidade sem grande apelo comercial

177249 - Mais Piano
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Processo: 01400029994201752
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.157.863,38
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Mais Piano pretende trazer ao Brasil excepcionais pianistas internacionais. Nossa proposta é oferecer ao público brasileiro apresentações desse gênero musical de altíssimo nível com um repertório contemporâneo e moderno. A ideia é ir também para além dos teatros, promovendo a oportunidade única e gratuita de performances inesquecíveis ao ar livre, levando de forma democrática aos parques brasileiros concertos sofisticados da maneira mais simples e acessível.

177687 - MÚSICA NO BAIRRO Plano Anual 2018
Associação Evangélica Cristo Redentor
CNPJ/CPF: 07.983.650/0001-43
Processo: 01400031250201706
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 604.163,45
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Música no Bairro oferece vagas para Oficinas de Canto Coral e Instrumentos de Sopros a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica que residem em um bolsão de pobreza na perifeira do município de Almirante Tamandaré, Paraná. Como importante ferramenta no processo pedagogico-musical, serão realizados concertos gratuitos ao longo do projeto, além de outras apresentações atendendo a convites de instituições parceiras.Pretende-se nesse ano a gravação de um Cd para registro dos resultados alcançados, de excelente nivel técnico musical e artístico.

177594 - Música para Lembrar
SEMIFUSA PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI – ME
CNPJ/CPF: 17.985.802/0001-09
Processo: 01400030962201708
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 570.688,40
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende, por meio de uma abordagem ampla, promover a música clássica por meio da realização de uma série de oficinas, seguidas de concertos com a Camerata Profana e orquestra arregimentada, gravação de uma peça especialmente comissionada para o projeto em colaboração com o grupo Barbatuques além da circulação de dessa peça em 6 concertos. A etapa de gravação será custeada via incentivo fiscal estadual, PROAC-ICMS/SP.

177159 - Musicalização Infantil
INSTITUTO MUSICAL BEETHOVEN
CNPJ/CPF: 05.038.386/0001-44
Processo: 01400029678201781
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.984,40
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto ?Musicalização infantil? consiste na inclusão social e no desenvolvimento de crianças e adolescentes às práticas musicais que envolvem: aulas de instrumentos de sopro e percussão, formação de um coral infantil e apresentações musicais. O projeto será realizado em dois módulos sendo um de iniciação e o segundo, de desenvolvimento, com apresentações musicais publicas ao final de cada módulo. Em parceria com uma instituição filantrópica de utilidade pública que atende crianças e adolescente em condições de fragilidade socioeconômica, o projeto disponibilizará todas as realizações inteiramente grátis e fará a propagação dos seus conteúdos também através das redes sociais e sitio eletrônico, no interesse de apresentar, incentivar e propagar ações de arte e cultura.

177656 - Natal de Todas as Cenas
V.F. Promoções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 94.822.558/0001-04
Processo: 01400031167201729
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 458.100,45
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto será realizado em duas cidades do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Canoas, com a temática de Natal. Teremos um show com o músico instrumentista, Diego Figueiredoque é nossa atração principal, em meio as apresentações de Diego teremos algumas capelas natalinas interpretadas pela nossa bela cantora, Joanna e a apresentação do grupo circense Tholl, com a peça, No Natal Daquele Ano. O evento é realizado em praça pública, nas duas cidades e totalmente gratuito.

177697 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2018
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Processo: 01400031293201783
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 4.964.332,05
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2018 visa manter as atividades do projeto Orquestra Criança Cidadã - Núcleo do Coque, ao longo do ano de 2018, que atende, gratuitamente, 230 crianças e jovens de baixa renda na cidade de Recife, estado de Pernambuco eparte do projeto doNúcleo de Camela, distrito de Ipojuca, estado de Pernambuco que atende a mais 100 crianças, totalizando assim o quantitativo de atendimento de 330 crianças e adolescentes. O Projeto visa promover a cidadania dessas crianças e jovens através do ensino da música clássica, de instrumentos de cordas e de lutheria, inclusão digital, línguas estrangeiras e orientação psicossocial.

177672 - ORQUESTRA DE SUCATA NAS ESCOLAS
Duval Fernandes da Silveira
CNPJ/CPF: 905.547.870-91
Processo: 01400031210201756
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 492.187,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de 50 apresentações instrumentais em escolas públicas, utilizando instrumentos alternativos confeccionados de material reciclado.

177597 - OUVIRAVIDA Educação Musical Popular
LIEGE DONIDA BIASOTTO - ME
CNPJ/CPF: 11.600.396/0001-24
Processo: 01400030968201777
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 271.134,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto busca oportunizar às crianças e jovens o contato com a música através do Projeto OUVIRAVIDA EDUCAÇÃO MUSICAL POPULAR, no Centro São José, localizado na Vila Pinto - Bairro Bom Jesus em Porto Alegre, ao longo de onze meses de atividades. O Projeto, coordenado pelo maestro Tiago Flores e sob a coordenação pedagógica da prof. Nisiane Franklin, oferece aulas gratuitas de canto, prática de conjuntos musicais, flauta doce e percussão às crianças e jovens da comunidade.

177572 - Serie Contemporânea: Atlas 2018
Sintonize Produtora Cultural LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.727.082/0001-07
Processo: 01400030901201732
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.343.120,60
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto realizará uma série de 14 concertos com grupos de câmara de diversos estados do Brasil. A programação terá como foco a música contemporânea e, com o intuito de divulgar a produção da música brasileira atual nas diferentes regiões do país, cada grupo incluirá em seu programa obras de compositores da sua região de origem. Estas obras farão parte parte um CD produzido e distribuído gratuitamente pelo projeto. Todos os concertos terão entrada gratuita.

177715 - Série de Música de Câmara
INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400031373201739
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.574.200,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Seguindo nossa tradição de realização de projetos de "Musica de Câmara", o objetivo desta nova edição é realizar concertos de música de câmara (música instrumental), com grandes artistas internacionais e nacionais, englobando Quartetos de cordas, Trios para piano, Duos de violino e piano, violoncelo e piano, recitais de piano, entre outros. Haverá antes de cada concerto, uma conversa informal entre um musicólogo especialmente convidado e o público. Faremos, também, apresentações didáticas com conjuntos de câmara em escolas públicas da cidade, visando a formação de plateia entre jovens estudantes do ensino fundamental e médio.

177483 - Show cultural nos Bairros e entretenimento
MODESTO BORDON
CNPJ/CPF: 233.191.191-68
Processo: 01400030693201771
Cidade: Jataí - GO;
Valor Aprovado: R$ 188.046,20
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Propõe-se a realização de 12 apresentações musicais com o músico instrumentista Jataiense PAPI BORDÓN, os shows percorrerão por várias partes da cidade e tem objetivos de levar arte através da música instrumental a toda a população em geral, principalmente a de baixa renda tudo gratuitamente. O intuito desta proposta é fortalecer a música instrumental Brasileira e divulgar o trabalho do músico Papi Bordón para novo púbico.

177617 - XXII Festival Internacional de Corais de Maringá
SÓSTENES SANTOS PEREIRA
CNPJ/CPF: 12.071.811/0001-62
Processo: 01400031013201737
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 365.327,50
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pretende realizar o XXII Festival Internacional de Corais de Maringá. Festival não competitivo com 21 anos ininterruptos de existência com três dias de duração. As apresentações ocorrerão no Teatro Regional Calil Haddad, em Maringá, PR e também em espaços alternativos. O público estimado é de 3.790 pessoas entre cantores e espectadores. Contará com a presença de corais locais, regional e do Brasil com experiência internacional, e outros países, e serão apresentados gratuitamente ao público.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177251 - Exposição Carnauba de Jaguaruana e do Ceará (NOME PROVISÓRIO)
A CASA MUSEU DE ARTES E ARTEFATOS BRASILEIROS
CNPJ/CPF: 03.031.145/0001-48
Processo: 01400029997201796
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.406.643,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar uma exposição de artes visuais utilizando as obras criadas nas comunidades de artistas e artesões da cidade de Jaguaruana e regiões do Ceará , fortalecendo e destacando a cultura local.

177574 - EXPOSIÇÃO ZUZUBALÂNDIA
MARIANA CALTABIANO CRIAÇÕES
CNPJ/CPF: 01.833.200/0001-98
Processo: 01400030903201721
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.177.985,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de uma exposição que apresentará um espaço de pura arte e magia através de objetos, fotos e reproduções, sistema interativo das salas transportando os visitantes ao mundo dos desenhos animados: o mundo encantado de Zuzubalândia.

177413 - Transforme
FGM PRODUCOES CULTURAIS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 21.116.382/0001-93
Processo: 01400030529201764
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.487.302,07
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Transforme consiste numa exposição com de 20 obras do artista plástico Leo Capote em nove cidades brasileiras. As obras são feitas a partir de materiais pré-existentes e objetos cotidianos e tem sua função modificada. Também será produzida cartilha de apoio que contará a história das peças da exposição, seus novos usos e a importância da arte e cultura como forma de transformação.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177606 - Colégio Estadual Dom Pedro II
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
CNPJ/CPF: 02.392.034/0001-02
Processo: 01400030981201726
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 8.715.772,13
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê restauro e qualificação do Colégio Estadual Dom Pedro II, tombado pelo Estado do Paraná e situado no município de Curitiba. A recuperação visa, além da restauração do conjunto arquitetônico, amodernização das instalações, incluindo as adaptações necessárias de acessibilidade e conforto ambiental.

177733 - Melodias da Tradição: difusão e fortalecimento da música folclórica e popular do oeste catarinense
CATAVENTO PRODUCAO CULTURAL EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 18.066.574/0001-28
Processo: 01400031551201721
Cidade: Pinhalzinho - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.360,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Melodias da Tradição é um projeto que visa realizar pesquisa, educação patrimonial, preservação e difusão da sabedoria tradicional de detentores de saberes e/ou grupos musicais de relevância cultural, que praticam a música folclórica e/ou popular em sete municípios da região oeste catarinense. Os produtos do projeto são: pesquisa com 21 grupos e/ou detentores de saberes da música popular, produção de cartilha e documentário apresentando a essência das informações pesquisadas, realização de uma apresentação musical e oficinas de educação patrimonial.

177510 - Museu de Sant´Ana Plano Anual de Manutenção 2018
Instituto Cultural Flávio Gutierrez - ICFG
CNPJ/CPF: 02.930.235/0006-12
Processo: 01400030742201776
Cidade: Tiradentes - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.827.227,46
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Museu de Sant´Ana Plano Anual de Manutenção 2018" tem como objetivo garantir a manutenção do espaço expositivo e do acervo público, formado por 291 imagens sacras de Sant´Ana, do período compreendido entre o século XVII ao século XIX, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela instituição que recebe visitantes na cidade de Tiradentes, patrimônio histórico nacional, difundindo através de ações educativas e culturais o patrimônio artístico brasileiro.

177300 - Plano Anual de Atividades Midrash 2018
Centro de Estudos e Cultura Midrash
CNPJ/CPF: 11.152.344/0001-32
Processo: 01400030209201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.794.957,23
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto visa à manutenção das atividades permanentes do Centro de Estudos e Cultura Midrash, realizando sua programação anual. O projeto se valerá de diferentes manifestações artísticas para fomentar a cultura, promover o debate, a discussão e a apreensão de diretrizes temáticas que serão elaborados e repensados de forma criativa e coletiva. Serão realizados: apresentações de artes cênicas, ciclos de cinema, ciclos de literatura, apresentações musicais, exposições de artes visuais, curso e palestras.

177590 - RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM
ASSOCIACAO PRO OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA DA BOA VIAGEM
CNPJ/CPF: 11.177.911/0001-05
Processo: 01400030958201731
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.703.000,63
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar restauração da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem, edificação que se localiza na região centro-sul de Belo Horizonte, integrante de conjunto arquitetônico e urbanístico reconhecido como patrimônio cultural nos âmbitos do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte. O objeto da referida restauração compreende a edificação principal, constituída pelo templo religioso, e prevê, ainda, intervenções internas e externas, durante 18 meses.

177559 - Restauração da Igreja de São Francisco e da Casa do Conde de Assumar para implantação do Museu de Mariana
Instituto Pedra
CNPJ/CPF: 17.643.364/0001-92
Processo: 01400030868201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 15.315.963,78
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a restauração do complexo que envolve a Igreja de São Francisco de Assis e da Casa do Conde de Assumar em Mariana-MG, para reabertura e implantação da sede do Museu da Cidade de Mariana, com o apoio de um programa de educação patrimonial.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177543 - Asas de Jacutinga
BIT SOCIAL
CNPJ/CPF: 10.355.613/0001-03
Processo: 01400030841201758
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 330.390,89
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Um livro iconográfico que faça o resgate cultural e histórico da cidade de Jacutinga, Sul de Minas. O enfoque principal será a emergência da cidade e de suas manifestações culturais, a partir da eclosão do artesanato e, posteriormente, da implantação da indústria do Tricô / Moda em seu ciclo econômico. Serão correlacionados os ciclos econômicos às expressões culturais desde a colonização. No lançamento do livro Asas de Jacutinga, haverá uma exposição de suas principais fotos, no Palácio de Artes da cidade, que deverá atrair jovens e velhos interessados na história local. O livro será também apresentado aos estudantes e professores em debates nas escolas públicas de Jacutinga, debates estes que serão gravados e apresentados na internet.

177055 - Biblioteca Social
NOWGO CONSULTORIA E LETRAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 22.091.016/0001-90
Processo: 01400028895201753
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 198.401,14
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a doação de acervo bibliográfico para quinze escolas públicas do Distrito Federal e, enquanto ação de formação de plateia, serão realizados workshops socioculturais e literários a cada entrega de acervo.

177568 - CAVALO DE SANTO
Mirian Papaléo Fichtner
CNPJ/CPF: 410.680.170-15
Processo: 01400030895201713
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 147.597,20
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê o lançamento da segunda edição do livro Cavalo da Santo - religiões afro gaúchas, reeditado com encarte de DVD, contendo o documentário videográfico Cavalo da Santo, baseado no livro, com duração entre 52 e 60 minutos, finalizado em formato Full HD, com classificação LIVRE,na sua versão original revista e remasterizada, acrescida de making off (com autores explicando o trabalho) e trilha sonora. Será criado um site como ferramenta para interagir com o público, agendar palestras com os autores, ações culturais, ampliar a acessibilidade do livro e DVD, atender demandas e consultas sobe o livro e o DVD, divulgar as atividades de apresentação dos trabalhos nos circuitos paralelos de cultura. Mostrar a ampliação e atualização da documentação que esta na forma de livro, com fotos e textos, para através do filme/documentário das voz aos personagens das fotos, ouvir suas rezas, seu batuque e a vida pulsante dos terreiros.

177704 - Plana festival 6 edição
Beatriz Siqueira Bittencourt Marketing e Prod Artistica ME
CNPJ/CPF: 15.352.274/0001-17
Processo: 01400031317201702
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 156.270,19
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Após catalisar um importante movimento de popularização da auto-publicação e das editoras de pequeno porte no Brasil, a Plana, um evento anual, chega à sua sexta edição. É sob o mote "Nós e a Natureza" que a Plana irá fomentar projetos não só no âmbito da cultura gráfica, mas também inspirar ideias políticas e sociais por meio de debates, oficinas e palestras. A feira anual reúne editores, artistas, designers e interessados em artes gráficas.

177710 - Praça Roosevelt
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400031359201735
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 472.230,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Praça Roosevelt" contemplará a produção de um livro que, com textos descritivos e imagens ilustrativas, buscará tornar-se um dos mais amplos registros das manifestações culturais que ocorrem em um dos mais emblemáticos logradouros públicos da maior Metrópole Brasileira. O livro será acompanhado de uma exposição fotográfica que visará auxiliar odebate do processo de formação e ocupação da Praça e sua importância na vida cultural da Cidade de São Paulo.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
177728 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO INTERNA
Fundação Roberto Marinho
CNPJ/CPF: 29.527.413/0001-00
Processo: 01400031437201700
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 32.389.683,80
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Execução das obras de adaptação interna no antigo edifício administrativo da Estação da Luz, de modo a abrigar novamente o Museu da Língua Portuguesa, após seu fechamento em decorrência do incêndio ocorrido em 21 de dezembro de 2015. A Estação da Luz é um dos principais monumentos históricos de São Paulo e seu edifício é tombado pelas três instâncias de patrimônio (IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP). O projeto em desenvolvimento mantém os conceitos estruturantes e o partido do projeto de intervenção original, contudo propõe alguns aperfeiçoamentos, a partir da análise das experiências de uso, fluxo do público e aspectos de gestão, durante seus 10 anos de funcionamento.

177531 - Plano Anual de Atividades 2018 - Centro Cultural Castrolanda
Associação dos Moradores de Castrolanda
CNPJ/CPF: 03.228.284/0001-66
Processo: 01400030803201703
Cidade: Castro - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.129.689,94
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2018 - Centro Cultural Castrolanda (CCC) representa o conjunto de elementos de custeio e atividades culturais, infra-estruturais e técnicas da instituição, como a monitoria aos grupos visitantes, ações de tratamento técnico do acervo (higienização, conservação preventiva, catalogação, digitalização e acondicionamento), elaboração e montagem de exposições temporárias, implantação do setor educativo e realização de 04 eventos culturais em parceria com grupos culturais comunitários (Oranjefeest, Agroleite, Molenfeest e Natal Encantado). No âmbito da formação de plateia serão realizadas 04 palestras no município de Castro sobre o segmento cultural da proposta, como forma de difundir este conhecimento e formar público para os museus e espaços de memória do município.

177634 - Plano Anual de Manutenção da SAMP 2018
Sociedade de Amigos do Museu Paranaense
CNPJ/CPF: 05.919.100/0001-30
Processo: 01400031071201761
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.305.743,92
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem a finalidade de apresentar o plano anual de atividades para o ano de 2018 da SAMP - Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, entidade sem fins lucrativos, que tem por missão prioritária auxiliar nas ações e na manutenção do MUSEU PARANAENSE, ambos localizados na região de Curitiba - Parará.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
177548 - DVD DANY E RAFA
RAFAEL ODAIR ZERMIANI
CNPJ/CPF: 066.185.339-02
Processo: 01400030854201727
Cidade: Timbó - SC;
Valor Aprovado: R$ 349.060,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende possibilitar a gravação de dvd da dupla Dany e Rafa.

177515 - FORMIGA SÔNICA
Wanderson Alves Leal
CNPJ/CPF: 858.482.396-49
Processo: 01400030748201743
Cidade: Formiga - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.685,80
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Formiga Sônica é um encontro cultural com movimentação musical, por meio de mesa redonda, rodas de bate papos, jam sessions, ações de conscientização ambiental, como os projetos "Carbono Neutro" ou "Lagoa Viva" e apresentações musicais. Direcionado à população, de forma gratuita, ele trará conteúdo de qualidade, tanto para a sociedade quanto para músicos. É um meio importante para valorizar a produção cultural local, formação e o incentivo de intercâmbio para desdobramentos positivos culturais na sociedade.

177478 - I Semana da Juventude Valenciana
FRANCISCO DADVI PEREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 061.614.893-33
Processo: 01400030679201778
Cidade: Valença do Piauí - PI;
Valor Aprovado: R$ 200.005,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de uma Semana da Juventude com o fito de reunir os moradores da cidade de Valença do Piauí, tendo foco nos jovens da cidade que durante uma semana poderão usufruir de Apresentações Teatrais e de Dança, Shows e Apresentações de Grupos Artísticos que valorizam a Cultura Local.

PORTARIA Nº 720, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (Artigo 18)
15 0751 - O COURO CONTA A HISTÓRIA DO CEARÁ
Candido Couto Filho
CNPJ/CPF: 018.147.613-49
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 721, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto SKY MIRAGE - TURNE 2011, Pronac nº 10 12564, na Portaria nº 714 de 24/11/2017, publicada no D.O.U. nº 226 de 27/11/2017, Seção 1, páginas 56 a 59.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 587 de 28/09/2017, publicada no D.O.U. em 29/09/2017, Seção 1, referente ao Projeto X RioWindsFestival - Festival Internacional de Sopros - Pronac: 17 5834
Onde se lê: Prazo de captação: 29/09/2017 a 30/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 29/09/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 0001/17 de 02/01/2017, publicada no D.O.U. em 03/01/2017, Seção 1, referente ao Projeto 9ª Edição - Festival Marreco de Cultura independente - Pronac: 15 11200
Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2017 a 30/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 197 de 29/03/2017, publicada no D.O.U. em 30/03/2017, Seção 1, referente ao Projeto 23º RIO INTERNATIONAL CELLO ENCOUNTER - Pronac: 16 4092
Onde se lê: Prazo de captação: 30/03/2017 a 29/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 30/03/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 305 de 16/05/2017, publicada no D.O.U. em 17/05/2017, Seção 1, referente ao Projeto Olavo e Anita - Pronac: 16 4989.
Onde se lê: Prazo de captação: 17/05/2017 a 30/11/2017
Leia-se: Prazo de captação: 17/05/2017 a 31/12/2017

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 162, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 05, de 05 de julho de 2017 - APOIO A FESTIVAIS E MOSTRAS AUDIOVISUAIS, resolve:

Art. 1° Selecionar, com base no item 7.10 do Edital, os seguintes projetos constantes na lista de reserva:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
175427	IV FRONTEIRA - FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME DOCUMENTARIO E EXPERIMENTAL	Barroca Produções Artísticas e Cinematográficas	GO	1.1.1	19,00	80.000,00
174093	III Mostra Tela Indígena	Patio Vazio Produções	RS	1.1.1	18,00	80.000,00
174857	Dia Internacional da Animação	ABCA - Associação Brasileira de Cinema de Animação	RJ	1.1.2	19,00	120.000,00
173122	Cine Esquema Novo 2018	ASSOCIACAO CINEESQUEMANOVO DE DESENVOLVIMENTO DA IMAGEM-ACENDI	RS	1.1.2	18,33	120.000,00
173938	16o Festival Internacional de Cinema Infantil	Elimar Produções Artísticas Ltda	RJ	1.1.3	19,33	200.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 163, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
177106 - Curtas de Animação - 4ª Edição
Direção Cultura Produções e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Processo: 01400029310201712
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 596.965,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na produção de 20 curtas-metragens em formato final HD, de 2 minutos cada, de animação de através da realização de oficinas itinerantes em escolas públicas, finalizados em 1.000 cópias de DVDs. A produção é feita através do Núcleo de Cinema de Animação de Campinas e visa estimular a produção nacional do cinema de animação e promover o envolvimento dos adolescentes, que serão os verdadeiros criadores do produto final. São vinte grupos de quinze alunos selecionados que serão acompanhados por coordenadores de animação e de trilha sonora durante cinco dias de pesquisa, capacitação e produção cada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

177472 - Festival Internacional de Cinema Cristão
BAUER BRENDLER PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 24.099.073/0001-40
Processo: 01400030629201791
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 399.418,88
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Cinema Cristão FICC está na quinta edição desse evento cinematográfico, focado em fomentar e promover a produção audiovisual brasileira, onde são contempladas exibições de obras tanto nacionais como internacionais. O evento terá 1dia de mostra e debates (Serão exibidos três obras com três debatedores presente, além da apresentação de todas as categorias concorrentes), com a participação de profissionais, estudante, empresários do audiovisual. Haverá a cerimônia de premiação com tapete vermelho (serão 20 categorias, que competem 3 filmes na final. Mas Longa metragens são mais categorias e na final são 4 filmes.Nas Categorias temáticas competem todos os filmes, exceto clipes). Após a noite de premiação o projeto, prevê a realização de sessões cinema itinerante com o Filme vencedor da categoria "Melhor Filme Nacional", por regiões do RJ. A expectativa de público é de 4500 mil pessoas beneficiada.

177253 - Festival Visões Periféricas 2018
Associação Imaginário Digital
CNPJ/CPF: 09.575.512/0001-50
Processo: 01400030001201795
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 562.364,77
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se da realização da 12º edição do Festival Visões Periféricas que reúne e exibe em diversos espaços da cidade do Rio de Janeiro e entorno (cineclubes, salas internet, etc.) mostras competitivas e informativas de curtas-metragens e longas-metragens produzidos nas múltiplas periferias brasileiras. Nesta edição, o festival promoverá oficinas práticas e consultorias que acontecerão dentro do Visões Lab., um espaço que será dedicado ao desenvolvimento de projetos de audiovisual do Rio de Janeiro voltados para o mercado e a educação. Durante os 08 dias de Festival, com exceção do dia da abertura e do dia de encerramento, serão realizadas cerca de 03 sessões diárias onde serão exibidos uma média de 90 filmes entre curtas e longas-metragens. Também serão realizadas 10 sessões em cineclubes, totalizando 28 sessões. O festival em todas as suas ações, espera atingir um público em torno de 2500 pessoas entre estudantes, educadores, realizadores, moradores de espaços populares, entre outros.

163274 - O SOM NASCE PARA TODOS
Geisan Varne Dourado Santos
CNPJ/CPF: 088.664.207-86
Processo: 01400213574201671
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 631.500,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover um documentário em média metragem de aproximadamente 60 minutos, em formato HD digital e um áudio livro, sobre a musicalidade instrumental brasileira. Resgatar a história e o garimpo musical de artistas anônimos em todo território nacional através da fusão de ritmos em composições exclusivas. Dar voz e visibilidade a músicos talentosos de locais mais afastados dos centros urbano, mesclando a cultura nordestina com a do Sul, Norte e Sudoeste do País, forjados em palcos.

177563 - Projeto "Meu Primeiro Amor"
DANIEL COSTA PEREIRA
CNPJ/CPF: 225.399.538-08
Processo: 01400030885201788
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 205.672,80
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na gravação e distribuição do curta metragem, "Meu primeiro amor", idealizado e produzido pelo roteirista Pedro Pereira. Esse projeto surgiu do interesse dos idealizadores de produzir a primeira obra de um roteirista ainda adolescente trazendo ao público uma obra leve que retrata situações do dia a dia adolescente como a descoberta do primeiro amor. O curta metragem terá duração de 15 minutos e será gravado em formato Anamórfico 2.39:1 em Ultra-HD (4k - 4096x2304)

ANEXO II

176664 - Radiocaos Temporada 2018/2019
Rodrigo Barros Homem Del Rei
CNPJ/CPF: 405.311.719-49
Processo: 01400027940201752
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 112.970,00
Prazo de Captação: 30/11/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: RADIOCAOS TEMPORADA 2018/2019 pede apoio para dar continuidade ao projeto radiofônico RADIOCAOS, que contará com 52 programas semanais inéditos (de 2 horas de duração) com radiodifusão de Curitiba para todo o Paraná (desde 2001) pela rádio E-Paraná, além de ser transmitido na Rádio Zero em Lisboa, na Rádio Keer em Paris e nas rádios Sarau (Prêmio APCA 2013), Cult FM (Rio de Janeiro), Bairro Alto, 91 Rock e na Rádio UNC, da Universidade do Contestado (Santa Catarina). Há 19 anos no ar, através da radiodifusão ininterrupta e divulgação de poesias e músicas de artistas independentes, num contexto ágil e de forma direta, Radiocaos também desenvolve um trabalho de registro de entrevistas e declamações de mais de 100 poetas, músicos e pensadores do Brasil. Artistas relevantes, como Alice Ruiz, Luci Collin, Chacal, Tavinho Paes, Antonio Abujamrra, Wally Salomão, Zé Paulo Paes e Reynaldo Jardim, no que se configura no maior acervo poético gravado do país, disponível no site radiocaos.com.br.

PORTARIA Nº 164, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 04, de 05 de julho de 2017 - EDITAL DE APOIO À PRODUÇÃO DE CURTA-METRAGEM, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a inabilitação do projeto abaixo de acordo com o subitem 15.7 do Edital:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Motivo da Inabilitação
173111	RUMOR	Susana Gonçalves Costa Amaral	GO	Carmen Santos	Projeto inabilitado por não atender ao disposto na alínea "c" do subitem 4.6.

Art. 2º - Abrir prazo de recurso, a ser enviado nos 04 (quatro) dias corridos contados a partir da data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br. Na fase de recurso não será aceita documentação complementar nem retificação da documentação apresentada na inscrição. Somente serão considerados aqueles documentos anexados no sistema salicweb no ato da inscrição. Os pedidos de reconsideração não admitem saneamento de pendências e/ou inclusão de novos documentos.

JOÃO BATISTA SILVA

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.762/GC3, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a reedição do Regulamento do Comando-Geral de Apoio.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67100.002998/2017-86, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 20-2 "Regulamento do Comando-Geral de Apoio (COMGAP)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 317/GC3, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 40, de 24 de fevereiro de 2017.

O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.763/GC1, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 1.072/GC1, de 29 de agosto de 2016, que fixa interstícios para os Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto no art. 23, inciso XIV, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; o disposto no art. 54 do Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010, e o que consta no Processo nº 67400.005656/2017-33, resolve:

Art. 1º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a partir do dia 31 de agosto de 2016:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	4 anos	4 anos	5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	5 anos	5 anos	6 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

POSTOS	QUADROS								
	QOAP	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos e três meses
2º Ten	-	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Art. 2º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a partir do dia 1° de dezembro de 2017:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	5 anos	5 anos	6 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

POSTOS	QUADROS								
	QOAP	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos
2º Ten	-	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Art. 3º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a partir do dia 1° de janeiro de 2020:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	5 anos	5 anos	6 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

POSTOS	QUADROS								
	QOAP	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	7 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	7 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos e seis meses
2º Ten	-	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Parágrafo único. A contagem de tempo nos Postos iniciais de cada Quadro, para fins do previsto neste artigo, será considerada a partir da data de conclusão do Curso de Formação ou do Estágio de Adaptação, a qual assegura o ingresso no respectivo Quadro.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica alterada a Portaria nº 1.072/GC1, de 29 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 167, Seção 1, de 12 de agosto de 2016, e no BCA nº 148, de 31 de agosto de 2016.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 311/MB, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Cria a Agência Fluvial de Caracaraí e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Criar, dentro da Estrutura Regimental do Comando da Marinha, a Agência Fluvial de Caracaraí (AgCaracaraí), Organização Militar (OM) com semiautonomia administrativa, com sede na cidade de Caracaraí, estado de Roraima, devendo ser apoiada, nos aspectos referentes à execução financeira, pela Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC), à qual ficará subordinada, e nos aspectos referentes ao pagamento de pessoal e abastecimento, pelo Centro de Intendência da Marinha em Manaus (CeIMMa), com o propósito de contribuir para as atividades de segurança do tráfego aquaviário, ensino profissional marítimo, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica na área de jurisdição a ser atribuída à OM, sob a direção de um Capitão-Tenente do Quadro Auxiliar da Armada ou do Quadro Técnico, pertencentes ao Corpo Auxiliar da Marinha.

Art. 2º Durante a fase de implantação, fica criado o Núcleo de Implantação da AgCaracaraí, responsável pela supervisão e fiscalização das obras e dos serviços necessários à prontificação das futuras instalações; elaboração dos estudos e subsídios relativos ao projeto de regulamentação; e ambientação, às atividades na região, dos militares a serem oportunamente designados e instalados naquela localidade.

Parágrafo único. O Núcleo de que trata este artigo terá suas atividades e organização estruturadas por um Regulamento Provisório, aprovado pelo Comando de Operações Navais, e será considerado automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia da Mostra de Ativação da AgCaracaraí.

Art. 3º O Comandante de Operações Navais baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 26 de dezembro de 2016, que estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, no exercício de 2017, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e no art. 7º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, e considerando:

A necessidade de revisão das estimativas das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb para 2017, em face do comportamento da arrecadação no exercício; e

A necessidade de adequação dos repasses de recursos do Fundo de 2017, em decorrência da retificação do Censo Escolar de 2016, na forma do disposto na Portaria MEC nº 117, de 27 de janeiro de 2017, resolvem:

Art. 1º O caput do art. 2º da Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O valor anual mínimo nacional por aluno, na forma prevista no art. 4º, §§ 1º e 2º, e no art. 15, inciso IV, da Lei nº 11.494, de 2007, fica definido em R$ 2.926,56 (dois mil novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) para o exercício de 2017." (NR)

Art. 2º Os Anexos I e II da Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 2016, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo os acertos financeiros decorrentes das alterações ora estabelecidas serem realizados pelo Banco do Brasil S/A no prazo de trinta dias a contar da publicação.

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2017

Valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 15, III, da lei nº 11.494/2007) - R$1,00

UF	ENSINO PÚBLICO													
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO				AEE
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR INICIAIS URBANA	SÉR INICIAIS RURAL	SÉR FINAIS URBANA	SÉR FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT ED. PROFISSIONAL	
AC	4.106,04	4.106,04	3.158,50	3.158,50	3.158,50	3.632,27	3.474,35	3.790,20	4.106,04	3.948,12	4.106,04	4.106,04	4.106,04	3.790,20
AL	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
AM	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
AP	4.581,77	4.581,77	3.524,44	3.524,44	3.524,44	4.053,11	3.876,88	4.229,33	4.581,77	4.405,55	4.581,77	4.581,77	4.581,77	4.229,33
BA	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
CE	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
DF	4.796,03	4.796,03	3.689,26	3.689,26	3.689,26	4.242,65	4.058,18	4.427,11	4.796,03	4.611,57	4.796,03	4.796,03	4.796,03	4.427,11
ES	3.795,48	3.795,48	2.919,60	2.919,60	3.029,98	3.401,31	3.253,43	3.549,20	3.844,96	3.649,50	3.795,48	3.795,48	3.795,48	3.503,52
GO	4.335,62	4.335,62	3.335,09	3.335,09	3.335,09	3.835,36	3.668,60	4.002,11	4.335,62	4.168,87	4.335,62	4.335,62	4.335,62	4.002,11
MA	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
MG	3.952,45	3.952,45	3.040,35	3.040,35	3.040,35	3.496,40	3.344,38	3.648,42	3.952,45	3.800,44	3.952,45	3.952,45	3.952,45	3.648,42
MS	4.217,45	4.217,45	3.244,19	3.244,19	3.244,19	3.730,82	3.568,61	3.893,03	4.217,45	4.055,24	4.217,45	4.217,45	4.217,45	3.893,03
MT	4.140,96	4.140,96	3.185,35	3.185,35	3.185,35	3.663,15	3.503,89	3.822,42	4.140,96	3.981,69	4.140,96	4.140,96	4.140,96	3.822,42
PA	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
PB	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
PE	3.804,53	3.804,53	2.926,56	2.926,56	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.658,20	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87
PI	3.961,40	3.961,40	3.047,23	3.047,23	2.926,56	3.365,54	3.219,21	3.511,87	3.804,53	3.809,04	3.961,40	3.961,40	3.961,40	3.656,68
PR	4.573,62	4.573,62	3.518,17	3.518,17	3.518,17	4.045,90	3.869,99	4.221,81	4.573,62	4.397,71	4.573,62	4.573,62	4.573,62	4.221,81
RJ	3.866,47	3.866,47	2.974,21	2.974,21	2.974,21	3.420,34	3.271,63	3.569,05	3.866,47	3.717,76	3.866,47	3.866,47	3.866,47	3.569,05
RN	3.970,87	3.970,87	3.054,52	3.054,52	3.054,52	3.512,70	3.359,97	3.665,42	3.970,87	3.818,15	3.970,87	3.970,87	3.970,87	3.665,42
RO	4.050,66	4.050,66	3.115,89	3.115,89	3.115,89	3.583,27	3.427,48	3.739,07	4.050,66	3.894,86	4.050,66	4.050,66	4.050,66	3.739,07
RR	5.962,56	5.962,56	4.586,59	4.586,59	4.586,59	5.274,58	5.045,25	5.503,91	5.962,56	5.733,24	5.962,56	5.962,56	5.962,56	5.503,91
RS	5.173,97	5.173,97	3.979,98	3.979,98	3.979,98	4.576,97	4.377,97	4.775,97	5.173,97	4.974,97	5.173,97	5.173,97	5.173,97	4.775,97
SC	4.760,00	4.760,00	3.661,54	3.661,54	3.661,54	4.210,77	4.027,69	4.393,84	4.760,00	4.576,92	4.760,00	4.760,00	4.760,00	4.393,84
SE	4.438,84	4.438,84	3.414,49	3.414,49	3.414,49	3.926,66	3.755,94	4.097,39	4.438,84	4.268,11	4.438,84	4.438,84	4.438,84	4.097,39
SP	4.641,00	4.641,00	3.570,00	3.570,00	3.570,00	4.105,50	3.927,00	4.284,00	4.641,00	4.462,50	4.641,00	4.641,00	4.641,00	4.284,00
TO	4.695,11	4.695,11	3.611,63	3.611,63	3.611,63	4.153,37	3.972,79	4.333,95	4.695,11	4.514,53	4.695,11	4.695,11	4.695,11	4.333,95
BR														

UF	EDUCAÇÃO		EJA		INSTITUIÇÕES CONVENIADAS										Estimativa de Receitas FUNDEB 2017 (Art. 15, I e II, da Lei nº11.494/2007) R$ mil		
					CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA								
	ESPECIAL	INDÍG / QUIL	AVAL. PROCESSO	INT ED. PROFISSIONAL					ENSINO FUND SÉR FINAIS RURAL	ENSINO MÉDIO RURAL	ENSINO MÉDIO INT ED. PROFIS.	EDUC. INDÍG./ QUIL.	EJA - AVAL. NO PROCES.	EJA - INT ED. PROFIS. DE NÍVEL MÉDIO	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	COMPLEM. DA UNIÃO (*)	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA
AC	3.790,20	3.790,20	2.526,80	3.790,20	3.474,35	2.526,80	4.106,04	3.158,50	4.106,04	4.106,04	4.106,04	3.790,20	2.526,80	3.790,20	889.732,9	0,0	889.732,9
AL	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	1.938.016,2	358.687,3	2.296.703,5

AM	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	2.405.001,6	999.996,5	3.404.998,1
AP	4.229,33	4.229,33	2.819,55	4.229,33	3.876,88	2.819,55	4.581,77	3.524,44	4.581,77	4.581,77	4.581,77	4.229,33	2.819,55	4.229,33	794.598,9	0,0	794.598,9
BA	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	7.589.651,5	2.280.120,1	9.869.771,6
CE	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	4.477.230,1	1.150.982,9	5.628.212,9
DF	4.427,11	4.427,11	2.951,41	4.427,11	4.058,18	2.951,41	4.796,03	3.689,26	4.796,03	4.796,03	4.796,03	4.427,11	2.951,41	4.427,11	1.876.708,7	0,0	1.876.708,7
ES	3.503,52	3.503,52	2.335,68	3.635,97	3.211,56	2.335,68	3.795,48	2.919,60	3.844,96	3.844,96	3.844,96	3.635,97	2.335,68	3.635,97	2.450.298,4	0,0	2.450.298,4
GO	4.002,11	4.002,11	2.668,07	4.002,11	3.668,60	2.668,07	4.335,62	3.335,09	4.335,62	4.335,62	4.335,62	4.002,11	2.668,07	4.002,11	4.273.326,7	0,0	4.273.326,7
MA	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.251.632,4	2.660.387,4	5.912.019,9
MG	3.648,42	3.648,42	2.432,28	3.648,42	3.344,38	2.432,28	3.952,45	3.040,35	3.952,45	3.952,45	3.952,45	3.648,42	2.432,28	3.648,42	13.196.277,0	0,0	13.196.277,0
MS	3.893,03	3.893,03	2.595,35	3.893,03	3.568,61	2.595,35	4.217,45	3.244,19	4.217,45	4.217,45	4.217,45	3.893,03	2.595,35	3.893,03	2.130.583,2	0,0	2.130.583,2
MT	3.822,42	3.822,42	2.548,28	3.822,42	3.503,89	2.548,28	4.140,96	3.185,35	4.140,96	4.140,96	4.140,96	3.822,42	2.548,28	3.822,42	2.614.075,8	0,0	2.614.075,8
PA	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.758.697,3	3.023.448,0	6.782.145,3
PB	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	2.393.681,0	161.187,9	2.554.869,0
PE	3.511,87	3.511,87	2.341,25	3.511,87	3.219,21	2.341,25	3.804,53	2.926,56	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.511,87	2.341,25	3.511,87	5.057.319,7	486.370,2	5.543.690,0
PI	3.656,68	3.656,68	2.092,35	3.138,52	3.351,95	2.437,78	3.961,40	3.047,23	3.804,53	3.804,53	3.804,53	3.138,52	2.092,35	3.138,52	1.958.164,6	590.704,7	2.548.869,4
PR	4.221,81	4.221,81	2.814,54	4.221,81	3.869,99	2.814,54	4.573,62	3.518,17	4.573,62	4.573,62	4.573,62	4.221,81	2.814,54	4.221,81	8.475.183,8	0,0	8.475.183,8
RJ	3.569,05	3.569,05	2.379,37	3.569,05	3.271,63	2.379,37	3.866,47	2.974,21	3.866,47	3.866,47	3.866,47	3.569,05	2.379,37	3.569,05	8.002.314,3	0,0	8.002.314,3
RN	3.665,42	3.665,42	2.443,61	3.665,42	3.359,97	2.443,61	3.970,87	3.054,52	3.970,87	3.970,87	3.970,87	3.665,42	2.443,61	3.665,42	2.182.359,0	0,0	2.182.359,0
RO	3.739,07	3.739,07	2.492,71	3.739,07	3.427,48	2.492,71	4.050,66	3.115,89	4.050,66	4.050,66	4.050,66	3.739,07	2.492,71	3.739,07	1.331.396,8	0,0	1.331.396,8
RR	5.503,91	5.503,91	3.669,27	5.503,91	5.045,25	3.669,27	5.962,56	4.586,59	5.962,56	5.962,56	5.962,56	5.503,91	3.669,27	5.503,91	665.734,5	0,0	665.734,5
RS	4.775,97	4.775,97	3.183,98	4.775,97	4.377,97	3.183,98	5.173,97	3.979,98	5.173,97	5.173,97	5.173,97	4.775,97	3.183,98	4.775,97	8.525.418,0	0,0	8.525.418,0
SC	4.393,84	4.393,84	2.929,23	4.393,84	4.027,69	2.929,23	4.760,00	3.661,54	4.760,00	4.760,00	4.760,00	4.393,84	2.929,23	4.393,84	5.210.841,0	0,0	5.210.841,0
SE	4.097,39	4.097,39	2.731,59	4.097,39	3.755,94	2.731,59	4.438,84	3.414,49	4.438,84	4.438,84	4.438,84	4.097,39	2.731,59	4.097,39	1.590.844,7	0,0	1.590.844,7
SP	4.284,00	4.284,00	2.856,00	4.284,00	3.927,00	2.856,00	4.641,00	3.570,00	4.641,00	4.641,00	4.641,00	4.284,00	2.856,00	4.284,00	31.609.224,4	0,0	31.609.224,4
TO	4.333,95	4.333,95	2.889,30	4.333,95	3.972,79	2.889,30	4.695,11	3.611,63	4.695,11	4.695,11	4.695,11	4.333,95	2.889,30	4.333,95	1.483.743,9	0,0	1.483.743,9
BR															130.132.056,6	11.711.885,1	141.843.941,7

(*) 90% do total anual (art. 4º, § 2º, da Lei 11.494/2007)

ANEXO II

CRONOGRAMA DE REPASSES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB 2017 (Art. 6º, § 1º, da Lei Nº 11.494/2007, c/c art. 4º da Lei nº 11.738/2008)

R$ 1,00

MESES	REPASSE	ESTADOS									TOTAL
		ALAGOAS	AMAZONAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAUÍ	
JAN	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
FEV	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
MAR	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
ABR	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
MAI	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
JUN	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
JUL	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	1.655.881,91	6.676.079,45	19.615.261,43	10.445.201,77	20.709.288,41	21.517.338,59	1.597.498,43	4.880.432,62	4.800.322,45	91.897.305,06
AGO	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	4.967.645,73	20.028.238,35	58.845.784,29	31.335.605,31	62.127.865,23	64.552.015,77	4.792.495,29	14.641.297,86	14.400.967,35	275.691.915,18
SET	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	827.940,95	3.338.039,73	9.807.630,71	5.222.600,88	10.354.644,21	10.758.669,30	798.749,21	2.440.216,31	2.400.161,23	45.948.652,53
OUT	Comp. da União	14.902.937,17	60.084.715,06	176.537.352,85	94.006.815,88	186.383.595,72	193.656.047,32	14.377.485,86	43.923.893,61	43.202.902,08	827.075.745,55
	Comp. ao Piso	827.940,95	3.338.039,73	9.807.630,71	5.222.600,88	10.354.644,21	10.758.669,30	798.749,21	2.440.216,31	2.400.161,23	45.948.652,53
NOV	Comp. da União	51.311.119,00	97.686.755,16	125.977.701,25	51.618.703,61	194.945.894,65	266.001.967,86	4.261.633,47	11.534.789,76	38.833.873,31	842.172.438,07
	Comp. ao Piso	3.548.289,31	6.177.503,33	6.161.917,47	2.129.973,88	11.116.800,82	16.274.007,02	55.306,43	58.436,58	2.103.827,98	47.626.062,82
DEZ	Comp. da União	51.311.119,00	97.686.755,16	125.977.701,25	51.618.703,61	194.945.894,65	266.001.967,86	4.261.633,47	11.534.789,76	38.833.873,31	842.172.438,07
	Comp. ao Piso	3.548.289,31	6.177.503,33	6.161.917,47	2.129.973,88	11.116.800,82	16.274.007,02	55.306,43	58.436,58	2.103.827,98	47.626.062,82
JAN/2018 (*)	Comp. da União	107.035.668,01	203.775.853,99	262.791.139,00	107.677.293,54	406.659.696,10	554.883.597,84	8.889.823,37	24.061.722,91	81.007.969,63	1.756.782.764,39
	Comp. ao Piso	14.542.862,35	25.318.843,26	25.254.963,78	8.729.817,18	45.562.830,57	66.699.928,88	226.676,52	239.505,63	8.622.656,75	195.198.084,92
SUBTOTAL (A)	Comp. da União	358.687.277,71	999.996.514,91	2.280.120.070,00	1.150.982.859,56	2.660.387.442,60	3.023.448.006,76	161.187.948,91	486.370.238,53	590.704.737,05	11.711.885.096,03
SUBTOTAL (B) 10% do total anual (art. 4º, § 2º, da Lei 11.494/2007 c/c art. 4º da Lei nº 11.738/2008)	Comp. ao Piso	39.854.141,97	111.110.723,88	253.346.674,44	127.886.984,40	295.598.604,73	335.938.667,42	17.909.772,10	54.041.137,61	65.633.859,67	1.301.320.566,22
TOTAL GERAL (A+B) (Art. 6º da Lei nº 11.494/2007)		398.541.419,68	1.111.107.238,79	2.533.466.744,44	1.278.869.843,96	2.955.986.047,33	3.359.386.674,18	179.097.721,01	540.411.376,14	656.338.596,72	13.013.205.662,25

(*) Correspondente a 15% do total de 2017 a ser distribuído automaticamente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.260, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a Política Corporativa de Governança de TIC do Ministério da Educação-PCGTIC/MEC.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4°, Capítulo III, Secção I, do Decreto de n° 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1° Aprovar a Política Corporativa de Governança de TIC do Ministério da Educação - PCGTIC/MEC.

Art. 2° A íntegra da PCGTIC/MEC será disponibilizada no Portal do MEC: www.mec.gov.br.

Art. 3° A PCGTIC/MEC poderá ser revista, sempre que necessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, e às mudanças na legislação vigente.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 227, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria Capes nº. 34/2006
Inclui o Anexo II da Portaria Capes nº. 34/2006

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8977, de 30/01/2017, publicado no DOU de 31/01/2017, e

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do regulamento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX);

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038.014665/2017-25, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 8º, 10º, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21 do Anexo da Portaria CAPES nº. 34, de 30 de maio de 2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art . 1º O Programa de Excelência Acadêmica - PROEX tem como objetivo apoiar projetos educacionais e de pesquisa coletivos dos programas de pós-graduação avaliados com notas 6 ou 7, a fim de manter o padrão de qualidade desses programas de pós-graduação, buscando atender mais adequadamente as suas necessidades e especificidades.

....."

"Art. 2º.....

§2º os programas de pós-graduação que porventura, em resultados futuros do processo de avaliação da CAPES, não mantenham o nível de qualidade correspondente às notas 6 ou 7, serão desvinculados do referido Programa, e retornarão aos programas da CAPES, originariamente correspondentes a seu caso específico junto a IES, ou seja, Demanda Social e PROAP, PROSUP ou PROSUC."

"Art. 3º.....

VI - efetuar o pagamento de mensalidades de bolsa e de taxas escolares diretamente na conta corrente dos bolsistas."

"Art. 5º .....

III - efetuar, por meio do sistema de bolsas da Capes, as operações relacionadas à inclusão, ao acompanhamento e ao cancelamento de bolsistas e de beneficiários de taxas escolares;

....."

"Art. 6º .....

I - estabelecer a distribuição da aplicação dos recursos alocados pelo PROEX ao programa de pós-graduação;

.....

V - manter permanentemente disponível à CAPES arquivo atualizado com informações administrativas do programa de pós-graduação, dados individuais, de desempenho acadêmico e o termo de compromisso de cada bolsista, conforme Anexo II deste regulamento;

.....

X - encaminhar, quando solicitados pela Capes, quaisquer relatórios ou documentos relacionados à execução dos recursos financeiros disponibilizados;

....."

"Art. 8º A formalização do apoio do PROEX será efetuada mediante a assinatura de um Termo de Compromisso de Auxílio Financeiro, firmado entre a CAPES e o coordenador do programa de pós-graduação, bem como por meio do cadastramento dos bolsistas, efetuado no sistema de bolsas da Capes."

"Art 10º. As bolsas/PROEX obedecerão a valores, prazos e condições de concessão fixados em diretrizes normativas, informadas pela CAPES, sendo vedado às IES privadas cobrar dos bolsistas quaisquer encargos educacionais que excedam os valores de taxas escolares pagas pela Capes."

"Art. 12 - A concessão de auxílio para custeio de taxas escolares aos programas de pós-graduação vinculados a instituições privadas e comunitárias será realizada conforme requisitos e valores estabelecidos pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) ou pelo Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), a depender do programa de fomento ao qual a IES estiver vinculada, devendo as Instituições e beneficiários observar as normas desses programas, em complemento a este regulamento, respeitada a concessão anual de recursos financeiros estabelecida pelo PROEX."

"Art. 15. Exigir-se-á do pós-graduando, para concessão e manutenção de bolsa de estudos:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação, ressalvada expressa permissão legal ou previsão em ato normativo específico da Capes;

.....

III - quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais sem percepção de vencimentos, ressalvada expressa permissão legal ou previsão em ato normativo específico da Capes;

.....

VI - não acumular a percepção da bolsa do PROEX com outra proveniente de recursos públicos;

.....

§ 2º. A inobservância por parte do bolsista aos requisitos deste regulamento em qualquer momento durante o período de vigência da bolsa acarretará a imediata interrupção dos repasses, bem como a obrigação de restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente."

"Art. 17. A suspensão dos benefícios da bolsa poderá ocorrer nos seguintes casos:

I - de até 6 (seis) meses, no caso de doenças que comprovadamente impeçam o bolsista de realizar as atividades acadêmicas do curso;

II - de até 18 (dezoito) meses, para bolsista de doutorado, que for realizar estágio no exterior relacionado com seu plano de curso, caso receba nesse período outra bolsa.

Parágrafo único. A suspensão pelo motivo previsto no inciso I deste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa."

"Art. 18

.....

I - o mestrando ou o doutorando se afastar da localidade em que realiza o curso, para efetuar estágio no país ou no exterior ou coletar dados necessários à elaboração de sua dissertação ou tese, se a necessidade da coleta ou estágio for reconhecida pela CG/PROEX para o desenvolvimento do plano de trabalho proposto, por prazo não superior a seis meses e até doze meses, respectivamente;

....."

"Art. 19 .....

Parágrafo único. A bolsa poderá ser revogada a qualquer tempo por infringência às normas deste Regulamento ou mesmo dos dispositivos no Termo de Compromisso - Anexo II desta Portaria, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, e impossibilitado de receber benefícios por parte da CAPES pelo período de até 5 (cinco) anos, contados do conhecimento do fato."

"Art. 20 A CG/PROEX poderá proceder, a qualquer tempo, cancelamentos e novas concessões de bolsas, por intermédio do sistema de bolsas da Capes.

Parágrafo único. A não conclusão do curso acarretará ao ex-bolsista a obrigação de restituir os valores despendidos com o benefício, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada, que o impeça de realizar as atividades acadêmicas. A CG/PROEX deverá fundamentar e se posicionar em parecer conclusivo, com decisão fundamentada, acerca de todas as situações de não conclusão."

"Art. 21. No caso de mudança de nível do aluno matriculado no mestrado para o doutorado, deverão ser observados pelos programas de pós-graduação os seguintes critérios:

I - a mudança de nível do mestrado para o doutorado deve resultar do reconhecimento do desempenho acadêmico excepcional atingido pelo aluno, obtido até o 18º (décimo oitavo) mês de início no curso;

II - o aluno beneficiado deverá estar matriculado no curso a no máximo 18 (dezoito) meses e ser bolsista da CAPES, ininterruptamente, por no mínimo 12 (doze) meses no mesmo curso.

§1º. O aluno beneficiado com a mudança de nível terá o prazo máximo de 3 (três) meses para defender sua dissertação de mestrado, contados a partir da data da seleção para a referida promoção, nos moldes estabelecidos pelo curso para a conclusão do mestrado não antecipado.

§2º. A CG/PROEX deverá enviar à CAPES, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ata de promoção para o doutorado, a lista dos bolsistas promovidos para efeito de transformação da bolsa de mestrado para o doutorado.

§3º. O limite anual da concessão de benefícios do PROEX de que trata este artigo será de 20% (vinte por cento) do total de cotas do referido programa de pós-graduação, limitado a um número máximo de 3 (três) promoções anuais, observada a disponibilidade orçamentária da CAPES.

§4º. A mudança de nível de que trata este artigo implica a alteração do número de cotas de bolsas, com repercussão nas concessões dos exercícios posteriores."

Art. 2º Ficam revogados os §§ 2º e 4º do art. 1º, inciso III do art. 2º, incisos II, IV e V do art. 3º, art. 4º, incisos II, III, VII e IX do art. 6º, art. 7º, art. 13, incisos VIII e IX do art. 15, §§ 2º e 3º do art. 16, § 2º do art. 19, assim como os arts. 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 do Anexo da Portaria nº 34, de 30 de maio de 2006.

Art. 3º Ficam acrescentados os incisos IV, V e VI ao art. 5º, inciso XIII ao art. 6º, art. 14, inciso XI ao art. 15, art. 17-A, parágrafo único ao art. 20, assim como os arts. 33, 34, 35, 36, 37 e 38 ao Anexo da Portaria nº 34, de 30 de maio de 2006, que vigoram com a seguinte redação:

"Art 5º.....

IV - servir de interlocutor e articulador das relações mantidas entre o programa de pós-graduação e a Capes, para a implementação das ações atinentes ao PROEX;

V - realizar a prestação de contas de acordo com as normas da Capes;

VI - restituir integralmente à CAPES os recursos aplicados em divergência com o estabelecido pelas normas deste regulamento, procedida a apuração das eventuais infrações ocorridas, para cobrança regressiva, quando couber."

"Art. 6º .....

XIII - apurar casos de eventuais infrações cometidas pelos bolsistas do PROEX que descumprirem as normas contidas neste regulamento. Para a apuração, a CG/PROEX deverá instaurar processo administrativo, no âmbito da própria Instituição, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

....."

"Art. 14 .....

III - pagamento de taxas escolares, no caso de bolsista de programa de pós-graduação pertencente a IES privada.

..... "

"Art. 15 .....

XI - assinar o termo de compromisso, conforme Anexo II deste regulamento.

..... "

"Prorrogação de bolsa por ocorrência de parto

Art. 17 - A Nos casos de afastamento temporário das atividades acadêmicas, em função da ocorrência de parto ou de adoção, o programa de pós-graduação deverá solicitar a prorrogação da bolsa à Capes dentro do período de vigência do benefício, não ocorrendo a suspensão das mensalidades de bolsa durante o afastamento, observada norma específica da CAPES."

"Art. 33 Deverá ser verificado junto às unidades responsáveis pela execução financeira e contábil da instituição o enquadramento dos elementos de despesa nas atividades financiáveis descritas nos arts. 24 e 27, bem como os procedimentos e a documentação comprobatória das despesas pagas na forma deste regulamento, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual Técnico de Orçamento (MTO) vigentes no respectivo exercício, as normas vinculantes, as alterações posteriores emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), assim como as demais normas vigentes da Capes aplicáveis, em especial aquelas relativas à prestação de contas."

"Art. 34 Os recursos de custeio do PROEX destinam-se ao apoio das atividades científico-acadêmicas relacionadas à titulação de mestres e doutores e ao estágio pós-doutoral. Poderão ser custeadas despesas correntes enquadradas nos elementos e atividades abaixo discriminados:

I - Elementos de despesa:

a) material de consumo;

b) serviços de terceiros (pessoa jurídica);

c) serviços de terceiros (pessoa física);

d) auxílio diário, previsto em norma específica da Capes;

e) passagens e despesas com locomoção;

II - Atividades:

a) manutenção de equipamentos;

b) manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa;

c) serviços e taxas relacionados à importação;

d) participação em cursos e treinamentos em técnicas de laboratório e utilização de equipamentos;

e) produção, revisão, tradução, editoração, confecção e publicação de conteúdos científico-acadêmicos e de divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito dos PPGs;

f) manutenção do acervo de periódicos, desde que não contemplados no Portal de Periódicos da CAPES;

g) apoio à realização de eventos científico-acadêmicos no país;

h) participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades científico-acadêmicas no país e no exterior;

i) participação de convidados externos em atividades científico-acadêmicas no país;

j) participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades de intercâmbio e parcerias entre PPGs e instituições formalmente associados;

k) participação de alunos em cursos ou disciplinas em outro PPG, desde que estejam relacionados às suas dissertações e teses; e

l) aquisição e manutenção de tecnologias em informática e da informação caracterizadas como custeio, conforme disposto no artigo 6º.

§ 1º As atividades descritas nas alíneas "h", "j" e "k" do inciso II deste artigo referem-se exclusivamente aos professores vinculados aos PPGs, alunos matriculados nos PPGs e pesquisadores em estágio pós-doutoral.

§ 2º Poderão ser utilizados outros elementos de despesa além dos previstos no inciso I deste artigo, desde que sejam vinculados às atividades-fim da pós-graduação e com a devida aprovação da CAPES.

§ 3º Havendo vantagem econômica, e com a devida comprovação de cotação de preço de passagens no ato da prestação de contas, poderão ser custeados gastos com combustível em veículos particulares, em substituição ao elemento descrito na alínea "e" do inciso I deste artigo."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 35 Serão vedados pagamentos a título de pró-labore, consultoria, gratificação e remuneração para ministrar cursos, seminários, aulas, apresentar trabalhos e participar de bancas examinadoras."

"Art. 36 Não será permitida a contratação de serviços de terceiros para cobrir despesas que caracterizem contratos de longa duração, vínculo empregatício, contratações que não sejam vinculadas às atividades-fim da pós-graduação ou contratações em desacordo com a legislação vigente."

"Art. 37 Poderão ser utilizados os recursos de capital do PROEX para a compra de equipamentos, softwares caracterizados como capital, e demais despesas classificadas como material permanente, conforme disposto no artigo 6º, desde que vinculadas às atividades-fim do programa de pós-graduação."

"Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 Os casos omissos serão analisados pela CAPES."

Art. 4º O § 1º no art. 1º do Anexo da Portaria CAPES nº. 34, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar como parágrafo único.

Art. 5º O § 1º no art. 16 do Anexo da Portaria CAPES nº. 34, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar como parágrafo único.

Art. 6º O Anexo da Portaria CAPES nº. 34, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar como Anexo I.

Art. 7º Fica acrescentado o Anexo II à Portaria CAPES nº. 34, de 30 de maio de 2006.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO NUNES SOBRINHO
Substituto

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 512, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Regulamenta os procedimentos aplicáveis às operações de crédito, às reestruturações, aos aditamentos contratuais de dívidas e à concessão de garantia pela União a serem realizados no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º As operações de crédito a serem contratadas durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal - RRF de que trata a Lei Complementar nº 159, de 2017, nos termos dos incisos I a VII de seu art. 11, deverão ter seus pleitos formalizados junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN deste Ministério da Fazenda - MF acompanhados da comprovação dos seguintes requisitos:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação;

III - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

IV - existência de autorização legislativa para o oferecimento de contragarantias à garantia da União, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017;

V - resolução emitida pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, quando se tratar de operação de crédito externo; e

VI - manifestação do Conselho de Supervisão do respectivo RRF acerca do pleito, nos termos do art. 5º.

Parágrafo único. Em caso de operação de crédito de antecipação de receita de privatização de empresa de que trata o inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, deverão ser comprovados, adicionalmente àqueles estabelecidos no caput deste artigo, os seguintes requisitos:

I - existência de autorização legislativa para privatização da respectiva empresa;

II - existência de autorização legislativa para o oferecimento, em benefício da União, do penhor das ações da empresa a ser privatizada, bem como o registro, no instrumento pertinente, do oferecimento de tal penhor, nos termos do § 2º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017;

III - avaliação da empresa, realizada nos termos do art. 9º do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017; e

IV - compromisso do ente de promover alterações no corpo diretor da empresa a ser privatizada, nos termos do § 3º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017;

Art. 2º Os pleitos de reestruturação de dívidas com o sistema financeiro a serem realizados durante a vigência do RRF, fundamentados no inciso IV do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, deverão ser formalizados junto à STN deste Ministério acompanhados da comprovação dos requisitos elencados no art. 1º e, para fins de enquadramento no conceito de reestruturação, deverão atender às seguintes premissas:

I - os recursos recebidos na operação de reestruturação devem ser destinados ao abatimento ou, ainda, à quitação de dívidas preexistentes;

II - valor presente da dívida reestruturada menor ou igual ao valor presente da dívida anterior e níveis prudentes de risco assumidos com a nova operação;

III - indicação expressa de destinação da operação ao pagamento de principal de dívida; e

IV - ausência de carência e de estrutura de pagamento customizado.

§ 1º O atendimento da premissa constante do inciso II do caput será atestado pela STN, cabendo ao pleiteante fornecer as informações, os documentos e os subsídios necessários à análise.

§ 2º Caso o pleito de reestruturação não atenda a quaisquer das premissas do caput, será enquadrado como operação de crédito ordinária, devendo obedecer ao disposto na Lei Complementar nº 159, de 2017, e no Decreto nº 9.109, de 2017.

Art. 3º Os aditamentos de contratos de financiamento firmados com organismos internacionais multilaterais de que trata o § 7º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, deverão ser formalizados junto à STN deste Ministério acompanhados de:

I - resolução da COFIEX;

II - anuência do organismo, acompanhada de demonstração da vigência contratual e da possibilidade do aditamento pretendido;

III - solicitação, dirigida ao Ministro de Estado da Fazenda, de autorização para formalização da alteração contratual, contendo detalhamento sobre: as alterações pretendidas e a justificativa para cada uma delas, o valor desembolsado dos recursos do empréstimo e da contrapartida, o cronograma anual de desembolso dos recursos do empréstimo e aporte de contrapartida, medidas adotadas para superar as dificuldades que motivaram o atraso na execução do projeto e os riscos que podem afetar a conclusão do projeto no âmbito das alterações propostas;

IV - comprovação de compatibilidade com a revisão de carteira do projeto em execução que tenha sido realizada conjuntamente com o estado, Governo Federal e organismo internacional multilateral, quando aplicável;

V - manifestação do organismo internacional multilateral quanto à capacidade de execução do ente no que tange aos aspectos técnicos e operacionais do projeto; e

VI - manifestação do Conselho de Supervisão do respectivo RRF acerca do pleito, nos termos do art. 5º.

Parágrafo único. Caso as alterações contratuais pretendidas por meio do aditamento de que trata o caput deste artigo ensejem seu enquadramento no conceito de nova operação de crédito, sua celebração está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos exigidos pelo art. 1º e aos demais requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 159, de 2017.

Art. 4º A documentação necessária às comprovações exigidas pelos arts. 1º, 2º e 3º será definida pela STN por meio de seção específica do Manual para Instrução de Pleitos - MIP, editado com base na Portaria STN nº 09, de 05 de janeiro de 2017, e disponibilizado em formato eletrônico no sítio da Secretaria na internet, aplicando-se, no que couber e observadas as peculiaridades das operações de crédito, dos aditamentos contratuais e das reestruturações previstos na Lei Complementar nº 159, de 2017, os conceitos, disposições e procedimentos constantes ao longo do citado Manual.

Art. 5º A manifestação do Conselho de Supervisão de que tratam o inciso VI do caput do art. 1º e o inciso VI do art. 3º desta Portaria, tendo em vista o disposto no inciso XII do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e no inciso XIV do art. 23 do Decreto nº 9.109, de 2017, deve confirmar a previsão da operação de crédito, da reestruturação ou do aditamento contratual no Plano de Recuperação Fiscal do ente interessado e:

I - em caso de operação de crédito ou reestruturação, atestar a compatibilidade do valor pleiteado com aquele previsto no Plano de Recuperação Fiscal do ente interessado e com o necessário para a obtenção do equilíbrio fiscal; ou

II - em caso de aditamento de que trata o § 7º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, atestar a compatibilidade das alterações contratuais pleiteadas com aquelas previstas no Plano de Recuperação Fiscal do ente interessado e com o necessário para a obtenção do equilíbrio fiscal.

Parágrafo único. Caso a operação de crédito, a reestruturação ou o aditamento contratual pleiteado não esteja previsto no Plano de Recuperação Fiscal do ente interessado, a manifestação do Conselho de Supervisão deve recomendar ao Ministério da Fazenda sua inclusão no Plano e atestar que o pleito é compatível com o necessário à obtenção do equilíbrio fiscal.

Art. 6º Para análise do cumprimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, será observado o critério disposto no § 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e a metodologia estabelecida no art. 6º da Resolução do Senado Federal - RSF nº 43, de 2001, utilizando-se os dados constantes:

I - nos Balanços Orçamentários publicados nos respectivos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI para verificação das despesas de capital executadas no exercício anterior, considerando-se as liquidadas e as inscritas em restos a pagar não processados, das receitas de operação de crédito realizadas no exercício anterior e das despesas de capital do exercício corrente constantes na dotação atualizada do último RREO exigível; e

II - em declaração a ser encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo, contendo informações referentes:

a)ao exercício anterior, de despesas a serem deduzidas do montante de despesas de capital, conforme art. 6º da RSF nº 43, de 2001; e

b)ao exercício corrente, de: despesas a serem deduzidas do montante de despesas de capital, conforme art. 6º da RSF nº 43, de 2001, liberações de crédito já programadas e, se houver, liberação de recursos da operação em renegociação.

Parágrafo único. Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária mencionados no caput serão o RREO do 6º bimestre do exercício anterior e o último RREO exigível na data de análise do pleito pela STN, devendo ser observado o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 7º A suficiência das contragarantias oferecidas pelos entes federativos à garantia da União em atendimento ao § 1º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, será avaliada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros - COAFI da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme critérios definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

§ 1º Para verificação da suficiência a que se refere o caput, o Chefe do Poder Executivo do ente em RRF deverá encaminhar declaração com o detalhamento do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, nestas incluídos os valores referentes à operação pleiteada.

§ 2º Para as operação de crédito de que trata o inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, caso as contragarantias oferecidas na forma do caput não sejam consideradas suficientes, será avaliada, de forma complementar, a suficiência do penhor das ações da empresa a ser privatizada oferecido como contragarantia à garantia da União em atendimento ao § 2º do art. 11 da referida Lei Complementar, com base em metodologia definida pela STN.

Art. 8º Recebida a documentação para a instrução dos pleitos de operações de crédito, de aditamentos contratuais e de reestruturações, a Secretaria do Tesouro Nacional procederá à análise e manifestação.

§ 1º Caso se constate que os documentos e informações recebidos não sejam suficientes para a comprovação dos limites e condições aplicáveis ou não estejam adequados, será solicitada a adequação ou, ainda, a complementação destes.

§ 2º Atendidos os requisitos necessários, a STN emitirá parecer e encaminhará o pleito à análise e providências da PGFN.

§ 3º Para fins das operações de crédito, das reestruturações e dos aditivos a serem celebrados com fundamento no art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, a verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito e para concessão de garantia pela União terá validade até o final do exercício em que for realizada.

Art. 9º Após manifestação favorável da PGFN, o pleito de operação de crédito, reestruturação ou aditamento contratual será submetido ao Ministro de Estado da Fazenda para, quando cabível, inclusão no Plano de Recuperação Fiscal do ente interessado, com base em recomendação do Conselho de Supervisão, nos termos do inciso II, art. 7º da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, e para concessão ou manutenção da garantia da União.

Parágrafo único. No caso de operações de crédito externo ou reestruturações que se caracterizem como operação de crédito externo, após manifestação preliminar da PGFN e anteriormente à submissão ao Ministro de Estado da Fazenda, o pleito será encaminhado ao Senado Federal em atendimento ao inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 10. Autorizada inclusão da operação de crédito, da reestruturação ou do aditamento contratual no Plano de Recuperação do interessado, se for o caso, e a concessão ou manutenção da garantia da União pelo Ministro de Estado da Fazenda, proceder-se-á às assinaturas contratuais.

Parágrafo único. Por ocasião da formalização dos instrumentos contratuais, deverão ser comprovados os requisitos legais e constitucionais cabíveis para a contratação.

Art. 11. As operações de crédito, as reestruturações e os aditamentos contratuais de que trata a presente Portaria ficam dispensados da observância:

I - do disposto na Portaria do Ministério da Economia, Fazenda Planejamento nº 497, de 27 de agosto de 1990, ou outra que venha a substituí-la;

II - das condições de elegibilidade para concessão de garantia pela União constantes na Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, ou outra que venha a substituí-la; e

III - dos critérios estabelecidos pelo comitê de que trata a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 763, de 21 de dezembro de 2015, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DO MINISTRO
Em 29 de novembro de 2017

Processo nº: 17944.000313/2017-67.
Interessados: Estado do Maranhão.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Maranhão, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Maranhão, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., ambos relativos ao Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Estado do Maranhão e o Banco do Brasil S.A, no valor de R$ 55.692.000,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e dois mil reais), cujos recursos serão destinados ao Programa Maranhão Mais Justo e Competitivo II.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.001, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 144, de 27 de abril de 2016, e tendo em vista, a competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 310, de 12 de setembro de 2012, alterada pela Portaria MF nº 270, de 12 de abril de 2013, bem assim, o disposto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final da meta global de desempenho institucional alcançado no âmbito do Ministério da Fazenda, referente ao 8º Ciclo da Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ, correspondente ao período de 1º de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017, na forma do anexo a esta Portaria: Anexo I - Indicador Global.

Art.2ºEsse resultado final terá efeitos financeiros no período de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018, conforme previsto no art. 19 da Portaria MF nº 310, de 12 de setembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

ANEXO I

INDICADOR GLOBAL

Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta Global Fixada na Portaria nº 1.117, de 15/12/2016	Meta Global Atingida	Parcela Institucional da GDAFAZ		Resultado Final do MF (número de pontos obtidos)
				Resultado Global	Número de Pontos Obtidos	
Avaliar o cumprimento das metas de desempenho institucional	Resultado Global = (P+C+S+R+E) / nº total de servidores PECFAZ	80%	126,33%	Acima de 74,9%	80	80
	Onde:			70% a 74,9%	75	
	P = % médio de realização meta PGFN x nº de servidores PECFAZ na PGFN;			65% a 69,9%	70	
	C = % médio de realização meta COAF x nº de servidores PECFAZ no COAF			60% a 64,9%	65	
	S = % médio de realização metas SPOA x nº de servidores PECFAZ na SPOA/CARF/SAIN/STN/SPE/SEAE/GMF/SE/CONFAZ;			50% a 59,9%	60	
	R = % médio de realização meta RFB x nº de servidores PECFAZ na RFB;			40% a 49,9%	50	
	E = % médio de realização meta ESAF x nº de servidores PECFAZ na ESAF.			30% a 39,9%	40	
				20% a 29,9%	30	
				0% a 19,9%	25	

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.860, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera os Anexos 1 e 2 da Circular nº 3.764, de 26 de agosto de 2015, que consolida as normas relativas à remessa de demonstrações financeiras ao Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 28 de novembro de 2017, com base nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, resolve:

Art. 1º Os Anexos 1 e 2 da Circular nº 3.764, de 26 de agosto de 2015, passam a vigorar com o conteúdo dos Anexos 1 e 2 desta Circular, respectivamente.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

ANEXO 1

Tabela de grupos de instituições para remessa de documentos ao Banco Central do Brasil

Grupo	Instituições
Grupo 01	Bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas.
Grupo 02	Instituições responsáveis por conglomerados e instituições responsáveis por consolidados.
Grupo 03	Bancos múltiplos sem carteira comercial, bancos de câmbio, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Grupo 04	Sociedades de arrendamento mercantil, agências de fomento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias e sociedades de crédito imobiliário.
Grupo 05	Cooperativas de crédito.
Grupo 06	Sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.
Grupo 07	Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.
Grupo 08	Administradoras de consórcio.
Grupo 09	Administradoras de consórcio sem fins lucrativos.
Grupo 10	Cooperativas centrais de crédito, confederações de centrais, bancos comerciais cooperativos e bancos múltiplos cooperativos responsáveis por balancetes combinados do respectivo sistema cooperativo.
Grupo 11	Instituições de Pagamento.
Grupo 12	Instituições que compõem os grupos 1, 2, 3, 5 e 11, quando em regime de liquidação extrajudicial.
Grupo 13	Instituições que compõem os grupos 4, 6, 7, 8 e 9, quando em regime de liquidação extrajudicial.

ANEXO 2

Datas-limite para remessa de demonstrações ao Banco Central do Brasil

Grupo de Instituições, de acordo com o Anexo 1	Periodicidade	Data-limite de remessa	Documento Cosif	Código Cadoc
01	Mensal	Dia 18 do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 1	4010
		Último dia útil do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 13	4500
				4510
			Nº 1	4020
	Trimestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 1	4303
				4313
				4343
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 1	4016
				4026
	Mensal	Último dia útil do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 4	4040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02		Último dia útil do mês seguinte ao da respectiva data-base.	-	4060
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 4	4046
		Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	-	4066
03, 04 e 06	Mensal	Dia 18 do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 1	4010
		Último dia útil do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 1	4020
	Trimestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 1	4303
				4313
				4343
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 1	4016
				4026
05, 07, 11 e 12	Mensal	Dia 18 do mês seguinte ao da respectiva data-base	Nº 1	4010
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 1	4016
08	Mensal	Dia 18 do mês seguinte ao da respectiva data-base.	Nº 1	4010
	Trimestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 6	4110
			Nº 7	4350
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 1	4016
09	Trimestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 6	4110
		Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 7	4350
10	Trimestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 4	4413
		Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 4	4423
		Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 4	4433
13	Trimestral	Dia 18 do mês seguinte, para as datas-base de março, junho, setembro e dezembro.	Nº 1	4010
	Semestral	Último dia útil do mês seguinte, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.	Nº 1	4016

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 784, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos do artigo 27-E da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM nº 483, de 06 de julho de 2010.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 28 de novembro de 2017, com fundamento no art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM apurou a existência de indícios de que MARCELO DA GRAÇA VEIGA, CPF nº 011.171.918-69, por meio do sítio na Internet com endereço em https://pages.hotmart.com/s5407034v/guia-de-acoes-premium/ vem oferecendo publicamente no Brasil serviços de análise de valores mobiliários;

b. a atividade de prestação de serviço de análise de valores mobiliários depende de prévia autorização da CVM, conforme o disposto no art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM nº 483, de 06 julho de 2010; e

c. o exercício da atividade de analista de valores mobiliários sem a observância dos requisitos legais ou regulamentares caracteriza, em tese, o crime previsto no art. 27-E da Lei nº 6.385, de 1976, deliberou:

I - alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral sobre o fato de que:

a. MARCELO DA GRAÇA VEIGA não está autorizado por esta Autarquia a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários;

b. MARCELO DA GRAÇA VEIGA por não preencher os requisitos previstos na regulamentação da CVM, não pode prestar serviços de análise de valores mobiliários;

II - determinar a MARCELO DA GRAÇA VEIGA a imediata suspensão da veiculação no Brasil de qualquer oferta de serviços de análise de valores mobiliários, alertando que a não observância da presente determinação o sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação desta Deliberação, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

III - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - RETIFICAÇÃO DE PAUTA - horário de início da Sessão de Julgamento.

No âmbito do Processo Administrativo Sancionado CVM nº RJ2017/2048 - Massa Falida da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., reportamo-nos à Pauta de Julgamentos publicada no D.O.U. de quarta-feira, 29 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 17, para informar que o horário de início da Sessão será às 16h00min.

Dessa forma:

Onde se lê:

...

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2017/2048 - Massa Falida da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.

Data: 19.12.2017 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Presidente Marcelo Barbosa

Acusado	Advogado
Gilson Amilton Sgrott	Não constituiu advogado

Leia-se: ...

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2017/2048 - Massa Falida da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.

Data: 19.12.2017 - terça-feira

Horário: 16h00min

Relator: Presidente Marcelo Barbosa

Acusado	Advogado
Gilson Amilton Sgrott	Não constituiu advogado

Rio de Janeiro-RJ, 29 de novembro de 2017.

JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO

Chefe da Coordenação

COMITÊ DIRETIVO DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, para estabelecer a implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

O COMITÊ DIRETIVO DO eSocial, no uso das atribuições previstas no art. 4º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 41 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no art. 1º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, no art. 14-A da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, no art. 8º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nos incisos I, III e IV do caput e nos §§ 2º, 9º e 10 do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos arts. 22, 29-A e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 219, 1.179 e 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no § 3º do art. 1º e no art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no art. 4º da Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009, no Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989, no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.....

I - em janeiro de 2018, para o 1º grupo, que compreende as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais" do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, com faturamento no ano de 2016 acima de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais);

II - em julho de 2018, para o 2º grupo, que compreende os demais empregadores e contribuintes, exceto os previstos no inciso III; e

III - em janeiro de 2019, para o 3º grupo, que compreende os entes públicos, integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

§ 1º A prestação das informações dos eventos relativos à Saúde e Segurança do Trabalhador (SST) deverá ocorrer a partir de:

I - janeiro de 2019, pelos empregadores e contribuintes a que se referem os incisos I e II do caput (1º e 2º grupos); e

II - julho de 2019, pelos entes a que se refere o inciso III do caput (3º grupo).

§ 2º O faturamento mencionado no inciso I do caput (1º grupo) compreende o total da receita bruta, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598 de 26 de dezembro de 1977, auferida no ano-calendário de 2016 e declarada na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) relativa ao ano calendário de 2016.

§ 3º As entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais" do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, com faturamento no ano-calendário de 2016, nos termos do § 2º, menor ou igual a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), e as entidades integrantes do "Grupo 3 - Entidades Sem Fins Lucrativos" do referido anexo, podem optar pela utilização do eSocial na data estabelecida no inciso I do caput, desde que o façam de forma expressa e irretratável, em conformidade com a sistemática a ser disponibilizada em ato específico.

§ 4º Não integram o grupo dos empregadores e contribuintes obrigados a utilizar o eSocial nos termos do inciso I do caput (1º grupo), as entidades cuja natureza jurídica se enquadre no "Grupo 1 - Administração Pública", no "Grupo 4 - Pessoas Físicas" e no "Grupo 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais" do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

§ 5º A observância da obrigatoriedade fixada no inciso I do caput (1º grupo) e da opção de que trata o § 3º dar-se-á de forma progressiva, conforme cronograma a seguir:

I - as informações constantes dos eventos de tabela S-1000 a S-1080 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 8 de janeiro de 2018 e atualizadas desde então;

II - as informações constantes dos eventos não periódicos S-2190 a S-2400 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de março de 2018, conforme previsto no Manual de Orientação do eSocial (MOS); e

III - as informações constantes dos eventos periódicos S-1200 a S-1300 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de maio de 2018, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data.

§ 6º A observância da obrigatoriedade fixada no inciso II do caput (2º grupo) dar-se-á de forma progressiva, conforme cronograma a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - as informações constantes dos eventos de tabela S-1000 a S-1080 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 16 de julho de 2018 e atualizadas desde então;

II - as informações constantes dos eventos não periódicos S-2190 a S-2400 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de setembro de 2018, conforme previsto no Manual de Orientação do eSocial (MOS); e

III - as informações constantes dos eventos periódicos S-1200 a S-1300 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de novembro de 2018, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data.

§ 7º A observância da obrigatoriedade fixada no inciso III do caput (3º grupo) dar-se-á de forma progressiva, conforme cronograma a seguir:

I - as informações constantes dos eventos de tabela S-1000 a S-1080 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 14 de janeiro de 2019 e atualizadas desde então;

II - as informações constantes dos eventos não periódicos S-2190 a S-2400 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de março de 2019, conforme previsto no Manual de Orientação do eSocial (MOS); e

III - as informações constantes dos eventos periódicos S-1200 a S-1300 do leiaute do eSocial aprovado pelo Comitê Gestor do eSocial deverão ser enviadas a partir das 8 (oito) horas de 1º de maio de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data.

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda

HELTON YOMURA
Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10530.904165/2009-64 (item 115) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 116 a 138. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 116 a 138, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
1 - Processo nº: 11052.001256/2010-25 - Recorrente: GOIARIO COMERCIO E REPRESENTACOES DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 19515.004459/2010-91 - Recorrente: KOSMOPLATINA COMERCIO DE METAIS E HIDRAULICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 18088.000058/2009-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: LILIAN RODRIGUES PIAI - EPP
4 - Processo nº: 19311.000150/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALKI PLASTICOS E MAQUINAS LTDA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
5 - Processo nº: 10183.003840/2008-42 - Recorrente: FAZENDA AGROPECUARIA XAVANTINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): EVA MARIA LOS
6 - Processo nº: 10140.721913/2014-26 - Recorrente: PERI ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10073.720174/2014-04 - Recorrentes: RIGOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
8 - Processo nº: 13819.001586/2003-16 - Recorrente: BRASCOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
9 - Processo nº: 19311.720073/2015-21 - Recorrente: ERJ ADMINISTRACAO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
10 - Processo nº: 10875.000377/2002-01 - Recorrente: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL O PEQUENO PRINCIPE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
11 - Processo nº: 13609.721739/2015-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MECAN INDUSTRIA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO S.A.
12 - Processo nº: 15983.720004/2016-34 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
13 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A
TEMA 3: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
14 - Processo nº: 11065.720170/2016-41 - Recorrente: CONEXAOSUL IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
15 - Processo nº: 16643.720038/2013-08 - Embargante: CAMARGO CORREA S/A
TEMA 4: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
16 - Processo nº: 16832.000282/2010-72 - Recorrente: BESOURO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
17 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM-FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10909.003278/2008-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA
19 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15586.002293/2008-69 - Recorrente: MONTREAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
21 - Processo nº: 10380.728015/2013-95 - Recorrente: CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
22 - Processo nº: 15586.000450/2007-11 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
23 - Processo nº: 13896.721116/2015-85 - Recorrentes: TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13896.723245/2014-27 - Recorrentes: SANTA BARBARA S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
25 - Processo nº: 13807.000357/2001-43 - Recorrente: SOLUTIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10803.000011/2011-69 - Recorrente: GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
27 - Processo nº: 19515.001010/2006-94 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: DIVERSOS
28 - Processo nº: 13894.000284/2002-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAUCARD ADM DE CARTOES DE CRED E IMOB LTDA GRUPO ITAU
29 - Processo nº: 10830.720336/2012-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA
30 - Processo nº: 16327.002851/2003-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIAT FACTORING SOCIEDADE DE FOMENTO COMERCIAL LTDA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
31 - Processo nº: 10280.723086/2009-43 - Recorrentes: REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
32 - Processo nº: 19515.004028/2007-29 - Recorrente: COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
33 - Processo nº: 18470.730936/2012-30 - Recorrentes: PONTO FRIO ADMINISTRACAO E IMPORTACAO DE BENS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
34 - Processo nº: 18471.002077/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA
35 - Processo nº: 11080.002783/2005-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PREDIMAR COMERCIO DE IMOVEIS LTDA - ME
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
36 - Processo nº: 18470.725744/2012-10 - Recorrentes: ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
37 - Processo nº: 15586.720635/2013-93 - Recorrente: RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
38 - Processo nº: 16707.001866/2009-67 - Recorrente: TRD SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
39 - Processo nº: 10530.725536/2015-91 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13161.720264/2015-77 - Recorrente: ORVALHO CORRETORA DE GRAOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): EVA MARIA LOS
41 - Processo nº: 10580.730172/2014-95 - Recorrente: BOMIX INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
42 - Processo nº: 10425.001015/98-16 - Recorrente: E. BARBOSA DE SOUZA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
43 - Processo nº: 10945.002647/2008-25 - Recorrente: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13116.720927/2014-18 - Recorrente: A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 19515.720506/2014-71 - Recorrente: EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
46 - Processo nº: 19515.005788/2009-15 - Recorrente: MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
47 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL"S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: OUTRAS RECEITAS
48 - Processo nº: 10280.723136/2011-15 - Recorrentes: M E VIEIRA & CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: SUSPENSÃO DA ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
49 - Processo nº: 14041.001485/2007-61 - Embargante: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
50 - Processo nº: 10073.720691/2012-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA
TEMA 13: CONHECIMENTO
51 - Processo nº: 10925.001691/2004-22 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ONITEC SERVICE LTDA - ME
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
52 - Processo nº: 10435.722767/2014-41 - Recorrentes: CASAS BANDEIRANTES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
53 - Processo nº: 10530.724538/2015-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATACADAO RECONCAVO COMERCIO DE CEREAIS LTDA
TEMA 14: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
54 - Processo nº: 19515.720307/2014-62 - Recorrente: ARMARINHOS FERNANDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): EVA MARIA LOS
55 - Processo nº: 15469.000454/2007-35 - Recorrente: CIMEELI - COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS E LIGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
56 - Processo nº: 19515.006249/2009-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FRIGONOVA LTDA

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
57 - Processo nº: 10166.905167/2015-14 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10166.905166/2015-70 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16682.903080/2012-15 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

60 - Processo nº: 16682.903082/2012-04 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 16682.903076/2012-49 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 16682.903062/2012-25 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 16682.903060/2012-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 16682.903054/2012-89 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 16682.900376/2014-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
66 - Processo nº: 15374.001945/00-88 - Recorrente: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15586.720754/2013-46 - Recorrente: COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
68 - Processo nº: 16062.720140/2015-06 - Recorrente: UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
69 - Processo nº: 11543.004393/2001-07 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 16682.900817/2010-78 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16682.901021/2011-13 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 16682.903278/2011-18 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
73 - Processo nº: 13888.902238/2012-27 - Recorrente: BIOCELL MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10920.000931/2008-45 - Recorrente: LOJAS CERTO MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
75 - Processo nº: 13807.011428/99-76 - Embargante: ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU
76 - Processo nº: 10932.000078/2007-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOSS AUTOMOTIVE LTDA
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
77 - Processo nº: 18186.724582/2011-19 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
78 - Processo nº: 11080.007735/2002-16 - Embargante: SANTALUCIA ALIMENTOS LTDA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
79 - Processo nº: 16327.919408/2009-51 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
80 - Processo nº: 12571.720398/2012-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MIGUEL SALLUM & FILHOS LTDA

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 17: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
81 - Processo nº: 10680.721852/2011-47 - Recorrente: SAMARCO MINERACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): EVA MARIA LOS
82 - Processo nº: 10315.000270/2002-09 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10315.000269/2002-76 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 19679.005081/2003-41 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 19679.005082/2003-95 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: DIVERSOS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
86 - Processo nº: 15540.720006/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
87 - Processo nº: 11060.002450/2010-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO INTEGRADO DE PREPARACAO DO ESTUDANTE LTDA
88 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ACCCARD ADM DE CARTOES E SERVICOS S/A
Relator(a): EVA MARIA LOS
89 - Processo nº: 13840.000074/2007-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA.
TEMA 20: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
90 - Processo nº: 10882.003922/2003-03 - Recorrente: ROVNO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 19515.001261/2004-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS
Relator(a): EVA MARIA LOS
92 - Processo nº: 13603.002871/2003-71 - Recorrente: EMPORIUM EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: COMPENSAÇÃO
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
93 - Processo nº: 10925.000520/2007-29 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10925.002581/2005-69 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
95 - Processo nº: 11080.000192/2002-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TRANSCONTINENTAL LOGISTICA S.A.
Relator(a): EVA MARIA LOS
96 - Processo nº: 13982.001173/2001-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 23: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): EVA MARIA LOS
97 - Processo nº: 19515.722835/2013-75 - Embargante: NESTLE BRASIL LTDA.
TEMA 24: PER/DCOMP
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
98 - Processo nº: 13896.002596/2009-33 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13896.002597/2009-88 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13896.903146/2009-60 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13896.906377/2009-25 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13896.907954/2008-15 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13896.903144/2009-71 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13896.903260/2009-90 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: DIVERSOS
Relator(a): EVA MARIA LOS
105 - Processo nº: 10768.018464/2002-24 - Recorrente: FUNDACAO DE PREVIDENCIA DOS SERV DO IRB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 18471.000761/2002-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GLAXO WELLCOME S/A
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
107 - Processo nº: 19679.004570/2003-85 - Embargante: ZONARI - SERVICOS DE ADESTRAMENTO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - ME
Relator(a): EVA MARIA LOS
108 - Processo nº: 10830.006572/2008-49 - Embargante: BSA BEBIDAS LTDA
TEMA 26: PER/DCOMP
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
109 - Processo nº: 16682.900169/2011-31 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 16682.901297/2010-11 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: DIVERSOS
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
111 - Processo nº: 15956.720019/2011-15 - Recorrente: MARTA APARECIDA MERLIN CAVALLARO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
112 - Processo nº: 13855.000726/2009-80 - Recorrente: JOSE EDUARDO ANIBAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: EMBARGOS
Relator(a): EVA MARIA LOS
113 - Processo nº: 15586.001053/2007-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SAO JORGE COM. IMPORT. E EXPORTACAO LTDA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
114 - Processo nº: 19515.723055/2013-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIP INDUSTRIA E COMERCIO DE CAIXAS E PAPELAO ONDULADO LTDA
TEMA 29: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): EVA MARIA LOS
115 - Processo nº: 10530.904165/2009-64 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10530.900433/2012-74 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10530.902226/2011-73 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10530.902227/2011-18 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10530.902970/2011-78 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10530.903323/2011-83 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10530.904046/2011-26 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10530.904166/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10530.904167/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10530.904168/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10530.904169/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10530.904170/2009-77 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10530.904171/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10530.904172/2009-66 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10530.904173/2009-19 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10530.904174/2009-55 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10530.904175/2009-08 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10530.904348/2009-80 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10530.904349/2009-24 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10530.904350/2009-59 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10530.904351/2009-01 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10530.904352/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10530.904354/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10530.905050/2011-10 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 30: PER/DCOMP
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
139 - Processo nº: 16327.000545/2009-10 - Recorrente: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
140 - Processo nº: 11543.005654/2002-89 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10830.004182/2001-68 - Recorrente: PRATEC CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 31: DIVERSOS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
142 - Processo nº: 18471.001024/2005-18 - Recorrente: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
143 - Processo nº: 19679.010809/2003-56 - Recorrente: CENTRAL HABITACIONAL ASSESSORIA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 32: PER/DCOMP
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
144 - Processo nº: 12448.721788/2013-44 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10768.000655/2010-40 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10166.902304/2008-30 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 33: DEPÓSITOS BANCÁRIO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
147 - Processo nº: 10830.002574/2011-64 - Recorrente: ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
148 - Processo nº: 10183.727732/2015-98 - Recorrente: TREZE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10980.724526/2015-31 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 34: DIVERSOS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
150 - Processo nº: 10935.901963/2012-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
151 - Processo nº: 10120.007022/2001-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Relator(a): EVA MARIA LOS
152 - Processo nº: 19515.720944/2015-10 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 19515.721216/2014-44 - Recorrente: GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
154 - Processo nº: 10183.005324/2003-48 - Recorrente: CONFIANCA FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
155 - Processo nº: 19740.720024/2009-90 - Recorrente: ALIANCA FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10166.731074/2014-66 - Recorrente: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
157 - Processo nº: 10480.732676/2015-59 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
158 - Processo nº: 10480.731677/2015-86 - Recorrente: ANTUNES PALMEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
159 - Processo nº: 13851.900234/2006-83 - Recorrente: TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
160 - Processo nº: 19515.001893/2010-19 - Recorrentes: VERSALHES COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
161 - Processo nº: 10830.002082/2004-40 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 35: APURAÇÃO REFLEXA
162 - Processo nº: 10925.000032/2009-83 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10925.000034/2009-72 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10925.000035/2009-17 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 16327.001125/2006-16 - Embargante: EVAUX PARTICIPACOES S.A
Relator(a): EVA MARIA LOS
166 - Processo nº: 10380.726153/2010-97 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 36: DIVERSOS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
167 - Processo nº: 15521.000418/2008-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBEG - IMBE ENGENHARIA LTDA
168 - Processo nº: 10735.902631/2008-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SILVER STAR PARTICIPACOES S/A.
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
169 - Processo nº: 10640.001930/2010-89 - Recorrente: FREDLAR INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
170 - Processo nº: 10880.725451/2014-52 - Recorrente: DURCHSSOUF COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 37: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
171 - Processo nº: 10925.000036/2009-61 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10925.000037/2009-14 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10925.000038/2009-51 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 38: DIVERSOS
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
174 - Processo nº: 12963.000087/2007-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CEREALISTA SANTA RITA LTDA
175 - Processo nº: 16682.720048/2010-26 - Embargante: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.
176 - Processo nº: 16561.000047/2006-51 - Embargante: LABEL PARTICIPACOES LTDA - ME

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

EVA MARIA LOS
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção
Substituta

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 11065.721975/2014-41 (item 69) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 70 a 79. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 70 a 79, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10380.904202/2011-10 (item 80) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 81 a 114. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 81 a 114, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: OUTRAS RECEITAS
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
1 - Processo nº: 16561.720144/2015-55 - Recorrentes: FMA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
2 - Processo nº: 16682.720924/2011-03 - Recorrente: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
3 - Processo nº: 16327.721637/2013-13 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
4 - Processo nº: 16327.720700/2016-47 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16327.721155/2015-25 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: PER/DCOMP
6 - Processo nº: 13116.721201/2016-64 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13116.721223/2016-24 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13116.721239/2016-37 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13116.900954/2014-72 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13116.720668/2016-97 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13116.720670/2016-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
12 - Processo nº: 10865.904662/2009-81 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10865.904663/2009-25 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10865.904664/2009-70 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10865.904665/2009-14 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10865.904666/2009-69 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
17 - Processo nº: 16327.903368/2008-44 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
18 - Processo nº: 10580.721584/2012-72 - Recorrente: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 16561.000078/2009-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
20 - Processo nº: 15956.720195/2016-61 - Recorrente: CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
21 - Processo nº: 10640.001744/2006-63 - Embargante: DRF/JUIZ DE FORA/MG e Contribuinte: DAMAG INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
22 - Processo nº: 10240.720461/2010-11 - Recorrentes: PORTO REAL VIAGENS E TURISMO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
23 - Processo nº: 10510.724286/2012-68 - Recorrente: ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
24 - Processo nº: 11634.000413/2008-10 - Recorrente: ARMELINDO ORTIZ DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: DEDUÇÃO DE IMPOSTO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
25 - Processo nº: 10880.916426/2013-03 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
26 - Processo nº: 10650.900801/2010-56 - Recorrente: VALE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
27 - Processo nº: 10865.004347/2008-71 - Recorrente: CLINICA RADIOLOGICA PINHALENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10980.011333/2006-25 - Embargante: ALTERNATIVA EDITORIAL LTDA
TEMA 8: MULTAS POR ATRASO/FALTA DE ENTREGA DE DECLARAÇÕES
29 - Processo nº: 13921.000445/2008-13 - Embargante: 3ª TE/4ª Câmara/1ª SEJUL- CARF e Contribuinte: TRANSAR TRANSPORTES LTDA - ME
30 - Processo nº: 10768.100484/2008-33 - Recorrente: CAFE E BAR COLONIA ULTRAMAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10283.000545/2008-14 - Recorrente: MIL MADEIRAS PRECIOSAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11080.013546/2007-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VALE TRADING S /A

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
33 - Processo nº: 16095.720062/2015-54 - Recorrente: LEVEL 3 COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
34 - Processo nº: 13116.721150/2015-90 - Recorrente: POLLO SERVICOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
35 - Processo nº: 13855.722641/2014-13 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10480.732677/2015-01 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
37 - Processo nº: 10120.007317/2005-87 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
38 - Processo nº: 11080.000332/2009-12 - Recorrente: TRIAAC SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

39 - Processo nº: 10580.721834/2008-98 - Recorrente: INOVAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10410.000195/2004-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A
41 - Processo nº: 10215.000354/2005-13 - Recorrente: MADESA-MADEIREIRA SANTAREM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
42 - Processo nº: 10825.722771/2015-04 - Recorrente: DOV OLEOS VEGETAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10825.722765/2015-49 - Recorrente: W. A. S. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 16095.720129/2015-51 - Recorrente: GLOBOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA - ME. Responsáveis Solidários: DAKHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TERMOPLÁSTICOS LTDA, PAULO FERNANDES SILVA, RINALDO SUMI e MÁRCIO PAULO BAUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16095.720132/2015-74 - Recorrente: REER INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 14098.720154/2014-06 - Recorrente: VESPOR AUTOMOTIVE DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA12: CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
47 - Processo nº: 10880.012542/98-99 - Recorrente: DUCTOR IMPLANTACAO DE PROJETOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
48 - Processo nº: 13896.722310/2014-05 - Recorrentes: JSM ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13896.721615/2014-91 - Recorrentes: ROCK STAR MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13896.721609/2014-34 - Recorrentes: ROCK STAR PRODUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13896.722315/2014-20 - Recorrentes: SOTERRA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
52 - Processo nº: 10680.901143/2013-13 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10283.907247/2009-20 - Recorrente: LOCOMOTIVA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TEXTEIS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
54 - Processo nº: 16561.000147/2007-69 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
55 - Processo nº: 10783.903159/2008-37 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10783.903163/2008-03 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10783.903164/2008-40 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10783.903165/2008-94 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10783.903166/2008-39 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
60 - Processo nº: 13811.000263/00-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10680.910765/2012-43 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11065.003376/2001-27 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO e Contribuinte: PLINIO FLECK ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA
63 - Processo nº: 13884.004196/2001-44 - Recorrente: TECAP TECNOLOGIA COM. E APLIC. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.016986/2002-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TELCOM TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA
65 - Processo nº: 19647.004740/2005-61 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
66 - Processo nº: 10480.731825/2012-10 - Recorrente: HABITARE WINDOW FASHION LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13709.000521/2002-10 - Recorrente: PLUGG - RIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10530.724460/2009-39 - Recorrente: NEUMICRO - MONTAGEM E EMBALAGEM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 18: MULTA POR ATRASO/FALTA DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
69 - Processo nº: 11065.721975/2014-41 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
70 - Processo nº: 11065.721662/2014-92 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11065.721976/2014-95 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11065.721977/2014-30 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11065.721978/2014-84 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11065.722053/2014-51 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11065.722054/2014-03 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11065.722056/2014-94 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11065.722124/2014-15 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11065.722125/2014-60 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11065.722385/2014-35 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: PER/DCOMP
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
80 - Processo nº: 10380.904202/2011-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
81 - Processo nº: 10380.904203/2011-64 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10380.904204/2011-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10380.904205/2011-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10380.906944/2011-80 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10380.906945/2011-24 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10380.908405/2009-61 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10380.908406/2009-13 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10380.908407/2009-50 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10380.908408/2009-02 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10380.908409/2009-49 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10380.908410/2009-73 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10380.908411/2009-18 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10380.908412/2009-62 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10380.908413/2009-15 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10380.908414/2009-51 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10380.908415/2009-04 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10380.908416/2009-41 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10380.908417/2009-95 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10380.908418/2009-30 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10380.908419/2009-84 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10380.908420/2009-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10380.908421/2009-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10380.908422/2009-06 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10380.908423/2009-42 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10380.908424/2009-97 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10380.908425/2009-31 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10380.908426/2009-86 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10380.908427/2009-21 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10380.908428/2009-75 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10380.908429/2009-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10380.908430/2009-44 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10380.908431/2009-99 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10380.908432/2009-33 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10380.908433/2009-88 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
115 - Processo nº: 10880.936041/2009-78 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10880.936042/2009-12 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10880.986223/2009-90 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10880.986224/2009-34 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16682.900251/2012-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10840.902660/2008-54 - Recorrente: ESCANDINAVIA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 16327.900242/2008-18 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 16327.900273/2008-79 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
123 - Processo nº: 16682.902259/2014-17 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10730.720182/2010-28 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10730.720267/2010-14 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: SIMPLES - EXCLUSÃO/INCLUSÃO RETROATIVA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
126 - Processo nº: 10830.003499/2003-49 - Recorrente: GRANADIER NETO COMERCIO E MANUTENCAO DE ESTUFAS AGRICOLAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10830.005016/2004-21 - Recorrente: TIG MASTER SOLDAS COMERCIO E SERVICOS DE SOLDAS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10830.004392/2004-07 - Recorrente: LINA DA CUNHA PENTEADO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13839.001428/2003-10 - Recorrente: FERNANDO MARTINHO CASTIGLIONI ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 21: PENALIDADES - MULTAS ISOLADAS E MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÕES
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
130 - Processo nº: 15586.720308/2011-70 - Embargante: BRAZIL TRADING LTDA
131 - Processo nº: 13502.000540/2005-05 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13502.000541/2005-41 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13502.000715/2004-95 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 18471.000771/2006-10 - Embargante: FERRAGENS RAMADA LIMITADA
135 - Processo nº: 19647.012821/2005-34 - Recorrentes: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
136 - Processo nº: 11610.007063/2003-86 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
137 - Processo nº: 16832.000265/2010-35 - Recorrente: FAESON DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10675.002956/2006-61 - Recorrente: GEMINI GRAPHIC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11516.001586/2007-11 - Recorrente: EXPRESSO ESTRELA CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10909.004499/2010-34 - Recorrente: FAJOFAMA COMERCIO DE ALIMENTOS E REPRESENTACOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
141 - Processo nº: 19515.722087/2011-69 - Recorrentes: RADIAL DISTRIBUICAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
142 - Processo nº: 10935.005281/2009-46 - Recorrente: COUFORT - COMERCIO DE COUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
143 - Processo nº: 13502.000270/2007-96 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: LUCROS NO EXTERIOR
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
144 - Processo nº: 16643.000346/2010-62 - Recorrente: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 16539.720011/2014-85 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 16327.721302/2014-86 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 24: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
147 - Processo nº: 19515.721363/2011-71 - Recorrentes: ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
148 - Processo nº: 19740.000674/2008-34 - Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
149 - Processo nº: 15374.724304/2009-31 - Embargante: COBRA TECNOLOGIA S.A.
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
150 - Processo nº: 16327.001696/2010-29 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
151 - Processo nº: 16832.001030/2009-27 - Recorrente: SOCIEDADE TECNICA E INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES SOLUTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 26: SUSPENSÃO DE IMUNIDADE/ISENÇÃO
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
152 - Processo nº: 13884.005054/2002-85 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10680.014495/2004-38 - Recorrente: FUNDACAO DOM CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
154 - Processo nº: 16561.720164/2014-45 - Recorrente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
155 - Processo nº: 13819.000874/2001-83 - Recorrente: RASSINI-NHK AUTOPECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 29: COOPERATIVAS
156 - Processo nº: 13629.721517/2012-42 - Recorrente: UNIMED JOAO MONLEVADE COOPERATIVA DE TRAB MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 30: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
157 - Processo nº: 13603.722749/2011-25 - Recorrente: QUALITEC ENGENHARIA DA QUALIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 31: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
158 - Processo nº: 13629.720359/2011-22 - Recorrente: FOX TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordiária da 3ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) DIAs anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 11080.910529/2009-53 (item 38) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 39 a 74. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 39 a 74, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10835.901867/2009-61 (item 98) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 99 a 127. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 99 a 127, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
1 - Processo nº: 10830.721270/2014-42 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
2 - Processo nº: 10972.720011/2015-61 - Recorrentes: USINA FRUTAL ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11080.726189/2014-41 - Recorrente: FERMAU PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
4 - Processo nº: 10980.726765/2011-00 - Recorrente: O BOTICARIO FRANCHISING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
5 - Processo nº: 11060.724851/2014-67 - Recorrente: FORMOSA PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
6 - Processo nº: 15563.720356/2013-98 - Recorrentes: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 19515.721301/2015-93 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
8 - Processo nº: 11516.720289/2015-88 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11516.720291/2015-57 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
10 - Processo nº: 10882.720216/2016-36 - Recorrente: TOTAL QUIMICA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
11 - Processo nº: 11516.722692/2011-18 - Recorrente: ALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
12 - Processo nº: 13609.001434/2010-18 - Recorrente: SOCIEDADE CEREAIS UNAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
13 - Processo nº: 10680.903829/2010-98 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10680.903828/2010-43 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10945.721314/2014-47 - Recorrente: DANI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
16 - Processo nº: 15586.001637/2009-01 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
17 - Processo nº: 14751.000142/2005-10 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 14751.002618/2009-72 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 14751.002674/2008-26 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10467.720529/2011-81 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
21 - Processo nº: 19515.720676/2012-93 - Recorrente: S.P.COM - SISTEMA PERISSINOTO DE COMUNICACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
22 - Processo nº: 13896.723262/2015-45 - Recorrentes: SOG - OLEO E GAS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
23 - Processo nº: 10240.721228/2014-71 - Recorrente: ROVEMA VEICULOS E MAQUINAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11080.732186/2013-66 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: ARBITRAMENTO DE LUCROS
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
25 - Processo nº: 10314.728735/2014-25 - Recorrente: AMR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10932.720103/2014-36 - Recorrente: MENSAN METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
27 - Processo nº: 15521.000001/2012-94 - Recorrentes: HSR DE ITAPERUNA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHARQUES LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: GANHOS DE CAPITAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
28 - Processo nº: 10882.721035/2011-12 - Recorrentes: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
29 - Processo nº: 12448.727738/2014-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAPE INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS LIMITADA
TEMA 6: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
30 - Processo nº: 10932.720133/2015-23 - Recorrente: MIX ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
31 - Processo nº: 13116.720614/2012-06 - Recorrente: CDA - COMPANHIA DE DISTRIBUICAO ARAGUAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
32 - Processo nº: 13609.720191/2015-17 - Recorrente: POSTO LUBRIMAX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
33 - Processo nº: 16004.720091/2013-26 - Recorrente: JET CASA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
34 - Processo nº: 19515.005600/2009-39 - Recorrente: D P VALE VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 19515.000248/2010-89 - Recorrente: EMPORIO DI DOLCE COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: OMISSÃO DE RECEITAS
36 - Processo nº: 19515.720776/2014-81 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LATAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
37 - Processo nº: 10314.725621/2014-23 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: RESTITUIÇÃO/ COMPENSAÇÃO
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
38 - Processo nº: 11080.910529/2009-53 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
39 - Processo nº: 11080.900017/2010-12 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11080.900018/2010-67 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.900220/2011-70 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11080.900221/2011-14 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.900585/2010-13 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

44 - Processo nº: 11080.901289/2010-30 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11080.902463/2010-61 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.902508/2011-89 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11080.902509/2011-23 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11080.902510/2011-58 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11080.903628/2010-12 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11080.903629/2010-67 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11080.903630/2010-91 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11080.905101/2010-22 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11080.905102/2010-77 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11080.906496/2010-81 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 11080.906497/2010-25 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11080.906498/2010-70 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.906499/2010-14 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11080.906500/2010-19 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11080.908411/2011-80 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11080.908412/2011-24 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11080.908413/2011-79 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11080.909552/2010-39 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11080.912862/2010-31 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.912863/2010-85 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11080.912864/2010-20 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11080.915926/2009-11 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11080.915927/2009-66 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11080.924169/2009-77 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11080.924171/2009-46 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11080.927605/2009-60 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11080.927606/2009-12 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11080.934947/2009-36 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11080.934948/2009-81 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11080.934949/2009-25 - Recorrente: CLINICA DE OLHOS MENNA BARRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
75 - Processo nº: 16692.726230/2015-86 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
76 - Processo nº: 10073.901504/2008-12 - Recorrente: HOTEL DO FRADE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA : RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
77 - Processo nº: 14098.000215/2009-40 - Embargante: FRIGOSAFRA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
78 - Processo nº: 10670.721526/2011-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CASTRO CAMPOS E CUNHA LTDA - ME
TEMA : DIVERSOS
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
79 - Processo nº: 19515.003604/2005-59 - Recorrente: BANESPA SA SERV TEC ADM E DE COR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
80 - Processo nº: 10314.728930/2014-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RESICONTROL SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
81 - Processo nº: 10380.720020/2006-21 - Recorrente: NUTERAL INDUSTRIA DE FORMULACOES NUTRICIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
82 - Processo nº: 13827.000676/2009-78 - Recorrente: TRANSPORTE VALE DO SOL BOTUCATU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
83 - Processo nº: 16095.720119/2014-34 - Recorrente: TRANSPORTADORA BELMOK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA : DIVERSOS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
84 - Processo nº: 16643.000289/2010-11 - Embargante: ZF DO BRASIL LTDA.
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
85 - Processo nº: 18471.001831/2005-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA HOTEIS PALACE
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
86 - Processo nº: 10166.007099/2001-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASAL CAMINHOES LTDA
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
87 - Processo nº: 10880.928754/2010-00 - Embargante: HEJOASSU ADMINISTRACAO S.A.
TEMA: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
88 - Processo nº: 13864.720066/2016-77 - Recorrente: RIGIS ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA : GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
90 - Processo nº: 19515.003023/2006-06 - Recorrentes: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
91 - Processo nº: 16682.720737/2014-64 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
92 - Processo nº: 16327.721275/2014-41 - Recorrente: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
93 - Processo nº: 10920.720870/2014-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BARCELONA SECURITIZADORA S.A.
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
94 - Processo nº: 15586.720563/2014-65 - Recorrente: EXIMBIZ COMERCIO INTERNACIONAL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA: ARBITRAMENTO DE LUCROS
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
95 - Processo nº: 10469.724899/2015-09 - Recorrente: TECIDOS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
96 - Processo nº: 12571.720094/2012-93 - Recorrente: K R M TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
97 - Processo nº: 10283.720238/2016-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
98 - Processo nº: 10835.901867/2009-61 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
99 - Processo nº: 10835.901244/2009-99 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10835.901245/2009-33 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10835.901246/2009-88 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10835.901247/2009-22 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10835.901248/2009-77 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10835.901250/2009-46 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10835.901252/2009-35 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10835.901514/2008-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10835.901855/2009-37 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10835.901856/2009-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10835.901857/2009-26 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10835.901858/2009-71 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10835.901859/2009-15 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10835.901860/2009-40 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10835.901861/2009-94 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10835.901862/2009-39 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10835.901863/2009-83 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10835.901864/2009-28 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10835.901865/2009-72 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10835.901866/2009-17 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10835.901868/2009-14 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10835.901870/2009-85 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10835.901963/2009-18 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10835.901964/2009-54 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10835.901965/2009-07 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10835.901966/2009-43 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10835.901967/2009-98 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

126 - Processo nº: 10835.901970/2009-10 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10835.901971/2009-56 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
128 - Processo nº: 11020.003770/2009-39 - Recorrente: ARTEFATOS DE METAIS CONDOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 12571.000123/2009-00 - Recorrentes: L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10630.720205/2006-46 - Recorrente: MONTE ALEGRE - PARTICIPACOES E ADMINISTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
131 - Processo nº: 12571.720128/2012-40 - Recorrentes: BASTON DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA: DIVERSOS
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
132 - Processo nº: 13896.000622/2010-22 - Recorrente: KOFAR PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
133 - Processo nº: 10803.720334/2013-34 - Recorrentes: JSL S/A. e FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10380.732638/2012-81 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA : OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
135 - Processo nº: 10980.723835/2014-11 - Recorrentes: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10903.720016/2015-15 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
137 - Processo nº: 13896.722177/2015-60 - Recorrentes: BAXTER HOSPITALAR LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
138 - Processo nº: 10880.720343/2014-93 - Recorrente: ANTIGUA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
139 - Processo nº: 10314.725644/2015-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTISTA WORK SOLUTION S.A.
TEMA: PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS
140 - Processo nº: 16327.720261/2016-72 - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 16561.720178/2015-40 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA: SIMPLES
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
142 - Processo nº: 10865.003248/2010-96 - Recorrente: COMERCIO DE CONDIMENTOS PERMEL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10410.721488/2010-14 - Recorrente: ALMEIDA E ROCHA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10882.001459/2010-86 - Recorrente: EDGAR YUDI SHIMIZU AUTOMOVEIS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13312.000572/2010-05 - Recorrente: ANTONIO LUCIANO DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10872.000323/2010-78 - Recorrente: ALCOBACA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11070.000435/2010-27 - Recorrente: CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
148 - Processo nº: 10830.007090/2004-82 - Recorrente: WMF SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.901959/2009-41 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 65. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 65, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10805.902133/2010-91 (item 66) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 67 a 97. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 67 a 97, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
1 - Processo nº: 10680.721560/2013-76 - Recorrentes: SUPERMIX CONCRETO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
2 - Processo nº: 15940.720094/2014-06 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
3 - Processo nº: 16327.721379/2012-94 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16327.721464/2012-52 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
5 - Processo nº: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11030.722214/2012-41 - Recorrentes: ZAMBONATTO CONSTRUCOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
7 - Processo nº: 19515.004649/2003-89 - Recorrentes: RIMET EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15983.720171/2014-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIRLA CARBON BRASIL LTDA.
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
9 - Processo nº: 19515.721565/2013-85 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
10 - Processo nº: 10882.002338/2007-56 - Recorrentes: ODONTOPREV S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
11 - Processo nº: 19311.720193/2014-47 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
12 - Processo nº: 16561.720165/2014-90 - Recorrentes: ARAINVEST PARTICIPACOES SA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
13 - Processo nº: 11080.728037/2014-83 - Recorrentes: LPS SUL - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
14 - Processo nº: 11052.000201/2010-06 - Recorrente: BEST POWER GERADORES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
15 - Processo nº: 10315.002249/2008-25 - Recorrente: CHAMAX SERVICOS DE MAO OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
16 - Processo nº: 15578.000128/2010-96 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15578.000129/2010-31 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: BENEFÍCIOS FISCAIS
18 - Processo nº: 15586.720036/2011-16 - Recorrentes: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
19 - Processo nº: 11831.001201/2001-57 - Recorrente: NORCHEM HOLDINGS E NEGOCIOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
20 - Processo nº: 16561.720035/2012-95 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 16561.720139/2013-81 - Recorrente: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
22 - Processo nº: 10670.721317/2014-58 - Recorrente: CAFE SABOR DE MINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO COMPROVADOS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
23 - Processo nº: 12448.731363/2014-24 - Recorrente: S C M M SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
24 - Processo nº: 10872.000008/2010-41 - Recorrente: NORTE-LIGHT COMERCIAL ELETRICA, HIDRAULICA E SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
25 - Processo nº: 10140.722638/2014-68 - Recorrente: SERMIX - SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
26 - Processo nº: 13896.722333/2014-10 - Recorrente: S.M. TERRAPLENAGEM LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
27 - Processo nº: 10875.903623/2009-47 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
28 - Processo nº: 10880.918121/2010-85 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
29 - Processo nº: 16682.720722/2011-53 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
30 - Processo nº: 16682.902803/2011-70 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
31 - Processo nº: 10835.901959/2009-41 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
32 - Processo nº: 10835.001699/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10835.720042/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10835.900246/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10835.900247/2009-13 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10835.900248/2009-50 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10835.900249/2009-02 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10835.900250/2009-29 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10835.900886/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10835.901234/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41 - Processo nº: 10835.901235/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10835.901236/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10835.901237/2009-97 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10835.901960/2009-76 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10835.901961/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10835.902583/2009-92 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10835.902584/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10835.902585/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10835.902586/2009-26 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10835.902587/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10835.902588/2009-15 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10835.902589/2009-60 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10835.902590/2009-94 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10835.902591/2009-39 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10835.902592/2009-83 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10835.902593/2009-28 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10835.902594/2009-72 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10835.902595/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10835.902596/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10835.902597/2009-14 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10835.902598/2009-51 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10835.902599/2009-03 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10835.902600/2009-91 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10835.902601/2009-36 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10835.902602/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
66 - Processo nº: 10805.902133/2010-91 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
67 - Processo nº: 10805.902135/2010-80 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10805.902807/2011-38 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10805.902808/2011-82 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10805.904561/2011-39 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10805.904562/2011-83 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10805.904563/2011-28 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10805.904565/2011-17 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10805.905354/2011-00 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10805.906366/2011-43 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10805.906973/2009-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10805.906976/2009-22 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10805.908210/2011-05 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10805.908220/2009-18 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10805.908230/2011-78 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10805.908235/2011-09 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10805.908237/2011-90 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10805.908238/2011-34 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10805.908239/2011-89 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10805.908435/2011-53 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10805.908436/2011-06 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10805.908437/2011-42 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10805.908438/2011-97 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10805.908439/2011-31 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10805.908440/2011-66 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10805.908441/2011-19 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10805.908442/2011-55 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10805.908443/2011-08 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10805.908444/2011-44 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10805.908445/2011-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10805.908446/2011-33 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10805.908447/2011-88 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
98 - Processo nº: 16561.720199/2012-12 - Recorrente: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16643.000310/2010-89 - Recorrentes: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
100 - Processo nº: 11516.006725/2009-64 - Recorrente: EXAME LABORATORIO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 15504.723163/2014-74 - Recorrente: JAM ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13896.722139/2012-64 - Recorrente: PRO SINALIZACAO VIARIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
103 - Processo nº: 16643.720058/2013-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
104 - Processo nº: 10925.723080/2012-49 - Embargante: PARATI SA

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
105 - Processo nº: 16561.720119/2013-18 - Recorrentes: AGROCOMERCIAL TRIUNFO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
106 - Processo nº: 16327.000911/2007-79 - Recorrente: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: CONHECIMENTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
107 - Processo nº: 16327.001291/2006-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
108 - Processo nº: 13896.720684/2015-69 - Embargante: ITALICA SAUDE LTDA -
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
109 - Processo nº: 10480.004362/98-91 - Embargante: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
110 - Processo nº: 10865.720170/2014-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KABUM COMERCIO ELETRONICO S.A.
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
111 - Processo nº: 16095.720077/2014-31 - Recorrente: STEELMAN CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
112 - Processo nº: 16327.003792/2002-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KODAK BRASILEIRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA IMAGEM E SERVICOS LTDA
TEMA 16: OUTROS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
113 - Processo nº: 19515.003680/2003-01 - Recorrente: ITAUTEC.COM SERVICOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
114 - Processo nº: 16327.720539/2013-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
115 - Processo nº: 19647.014650/2007-40 - Recorrente: NETUNO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 17: OUTROS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
116 - Processo nº: 13896.723075/2012-19 - Recorrente: ZELEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
117 - Processo nº: 16561.720153/2013-84 - Recorrentes: WHIRLPOOL S.A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
118 - Processo nº: 16327.721255/2014-71 - Embargante: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
119 - Processo nº: 10830.900042/2013-56 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11516.720795/2013-13 - Recorrente: PETROFAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
121 - Processo nº: 10510.724233/2013-28 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
122 - Processo nº: 16151.720110/2017-54 - Recorrentes: KOSMOS COMERCIO DE VESTUARIO S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10380.009384/2008-18 - Recorrente: JOONGBO QUIMICA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
124 - Processo nº: 10283.720643/2008-63 - Recorrentes: FUJIFILM DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
125 - Processo nº: 19515.721562/2013-41 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
126 - Processo nº: 10600.720022/2013-15 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
127 - Processo nº: 12448.733043/2014-17 - Recorrente: REDE WINDSOR DE HOTEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
128 - Processo nº: 19515.720192/2016-78 - Recorrentes: RECUPERADORA VISTA AZUL INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - EPP EM RECUPERACAO JUDICIAL - EPP e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
129 - Processo nº: 10920.002171/2006-49 - Recorrentes: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

130 - Processo nº: 16327.721415/2012-10 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 19515.722392/2012-31 - Recorrente: DANIEL CORSI DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
132 - Processo nº: 19311.720207/2015-11 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 19311.720233/2015-31 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
134 - Processo nº: 10314.727988/2015-62 - Recorrentes: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
135 - Processo nº: 10880.722831/2015-16 - Recorrente: BLOKOS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
136 - Processo nº: 10580.721814/2008-17 - Recorrente: ODBINV S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
137 - Processo nº: 15521.000124/2005-04 - Recorrentes: NOBLE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 19404.000423/2006-17 - Recorrentes: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 15521.000293/2008-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA
140 - Processo nº: 13971.005344/2010-50 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13971.724030/2013-01 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
142 - Processo nº: 10600.720022/2014-98 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 16561.720111/2014-24 - Recorrente: MCLG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
144 - Processo nº: 15540.720258/2015-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE EDUCACIONAL PLINIO LEITE S/S LTDA
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
145 - Processo nº: 19311.720151/2015-97 - Recorrente: LP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
146 - Processo nº: 18470.730162/2014-17 - Recorrente: SANERIO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
147 - Processo nº: 10880.928419/2010-01 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10880.947842/2014-26 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
149 - Processo nº: 19515.722808/2012-11 - Recorrente: INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
150 - Processo nº: 16327.902024/2015-47 - Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13603.900348/2013-84 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
152 - Processo nº: 19515.720436/2016-12 - Recorrente: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
153 - Processo nº: 13603.904103/2010-83 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
154 - Processo nº: 16643.000322/2010-11 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16561.720136/2014-28 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 16561.720096/2014-14 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
157 - Processo nº: 16561.720150/2015-11 - Recorrentes: CCI CONCESSOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
158 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
159 - Processo nº: 10166.002902/2005-64 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16327.901371/2014-71 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10983.902987/2009-82 (item 51) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 52 a 57. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 52 a 57, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10983.901701/2009-41 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 80. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 80, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10840.906164/2011-75 (item 101) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 102 a 123. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 102 a 123, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 13639.720105/2011-95 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 142. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 142, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
1 - Processo nº: 16561.000171/2008-89 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10283.720775/2014-33 - Recorrente: FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16561.720092/2015-17 - Recorrente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16561.720091/2015-72 - Recorrente: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
5 - Processo nº: 10803.720032/2015-28 - Recorrentes: GOLD BOSTON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
6 - Processo nº: 11516.722218/2014-39 - Recorrentes: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
7 - Processo nº: 10880.720263/2008-90 - Recorrente: PARTICIPACOES MORRO VERMELHO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
8 - Processo nº: 13804.001193/2002-82 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13804.001192/2002-38 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
10 - Processo nº: 16682.720517/2011-98 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
11 - Processo nº: 10980.724029/2015-32 - Recorrente: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
12 - Processo nº: 19515.721382/2014-41 - Recorrente: MACLENY - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
13 - Processo nº: 10510.722235/2012-00 - Recorrentes: NEDL CONSTRUCOES DE DUTOS DO NORDESTE LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
14 - Processo nº: 19515.721059/2015-58 - Recorrentes: MULTIGRAIN S.A. e FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.721473/2016-93 - Recorrente: CAPEMISA APLUB CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16327.721091/2015-62 - Recorrente: BANCO ABC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
17 - Processo nº: 10480.722014/2013-17 - Recorrente: UNILEVER BRASIL NORDESTE PRODUTOS DE LIMPEZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
18 - Processo nº: 13888.724397/2012-84 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: DEDUÇÕES, COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
19 - Processo nº: 10880.958205/2013-02 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: OUTROS AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
20 - Processo nº: 15956.720233/2013-33 - Recorrente: SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
21 - Processo nº: 16327.721046/2011-84 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
22 - Processo nº: 19515.721446/2012-41 - Recorrentes: ENOB ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: DIVERSOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
23 - Processo nº: 16095.720124/2015-28 - Recorrentes: UNIMED DE GUARULHOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
24 - Processo nº: 13971.722502/2015-44 - Recorrente: REDLOG REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
25 - Processo nº: 10882.722507/2015-88 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE CARNES EQUATORIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: PENALIDADES/ MULTA
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
26 - Processo nº: 16682.902165/2013-59 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
27 - Processo nº: 19740.000090/2006-05 - Recorrentes: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
28 - Processo nº: 19515.000982/2009-12 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
29 - Processo nº: 10855.001008/2004-28 - Recorrente: CSM CARTOES DE SEGURANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
30 - Processo nº: 16561.720155/2014-54 - Recorrente: PROT CAP ARTIGOS PARA PROTECAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
31 - Processo nº: 10660.721994/2013-12 - Recorrente: ISOFILME INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
32 - Processo nº: 13864.720171/2015-25 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
33 - Processo nº: 10920.004625/2010-01 - Embargante: LUNELLI COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
TEMA 9: DEDUÇÕES, COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
34 - Processo nº: 19515.002439/2009-41 - Recorrente: OI INTERNET S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
35 - Processo nº: 10880.658709/2011-55 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.940125/2012-10 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.953053/2012-62 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 16682.902617/2013-01 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
39 - Processo nº: 16643.000055/2010-74 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
40 - Processo nº: 10805.720225/2012-16 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.659726/2011-18 - Recorrente: PROJETOS ESPECIAIS E INVESTIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
42 - Processo nº: 10166.001382/2003-19 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10830.008071/2001-21 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
44 - Processo nº: 10320.721077/2014-61 - Recorrente: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
45 - Processo nº: 13804.002755/2009-81 - Recorrente: PADO S/A IND COM E IMPORTADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
46 - Processo nº: 16327.720175/2016-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SAFRA S A
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
47 - Processo nº: 16682.902743/2014-38 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10855.900002/2009-40 - Recorrente: HNK BR PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
49 - Processo nº: 10073.900591/2008-82 - Recorrente: TRANSCEIVER SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10073.900548/2008-17 - Recorrente: TRANSCEIVER SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
51 - Processo nº: 10983.902987/2009-82 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
52 - Processo nº: 10983.902924/2009-26 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10983.903736/2009-15 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10983.903737/2009-60 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10983.904638/2009-03 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10983.904641/2009-19 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10983.909317/2009-97 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
58 - Processo nº: 10983.901701/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
59 - Processo nº: 10983.901702/2009-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10983.901891/2008-16 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10983.902053/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10983.902054/2009-95 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10983.902232/2008-05 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10983.902233/2008-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10983.902234/2008-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10983.902235/2008-31 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10983.902236/2008-85 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10983.902237/2008-20 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10983.902238/2008-74 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10983.902239/2008-19 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10983.902579/2009-21 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10983.902959/2009-65 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10983.902960/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10983.902961/2009-34 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10983.902962/2009-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10983.903141/2008-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10983.903142/2008-23 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10983.903143/2008-78 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10983.903428/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10983.903789/2009-36 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
81 - Processo nº: 10735.904436/2009-85 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10735.904437/2009-20 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10735.904439/2009-19 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10735.904263/2009-03 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10735.904438/2009-74 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10735.904440/2009-43 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
87 - Processo nº: 10480.729868/2011-54 - Recorrente: TRANSVAL SERVICOS GERAIS E CONSERVACAO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10803.720074/2012-16 - Recorrentes: KITCHENS DECORACOES E PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA e FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10803.720157/2012-13 - Recorrente: GEOSONDA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
90 - Processo nº: 13971.721769/2012-71 - Recorrentes: CIA. HERING e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
91 - Processo nº: 10580.730619/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASOIL MANATI EXPLORACAO PETROLIFERA S.A.
TEMA 16: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
92 - Processo nº: 19515.721015/2015-28 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
93 - Processo nº: 10872.720101/2015-80 - Recorrentes: DOTCOM GROUP COMERCIO DE PRESENTES S.A. e FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11634.720375/2014-63 - Recorrente: TAKEI - INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
95 - Processo nº: 15586.720289/2011-81 - Recorrentes: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
96 - Processo nº: 16561.720025/2014-11 - Embargante: HYPERMARCAS S/A
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
97 - Processo nº: 16327.721349/2014-40 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
98 - Processo nº: 13116.722752/2012-11 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
99 - Processo nº: 16561.000025/2006-91 - Recorrente: MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: PENALIDADES/MULTA ISOLADA
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
100 - Processo nº: 10980.726073/2013-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO
TEMA 21: PER/DCOMP
101 - Processo nº: 10840.906164/2011-75 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
102 - Processo nº: 10840.906165/2011-10 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10840.906166/2011-64 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10840.906167/2011-17 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10840.906168/2011-53 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10840.906169/2011-06 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10840.906170/2011-22 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10840.906171/2011-77 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10840.906172/2011-11 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10840.906173/2011-66 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10840.906174/2011-19 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10840.906175/2011-55 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10840.906176/2011-08 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10840.906177/2011-44 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10840.906178/2011-99 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10840.906179/2011-33 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10840.908991/2009-89 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10840.908992/2009-23 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10840.908993/2009-78 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

120 - Processo nº: 10840.908994/2009-12 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10840.908995/2009-67 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10840.908996/2009-10 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10840.908997/2009-56 - Recorrente: LICEU LEONARDO DA VINCI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
124 - Processo nº: 13639.720105/2011-95 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
125 - Processo nº: 13639.720094/2011-43 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13639.720107/2011-84 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13639.720108/2011-29 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13639.720109/2011-73 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13639.720110/2011-06 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13639.720111/2011-42 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13639.720112/2011-97 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13639.720113/2011-31 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13639.720114/2011-86 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13639.720115/2011-21 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13639.720116/2011-75 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13639.720117/2011-10 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13639.720118/2011-64 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13639.720119/2011-17 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13639.720120/2011-33 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13639.720121/2011-88 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13639.720122/2011-22 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13639.720123/2011-77 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
143 - Processo nº: 13502.000928/2002-55 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13502.720320/2009-17 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10166.904102/2014-71 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11020.906198/2009-61 - Recorrente: TECNOVIN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10283.720472/2011-78 - Recorrente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11610.005721/2003-03 - Recorrente: ALFASTAR PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
149 - Processo nº: 10283.720410/2010-85 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10283.720472/2010-97 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
151 - Processo nº: 10880.927731/2014-01 - Recorrente: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.996930/2012-90 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.996932/2012-89 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16306.721242/2011-05 - Recorrente: MORGAN STANLEY PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16327.903402/2014-29 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 16682.901804/2015-21 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
157 - Processo nº: 10070.002840/2003-98 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16692.720481/2014-76 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10830.900582/2006-19 - Recorrente: DRAFT I PARTICIPACOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
161 - Processo nº: 10680.901839/2013-31 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10783.902277/2013-95 - Recorrente: FERTILIZANTES HERINGER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10805.720100/2007-29 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
164 - Processo nº: 13804.000497/2003-11 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11831.000445/00-15 - Recorrente: ALFA PARTICIPACOES INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
166 - Processo nº: 11610.003103/2001-59 - Recorrente: DROGARIA SAO PAULO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: PRELIMINAR/NULIDADE
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
167 - Processo nº: 13805.006726/93-23 - Embargante: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
168 - Processo nº: 10920.001354/2005-66 - Recorrentes: SCHULZ S/A e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente os recursos cujas decisões tenham sido adiadas, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo 10680.925656/2012-21 (item 4) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 5 a 15; o julgamento do processo 10983.908751/2012-55 (item 16) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 17 a 36; o julgamento do processo 10680.904616/2016-79 (item 41) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 42 a 93; o julgamento do processo 10830.903744/2011-20 (item 98) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 99 a 117; e o julgamento do processo 15578.000805/2009-32 (item 118) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 119 a 137. As decisões dos processos constantes dos itens 4, 16, 41, 98 e 118 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 5 a 15, 17 a 36, 42 a 93, 99 a 117 e 119 a 137, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
1 - Processo nº: 19647.005989/2004-11 - Recorrente: USINA PETRIBU SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15504.019621/2009-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LEMOS E RAGO LTDA
3 - Processo nº: 11610.010562/2001-99 - Recorrente: ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10680.925656/2012-21 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
5 - Processo nº: 10680.925657/2012-75 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10680.925658/2012-10 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10680.925659/2012-64 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10680.925660/2012-99 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10680.925661/2012-33 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10680.925662/2012-88 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10680.925663/2012-22 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10680.925664/2012-77 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10680.925665/2012-11 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10680.925666/2012-66 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10680.925667/2012-19 - Recorrente: BHMÁQUINAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
16 - Processo nº: 10983.908751/2012-55 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
17 - Processo nº: 10983.907291/2012-48 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10983.907292/2012-92 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10983.907294/2012-81 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10983.907295/2012-26 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10983.907296/2012-71 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10983.907297/2012-15 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10983.907298/2012-60 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10983.907299/2012-12 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10983.907300/2012-09 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10983.907301/2012-45 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10983.907302/2012-90 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10983.907303/2012-34 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10983.907304/2012-89 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10983.908750/2012-19 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10983.908752/2012-08 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10983.908753/2012-44 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10983.908754/2012-99 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10983.908755/2012-33 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10983.908756/2012-88 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10983.908757/2012-22 - Recorrente: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
37 - Processo nº: 13702.000695/2003-15 - Embargante: VALESUL ALUMÍNIO S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 18471.002707/2008-35 - Recorrente: ADANCAL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13888.004186/2009-26 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10980.720825/2014-15 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10680.904616/2016-79 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
42 - Processo nº: 10680.904617/2016-13 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

43 - Processo nº: 10680.904621/2016-81 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10680.904622/2016-26 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10680.904623/2016-71 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10680.904624/2016-15 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10680.904625/2016-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10680.904626/2016-12 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10680.904627/2016-59 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10680.904628/2016-01 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10680.904629/2016-48 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10680.904630/2016-72 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10680.904631/2016-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10680.904632/2016-61 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10680.904633/2016-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10680.904634/2016-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10680.904635/2016-03 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10680.904641/2016-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10680.904653/2016-87 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10680.904654/2016-21 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10680.912680/2016-23 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10680.912683/2016-67 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10680.918849/2016-59 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10680.918850/2016-83 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10680.918851/2016-28 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.918852/2016-72 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10680.918853/2016-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.918854/2016-61 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10680.918855/2016-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10680.918856/2016-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.918857/2016-03 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10680.918858/2016-40 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10680.918859/2016-94 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.918860/2016-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10680.918861/2016-63 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.918863/2016-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10680.918864/2016-05 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10680.918867/2016-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10680.918868/2016-85 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10680.918870/2016-54 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10680.918871/2016-07 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.918872/2016-43 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10680.918873/2016-98 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10680.924981/2016-08 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10680.924982/2016-44 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10680.924983/2016-99 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10680.924984/2016-33 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10680.924985/2016-88 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10680.924986/2016-22 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10680.924988/2016-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10680.924991/2016-35 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10680.924993/2016-24 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10680.924994/2016-79 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
94 - Processo nº: 12457.734421/2012-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LÍDER LTDA

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
95 - Processo nº: 11543.003879/2001-10 - Recorrente: NOVACAR AUTOMÓVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 19515.721137/2013-52 - Recorrentes: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI e FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11020.007858/2008-49 - Recorrente: CATAFESTA - INDÚSTRIA DE VINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10830.903744/2011-20 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
99 - Processo nº: 10830.900426/2011-15 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10830.902228/2011-88 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10830.902385/2011-93 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10830.904017/2011-80 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10830.905270/2011-51 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10830.905271/2011-03 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10830.906464/2011-73 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10830.906465/2011-18 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10830.906466/2011-62 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10830.906467/2011-15 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10830.907008/2010-60 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10830.907009/2010-12 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10830.907010/2010-39 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10830.907370/2010-31 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10830.907371/2010-85 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10830.907372/2010-20 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10830.907373/2010-74 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10830.907374/2010-19 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10830.909941/2011-52 - Recorrente: FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
118 - Processo nº: 15578.000805/2009-32 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
119 - Processo nº: 15578.000790/2009-11 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 15578.000791/2009-57 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 15578.000792/2009-00 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 15578.000793/2009-46 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 15578.000794/2009-91 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 15578.000795/2009-35 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 15578.000796/2009-80 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 15578.000797/2009-24 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 15578.000798/2009-79 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 15578.000799/2009-13 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 15578.000802/2009-07 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 15578.000803/2009-43 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 15578.000804/2009-98 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 15578.000806/2009-87 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 15578.000807/2009-21 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 15578.000808/2009-76 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 15578.000809/2009-11 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 15578.000810/2009-45 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 15578.000811/2009-90 - Recorrente: TRISTÃO COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
138 - Processo nº: 10314.009214/2005-84 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AXSON BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
139 - Processo nº: 10907.721231/2013-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
140 - Processo nº: 10830.918675/2009-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
141 - Processo nº: 10830.918676/2009-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
142 - Processo nº: 10830.918677/2009-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
143 - Processo nº: 11051.720142/2011-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
144 - Processo nº: 13808.000231/2002-40 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CURT E ALEX ASSOCIADOS LABORATÓRIO CINEMATOGRÁFICO LTDA
145 - Processo nº: 13805.002156/96-18 - Embargante: FRIGORÍFICO JAHU LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

146 - Processo nº: 10880.962340/2008-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ARNO SA
147 - Processo nº: 10909.003020/2005-85 - Embargante: SEARA ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO GIOVANI VIEIRA
148 - Processo nº: 16682.721076/2014-94 - Recorrente: L. I. R. COMÉRCIO VAREJISTA DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10314.720458/2016-74 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10314.728231/2015-96 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 19515.722657/2013-82 - Recorrente: ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 19515.003930/2003-02 - Recorrente: FILTRONA BRASILEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 16682.721219/2012-04 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16682.720467/2013-19 - Recorrentes: LOJAS AMERICANAS S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LOJAS AMERICANAS S.A. e FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 15504.724504/2014-29 - Recorrente: ANDRADE GUTIERREZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13407.000161/2008-38 - Recorrente: J B AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10932.720087/2012-10 - Recorrente: PLÁSTICOS NOVACOR LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10932.720088/2012-64 - Recorrente: PLÁSTICOS NOVACOR LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10480.733735/2012-63 - Recorrente: UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16349.000262/2009-10 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 16349.000263/2009-64 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 16349.000264/2009-17 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
163 - Processo nº: 19647.003166/2009-57 - Recorrente: RISHON PERFUMES E COSMÉTICOS DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 19515.003597/2009-19 - Recorrente: GREMAX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10925.720654/2015-70 - Recorrentes: SOMAR INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SOMAR INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA e FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10580.726546/2012-14 - Recorrente: BOMIX INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10314.008721/2007-62 - Recorrente: MAGNO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10872.720047/2014-91 - Recorrente: LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 18470.727254/2014-10 - Recorrente: LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 12782.000012/2010-43 - Recorrente: ABC INDUSTRIAL DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 12749.000228/2007-10 - Recorrente: CONSÓRCIO LUMMUS ANDRÔMEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172- Processo nº: 12719.000187/2006-38 - Recorrentes: C.F.A. - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: C.F.A. - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e FAZENDA NACIONAL
173- Processo nº: 13005.001286/2009-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FRS S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL
174 - Processo nº: 10850.721154/2011-42 - Recorrente: UNIBANCO - RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10850.904881/2012-24 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10850.908391/2011-16 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10850.908392/2011-61 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10850.908393/2011-13 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10850.908394/2011-50 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10850.908395/2011-02 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10850.908396/2011-49 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10850.908397/2011-93 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10850.908398/2011-38 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10850.908399/2011-82 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10850.908400/2011-79 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10850.908401/2011-13 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10850.909184/2011-89 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10850.909185/2011-23 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10850.909186/2011-78 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10850.909187/2011-12 - Recorrente: BRQUALY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
191 - Processo nº: 10680.720947/2010-62 - Recorrente: BANCO INTERMEDIUM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 16327.721033/2014-58 - Recorrente: BANCO BMG SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 16327.720228/2014-81 - Recorrente: BANCO BMG SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 16682.721173/2013-04 - Recorrentes: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10830.014190/2010-11 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 19515.006091/2009-61 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10120.725235/2012-47 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10242.000339/2010-05 - Recorrente: TRANSPORTES SANGALLI LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10242.000387/2010-95 - Recorrente: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS EXPORT SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10925.722369/2012-41 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
201 - Processo nº: 10830.720170/2007-70 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10831.003859/00-33 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10882.902414/2010-21 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME SAÚDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10882.902415/2010-75 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME SAÚDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10831.012344/2005-55 - Recorrente: TAM LINHAS AÉREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10183.001641/98-01 - Recorrente: CAMPO VERDE S/A GRÃOS E DERIVADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília - DF. A sala do plenário será publicada no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÃO: O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
1 - Processo nº: 19647.001842/2005-24 - Recorrente: FIORI VEICOLO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 19647.006039/2006-67 - Recorrente: FIORI VEICOLO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13896.000753/2003-81 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13603.720214/2010-39 - Recorrente: TRANSPORTADORA ANDRADE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
5 - Processo nº: 10711.001708/2006-19 - Embargante: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10711.006682/2006-03 - Embargante: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10711.007428/2006-14 - Embargante: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10711.005549/2004-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EXXON QUÍMICA LTDA.

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe de Equipe da 3ª Câmara

JOSÉ HENRIQUE MAURI
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília - DF. A sala do plenário será publicada no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento dos processos ocorrerá estritamente na ordem indicada na pauta, não sendo admitidas antecipações, ainda que em virtude de comparecimento dos representantes das partes, ou de sustentações orais.

4) O julgamento do processo nº 10980.912230/2012-22 (item 143) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 144 a 183. A decisão do processo constante do item 143 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 144 a 183, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprova o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN
1 - Processo nº: 13983.000279/2004-99 - Recorrente: VILMAR TEIXEIRA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13982.001187/2008-60 - Recorrente: WENDELL RONALDO PALAURO ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
3 - Processo nº: 10980.902637/2008-65 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10980.902774/2008-08 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10980.903039/2008-11 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6 - Processo nº: 10980.903392/2008-93 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.903405/2008-24 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10980.903411/2008-81 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.903463/2008-58 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10980.903512/2008-52 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10980.903600/2008-54 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10980.903808/2008-73 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10980.905779/2008-84 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10980.905781/2008-53 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10980.905782/2008-06 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10980.905785/2008-31 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10980.905786/2008-86 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10980.905787/2008-21 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10980.905790/2008-44 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10980.905791/2008-99 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10980.905794/2008-22 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10980.905797/2008-66 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10980.905798/2008-19 - Recorrente: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16327.720043/2016-38 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16327.720720/2015-37 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 15169.000139/2015-01 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 15956.720170/2013-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA.
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
28 - Processo nº: 10805.905758/2012-76 - Recorrente: ACTIVAS PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10805.905759/2012-11 - Recorrente: ACTIVAS PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10805.905760/2012-45 - Recorrente: ACTIVAS PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
31 - Processo nº: 12585.000376/2010-50 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
32 - Processo nº: 19515.720148/2014-04 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
33 - Processo nº: 15868.720119/2015-64 - Recorrente: REVATI S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 19311.720352/2014-11 - Recorrentes: NATURA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: NATURA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
35 - Processo nº: 10660.906112/2012-06 - Recorrente: ACÁCIA DISTRIBUIDORA AGROPECUÁRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10660.906113/2012-42 - Recorrente: ACÁCIA DISTRIBUIDORA AGROPECUÁRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.687247/2009-69 - Recorrente: MORRO VERMELHO TÁXI AÉREO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10880.914512/2014-54 - Recorrente: MORRO VERMELHO TÁXI AÉREO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.914513/2014-07 - Recorrente: MORRO VERMELHO TÁXI AÉREO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.914514/2014-43 - Recorrente: MORRO VERMELHO TÁXI AÉREO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.013713/2008-72 - Recorrente: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11080.900508/2009-20 - Recorrente: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.906044/2013-41 - Recorrente: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13502.900758/2013-63 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERV. E REFRIG. DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13502.900764/2013-11 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERV. E REFRIG. DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13502.900766/2013-18 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERV. E REFRIG. DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
47 - Processo nº: 13601.000619/2003-48 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BURITIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
48 - Processo nº: 16327.720449/2011-14 - Recorrente: SLW CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 16327.720268/2012-61 - Recorrente: MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
50 - Processo nº: 10831.010946/2002-25 - Recorrente: VIRMONT-PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10314.003547/2002-57 - Recorrente: D.F.V.COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11128.726147/2014-17 - Recorrente: COFERLY COSMÉTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10314.011081/2007-78 - Recorrente: BRUNO COMERCIAL E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10314.006319/2008-24 - Recorrente: DR.GHELFOND DIAGNÓSTICO MEDICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 19647.000468/2009-73 - Recorrente: SCIENTIFIC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 12689.001591/2005-42 - Recorrente: HITA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10480.733168/2012-45 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 15165.002914/2008-65 - Recorrente: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
59 - Processo nº: 10314.000622/2008-13 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10314.001222/2008-25 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10314.002359/2008-05 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
62 - Processo nº: 11065.724008/2015-11 - Recorrente: NEO-PLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10920.723935/2012-81 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
64 - Processo nº: 10480.727305/2015-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIAGEO BRASIL LTDA.
65 - Processo nº: 13971.722127/2014-51 - Recorrentes: TARGA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TARGA S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN
66 - Processo nº: 10945.720375/2011-44 - Recorrente: BRILHO DECORAÇÕES LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11829.720017/2015-54 - Recorrente: DIT DISTRIBUIDORA E INTEGRADORA DE TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 12719.000903/2008-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIGOROSA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
69 - Processo nº: 12226.720003/2011-69 - Recorrente: DANRIO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15224.720021/2011-59 - Recorrente: HARLEY-DAVIDSON DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11829.720024/2015-56 - Recorrente: MAGA AVIATION MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 15165.003462/2008-39 - Recorrente: MERCOTEX DO BRASIL LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10073.001409/2009-90 - Recorrentes: BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
74 - Processo nº: 19647.011167/2009-75 - Recorrentes: CIL COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CIL COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 12457.727521/2015-13 - Recorrente: GLAMOUR COMÉRCIO DE CABELOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10074.721543/2013-87 - Recorrentes: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO e FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 17883.000280/2010-41 - Recorrentes: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
78 - Processo nº: 10314.012598/2008-65 - Recorrente: KAPSCH TRAFFICCOM CONTROLE DE TRÁFEGO E DE TRANSPORTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
79 - Processo nº: 10907.721171/2015-19 - Recorrente: FAR EAST COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
80 - Processo nº: 13971.720971/2015-29 - Recorrente: METALNOX INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
81 - Processo nº: 11817.000429/2007-01 - Embargante: ÁSIA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA ELÉTRICA LTDA. - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
82 - Processo nº: 10880.941556/2012-95 - Recorrente: MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
83 - Processo nº: 10074.001090/2010-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSNAVE ESTALEIRO DE REPAROS E CONSTRUÇÃO NAVAL S/A
84 - Processo nº: 10280.720448/2008-63 - Recorrente: ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10444.001104/2010-56 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10882.721839/2011-11 - Recorrente: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
87 - Processo nº: 16707.006478/2009-72 - Recorrente: LABOCLÍNICA BIREM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
88 - Processo nº: 19396.720017/2014-12 - Embargante: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16561.720029/2012-38 - Recorrente: NESTLÉ BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16095.720132/2013-11 - Recorrente: PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
91 - Processo nº: 10865.721982/2012-01 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
92 - Processo nº: 10880.941561/2012-06 - Recorrente: MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 19515.720119/2012-72 - Recorrente: ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
94 - Processo nº: 10283.009884/99-60 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

95 - Processo nº: 10283.907961/2009-18 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10680.007022/2004-84 - Recorrente: ELMO CALÇADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10510.723214/2015-46 - Recorrentes: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
98 - Processo nº: 10875.001972/2005-07 - Recorrente: VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10972.000047/2008-03 - Recorrentes: UNIMED ARAXÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIMED ARAXÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16327.720870/2015-41 - Recorrente: PORTO SEGURO ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
101 - Processo nº: 10680.723290/2010-95 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10680.723291/2010-30 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10680.723292/2010-84 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
104 - Processo nº: 11080.728001/2011-57 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
105 - Processo nº: 16045.000478/2008-19 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10840.004176/97-90 - Recorrente: ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10803.720115/2012-74 - Recorrentes: EVERBIZ COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EVERBIZ COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
108 - Processo nº: 19515.720445/2012-80 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CAPRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LAZER LTDA.
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
109 - Processo nº: 13971.721224/2013-46 - Recorrente: BEBIDAS THOMSEN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 15504.011523/2009-24 - Recorrente: TECAST FUNDIÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
111 - Processo nº: 10980.722810/2009-24 - Recorrente: BERNECK S.A. PAINÉIS E SERRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
112 - Processo nº: 11020.902331/2008-20 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11020.902329/2008-51 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10907.001646/2010-34 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10907.001645/2010-90 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10907.001486/2009-90 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10907.001485/2009-45 - Recorrentes: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ e FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10530.721667/2016-81 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 19740.000449/2006-36 - Recorrente: FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 19740.000150/2007-62 - Recorrente: FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 19740.000148/2007-93 - Recorrente: FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10840.720745/2009-05 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10840.900311/2009-89 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10840.900312/2009-23 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
125 - Processo nº: 11080.914070/2009-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
126 - Processo nº: 11080.913706/2009-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
127 - Processo nº: 11080.913705/2009-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
128 - Processo nº: 11080.914075/2009-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
129 - Processo nº: 11080.913704/2009-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
130 - Processo nº: 11080.914074/2009-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
131 - Processo nº: 11080.913703/2009-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
132 - Processo nº: 11080.914073/2009-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
133 - Processo nº: 11080.914072/2009-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
134 - Processo nº: 11080.914071/2009-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAIBACAR VEÍCULOS E PECAS LTDA.
135 - Processo nº: 10480.723241/2011-90 - Recorrente: KRONORTE S.A. IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10530.722230/2012-31 - Recorrente: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10480.721568/2010-46 - Recorrente: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 12898.000229/2009-12 - Recorrente: PROL ALIMENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13603.720155/2014-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S.A
140 - Processo nº: 10865.001623/2010-63 - Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS CASIMIRO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10950.005926/2009-52 - Recorrente: TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 11080.726565/2014-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAZER DISTRIBUIDORA LTDA.
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
143 - Processo nº: 10980.912230/2012-22 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
144 - Processo nº: 10980.912231/2012-77 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10980.912232/2012-11 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10980.912233/2012-66 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10980.912234/2012-19 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10980.912235/2012-55 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10980.912236/2012-08 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10980.912237/2012-44 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10980.912238/2012-99 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10980.912239/2012-33 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10980.912240/2012-68 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10980.912241/2012-11 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10980.912242/2012-57 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10980.912243/2012-00 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10980.912244/2012-46 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10980.912245/2012-91 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10980.912246/2012-35 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10980.912247/2012-80 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10980.912248/2012-24 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10980.912249/2012-79 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10980.914222/2012-11 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10980.914223/2012-65 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10980.914224/2012-18 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10980.914225/2012-54 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10980.914226/2012-07 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10980.914227/2012-43 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10980.914228/2012-98 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10980.914229/2012-32 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10980.914230/2012-67 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10980.914231/2012-10 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10980.914232/2012-56 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10980.914233/2012-09 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10980.914234/2012-45 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10980.914235/2012-90 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10980.914236/2012-34 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10980.914237/2012-89 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10980.914238/2012-23 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10980.914239/2012-78 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10980.914240/2012-01 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10980.914241/2012-47 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10980.914246/2012-70 - Recorrente: METROBENS AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
184 - Processo nº: 11070.000055/2010-92 - Recorrente: METALPAN INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. ME. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
185 - Processo nº: 10950.721533/2014-57 - Recorrente: PDV COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10950.721532/2014-11 - Recorrente: PDV COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13839.721225/2014-04 - Recorrente: PHILIPS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

188 - Processo nº: 11128.728160/2014-19 - Recorrentes: LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS. e FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10314.005794/2008-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: S. B. COMERCIO EXTERIOR - EIRELI
190 - Processo nº: 11131.720748/2014-67 - Recorrente: LEOGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 19647.005870/2010-88 - Recorrentes: CIL COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CIL COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10280.723782/2013-36 - Recorrente: ARGEMEX COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 11829.720038/2015-70 - Recorrente: MULTISOURCING TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11829.720042/2012-95 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 11829.720034/2013-20 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 11487.720001/2012-17 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 12689.720545/2014-37 - Recorrente: F. GARCIA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13971.721742/2015-21 - Recorrente: TORENT DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
199 - Processo nº: 10074.001146/2009-17 - Recorrente: PRINCIPAL DO BRASIL COMERCIAL ATACADISTA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
200 - Processo nº: 13839.000114/2008-12 - Recorrentes: B B COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: B B COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 11131.000163/2007-06 - Recorrente: SPIN COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10314.001222/2003-11 - Recorrentes: PROMON IP S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PROMON IP S.A. e FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 11762.720044/2012-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA.
204 - Processo nº: 11829.000035/2010-10 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 15165.000690/2008-57 - Recorrente: TMT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
206 - Processo nº: 10909.720397/2015-74 - Recorrente: TRISOFT TÊXTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10494.000659/2008-71 - Recorrente: ANDRÉ D. TECNOLOGIA E SERVIÇOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
208 - Processo nº: 11080.724641/2012-79 - Recorrente: DELTACAPAS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 11020.720457/2012-64 - Recorrente: METALÚRGICA SIMONAGGIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 16004.000054/2010-55 - Recorrente: HOKEN INTERNATIONAL COMPANY LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 11065.724114/2015-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIA ITÁLIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.
212 - Processo nº: 10976.000155/2010-52 - Recorrente: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
213 - Processo nº: 13896.721475/2011-17 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13855.004138/2010-59 - Recorrente: COMECIO DE CALÇADOS TROPICÁLIA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 16045.000546/2009-21 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 13002.000012/2004-06 - Embargante: SCHNEIDER EMBALAGENS DE PAPEL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
217 - Processo nº: 10980.000290/2003-18 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13864.720130/2011-13 - Recorrente: SERCON - IND. E COM. DE APARELHOS MÉD. E HOSPITALARES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
219 - Processo nº: 10830.721965/2011-81 - Recorrente: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 19515.000657/2005-18 - Embargante: FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
221 - Processo nº: 16682.720147/2015-12 - Recorrentes: CASAS GUANABARA COMESTÍVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CASAS GUANABARA COMESTÍVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 19647.000183/2007-71 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 19647.000371/2006-18 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 19515.004740/2009-90 - Recorrente: SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 19515.004739/2009-65 - Recorrente: SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 13839.002140/2009-58 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 13839.001118/2009-91 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13839.000492/2009-79 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 19311.000002/2009-60 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 19740.000407/2007-86 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 19740.000082/2006-51 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 19740.000383/2007-65 - Recorrente: PREVID. EXXON SOC. PREVIDÊNCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10073.720679/2012-07 - Recorrente: COLÉGIO SANTA ÂNGELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 11444.000318/2010-78 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 16682.720570/2012-70 - Recorrente: ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 11516.720540/2015-12 - Recorrente: SAAM BRASIL LOGÍSTICA MULTIMODAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 15521.000120/2008-61 - Recorrente: SANTOS BARBOSA TÉCNICA COM. E SERV. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL
238 - Processo nº: 13502.000336/2004-03 - Embargante: COPENOR COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE e Embargada: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 13855.720552/2014-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: USINA SANTO ANTONIO S/A
240 - Processo nº: 16682.721499/2013-23 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 11634.720093/2014-66 - Recorrente: FRIGORÍFICO RAINHA DA PAZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 19515.001839/2004-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FARMÁCIA E PERFUMARIA SINETE LTDA. - ME
243 - Processo nº: 12571.720167/2014-17 - Recorrente: MARZA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D"OLIVEIRA
244 - Processo nº: 15586.720288/2013-07 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 13808.001758/2001-19 - Recorrentes: BANCO CIDADE PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10166.730321/2015-98 - Recorrente: SMAFF AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 11065.722903/2014-11 - Recorrente: USAFLEX - INDÚSTRIA & COMÉRCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe de Equipe da 4ª Câmara

ROSALDO TREVISAN
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília - DF. A sala do plenário será publicada no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo nº 10183.905472/2012-55 (item 37) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 38 a 50. A decisão do processo constante do item 37 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 38 a 50, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprova o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
1 - Processo nº: 19679.001177/2005-00 - Recorrente: R R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
2 - Processo nº: 12448.729531/2013-31 - Recorrente: COMPANHIA HOTÉIS PALACE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11080.001524/2009-38 - Recorrente: EXICON CONSULTORIA EM CREDITO E COBRANÇA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
4 - Processo nº: 15374.901862/2008-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 15374.901958/2008-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 15374.904589/2008-10 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 15374.904593/2008-70 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15374.904605/2008-66 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
9 - Processo nº: 10235.002818/2007-41 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
10 - Processo nº: 11543.000992/2003-13 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
11 - Processo nº: 10410.001406/2009-88 - Recorrente: MACEIÓ PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
12 - Processo nº: 10410.003293/2001-06 - Recorrente: USINA SERRA GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
13 - Processo nº: 13827.000695/2003-17 - Recorrente: G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
14 - Processo nº: 10882.000951/2008-10 - Recorrente: BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 19515.722065/2012-80 - Recorrente: BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
16 - Processo nº: 10850.001375/2005-52 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10850.001765/2006-11 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10850.721133/2011-27 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10850.000916/2004-44 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10850.001763/2006-14 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10850.001764/2006-69 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10850.001766/2006-58 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10850.001769/2006-91 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24 - Processo nº: 10850.001772/2006-13 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10850.001774/2006-02 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10850.001781/2006-04 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10850.001782/2006-41 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10850.001783/2006-95 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10850.721134/2011-71 - Recorrente: GV HOLDING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
30 - Processo nº: 11968.000587/2008-19 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
31 - Processo nº: 10480.724285/2010-56 - Recorrente: MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
32 - Processo nº: 11030.000655/2002-17 - Recorrente: EDELBRA GRÁFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13601.000470/2002-16 - Recorrente: FEAM COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO SOUSA BISPO
34 - Processo nº: 10283.005139/2007-59 - Recorrente: AGGREKO BRASIL ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
35 - Processo nº: 15165.000120/2009-48 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
36 - Processo nº: 13048.000090/2006-38 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANTIAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
37 - Processo nº: 10183.905472/2012-55 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
38 - Processo nº: 10183.905474/2012-44 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10183.905475/2012-99 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10183.905477/2012-88 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10183.905480/2012-00 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10183.905482/2012-91 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10183.905484/2012-80 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10183.905485/2012-24 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10183.905492/2012-26 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10183.905494/2012-15 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10183.905495/2012-60 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10183.905497/2012-59 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10183.905498/2012-01 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10183.905499/2012-48 - Recorrente: LEONICE DA S. A. MACIEL - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
51 - Processo nº: 18470.721552/2013-15 - Recorrente: BEL AIR MÓVEIS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
52 - Processo nº: 13603.004222/2007-39 - Recorrente: KIDDE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
53 - Processo nº: 13656.000870/2004-58 - Recorrente: ITAPORANGA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13896.002444/2002-64 - Recorrente: CANNES PRODUÇÕES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
55 - Processo nº: 13971.720020/2007-40 - Recorrente: DF MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
56 - Processo nº: 10650.000763/2006-53 - Recorrente: UBERABA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
57 - Processo nº: 10950.005960/2008-46 - Recorrente: AVÍCOLA FELIPE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
58 - Processo nº: 19515.720496/2011-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
59 - Processo nº: 10820.001735/2007-35 - Recorrente: BIRIGUI PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10880.685289/2009-65 - Recorrente: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
61 - Processo nº: 15374.908700/2009-10 - Recorrente: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 19740.900404/2009-14 - Recorrente: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 19740.900409/2009-39 - Recorrente: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 19740.900412/2009-52 - Recorrente: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 19740.900413/2009-05 - Recorrente: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 19740.900685/2009-05 - Recorrente: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
67 - Processo nº: 10480.723970/2010-65 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERV. E REFRIG. DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
68 - Processo nº: 16349.000279/2009-77 - Recorrente: PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13854.000456/2002-41 - Recorrente: COINBRA - FRUTESP COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
70 - Processo nº: 16327.000977/2005-05 - Recorrente: BANCO DIBENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe de Equipe da 4ª Câmara

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da 2ª Turma Ordinária
Substituto

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
1 - Processo nº: 10580.726611/2009-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE EMMANUEL ARAUJO LEMOS
2 - Processo nº: 18050.006672/2009-45 - Recorrente: ANA LETICIA MORAES SARDINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10580.726134/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERNANDO WELLINGTON MARQUES TEIXEIRA
4 - Processo nº: 13502.001353/2008-83 - Recorrente: GILBERTO COSTA DE AMORIM JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10580.725147/2010-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: THIARA RUSCIOLELLI SOUZA BEZERRA
6 - Processo nº: 13502.001009/2009-75 - Recorrente: VALTERCIO PEDROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
7 - Processo nº: 13819.000846/2004-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ARTEB S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
8 - Processo nº: 13502.000904/2009-72 - Recorrente: MCE ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
9 - Processo nº: 10283.007027/2007-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COESIVO DA AMAZONIA
10 - Processo nº: 10283.007028/2007-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO COESIVO DA AMAZONIA
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
11 - Processo nº: 18186.000144/2007-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ATRA PRESTADORA DE SERVICOS EM GERAL LTDA
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
12 - Processo nº: 18050.005981/2008-17 - Embargante: BRASKEM S/A
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
13 - Processo nº: 14751.000086/2005-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIMEPAR - CIMENTO DA PARAIBA LTDA
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
14 - Processo nº: 16045.000371/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECIL EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
15 - Processo nº: 16045.000372/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECIL EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
16 - Processo nº: 10830.005228/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERCUF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
TEMA 4: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
17 - Processo nº: 10830.005233/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERCUF INDUSTRIA E COMERCIO

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
18 - Processo nº: 11070.001387/2010-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RADIO LIDERSOM LTDA - ME
19 - Processo nº: 11070.001384/2010-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RADIO SANTA ROSA LTDA - ME
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
20 - Processo nº: 13864.000520/2010-84 - Recorrentes: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S.A. e FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13864.000515/2010-71 - Recorrentes: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13864.000516/2010-16 - Recorrentes: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13864.000518/2010-13 - Recorrentes: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13864.000514/2010-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
25 - Processo nº: 13864.000517/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
26 - Processo nº: 13864.000509/2010-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
TEMA 6: PRELIMINAR/NULIDADE
27 - Processo nº: 13864.000508/2010-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
28 - Processo nº: 13864.000534/2010-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
29 - Processo nº: 13864.000525/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
30 - Processo nº: 13864.000535/2010-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A
31 - Processo nº: 13864.000513/2010-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
32 - Processo nº: 13896.002781/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GP - SOLUTION SERVICOS DE TELEMARKENTIG LTDA.
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
33 - Processo nº: 10640.002520/2010-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RECAU SERVICOS DE PNEUS LTDA
34 - Processo nº: 10640.002521/2010-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RECAU SERVICOS DE PNEUS LTDA
35 - Processo nº: 10283.005373/2007-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
36 - Processo nº: 10283.005381/2007-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

37 - Processo nº: 10580.005435/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CRUZ ACUCAR E ALCOOL LTDA E OUTROS
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
38 - Processo nº: 10680.010987/2007-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SINTTEL MG
39 - Processo nº: 10120.000447/2010-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
40 - Processo nº: 10920.002225/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TECNOB TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA
41 - Processo nº: 10166.727516/2011-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIA PARK COMERCIAL DE ALIMENTOS S/A

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
42 - Processo nº: 19515.002564/2010-95 - Recorrentes: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 19515.002565/2010-30 - Recorrentes: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 19515.002566/2010-84 - Recorrentes: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 19515.002567/2010-29 - Recorrentes: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 15983.000566/2010-72 - Recorrentes: EMPREITEIRA FENIX LTDA e FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15983.000567/2010-17 - Recorrentes: EMPREITEIRA FENIX LTDA e FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 15983.000568/2010-61 - Recorrentes: EMPREITEIRA FENIX LTDA e FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15983.000569/2010-14 - Recorrentes: EMPREITEIRA FENIX LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
50 - Processo nº: 15563.000336/2007-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIACAO PETROPOLIS LTDA
51 - Processo nº: 14098.000133/2009-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIANA TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA
52 - Processo nº: 13962.000615/2008-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WORLD BLUE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
TEMA 10: GLOSA DE ÁREA DECLARADA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
53 - Processo nº: 10293.720063/2007-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE TAVARES DO COUTO
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
54 - Processo nº: 11050.002966/2004-44 - Embargante: NELLY NEVES DAS NEVES

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 11020.001732/2010-85 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 24. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 24, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 101125/2006-11 (item 25) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 26 a 37. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 26 a 37, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 11020.001230/2005-97 (item 67) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 68 a 93. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 68 a 93, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 13888.916042/2011-39 (item 101) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 102 a 131. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 102 a 131, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10850.900064/2012-05 (item 132) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 133 a 162. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 133 a 162, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CONCEITO DE INSUMO APLICÁVEL NA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES NÃO CUMULATIVAS
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
1 - Processo nº: 11020.001732/2010-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
2 - Processo nº: 11020.000414/2009-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
3 - Processo nº: 11020.001733/2010-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
4 - Processo nº: 11020.001734/2010-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
5 - Processo nº: 11020.001735/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
6 - Processo nº: 11020.001736/2010-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
7 - Processo nº: 11020.001737/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
8 - Processo nº: 11020.001738/2010-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
9 - Processo nº: 11020.001739/2010-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
10 - Processo nº: 11020.001741/2010-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
11 - Processo nº: 11020.001742/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
12 - Processo nº: 11020.001743/2010-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
13 - Processo nº: 11020.001744/2010-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
14 - Processo nº: 11020.001754/2010-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
15 - Processo nº: 11020.001755/2010-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
16 - Processo nº: 11020.001756/2010-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
17 - Processo nº: 11020.001757/2010-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
18 - Processo nº: 11020.001758/2010-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
19 - Processo nº: 11020.001787/2010-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
20 - Processo nº: 11020.001794/2010-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
21 - Processo nº: 11020.001795/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
22 - Processo nº: 11020.001796/2010-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
23 - Processo nº: 11020.001797/2010-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
24 - Processo nº: 11020.001798/2010-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
25 - Processo nº: 11065.101125/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
26 - Processo nº: 11065.000265/2005-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
27 - Processo nº: 11065.000266/2005-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
28 - Processo nº: 11065.000927/2005-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
29 - Processo nº: 11065.004173/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
30 - Processo nº: 11065.004728/2004-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
31 - Processo nº: 11065.100136/2007-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
32 - Processo nº: 11065.100167/2005-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
33 - Processo nº: 11065.100168/2005-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
34 - Processo nº: 11065.101109/2006-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
35 - Processo nº: 11065.101111/2006-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
36 - Processo nº: 11065.101112/2006-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
37 - Processo nº: 11065.101113/2006-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMS BRAZIL LTDA
38 - Processo nº: 10280.004602/2006-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A
39 - Processo nº: 10280.004610/2006-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A
40 - Processo nº: 10280.901358/2012-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A
41 - Processo nº: 11050.000247/2006-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUIP SA
42 - Processo nº: 11050.003270/2005-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUIP SA
43 - Processo nº: 10925.000380/2007-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADMINISTRADORA DE BENS BONDIO LTDA
44 - Processo nº: 13854.000059/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A
45 - Processo nº: 13977.000069/2005-61 - Recorrentes: BUTZKE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
46 - Processo nº: 11080.725358/2011-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA
47 - Processo nº: 11080.733400/2011-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA
Relator(a): DEMES BRITO
48 - Processo nº: 13975.000463/2003-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA
49 - Processo nº: 13975.000018/2004-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA
50 - Processo nº: 13975.000210/2005-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E PAINEIS LTDA

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: CONCEITO DE INSUMO APLICÁVEL NA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES NÃO CUMULATIVAS
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
51 - Processo nº: 10280.003586/2006-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
52 - Processo nº: 10280.003589/2006-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
53 - Processo nº: 10280.003590/2006-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
54 - Processo nº: 10280.003592/2006-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
55 - Processo nº: 10280.003593/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
56 - Processo nº: 10280.003604/2006-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
57 - Processo nº: 10280.003605/2006-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
58 - Processo nº: 10280.003606/2006-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
59 - Processo nº: 10280.003607/2006-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARA PIGMENTOS S A
60 - Processo nº: 15578.000315/2008-55 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15578.000321/2008-11 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13983.000102/2004-92 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
63 - Processo nº: 11516.720812/2013-12 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10983.721188/2013-93 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: CRÉDITO - DIREITO DE CRÉDITO SOBRE FRETES PAGOS PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABAOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA
65 - Processo nº: 10983.721444/2011-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRF S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
66 - Processo nº: 19515.722064/2012-35 - Recorrente: MERCANTIL FARMED LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
67 - Processo nº: 11020.001230/2005-97 - Recorrente: PRIME LUMBER IND COM DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
68 - Processo nº: 10665.720357/2008-11 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10665.720806/2010-38 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10665.720807/2010-82 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10665.720808/2010-27 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10665.720809/2010-71 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10665.720810/2010-04 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10665.720812/2010-95 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10665.720814/2010-84 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10665.720815/2010-29 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10665.720816/2010-73 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10665.720817/2010-18 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10665.720818/2010-62 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10665.720819/2010-15 - Recorrente: CODIL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11020.001228/2005-18 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11020.001229/2005-62 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11020.001231/2005-31 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11020.001635/2005-25 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11020.001729/2004-13 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11020.001961/2005-32 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11020.001962/2005-87 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11020.002028/2004-00 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11020.002226/2005-46 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11020.002395/2004-03 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11020.003111/2004-98 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11020.720058/2008-17 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11065.003081/2004-01 - Recorrente: PRIME LUMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: CRÉDITO - CRÉDITO PRESUMIDO DA AGROINDÚSTRIA: ART. 8º DA LEI Nº 10.925/2004
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
94 - Processo nº: 19991.000454/2009-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA
95 - Processo nº: 19991.000455/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: L J M COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LTDA
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
96 - Processo nº: 15868.720243/2012-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JBS S/A
TEMA 5: CLASSIFICAÇÃO
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
97 - Processo nº: 11128.002060/2002-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
98 - Processo nº: 11128.002061/2002-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
99 - Processo nº: 11817.000170/2002-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EVOLUTECH TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA - ME
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
100 - Processo nº: 12466.003969/2008-18 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: PROVA
Relator(a): DEMES BRITO
101 - Processo nº: 13888.916042/2011-39 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
102 - Processo nº: 13888.914672/2011-79 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13888.914673/2011-13 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13888.914674/2011-68 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13888.914675/2011-11 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13888.916041/2011-94 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13888.916043/2011-83 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13888.916044/2011-28 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13888.916045/2011-72 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13888.916046/2011-17 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13888.916047/2011-61 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13888.916048/2011-14 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 13888.916049/2011-51 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13888.916050/2011-85 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13888.916051/2011-20 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13888.916053/2011-19 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13888.916054/2011-63 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13888.916055/2011-16 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13888.916056/2011-52 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 13888.916057/2011-05 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13888.916058/2011-41 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13888.916059/2011-96 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13888.916060/2011-11 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13888.916061/2011-65 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13888.916062/2011-18 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13888.916063/2011-54 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13888.916065/2011-43 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13888.916067/2011-32 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13888.916068/2011-87 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13888.916069/2011-21 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13888.916070/2011-56 - Recorrente: FENIX EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
132 - Processo nº: 10850.900064/2012-05 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
133 - Processo nº: 10850.900061/2012-63 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10850.900062/2012-16 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10850.907496/2011-58 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10850.907507/2011-08 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10850.908244/2011-46 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10850.908245/2011-91 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10850.908246/2011-35 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10850.908247/2011-80 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10850.908250/2011-01 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10850.908252/2011-92 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10850.908253/2011-37 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10850.908255/2011-26 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10850.909098/2011-76 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10850.909099/2011-11 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10850.909100/2011-15 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10850.909101/2011-51 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10850.909102/2011-04 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10850.909103/2011-41 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10850.909104/2011-95 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10850.909106/2011-84 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10850.909107/2011-29 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10850.909108/2011-73 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10850.909109/2011-18 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10850.909112/2011-31 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10850.909113/2011-86 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10850.909114/2011-21 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10850.909116/2011-10 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10850.909117/2011-64 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10850.909118/2011-17 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10850.909119/2011-53 - Recorrente: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10805.000461/2007-55 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ABC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: MULTA DE OFÍCIO - JUROS SOBRE MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
164 - Processo nº: 19396.720018/2014-67 - Recorrentes: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: PIS/COFINS - BASE DE CÁLCULO - INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS E OUTRO
165 - Processo nº: 16561.720170/2013-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.
166 - Processo nº: 10880.722038/2013-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.
167 - Processo nº: 11080.732528/2012-67 - Recorrente: METRO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: PENALIDADES - CONVERSÃO DE 1005 DO VALOR COMERCIAL DA MERCADORIA E CONVERSÃO DE PENA DE PERDIMENTO EM MULTA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
168 - Processo nº: 12719.000469/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FIRST S/A
169 - Processo nº: 10983.722369/2011-75 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 11050.721119/2013-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METALURGICA DE TONI LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

171 - Processo nº: 12466.722772/2011-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MULTIMEX S/A
TEMA 10: COMPENSAÇÃO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
172 - Processo nº: 10983.901028/2008-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL
173 - Processo nº: 10983.901057/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL
174 - Processo nº: 10983.901056/2008-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL

DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: IPI - CRÉDITO PRESUMIDO
Relator(a): DEMES BRITO
175 - Processo nº: 10783.901514/2008-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A
176 - Processo nº: 10980.010654/2008-74 - Recorrente: LAMINORT INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINAS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
177 - Processo nº: 11030.002473/2004-42 - Recorrente: DIJHAL GEMAS - INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 11030.002480/2004-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIJHAL GEMAS - INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - EPP
179 - Processo nº: 11030.002483/2004-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIJHAL GEMAS - INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - EPP
180 - Processo nº: 11030.002491/2004-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIJHAL GEMAS - INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - EPP
181 - Processo nº: 11030.002492/2004-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIJHAL GEMAS - INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - EPP

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PAUTA DE JULGAMENTOS
409ª SESSÃO

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, no 1º subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H
e
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H

Recurso 11.736 (processo eletrônico 10372.000013/2016-80) - BCB 0601326072 - I - Recorrentes: Dourada Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. e Nabi Kemmel Mellem. Recorrido: Banco Central do Brasil - II - Recorrente: Banco Central do Brasil. Recorridos: Dourada Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. e Rafael Augusto Formighieri Mellem. Relatora: Adriana Cristina Dullius. Julgamento convertido em diligência na 405ª sessão.

Recurso 12.664 (processo eletrônico 10372.000008/2016-77) - CVM RJ2008/9511 - Recorrente: José Luiz Abicalil. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Recurso 13.468 (processo eletrônico 10372.000294/2016-71) - BCB 0601357045 - Recorrentes: Action S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Bruno Farina. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13.584 (processo eletrônico 10372.000048/2016-19) - BCB 0701390603 - Recorrente: BRB - Banco de Brasília S.A. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Recurso 13.585 (processo eletrônico 10372.000051/2016-32) - BCB 0701393931 - Recorrente: BRB - Banco de Brasília S.A. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Recurso 13.621 (processo eletrônico 10372.000023/2016-15) - CVM 24/2006 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrido: Ricardo Augusto de Oliveira Sacramento. Relator: Otto Eduardo de Fonseca Albuquerque Lobo.

Recurso 13.803 (processo eletrônico 10372.000055/2016-11) - CVM 30/2005 - I - Recorrentes: Banco BRJ S.A., Banco Schahin S.A. (atual BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.), Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, Carlos Eduardo Carneiro Lemos, Christian de Almeida Rego, Cristiano Costa Beber, Eric Davy Bello, Fabianna Carneiro Carnaval Espírito Santo, Luis Alberto Siso, Murillo de Almeida Rego, Renato Lima Silva, Ricardo Siqueira Rodrigues e Rodrigo Bezerra de Melo Paraense. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Industrial do Brasil DTVM Ltda., Massa Falida de São Paulo Corretora de Valores S.A., Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda., Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Abílio Nascimento Neto, Adalto Carmona Cortes, Carlos Eduardo Schahin, Carolyne Moura Munhoz, Eduardo Cunha Telles, Fernando Suzuki, Hélio Castilho Martins, Horácio Pires Adão, Jorge Ribeiro dos Santos, Luiz Augusto de Queiroz, Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Renato Lima Silva e Sandro Rogério Lima Belo. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13.984 (processo eletrônico 10372.000147/2016-09) - BCB 1201547523 - Recorrente: Abraham Pocztaruk. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Francisco Papellás Filho.

Recurso 14.046 (processo eletrônico 10372.000134/2016-21) - CVM IA2012/02 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrido: Rui Martins Castanheira. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Recurso 14.099 (processo eletrônico 10372.000247/2016-27) - BCB 1201550950 - Recorrente: Boris Zampese. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira.

Recurso 14.174 (processo eletrônico 10372.000249/2016-16) - BCB 0601340777 - I - Recorrentes: Edvaldo Neves da Silva e Roberto Carlos Tecchio. Recorrido: Banco Central do Brasil - II - Recorrente: Banco Central do Brasil. Recorridos: Delson Palmeira Castelo Branco, Elisabete Domingues Vellini de Moraes, João Alberto dos Santos, Jório Luis Guimarães Castro e Roberval Antônio Ramos Moreira. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 14.175 (processo eletrônico 10372.000162/2016-49) - CVM RJ2014/3814 - Recorrente: Caio Albino de Souza. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Francisco Papellás Filho.

Recurso 14.230 (processo eletrônico 10372.000203/2016-05) - CVM IA2010/23 - I - Recorrentes: Francisco Costa Neto e Luis Roberto Correa Reche. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrido: Nilbio Guimarães Pereira. Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado. Julgamento convertido em diligência na 399ª sessão.

Recurso 14.231 (processo eletrônico 10372.000324/2016-49) - CVM RJ2014/918 - I - Recorrentes: Antonio Gil Fernandes Bezerra, Carlos Antonio Pinto de Araújo, Elisa Maria Gradvohl Bezerra, Francisca Helena Silva Dantas e João Bosco Fernandes Bezerra. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Antonio Gil Fernandes Bezerra e José Airton Felix Rodrigues. Relator: Francisco Papellás Filho.

Recurso 14.309 (processo eletrônico 10372.000357/2016-99) - BCB 1401593230 - Recorrentes: Graco Corretora de Câmbio S.A, Liberal Leandro Gomes e Carolina Xavier Gomes. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: João Batista de Moraes.

Recurso 14.334 (processo eletrônico 10372.000264/2016-64) - CVM RJ-2013-4660 - Recorrente: Paulo Henrique Oliveira de Menezes. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Francisco Papellás Filho.

Recurso 14.361 (processo eletrônico 10372.000281/2016-00) - CVM RJ2013/4328 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Banco BTG Pactual S.A., BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, Guilherme da Costa Paes e Maria Botelho Ramalho Cardoso. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Recurso 14.390 (processo eletrônico 10372.000307/2016-10) - CVM IA2009/9 - I - Recorrentes: Carla Cico, Paulo Pedrão Rio Branco e Verônica Valente Dantas. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Carla Cico, Danielle Silbergleid Ninio, Maria Amália Delfim de Melo Coutrim, Paulo Pedrão Rio Branco, Rodrigo Bhering Andrade e Verônica Valente Dantas. Relator: Francisco Papellás Filho. Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa na 407ª sessão.

Recurso 14.404 (processo eletrônico 10372.000492/2016-34) - CVM IA-2007-6 - I - Recorrentes: ASM Asset Management DTVM S.A. (atual AKRO DTVM S.A.), ASM Administradora de Recursos Ltda. (atual ARTIS Gestora de Recursos S.A.), Estratégia Investimentos S.A. CVC (em liquidação extrajudicial), Antonio Luiz de Mello e Souza, Eduardo Jorge Chame Saad, Fernando Salles Teixeira Mello, José de Vasconcelos e Silva e Sergio Luiz Vieira Machado de Mattos. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: BEM DTVM Ltda. e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 14.484 (processo eletrônico 10372.000340/2016-31) - BCB 1501611380 - Recorrente: Eduardo Cosentino da Cunha. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira.

Processo 10372.000746/2016-14 - SUSEP 15414.000600/2012-25 - Recorrente: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S/A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Antonio Augusto de Sá Freire Filho na 403ª sessão.

Processo 10372.000122/2017-88 - CVM SP2012/374 - Recorrentes: SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S/A, Álvaro Augusto de Freitas Vidigal, Fernando Borges Pinto e Marcelo Rocha Uva. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

Processo 10372.100220/2017-14 - COAF 11893.000081/2016-22 - Recorrente: Potiguar Veículos Ltda. Recorrido: Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Processo 10372.100146/2017-36 - CVM RJ2012/13605 - Recorrentes: Cell Participações e Administração Ltda., Monte Claro Participações e Serviços S/A, Frederico Kuehnrich Neto, Luis Frederico Kuehnrich, Luiz Fernando Brandt, Marcello Stewers, Mário John e Rolf Kuehnrich. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Processo 10372.100262/2017-55 - BCB 1601621402 - Recorrente: Almeri Cesar Naldi Ruiz. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Processo 10372.100281/2017-81 - BCB 1601621140 - Recorrente: Chao Yun Irene Yan. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Processo 10372.100282/2017-26 - BCB 1601621141 - Recorrente: Chao Yun Irene Yan. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

a) Total de Recursos: 27 (vinte e sete).

b) ADITAMENTOS/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao website do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços>Envio de Memorial" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/envio-memorial).

d) PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços>Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSFN serão considerados na ordem de julgamento.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2017.
MICHAEL GEORGE SAWADA
Secretário Executivo Adjunto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 25, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Ratifica o Convênio ICMS 156/17, aprovado na 291ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 10.11.2017.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 291ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 10 de novembro de 2017:

Convênio ICMS 156/17 - Prorroga o Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO COTEPE/ICMS Nº 72, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, que relaciona as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS 17/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na 170ª Reunião Ordinária realizada nos dias 21, 22, e 24 de novembro de 2017, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 17/13, de 5 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Os itens 25, 79 e 104 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, de 13 de março de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UF"s onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
25	db3 sERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	41.644.220/0001-35	Fortaleza - CE	AM, AP, CE, MA, MS, MT, PB, PE, PI, RO e RR
79	SETE MEIA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	10.943.095/0001-30	São Paulo - SP	AM, AP, MS, MT, PB, RO, RR e SP
104	VIPWAY TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.128.103/0001-18	Santos - SP	AM, AP, MG, MS, MT, PB, RJ, RO, RR, SC, SP e PI, DF

Art. 2º. Este ato entra em vigor no 1º dia do mês subsequente à data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 73, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a identificação dos equipamentos e softwares de captura de pagamentos realizados com cartão de crédito, débito, moedas eletrônicas e similares.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na 170ª Reunião Ordinária realizada nos dias 21, 22, e 24 de novembro de 2017, em Brasília, DF, considerando o disposto na cláusula primeira do Convênio ICMS 134/16, de 9 de dezembro de 2016, torna público:

Art. 1º Os equipamentos, softwares e aplicativos destinados à captura de pagamentos realizados com cartões de crédito e/ou débito, moedas eletrônicas, virtuais e similares, deverão possibilitar, independente de conexão com a rede de dados e sem exigência de senha ou autenticação após acessada a aplicação, a identificação das seguintes informações:

I. CNPJ ou CPF do beneficiário do pagamento;

II. identificador do número lógico do ponto de venda, conforme o informado no Campo 12 do Registro 65 do Protocolo ECF 04/01, de 25 de setembro de 2001;

III. identificação nominal do beneficiário do pagamento.

Art. 2º A identificação a que se refere o Art. 1º deverá ser:

I. impressa, em dispositivos dotados de mecanismo impressor;

II. enviada por e-mail à autoridade fiscal requisitante, nos demais casos.

§ 1º Nos casos em que a transação de pagamento dependa de dispositivo controlador com sistema operacional, a informação deverá, também, ser disponibilizada na aplicação de gerenciamento de pagamento.

§ 2º O relatório de identificação do equipamento deverá estar sob o título "Identificação do Equipamento" ou "ID.EQUIP", sendo disponibilizado nas funções administrativas de gerenciamento de conta ou de equipamento.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2018.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 74, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a uniformização da entrega de arquivo eletrônico auxiliar as prestações inerentes ao plano de serviço telefônico corporativo, familiar ou similares às empresas de telecomunicação de que trata o Convênio ICMS 115/2003.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na 170ª Reunião Ordinária realizada nos dias 21, 22, e 24 de novembro de 2017, em Brasília, DF, decidiu:

Art. 1º Fica instituído, nos termos do Anexo Único deste ato, o Manual de Orientação do Leiaute do arquivo referentes aos terminais telefônicos dos planos de prestações de serviços telefônicos corporativos, familiares ou similares, em substituição à sistemática estabelecida no subitem 5.2.5.2. do Anexo Único do Convênio ICMS 115/03, de 12 de dezembro de 2003.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO LEIAUTE DO ARQUIVO REFERENTE AOS TERMINAIS TELEFÔNICOS DOS PLANOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS CORPORATIVOS, FAMILIARES OU SIMILARES

1. Apresentação:

1.1. Este manual visa estabelecer procedimentos para apresentação de informações em meio eletrônico, pelas empresas de telecomunicação, em substituição ao procedimento estabelecido no subitem 5.2.5.2. do Anexo Único do Convênio ICMS 115/2003, relativamente aos terminais telefônicos dos planos de prestações de serviços telefônicos corporativos, familiares ou similares.

2. Dados Técnicos da Geração dos Arquivos

2.1. Formato do Arquivo

2.1.1. Formatação: compatível com MS-DOS;

2.1.2. Tamanho do arquivo: 189 bytes, acrescidos de CR/LF (Carriage Return/Line Feed) ao final de cada registro;

2.1.3. Organização: seqüencial;

2.1.4. Codificação: ASCII.

2.2. Formato dos Campos

2.2.1. Numérico (N): sem sinal, não compactado, suprimido o ponto e a vírgula. Alinhado à direita, com zeros à esquerda. Datas devem ser preenchidas no formato ano, mês e dia (AAAAMMDD). Na ausência de informação, o campo deverá ser preenchido com zeros;

2.2.2. Alfanumérico (X): letras, números e caracteres especiais válidos. Alinhado à esquerda, com posições não significativas em branco. Na ausência de informação, o campo deverá ser preenchido com brancos.

2.3. Identificação do Arquivo

2.3.1. Os arquivos serão identificados no formato:

NOME DO ARQUIVO							
UU	CCCCCCCCCCCCCC	MM	SSS	ANO	MM	Snn	T
UF	CNPJ	MODELO	SÉRIE	ANO	MÊS	STATUS	TIPO

2.3.1.1. UF (UF) - sigla da unidade federada do emitente dos documentos fiscais;

2.3.1.2. CNPJ - preencher com o CNPJ do contribuinte emitente dos documentos fiscais;

2.3.1.3. Modelo (MM) - modelo dos documentos fiscais;

2.3.1.4. Série (SSS) - série dos documentos fiscais;

2.3.1.5. Ano de emissão do documento fiscal;

2.3.1.6. Mês (MM) - mês do período de apuração dos documentos fiscais;

2.3.1.7. Status (Snn) - indica se o arquivo é normal (N) ou substituto (S). Em caso de arquivo substituto, deverá ser indicado o número sequencial com dois dígitos ("nn") do arquivo substituto, iniciando em "01". Caso se trate de arquivo normal, preencher com "01";

2.3.1.8. Tipo (T) - deverá ser preenchido com a letra "T" de terminal.

2.4. Geração dos Arquivos:

2.4.1. Os arquivos devem ser gerados mensalmente, devendo ser apresentado aos Fiscos em conformidade com a legislação prevista no Estado contendo apenas as informações referentes ao terminal principal e aos terminais vinculados;

3. Apresentação dos Arquivos

3.1. Da entrega em meio óptico não regravável:

3.1.1. Os arquivos serão gravados em mídia não regravável (CD-R ou DVD-R) e deverão ser entregues às Unidades Federadas, nos prazos e condições dispostos em legislação interna, acompanhados de duas vias, preenchidas e assinadas por representante legal, de Recibo de Entrega;

3.2. Da entrega por transmissão eletrônica de dados:

3.2.1. Ao critério de cada unidade federada e conforme orientações previstas em legislação interna, a entrega dos arquivos, mantidos em meio óptico, poderá ser realizada mediante transmissão eletrônica de dados.

3.3. Conservar o arquivo pelo prazo decadencial, para apresentação ao fisco quando exigido;

4. Leiaute do Arquivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1. O arquivo deve ser composto por registros que contenham as seguintes informações:
5. INFORMAÇÃO DO ARQUIVO

Nº	CONTEÚDO	TAM	P INIC	P FINAL	FORMATO
1	CNPJ DO EMITENTE	14	1	14	X
2	CNPJ OU CPF	14	15	28	X
3	IE	14	29	42	X
4	RAZÃO SOCIAL	35	43	77	X
5	UF	2	78	79	X
6	DATA EMISSÃO	8	80	87	N
7	MODELO NF	2	88	89	N
8	SÉRIE	3	90	92	X
9	NÚMERO NF	9	93	101	N
10	CODIGO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL DOCUMENTO FISCAL	32	102	133	X
11	NÚMERO OU CÓDIGO DA FATURA COMERCIAL	20	134	153	X
12	NÚMERO DO TERMINAL TELEFÔNICO PRINCIPAL	12	154	165	X
13	NÚMERO DO TERMINAL TELEFÔNICO	12	166	177	X
14	VALOR TOTAL DA FATURA	12	178	189	N
TOTAL					

4.2. Preenchimento dos campos:
4.2.1. Campo 01 - Informar o CNPJ do emitente do documento fiscal.
4.2.2. Campo 02 - Informar o CNPJ ou CPF do tomador. Em se tratando de pessoa não obrigada à inscrição no CNPJ ou CPF, preencher o campo com zeros;
4.2.3. Campo 03 - Informar a Inscrição Estadual do tomador. Em se tratando de pessoa não obrigada à inscrição estadual, preencher o campo com a expressão "ISENTO";
4.2.4. Campo 04 - Informar a Razão Social, denominação ou nome do tomador;
4.2.5. Campo 05 - Informar a sigla da UF da localização do tomador dos serviços de comunicação/telecomunicação. Em se tratando de operações com exterior, preencher o campo com a expressão "EX";
4.2.6. Campo 06 - Informar a Data de Emissão do documento fiscal no formato AAAAMMDD;
4.2.7. Campo 07 - Informar o modelo do documento fiscal, conforme código da tabela de documentos fiscais, do item 11.4 do Anexo Único do Convênio ICMS 115/2003;
4.2.8. Campo 08 - Informar a Série do documento fiscal, que deverá conter, no mínimo, uma letra não acentuada, ou um algarismo de 1 a 9 e ter seu preenchimento iniciado a partir da esquerda (exemplo: "A ", e não " A"), observando o seguinte:
4.2.8.1. Os caracteres válidos para identificação da série dos documentos fiscais são:
4.2.8.2. Algarismos ("1234567890");
4.2.8.3. Letras não acentuadas ("abcdefghijklmnopqrstuvwxyz", ou "ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ");
4.2.8.4. Hífen, espaço em branco ("-", " ");
4.2.8.5. O primeiro caractere não pode ser hífen ou espaço em branco ("-", " ");
4.2.8.6. Utilizar a letra "U" para indicar a série única.
4.2.9. Campo 9 - Informar o número seqüencial atribuído pelo sistema eletrônico de processamento de dados ao documento fiscal. O campo deverá ser alinhado à direita com as posições não significativas preenchidas com zeros;
4.2.10. Campo 10 - Informar o código de autenticação digital obtido por meio da aplicação do algoritmo MD5, previsto no item 5.2.2.5. do Anexo Único do Convênio ICMS 115/2003;
4.2.11. Campo 11 - Informar o número ou o código da fatura comercial, atribuído pelo sistema de faturamento do emitente.
4.2.12. Campo 12 - Informar o número do terminal telefônico principal do plano, contendo a localidade de registro e o número no formato "LLNNNNNNNN", onde "LL" é o código da localidade e "NNNNNNNN", o número de identificação do terminal telefônico principal. No caso de número de identificação do terminal com 9 (nove) dígitos, utilizar o formato "LLNNNNNNNNN".
4.2.13. Campo 13 - Informar o número do terminal telefônico vinculado ao terminal principal do plano, contendo a localidade de registro e o número no formato "LLNNNNNNNN", onde "LL" é o código da localidade e "NNNNNNNN", o número de identificação do terminal telefônico vinculado. No caso de número de identificação do terminal com 9 (nove) dígitos, utilizar o formato "LLNNNNNNNNN".
4.2.14. Campo 14 - Informar o valor total da fatura comercial, com 2 decimais.

ATO COTEPE/ICMS Nº 75, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Divulga os valores do Fator de Correção do Volume (FCV) a que se refere a cláusula nona do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que na 170ª Reunião Ordinária realizada nos dias 21, 22, e 24 de novembro de 2017, em Brasília, DF, com base na cláusula nona do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, decidiu:

Art. 1º Aprovar a relação do Fator de Correção de Volume (FCV) que será adotada pelas unidades federadas para os referidos combustíveis.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando o Ato COTEPE 33/15, de 10 de junho de 2015.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

Produto	Temperatura	Gasolina A	Óleo Diesel
UF	º C	Fator	Fator
AC	28,5	0,9906	0,9931
AL	28,0	0,9912	0,9935
AM	29,5	0,9895	0,9923
AP	30,0	0,9890	0,9918
BA	27,5	0,9917	0,9939
CE	29,5	0,9895	0,9923
DF	24,0	0,9956	0,9967
ES	27,5	0,9917	0,9939
GO	2 6 ,5	0,9928	0,9947
MA	30,0	0,9890	0,9918
MG	24, 5	0,9951	0,9963
PA	29,5	0,9895	0,9923
PB	2 8 , 0	0,991 2	0,993 5
PE	27,5	0,9917	0,9939
PI	3 1 ,0	0,9879	0,9910
PR	22,0	0,9978	0,9984
RJ	25,5	0,9945	0,9955
RN	30 ,5	0,9884	0,9914
RO	28,5	0,9906	0,9931
RR	30,5	0,9884	0,9914
RS	20,0	1,0000	1,0000
SC	20,0	1,0000	1,0000
SE	28,0	0,9912	0,9935
SP	23, 5	0,9962	0,9971
TO	29,5	0,9895	0,9923

ATO COTEPE/ICMS Nº 76, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui empresas estabelecidas no Distrito Federal do Ato COTEPE/ICMS 35/17, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS, por não atenderem as condições estabelecidas no art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 170ª reunião ordinária, realizada nos dias 21, 22 e 24 de novembro de 2017, em Brasília, DF, em virtude do não atendimento das condições estabelecidas no art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal para a fruição de benefícios fiscais e, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991, decidiu:

Art. 1º Excluir da relação de empresas constante do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 35/17, de 5 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de julho de 2017, por não atenderem as condições estabelecidas no art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal para fruição de benefícios fiscais, as empresas a seguir relacionadas:

"DISTRITO FEDERAL

PÁSSARO AZUL TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: 02.173.634/0001-71 I.E: 07.378.709/001-30 AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, LOTE 26 - SALA 12, SETOR DE HANGARES - AEROPORTO CEP:71608-900 Brasília (DF)
STERNA LINHAS AÉREAS LTDA CNPJ: 18.200.200/0001-53 I.E: 07.715.019/001-64 SBS QUADRA 02, LOTE 15, BLOCO E, SALA 909 - ED. PRIME BUSINESS CONVENIENCE - ASA SUL CEP:70070-120 Brasília (DF)

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde 10 de julho de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF nº 22, de 27 de novembro de 2017, publicado no DOU de 28 de novembro de 2017, Seção 1, página 45, na linha referente ao Estado do Rio Grande do Norte.
Onde se lê:

*RN	4,0080	6,8900	3,4580	3,3285	4,7519	4,7519	-	3,2680	2,8305	-	1,6900	1,6900

Leia-se:

RN	4,0900	6,8900	3,4580	3,3285	4,7519	4,7519	-	3,2680	2,8305	-	1,6900	1,6900

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.127, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II

EMENTA: BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. JOGOS DE VIDEO-GAME.

O valor aduaneiro dos jogos de vídeo destinados ao uso em consoles e má-quinas de jogos de vídeo da posição 95.04 do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias compreende o custo ou valor to-tal da transação, incluídos o valor do software e do suporte físico. Portan-do, não se aplica aos referidos jogos a regra de exceção estabelecida para valoração aduaneira de suporte físico que contenha dados ou instruções pa-ra equipamento de processamento de dados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto Legislativo nº 71, de 1988; Decreto Legislativo nº 30, de 1994; Decreto Legislativo nº 496, de 2009; Decreto nº 97.409, de 1988; Decreto nº 1.355, de 1994; Decreto nº 7.030, de 2009; e Decreto nº 6.759, de 2009, art. 81; que tem por base a Decisão 4.1 do Comitê de Valoração Aduanei-ra, de 1984.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 446, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2017).

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a nulidade da inscrição do CNPJ 11.360.755/0001-13.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT,, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o que consta no processo nº 14094.720083/2017-16 declara:

Art. 1º A NULIDADE DA INSCRIÇÃO do CNPJ 11.360.755/0001-13 em nome da empresa 2M Representações Comerciais Ltda - ME, com endereço na Rodovia Palmiro Paes de Barros, 605, sala 32, Lote 10, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Cuiabá/MT, CEP 78.090-700.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda	Interessado	CPF/CNPJ N
1	13150.720224/2017-16	0130151.43999/17	Luiz Carlos Almeida Ramalho	022.012.901-05
2	13150.720224/2017-16	0130151.43999/17	Wandey Francisco C Nunes	053.341.681-76
3	13150.720194/2017-48	0130151.43999/17	Fernando Marques Filho	039.755.121-56
4	13150.720194/2017-48	0130151.43999/17	Luiz Carlos Almeida Ramalho	022.012.901-05
5	13150.720194/2017-48	0130151.43999/17	Antonio Kelves M dos Santos	026.434.141-44
6	13150.720194/2017-48	0130151.43999/17	Wandey Francisco C Nunes	053.341.681-76
7	13150.720277/2017-37	0130151.48657/17	Valdenir Gonçalves Belo	489.940.731-91
8	13150.720273/2017-59	0130151.48549/17	Girlene Rosa Oliveira Deluque	567.572.981-04
9	13150.720273/2017-59	0130151.48549/17	Clara Deluque Lopez	074.827.461-88
10	13150.720273/2017-59	0130151.48549/17	Valdenir Gonçalves Belo	451.795.141-34
11	13150.720267/2017-00	0130151.48934/17	Oelton Santana	018.806.221-14
12	13150.720195/2017-92	0130151.43159/17	Fernando Marque Filho	039.755.121-56
13	13150.720195/2017-92	0130151.43159/17	Luiz Carlos Almeida Ramalho	022.012.901-05
14	13150.720298/2017-52	0130151.54563/17	Miguel Hernan Capobianco. Zabala	
15	13150.720216/2017-70	0130151.55196/17	Miguel Hernan Capobianco. Zabala	

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara o perdimento de moedas apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 65 caput e parágrafos 1º a 3º da Lei nº 9.069, de 1995; no artigo 89 da MP 2158-35, de 2001, re-gulamentado pelos artigos 675, inciso III, 700 e 777 a 780, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 2009; no artigo 1° da Resolução BACEN/CMN n° 2.524, de 1998; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Perdidas em favor da Fazenda Pública Federal, as moedas constantes do Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130151-44420/2017, do processo nº 13150.720186/2017-00, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011 e Portaria RFB nº 3010/2011

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de explo-ração relativo ao projeto de MODERNIZA-ÇÃO do empreendimento na área de atuação da Sudam, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017; c/c a delegação prevista no art. 3° da Portaria DRF/BEL nº 107/2012 e de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto 4.212 de 26 de abril de 2002; do art 1º, §2º e §3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com base no LAUDO CONS-TITUTIVO nº 022/2013, de 02 de julho de 2013, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa IMERYS RIO CAPIM CAULIM S A, CNPJ nº 16.532.798/0001-52, à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de diversifi-cação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, com prazo de fruição contado no período a partir do ano-calendário 2013 e término no ano de 2022, com direito ao gozo do benefício a partir de 2013, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 267, art.60, §1º e §2º.

PROCESSO Nº	ASSUNTO	PARECER SEORT/DRF/BEL Nº
13204.720123/2013-49	Redução de IRPJ	1306, de 24/11/2017
INTERESSADO		CNPJ
IMERYS RIO CAPIM CAULIM S A		16.532.798/0001-52
DOMICÍLIO FISCAL		
Rod. PA 483, km 20, s/n, Vila do Conde, Barcarena-PA, CEP 68445-000		

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, sendo considerado como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativo a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica deixar de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 219, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.018835/0217-25, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: MINISTÉRIO ABRINDO A BÍBLIA, CNPJ - 08.086.785/0001-79, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 220, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.026685/1117-14, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: IRAPUAN C. B. SAUNIER-ENGENHARIA, CNPJ - 03.803.041/0001-04, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/SOB nº 8, de 6 de novembro de 2017, publicado no DOU de 10 de novembro de 2017, Seção 1, página 18, onde se lê: "o que consta do Processo nº 13312.721043/2017-15", leia-se: "o que consta do Processo 13312.721045/2017-04".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimento que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso III, da IN RFB nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia
Endereço	Rua Macapá, 241 - Ondina, Salvador-Ba. CEP 40170-150
CNPJ	13.505.045/0001-60
Processo administrativo	10580.726545/2010-08
Nº Registro Especial	GP-05101/00207

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 25, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados - Parecer PGFN/CDA nº 1206/2013 (configuração de inadimplência/parcelas irrisórias), a pessoa jurídica EXACTA ENGENHARIA DE PROJETOS SA., CNPJ: 17.359.464/0001-91, conforme registrado no processo administrativo n° 10680.724134/2017-18, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO
Delegado

PORTARIA Nº 26, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inadimplência/Parecer PGFN/CDA nº 1206/2013 (configuração de inadimplência/parcelas irrisórias), além dos incisos I (inobservância de exigência: ausência de declaração ou declaração sem o preenchimento da Ficha Refis), inciso XI (sem receita bruta por nove meses consecutivos), a pessoa jurídica LIVRARIA ELDORADO DISTRIBUIDORA, CNPJ 17.438.367/0001-94, conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001274/2017-55, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO
Delegado

PORTARIA Nº 27, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inadimplência/Parecer PGFN/CDA nº 1206/2013 (configuração de inadimplência/parcelas irrisórias), além do inciso I (inobservância de exigência: ausência de declaração ou declaração sem o preenchimento da Ficha Refis), a pessoa jurídica CONSULTORIA PNP LTDA, CNPJ 19.747.641/0001-32, conforme registrado no processo administrativo n° 10680.724218/2017-51, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO
Delegado

PORTARIA Nº 28, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer/Parecer PGFN/CDA nº 1206/2013 (configuração de inadimplência/parcelas irrisórias), além do inciso I (inobservância de exigência: ausência de declaração com as informações sobre as receitas brutas mensais) a pessoa jurídica C.R. ABDALLA CONSULTORIA EDUCACIONAL E NEGÓCIOS, CNPJ 65.177.578/0001-63, conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001482/2017-54, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO
Delegado

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 e o art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do e-dossiê nº 10100.007038/1117-02, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: RIOLAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.
CNPJ: 07.294.806/0001-89
Aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.007214/2017-25, emitida pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 214, de 8 de novembro de 2017, seção 3, pág. 8.
Período de execução do Projeto: 30/06/2017 a 31/05/2020.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CLÁUDIO MARTINS HENRIQUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Alfandegamento de Terminal Portuário a título extraordinário e em caráter eventual.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência outorgada pela Portaria SRF nº 13, de 9 de janeiro de 2002, publicada no D.O.U. de 11 de janeiro de 2002, tendo em vista o que consta do processo nº 12466.722475/2014-76, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, o sítio de construção naval do Estaleiro Jurong Aracruz Ltda, CNPJ nº 11.200.595/0001-45, localizado na Rodovia ES-010, s/n - Km 56, Bairro Barra do Sahy, Município de Aracruz, ES, para efeito de atracar, em berço específico (Berço Sul), a embarcação denominada "BBC UTAH", cuja chegada é prevista para primeiro de dezembro de 2017, exclusivamente para as operações previstas nos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

incisos I e II do art. 5º e inciso I, do art. 9º, todos do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e, especificamente as operações previstas no art. 1º, parágrafo único, da Portaria SRF nº 13/2002, para realização da operação de descarga, armazenagem de mercadoria destinada à execução de serviços contratados de construção, reforma, conversão ou conserto de embarcação, com previsão de realização das operações a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo.

Art. 2º O presente alfandegamento tem por objetivo a importação dos seguintes bens: (a) Flare Tower -Estrutura tubular em aço carbono Tri-Truss, utilizada para a eliminação segura e eficaz dos gases não aproveitados durante a extração de petróleo, pesando 185 toneladas e dimensões de 81,14 x 9,60 x 6,70 metros; (b) Riser Pull-In System - RPS & Pull-In Troller - Sistema para posicionamento e travamento dos Risers de Perfuração na plataforma FPSO, pesando 602 toneladas e dimensões de 160 x 9 x 15 metros; (c) Container laboratório, para aplicação na unidade offshore - Plataforma FPSO, pesando 48 toneladas, e dimensões de 4,80 x 12,50 x 4,20 metros.

Art. 3º A operação de atracação do veículo e descarregamento será realizada em local devidamente autorizado a operar no tráfego marítimo internacional, em face das condições adequadas para a realização de operações portuárias, conforme autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ, veiculada no Despacho da Superintendência de Outorgas de 13 de junho de 2017, publicada no DOU de 16 de junho de 2017.

Art. 4º Caberá exclusivamente à empresa Estaleiro Jurong Aracruz Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.200.595/0001-45, submeter as mercadorias ao correspondente despacho aduaneiro de importação.

Art. 5º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória, que estabelecerá as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal, bem como poderá - nos termos do parágrafo único do art 3º da Portaria SRF nº 13/2002 - autorizar que a importação seja processada sob a modalidade de despacho antecipado - de que trata o art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 6 de outubro de 2006 - e a conferência aduaneira ser efetuada simultaneamente à descarga.

Art. 6º Cumprirá à empresa administradora do recinto ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, de acordo com o disposto no art. 815 do Decreto nº 6.759/2009, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 7º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.95.14.08-1, conforme a legislação de regência.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando sua eficácia vinculada à chegada da embarcação "BBC UTAH".

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Promove a baixa de ofício da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - PROMOVER A BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade abaixo, conforme artigos 29, IV (com registro cancelado no respectivo órgão de registro), e 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
18239.000502/2010-92	28.183.044/0001-13	UNIP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

A presente baixa de ofício baseia-se em informação do órgão de registro competente, Junta Comercial do

Estado do Rio de Janeiro. As devidas apurações constam do processo administrativo relacionado.

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos 10 anos contados a partir do último arquivamento no órgão de registro para a entidade.

MONICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições previstas no art 224 e inciso VI do art 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203 de 14 de maio de 2012, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de identificação de aparelhagem médica nesta Unidade, resolve:

Art 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.020, de 31/03/2010, o Sr GUSTAVO ROMÃO DE ALMEIDA PRADO, CPF Nº 273.123.538-19, como credenciado para a prestação de serviço de perícia em mercadoria utilizada em medicina, a título precário e sem vínculo empregatício, nas mercadorias objeto da Declaração de Importação nº 17/1561989-9 de 13/09/2017.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

AKIYOSHI OMIZU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

PORTARIA Nº 81, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alterandos, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidas pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica Minelli Artefatos de Madeira Ltda - EPP, CNPJ 44.691.152/0001-53, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2017, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo 10805.726126/2017-52.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

PORTARIA Nº 82, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a pessoa jurídica Transelectric Equipamentos e Transmissões Eletromecânicas Ltda - ME, CNPJ nº 57.591.026/0001-79, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2017, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10805.722905/2017-89.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 217, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727222/2017-64, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62766/77

Nome do projeto: UFV Pirapora 2

Titular do Projeto: Pirapora II Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 23.984.342/0001-99

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 193, de 3 de outubro de 2016

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 01/08/2017 a 01/11/2018

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 218, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727256/2017-59, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62786/70

Nome do projeto: UFV Pirapora 4

Titular do Projeto: Pirapora IV Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 23.975.390/0001-10

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 190, de 3 de outubro de 2016

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 01/08/2017 a 01/11/2018

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 219, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727261/2017-61, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62819/73

Nome do projeto: UFV Vazante 1

Titular do Projeto: Vazante I Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 21.784.326/0001-27

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 375, de 9 de dezembro de 2015

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 17/03/2016 a 31/07/2017

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 238, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727263/2017-51, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62841/75

Nome do projeto: UFV Vazante 2

Titular do Projeto: Vazante II Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 21.784.311/0001-69

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 376, de 9 de dezembro de 2015

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 17/03/2016 a 31/07/2017

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 239, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727263/2017-51, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62853/76

Nome do projeto: UFV Vazante 3

Titular do Projeto: Vazante III Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 21.784.307/0001-09

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 377, de 9 de dezembro de 2015

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 17/03/2016 a 31/07/2017

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 240, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Co-habilitar em caráter PRECÁRIO a pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e o constante do processo administrativo nº 18186.727320/2017-00, e da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, resolve:

Art. 1º Conceder em caráter PRECÁRIO à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 24.387.644/0001-42

Nº Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.238.62777/76

Nome do projeto: UFV Pirapora 3

Titular do Projeto: Pirapora III Energias Renováveis S/A

CNPJ do titular do projeto: 23.983.428/0001-05

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 191, de 3 de outubro de 2016

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado para execução da obra: 01/08/2017 a 01/11/2018

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100, fica a empresa sujeita a informar todas as aquisições e importações com o benefício do REIDI para fins de lançamento das contribuições, as quais permanecerão suspensas enquanto não sobrevier decisão contrária.

Art. 3º A pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços à empresa ora co-habilitada ao REIDI deverá fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a co-habilitação, bem como o fato das suspensões das contribuições de PIS/PASEP e COFINS estarem amparadas em liminar em Mandado Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100.

Art 4. Revertidos os efeitos da liminar em Mandado de Segurança nº 5021035-46.2017.4.03.6100 serão integralmente devidas as contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, não pagas em razão da presente co-habilitação.

Art 5. Este Ato Declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 241, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pela Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, com base no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, incluído pela Lei nº 13.137/2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto no Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o constante do processo administrativo/dossiê nº 10010.028866/0917-33, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, de que trata o art. 1° e 2º do Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, e os artigos 1° ao 3° e 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 25 de julho de 2007:

Nome empresarial: Dairy Partners Americas Manufacturing Brasil Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 05.300.340/0001-51

Período de Vigência do Projeto: 01/01/2017 a 31/12/2018

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 268, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 271 da Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 13907.720240/2015-57
CONTRIBUINTE: ANTONIO ZENKITI TAYAMA 16592190949
CNPJ: 14.632.866/0001-20

PROCESSO: 13804.725375/2015-67
CONTRIBUINTE: KEILA PEREIRA DA SILVA 37675774884
CNPJ: 19.502.600/0001-86
PROCESSO: 10880.727567/2015-15
CONTRIBUINTE: JOSE PEDRO DANTAS 37619209115
CNPJ: 15.085.900/0001-56

PROCESSO: 10850.724781/2015-69
CONTRIBUINTE: ELAINE CRISTINA FIGUEIRA DE OLIVEIRA 18924033824
CNPJ: 15.413.912/0001-62

PROCESSO: 10183.727823/2015-23
CONTRIBUINTE: GUILBER LEITE PAIM DA SILVA 72343494134
CNPJ: 18.356.153/0001-31

PROCESSO: 13553.720001/2016-35
CONTRIBUINTE: ROSANA AGUIAR ALMEIDA 00180784510
CNPJ: 13.088.816/0001-60

PROCESSO: 13556.720006/2016-38
CONTRIBUINTE: NATANAEL FRANCISCO DE JESUS PAZ 02438834552
CNPJ: 15.429.378/0001-82

PROCESSO: 13552.720010/2016-36
CONTRIBUINTE: MARIA DAS NEVES DA SILVA 14858010520
CNPJ: 14.776.328/0001-09

PROCESSO: 10880.720901/2016-82
CONTRIBUINTE: MARIA VALDETE GALINDO DA SILVA 99482410882
CNPJ: 11.975.457/0001-38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 10219.720005/2016-26
CONTRIBUINTE: SERGIO FAUSTO DE SOUZA 02793624470
CNPJ: 21.883.101/0001-28
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancela a inscrição no Registro Especial para operações com papel imune do estabelecimento da pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, incisos II e VII, do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, e artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações, que trata de Registro Especial a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, declara:

Art. 1º. Cancelada a inscrição no REGISTRO ESPECIAL de papel Imune - nº GP-09203/060 (Gráfica), deferida no ADE DRF/JOA nº 009/2011, de 02/02/2011, da sociedade empresária IMPRIMAX GRÁFICA E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.831.702/0001-81, por opção do contribuinte, por não mais operar com papel imune.

Art 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/JOA nº 009, de 02/02/2011.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no diário Oficial da União

OTTO MARESCH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 788, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Transfere, temporariamente, da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí para a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Rio Grande a competência para a gestão e fiscalização de contratos.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10a REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 314, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista as competências previstas no art. 224 do mesmo Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica temporariamente transferida, até 31/12/2017, da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí para a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Rio Grande, a competência para a gestão e fiscalização dos contratos relativos a serviços, aquisições e obras.

Art. 2º A atual unidade gestora deverá providenciar a sub-rogação dos contratos vigentes para a UG 170182 - Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Rio Grande - até 15/12/2017, nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e do art. 3º da Portaria RFB nº 2.861, de 25 de outubro de 2017.

Parágrafo Único. Incumbe aos atuais gestores, fiscais administrativos e técnicos dos contratos sub-rogados efetuar os atestos nas faturas e nos cronogramas físico-financeiros do SIASG, conforme suas respectivas responsabilidades previstas nas portarias de nomeação, referentes à prestação dos serviços cujo ciclo de faturamento tenha iniciado até 31/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO LORENZI

PORTARIA Nº 789, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Transfere, temporariamente, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre e da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, para a Divisão de Programação de Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal a competência para a gestão e fiscalização de contratos.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10a REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 314, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista as competências previstas no art. 224 do mesmo Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica temporariamente transferida, até 31/12/2017, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre e da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre para a Divisão de Programação de Logística desta Superintendência, a competência para a gestão e fiscalização dos contratos relativos a serviços, aquisições e obras.

Art. 2º As atuais unidades gestoras deverão providenciar a sub-rogação dos contratos vigentes para a UG 170177 - Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal - até 15/12/2017, nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e do art. 3º da Portaria RFB nº 2.861, de 25 de outubro de 2017.

Parágrafo Único. Incumbe aos atuais gestores, fiscais administrativos e técnicos dos contratos sub-rogados efetuar os atestos nas faturas e nos cronogramas físico-financeiros do SIASG, conforme suas respectivas responsabilidades previstas nas portarias de nomeação, referentes à prestação dos serviços cujo ciclo de faturamento tenha iniciado até 31/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO LORENZI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorrogação da habilitação ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro de bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratados por empresas sediadas no exterior.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 da IN SRF nº 513, de 17 de fevereiro de 2015, com redação dada pela IN RFB nº 1512, de 07 de novembro de 2014, e tendo em vista o que consta no processo nº 11050.721284/2014-14, declara:

Art. 1º Fica prorrogado a habilitação ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro aplicado à construção de duas unidades FPSO, identificadas como P-75 e P-77, destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural, concedido à empresa QGI Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 18.321.973/0002-79, localizada na Av. Honório Bicalho, nº 11, Rio Grande/RS, por meio do ADE SRRF10 nº 14, de 07 de outubro de 2014, publicado no DOU em 13/10/2014, e prorrogado por meio do ADE ALF/RGE nº 5, de 25 de maio de 2016, publicado no DOU em 01/06/2016, pelo prazo estabelecido no Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção, que corresponde a 25/10/2018 para a P-75 e 01/02/2019 para a P-77.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do ADE SRRF10 nº 14/2014.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.098, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008171/2017-80 resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP, CNPJ nº 34.655.522/0001-43, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS, CNPB nº 2007.0035-38, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.099, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008172/2017-24, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Oitava Região - AMATRA VII, CNPJ nº 04.572.996/0001-60, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS, CNPB n° 2007.0035-38, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.100, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005469/2017-38 e Documento SEI nº 0086404, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios PBS Tele Celular Sul, CNPB nº 2000.0010-92, administrado pela Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º As alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc, 5 de julho de 2017, por se tratar de Licenciamento Automático, e consoante inciso IX do art. 2º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.101, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000996/2017-56 e Documento SEI nº 0079955 , resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Andritz, CNPB nº 2009.0018-18, administrado pela Multibra Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.105, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011. 008216/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A., CNPJ nº 02.998.301/0001-81, na condição de patrocinadora do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP/ Rio Paranapanema Energia, CNPB nº 1979.0029-83, e a entidade FUNDAÇÃO CESP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 631, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, no valor de R$ 370.825,92 (trezentos e setenta mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59502.000067/2017-92.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 29 de novembro de 2017

Nº 1.750 - Ato de Concentração nº 08700.006533/2017-76. Requerentes: Boa Vista Serviços S.A. e Serasa S.A. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Mariana Tavares de Araújo e Marcos Drummond Malvar. Acolho o Parecer nº 342/2017/CGAA5/SGA1/SG/CADE, de 29 de novembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pelo não conhecimento do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11, e, em consequência ao não conhecimento do mesmo, decido ainda pela perda de objeto do pedido de intervenção de terceiro interessado, formulado pela Gestora de Inteligência de Crédito S.A (representada pela advogadas: Barbara Rosenberg e Patricia Avigni).

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.901, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80699 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2388/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.914, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89897 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0124-94, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.930, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89673 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: C

ONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0148-61, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

210 (duzentas e dez) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.198, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77475 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA SANTA RITA SA ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 45.353.547/0001-09 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2446/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.207, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85942 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 35.290.931/0002-37, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente CENTRAL SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.312.066/0001-30:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.234, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/74689 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0006-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2465/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.282, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88685 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUGE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.211.715/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2457/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.289, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88846 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0009-08, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

320 (trezentas e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.293, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95355 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.576.552/0001-57, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.301, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76757 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SSMCEMAX SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.345.898/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2410/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.306, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/90751 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA., CNPJ nº 08.594.814/0001-03 para atuar no Rio Grande do Norte.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.314, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76137 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0009-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2485/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.249, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76197 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 11.933.418/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2197/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.319, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94525 - DPF/JVE/SC, resolve:

AUTORIZAR a empresa RONDA VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 08.898.828/0001-10, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser RONDA VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI EPP

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.345, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66905 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIARM-SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.451.428/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2027/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.348, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96864 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLUE ANGELS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 01.566.128/0001-80, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

325 (trezentas e vinte e cinco) Munições calibre 38

515 (quinhentas e quinze) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.349, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96869 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLUE ANGELS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 01.566.128/0003-41, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

173 (cento e setenta e três) Munições calibre 38

131 (cento e trinta e uma) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.359, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/37359 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TRUPP SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 26.815.083/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2201/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.365, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96577 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.366, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89059 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FAQUI SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.428.619/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2458/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.367, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91902 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPORTE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.894.429/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2503/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.370, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/87793 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONITEC SEGURANCA ARMADA LTDA, CNPJ nº 05.791.814/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2487/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.371, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91340 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NAJA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.195.437/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2480/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.374, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88834 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.342.688/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2505/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.372, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89753 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IPANEMA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0003-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2425/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.385, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80286 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2234/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.383, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62906 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VIT-SEG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 27.477.849/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2320/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.386, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80531 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PATRULHA SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 26.402.581/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2353/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.388, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89528 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG LIFE GESTAO EM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 13.219.331/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2516/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.401, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75301 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CMACK - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.386.675/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2530/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.406, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83882 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASILITEC SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 24.924.468/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2531/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.410, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88894 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHAGAS & ROCHA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.180.183/0002-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2532/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.413, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89465 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGIACRE VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.939.650/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 2524/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.415, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96202 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLACK FIRE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 19.828.180/0001-22, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
6 (seis) Revólveres calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.419, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/50019 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PLATOON CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 27.849.788/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2101/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 34.003, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL, SUBSTITUTO, DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.004840/2017-24 - CGCSP/DIREX/PF (DELESP/DREX/SR/DPF/SP), resolve:

Cancelar a Autorização concedida por meio do Alvará nº 401, de 14/03/2006, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa RECONSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA ARUJÁ LTDA, CNPJ/MF nº 04.869.534/0001-00, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 193, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Filme: POR QUE VIVEMOS (NAZE IKIRU - RENNYO SHONIN TO YOSHIZAKI, Japão - 2017)
Diretor(es): Hideaki Oba
Distribuidor(es): CIRCUITO CINEARTE LTDA. / ESPAÇO FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.065213/2017-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NÃO CONTE PARA ELA (DON`T TELL HER, Bélgica - 2017)
Produtor(es): Other Angle Pictures
Diretor(es): Solange Cicurel
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.065765/2017-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: O RAPPA - MARCO ZERO (Brasil - 2016)
Produtor(es): Warner Music Brasil
Diretor(es): Lirio Ferreira/Lula Queiroga
Distribuidor(es): WARNER MUSIC BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.066187/2017-72
Requerente: WARNER MUSIC BRASIL LTDA.

Filme: ENCANTADOS (Brasil - 2014)
Produtor(es): Cacá Diniz
Diretor(es): Tizuka Yamazaki
Distribuidor(es): Distribuidora de Filmes S/A. - Riofilme
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.066613/2017-78
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SEM FÔLEGO (WONDERSTRUCK, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Christine Vachon/Pam Koffler/John Sloss
Diretor(es): Todd Haynes
Distribuidor(es): H2O DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.067501/2017-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ALZHEIMER NA PERIFERIA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Malabar Filmes Conteúdo e Arte Ltda
Diretor(es): Albert Klinke
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001371/2017-98
Requerente: MALABAR FILMES CONTEÚDO E ARTE LTDA.

Filme: BARRAGE (Bélgica / França / Luxemburgo - 2017)
Produtor(es): Pol Cruchten/Sébastien Delloye/Jeanne Geiben/Sebastian Schelenz
Diretor(es): Laura Schroeder
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001382/2017-78
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - EPP (PANDORA FILMES)

Filme: CORAÇÃO DE COWBOY (Brasil - 2017)
Produtor(es): Gisleine Pereira/Lucca Bertollini/Priscila Vitelli/Aline Lima
Diretor(es): Gui Pereira
Distribuidor(es): DODO PRODUÇÕES DE FILMES EIRELI - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001392/2017-11
Requerente: GISLEINE PEREIRA

Filme: GABEIRA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Moacyr Goes
Diretor(es): Moacyr Goes
Distribuidor(es): PIPOCA FILMES / GAVEA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001391/2017-69
Requerente: BUFÕES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Série: BETTER CALL SAUL - 3ª TEMPORADA (+ ADICIONAIS) (BETTER CALL SAUL - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2016)
Episódio(s): 01 A 10
Produtor(es): Barbara Nance
Diretor(es): Thomas Schnauz/Colin Bucksey/Adam Bernstein/Vince Gilligan/Peter Gould
Distribuidor(es): SONY PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.059881/2017-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ASSIM É A VIDA (C`EST LA VIE, França - 2017)
Produtor(es): Gaumont/Main Journey
Diretor(es): Olivier Nakache/Eric Toledano
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.065214/2017-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Série: GILMORE GIRLS - 8ª TEMPORADA - UM ANO PARA RECORDAR (GILMORE GIRLS - SEASON 8 - A YEAR IN THE LIFE, Estados Unidos da América - 2016)
Episódio(s): 01 A 04
Produtor(es): Warner Bros. Television
Diretor(es): Amy Sherman-Palladino
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDUSTRIA, COM. E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.063486/2017-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: OLHANDO PARA AS ESTRELAS (Brasil - 2017)
Produtor(es): A.I. Peralta Produções Cinematográficas
Diretor(es): Alexandra Peralta
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067727/2017-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: MOT (Brasil - 2017)
Produtor(es): Cesar Cavalcanti
Diretor(es): Andrew Kastenmeier
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001396/2017-91
Requerente: LUIZ CESAR NUNES CAVALCANTI
Show Musical: CARMINHO E MARISA MONTE - ESTRADA DO SOL (Brasil - 2017)
Produtor(es): Biscoito Fino
Diretor(es): Leticia Saraiva Leão Lima
Distribuidor(es): SARAPUÍ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.064784/2017-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: A ORIGEM DO DRAGÃO (BIRTH OF THE DRAGON, Canadá / Estados Unidos da América / China - 2017)
Produtor(es): Jason Blum
Diretor(es): George Nolfi
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.065574/2017-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: O SONHO DE FRANCISCO (BROTHERHODD, França - 2017)
Produtor(es): Mir Cinematografica
Diretor(es): Renaud Fely
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.065766/2017-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ASSASSINATO NO EXPRESSO DO ORIENTE (MURDER ON THE ORIENT EXPRESS, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Matthew Jenkins
Diretor(es): Kenneth Branagh
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.067280/2017-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: THELMA (Dinamarca / França / Noruega / Suécia - 2017)
Diretor(es): Joachim Trier
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Romance/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Sexo
Processo: 08000.067505/2017-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ACOSSADO (À BOUT DE SOUFFLE, França - 1960)
Produtor(es): Georges de Beauregard
Diretor(es): Jean-Luc Godard
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001406/2017-99
Requerente: ZETA FILMES LTDA.
Conjunto de Episódios: OS TRAPALHÕES (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Fred Mayrine
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.046268/2017-56
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Trailer: UM LUGAR SILENCIOSO (A QUIET PLACE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Michael Bay/John Krasinski
Diretor(es): John Krasinski
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.067729/2017-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: RAMPAGE - DESTRUIÇÃO TOTAL (RAMPAGE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros International
Diretor(es): Brad Peyon
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.067731/2017-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: CORAGEM! AS MUITAS VIDAS DO CARDEAL DOM PAULO EVARISTO ARNS (Brasil - 2016/2017)
Produtor(es): TV Meio Ambiente
Diretor(es): Ricardo Carvalho
Distribuidor(es): TV MEIO AMBIENTE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001358/2017-39
Requerente: RICARDO CARVALHO
Filme: NÃO DEVORE MEU CORAÇÃO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Marina Meliande/Marcos Prado
Diretor(es): Felipe Bragança
Distribuidor(es): TUCUMAN FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001404/2017-08
Requerente: TUCUMÁN DISTRIBUIDORA DE FILMES
Show Musical: PRIMAVERA DAS MULHERES (Brasil - 2017)
Produtor(es): Banda Filmes
Diretor(es): Maria Flor Brazil
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001412/2017-46
Requerente: MFA BRAZIL AUDIOVISUAL - ME

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 194, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:
Título: THE SIMS 4: CÃES E GATOS (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.001334/2017-80
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Título: THE WALKING DEAD MICHONNE (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): TELLTALE
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Ação/Survival Horror
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001377/2017-65
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Título: ILLUSION: A TALE OF THE MIND (Estados Unidos da América - 2017)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Produtor(es): KOCH MEDIA GMBH / DEEP SILVER
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001414/2017-35
Requerente: TANJA NEUMAYER
Título: RIME (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): TEQUILA WORKS
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação/Puzzle
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001435/2017-51
Requerente: NC GAMES & ARCADES CIELFM LTDA
Título: TOUHOU KABUTO: BURST BATTLE (Japão - 2017)
Produtor(es): CUBETYPE
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Luta
Plataforma: Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001437/2017-40
Requerente: NC GAMES & ARCADES CIELFM LTDA
Título: FATE EXTELLA: UMBRAL STAR (Japão - 2016)
Produtor(es): MARVELOUS INTERACTIVE
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001438/2017-94
Requerente: NC GAMES & ARCADES CIELFM LTDA
Título: ACE ROLLER TEXAS HOLD`EM (Reino Unido - 2015)
Produtor(es): MOBILE GAMES HUB
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cassino ou Cartas/Gincana
Plataforma: Telefone Celular/Tablets/Android
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001471/2017-14
Requerente: TEC TOY S/A
Título: FAR FROM NOISE (Reino Unido - 2017)
Produtor(es): GEORGE BATCHELOR LIMITED
Distribuidor(es): SONY PLAYSTATION 4
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Narrative
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001481/2017-50
Requerente: GEORGE BATCHELOR

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 195, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:
Série: CIDADE PROIBIDA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Maurício Farias
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.046265/2017-12
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Programa: EXATHLON BRASIL (ALLSTAR CHALLENGER, Brasil - 2017)
Produtor(es): Acunmedya
Diretor(es): Guillermo Paulo Pendino
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Variedades/Entretenimento
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Nudez e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.050287/2017-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: EDSON & HUDSON - EU E VOCÊ DE NOVO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Universal Music International Ltda./Live Talentos
Diretor(es): Santiago Ferraz
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.065217/2017-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Série: HOMELAND - 6ª TEMPORADA (+ ADICIONAIS) (HOMELAND - SEASON 6, Estados Unidos da América - 2016)
Episódio(s): 01 A 12
Produtor(es): Warner Bros. Television
Diretor(es): Alex Gansa/Howard Gordon
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDUSTRIA, COM. E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Policial
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.065219/2017-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: A VIDA EM ESPERA (WAKEFIELD, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Dominion Pictures
Diretor(es): Robin Swicord
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.065769/2017-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Série: RESSURREIÇÃO (ANO I) (RESURRECTION I, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 08
Produtor(es): Daniel Attias
Diretor(es): Daniel Attias
Distribuidor(es): DISNEY - BUENA VISTA INTERNATIONAL, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.065812/2017-69
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Filme: STAR WARS - OS ÚLTIMOS JEDI (STAR WARS - THE LAST JEDI, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Lucas Film/The Walt Disney Pictures
Diretor(es): Rian Johnson
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Ação/Ficção
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.065947/2017-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: ANDRÉ RIEU - FIESTA MEXICANA (Alemanha - 2011)
Produtor(es): Andre Rieu Productions Holding B.V.
Diretor(es): Andre Rieu
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.065949/2017-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: APENAS UM GAROTO EM NY (THE ONLY LIVING BOY IN NY, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Ron Yerxa/Albert Berger
Diretor(es): Marc Webb
Distribuidor(es): H2O DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.066612/2017-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: DUDA E OS GNOMOS (GNOME ALONE, Canadá - 2017)
Produtor(es): John H. Williams
Diretor(es): Peter Lepeniots
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.066616/2017-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: SUBURBICON - BEM-VINDOS AO PARAÍSO (SUBURBICON, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Black Bear Pictures/Silver Pictues/Smokehouse Pictures
Diretor(es): George Clooney
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Lícitas
Processo: 08000.067502/2017-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: MULTISHOW AO VIVO - CAETANO VELOSO E MARIA GADÚ (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Universal Music
Diretor(es): G Pupo/Fernando Young
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067508/2017-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: TERREMOTO: A FALHA DE SAN ANDREAS - VERSÃO EDITADA (SAN ANDREAS, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Brad Peyton
Diretor(es): Brad Peyton
Distribuidor(es): WARNER BROS INTERNATIONAL TELEVISION DISTRIBUTION, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.067668/2017-03
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Show Musical: MPB4 - O SONHO, A VIDA, A RODA VIVA - 50 ANOS AO VIVO (Brasil - 2017)
Produtor(es): MP,B Produções
Diretor(es): João Mário Linhares
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067906/2017-72
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.
Filme: VOZERIO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Couro de Rato
Diretor(es): Vladimir Seixas
Distribuidor(es): COURO DE RATO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Sexo Explícito , Drogas e Violência
Processo: 08017.001397/2017-36
Requerente: COURO DE RATO EDIÇÃO E PRODUÇÃO
Filme: JOVEM MULHER (JEUNE FEMME, França - 2017)
Produtor(es): Sandra da Fonseca/Bertrand Gore/Nathalie Mesuret
Diretor(es): Léonor Serraille
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001398/2017-81
Requerente: ZETA FILMES LTDA.
Filme: A PRIMEIRA NOITE DE UM HOMEM (THE GRADUATE, Estados Unidos da América - 1967)
Produtor(es): Lawrence Turman/Joseph E. Levine
Diretor(es): Mike Nichols
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001402/2017-19
Requerente: ZETA FILMES LTDA.
Filme: TODOS (Brasil)
Produtor(es): Accorde Films
Diretor(es): Luiz Alberto Cassol/Marilaine Castro da Costa
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001407/2017-33
Requerente: ACCORDE FILMES LTDA
Filme: GRANDES MÉDICOS (Brasil)
Produtor(es): Accorde Filmes
Diretor(es): Luiz Alberto Cassol/Marilaine Castro da Costa
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001409/2017-22
Requerente: ACCORDE FILMES LTDA
Série: GREY`S ANATOMY - 13ª TEMPORADA COMPLETA (GREY`S ANATOMY - SEASON 13, Estados Unidos da América - 2016)
Episódio(s): 01 A 24
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Shonda Rhimes
Distribuidor(es): RIMO ENTERTAINMENT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.063488/2017-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: CAÇADA BRUTAL (FIRST KILL, Canadá - 2017)
Produtor(es): Brookstreet Pictures
Diretor(es): Steven C. Miller
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.065760/2017-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ASSASSINOS MÚLTIPLOS (ACTS OF VENGEANCE, Bulgária - 2017)
Produtor(es): Millennium Media
Diretor(es): Isaac Florentine
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Atos criminosos
Processo: 08000.065763/2017-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: ANDREA BOCELLI - CONCERTO - ONE NIGHT IN CENTRAL PARK (Inglaterra - 2011)
Produtor(es): Sugar SRL
Diretor(es): Andrea Bocelli
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067506/2017-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: A ÓPERA DE PARIS (L`OPÉRA, França / Suíça - 2017)
Produtor(es): Les Films Pelléas
Diretor(es): Jean-Stéphane Bron
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001425/2017-15
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 28 de novembro de 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;
Despacho nº 291/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.001132/2017-38
Programa: "DR. HOLLYWOOD"
Emissora: Rede TV!

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "DR. HOLLYWOOD" com autoclassificação "não recomendado para menores de catorze anos", conforme requerimento protocolado em 25 de agosto de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "DR. HOLLYWOOD" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.
Despacho nº 292/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000863/2011-71
Filme: "E SE DEUS FOSSE O SOL"
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra autoclassificada através de requerimento, recebido em 18 de março de 2011, como "Livre".

CONSIDERANDO que esta Coordenação identificou conteúdo incompatível com a autoclassificação requerida para a obra, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "E SE DEUS FOSSE O SOL" e classificá-la como "não recomendado para menores de dez anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação sempre quando houver a exibição da obra.
Despacho nº 294/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.065419/2017-75
Filme: "EXTRAORDINÁRIO" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: livre
Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de dez anos", referendando-se a classificação outrora atribuída, reiterando a importância para a obra, dos blocos temáticos de violência.
Despacho nº 296/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.010872/2017-44
Filme: "O SOLDADO GENÉTICO"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes SA.

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "O SOLDADO GENÉTICO" com a autoclassificação "não recomendado para menores de doze anos", conforme requerimento protocolado em 22 de setembro de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise da obra não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "O SOLDADO GENÉTICO" e classificá-la como "não recomendado para menores de catorze anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Diário Oficial da União Digital
PRÁTICO, GRATUITO E CERTIFICADO
As edições eletrônicas do Diário Oficial da União, disponibilizadas no sítio da Imprensa Nacional, produzem os mesmos efeito legais que as em papel, pois são certificadas digitalmente por autoridade certificadora integrante da ICP-Brasil.
ICP Brasil
Informações Oficiais
www.in.gov.br

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.258, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017 (*)

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Flamboyant, nova), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Goiás e Município de Aparecida de Goiânia (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III, Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Flamboyant, nova) localizada no Município de Aparecida de Goiânia (GO).

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a serem destinados ao Estado de Goiás e Município de Aparecida de Goiânia (GO), destinados ao custeio da habilitação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia (GO).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0052 (GO) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD.	SIPAR	Gestão	Proposta
GO	Aparecida de Goiânia	520140	9135944	Opção VIII	9 (nove)	82.43	25000.412149/2017-15	Municipal	15794

Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 33, com incorreções no original.

CONSULTA PÚBLICA Nº 110, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.022919/2017-31, interposto pela Associação Hospitalar de Jeceaba (MG), CNPJ nº 17.393.448/0001-15, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido os requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

RICARDO BARROS

CONSULTA PÚBLICA Nº 111, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do Recurso Administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.019979/2017-77, interposto pela ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA/MS, CNPJ nº 03.272.689/0001-00, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), da ora recorrente, pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.072, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Município de Maringá (PR) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Avançado (USA), para a Base Descentralizada, pertencente a Central de Regulação das Urgências, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Maringá (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.714/GM/MS, de 27 de dezembro de 2004, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Maringá (PR);

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Titulo II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Titulo VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo III, art. 57 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publicada no Suplemento ao nº 190 do DOU de 3 de outubro de 2017; e

Considerando o Parecer Técnico nº 166-SEI de 2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Maringá (PR) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Unidade de Suporte Avançado (USA), para a Base Descentralizada, pertencente a Central de Regulação das Urgências, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Maringá (PR), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo, para o Fundo Municipal de Saúde de Maringá (PR).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0041 (PR) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADE MÓVEL

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
PR	Maringá	411520	9090347	01 USA (SAMU 192)	25000.164410/2004-41	Municipal	82.49	13896	R$ 462.000,00
TOTAL/ANO									R$ 462.000,00

PORTARIA Nº 3.073, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica a Central de Regulação das Urgências, Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado, bases descentralizas, pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Palmas (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 1.958/GM/MS, de 3 de dezembro de 2015, que suspende a transferência de recursos financeiros mensais destinados ao custeio de qualificação da Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de Palmas (TO) e suas Unidades Móveis;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 274-SEI/2017, da Coordenação Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS; e

Considerando que o município de Palmas está inserido na Região da Amazônia Legal, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas a Central de Regulação das Urgências, Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado, pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Palmas (TO), e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Palmas (TO), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor conforme descrito no Anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Palmas (TO).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761.0017 (TO) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número da Proposta	Valor anual a ser incorporado
TO	Palmas	172100	6943624	CRU	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 165.438,00
TO	Palmas	172100	3708373	1 USA	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 151.647,60
TO	Palmas	172100	6966950	1 USA	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 151.647,60
TO	Palmas	172100	6968252	1 USB	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 137.186,40
TO	Palmas	172100	6968392	1 USB	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 137.186,40
TO	Palmas	172100	6968996	1 USB	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 137.186,40
TO	Palmas	172100	6969046	1 USB	25000.426916/2017-73	Municipal	82.51	14823	R$ 137.186,40
TOTAL									R$ 1.017.478,80

PORTARIA Nº 3.112, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria n° 1.402/GM/MS, de 7 de junho de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.402/GM/MS, de 7 de junho de 2017, que suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios que não cadastraram ou atualizaram os serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SNCES) ou não alimentaram regularmente o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), nos meses de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º O quarto desbloqueio de que trata esta Portaria restabelece a transferência dos recursos financeiros do Bloco de Vigilância em Saúde, do Componente de Vigilância Sanitária, referente às parcelas 05/2017, 06/2017, 07/2017, 08/2017 aos Municípios constantes dos anexos a esta Portaria que, de acordo com monitoramento realizado em 21 de setembro de 2017, regularizaram as informações no SCNES e SIA/SUS.

Art. 2º Os Recursos Financeiros necessários para a presente Portaria totalizam R$ 93.758,89 (noventa e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), a serem custeados com dotações orçamentárias constantes do Programa de Governo "Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS" nas seguintes unidades orçamentárias:

I - Fundo Nacional de Saúde (FNS): no montante de R$ 74.447,09 (setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e nove centavos), na Ação Orçamentária 10.304.2015.20AB "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária"; e

II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): no montante de R$ 19.311,80 (dezenove mil trezentos e onze reais e oitenta centavos) na Ação Orçamentária 10.304.2015.8719 "Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I Municípios regularizados quanto ao SCNES - monitoramento em 21 de setembro de 2017	
RIO GRANDE DO NORTE	Cód IBGE
Messias Targino*	240760
TOTAL	1

* o município permanece bloqueado no Sia/SUS

ANEXO II Municípios regularizados quanto ao SIA/SUS - monitoramento em 21 de setembro de 2017	
BAHIA	Cód IBGE
Correntina	290930
TOTAIS	1

CEARÁ	Cód IBGE
Mucambo	230900
TOTAIS	1

MARANHÃO	Cód IBGE
Boa Vista do Gurupi	210197
São Domingos do Maranhão	211070
São João Batista	211100
TOTAIS	3

MINAS GERAIS	Cód IBGE
Fruta de Leite	312707
TOTAIS	1

PARAÍBA	Cód IBGE
Cajazeiras	250370
TOTAIS	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PARANÁ	Cód IBGE
Manoel Ribas	411450
TOTAIS	1

RIO GRANDE DO NORTE	Cód IBGE
Jandaíra	240510
São Gonçalo do Amarante	241200
TOTAIS	2

RIO GRANDE DO SUL	Cód IBGE
Bom Jesus	430230
Cerro Grande do Sul	430517
Fontoura Xavier	430830
Turuçu	432232
TOTAIS	4

SÃO PAULO	Cód IBGE
Águas de Santa Bárbara	350055
Taciba	355290
TOTAIS	2

TOTAL BRASIL	16

PORTARIA Nº 3.116, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Município de Fortaleza (CE) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU), Regional de Fortaleza (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 2.207/GM/MS, de 31 de agosto de 2017, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Fortaleza (CE).

Considerando o Titulo II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Titulo VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 61-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Fortaleza (CE) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU), Regional de Fortaleza (CE), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza (CE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0023 (CE) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADE MÓVEL (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Proposta	Código	Valor anual a ser incorporado
CE	Fortaleza	230440	7929935	01 USB	25000.060893/2017-20	Municipal	10197	82.50	R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 3.117, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica Unidades de Suporte Básico (USB, dos Municípios de Lucena, Gurinhém, Bananeiras, Jacaraú e Caiçara (PB), pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB), e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 20 de julho de 2004, que habilita a Central de Regulação das Urgências (CRU) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Município de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 337/GM/MS, de 28 de fevereiro de 2012, que habilita o Município de Lucena a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do SAMU 192 ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 620/GM/MS, de 5 de abril de 2012, que habilita o Município de Gurinhém a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do SAMU 192 ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 1.033/GM/MS, de 24 de maio de 2012, que habilita o Município de Bananeiras a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do SAMU 192 ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 410/GM/MS, de 8 de março de 2012, que habilita o Município de Jacaraú a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do SAMU 192 ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 418/GM/MS, de 12 de março de 2012, que habilita o Município de Caiçara a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do SAMU 192 ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB);

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 467-SEI/2017-CGUE/DAHU/SAS/, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) dos Municípios de Lucena, Gurinhém, Bananeiras, Jacaraú e Caiçara (PB), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) pertencentes a Central de Regulação das Urgências de João Pessoa (PB), e autoriza a transferência de incentivo de custeio aos Fundos Municipais de Saúde dos Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0025 (PB) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADES MÓVEIS

UF	Município	IBGE	CNES	USB	NUP	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
PB	Lucena	250860	6948030	01	25000.449155/2017-28	Municipal	82.51	17332	R$ 105.528,00
PB	Gurinhém	250640	6972764	01	25000.449155/2017-28	Municipal	82.51	17539	R$ 105.528,00
PB	Bananeiras	250150	6910327	01	25000.449155/2017-28	Municipal	82.51	17253	R$ 105.528,00
PB	Jacaraú	250730	6945449	01	25000.449155/2017-28	Municipal	82.51	17733	R$ 105.528,00
PB	Caiçara	250360	6997708	01	25000.449155/2017-28	Municipal	82.51	17310	R$ 105.528,00
TOTAL/	ANUAL								R$ 527.640,00

PORTARIA Nº 3.118, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica a Central de Regulação de Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), dos Municípios de São José dos Campos (SP), Caçapava (SP), Jacareí (SP) e Jambeiro (SP), pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional São José dos Campos (SP) e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192 na tabela de incentivos do CNES e exclui habilitações da tabela de Habilitações do CNES;

Considerando a Portaria nº 3.338/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que habilita o Município de São José dos Campos (SP), a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), bases descentralizadas de Caçapava (SP), Jacareí (SP) e Jambeiro (SP), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 403-SEI 0695621/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas a Central de Regulação de Urgências de São José dos Campos (SP), 13 (treze) Unidades de Suporte Básico (USB) e 3 (três) Unidades de Suporte Avançado (USA), dos Municípios de São José dos Campos (SP), Caçapava (SP) e Jacareí (SP) e Jambeiro (SP) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) pertencentes a Central de Regulação das Urgências da Regional São José dos Campos (SP), e autoriza a transferência de incentivo de custeio aos Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, para os respectivos Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0035 (SP) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

QUALIFICAÇÃO DE CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS E UNIDADES MÓVEIS

UF	Município	IBGE	CNES	CRU	USB	USA	SIPAR	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	São José dos Campos	354990	7595778	1			25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 271.488,00
SP	São José dos Campos	354990	7595824		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7650442		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7595840		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7667167		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7595859		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7595794		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7595808		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	São José dos Campos	354990	7932588			1	25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 116.652,00
SP	São José dos Campos	354990	7932561			1	25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 116.652,00
SP	Caçapava	350850	7853556		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	Caçapava	350850	7853548		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	Jacareí	352440	7856431		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	Jacareí	352440	7856148		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	Jacareí	352440	7856415		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
SP	Jacareí	352440	7856423			1	25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 116.652,00
SP	Jambeiro	352490	7896174		1		25000.442167/2017-21	Municipal	82.51	16868	R$ 105.528,00
TOTAL											R$ 1.993.308,00

PORTARIA Nº 3.119, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Município de Cachoeiras de Macacu (RJ) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade de Suporte Básico (USB), base descentralizada da Central de Regulação de Urgências Regional de Petrópolis destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 461-SEI de 2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o Município de Cachoeiras de Macacu (RJ) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à uma (1) Unidade de Suporte Básico (USB), base descentralizada da Central de Regulação de Urgências Regional de Petrópolis destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e autoriza a transferência de incentivo financeiro de custeio mensal ao Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu (RJ), conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria para o Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu (RJ).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0033 (RJ) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	NUP SEI	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
RJ	Cachoeiras de Macacu	330080	9208097	01 USB	25000.449528/2017-61	Municipal	82.50	15064	R$ 157.500,00
Total Anual									R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 3.120, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica Unidades de Suporte Básico e Unidade de Suporte Avançado dos Municípios de Angelim (PE), Bom Conselho (PE), Caetés (PE), Capoeiras (PE), Garanhuns (PE), Jataúba (PE), Jupi (PE), Lagoa do Ouro (PE), Panelas (PE), Paranatama (PE), Saloá (PE), São João (PE) e Taquaritinga do Norte (PE) pertencentes a Central de Regulação das Urgências do SAMU 192 Regional do Agreste no Município de Caruaru (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.144/GM/MS, de 17 de dezembro de 2009 que habilita municípios a receber unidades de suporte básico ou avançado destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Regional de Caruaru (PE);

Considerando a Portaria nº 46/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 2.536/GM/MS de 8 de novembro de 2012 que redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências Regional Agreste Caruaru (PE) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 464-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas as Unidades de Suporte Básico e Unidade de Suporte Avançado dos Municípios de Angelim (PE), Bom Conselho (PE), Caetés (PE), Capoeiras (PE), Garanhuns (PE), Jataúba (PE), Jupi (PE), Lagoa do Ouro (PE), Panelas (PE), Paranatama (PE), Saloá (PE), São João (PE) e Taquaritinga do Norte (PE), pertencentes a Central de Regulação das Urgências do SAMU 192 Regional do Agreste no Município de Caruaru (PE), e autoriza a transferência de custeio mensal, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme anexo a esta Portaria, para os Fundos Municipais de Saúde de Angelim (PE), Bom Conselho (PE), Caetés (PE), Capoeiras (PE), Garanhuns (PE), Jataúba (PE), Jupi (PE), Lagoa do Ouro (PE), Panelas (PE), Paranatama (PE), Saloá (PE), São João (PE) e Taquaritinga do Norte (PE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0026 (PE) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	SCNES	Descrição	NUP SEI	Gestão	Código	Número da Proposta	Valor anual a ser incorporado
PE	Angelim	2601003	7261446	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	12937	R$ 105.528,00
PE	Bom Conselho	2602100	7253613	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7641	R$ 105.528,00
PE	Caetes	2603207	7260202	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	12373	R$ 105.528,00
PE	Capoeiras	2603801	7253354	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7777	R$ 105.528,00
PE	Garanhuns	2606002	7248202 7248245	1 USA 1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7722	R$ 222.180,00
PE	Jataúba	2608008	5580412	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	17792	R$ 105.528,00
PE	Jupi	2608305	7261489	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7778	R$105.528,00
PE	Lagoa do Ouro	2608602	7243944	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	12368	R$105.528,00
PE	Panelas	2610202	7262434	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	8911	R$105.528,00
PE	Paranatama	2610301	7260474	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7773	R$105.528,00
PE	Saloá	2612307	7262213	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	8106	R$105.528,00
PE	São João	2613206	7257430	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7749	R$105.528,00
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	6503381	1 USB	25000.199160/2016-01	Municipal	82.51	7918	R$ 105.528,00
								Total	R$ 1.488.516,00

PORTARIA Nº 3.121, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita Centro de Atenção Psicossocial e estabelece recurso do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Mairinque.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 3º e o Capítulo I do Anexo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, a qual consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título I e a seção III do Capítulo III, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, a qual consolida as normas sobre financiamento e as transferências dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - SAS/MS, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial a seguir relacionado, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS:

UF	MUNICÍPIO	Código do IBGE	Tipo	CNES	Plano Interno	CNPJ	Gestão	Número da Proposta SAIPS
SP	MAIRINQUE	352840	CAPS I	9088318	RSM-RSME	11.472.723/0001- 00	MUNICIPAL	13732

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 339.660,00 (trezentos e trinta e nove mil e seiscentos e sessenta reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Mairinque.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Mairinque, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 000F.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.122, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica 2 (duas) Unidades de Suporte Básico (USB) e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), no Município de Simões Filho (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 341/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2010, que habilita 2 (duas) Unidades de Suporte Básico de Vida - USB e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado de Vida - USA, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Município de Simões Filho (BA), pertencente à Central de Regulação das Urgências - CRU Regional de Salvador (BA) e autoriza a transferência de custeio;

Considerando o Título II do anexo III da Portaria de Consolidação nº3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II do título VIII, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do sistema único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 455-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas 2 (duas) Unidades de Suporte Básico (USB) e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes ao Município de Simões Filho (BA).

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Simões Filho (BA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0029 (BA) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	SCNES	Descrição	NUP SEI	Gestão	Código	Número da Proposta	Valor anual a ser incorporado
BA	Simões Filho/BA	293070	7254709	1 USB	25000.448779/2017-28	Municipal	82.51	17785	R$ 105.528,00
			7254660	1 USB			82.51		R$ 105.528,00
			7254687	1 USA			82.51		R$ 116.652,00
	TOTAL/ ANO								R$ 327.708,00

PORTARIA Nº 3.123, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita os Municípios de Alto Santo (CE), Boa Viagem (CE), Canindé (CE), Jaguaruana (CE), Quixeramobim (CE), Itapipoca (CE), Tabuleiro do Norte (CE), Caucaia (CE) e Maracanaú (CE) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidades de Suporte Básico (USB), Unidade de Suporte Avançado (USA) e motolâncias, bases descentralizadas da Regional de Eusébio (CE), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 382-SEI/2017-CGUE/DAHU/SAS/MS, 0637478, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Alto Santo (CE), Boa Viagem (CE), Canindé (CE), Jaguaruana (CE), Quixeramobim (CE), Itapipoca (CE), Tabuleiro do Norte (CE), Caucaia (CE) e Maracanaú (CE) a receberem incentivo financeiro de custeio, referente à Unidades de Suporte Básico (USB), Unidade de Suporte Avançado (USA) e motolâncias, bases descentralizadas da Regional de Eusébio-CE, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e autoriza a transferência de incentivo financeiro de custeio mensal ao Fundo Estadual de Saúde do Ceará, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria para o Fundo Estadual de Saúde de Ceará.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0023 (CE) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
CE	Alto Santo	230070	7676999	01 USB	25000.107865/2012-79	Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Boa Viagem	230240	7677014	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Canindé	230280	7677049	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Canindé	230280	7677057	01 USA		Estadual	82.49	11425	R$ 462.000,00
CE	Caucaia	230370	7196229	01 Motolância		Estadual	82.48	12672	R$ 84.000,00
CE	Itapipoca	230640	7195893	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Itapipoca	230640	7195958	01 USA		Estadual	82.49	11425	R$ 462.000,00
CE	Jaguaruana	230700	7677170	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Maracanaú	230765	7196210	01 Motolância		Estadual	82.48	12672	R$ 84.000,00
CE	Quixeramobim	231140	7677324	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
CE	Quixeramobim	231140	7677316	01 USA		Estadual	82.49	11425	R$ 462.000,00
CE	Tabuleiro do Norte	231310	7677375	01 USB		Estadual	82.50	11357	R$ 157.500,00
Total									R$ 2.656.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.124, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico do Município de Santo Antônio do Jardim (SP), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São João da Boa Vista (SP), e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 2.199/GM/MS, de 3 de outubro de 2014, que habilita o Município de Santo Antônio do Jardim (SP) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de São João da Boa Vista (SP);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.180381/2012-74, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Município de Santo Antônio do Jardim (SP), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São João da Boa Vista (SP), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Munícipio, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Jardim (SP).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0035 (SP) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADE MÓVEL (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	USB	SIPAR	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	Santo Antônio do Jardim	354810	7015364	01	25000.180381/2012-74	Municipal	82.50	5866	R$ 105.528,00
TOTAL/ANUAL									R$ 105.528,00

PORTARIA Nº 3.128, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o CAPI - Centro de Anatomia Patológica e Imunohistoquimica como Laboratório de Exames Citopatológicos do Colo do Útero, Tipo I e estabelece recursos ao Laboratório de Exames Citopatológicos do Colo do Útero, no Estado de Santa Catarina e Município de Joinville (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção II, Capítulo V do Anexo IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero (QualiCito) no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;

Considerando a Seção IX, Título III, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do incentivo financeiro de custeio da Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero (QualiCito); e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde, do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o CAPI - Centro de Anatomia Patológica e Imunohistoquimica, CNES 2521377, IBGE 420910, localizado em Joinville (SC), como Laboratório de Exames Citopatológicos do Colo do Útero, Tipo I.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos, de forma regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Joinville (SC), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 3º Fica estabelecido que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC - Plano Orçamentário 0008 - Controle do Câncer.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2017.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.137, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Tracuateua (PA), Regional Macro Nordeste de Capanema (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.260/GM/MS, de 2 de outubro de 2012, que habilita o Município de Tracuateua (PA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional Macro Nordeste de Capanema (PA) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando o Anexo III, Título II, Art. 924 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que se enquadram no art. 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192); e

Considerando a Nota Técnica nº 52-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Tracuateua (PA), Regional Macro Nordeste de Capanema (PA), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará as medidas necessárias para que o Fundo Municipal de Saúde de Tracuateua (PA) proceda à devolução do repasse do incentivo de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	Descrição	CNES	Período referenciado:	Valor mensal do repasse do custeio a ser suspenso
PA	Tracuateua	01 USB	7072023	Setembro de 2017 (até cancelamento do envio do recurso)	R$ 17.062,50
TOTAL					R$ 17.062,50

PORTARIA Nº 3.143, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde dos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS e os arts. 431 a 455 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;

Considerando a Portaria n° 47/SVS/MS, de 3 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria n° 2.149/GM/MS, de 28 de agosto de 2017 que suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência dos recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira de setembro de 2017, dos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de novembro de 2017, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
AM	130406	Tabatinga
ES	320180	Divino de São Lourenço
MG	310680	Bias Fortes
MG	312100	Datas
MG	316260	São João do Oriente
MG	316410	São Pedro do Suaçuí
MT	510050	Alto Paraguai
MT	510617	Nova Nazaré
PI	220005	Acauã
PI	220400	Francinópolis
RJ	330185	Guapimirim
RN	241105	Tibau
SP	350490	Bananal

PORTARIA Nº 3.158 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Viana, Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria Consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira novembro de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Viana (MA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as Equipes da Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) Equipe de Saúde da Família e 1 (uma) Equipe de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.159, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da UBS Rogério Gustavo Rezende Angola e habilita o Centro de Especialidades Odontológica (CEO), ambos com sede em Betim (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XIV e os artigos 579 a 595 da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os Anexos I, II e XL e os artigos 202 a 221 da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.993/GM/MS, de 25 de agosto de 2006, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Betim (MG); e

Considerando a alteração promovida pelos gestores municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
MG	310670	BETIM	UBS ROGERIO GUSTAVO REZENDE ANGOLA	2125919	Municipal	II

Art. 2º Fica habilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
MG	310670	BETIM	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS CEO	9321950	Municipal	II

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.160, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria n° 778/GM/MS, de 9 de maio de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 778/GM/MS, de 9 de maio de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Deliberação da nº 2.489/CIB-SUS/MG, de 17 de maio de 2017, e a manifestação formal da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência do Município de Diamantina (MG), quanto à solicitação de mudança do tipo de gestão do serviço resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A gestão do Centro Especializado em Reabilitação Nossa Senhora da Saúde (CNES: 7406444), constante no Anexo da Portaria n° 778/GM/MS, de 9 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 89, de 9 de maio de 2013, Seção 1 página 45, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ	Estabelecimento	Código da Habilitação	Tipo	Modalidade	Tipo de Gestão	Valor Anual
MG	Diamantina	312160	7406444	20.081.238/0001-04	Centro Especializado em Reabilitação Nossa Senhora da Saúde	22.08, 22.09, 22.10 e 22.11	CER IV	Auditiva, Física, Intelectual e Visual	Municipal	4.140.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.161, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita e habilita Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) no Município de São José - SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.192/GM/MS, de 8 de outubro de 2004, que habilita Centros de Especialidades Odontológicas a receberem os incentivos financeiros destinados à implantação e ao custeio mensal das ações destes serviços;

Considerando o Anexo XIV e os art. 579 a 595 da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os Anexos I, II e XL e os art. 202 a 221 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências; e

Considerando a alteração promovida pelos gestores municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde descrita a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
SC	421660	SÃO JOSÉ	POLICLÍNICA MUNICIPAL DE CAMPINAS	2663740	Municipal	II

Art. 2º Fica habilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade de Saúde descrita a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
SC	421660	SÃO JOSÉ	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	9009957	Municipal	II

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.162 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria n° 1.081/GM/MS, de 5 de junho de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 778/GM/MS, de 9 de maio de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Deliberação da CIB-SUS/MG nº 2.489, de 17 de maio de 2017, e a manifestação formal da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência do Município de Diamantina (MG), quanto à solicitação de mudança do tipo de gestão do serviço resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de gestão da Oficina Ortopédica Fixa do Centro Especializado em Reabilitação Nossa Senhora da Saúde (CNES: 7406444), constante no Anexo da Portaria nº 1.081/GM/MS, de 05 de junho de 2013 que passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ	Estabelecimento	Código de incentivo	Tipo	Modalidade	Tipo de Gestão	Valor Anual
MG	Diamantina	312160	7406444	20.081.238/0001-04	Oficina Ortopédica Fixa do Centro Especializado em Reabilitação Nossa Senhora da Saúde	8234	Oficina Ortopédica	Fixa	Municipal	648.000,00

Parágrafo único. A partir da publicação desta Portaria o incentivo financeiro mensal referente ao custeio da Oficina Ortopédica Fixa do Centro Especializado em Reabilitação Nossa Senhora da Saúde (R$ 648.000,00), deverá ser depositado no teto do Fundo Municipal de Saúde de Diamantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.163, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), dos Municípios com ausência de alimentação do SISAB.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 4º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde:

Considerando a Portaria nº 534/SAS/MS, de 23 de junho de 2015, que altera o anexo da Portaria nº 14/SAS/MS, de 7 de janeiro de 2014, que institui os prazos para o envio da base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando a Portaria nº 97/GM/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2017;

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica e a responsabilidade pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a ausência de alimentação, por três meses consecutivos, relativo aos meses de, fevereiro, março e abril de 2017, do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira maio de 2017, a transferência de incentivos financeiros referente ao número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB), dos municípios relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO I					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AC	120013	BUJARI	15	2	2	0	0
AC	120030	FEIJÓ	0	0	0	1	0
AC	120040	RIO BRANCO	54	1	0	0	1
TOTAL		3	69	3	2	1	1
		ANEXO II					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	1	0	0	0	0
AL	270260	FEIRA GRANDE	0	0	0	1	0
TOTAL		2	1	0	0	1	0
		ANEXO III					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AM	130255	MANAQUIRI	0	0	0	1	0
AM	130260	MANAUS	10	0	0	0	0
TOTAL		2	10	0	0	1	0
		ANEXO IV					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
BA	290320	BARREIRAS	18	1	0	1	0
BA	290485	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	5	1	1	0	0
BA	290520	CAETITÉ	2	0	0	0	0
BA	290570	CAMAÇARI	20	0	0	0	0
BA	290650	CANDEIAS	5	0	0	0	0
BA	290660	CANDIBA	10	2	0	0	0
BA	290720	CASA NOVA	0	0	0	1	0
BA	291230	IBICUÍ	0	0	0	1	0
BA	291670	ITAQUARA	0	0	0	1	0
BA	291733	IUIÚ	0	0	0	1	0
BA	291735	JABORANDI	0	0	0	1	0
BA	291750	JACOBINA	25	0	0	0	0
BA	291840	JUAZEIRO	11	2	0	0	0
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	3	0	0	1	0
BA	292020	MALHADA	1	0	0	0	0
BA	292220	MUNIZ FERREIRA	1	0	0	0	0
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0	0	0	1	0
BA	292820	SANTANA	0	0	0	1	0
BA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	0	0	0	1	0
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0	0	0	1	0
BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	0	0	0	1	0
TOTAL		21	101	6	1	12	0
		ANEXO V					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
CE	230080	ANTONINA DO NORTE	0	0	0	1	0
CE	230180	BAIXIO	0	0	0	1	0
CE	230195	BARREIRA	0	0	0	1	0
CE	230370	CAUCAIA	22	3	3	0	0
CE	230440	FORTALEZA	28	2	0	3	0
CE	230495	GUAIÚBA	18	4	4	1	0
CE	230500	GUARACIABA DO NORTE	57	11	3	1	0
CE	230763	MADALENA	0	0	0	1	0
CE	230880	MORAÚJO	0	0	0	1	0
CE	230970	PACATUBA	2	1	0	0	0
CE	231180	RUSSAS	1	0	0	0	0
TOTAL		11	128	21	10	10	0
		ANEXO VI					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
ES	320013	ÁGUIA BRANCA	5	1	1	0	0
ES	320040	ANCHIETA	0	0	0	1	0
ES	320080	BAIXO GUANDU	0	0	0	1	0
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	17	2	0	0	0
ES	320100	BOA ESPERANÇA	0	0	0	1	0
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	5	1	0	0	0
ES	320140	CASTELO	0	0	0	1	0
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0	0	0	1	0
ES	320230	GUAÇUÍ	4	0	0	0	0
ES	320335	MARILÂNDIA	0	0	0	1	0
ES	320380	MUQUI	0	0	0	1	0
ES	320420	PIÚMA	38	7	0	0	0
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	27	4	3	0	0
ES	320490	SÃO MATEUS	33	0	0	0	0
ES	320510	VIANA	0	2	0	0	0
TOTAL		16	129	17	4	8	0
		ANEXO VII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
GO	520050	ALOÂNDIA	0	0	0	1	0
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	3	0	0	0	0
GO	520145	APARECIDA DO RIO DOCE	0	0	0	1	0
GO	520170	ARAGARÇAS	4	0	0	0	0
GO	520310	BALIZA	10	2	2	1	0
GO	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS	6	1	0	0	0
GO	520490	CAMPOS BELOS	9	1	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520495	CAMPOS VERDES	1	0	0	0	0
GO	520552	COLINAS DO SUL	0	0	0	1	0
GO	520750	ESTRELA DO NORTE	0	0	0	1	0
GO	520800	FORMOSA	0	0	0	2	0
GO	520970	HIDROLÂNDIA	0	0	0	1	0
GO	521010	IPAMERI	0	0	0	1	0
GO	521020	IPORÁ	0	0	0	1	0
GO	521130	ITARUMÃ	0	0	0	1	0
GO	521170	JANDAIA	0	0	0	1	0
GO	521375	MONTIVIDIU	9	1	1	0	0
GO	521385	MORRO AGUDO DE GOIÁS	5	1	1	0	0
GO	521525	NOVO PLANALTO	10	2	2	1	0
GO	521570	PALMEIRAS DE GOIÁS	0	0	0	1	0
GO	521800	PORANGATU	5	0	0	0	0
GO	522160	URUAÇU	0	0	0	1	0
GO	522170	URUANA	6	1	1	1	0
GO	522205	VICENTINÓPOLIS	0	0	0	1	0
TOTAL		24	68	9	7	17	0

ANEXO VIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MA	210083	APICUM-AÇU	3	0	0	1	0
MA	210200	BOM JARDIM	2	0	0	0	0
MA	210735	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	1	0	0	0	0
MA	210840	PERI MIRIM	8	1	1	0	0
MA	211065	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	0	0	0	1	0
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0	0	0	1	0
MA	211300	VITORINO FREIRE	2	0	0	0	0
TOTAL		7	16	1	1	3	0

ANEXO IX

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MG	310170	ALMENARA	7	1	0	0	0
MG	310210	ALTO RIO DOCE	5	0	0	0	0
MG	310280	ANDRELÂNDIA	0	0	0	1	0
MG	310340	ARAÇUAÍ	6	1	1	0	0
MG	310350	ARAGUARI	8	1	0	0	0
MG	310445	ARICANDUVA	0	0	0	1	0
MG	310610	BELMIRO BRAGA	9	1	1	0	0
MG	310850	BOTUMIRIM	9	2	0	1	0
MG	311300	CARAÍ	1	1	0	0	0
MG	311360	CAREAÇU	4	1	0	0	0
MG	311530	CATAGUASES	1	0	0	0	0
MG	311590	CHÁCARA	0	0	0	1	0
MG	311850	CONSOLAÇÃO	4	1	0	0	0
MG	311860	CONTAGEM	0	0	0	2	0
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	7	1	1	0	0
MG	311960	CORONEL PACHECO	6	1	0	0	0
MG	312087	CURRAL DE DENTRO	5	1	0	0	0
MG	312120	DELFINÓPOLIS	1	0	0	0	0
MG	312360	ELÓI MENDES	34	5	4	1	0
MG	313010	IGARAPÉ	0	0	0	1	0
MG	313370	ITATIAIUÇU	1	0	0	0	0
MG	313380	ITAÚNA	1	0	0	0	0
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	4	0	0	0	0
MG	313800	LARANJAL	0	0	0	1	0
MG	313840	LEOPOLDINA	0	1	1	0	0
MG	313900	MACHADO	1	0	0	0	0
MG	314010	MARILAC	0	0	0	1	0
MG	314070	MATEUS LEME	0	0	0	1	0
MG	314080	MATIAS BARBOSA	9	0	0	0	0
MG	314110	MATOZINHOS	15	3	0	0	0
MG	314340	MONTE SIÃO	2	1	0	0	0
MG	314675	PALMÓPOLIS	0	0	0	1	0
MG	314770	PASSA TEMPO	8	1	0	0	0
MG	314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	0	0	0	1	0
MG	315200	POMPÉU	1	0	0	0	0
MG	315410	RECREIO	0	0	0	1	0
MG	315780	SANTA LUZIA	4	1	0	0	0
MG	315810	SANTA MARIA DO SALTO	0	0	0	1	0
MG	315890	SANTANA DO MANHUAÇU	0	0	0	1	0
MG	316070	SANTOS DUMONT	0	1	0	0	0
MG	316095	SÃO DOMINGOS DAS DORES	12	2	2	0	0
MG	316255	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU	23	4	4	0	0
MG	316280	SÃO JOÃO EVANGELISTA	9	0	0	0	0
MG	316560	SENADOR CORTES	5	1	1	0	0
MG	316810	TAPIRA	10	1	0	0	0
MG	317020	UBERLÂNDIA	11	0	0	0	0
TOTAL		46	223	33	15	16	0

ANEXO X

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MS	500080	ANAURILÂNDIA	0	0	0	1	0
MS	500215	BODOQUENA	7	1	0	0	0
MS	500270	CAMPO GRANDE	256	0	0	0	0
MS	500295	CHAPADÃO DO SUL	1	0	0	0	0
MS	500320	CORUMBÁ	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500380	FÁTIMA DO SUL	0	0	0	1	0
MS	500400	GLÓRIA DE DOURADOS	4	1	0	0	0
MS	500440	INOCÊNCIA	3	1	1	0	0
MS	500460	ITAQUIRAÍ	0	0	0	1	0
MS	500500	JARDIM	7	2	2	0	0
MS	500520	LADÁRIO	0	0	0	1	0
MS	500540	MARACAJU	3	0	0	1	0
MS	500635	PARANHOS	5	0	0	0	0
MS	500690	PORTO MURTINHO	0	0	0	1	0
MS	500720	RIO BRILHANTE	0	0	0	1	0
MS	500750	ROCHEDO	0	0	0	1	0
MS	500800	TERENOS	0	0	0	1	0
MS	500830	TRÊS LAGOAS	2	0	0	0	0
MS	500840	VICENTINA	0	0	0	1	0
TOTAL		19	288	5	3	11	0
		ANEXO XI					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MT	510030	ALTO ARAGUAIA	0	0	0	1	0
MT	510120	ARAGUAINHA	3	1	1	0	0
MT	510125	ARAPUTANGA	12	0	0	0	0
MT	510268	CAMPOS DE JÚLIO	0	1	0	0	0
MT	510345	DENISE	0	0	0	1	0
MT	510370	FELIZ NATAL	1	0	0	0	0
MT	510420	GUIRATINGA	0	0	0	1	0
MT	510500	JAURU	7	1	1	0	0
MT	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	5	0	0	0	0
MT	510623	NOVA OLÍMPIA	5	0	0	0	0
MT	510626	NOVO MUNDO	1	0	0	0	0
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	1	0	0	0	0
MT	510685	PORTO ESTRELA	5	1	0	0	0
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0	0	0	1	0
MT	510760	RONDONÓPOLIS	15	2	0	0	0
MT	510779	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	0	0	0	1	0
MT	510792	SORRISO	2	0	0	0	0
TOTAL		17	57	6	2	5	0
		ANEXO XII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PA	150060	ALTAMIRA	5	0	0	0	0
PA	150120	BAIÃO	1	0	0	1	0
PA	150140	BELÉM	36	6	0	0	0
PA	150180	BREVES	12	0	0	0	0
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	1	0	0	0
PA	150360	ITAITUBA	7	0	0	0	0
PA	150440	MARAPANIM	9	1	1	0	0
PA	150495	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	4	0	0	0	0
PA	150550	PARAGOMINAS	6	0	0	0	0
PA	150746	SÃO JOÃO DA PONTA	6	1	0	0	0
PA	150820	VIGIA	32	0	0	1	0
TOTAL		11	122	9	1	2	0
		ANEXO XIII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PB	250400	CAMPINA GRANDE	12	1	0	2	1
PB	250905	MARCAÇÃO	1	0	0	0	0
PB	251070	PASSAGEM	0	0	0	1	0
PB	251330	SANTA HELENA	12	2	2	0	0
PB	251455	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	0	0	0	1	0
TOTAL		5	25	3	2	4	1
		ANEXO XIV					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PE	260020	AFRÂNIO	1	0	0	0	0
PE	260130	BARRA DE GUABIRABA	1	0	0	0	0
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	5	1	0	0	0
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	64	13	6	2	0
PE	260300	CABROBÓ	5	0	0	0	0
PE	260345	CAMARAGIBE	5	0	0	0	1
PE	260620	GOIANA	12	3	2	4	0
PE	261070	PAULISTA	2	0	0	0	0
PE	261160	RECIFE	0	7	0	0	0
PE	261290	SÃO BENEDITO DO SUL	0	0	0	1	0
PE	261550	TRACUNHAÉM	1	0	0	0	0
PE	261650	XEXÉU	6	1	1	0	0
TOTAL		12	102	25	9	7	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO XV					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PI	220390	FLORIANO	0	0	0	1	0
PI	220465	ILHA GRANDE	0	0	0	1	0
PI	220551	JUAZEIRO DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220620	MIGUEL ALVES	0	0	0	1	0
PI	220660	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220800	PICOS	2	0	0	0	0
TOTAL		6	2	0	0	5	0
		ANEXO XVI					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	5	1	0	0	0
PR	410070	ALTO PIQUIRI	4	1	1	0	0
PR	410110	ANDIRÁ	2	1	0	0	0
PR	410160	ARAPOTI	1	0	0	0	0
PR	410260	BARRACÃO	2	0	0	0	0
PR	410322	BOM SUCESSO DO SUL	0	0	0	1	0
PR	410442	CANDÓI	6	1	0	0	0
PR	410580	COLOMBO	1	0	0	0	0
PR	410685	CRUZMALTINA	0	0	0	1	0
PR	410765	FAZENDA RIO GRANDE	9	1	0	0	0
PR	410785	FLOR DA SERRA DO SUL	0	0	0	1	0
PR	410865	GOIOXIM	0	0	0	1	0
PR	410940	GUARAPUAVA	2	0	0	0	0
PR	411000	IGUARAÇU	0	0	0	1	0
PR	411030	INAJÁ	0	0	0	1	0
PR	411125	ITAPERUÇU	1	0	0	1	0
PR	411190	JAGUAPITÃ	0	0	0	1	0
PR	411230	JAPIRA	1	0	0	0	0
PR	411275	JESUÍTAS	1	0	0	0	0
PR	411300	JUSSARA	0	0	0	1	0
PR	411310	KALORÉ	0	0	0	1	0
PR	411575	MAUÁ DA SERRA	0	0	0	1	0
PR	411680	NOVA CANTU	0	0	0	1	0
PR	411695	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	0	0	0	1	0
PR	411750	PAIÇANDU	8	2	0	0	0
PR	411810	PARANACITY	0	0	0	1	0
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	7	0	0	0	0
PR	412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	7	1	0	0	0
PR	412100	QUERÊNCIA DO NORTE	25	4	1	0	0
PR	412240	ROLÂNDIA	0	0	0	1	0
PR	412360	SANTA INÊS	3	1	1	0	0
PR	412370	SANTA ISABEL DO IVAÍ	1	0	0	0	0
PR	412390	SANTA MARIANA	1	0	0	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0	0	0	1	0
PR	412520	SÃO JORGE D''OESTE	1	0	0	0	0
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0	0	0	1	0
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	0	0	0	0
PR	412635	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	0	0	0	1	0
PR	412750	TIBAGI	5	1	0	0	0
PR	412780	TOMAZINA	1	0	0	0	0
PR	412795	TUPÃSSI	9	2	0	0	0
PR	412853	VENTANIA	6	2	0	0	0
TOTAL		42	110	18	3	18	0
		ANEXO XVII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0	2	0	3	0
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0
RJ	330040	BARRA MANSA	4	0	0	0	0
RJ	330187	IGUABA GRANDE	4	1	0	1	0
RJ	330227	JAPERI	24	2	1	0	0
RJ	330390	PETRÓPOLIS	3	0	0	0	0
RJ	330414	QUEIMADOS	5	0	0	0	0
RJ	330415	QUISSAMÃ	0	0	0	1	0
RJ	330430	RIO BONITO	12	2	2	0	0
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0	0	0	1	0
RJ	330540	SAPUCAIA	0	0	0	1	0
RJ	330610	VALENÇA	0	0	0	1	0
TOTAL		12	52	7	3	9	0
		ANEXO XVIII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RN	240100	APODI	0	0	0	1	0
RN	240290	CORONEL JOÃO PESSOA	0	0	0	1	0
RN	240430	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	20	3	3	0	0
RN	240750	MAXARANGUAPE	1	0	0	0	0
RN	240800	MOSSORÓ	0	0	0	1	0
RN	241000	PILÕES	0	0	0	1	0
TOTAL		6	21	3	3	4	0
		ANEXO XIX					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RO	110009	ESPIGÃO D''OESTE	2	1	0	0	0
RO	110011	JARU	0	0	0	1	0
RO	110033	NOVA MAMORÉ	1	1	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110140	MONTE NEGRO	14	1	0	0	0
RO	110143	NOVA UNIÃO	6	0	0	0	0
RO	110160	THEOBROMA	10	1	0	0	0
TOTAL		6	33	4	0	1	0
		ANEXO XX					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RR	140028	IRACEMA	5	0	0	0	0
RR	140047	RORAINÓPOLIS	0	1	0	0	0
TOTAL		2	5	1	0	0	0
		ANEXO XXI					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RS	430040	ALEGRETE	1	0	0	0	0
RS	430060	ALVORADA	7	0	0	0	0
RS	430085	ARAMBARÉ	3	1	0	0	0
RS	430155	ÁUREA	0	0	0	1	0
RS	430187	BARRA DO QUARAÍ	0	0	0	1	0
RS	430240	BOM RETIRO DO SUL	6	0	0	0	0
RS	430320	CACIQUE DOBLE	12	1	1	0	0
RS	430340	CAIÇARA	0	0	0	1	0
RS	430463	CAPÃO DA CANOA	3	1	0	0	0
RS	430468	CAPELA DE SANTANA	12	2	2	0	0
RS	430485	CARLOS GOMES	5	1	1	0	0
RS	430510	CAXIAS DO SUL	1	0	0	0	0
RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	21	3	2	0	0
RS	430535	CHARQUEADAS	0	1	0	0	0
RS	430770	ESTEIO	73	13	2	1	0
RS	430840	FORMIGUEIRO	11	0	0	0	0
RS	430940	GUAPORÉ	25	4	2	0	0
RS	431020	IJUÍ	1	0	0	0	0
RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	3	0	0	0	0
RS	431180	MARAU	61	12	7	1	0
RS	431350	OSÓRIO	3	0	0	0	0
RS	431370	PALMEIRA DAS MISSÕES	3	0	0	0	0
RS	431395	PANTANO GRANDE	0	0	0	1	0
RS	431430	PEJUÇARA	10	2	2	1	0
RS	431477	PONTÃO	5	1	1	0	0
RS	431510	PORTO XAVIER	0	0	0	1	0
RS	431560	RIO GRANDE	2	0	0	0	0
RS	431575	RIOZINHO	11	2	2	1	0
RS	431660	SANANDUVA	4	1	0	0	0
RS	431670	SANTA BÁRBARA DO SUL	0	0	0	1	0
RS	431740	SANTIAGO	0	0	0	1	0
RS	431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	1	0	0	0	0
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	26	0	0	0	0
RS	431842	SÃO JOÃO DA URTIGA	1	0	0	0	0
RS	431880	SÃO LOURENÇO DO SUL	3	1	0	0	0
RS	431910	SÃO MARTINHO	0	0	0	1	0
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	4	2	0	0	0
RS	432070	SOBRADINHO	0	0	0	1	0
RS	432120	TAQUARA	8	2	0	0	0
RS	432240	URUGUAIANA	6	0	0	0	0
RS	432300	VIAMÃO	14	6	0	0	0
TOTAL		41	346	56	22	13	0

		ANEXO XXII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SC	420190	AURORA	0	0	0	1	0
SC	420440	CORONEL FREITAS	8	1	0	0	0
SC	420460	CRICIÚMA	1	0	0	0	0
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0	0	0	2	0
SC	420660	GUARUJÁ DO SUL	0	0	0	1	0
SC	420720	IMARUÍ	11	2	2	1	0
SC	420750	INDAIAL	5	0	0	0	0
SC	420768	IPUAÇU	17	2	2	1	0
SC	420770	IPUMIRIM	0	0	0	1	0
SC	420830	ITAPEMA	1	0	0	0	0
SC	421085	MIRIM DOCE	0	0	0	1	0
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	24	5	2	1	0
SC	421145	NOVA ITABERABA	0	0	0	1	0
SC	421160	NOVA VENEZA	0	0	0	1	0
SC	421250	PENHA	0	0	0	1	0
SC	421420	QUILOMBO	2	1	1	1	0
SC	421810	TIMBÉ DO SUL	5	1	0	0	0
SC	421870	TUBARÃO	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421885	UNIÃO DO OESTE	0	0	0	1	0
TOTAL		19	74	12	7	15	0
		ANEXO XXIII					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SE	280030	ARACAJU	37	6	0	0	0
SE	280070	BREJO GRANDE	16	3	3	0	0
TOTAL		2	53	9	3	0	0
		ANEXO XXIV					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SP	350330	ARARAS	5	1	0	0	0
SP	350350	AREIAS	0	0	0	1	0
SP	350740	BORBOREMA	1	0	0	0	0
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	18	3	0	0	0
SP	351040	CAPIVARI	1	0	0	0	0
SP	351110	CATANDUVA	3	1	1	0	0
SP	351320	CRISTAIS PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	351350	CUBATÃO	9	0	0	0	0
SP	351380	DIADEMA	3	0	0	0	0
SP	351770	GUARÁ	0	0	0	1	0
SP	351880	GUARULHOS	23	0	0	0	0
SP	352210	ITANHAÉM	0	0	0	1	0
SP	352240	ITAPEVA	0	0	0	1	0
SP	352350	ITATINGA	3	0	0	0	0
SP	352370	ITIRAPUÃ	0	0	0	1	0
SP	352590	JUNDIAÍ	20	0	0	0	0
SP	352610	JUQUIÁ	0	0	0	1	0
SP	352690	LIMEIRA	0	1	0	0	0
SP	352850	MAIRIPORÃ	56	8	2	0	0
SP	352900	MARÍLIA	2	0	0	0	0
SP	352940	MAUÁ	12	3	0	0	0
SP	352970	MIGUELÓPOLIS	19	2	2	0	0
SP	353360	NUPORANGA	6	1	0	1	0
SP	353715	PEDRINHAS PAULISTA	1	0	0	0	0
SP	353880	PIRAJU	2	0	0	0	0
SP	353890	PIRAJUÍ	9	2	2	0	0
SP	354020	PONTAL	2	0	0	0	0
SP	354260	REGISTRO	4	0	0	0	0
SP	354430	ROSEIRA	0	0	0	1	0
SP	354740	SANTA RITA D"OESTE	0	0	0	1	0
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0	0	0	4	0
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	11	5	0	0	0
SP	354850	SANTOS	0	0	0	0	1
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	1	0	0	0	0
SP	354890	SÃO CARLOS	10	0	1	0	0
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0	0	0	1	0
SP	354960	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	1	0	0	0	0
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3	0	0	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	2	1	1	0
SP	355390	TARABAI	0	0	0	1	0
SP	355490	TRÊS FRONTEIRAS	0	0	0	1	0
SP	355600	URUPÊS	5	1	1	0	0
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	5	1	0	0	0
SP	355680	VIRADOURO	4	1	0	0	0
TOTAL		44	239	32	10	18	1
		ANEXO XXV					
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
TO	170300	BABAÇULÂNDIA	0	0	0	1	0
TO	170930	GUARAÍ	9	0	0	0	0
TO	171240	LIZARDA	0	0	0	1	0
TO	171830	PRAIA NORTE	1	0	0	0	0
TO	172100	PALMAS	1	0	0	0	0
TOTAL		5	11	0	0	2	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.165, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a modalidade das equipes de Consultório na Rua (eCR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 160/SAS/MS, de 1º de março de 2012, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua;

Considerando a Portaria nº 1.238/GM/MS, de 6 de junho de 2014, que fixa o valor do incentivo de custeio referente às Equipes de Consultório na Rua nas diferentes modalidades;

Considerando o Anexo XVI do Capítulo I do art 2º da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde (RAS); e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica alterada a modalidade equipes de Consultório na Rua (eCR) dos Municípios descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família nos seguinte plano orçamentário PO - 0000 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (Núcleo de Apoio à Saúde da Família).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIOS COM ALTERAÇÃO DE MODALIDADE - CONSULTÓRIO NA RUA

IBGE	UF	Município	Credenciadas antes da alteração de Modalidade			Situação após Portaria de Alteração de Modalidade		
			CR I	CR II	CR III	CR I	CR II	CR III
351880	SP	GUARULHOS	0	0	1	0	1	0
355410	SP	TAUBATE	0	0	1	1	0	0
354340	SP	RIBEIRAO PRETO	0	0	1	0	1	0
Total SP		3	0	0	3	1	2	0

PORTARIA Nº 3.166, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Antonina, Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria de consolidação nº 2/GM/MS anexo XXII, 28 de Setembro de 2017

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira novembro de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família do Município de Antonina (PR), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária e desvio de função por parte dos profissionais que compõem as Equipes de Saúde Família, ausência de alimentação regular de dados no Sistema de Informação da Atenção Básica vigente e infraestrutura inadequada em uma Unidade Básica de Saúde conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 4 (nove) Equipes de Saúde da Família e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do município, devidamente comprovadas por supervisão técnica da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.167, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Santa Rita do Tocantins no Estado do Tocantins.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 287 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira outubro de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família, do Município de Santa Rita do Tocantins (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte do profissional médico que compõe a Equipe Saúde da Família conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) equipe de Saúde da Família e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por supervisão técnica da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.168, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece o remanejamento de recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, destinados ao custeio do Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde - INTEGRASUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 18, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados às despesas com as ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital, a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde, de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Capítulo II da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Seção VI que trata do Incentivo à Parceria entre os Hospitais Filantrópicos sem fins Lucrativos e o SUS INTEGRASUS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento de recursos no montante anual de R$ 16.125.183,60 (dezesseis milhões, cento e vinte e cinco mil cento e oitenta e três reais e sessenta centavos) do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados e Municípios, destinados ao custeio do Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde-INTEGRASUS, dos estabelecimentos de saúde constantes no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde deverão firmar contrato ou termo aditivo para o repasse de recursos aos respectivos estabelecimentos de saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo INTEGRASUS por parte do Gestor local do SUS para os estabelecimentos de saúde listados no Anexo a esta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência desses valores ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores, em conformidade com o Capítulo II da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Seção IV, art. 303, que estabelece o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, de forma regular e automática, conforme estabelecido no anexo a esta Portaria, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Código	Município	Gestão	CNES	Estabelecimento	Valor anual
BA	290080	ALCOBACA	ESTADUAL	2304848	HOSPITAL SAO BERNARDO	31.302,48
BA	290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	MUNICIPAL	2389592	HOSPITAL MATERNIDADE HELENA MAGALHAES	52.578,72
BA	291480	ITABUNA	MUNICIPAL	2444828	MATERNIDADE DA MAE POBRE	81.795,00
BA	291550	ITAJUIPE	ESTADUAL	2602814	HOSPITAL DR MONTIVAL LUCAS	48.171,36
BA	291600	ITANHEM	ESTADUAL	2601591	HOSPITAL MARIA MOREIRA LISBOA	53.289,12
BA	292200	MUCURI	ESTADUAL	2498804	HOSPITAL SAO JOSE	54.195,24
BA	292310	OLINDINA	ESTADUAL	2602636	FUNDACAO HOSPITALAR RUY BACELAR	34.555,68
BA	292740	SALVADOR	ESTADUAL	0004251	HOSPITAL PORTUGUES	44.819,76
BA	292740	SALVADOR	MUNICIPAL	0006157	HOSPITAL HUMBERTO CASTRO LIMA	32.336,88
BA	292990	SEABRA	ESTADUAL	2602962	HOSPITAL FREI JUSTO VENTURE	73.109,88
BA	293315	VARZEA NOVA	ESTADUAL	2526093	HOSPITAL PADRE ALFREDO HAASLER	30.091,56
BA	293360	XIQUE-XIQUE	ESTADUAL	2601729	HOSPITAL JULIETA VIANA	139.213,56
CE	230260	CAMOCIM	MUNICIPAL	2327945	HOSP DEPUTADO MURILO AGUAIR	64.654,44
CE	230440	FORTALEZA	MUNICIPAL	2529424	INSTITUICAO ESPIRITA NOSSO LAR	97.616,64
CE	230440	FORTALEZA	MUNICIPAL	2529394	HOSPITAL PSIQUIATRICO SAO VICENTE DE PAULO	810.955,68
CE	231310	TABULEIRO DO NORTE	MUNICIPAL	2527693	CASA DE SAUDE MATERNIDADE CELESTINA COLARES	25.123,68
ES	320260	ICONHA	ESTADUAL	2615339	HOSPITAL MATERNIDADE DANILO MONTEIRO DE CASTRO	19.175,28
GO	520110	ANAPOLIS	MUNICIPAL	2361779	HOSPITAL ESPIRITA DE PSIQUIATRIA ANAPOLIS	233.745,96
GO	520870	GOIANIA	MUNICIPAL	2518295	ASMIGO	16.981,56
GO	520870	GOIANIA	MUNICIPAL	2517957	CASA DE EURIPEDES	136.287,48
GO	520870	GOIANIA	MUNICIPAL	2519186	INSTITUTO ESPIRITA BATUIRA DE SAUDE MENTAL	62.081,04
GO	521180	JARAGUA	MUNICIPAL	2507129	HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUA	13.635,96
MG	310020	ABAETE	ESTADUAL	2126796	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE ABAETE	29.130,72
MG	310120	AIURUOCA	ESTADUAL	2760681	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	20.691,84
MG	310190	ALPINOPOLIS	ESTADUAL	2761114	HOSPITAL CONEGO UBIRAJARA CABRAL	20.957,28
MG	310200	ALTEROSA	ESTADUAL	2172852	SANTA CASA MISERICORDIA DE ALTEROSA	15.243,84
MG	310350	ARAGUARI	MUNICIPAL	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI	29.818,44
MG	310430	AREADO	ESTADUAL	2168421	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE AREADO	10.032,00
MG	310470	ATALEIA	ESTADUAL	2178850	APROMIA	35.831,88
MG	310780	BOM JESUS DO GALHO	ESTADUAL	2760738	AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSIST. A SAUDE	32.956,68
MG	310890	BRASOPOLIS	ESTADUAL	2127946	HOSPITAL SAO CAETANO BRASOPOLIS	22.166,88
MG	310950	CABO VERDE	ESTADUAL	2167379	ASSOCIACAO DO HOSPITAL SAO FRANCISCO	20.237,64
MG	310270	CACHOEIRA DE PAJEU	ESTADUAL	2761262	HOSPITAL DR OTAVIO GONCALVES	12.213,72
MG	310990	CAETANOPOLIS	ESTADUAL	2127091	HOSPITAL DR PACIFICO MASCARENHAS	27.238,80
MG	311030	CALDAS	ESTADUAL	2127733	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CALDAS	21.296,64
MG	311050	CAMANDUCAIA	ESTADUAL	2127725	IRMANDADE SANTA CASA MISERICORDIA DE CAMANDUCAIA	34.901,52
MG	311070	CAMBUQUIRA	ESTADUAL	2794136	HOSPITAL GERAL DE CAMBUQUIRA	18.299,52
MG	311090	CAMPANHA	ESTADUAL	2775921	SANTA CASA DA CAMPANHA	18.296,64
MG	311100	CAMPESTRE	ESTADUAL	2205009	SANTA CASA MIS CARIDADE DE CAMPESTRE	25.052,76
MG	311150	CAMPOS ALTOS	MUNICIPAL	2098156	SANTA CASA DE CAMPOS ALTOS	14.661,48
MG	311180	CANAPOLIS	ESTADUAL	2121514	HOSPITAL SEBASTIAO PAES DE ALMEIDA	17.114,40
MG	311280	CAPITOLIO	ESTADUAL	2146398	SANTA CASA DE CARIDADE DE CAPITOLIO	8.268,00
MG	311390	CARMO DA CACHOEIRA	ESTADUAL	2761017	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO CARMO	12.000,00
MG	311410	CARMO DE MINAS	ESTADUAL	2761149	HOSPITAL DE CARMO DE MINAS	7.380,00
MG	311430	CARMO DO PARANAIBA	MUNICIPAL	2118246	STA CASA MIS CARMO DO PARANAIBA DR ADILON CARDOSO TEIXEIRA	25.255,68
MG	311440	CARMO DO RIO CLARO	ESTADUAL	2796376	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULA	28.131,24
MG	311630	CIPOTANEA	ESTADUAL	2136104	HOSPITAL SAO CAETANO	9.156,00
MG	311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	ESTADUAL	2760827	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS	8.760,00
MG	312050	CRISTINA	ESTADUAL	2761165	HOSPITAL DE CRISTINA	15.540,36
MG	312200	DIVINO	ESTADUAL	2761238	HOSPITAL DIVINENSE	26.495,16
MG	312230	DIVINOPOLIS	MUNICIPAL	2159295	CENTRO INTEGRAL DE SAUDE SAO BENTO MENNI	75.568,08
MG	312270	DOM SILVERIO	ESTADUAL	2100398	HOSPITAL N. SENHORA DA SAUDE DE DOM SILVERIO	12.839,40
MG	312360	ELOI MENDES	ESTADUAL	2761009	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE	32.956,32
MG	312400	ERVALIA	ESTADUAL	2161729	HOSPITAL JORGE CAETANO DE MATTOS	23.851,80
MG	312560	FELISBURGO	ESTADUAL	2139146	HOSPITAL DE FELISBURGO	29.001,60
MG	312590	FERROS	ESTADUAL	2144522	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU	12.787,68
MG	312760	GOUVEIA	ESTADUAL	2202883	HOSPITAL E MATERNIDADE DR AURELIANO BRANDAO	21.423,36
MG	312810	GUAPE	ESTADUAL	2146479	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAPE	16.679,04
MG	312840	GUARANI	ESTADUAL	2148463	HOSPITAL DR ARMANDO XAVIER VIEIRA	12.377,64
MG	312950	IBIA	MUNICIPAL	2181029	SANTA CASA DE IBIA	15.658,92
MG	313050	ILICINEA	ESTADUAL	2761173	HOSPITAL DE ILICINEA	10.872,00
MG	313090	INHAPIM	ESTADUAL	2103532	HOSPITAL SAO SEBASTIAO DE INHAPIM	45.677,76
MG	313220	ITAGUARA	ESTADUAL	2142627	SANTA CASA DE ITAGUARA	15.049,80
MG	313250	ITAMARANDIBA	ESTADUAL	2135949	HOSPITAL DE ITAMARANDIBA	33.518,88
MG	313290	ITAMOGI	ESTADUAL	2146444	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA DE ITAMOGI	12.516,60
MG	313300	ITAMONTE	ESTADUAL	2764784	CASA DE CARIDADE DE ITAMONTE	17.657,76
MG	313320	ITANHOMI	ESTADUAL	2102773	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE ITANHOMI	22.267,32
MG	313375	ITAU DE MINAS	ESTADUAL	2760908	HOSPITAL ITAU	14.842,20
MG	313420	ITUIUTABA	MUNICIPAL	2113791	SANATORIO ESPIRITA JOSE DIAS MACHADO	42.207,12
MG	313750	LAGOA FORMOSA	MUNICIPAL	2101874	HOSPITAL DE LAGOA FORMOSA	16.625,28
MG	313770	LAJINHA	ESTADUAL	2765098	ASSOCIACAO HOSPITAL BELIZARIO MIRANDA	25.567,32
MG	313780	LAMBARI	ESTADUAL	5279003	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	25.123,20
MG	313860	LIMA DUARTE	MUNICIPAL	4041690	SANTA CASA DE MISER DE LIMA DUARTE	17.167,80
MG	313890	MACHACALIS	ESTADUAL	2208067	HOSPITAL CURA D ARS	25.913,16
MG	314070	MATEUS LEME	ESTADUAL	2117096	MATEUS LEME HOSPITAL SANTA TEREZINHA	44.615,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314160	MERCES	ESTADUAL	2161575	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE MERCES	17.460,36
MG	314260	MONSENHOR PAULO	ESTADUAL	2761181	HOSPITAL DE MONSENHOR PAULO	7.836,00
MG	314270	MONTALVANIA	ESTADUAL	2119439	HOSPITAL CRISTO REI	23.534,16
MG	314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	ESTADUAL	2776022	SANTA CASA DE MONTE ALEGRE DE MINAS	8.484,00
MG	314350	MORADA NOVA DE MINAS	ESTADUAL	2178648	HOSPITAL CASA DE CARIDADE SAO SEBASTIAO	7.200,00
MG	314460	NEPOMUCENO	ESTADUAL	2776030	SANTA CASA DE NEPOMUCENO	23.795,76
MG	314670	PALMA	ESTADUAL	2122936	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA ELOY	14.211,36
MG	314730	PARAISOPOLIS	ESTADUAL	2127695	HOSPITAL FREI CAETANO E MAT SANTA TEREZA	26.773,92
MG	314760	PASSA QUATRO	ESTADUAL	2764806	CASA DE CARIDADE DE PASSA QUATRO	20.608,68
MG	314770	PASSA TEMPO	ESTADUAL	2144174	HOSPITAL SAO GABRIEL	11.376,00
MG	314790	PASSOS	ESTADUAL	2761033	HOSPITAL OTTO KRAKAUER	104.853,36
MG	314990	PERDOES	MUNICIPAL	2221985	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PERDOES	19.422,72
MG	315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	ESTADUAL	2112647	PEQUENO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE	6.096,00
MG	315080	PIRANGA	ESTADUAL	2109700	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	23.472,12
MG	315170	POCO FUNDO	MUNICIPAL	2167727	HOSPITAL DE GIMIRIM	14.845,68
MG	315200	POMPEU	ESTADUAL	2178591	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE POMPEU	26.679,24
MG	315240	POTE	ESTADUAL	2178990	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE POTE	15.735,00
MG	315250	POUSO ALEGRE	MUNICIPAL	2127989	HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE	348.906,84
MG	315260	POUSO ALTO	MUNICIPAL	2776014	SANTA CASA DE MISERICORDIA SAO VICENTE DE PAULO	9.528,00
MG	315270	PRADOS	ESTADUAL	2123436	SANTA CASA DE PRADOS	10.632,00
MG	315410	RECREIO	ESTADUAL	2122618	HOSPITAL SAO SEBASTIAO DE RECREIO	18.630,96
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	ESTADUAL	2119463	HOSPITAL TACITO DE FREITAS COSTA	44.150,28
MG	315570	RIO PIRACICABA	ESTADUAL	2144611	HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK	19.073,28
MG	315600	RIO VERMELHO	ESTADUAL	2135140	HOSPITAL JOAO CESAR DE OLIVEIRA	25.402,56
MG	315660	RUBIM	ESTADUAL	2139138	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	18.757,56
MG	315680	SABINOPOLIS	ESTADUAL	2135914	HOSPITAL SAO SEBASTIAO DE SABINOPOLIS	29.219,04
MG	315690	SACRAMENTO	MUNICIPAL	2109034	SANTA CASA DE MISERECORDIA DE SACRAMENTO	25.286,64
MG	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	ESTADUAL	2796570	HOSPITAL MONSENHOR MARCIANO	8.976,00
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MUNICIPAL	2146401	HOSPITAL PSIQUIATRICO GEDOR SILVEIRA	125.726,76
MG	316530	SAO VICENTE DE MINAS	ESTADUAL	2123231	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	8.640,00
MG	317010	UBERABA	MUNICIPAL	2195593	SERVICO INTEGRADO DE SAUDE DONA MARIA MODESTO CRAVO	108.927,96
MG	317043	UNIAO DE MINAS	ESTADUAL	2206552	SANTA CASA DE UNIAO	6.816,00
MG	317170	VIRGINIA	ESTADUAL	2764822	CASA DE CARIDADE SANTO ANTONIO	15.075,24
MS	500085	ANGELICA	ESTADUAL	2376598	A B A	14.446,08
MS	500190	BATAGUASSU	ESTADUAL	2371782	SANTA CASA DE BATAGUASSU	27.617,04
MS	500210	BELA VISTA	ESTADUAL	2376458	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULA	34.609,68
MS	500230	BRASILANDIA	ESTADUAL	2371065	HOSPITAL JULIO MAIA	18.918,72
MS	500240	CAARAPO	ESTADUAL	2376091	HOSPITAL SAO MATEUS	33.793,20
MS	500260	CAMAPUA	ESTADUAL	2536587	SOCIEDADE DE PROT MAT INFANCIA DE CAMAPUA	21.649,32
MS	500270	CAMPO GRANDE	MUNICIPAL	0009792	HOSPITAL NOSSO LAR	107.353,20
MS	500325	COSTA RICA	MUNICIPAL	2375826	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA	20.375,04
MS	500380	FATIMA DO SUL	ESTADUAL	2558610	HOSPITAL DA SIAS	23.979,96
MS	500400	GLORIA DE DOURADOS	ESTADUAL	2591340	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA GLORIA	13.043,16
MS	500460	ITAQUIRAI	ESTADUAL	2536838	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ITAQUIRAI	29.941,56
MS	500500	JARDIM	MUNICIPAL	2558289	HOSPITAL MARECHAL RONDON	33.759,84
MS	500510	JATEI	ESTADUAL	2558408	HOSPITAL SANTA CATARINA	7.404,00
MS	500790	SIDROLANDIA	MUNICIPAL	2370816	SOCIEDADE BENEFICENTE DONA ELMIRIA SILVERIO BARBOSA	22.366,68
MS	500793	SONORA	ESTADUAL	2361027	HOSPITAL RACHID SALDANHA DERZI	9.852,00
MT	510760	RONDONOPOLIS	MUNICIPAL	2396424	CASA DE SAUDE PAULO DE TARSO E CAPS PAULO DE TARSO	70.623,36
PB	250300	CAAPORA	MUNICIPAL	2757672	HOSPITAL GERAL ANA VIRGINIA	17.612,16
PB	250680	INGA	MUNICIPAL	2364174	MATERNIDADE TIBURCIO VALERIANO DE OLIVEIRA	54.930,72
PE	260030	AGRESTINA	MUNICIPAL	2433877	HOSPITAL GERAL AMELIA GUEIROS LEITE	28.819,32
PE	260250	BREJINHO	MUNICIPAL	2711907	HOSPITAL CLOTILDES DE FONTE RANGEL	11.148,00
PE	261160	RECIFE	ESTADUAL	0000485	FUNDACAO ALTINO VENTURA	45.400,08
PE	261160	RECIFE	ESTADUAL	0001120	REAL HOSPITAL PORTUGUES	681.189,00
PE	261160	RECIFE	ESTADUAL	0000582	HOSPITAL DE CANCER DE PERNAMBUCO	651.887,28
PI	221100	TERESINA	MUNICIPAL	2726998	HOSPITAL SAO MARCOS	705.104,88
PR	410110	ANDIRA	ESTADUAL	2582554	HOSPITAL DE ANDIRA	33.046,08
PR	410420	CAMPO LARGO	ESTADUAL	0014001	ASSOCIACAO DE PESQUISA TRATAMENTO ALCOOLISMO	29.297,40
PR	410690	CURITIBA	MUNICIPAL	0016365	HOSPITAL ESPIRITA DE PSIQUIATRIA BOM RETIRO	118.478,04
PR	410930	GUARANIACU	ESTADUAL	2572443	HOSPITAL SANTO ANTONIO	30.009,72
PR	411210	JANDAIA DO SUL	ESTADUAL	2573504	HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO IVAI	189.168,36
PR	411350	LOANDA	ESTADUAL	2753987	HOSPITAL PSIQUIATRICO NOSSO LAR	27.831,84
PR	411390	MALLET	ESTADUAL	2554011	HOSPITAL DE CARIDADE SAO PEDRO	12.866,88
PR	411560	MATELANDIA	ESTADUAL	2588188	HOSPITAL E MATERNIDADE PADRE TEZZA	20.167,32
PR	411620	MORRETES	ESTADUAL	2687119	HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES	22.023,12
PR	411690	NOVA ESPERANCA	ESTADUAL	2733536	SANTA CASA PARANA	9.972,00
PR	411990	PONTA GROSSA	ESTADUAL	2686961	MATERNIDADE SANTANA	49.653,72
PR	412150	REBOUCAS	ESTADUAL	2554097	HOSPITAL DE CARIDADE DONA DARCY VARGAS	32.647,56
PR	412190	RIBEIRAO DO PINHAL	ESTADUAL	2582465	HNSG HOSPITAL E MATERNIDADE DE RIBEIRAO DO PINHAL	23.080,44
PR	412230	RIO NEGRO	ESTADUAL	0018694	HOSPITAL BOM JESUS	22.935,96
PR	412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	ESTADUAL	2781816	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAUDE	75.931,80
PR	412530	SAO JORGE DO IVAI	ESTADUAL	2733595	HOSPITAL RURAL JOAO XXIII	11.412,00
PR	412860	VERE	ESTADUAL	2586096	HOSPITAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERE	12.540,84
PR	412850	WENCESLAU BRAZ	ESTADUAL	3134423	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	29.892,72
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MUNICIPAL	2696908	HOSPITAL JOAO VIANA	92.519,04
RJ	330500	SAO JOAO DA BARRA	MUNICIPAL	2286289	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOAO DA BARRA	23.274,24
RJ	330510	SAO JOAO DE MERITI	MUNICIPAL	2274493	ASSOCIACAO DE CARIDADE HOSP SAO JOAO DE MERITI	96.228,00
RJ	330610	VALENCA	MUNICIPAL	2295113	IRMANDADE SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VALENCA	58.253,64
RJ	330620	VASSOURAS	MUNICIPAL	2273756	HOSPITAL EUFRASIA TEIXEIRA LEITE	35.472,24
RN	240010	ACARI	MUNICIPAL	2474859	HOSPITAL MATERNIDADE DE ACARI	15.103,56
RN	240100	APODI	MUNICIPAL	2410478	MATERNIDADE CLAUDINA PINTO	19.214,64
RN	240810	NATAL	MUNICIPAL	2409194	HOSPITAL DR LUIZ ANTONIO	316.145,64
RN	241200	SAO GONCALO DO AMARANTE	MUNICIPAL	4014235	HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE	39.507,96
RN	241340	SERRA NEGRA DO NORTE	MUNICIPAL	2476541	HOSPITAL MARIA CANDIDA DE MEDEIROS MARIZ	8.172,00
RN	241410	TENENTE ANANIAS	MUNICIPAL	2381125	HOSP LINDOLFO FERNANDES	12.802,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430003	ACEGUA	ESTADUAL	2262010	HOSPITAL DA COLONIA NOVA	24.419,64
RS	430020	AJURICABA	ESTADUAL	2265885	HOSPITAL AJURICABA	9.444,00
RS	430030	ALECRIM	ESTADUAL	2707993	HOSPITAL DE CARIDADE DE ALECRIM	14.924,52
RS	430090	ARATIBA	ESTADUAL	2249502	ACHA ARATIBA	13.227,84
RS	430130	ARROIO GRANDE	ESTADUAL	2233428	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARROIO GRANDE	32.860,32
RS	430165	BARAO	ESTADUAL	2227746	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITAL SAO JOSE	9.300,00
RS	430220	BOA VISTA DO BURICA	ESTADUAL	2250705	HOSPITAL DE CARIDADE BOA VISTA	15.935,04
RS	430240	BOM RETIRO DO SUL	ESTADUAL	2252023	HOSPITAL DE CARIDADE SANTANA BOM RETIRO DO SUL	22.436,28
RS	430330	CAIBATE	ESTADUAL	2259850	HOSPITAL ROQUE GONZALES CAIBATE	10.188,00
RS	430340	CAICARA	ESTADUAL	2228548	HOSPITAL S ROQUE CAICARA	6.792,00
RS	430350	CAMAQUA	ESTADUAL	2257548	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA	159.376,80
RS	430430	CANDIDO GODOI	ESTADUAL	2250675	HOSPITAL SANTO AFONSO	14.133,96
RS	430450	CANGUCU	ESTADUAL	2232928	HOSPITAL DE CARIDADE DE CANGUCU	119.550,60
RS	430530	CHAPADA	ESTADUAL	2235307	HOSPITAL SAO JOSE CHAPADA	11.676,00
RS	430570	CONDOR	ESTADUAL	2261111	HOSPITAL DE CONDOR	8.160,00
RS	430600	CRISSIUMAL	ESTADUAL	2708000	HOSPITAL DE CARIDADE DE CRISSIUMAL	46.350,36
RS	430630	DAVID CANABARRO	ESTADUAL	2246937	HOSPITAL SAO JOSE DAVID CANABARRO	8.028,00
RS	430800	FAXINAL DO SOTURNO	ESTADUAL	2244101	HOSPITAL DE CARIDADE SAO ROQUE	10.212,00
RS	430870	GAURAMA	ESTADUAL	2249545	HOSPITAL SANTA ISABEL	7.776,00
RS	430925	GUABIJU	MUNICIPAL	2241056	UNIDADE MISTA DE SAUDE	4.104,00
RS	430950	GUARANI DAS MISSOES	ESTADUAL	2259931	HOSPITAL SANTA TERESA GUARANI DAS MISSOES	20.525,76
RS	431030	ILOPOLIS	MUNICIPAL	2252139	HOSPITAL BENEFICENTE LEONILDA BRUNET	8.220,00
RS	431075	IVORA	ESTADUAL	2244179	HOSPITAL DE IVORA	4.032,00
RS	431210	MATA	ESTADUAL	2244187	HOSPITAL DE MATA	15.093,60
RS	431260	MUCUM	MUNICIPAL	2707942	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA APARECIDA	10.848,00
RS	431265	NAO-ME-TOQUE	ESTADUAL	2246902	HOSPITAL NOTRE DAME JULIA BILLIART	11.328,00
RS	431265	NAO-ME-TOQUE	ESTADUAL	2246910	HOSPITAL ALTO JACUI NAO ME TOQUE	11.832,00
RS	431300	NOVA BRESCIA	MUNICIPAL	2252112	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA NOVA BRESCIA	9.864,00
RS	431365	PALMARES DO SUL	ESTADUAL	2224607	HOSPITAL SAO JOSE	13.840,80
RS	431380	PALMITINHO	ESTADUAL	2228580	HOSPITAL SANTA TEREZINHA PALMITINHO	23.436,48
RS	431390	PANAMBI	MUNICIPAL	2254956	HOSPITAL PANAMBI	49.170,00
RS	431402	PARAISO DO SUL	ESTADUAL	2234467	UNIDADE MISTA HOSPITAL PARAISO	13.677,12
RS	431410	PASSO FUNDO	ESTADUAL	2247054	HOSPITAL PSIQUIATRICO BEZERRA DE MENEZES	40.452,72
RS	431420	PEDRO OSORIO	ESTADUAL	2233339	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PEDRO OSORIO	17.768,40
RS	431440	PELOTAS	MUNICIPAL	2252376	HOSPITAL ESPIRITA DE PELOTAS	147.587,04
RS	431470	PLANALTO	ESTADUAL	2228556	HOSPITAL MEDIANEIRA PLANALTO	11.904,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	MUNICIPAL	2237180	HEPA	222.055,32
RS	431515	PROGRESSO	MUNICIPAL	2252082	HOSPITAL SANTA ISABEL PROGRESSO	23.329,92
RS	431560	RIO GRANDE	ESTADUAL	2707640	HOSPITAL PSIQUIATRICO VICENCA MARIA DA FONTOURA LOPES	74.720,88
RS	431580	ROCA SALES	ESTADUAL	2252147	SOCIEDADE BENEFICENTE ROQUE GONZALES	13.492,32
RS	431630	ROQUE GONZALES	ESTADUAL	2259974	HOSPITAL SANTO ANTONIO ROQUE GONZALES	12.075,36
RS	431780	SANTO AUGUSTO	ESTADUAL	2261065	HOSPITAL BOM PASTOR	44.456,40
RS	431820	SAO FRANCISCO DE PAULA	ESTADUAL	2227770	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE PAULA	28.380,72
RS	431930	SAO PAULO DAS MISSOES	ESTADUAL	2250713	HOSPITAL DE CARIDADE SAO PAULO SAO PAULO DAS MISSOES	15.565,44
RS	431950	SAO SEBASTIAO DO CAI	ESTADUAL	2227908	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA	42.299,04
RS	432040	SERAFINA CORREA	MUNICIPAL	2260050	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSARIO	15.412,44
RS	432050	SERTAO	ESTADUAL	2246805	HOSPITAL SAO JOSE SERTAO	18.297,48
RS	432060	SEVERIANO DE ALMEIDA	ESTADUAL	2249499	HOSPITAL SAO ROQUE SEVERIANO DE ALMEIDA	9.324,00
RS	432100	TAPERA	ESTADUAL	2246783	HOSPITAL ROQUE GONZALEZ TAPERA	10.680,00
RS	432170	TRES COROAS	ESTADUAL	2257467	HOSPITAL DR OSWALDO DIESEL	26.821,56
RS	432200	TRIUNFO	ESTADUAL	2227673	HOSPITAL DE CARIDADE SANTA RITA	30.054,12
RS	432253	VALE DO SOL	ESTADUAL	2236338	HOSPITAL VALE DO SOL	16.591,56
SC	420040	AGUA DOCE	ESTADUAL	2380188	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ	9.432,00
SC	420100	ANITA GARIBALDI	ESTADUAL	2300435	HOSPITAL FREI ROGERIO	18.897,72
SC	420110	ANITAPOLIS	ESTADUAL	2691574	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	6.528,00
SC	420290	BRUSQUE	MUNICIPAL	2522489	ASSOCIACAO HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM	18.067,32
SC	420310	CAIBI	ESTADUAL	2538083	HOSPITAL CAIBI	10.872,00
SC	420330	CAMPO ALEGRE	ESTADUAL	2664992	HOSPITAL SAO LUIZ	17.168,40
SC	420340	CAMPO BELO DO SUL	ESTADUAL	2691477	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PATROCINIO	11.580,00
SC	420390	CAPINZAL	ESTADUAL	2380331	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	12.902,40
SC	420410	CAXAMBU DO SUL	ESTADUAL	2553163	FUNDACAO MEDICA ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL	17.495,64
SC	420470	CUNHA PORA	ESTADUAL	2626667	HOSPITAL CUNHA PORA	17.023,32
SC	420520	ERVAL VELHO	ESTADUAL	2707470	HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	4.068,00
SC	420530	FAXINAL DOS GUEDES	ESTADUAL	2652099	HOSPITAL SAO CRISTOVAO	19.520,64
SC	420640	GUARACIABA	ESTADUAL	2378116	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL SAO LUCAS	16.291,20
SC	420750	INDAIAL	MUNICIPAL	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS	59.623,08
SC	420765	IPORA DO OESTE	ESTADUAL	2378183	HOSPITAL DE IPORA	10.056,00
SC	420870	JACINTO MACHADO	ESTADUAL	2299836	HOSPITAL SAO ROQUE	23.214,60
SC	421080	MELEIRO	ESTADUAL	2305534	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU	35.566,08
SC	421090	MODELO	ESTADUAL	2553066	HOSPITAL DE MODELO	17.575,44
SC	421140	NOVA ERECHIM	ESTADUAL	2538148	HOSPITAL NOVA ERECHIM	12.358,20
SC	421160	NOVA VENEZA	ESTADUAL	2691558	INSTITUTO DE SAUDE E EDUCACAO VIDA UN NOVA VENEZA	46.471,80
SC	421175	OTACILIO COSTA	ESTADUAL	2300486	HOSPITAL SANTA CLARA	19.180,92
SC	421210	PALMITOS	ESTADUAL	2664984	HOSPITAL PALMITOS	23.483,52
SC	421220	PAPANDUVA	ESTADUAL	2379163	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	23.058,96
SC	421320	POMERODE	ESTADUAL	2513838	HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO	30.057,60
SC	421330	PONTE ALTA	ESTADUAL	2300850	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL DE PONTE ALTA	9.204,00
SC	421360	PORTO UNIAO	ESTADUAL	2543044	HOSPITAL DE CARIDADE SAO BRAZ	138.909,24
SC	421370	POUSO REDONDO	ESTADUAL	2377225	HOSPITAL DE POUSO REDONDO	15.797,52
SC	421400	PRESIDENTE GETULIO	ESTADUAL	2377330	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA AUXILIADORA	14.287,92
SC	421490	RIO FORTUNA	ESTADUAL	2386038	HOSPITAL DE RIO FORTUNA	19.126,92
SC	421600	SAO CARLOS	ESTADUAL	2538571	ASSOCIACAO HOSPITALAR PE JOAO BERTHIER	34.430,76
SC	421625	SAO JOAO DO OESTE	ESTADUAL	2378167	HOSPITAL SANTA CASA RURAL	8.220,00
SC	421650	SAO JOAQUIM	ESTADUAL	2300516	HOSPITAL DE CARIDADE CORACAO DE JESUS	43.938,00
SC	421670	SAO JOSE DO CEDRO	ESTADUAL	2378809	HOSPITAL CEDRO	22.040,52
SC	421690	SAO LOURENCO DO OESTE	ESTADUAL	2553155	HOSPITAL DA FUNDACAO	28.143,12
SC	421710	SAO MARTINHO	ESTADUAL	2550881	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL DE SAO MARTINHO	4.440,00
SC	421730	SAUDADES	ESTADUAL	2538229	HOSPITAL SAUDADES	14.425,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421840	TREZE DE MAIO	ESTADUAL	2778858	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	9.936,00
SC	421860	TROMBUDO CENTRAL	ESTADUAL	2377373	HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL	13.138,44
SC	421875	TUNAPOLIS	ESTADUAL	2378140	HOSPITAL DE TUNAPOLIS	10.296,00
SC	421880	TURVO	ESTADUAL	2305097	HSS HOSPITAL SAO SEBASTIAO	15.481,44
SE	280590	RIACHUELO	ESTADUAL	2477947	HOSPITAL DE RIACHUELO	35.324,52
SP	350010	ADAMANTINA	MUNICIPAL	2082446	CLINICA NOSSO LAR ADAMANTINA	120.088,08
SP	350160	AMERICANA	MUNICIPAL	2081733	SEARA HOSPITAL PSIQUIATRICO	147.813,84
SP	350190	AMPARO	MUNICIPAL	2084317	CLINICA FAZENDA PALMEIRAS	217.272,36
SP	350220	ANGATUBA	MUNICIPAL	2082748	HOSPITAL ANGATUBA	47.957,40
SP	350260	APARECIDA D"OESTE	MUNICIPAL	2078937	SANTA CASA DE APARECIDA DOESTE	9.240,00
SP	350320	ARARAQUARA	MUNICIPAL	2079763	CASA CAIRBAR SCHUTEL	140.622,12
SP	350330	ARARAS	ESTADUAL	2082470	CLINICA SAYAO ARARAS	593.746,44
SP	350630	BERNARDINO DE CAMPOS	MUNICIPAL	2082497	SANTA CASA HOSPITAL JESUS MARIA JOSE	16.577,16
SP	350640	BILAC	MUNICIPAL	2080915	HOSPITAL BENEFICENTE PADRE BERNARDO BRAAKIUS	11.796,00
SP	350670	BOA ESPERANCA DO SUL	MUNICIPAL	2079402	SANTA CASA SAO VICENTE DE PAULO BOA ESPERANCA DO SUL	16.284,24
SP	350680	BOCAINA	MUNICIPAL	2791730	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BOCAINA	9.444,00
SP	350740	BORBOREMA	MUNICIPAL	2081989	HOSPITAL SAO SEBASTIAO DE BORBOREMA	18.585,24
SP	350790	BROTAS	MUNICIPAL	2081784	HOSPITAL SANTA THEREZINHA BROTAS	20.153,40
SP	350810	BURITAMA	MUNICIPAL	2079461	SANTA CASA DE MISERICORDIA SAO FRANCISCO BURITAMA	26.374,44
SP	350880	CAFELANDIA	MUNICIPAL	2791684	SANTA CASA DE CAFELANDIA	33.464,40
SP	350930	CAJOBI	MUNICIPAL	2081296	HOSPITAL JOAO DEPIERI DE CAJOBI	18.665,64
SP	350950	CAMPINAS	MUNICIPAL	2079003	SERVICO DE SAUDE DR CANDIDO FERREIRA	133.678,20
SP	351000	CANDIDO MOTA	MUNICIPAL	2080842	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CANDIDO MOTA	32.813,76
SP	351070	CARDOSO	ESTADUAL	2082071	SANTA CASA DE CARDOSO	19.803,60
SP	351100	CASTILHO	MUNICIPAL	2079216	HOSPITAL E MATERNIDADE JOSE FORTUNA	31.354,32
SP	351110	CATANDUVA	MUNICIPAL	2058626	HOSPITAL PSIQUIATRICO MAHATMA GANDHI	94.286,52
SP	351170	CHARQUEADA	MUNICIPAL	2748436	HOSP MAT BENEF DE CHARQUEADA	16.637,88
SP	355720	CHAVANTES	ESTADUAL	2082438	SANTA CASA DE CHAVANTES	20.213,52
SP	351200	COLINA	MUNICIPAL	2095912	HOSPITAL JOSE VENANCIO	25.412,28
SP	351370	DESCALVADO	MUNICIPAL	2081717	SANTA CASA DESCALVADO	21.981,48
SP	351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	ESTADUAL	2084384	INSTITUTO BEZERRA DE MENEZES ESPIRITO SANTO DO PINHAL	239.110,44
SP	351600	FLORIDA PAULISTA	ESTADUAL	2745402	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FLORIDA PAULISTA	22.114,44
SP	351620	FRANCA	MUNICIPAL	2080117	HOSPITAL PSIQUIATRICO ALLAN KARDEC FRANCA SP	133.265,88
SP	351660	GALIA	MUNICIPAL	2080737	HOSPITAL SAO VICENTE DE GALIA	11.700,00
SP	351670	GARCA	ESTADUAL	2745356	HOSPITAL PSIQUIATRICO ANDRE LUIZ	152.616,72
SP	351690	GENERAL SALGADO	MUNICIPAL	2081652	SANTA CASA DE GENERAL SALGADO	14.009,28
SP	351780	GUARACAI	MUNICIPAL	2081520	HOSPITAL E MATERNIDADE DE GUARACAI	8.580,00
SP	351840	GUARATINGUETA	MUNICIPAL	2077310	HOSPITAL DIA IRMAO ALTINO SAUDE MENTAL	16.761,84
SP	351940	IBIRA	MUNICIPAL	2082551	SANTA CASA DE IBIRA	16.208,88
SP	352190	ITAJOBI	MUNICIPAL	2080826	HOSPITAL SAO JOSE DE ITAJOBI	23.592,60
SP	352260	ITAPIRA	ESTADUAL	2085143	INSTITUTO AMERICO BAIRRAL DE PSIQUIATRIA	364.164,96
SP	352280	ITAPORANGA	MUNICIPAL	2751674	HOSPITAL E MATERN. NOSSA SENHORA DAS GRACAS DE ITAPORANG	19.547,76
SP	352530	JAU	ESTADUAL	2790653	HOSPITAL TEREZA PERLATTI JAU	140.215,92
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	MUNICIPAL	2079976	SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA	34.195,32
SP	352730	LOUVEIRA	MUNICIPAL	2079917	SANTA CASA DE LOUVEIRA	22.501,68
SP	352800	MACATUBA	MUNICIPAL	2082942	SANTA CASA DE MACATUBA	26.844,24
SP	352810	MACAUBAL	MUNICIPAL	2081792	SANTA CASA DE MACAUBAL	4.812,00
SP	352880	MARACAI	MUNICIPAL	2079437	HOSPITAL BENEFICENTE DE MARACAI	14.876,04
SP	352900	MARILIA	MUNICIPAL	2080990	HOSPITAL ESPIRITA DE MARILIA	195.556,80
SP	353150	MONTE AZUL PAULISTA	MUNICIPAL	2053500	HOSPITAL SENHOR BOM JESUS	19.551,96
SP	353180	MONTE MOR	MUNICIPAL	2078341	ASSOCIACAO HOSPITAL BENEFICENTE SAGRADO CORACAO DE JESUS	30.930,24
SP	353190	MORRO AGUDO	MUNICIPAL	2745801	HOSPITAL SAO MARCOS MORRO AGUDO	28.858,56
SP	353250	NEVES PAULISTA	MUNICIPAL	2079682	SANTA CASA DE NEVES PAULISTA	14.615,40
SP	353490	PACAEMBU	MUNICIPAL	2080907	SANTA CASA PACAEMBU	18.327,72
SP	353520	PALMEIRA D"OESTE	MUNICIPAL	2079291	SANTA CASA DE PALMEIRA DOESTE	18.217,20
SP	353630	PATROCINIO PAULISTA	ESTADUAL	2078449	SANTA CASA DE PATROCINIO PAULISTA	25.134,12
SP	353800	PINDAMONHANGABA	MUNICIPAL	2755092	SANTA CASA DE PINDAMONHANGABA	166.290,96
SP	353860	PIRACAIA	MUNICIPAL	2079852	SANTA CASA DE PIRACAIA	27.411,72
SP	353940	PIRATININGA	MUNICIPAL	2791757	SANTA CASA DE PIRATININGA	9.768,00
SP	353950	PITANGUEIRAS	MUNICIPAL	2089548	SANTA CASA DE PITANGUEIRAS	29.224,44
SP	354020	PONTAL	MUNICIPAL	2083493	SANTA CASA DE PONTAL	25.831,44
SP	354080	POTIRENDABA	MUNICIPAL	2096617	HOSPITAL ASSISTENCIAL MARIA CAVALOTTI NEVES POTIRENDABA	13.065,24
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	ESTADUAL	2058774	HOSPITAL ALLAN KARDEC PRES PRUDENTE	62.839,80
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	ESTADUAL	2058782	HOSPITAL PSIQUIATRICO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES P PRUDENT	216.842,04
SP	354380	RINOPOLIS	MUNICIPAL	2081237	HOSPITAL SAO PAULO DE RINOPOLIS	13.398,00
SP	354390	RIO CLARO	ESTADUAL	2083159	CINAPSI RIO CLARO	151.820,28
SP	354540	SALTO GRANDE	MUNICIPAL	2082756	SANTA CASA DE SALTO GRANDE	11.760,00
SP	354560	SANTA ADELIA	MUNICIPAL	2079550	SANTA CASA DE SANTA ADELIA	17.420,76
SP	354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	MUNICIPAL	2080745	SANTA CASA DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	32.843,40
SP	354760	SANTA ROSA DE VITERBO	MUNICIPAL	2746298	SANTA CASA DE SANTA ROSA DE VITERBO	12.388,32
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	MUNICIPAL	2097648	HOSPITAL BEZERRA DE MENEZES	149.513,76
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	MUNICIPAL	2085569	CVV FRANCISCA JULIA	111.642,72
SP	355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	MUNICIPAL	2079690	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO LUIZ DO PARAITINGA	11.928,00
SP	355090	SAO SIMAO	MUNICIPAL	2058243	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO SIMAO	16.647,96
SP	355100	SAO VICENTE	MUNICIPAL	2080729	HOSPITAL SAO JOSE SAO VICENTE	198.651,24
SP	355160	SERRA NEGRA	MUNICIPAL	2081393	HOSPITAL SANTA ROSA DE LIMA DE SERRA NEGRA	42.881,28
SP	355150	SERRANA	MUNICIPAL	2079364	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SERRANA	39.905,52
SP	355230	SUD MENNUCCI	MUNICIPAL	2081245	SANTA CASA DE SUD MENNUCCI	7.872,00
SP	355260	TABAPUA	MUNICIPAL	2084074	HOSP MARIA VALLE PEREIRA DE TABAPUA	16.884,00
SP	355360	TAPIRATIBA	MUNICIPAL	2081598	SANTA CASA DE MISERICORDIA SAO LUCAS	17.214,24
SP	355440	TERRA ROXA	MUNICIPAL	2083213	HOSPITAL TERRA ROXA	12.662,28
SP	355580	URANIA	MUNICIPAL	2079968	SANTA CASA DE URANIA	11.724,00
SP	355600	URUPES	MUNICIPAL	2081342	HOSPITAL SAO LOURENCO	22.533,60
SP	355630	VALPARAISO	MUNICIPAL	2081105	SANTA CASA DE VALPARAISO	18.450,96
SP	355680	VIRADOURO	MUNICIPAL	2092093	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO VIRADOURO	20.308,92
TOTAL						16.125.183,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.169, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Itamonte (MG). O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XIV e os artigos 579 a 595 da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando os Anexos I, II e XL e os artigos 202 a 221 da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando o não atendimento às condições e características definidas nas Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e
Considerando o Ofício n° 16/2017/SRS/VGA/NAPRIS, de 5 de setembro de 2017, que solicita o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Itamonte (MG), resolve:
Art. 1º Fica desabilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO		INCENTIVO (R$)		PPORTARIA DE HABILITAÇÃO	PPORTARIA DE AUMENTO DO RECURSO DE CUSTEIO MENSAL	PORTARIA DE ADESÃO CEO A RCPD	PPORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO PMAQ-CEO
						CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL	CEO ADESÃO A RCPD	PMAQ-CEO HOMOLOGAÇÃO				
MG	313300	ITAMONTE	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE ITAMONTE	3912973	Municipal	I	8.250,00	11.650,00	11.650,00	N1.652/GM/MS de 15 de setembro de 2005	N1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012	N1.247 GM/MS de 6 de junho de 2014	N2.513/GM/MS, de 29 de outubro de 2013

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para interromper a transferência dos incentivos para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.
Art. 3º Fica estabelecido que o Fundo Municipal de Saúde de Itamonte (MG) reembolse o Fundo Nacional de Saúde os recursos financeiros de custeio mensal, do respectivo valor do art. 1º repassado desde a competência fevereiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.171, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita e habilita Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) no Município de São Miguel do Guamá (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
Considerando a Portaria nº 2.376/GM/MS, de 7 de outubro de 2009, que define os recursos financeiros destinados ao custeio dos Centros de Especialidades Odontológicas; e
Considerando a alteração promovida pelos gestores municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:
Art. 1º Fica desabilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICÇÃO
						CEO TIPO
PA	150760	São Miguel do Guamá	Centro de Especialidades Odontológica CEO TIPO I	5328624	Municipal	I

Art. 2º Fica habilitado o Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
PA	150760	São Miguel do Guamá	Centro de Especialidades Odontológica	7974167	Municipal	I

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.173, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), nos municípios com ausência de alimentação do SISAB.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;
Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de, repasse regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;
Considerando a Portaria nº 534/SAS/MS, de 23 de junho de 2015, que altera o anexo da Portaria nº 14/SAS/MS, de 7 de janeiro de 2014, que institui os prazos para o envio da base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);
Considerando a Portaria nº 97/GM/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2017;
Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando o art. 4º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica e a responsabilidade pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e
Considerando a ausência de alimentação, por três meses consecutivos, relativo aos meses de, outubro, novembro e dezembro de 2016, do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), resolve:
Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira janeiro de 2017, a transferência de incentivos financeiros referente ao número Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB), aos Municípios relacionados no anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AC	120013	BUJARI	8	1	1	0	0
AC	120017	CAPIXABA	0	0	0	1	0
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	1	0	0	0	0
AC	120033	MÂNCIO LIMA	15	2	2	0	0
AC	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	10	1	0	1	0
AC	120040	RIO BRANCO	12	2	0	0	0
AC	120042	RODRIGUES ALVES	0	0	0	1	0
AC	120060	TARAUACÁ	10	1	0	0	0
TOTAL		8	56	7	3	3	0

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AL	270040	ATALAIA	7	1	1	0	0
AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	15	3	0	2	0
AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	0	0	0	1	0
AL	270460	MARAVILHA	0	0	0	1	0
AL	270680	PIAÇABUÇU	0	0	0	1	0
AL	270740	PORTO DE PEDRAS	0	0	0	1	0
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	3	0	0	0	0
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	1	0	0	0	0
TOTAL		8	26	4	1	6	0

ANEXO III

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	2	0	0	0	0
AM	130070	BOCA DO ACRE	6	0	0	0	0
AM	130120	COARI	5	0	0	0	0
AM	130150	ENVIRA	15	2	0	0	0
AM	130160	FONTE BOA	12	0	0	0	0
AM	130180	IPIXUNA	57	4	2	0	0
AM	130190	ITACOATIARA	1	0	0	0	0
AM	130230	JUTAÍ	0	0	0	1	0
AM	130250	MANACAPURU	0	0	0	3	0
AM	130260	MANAUS	8	0	0	0	0
AM	130290	MAUÉS	0	0	0	1	0
AM	130310	NOVA OLINDA DO NORTE	0	0	0	1	0
AM	130340	PARINTINS	14	0	0	0	0
AM	130420	TEFÉ	0	0	0	1	0
TOTAL		14	120	6	2	7	0

ANEXO IV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AP	160040	MAZAGÃO	31	7	4	1	0
AP	160053	PORTO GRANDE	29	5	5	0	0
TOTAL		2	60	12	9	1	0

ANEXO V

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
BA	290035	ADUSTINA	1	0	0	0	0
BA	290050	ÉRICO CARDOSO	0	0	0	1	0
BA	290080	ALCOBAÇA	0	0	0	1	0
BA	290120	ANAGÉ	0	0	0	1	0
BA	290270	BARRA	9	1	0	0	0
BA	290320	BARREIRAS	46	3	2	0	0
BA	290323	BARRO ALTO	5	1	0	1	0
BA	290460	BRUMADO	3	0	0	0	0
BA	290475	BURITIRAMA	8	0	0	0	0
BA	290515	CAETANOS	23	3	3	0	0
BA	290570	CAMAÇARI	73	3	0	0	0
BA	290620	CANARANA	3	1	0	0	0
BA	290650	CANDEIAS	5	0	0	0	0
BA	290689	CARAÍBAS	22	2	2	1	0
BA	290690	CARAVELAS	0	0	0	1	0
BA	290760	CENTRAL	6	1	0	0	0
BA	290770	CHORROCHÓ	0	0	0	1	0
BA	290780	CÍCERO DANTAS	0	0	0	1	0
BA	290830	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	0	0	0	1	0
BA	290910	CORIBE	0	0	0	1	0
BA	290920	CORONEL JOÃO SÁ	0	0	0	1	0
BA	290930	CORRENTINA	15	2	0	0	0
BA	290940	COTEGIPE	0	0	0	1	0
BA	290980	CRUZ DAS ALMAS	21	1	0	1	0
BA	290990	CURAÇÁ	0	0	0	1	0
BA	291130	GENTIO DO OURO	7	0	0	0	0
BA	291220	IBICOARA	6	1	0	0	0
BA	291310	IBITITÁ	0	0	0	1	0
BA	291350	IGUAÍ	0	0	0	1	0
BA	291380	IPECAETÁ	20	3	0	1	0
BA	291390	IPIAÚ	11	2	2	0	0
BA	291430	IRAMAIA	0	0	0	1	0
BA	291440	IRAQUARA	16	2	1	1	0
BA	291450	IRARÁ	1	0	0	0	0
BA	291500	ITAETÉ	0	0	0	1	0
BA	291520	ITAGIBÁ	0	0	0	1	0
BA	291730	ITUBERÁ	0	0	0	1	0
BA	291733	IUIÚ	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291750	JACOBINA	10	1	0	0	0
BA	291770	JAGUARARI	19	3	3	0	0
BA	291800	JEQUIÉ	33	0	0	0	0
BA	291845	JUCURUÇU	0	0	0	1	0
BA	291880	LAJE	8	1	0	0	0
BA	291915	LAPÃO	3	1	0	0	0
BA	291995	MAETINGA	1	0	0	0	0
BA	292020	MALHADA	12	1	0	0	0
BA	292120	MIGUEL CALMON	1	0	0	0	0
BA	292190	MUCUGÊ	0	0	0	1	0
BA	292230	MURITIBA	31	4	1	1	0
BA	292273	NOVA FÁTIMA	0	0	0	1	0
BA	292285	NOVA REDENÇÃO	21	3	2	0	0
BA	292303	NOVO HORIZONTE	0	0	0	1	0
BA	292310	OLINDINA	11	1	0	0	0
BA	292330	OURIÇANGAS	0	0	0	1	0
BA	292335	OUROLÂNDIA	0	0	0	1	0
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	19	1	1	0	0
BA	292360	PARAMIRIM	6	1	1	0	0
BA	292370	PARATINGA	8	1	0	1	0
BA	292420	PEDRO ALEXANDRE	0	0	0	1	0
BA	292525	PONTO NOVO	7	2	0	0	0
BA	292540	POTIRAGUÁ	0	0	0	1	0
BA	292590	QUIJINGUE	0	0	0	1	0
BA	292600	REMANSO	18	0	0	0	0
BA	292730	SALINAS DA MARGARIDA	0	0	0	1	0
BA	292740	SALVADOR	116	20	0	0	0
BA	292750	SANTA BÁRBARA	0	0	0	1	0
BA	292800	SANTALUZ	0	0	0	1	0
BA	292860	SANTO AMARO	12	2	0	1	0
BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	2	1	1	0	0
BA	292900	SÃO FÉLIX	0	0	0	1	0
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	4	1	1	0	0
BA	292970	SÁTIRO DIAS	0	0	0	1	0
BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	2	1	0	1	0
BA	293080	SOUTO SOARES	0	0	0	1	0
BA	293190	TUCANO	8	0	0	1	0
BA	293200	UAUÁ	24	4	0	1	0
BA	293230	UBATÃ	0	0	0	1	0
BA	293245	UMBURANAS	0	0	0	1	0
BA	293300	VALENTE	0	0	0	1	0
BA	293305	VÁRZEA DA ROÇA	0	0	0	1	0
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	16	0	0	0	0
TOTAL		81	693	75	20	48	0

ANEXO VI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
CE	230060	ALTANEIRA	0	0	0	1	0
CE	230100	AQUIRAZ	0	0	0	1	0
CE	230210	BATURITÉ	0	0	0	1	0
CE	230240	BOA VIAGEM	12	1	1	0	0
CE	230300	CARIDADE	0	0	0	1	0
CE	230370	CAUCAIA	97	12	8	0	0
CE	230393	CHORÓ	32	6	6	1	0
CE	230400	COREAÚ	0	0	0	1	0
CE	230440	FORTALEZA	55	8	0	5	0
CE	230450	FRECHEIRINHA	0	0	0	1	0
CE	230640	ITAPIPOCA	10	0	0	0	0
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0
CE	230763	MADALENA	0	0	0	1	0
CE	230790	MARTINÓPOLE	7	0	0	1	0
CE	230890	MORRINHOS	6	0	0	0	0
CE	230920	NOVA OLINDA	0	0	0	1	0
CE	231050	PEDRA BRANCA	2	0	0	0	0
CE	231180	RUSSAS	1	0	0	0	0
CE	231220	SANTA QUITÉRIA	28	3	3	0	0
CE	231325	TARRAFAS	0	0	0	1	0
CE	231400	VÁRZEA ALEGRE	14	3	1	0	0
TOTAL		21	265	33	19	17	0

ANEXO VII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
ES	320080	BAIXO GUANDU	0	0	0	1	0
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0
ES	320130	CARIACICA	45	0	0	0	0
ES	320150	COLATINA	49	7	4	0	0
ES	320265	IRUPI	7	1	1	0	0
ES	320335	MARILÂNDIA	0	0	0	1	0
ES	320370	MUNIZ FREIRE	0	0	0	1	0
ES	320490	SÃO MATEUS	7	0	0	0	0
ES	320510	VIANA	114	16	6	0	0
ES	320530	VITÓRIA	0	0	0	3	0
TOTAL		10	222	24	11	7	0

ANEXO VIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
GO	520280	AVELINÓPOLIS	0	0	0	1	0
GO	520390	BURITI ALEGRE	6	1	0	0	0
GO	520455	CALDAZINHA	0	0	0	1	0
GO	520470	CAMPINORTE	0	0	0	1	0
GO	520480	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	5	1	1	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520490	CAMPOS BELOS	9	1	1	0	0
GO	520510	CATALÃO	4	1	0	0	0
GO	520540	CERES	9	1	1	0	0
GO	520660	CUMARI	5	1	1	0	0
GO	520870	GOIÂNIA	2	1	0	0	0
GO	520960	HEITORAÍ	0	0	0	1	0
GO	521000	INHUMAS	8	1	1	1	0
GO	521010	IPAMERI	0	0	0	1	0
GO	521020	IPORÁ	0	0	0	1	0
GO	521190	JATAÍ	6	0	0	0	0
GO	521250	LUZIÂNIA	30	5	2	1	0
GO	521300	MAURILÂNDIA	7	1	1	0	0
GO	521340	MOIPORÁ	0	0	0	1	0
GO	521375	MONTIVIDIU	0	0	0	1	0
GO	521405	MUNDO NOVO	0	0	0	1	0
GO	521410	MUTUNÓPOLIS	0	0	0	1	0
GO	521440	NAZÁRIO	0	0	0	1	0
GO	521500	NOVA VENEZA	5	1	1	0	0
GO	521525	NOVO PLANALTO	0	0	0	1	0
GO	521730	PIRENÓPOLIS	10	1	0	0	0
GO	521800	PORANGATU	18	1	0	0	0
GO	521880	RIO VERDE	8	1	1	0	0
GO	522000	SÃO JOÃO D"ALIANÇA	1	0	0	0	0
GO	522020	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	6	1	0	0	0
GO	522040	SÃO SIMÃO	2	0	0	0	0
GO	522150	TURVÂNIA	0	0	0	1	0
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	4	1	0	0	0
GO	522205	VICENTINÓPOLIS	0	0	0	1	0
TOTAL		33	145	20	10	17	0

ANEXO IX

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MA	210005	AÇAILÂNDIA	10	1	0	0	0
MA	210030	ALDEIAS ALTAS	5	1	0	0	0
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	0	0	0	1	0
MA	210125	BACABEIRA	0	0	0	1	0
MA	210160	BARRA DO CORDA	16	0	0	1	0
MA	210232	BURITICUPU	5	0	0	0	0
MA	210237	CACHOEIRA GRANDE	6	1	0	0	0
MA	210260	CÂNDIDO MENDES	1	0	0	0	0
MA	210300	CAXIAS	5	0	0	0	0
MA	210400	ESPERANTINÓPOLIS	0	0	0	1	0
MA	210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE	0	0	0	1	0
MA	210542	ITINGA DO MARANHÃO	12	0	0	1	0
MA	210667	MILAGRES DO MARANHÃO	0	0	0	1	0
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	10	2	2	0	0
MA	210700	MONTES ALTOS	4	1	0	0	0
MA	210750	PAÇO DO LUMIAR	12	1	0	0	0
MA	211065	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	0	0	0	1	0
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	0	0	0	1	0
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0	0	0	1	0
MA	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	0	0	0	1	0
MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	5	1	1	0	0
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	7	1	0	0	0
MA	211210	TIMBIRAS	31	1	0	0	0
MA	211300	VITORINO FREIRE	0	0	0	1	0
TOTAL		24	129	10	3	12	0

ANEXO X

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MG	310160	ALFENAS	7	1	1	0	0
MG	310170	ALMENARA	34	5	2	0	0
MG	310280	ANDRELÂNDIA	0	0	0	1	0
MG	310310	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	4	1	1	0	0
MG	310340	ARAÇUAÍ	17	3	0	0	0
MG	310350	ARAGUARI	7	0	0	0	0
MG	310450	ARINOS	0	0	0	1	0
MG	310620	BELO HORIZONTE	1	0	0	0	0
MG	310810	BONFIM	0	0	0	1	0
MG	311205	CANTAGALO	0	0	0	1	0
MG	311230	CAPELINHA	0	0	0	1	0
MG	311290	CAPUTIRA	10	2	2	1	0
MG	311590	CHÁCARA	7	1	0	1	0
MG	311710	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	6	1	0	0	0
MG	311750	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	0	0	0	1	0
MG	311783	CÔNEGO MARINHO	0	0	0	1	0
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	30	5	0	0	0
MG	311860	CONTAGEM	0	0	0	4	0
MG	311930	COROMANDEL	4	0	0	0	0
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	37	7	0	0	0
MG	311960	CORONEL PACHECO	6	1	1	0	0
MG	312235	DIVISA ALEGRE	0	0	0	1	0
MG	312247	DOM BOSCO	10	2	1	0	0
MG	312250	DOM CAVATI	0	0	0	1	0
MG	312360	ELÓI MENDES	0	0	0	1	0
MG	312480	ESTRELA DO SUL	9	1	1	1	0
MG	312490	EUGENÓPOLIS	14	2	2	0	0
MG	312695	FREI LAGONEGRO	0	0	0	1	0
MG	312780	GRÃO MOGOL	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312850	GUARARÁ	0	0	0	1	0
MG	312910	GURINHATÃ	0	0	0	1	0
MG	313010	IGARAPÉ	0	0	0	1	0
MG	313080	INGAÍ	0	0	0	1	0
MG	313210	ITACARAMBI	1	0	0	0	0
MG	313230	ITAIPÉ	8	0	0	0	0
MG	313320	ITANHOMI	0	0	0	1	0
MG	313507	JAMPRUCA	6	1	1	0	0
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	4	0	0	0	0
MG	313660	NOVA UNIÃO	0	0	0	1	0
MG	313720	LAGOA DA PRATA	0	0	0	1	0
MG	313770	LAJINHA	13	2	2	0	0
MG	313870	LUMINÁRIAS	10	1	1	0	0
MG	314053	MARTINS SOARES	7	1	1	1	0
MG	314090	MATIPÓ	1	1	1	0	0
MG	314110	MATOZINHOS	0	0	0	1	0
MG	314130	MEDEIROS	0	0	0	1	0
MG	314140	MEDINA	0	0	0	1	0
MG	314150	MENDES PIMENTEL	5	1	1	0	0
MG	314180	MINAS NOVAS	12	2	1	0	0
MG	314310	MONTE CARMELO	5	0	0	0	0
MG	314315	MONTE FORMOSO	6	0	0	0	0
MG	314390	MURIAÉ	5	1	1	0	0
MG	314530	NOVO CRUZEIRO	18	3	0	1	0
MG	314800	PATOS DE MINAS	12	1	0	0	0
MG	314870	PEDRA AZUL	0	0	0	1	0
MG	315015	PIEDADE DE CARATINGA	1	0	0	0	0
MG	315160	PLANURA	0	0	0	1	0
MG	315190	POCRANE	16	2	1	0	0
MG	315220	PORTEIRINHA	0	0	0	1	0
MG	315250	POUSO ALEGRE	1	0	0	0	0
MG	315400	RAUL SOARES	1	0	0	0	0
MG	315410	RECREIO	0	0	0	1	0
MG	315510	RIO DO PRADO	4	1	1	0	0
MG	315520	RIO ESPERA	0	0	0	1	0
MG	315710	SALTO DA DIVISA	0	0	0	1	0
MG	315820	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	14	0	0	1	0
MG	315935	SANTA RITA DE MINAS	0	0	0	1	0
MG	315970	SANTA ROSA DA SERRA	0	0	0	1	0
MG	316210	SÃO GOTARDO	1	0	0	0	0
MG	316260	SÃO JOÃO DO ORIENTE	0	0	0	1	0
MG	316280	SÃO JOÃO EVANGELISTA	9	0	0	0	0
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	4	1	0	0	0
MG	316350	SÃO JOSÉ DO JACURI	18	2	1	1	0
MG	316380	SÃO MIGUEL DO ANTA	0	0	0	1	0
MG	316390	SÃO PEDRO DA UNIÃO	0	0	0	1	0
MG	316790	TABULEIRO	0	0	0	1	0
MG	316850	TEIXEIRAS	7	1	0	0	0
MG	316905	TOCOS DO MOJI	9	1	0	0	0
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	85	0	0	0	0
MG	316960	TUPACIGUARA	0	0	0	1	0
MG	317060	VARGEM BONITA	0	0	0	1	0
MG	317075	VARJÃO DE MINAS	3	1	0	0	0
MG	317140	VIEIRAS	0	0	0	1	0
TOTAL		83	489	55	23	48	0

ANEXO XI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MS	500270	CAMPO GRANDE	371	4	4	0	0
MS	500310	CORGUINHO	0	0	0	1	0
MS	500320	CORUMBÁ	0	0	0	1	1
MS	500348	DOIS IRMÃOS DO BURITI	0	0	0	1	0
MS	500380	FÁTIMA DO SUL	0	0	0	1	0
MS	500440	INOCÊNCIA	3	1	1	0	0
MS	500480	JAPORÃ	4	0	0	1	0
MS	500500	JARDIM	19	4	1	1	0
MS	500625	NOVO HORIZONTE DO SUL	0	0	0	1	0
MS	500635	PARANHOS	5	0	0	0	0
MS	500690	PORTO MURTINHO	1	0	0	0	0
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	9	1	0	0	0
MS	500780	SELVÍRIA	0	0	0	1	0
MS	500793	SONORA	8	1	1	0	0
MS	500795	TACURU	6	1	1	0	0
MS	500840	VICENTINA	0	0	0	1	0
TOTAL		16	426	12	8	9	1

ANEXO XII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MT	510030	ALTO ARAGUAIA	0	0	0	1	0
MT	510120	ARAGUAINHA	3	1	1	0	0
MT	510125	ARAPUTANGA	12	0	0	0	0
MT	510170	BARRA DO BUGRES	15	1	0	0	0
MT	510250	CÁCERES	3	1	0	0	0
MT	510260	CAMPINÁPOLIS	0	0	0	1	0
MT	510268	CAMPOS DE JÚLIO	0	1	0	0	0
MT	510325	COLNIZA	18	2	0	0	0
MT	510340	CUIABÁ	0	2	0	0	1
MT	510345	DENISE	0	0	0	1	0
MT	510615	NOVA BANDEIRANTES	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510624	NOVA UBIRATÃ	6	0	0	1	0
MT	510675	PONTES E LACERDA	6	1	0	0	0
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0	0	0	1	0
MT	510777	SANTA TEREZINHA	23	2	2	0	0
MT	510788	SERRA NOVA DOURADA	0	0	0	1	0
MT	510850	VERA	3	0	0	0	0
TOTAL		17	89	11	3	7	1

ANEXO XIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PA	150030	AFUÁ	29	1	1	0	0
PA	150060	ALTAMIRA	5	1	0	0	0
PA	150085	ANAPU	0	0	0	1	0
PA	150100	AVEIRO	12	1	0	0	0
PA	150140	BELÉM	0	0	0	3	0
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	10	1	1	0	0
PA	150220	CAPANEMA	1	0	0	0	0
PA	150285	CURUÁ	1	0	0	0	0
PA	150295	ELDORADO DOS CARAJÁS	10	1	1	0	0
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	1	0	0	0
PA	150360	ITAITUBA	16	0	0	0	0
PA	150375	JACAREACANGA	23	1	0	0	0
PA	150420	MARABÁ	17	0	0	0	0
PA	150543	OURILÂNDIA DO NORTE	2	2	0	1	0
PA	150549	PALESTINA DO PARÁ	10	2	0	0	0
PA	150550	PARAGOMINAS	6	0	0	0	0
PA	150580	PORTEL	20	1	0	0	0
PA	150680	SANTARÉM	34	0	0	0	0
PA	150750	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	0	0	0	1	0
PA	150810	TUCURUÍ	1	0	0	0	0
PA	150815	URUARÁ	0	0	0	1	0
PA	150820	VIGIA	23	0	0	1	0
PA	150835	VITÓRIA DO XINGU	0	0	0	1	0
TOTAL		23	224	12	3	9	0

ANEXO XIV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PB	250073	AMPARO	0	0	0	1	0
PB	250300	CAAPORÃ	1	0	0	0	0
PB	250370	CAJAZEIRAS	6	1	0	1	0
PB	250400	CAMPINA GRANDE	10	2	1	1	0
PB	250430	CATOLÉ DO ROCHA	2	1	1	0	0
PB	250570	DONA INÊS	0	0	0	1	0
PB	250690	ITABAIANA	0	1	1	1	0
PB	250960	MONTE HOREBE	0	0	0	1	0
PB	251050	OLIVEDOS	0	0	0	1	0
PB	251060	OURO VELHO	0	0	0	1	0
PB	251070	PASSAGEM	0	0	0	1	0
PB	251220	PRATA	0	0	0	1	0
PB	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	0	0	0	1	0
PB	251320	SANTA CRUZ	1	0	0	0	0
PB	251370	SANTA RITA	0	1	1	0	0
PB	251380	SANTA TERESINHA	0	0	0	1	0
PB	251410	SÃO JOÃO DO TIGRE	0	0	0	1	0
PB	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0	0	0	1	0
PB	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	0	0	0	1	0
PB	251540	SERIDÓ	14	3	3	1	0
TOTAL		20	34	9	7	16	0

ANEXO XV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PE	260020	AFRÂNIO	2	0	0	1	0
PE	260070	ALIANÇA	1	0	0	0	0
PE	260090	AMARAJI	0	0	0	1	0
PE	260110	ARARIPINA	0	0	0	2	0
PE	260280	BUÍQUE	0	0	0	1	0
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	119	21	11	2	0
PE	260300	CABROBÓ	5	0	0	0	0
PE	260345	CAMARAGIBE	11	2	0	1	1
PE	260350	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	4	0	0	1	0
PE	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	0	1	0	0	0
PE	260400	CARPINA	1	0	0	0	0
PE	260510	CUSTÓDIA	0	0	0	1	0
PE	260515	DORMENTES	2	0	0	1	0
PE	260520	ESCADA	0	0	0	1	0
PE	260560	FLORES	9	0	0	0	0
PE	260580	FREI MIGUELINHO	1	0	0	1	0
PE	260610	GLÓRIA DO GOITÁ	0	0	0	1	0
PE	260620	GOIANA	0	0	0	1	0
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260780	ITAQUITINGA	0	0	0	1	0
PE	260805	JATOBÁ	9	0	0	0	0
PE	260830	JUPI	2	0	0	0	0
PE	260990	OURICURI	0	0	0	2	0
PE	261040	PARNAMIRIM	0	0	0	1	0
PE	261160	RECIFE	20	9	1	1	0
PE	261180	RIBEIRÃO	0	0	0	1	0
PE	261220	SALGUEIRO	0	0	0	1	0
PE	261280	SANTA TEREZINHA	0	0	0	1	0
PE	261290	SÃO BENEDITO DO SUL	7	1	1	1	0
PE	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	12	2	0	0	0
PE	261410	SERTÂNIA	8	1	0	1	0
PE	261470	TACAIMBÓ	8	1	1	0	0
PE	261610	VERDEJANTE	2	0	0	0	0
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	7	1	1	1	0
PE	261650	XEXÉU	11	2	2	1	0
TOTAL		35	241	41	17	28	1

ANEXO XVI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PI	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220160	BENEDITINOS	1	0	0	0	0
PI	220210	CAMPINAS DO PIAUÍ	2	0	0	0	0
PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220320	CURIMATÁ	0	0	0	1	0
PI	220325	CURRALINHOS	1	0	0	0	0
PI	220375	FARTURA DO PIAUÍ	12	0	0	0	0
PI	220380	FLORES DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220465	ILHA GRANDE	0	0	0	1	0
PI	220510	ITAUEIRA	0	0	0	1	0
PI	220515	JACOBINA DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220551	JUAZEIRO DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220570	LUÍS CORREIA	1	0	0	0	0
PI	220620	MIGUEL ALVES	18	2	2	1	0
PI	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220830	PIRACURUCA	0	0	0	1	0
PI	220840	PIRIPIRI	4	0	0	0	0
PI	220860	PRATA DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220887	RIBEIRA DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	220930	SANTA LUZ	0	0	0	1	0
PI	220975	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	0	0	0	1	0
PI	220980	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	221035	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	3	0	0	0	0
PI	221062	SEBASTIÃO BARROS	0	0	0	1	0
PI	221090	SOCORRO DO PIAUÍ	0	0	0	1	0
PI	221100	TERESINA	41	6	3	0	0
PI	221110	UNIÃO	8	1	1	1	0
TOTAL		28	91	9	6	20	0

ANEXO XVII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PR	410070	ALTO PIQUIRI	12	3	2	0	0
PR	410100	AMPÉRE	0	0	0	1	0
PR	410110	ANDIRÁ	2	0	0	0	0
PR	410185	ARIRANHA DO IVAÍ	7	1	0	0	0
PR	410230	BALSA NOVA	0	0	0	1	0
PR	410302	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	0	0	0	1	0
PR	410322	BOM SUCESSO DO SUL	0	0	0	1	0
PR	410370	CAMBÉ	4	1	0	0	0
PR	410395	CAMPINA DO SIMÃO	1	0	0	1	0
PR	410445	CANTAGALO	12	2	2	0	0
PR	410470	CARLÓPOLIS	4	1	0	0	0
PR	410500	CATANDUVAS	15	2	1	0	0
PR	410580	COLOMBO	7	0	0	0	0
PR	410690	CURITIBA	0	0	0	1	0
PR	410920	GUARACI	0	0	0	1	0
PR	411020	INÁCIO MARTINS	1	0	0	0	0
PR	411030	INAJÁ	0	0	0	1	0
PR	411080	IRETAMA	0	0	0	1	0
PR	411190	JAGUAPITÃ	0	0	0	1	0
PR	411300	JUSSARA	4	1	1	1	0
PR	411470	MARIA HELENA	0	0	0	1	0
PR	411490	MARILÂNDIA DO SUL	0	0	0	1	0
PR	411520	MARINGÁ	0	0	0	7	0
PR	411540	MARMELEIRO	1	0	0	0	0
PR	411545	MARQUINHO	0	0	0	1	0
PR	411575	MAUÁ DA SERRA	6	1	0	0	0
PR	411680	NOVA CANTU	0	0	0	1	0
PR	411695	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	0	0	0	1	0
PR	411727	NOVA TEBAS	0	0	0	1	0
PR	411750	PAIÇANDU	3	2	0	0	0
PR	411780	PALMITAL	0	0	0	1	0
PR	411810	PARANACITY	0	0	0	1	0
PR	411820	PARANAGUÁ	0	0	0	1	0
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	7	0	0	0	0
PR	412110	QUINTA DO SOL	0	0	0	1	0
PR	412150	REBOUÇAS	3	0	0	0	0
PR	412240	ROLÂNDIA	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412265	ROSÁRIO DO IVAÍ	0	0	0	1	0
PR	412382	SANTA LÚCIA	4	1	0	0	0
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0	0	0	1	0
PR	412625	SARANDI	5	0	0	0	0
PR	412635	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	0	0	0	1	0
PR	412660	SIQUEIRA CAMPOS	4	1	0	0	0
PR	412670	TAMBOARA	0	0	0	1	0
PR	412680	TAPEJARA	4	1	0	1	0
PR	412750	TIBAGI	0	0	0	1	0
PR	412795	TUPÃSSI	4	1	0	0	0
PR	412862	ALTO PARAÍSO	7	1	1	0	0
PR	412865	VIRMOND	11	1	2	1	0
PR	412880	XAMBRÊ	6	1	0	0	0
TOTAL		50	134	21	9	36	0

ANEXO XVIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	88	16	6	4	0
RJ	330040	BARRA MANSA	5	0	0	0	0
RJ	330045	BELFORD ROXO	12	1	2	1	0
RJ	330150	CORDEIRO	7	1	0	0	0
RJ	330187	IGUABA GRANDE	0	0	0	1	0
RJ	330205	ITALVA	3	1	0	0	0
RJ	330210	ITAOCARA	0	0	0	1	0
RJ	330227	JAPERI	0	0	0	1	0
RJ	330270	MARICÁ	0	2	0	0	0
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	5	1	0	0	0
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	1	0	0	0	0
RJ	330390	PETRÓPOLIS	3	0	0	0	0
RJ	330414	QUEIMADOS	5	0	0	0	0
RJ	330420	RESENDE	4	0	0	0	0
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0	3	0	0	0
RJ	330480	SÃO FIDÉLIS	14	0	0	0	0
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	74	7	1	0	0
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	17	4	3	1	0
RJ	330540	SAPUCAIA	6	1	0	1	0
RJ	330600	TRÊS RIOS	0	0	0	1	0
RJ	330610	VALENÇA	0	0	0	1	0
TOTAL		21	244	37	12	12	0

ANEXO XIX

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RN	240200	CAICÓ	0	0	0	1	0
RN	240250	CARNAUBAIS	5	1	1	0	0
RN	240290	CORONEL JOÃO PESSOA	0	0	0	1	0
RN	240330	ENCANTO	0	0	0	1	0
RN	240400	FRUTUOSO GOMES	0	0	0	1	0
RN	240540	JAPI	0	0	0	1	0
RN	240750	MAXARANGUAPE	2	0	0	0	0
RN	240770	MONTANHAS	0	0	0	1	0
RN	240800	MOSSORÓ	15	2	2	0	0
RN	240810	NATAL	12	2	0	0	0
RN	241140	SANTANA DO MATOS	0	0	0	1	0
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2	1	1	0	0
RN	241250	SÃO MIGUEL	0	0	0	1	0
RN	241330	SERRA DE SÃO BENTO	4	1	1	1	0
RN	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	1	1	0	1	0
RN	241440	TOUROS	4	1	0	0	0
RN	241445	TRIUNFO POTIGUAR	2	0	0	0	0
TOTAL		17	47	9	5	10	0

ANEXO XX

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	5	1	0	0	0
RO	110011	JARU	37	5	0	1	0
RO	110092	CHUPINGUAIA	19	3	0	0	0
RO	110100	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	6	1	0	0	0
RO	110175	VALE DO ANARI	26	2	1	0	0
TOTAL		5	93	12	1	1	0

ANEXO XXI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RR	140005	ALTO ALEGRE	4	1	1	0	0
RR	140028	IRACEMA	2	1	1	0	0
RR	140040	NORMANDIA	15	2	1	0	0
RR	140047	RORAINÓPOLIS	0	1	1	1	0
TOTAL		4	21	5	4	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XXII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RS	430060	ALVORADA	7	1	0	0	0
RS	430085	ARAMBARÉ	3	1	0	0	0
RS	430087	ARARICÁ	5	1	1	1	0
RS	430230	BOM JESUS	4	0	0	0	0
RS	430435	CANDIOTA	0	0	0	1	0
RS	430463	CAPÃO DA CANOA	3	1	0	0	0
RS	430468	CAPELA DE SANTANA	11	2	2	0	0
RS	430485	CARLOS GOMES	5	1	1	0	0
RS	430535	CHARQUEADAS	0	1	0	0	0
RS	430545	CIDREIRA	7	1	0	0	0
RS	430676	ELDORADO DO SUL	13	2	0	0	0
RS	430770	ESTEIO	71	13	2	1	0
RS	430781	ESTRELA VELHA	1	0	0	0	0
RS	430830	FONTOURA XAVIER	0	1	0	0	0
RS	430840	FORMIGUEIRO	17	1	0	0	0
RS	431150	LAVRAS DO SUL	10	2	0	0	0
RS	431180	MARAU	61	12	7	1	0
RS	431210	MATA	11	2	1	0	0
RS	431330	NOVA PRATA	1	0	0	0	0
RS	431335	NOVA ROMA DO SUL	0	0	0	1	0
RS	431395	PANTANO GRANDE	0	0	0	1	0
RS	431406	PASSA SETE	3	0	0	0	0
RS	431410	PASSO FUNDO	9	2	0	0	0
RS	431413	PAULO BENTO	5	1	1	1	0
RS	431510	PORTO XAVIER	0	0	0	1	0
RS	431575	RIOZINHO	0	0	0	1	0
RS	431600	ROLANTE	36	7	4	0	0
RS	431660	SANANDUVA	22	4	0	0	0
RS	431670	SANTA BÁRBARA DO SUL	0	0	0	1	0
RS	431695	SANTA MARIA DO HERVAL	0	0	0	1	0
RS	431740	SANTIAGO	0	0	0	1	0
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	31	1	1	0	0
RS	431960	SÃO SEPÉ	0	0	0	1	0
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	7	2	0	0	0
RS	432120	TAQUARA	3	1	0	0	0
RS	432250	VACARIA	21	3	0	0	0
RS	432300	VIAMÃO	6	4	0	0	0
TOTAL		37	373	67	20	13	0

ANEXO XXIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SC	420010	ABELARDO LUZ	0	0	0	1	0
SC	420190	AURORA	0	0	0	1	0
SC	420207	BALNEÁRIO GAIVOTA	0	0	0	1	0
SC	420240	BLUMENAU	2	1	0	0	0
SC	420320	CAMBORIÚ	0	0	0	1	0
SC	420420	CHAPECÓ	0	0	1	0	0
SC	420470	CUNHA PORÃ	0	0	0	1	0
SC	420670	HERVAL D"OESTE	0	0	0	1	0
SC	420680	IBICARÉ	0	0	0	1	0
SC	420710	ILHOTA	3	1	0	0	0
SC	420750	INDAIAL	5	0	0	0	0
SC	420820	ITAJAÍ	1	0	0	0	0
SC	420915	JOSÉ BOITEUX	0	0	0	1	0
SC	420940	LAGUNA	0	0	0	1	0
SC	420970	LEBON RÉGIS	2	0	0	0	0
SC	421085	MIRIM DOCE	0	0	0	1	0
SC	421110	MONTE CASTELO	0	0	0	1	0
SC	421145	NOVA ITABERABA	12	2	1	1	0
SC	421160	NOVA VENEZA	0	0	0	1	0
SC	421380	PRAIA GRANDE	0	0	0	1	0
SC	421660	SÃO JOSÉ	1	0	0	0	0
SC	421800	TIJUCAS	0	0	0	1	0
SC	421825	TIMBÓ GRANDE	0	0	0	1	0
SC	421860	TROMBUDO CENTRAL	0	0	0	1	0
SC	421900	URUSSANGA	0	0	0	1	0
TOTAL		25	26	4	2	18	0

ANEXO XXIV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SE	280030	ARACAJU	126	21	0	4	0
SE	280060	BARRA DOS COQUEIROS	8	1	1	0	0
SE	280540	POÇO REDONDO	9	1	1	0	0
SE	280620	SALGADO	0	0	0	1	0
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	1	0	0	0	0
SE	280730	TELHA	0	0	0	1	0
SE	280740	TOBIAS BARRETO	6	1	0	0	0
TOTAL		7	150	24	2	6	0

ANEXO XXV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SP	350075	ALAMBARI	0	0	0	1	0
SP	350190	AMPARO	0	0	0	1	0
SP	350330	ARARAS	18	5	0	0	0
SP	350730	BORACÉIA	0	0	0	1	0
SP	350810	BURITAMA	0	0	0	1	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350850	CAÇAPAVA	2	2	0	0	0
SP	350925	CAJATI	7	1	0	0	0
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	12	2	0	0	0
SP	350990	CANANÉIA	4	2	2	0	0
SP	350995	CANAS	6	1	1	1	0
SP	351110	CATANDUVA	3	1	1	0	0
SP	351140	CERQUEIRA CÉSAR	6	1	0	0	0
SP	351210	COLÔMBIA	3	1	1	0	0
SP	351220	CONCHAL	30	5	1	0	0
SP	351310	CRAVINHOS	6	1	0	1	0
SP	351370	DESCALVADO	3	0	0	0	0
SP	351510	EMBU-GUAÇU	4	1	0	0	0
SP	351515	ENGENHEIRO COELHO	20	3	3	1	0
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	0	1	0	0	0
SP	351620	FRANCA	2	0	0	0	0
SP	351670	GARÇA	0	0	0	1	0
SP	351710	GLICÉRIO	2	1	1	0	0
SP	351770	GUARÁ	0	0	0	1	0
SP	351880	GUARULHOS	24	0	0	0	0
SP	352210	ITANHAÉM	1	0	0	1	0
SP	352350	ITATINGA	3	0	0	0	0
SP	352370	ITIRAPUÃ	0	0	0	1	0
SP	352500	JANDIRA	12	1	0	0	0
SP	352550	JOANÓPOLIS	5	1	0	0	0
SP	352590	JUNDIAÍ	4	0	0	0	0
SP	352610	JUQUIÁ	0	0	0	1	0
SP	352660	LAVRINHAS	6	2	0	0	0
SP	352680	LENÇÓIS PAULISTA	44	0	0	0	0
SP	352690	LIMEIRA	0	1	0	0	0
SP	352700	LINDÓIA	11	2	1	1	0
SP	352970	MIGUELÓPOLIS	19	2	2	0	0
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	6	0	0	0	0
SP	353090	MOMBUCA	0	0	0	1	0
SP	353140	MONTE APRAZÍVEL	31	3	1	0	0
SP	353360	NUPORANGA	0	0	0	1	0
SP	353490	PACAEMBU	0	0	0	1	0
SP	353510	PALMARES PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	353760	PERUÍBE	7	2	0	0	0
SP	353860	PIRACAIA	0	1	0	0	0
SP	353890	PIRAJUÍ	9	2	2	0	0
SP	354040	POPULINA	0	0	0	1	0
SP	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	7	2	1	0	0
SP	354190	QUELUZ	1	1	1	0	0
SP	354230	REDENÇÃO DA SERRA	1	0	0	0	0
SP	354260	REGISTRO	4	0	0	0	0
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	8	0	0	0	0
SP	354410	RIO GRANDE DA SERRA	1	1	0	0	0
SP	354420	RIOLÂNDIA	0	0	0	1	0
SP	354430	ROSEIRA	0	0	0	1	0
SP	354450	RUBINÉIA	0	0	0	1	0
SP	354510	SALMOURÃO	10	0	0	0	0
SP	354580	SANTA BÁRBARA D"OESTE	3	1	0	0	0
SP	354740	SANTA RITA D"OESTE	0	0	0	1	0
SP	354780	SANTO ANDRÉ	4	0	0	5	0
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	3	2	0	0	0
SP	354805	SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	2	1	0	0	0
SP	354890	SÃO CARLOS	9	0	0	1	0
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	1	0	0	0	0
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0	0	0	1	0
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	0	0	0	0
SP	355020	SÃO MIGUEL ARCANJO	4	0	0	0	0
SP	355220	SOROCABA	1	0	0	0	0
SP	355230	SUD MENNUCCI	0	0	0	1	0
SP	355365	TAQUARAL	0	0	0	1	0
SP	355390	TARABAI	0	0	0	1	0
SP	355410	TAUBATÉ	4	1	0	0	0
SP	355470	TORRINHA	8	2	0	0	0
SP	355490	TRÊS FRONTEIRAS	0	0	0	1	0
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	52	9	1	0	0
SP	355650	VÁRZEA PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	5	1	0	0	0
TOTAL		77	439	66	19	35	0

ANEXO XXVI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
TO	170300	BABAÇULÂNDIA	2	0	0	0	0
TO	171360	MONTE DO CARMO	21	2	1	1	0
TO	171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS	0	0	0	1	0
TO	171780	PONTE ALTA DO BOM JESUS	0	0	0	1	0
TOTAL		4	23	2	1	3	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.174, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita e habilita Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) no Município de Aracaju (SE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 1.857/GM/MS, de 11 de outubro de 2005, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas - CEO do Município de Aracaju (SE)

Considerando o Anexo XIV e os art. 579 a 595 da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os Anexos I, II e XL e os art. 202 a 221 da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências; e

Considerando a alteração promovida pelos gestores municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde descrita a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
SE	280030	Aracaju	CEMAR AUGUSTO FRANCO	0002240	Municipal	III

Art. 2º Fica habilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde descrita a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
SE	280030	Aracaju	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE ARACAJU CEO	9302522	Municipal	III

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.184, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) e estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade dos Municípios de Fagundes (PB) e Santa Teresinha (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera os valores dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) realizados pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), segundo critérios estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Bucal;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando o acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) no Município de Fagundes e Santa Teresinha, Estado da Paraíba, da seguinte forma:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
PB	250610	FAGUNDES	MUNICIPAL	R$ 90.000,00
PB	251380	SANTA TERESINHA	MUNICIPAL	R$ 90.000,00
TOTAL:				R$ 180.000,00

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Municípios de Fagundes e Santa Teresinha, Estado da Paraíba, decorrentes do credenciamento de Laboratório Regional de Próteses Dentárias (LRPD).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde dos Municípios, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 2º consignados ao Programa de Trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 12ª (décima segunda parcela de 2017).

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.185, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB) do Município de Arapongas (PR), pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Apucarana (PR) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 16 de junho de 2016, que qualifica a Central de Regulação das Urgências SAMU 192 Regional de Apucarana (PR), 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado pertencentes ao SAMU 192 de Arapongas (PR);

Considerando a Portaria nº 2.006/GM/MS, de 4 de agosto de 2017, que habilita 1 (uma) Unidade de Suporte Básico da Base Descentralizada do SAMU 192 no Município de Arapongas (PR);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 460-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), do Município de Arapongas (PR), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) pertencente a Central de Regulação das Urgências de Apucarana (PR) e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Arapongas (PR), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, para o Fundo Municipal de Saúde de Arapongas (PR), conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761.0041 (PR) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADES MÓVEIS

UF	Município	IBGE	CNES	USB	SIPAR	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
PR	Arapongas	410150	7364121	01	25000.054896/2014-81	Municipal	82.51	17492	R$ 105.528,00
TOTAL									R$ 105.528,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.186, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o repasse de recursos no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde aos Hospitais que compõem a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH), gerenciada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);

Considerando o Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, que aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando os arts. 1 a 8 e 1.147 a 1.154 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando os arts. 1 a 16 do anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS e os arts. 431 a 455;

Considerando os arts. 431 a 455; 503 a 521 e anexos L, LI, LII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando os arts. 182 a 185; 189 a 192; 325 a 335; 520 a 527; 851 a 854 e anexos XLIV, XLV e XLVI da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.051/GM/MS, de 16 de novembro de 2017, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.048/GM/MS, de 16 de novembro de 2017, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse de recursos do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde aos Hospitais que compõem a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH), gerenciada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Os recursos do PVVS do Componente de Vigilância em Saúde destinado aos Hospitais Universitários, dispostos no anexo a esta Portaria, serão repassados mensalmente para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sede em Brasília, conforme os valores definidos no referido anexo.

Art. 2º As ações de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH) terão por objetivo detectar, de modo oportuno, as doenças transmissíveis e os agravos de importância nacional ou internacional, bem como a alteração do padrão epidemiológico em regiões estratégicas do país, desenvolvida em estabelecimentos de saúde hospitalares, que atuarão como unidades sentinelas para a Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Interesse Nacional (REVEH).

Art. 3º A definição dos critérios, financiamento, monitoramento e avaliação dos hospitais que compõem a REVEH estão estabelecidos nos arts. 520 a 526 da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os hospitais federais correspondentes.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL.0001 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	ENTIDADE	UNIDADE GESTORA	GESTÃO FAVORECIDA	DESTINATÁRIO	VALOR MENSAL (R$)
DF	BRASÍLIA	15.126.437/0001-43	EBSERH - BRASÍLIA	155007	26443	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND (MEAC/UFC)	5.000,00
DF	BRASÍLIA	15.126.437/0001-43	EBSERH - BRASÍLIA	155007	26443	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (HC/UFPR)	5.000,00
TOTAL							10.000,00

PORTARIA Nº 3.187, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico para a Base Descentralizada do Município de Nova Granada (SP), pertencente a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São José do Rio Preto (SP), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 987/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que habilita em custeio uma Unidade de Suporte do Município de Nova Granada (SP);

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 28-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) para a Base Descentralizada do Município de Nova Granada (SP), pertencente a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São José do Rio Preto (SP), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Nova Granada (SP).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0035 (SP) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADE MÓVEL

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	Nova Granada	353300	6952976	01 USB SAMU 192	25000.074557/2015-01	Municipal	82.51	15365	R$ 105.528,00
TOTAL/ANO									R$ 105.528,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.188, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Município de Comendador Levy Gasparian (RJ) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade de Suporte Básico (USB), como base descentralizada da Central de Regulação de Urgências Regional de Centro Sul Fluminense, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Titulo II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Titulo VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 471-SEI/2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Comendador Levy Gasparian (RJ) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à uma (1) Unidade de Suporte Básico (USB) como base descentralizada da Central de Regulação de Urgências Regional de Centro Sul Fluminense destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e autoriza a transferência de incentivo financeiro de custeio mensal ao Fundo Municipal de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Comendador Levy Gasparian (RJ).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761.0033 (RJ) - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UNIDADE MÓVEL (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Proposta	Código	Valor anual a ser incorporado
RJ	Comendador Levy Gasparian	330095	7664167	01 USB	25000.450285/2017-11	Municipal	9310	82.50	R$ 157.500,00

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.189, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita os entes federados ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando os arts. 1º a 8º, 431 a 455, 503 a 521, 1.147 a 1.154 e Anexos L, LI, LII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando os arts. 182 a 185; 189 a 192; 325 a 335; 520 a 527; 851 a 854 e Anexos LIV, XLV e XLVI da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 48, de 20 de janeiro de 2015, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.233, de 30 de junho de 2016, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 15-SEI/2017-DEVIT/SVS/MS, com avaliação do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde - Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH);

Considerando o Parecer Técnico nº 4-SEI/2017-CGDANT/DANTPS/SVS/MS, com avaliação do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde - Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP); e

Considerando o Parecer Técnico nº 11-SEI/2017-CGDT/DEVIT/SVS/MS, com avaliação do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde -Vigilância Sentinela de Influenza, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os entes federados ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde.

Art. 2º A desabilitação das ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais listados no Anexo I a esta Portaria está em conformidade ao estabelecido nos artigos 191, 330 e 526 da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Os Anexos XXIII e XXVI da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 7 de junho 2017, publicados no Diário Oficial da União nº 109, de 8 de junho de 2017, páginas 89 a 91, passam a vigorar conforme os Anexos II e III a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	IBGE	ENTE FEDERADO	AÇÕES E SERVIÇOS	GESTÃO	VALOR MENSAL (R$)
RS	430510	SMS/Caxias do Sul	Vigilância Sentinela da Influenza	Municipal	10.000,00
RS	431680	SMS/Santa Cruz do Sul	VEH - Hospital Santa Cruz	Municipal	5.000,00
SP	350000	SES/SP	VEH - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília	Estadual	5.000,00
SP	352690	SMS/Limeira	VEH - Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Limeira	Municipal	5.000,00
SP	354850	SMS/Santos	RCBP - Santos	Municipal	4.500,00

ANEXO II

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
RS	430000	SES RIO GRANDE DO SUL	236.000,00	2.832.000,00
RS	430460	CANOAS	5.000,00	60.000,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	5.000,00	60.000,00
RS	431410	PASSO FUNDO	5.000,00	60.000,00
RS	431440	PELOTAS	5.000,00	60.000,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	26.000,00	312.000,00
RS	431560	RIO GRANDE	5.000,00	60.000,00
RS	431720	SANTA ROSA	5.000,00	60.000,00
RS	432240	URUGUAIANA	5.000,00	60.000,00
TOTAL			297.000,00	3.564.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
SP	350000	SES SÃO PAULO	1.095.000,00	13.140.000,00
SP	350550	BARRETOS	5.000,00	60.000,00
SP	350950	CAMPINAS	31.000,00	372.000,00
SP	351050	CARAGUATATUBA	5.000,00	60.000,00
SP	351620	FRANCA	40.000,00	480.000,00
SP	351880	GUARULHOS	66.000,00	792.000,00
SP	352240	ITAPEVA	5.000,00	60.000,00
SP	352940	MAUÁ	8.000,00	96.000,00
SP	353050	MOCOCA	45.000,00	540.000,00
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	3.000,00	36.000,00
SP	353440	OSASCO	5.000,00	60.000,00
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	3.000,00	36.000,00
SP	354780	SANTO ANDRÉ	8.000,00	96.000,00
SP	354850	SANTOS	3.000,00	36.000,00
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	3.000,00	36.000,00
SP	354890	SÃO CARLOS	5.000,00	60.000,00
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3.000,00	36.000,00
SP	355030	SÃO PAULO	131.000,00	1.572.000,00
SP	355220	SOROCABA	3.000,00	36.000,00
SP	355410	TAUBATÉ	3.000,00	36.000,00
TOTAL			1.470.000,00	17.640.000,00

PORTARIA Nº 3.190, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Restabelece a transferência de recursos financeiros de custeio da Unidade de Acolhimento Infanto Juvenil (UAI) do Município de Campo Alegre (AL).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a habilitação do serviço por meio da Portaria nº 1.670/GM/MS, de 2 de outubro de 2015, de incorporação ao seu Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade;
Considerando a Portaria nº 331/GM/MS, de 1º de fevereiro de 2017, que suspende a transferência de recursos financeiros de custeio da Unidade de Acolhimento Infanto Juvenil (UAI) do Município de Campo Alegre (AL);
Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios;
Considerando as diretrizes e orientações contidas no titulo I - anexo V; titulo II capitulo II - seção IV, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial e da Unidade de Acolhimento na rede SUS, respectivamente; e
Considerando a avaliação realizada pela Coordenação Estadual de Saúde Mental de Alagoas com apoio da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas CGMAD/DAPES/SAS/MS, na UAI do Município de Campo Alegre (AL), resolve:
Art. 1º Fica restabelecida a transferência dos recursos do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Campo Alegre (AL), conforme anexo a esta Portaria.
Parágrafo único. A retomada dos repasses não tem efeito retroativo.
Art. 2º A transferência ora formalizada ocorre mediante ao funcionamento do referido serviço por parte do município de Campo Alegre (AL), em conformidade às normativas diretrizes e orientações para Unidade de Acolhimento da rede SUS.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	GESTÃO	SERVIÇO	PORTARIA DE INCORPORAÇÃO E DE SUSPENSÃO	RECURSO ANUAL (R$)
AL	2701407	Campo Alegre	MUNICIPAL	UAI	Incorporação: Portaria nº 1.670/GM/MS, de 2 de outubro de 2015 Suspensão: Portaria nº 331/GM/MS, de 1º de fevereiro de 2017.	R$ 360.000,00
TOTAL						R$ 360.000,00

PORTARIA Nº 3.192, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
Considerando a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;
Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida a norma sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida a norma sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).
Art. 2º Os recursos de que trata esta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, observando o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no exercício de 2016, conforme o disposto no artigo 4º da Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017.
Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados para manutenção de ações da Atenção Básica conforme o escopo do art. 1º da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos de emendas parlamentares e estão descritos nos termos do anexo.

Art. 5º Fica estabelecido que os recursos de que trata esta Portaria não terão natureza plurianual e não poderão ser incorporados aos limites dos respectivos entes beneficiados de forma que os efeitos orçamentários desta Portaria se limitam a este exercício.

Art. 6º O pagamento desta Portaria será executado em até 6 parcelas conforme regulado pela Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017.

Art. 7º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência dos recursos financeiros consignados nos termos desta Portaria e demais regras previstas neste dispositivo.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, na forma do Decreto nº 1.232/94, que trata das transferências, fundo a fundo, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde e ao Estado, por meio de relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Municípios habilitados a receberem recursos federais de emendas parlamentares destinados ao incremento temporário do Piso de Atenção Básica (PAB).

UF	Interessado	Município	CNPJ	Número Proposta	Valor Proposta	Emenda	PTRES
AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	SANTANA DO IPANEMA	19433048000111	36000153078201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FORMIGA	01155430000145	36000153293201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	IRAI DE MINAS	13601247000105	36000153162201700	100.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATHIAS LOBATO	MATHIAS LOBATO	14731032000171	36000153168201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PONTE	NOVA PONTE	12702343000187	36000153146201700	890.000,00	81000173	136856
PB	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RIACHO DE SANTO ANTONIO	11170236000192	36000153202201700	206.868,00	81000173	136856
PI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ORIENTE DO PIAUI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	13770802000122	36000153288201700	480.000,00	81000173	136856
PI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENCA DO PIAUI	VALENCA DO PIAUI	11339353000137	36000153289201700	520.000,00	81000173	136856
RJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANGUA	TANGUA	12246631000174	36000153123201700	400.000,00	81000173	136856
RJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANGUA	TANGUA	12246631000174	36000153124201700	300.000,00	81000173	136856
RR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	ALTO ALEGRE	15713230000175	36000153292201700	1.000.000,00	81000173	136856
RR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS	RORAINOPOLIS	12236981000150	36000152863201700	1.571.446,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ADAMANTINA	ADAMANTINA	13868910000132	36000153229201700	200.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	ALTO ALEGRE	11770688000105	36000153261201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATIBAIA	13901091000188	36000153145201700	1.250.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BILAC	BILAC	12433127000183	36000153117201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DRACENA	13890575000179	36000153208201700	400.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JUNQUEIROPOLIS	13816220000130	36000153271201700	200.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUCELIA	07649698000110	36000153161201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARACAI	MARACAI	13995524000101	36000153188201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OURO VERDE	09642975000198	36000153160201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PACAEMBU	11948764000120	36000153169201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	PIACATU	12041339000115	36000153164201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRACINHA	PRACINHA	13886941000116	36000153118201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE EPITACIO	PRESIDENTE EPITACIO	11966021000182	36000153287201700	550.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINOPOLIS	RINOPOLIS	11775742000105	36000153205201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA MERCEDES	SANTA MERCEDES	13879728000187	36000153248201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPE	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	12270821000127	36000153071201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PAU D"ALHO	SAO JOAO DO PAU D"ALHO	13692570000131	36000153180201700	180.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GUARAI	11295419000134	36000152659201700	250.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GUARAI	11295419000134	36000152875201700	500.000,00	81000173	136856

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JUARINA	11715159000109	36000152627201700	350.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAMPAIO	SAMPAIO	11620328000127	36000152798201700	150.000,00	81000173	136856
TOTAL				33	12.258.314,00		

PORTARIA N° 3.194, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 8º, inciso II, e Anexo XL à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, mais especificamente nos Títulos VI e VII quanto aos recursos para Gestão do SUS;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal no fortalecimento da descentralização e da gestão setorial, do desenvolvimento de estratégias e processos para alcançar a integralidade da atenção à saúde individual e coletiva, e do incremento da participação da sociedade nas decisões políticas do SUS; e

Considerando a necessidade de desenvolver ações para a formação e a Educação Permanente de profissionais e trabalhadores em saúde necessários ao SUS, contando com a colaboração das Comissões de Integração Ensino-Serviço - CIES, com vistas a estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos trabalhadores da área para a transformação das práticas de saúde em direção

ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS - PRO EPS-SUS.

Art. 2º O PRO EPS-SUS tem como objetivo geral estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho.

Art. 3º São objetivos específicos do PRO EPS-SUS:

I - promover a formação e desenvolvimento dos trabalhadores no SUS, a partir dos problemas cotidianos referentes à atenção à saúde e à organização do trabalho em saúde;

II - contribuir para a identificação de necessidades de Educação Permanente em Saúde dos trabalhadores e profissionais do SUS, para a elaboração de estratégias que visam qualificar a atenção e a gestão em saúde, tendo a Atenção Básica como coordenadora do processo, e fortalecer a participação do controle social no setor, de forma a produzir impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva;

III - fortalecer as práticas de Educação Permanente em Saúde nos estados, Distrito Federal e municípios, em consonância com as necessidades para qualificação dos trabalhadores e profissionais de saúde;

IV - promover a articulação intra e interinstitucional, de modo a criar compromissos entre as diferentes redes de gestão, de serviços de saúde e educação e do controle social, com o desenvolvimento de atividades educacionais e de atenção à saúde integral, possibilitando o enfrentamento criativo dos problemas e uma maior efetividade das ações de saúde e educação; e

V - estimular o planejamento, execução e avaliação dos processos formativos, compartilhados entre instituições de ensino, programas de residência em saúde e serviços de saúde, tendo os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde - COAPES, de que trata a Portaria Interministerial nº 1.127/MS/MEC, de 4 de agosto de 2015, como dispositivo norteador para favorecer a integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente da rede de saúde.

Art. 4º São diretrizes para a implementação do PRO EPS-SUS:

I - reconhecimento e cooperação de ações de Educação Permanente em Saúde realizadas nos estados, Distrito Federal e Municípios;

II - incorporação de estratégias que possam viabilizar as ações de Educação Permanente em Saúde na realidade dos serviços de saúde, como as tecnologias de informação e comunicação e modalidades formativas que se utilizem dos pressupostos da Educação e Práticas Interprofissionais em Saúde;

III - fortalecimento da Atenção Básica e integração com os demais níveis de atenção para a qualificação dos profissionais e obtenção de respostas mais efetivas na melhoria do cuidado em saúde;

IV - contratualização de metas e objetivos de Educação Permanente em Saúde; e

V - monitoramento e avaliação permanentes.

CAPÍTULO II

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS DE CUSTEIO PARA IMPLEMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E GESTÃO DO PRO EPS-SUS

Seção I

Do Incentivo de Custeio para a Elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em

Saúde

Art. 5º Fica instituído incentivo financeiro de custeio para a elaboração de Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde.

§ 1º O Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de que trata o caput deverá observar aos seguintes requisitos:

I - ter previsão de duração de, no mínimo, 1 (um) ano;

II - ser elaborado com a participação dos municípios e da respectiva Comissão de Integração Ensino-Serviço - CEIS;

III - ser pactuado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB; e

IV - ter como eixo central as bases teóricas e metodológicas da Educação Permanente em Saúde, observado o disposto no Anexo XL à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

§ 2º O Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de que trata este artigo deverá ser submetido à aprovação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação para a Atenção Básica - SISAB, em até 300 (trezentos) dias, contados da data do repasse dos recursos de que trata o art.7º.

Art. 6º Poderão solicitar a habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de que trata esta Seção os estados e o Distrito Federal.

§ 1º A solicitação de que trata o caput poderá ser realizada até o dia 6 de dezembro de 2017, por meio do preenchimento e assinatura de Termo de Adesão a ser disponibilizado no sítio eletrônico http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=35791.

§ 2º Será juntado ao Termo de Adesão de que trata o § 1º documento contendo as necessidades de Educação Permanente em Saúde do estado ou Distrito Federal e as ações previstas, com descrição dos objetivos, atividades, metas e período de execução.

§ 3º Ato do Ministro de Estado da Saúde divulgará a lista de estados e Distrito Federal habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata esta Seção, que conterá:

I - o nome da unidade federativa;

II - o número de Regiões de Saúde existentes na unidade federativa; e

III - o valor a ser repassado a título de incentivo financeiro de custeio para a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde.

Art. 7º O valor do incentivo financeiro de que trata esta Seção será definido de acordo com o número de Regiões de Saúde existentes no estado ou Distrito Federal, observadas as seguintes faixas:

I - de 1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II - de 11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III - de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) regiões de saúde: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); ou

IV - acima de 31 (trinta e uma) regiões de saúde: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde do estado ou Distrito Federal habilitado, em parcela única, na modalidade fundo a fundo, por meio do Bloco de Gestão, a partir da publicação da Portaria de que trata o § 3º do art. 6º.

§ 2º As despesas realizadas com os recursos de que trata este artigo deverão estar diretamente relacionadas à elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente de Saúde, observadas as diretrizes estabelecidas no manual de que trata o art. 14.

Seção II

Do Incentivo de Custeio para a Execução de Ações de Educação Permanente em Saúde pelas Equipes de Atenção Básica

Art. 8º Fica instituído incentivo financeiro de custeio para a execução de ações de Educação Permanente em Saúde pelas Equipes de Atenção Básica.

Art. 9º Poderão solicitar a habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de que trata esta Seção o Distrito Federal e os municípios que possuam Equipes de Atenção Básica cadastradas no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

§ 1º A solicitação de que trata o caput poderá ser realizada até o dia 6 de dezembro de 2017, por meio do preenchimento e assinatura de Termo de Adesão a ser disponibilizado no sítio eletrônico http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=35790.

§ 2º Deverá ser juntado ao Termo de Adesão de que trata o § 1º o planejamento de ações de Educação Permanente em Saúde, formulado pelo Distrito Federal ou município interessado, que esteja alinhado às necessidades de qualificação e aprimoramento dos profissionais e trabalhadores que atuam no Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente da Atenção Básica, podendo contemplar, dentre outros:

I - aspectos do funcionamento dos serviços de saúde;

II - aperfeiçoamento dos processos de trabalho;

III - abordagens técnicas específicas voltadas para o fortalecimento e consolidação das Redes de Atenção à Saúde; e

IV - ações intersetoriais, que envolvam outras equipes de saúde e/ou outros níveis de atenção.

§ 3º O planejamento de que trata o § 2º deverá considerar:

I - o protagonismo das equipes da Atenção Básica no ordenamento da Rede de Atenção à Saúde no Distrito Federal e Municípios;

II - os contextos e necessidades para a formação e qualificação dos trabalhadores do SUS;

III - o diagnóstico local de saúde; e

IV - o papel dos estados, Distrito Federal e municípios no processo de planejamento das ações de Educação Permanente em Saúde.

§ 4º O planejamento de que trata o § 2º deverá conter ações a serem executadas pelo período mínimo de 1 (um) ano e deverá contemplar todas as Equipes de Atenção Básica do Distrito Federal ou município interessado.

§ 5º Ato do Ministro de Estado da Saúde divulgará a lista de Distrito Federal e municípios habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata esta Seção, que conterá:

I - o nome da unidade federativa;

II - a quantidade de Equipes de Atenção Básica existentes na unidade federativa; e

III - o valor a ser repassado a título de incentivo financeiro de custeio para a execução de ações de educação permanente em saúde pelas Equipes de Atenção Básica.

Art. 10. O incentivo financeiro de que trata esta Seção terá o valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais) para o Distrito Federal e municípios que possuírem até 3 (três) Equipes de Atenção Básica.

§ 1º O valor do incentivo financeiro de que trata o caput será acrescido nos casos de unidades federativas com número de Equipes de Atenção Básica superior a 3 (três), na ordem de R$ 1.000,00 (mil reais) para cada intervalo de 1 (uma) a 5 (cinco) Equipes.

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde aos fundos de Saúde do Distrito Federal e dos municípios, em parcela única, na modalidade fundo a fundo, por meio do Bloco de Gestão, a partir da publicação da Portaria de que trata o § 5º do art. 9º.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRO EPS-SUS

Art. 11. Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PRO EPS-SUS, a qual compete auxiliar a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES/MS no monitoramento e na avaliação das ações realizadas no âmbito do PRO EPS-SUS, que será composto por 1 (um) representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/MS, que a coordenará;

II - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass;

III - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems; e

IV - Conselho Nacional de Saúde - CNS.

§ 1º Os representantes da Comissão de que trata o caput serão indicados pelos órgãos que a compõem.

§ 2º A SGTES/MS fornecerá o apoio técnico e administrativo necessário às atividades da Comissão de que trata o caput.

§ 3º As reuniões ordinárias da Comissão serão trimestrais, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pelo coordenador.

§ 4º As deliberações da Comissão de que trata o caput serão tomadas por maioria, presente a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao coordenador a decisão final em caso de empate, e serão formalizadas por meio de atas.

§ 5º A participação na Comissão de que trata o caput será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Além do disposto nesta Portaria, na execução do PRO EPS-SUS, compete, ainda:

I - às Secretarias Municipais ou Distrital de Saúde habilitadas, nos termos do art. 9º, envolver o sistema educacional local e regional para apoio e desenvolvimento das atividades, quando necessário; e

II - às Secretarias Estaduais ou Distrital de Saúde habilitadas, nos termos do art. 6º, realizar atividades junto aos Municípios para fins de apoio, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades na Educação Permanente em Saúde.

Art. 13. O registro das informações sobre as atividades desenvolvidas no PRO EPS-SUS será efetuado e atualizado no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB pelos gestores responsáveis pelo Programa no âmbito dos estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 14. Será elaborado Manual Técnico, a ser pactuado junto à CIT, que estabelecerá:

I - os indicadores e padrões de avaliação do PRO EPS-SUS; e

II - as diretrizes acerca da execução dos recursos repassados com base nos incentivos financeiros estabelecidos nesta Portaria.

Art. 15. Os recursos financeiros para a execução das atividades previstas nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.128.2015.20YD. 0001 (Educação e Formação em Saúde).

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.232, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117055	71250003	2.070.344,00	2.070.344,00	10302201585358904
TOTAL			1 PROPOSTAS			2.070.344,00	

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	36000154082201700	600.000,00	35420002	600.000,00	10122201545250027	2010151	600.000,00
AM	MANAQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156466201700	380.750,00	37230014	380.750,00	10122201545250211	2011891	380.750,00
CE	MARACANAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156647201700	446.855,00	20700008	446.855,00	10122201545250023	2806215	446.855,00
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	36000156589201700	322.904,00	36300011	322.904,00	10122201545250053	0010499	322.904,00
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	36000156592201700	1.260.000,00	37980002	1.260.000,00	10122201545250053	0010456	1.260.000,00
MG	ANDRELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156439201700	250.000,00	29750008	250.000,00	10122201545250031	5060761	250.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000156329201700	202.340,00	29750008	202.340,00	10122201545250031	5381533	202.340,00
PE	MOREILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000156344201700	250.000,00	37670009	250.000,00	10122201545250026	2639270	250.000,00
PE	PALMEIRINA	,FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRINA	36000156428201700	74.000,00	37670009	74.000,00	10122201545250026	2639033	74.000,00
PE	SAO JOSE DO EGITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO EGITO	36000146743201700	500.000,00	37670011	500.000,00	10122201545250026	2715317	500.000,00
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156538201700	130.400,00	37440006	130.400,00	10122201545250022	2777703	130.400,00
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156539201700	27.700,00	37440006	27.700,00	10122201545250022	6641172	27.700,00
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156540201700	7.900,00	37440006	7.900,00	10122201545250022	7020430	7.900,00
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156541201700	34.000,00	37440006	34.000,00	10122201545250022	5205514	34.000,00
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156542201700	34.900,00	37440006	34.900,00	10122201545250022	2366509	34.900,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000156676201700	2.000.000,00	30710003	2.000.000,00	10122201545253298	6007317	2.000.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000156326201700	75.562,00	32350006	75.562,00	10122201545250042	2377810	75.562,00
SC	JARAGUA DO SUL	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO JOSE DE JARAGUA DO SUL	36000156483201700	100.000,00	37860008	100.000,00	10122201545250042	2306336	100.000,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SOCIEDADE HOSPITALAR SAO FRANCISCO DE ASSIS	36000156573201700	100.000,00	37860008	100.000,00	10122201545250042	2418177	100.000,00
SC	SAO JOAO BATISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA	36000156401201700	200.000,00	37860001	200.000,00	10122201545250042	2418967	200.000,00
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000156474201700	400.000,00	25690004	400.000,00	10122201545250042	2553147	400.000,00
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000156476201700	58.000,00	25690004	58.000,00	10122201545250042	2553120	58.000,00
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000156479201700	7.900,00	25690004	7.900,00	10122201545250042	2553112	7.900,00
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000156480201700	28.100,00	25690004	28.100,00	10122201545250042	2825686	28.100,00
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE	36000156482201700	75.000,00	25690004	75.000,00	10122201545250042	5032369	75.000,00
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS	36000147907201700	100.000,00	30830014	100.000,00	10122201545250031	2200422	100.000,00
TOTAL			26 PROPOSTAS	7.666.311,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.234, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156707201700	71190015	70.143,00	70.143,00	10122201545250022
PI	ANISIO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANISIO DE ABREU	36000156666201700	71190015	521.573,00	521.573,00	10122201545250022
PI	BELA VISTA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156681201700	71190015	150.000,00	150.000,00	10122201545250022
PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156678201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CANAVIEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156675201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CARAUBAS DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAUBAS DO PIAUI	36000156628201700	71190015	170.000,00	170.000,00	10122201545250022
PI	DOMINGOS MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOMINGOS MOURAO -PI	36000156669201700	71190015	70.000,00	70.000,00	10122201545250022
PI	FRANCISCO SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO SANTOS	36000156685201700	71190015	400.000,00	400.000,00	10122201545250022
PI	FRONTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156635201700	71190015	220.000,00	220.000,00	10122201545250022
PI	ILHA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156719201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156677201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	MURICI DOS PORTELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MURICI DOS PORTELAS-PI	36000156680201700	71190015	171.573,00	171.573,00	10122201545250022
PI	NAZARE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE DO PIAUI	36000156672201700	71190015	200.000,00	200.000,00	10122201545250022
PI	PIMENTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156683201700	71190015	130.000,00	130.000,00	10122201545250022
PI	PIRACURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156716201700	71190015	70.143,00	70.143,00	10122201545250022
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156659201700	71190015	70.143,00	70.143,00	10122201545250022
PI	SAO JOAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156715201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SEBASTIAO BARROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEBASTIAO BARROS-PI	36000156699201700	71190015	233.333,00	233.333,00	10122201545250022
TOTAL			18 PROPOSTAS			2.976.908,00	

PORTARIA Nº 3.235, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000156650201700	28.264,00	71200004	28.264,00	10122201545250033	6646034	28.264,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000156651201700	3.383,00	71200004	3.383,00	10122201545250033	6646034	3.383,00
TOTAL			2 PROPOSTAS	31.647,00					

PORTARIA Nº 3.236, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessários para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BOTUPORA	FUNSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOTUPORA	11352889000117005	27460002	189.000,00	189.000,00	10302201585350029
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11159883000117014	31660008	90.000,00	90.000,00	10302201585350029
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	11959800000117032	25100002	99.890,00	99.890,00	10302201585350033
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11171092000117019	30390001	47.260,00	47.260,00	10302201585353341
TOTAL			4 PROPOSTAS			426.150,00	

PORTARIA Nº 3.237, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM	12804343000117022	37940003	1.076.800,00	1.076.800,00	10302201585350013
BA	BOTUPORA	FUNSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOTUPORA	11352889000117004	27460002	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	BREJOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426748000117014	36940007	5.400,00	5.400,00	10302201585350029
BA	LICINIO DE ALMEIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12424121000117001	13390003	249.920,00	249.920,00	10302201585350029
BA	PAULO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO AFONSO	08704475000117008	37700005	100.000,00	100.000,00	10302201585350029
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11241655000117707	36940007	299.900,00	299.900,00	10302201585350029
CE	CRATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS CE	11341165000117027	20700007	130.450,00	130.450,00	10302201585350023
ES	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051123000117029	32640010 32640009	10.910,00 160.000,00	170.910,00	10302201585350032 10302201585350032
ES	SAO MATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MATEUS	11356696000117012	32640009	29.960,00	29.960,00	10302201585350032
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05593119000117004	37210003	210.500,00	210.500,00	10302201585350052
GO	RUBIATABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11279755000117018	30700005	55.000,00	55.000,00	10302201585350052
MS	RIBAS DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBAS DO RIO PARDO	17701982000117002	14450007	497.671,00	497.671,00	10302201585350054
MT	PONTE BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11386077000117007	29360005	150.000,00	150.000,00	10302201585350051
PA	JACAREACANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACAREACANGA	11462638000117001	32600004	399.980,00	399.980,00	10302201585350015
PE	ARCOVERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10339635000117704	37820003	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	ARCOVERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10339635000117705	37820003	30.000,00	30.000,00	10302201585350026
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BREJO DA MADRE DE DEUS	09159378000117003	28840011	103.260,00	103.260,00	10302201585350026
PE	DORMENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11207731000117005	37890007	340.000,00	340.000,00	10302201585350026
RJ	RIO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO	12116187000117706	23970007	199.900,00	199.900,00	10302201585350033
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22004126000117004	30960004	112.010,00	112.010,00	10302201585350011
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117722	30960004	105.990,00	105.990,00	10302201585350011
RS	JAGUARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11822821000117008	36620007	250.000,00	250.000,00	10302201585350043
SP	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	11508022000117018	31600005	80.000,00	80.000,00	10302201585358754
SP	CRUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10394007000117010	30890011	99.900,00	99.900,00	10302201585350035
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	11814454000117720	36900006	30.000,00	30.000,00	10302201585353577
SP	PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAPANEMA	14161907000117006	37170007	160.000,00	160.000,00	10302201585350035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000117716	28150001	173.366,00	173.366,00	10302201585350035
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000117015	15810001	250.000,00	250.000,00	10302201585350035
TOTAL			28 PROPOSTAS			5.650.917,00	

PORTARIA Nº 3.240, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o repasse dos recursos da assistência financeira complementar da União para o cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 426. .....

.....

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, a parcela adicional será calculada com base no número de ACE registrados no SCNES no mês de setembro do ano vigente multiplicado pelo valor da AFC." (NR)

"Art. 429. .....

.....

§ 2º O repasse dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será efetuado periodicamente em cada exercício, que corresponderá a 12 (doze) parcelas mensais, incluindo-se mais 1 (uma) parcela adicional no último trimestre de cada ano, a qual será calculada com base no número de ACE registrados no SCNES no mês de setembro do ano vigente, multiplicado pelo valor vigente do Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 2.259/GM/MS, de 8 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 192, de 5 de outubro de 2017, seção 1, página 82,
Onde se lê:

UF	Município	IBGE	CNES	Opção de Custeio	Nº de Profissionais Médicos/ 24h	Código	SIPAR	Gestão	Proposta
PA	Belém	150140	9020284	VIII	9	82.43	25000.081096/2017-86	Municipal	15058

Leia-se:

UF	Município	IBGE	CNES	Opção de Custeio	Nº de Profissionais Médicos/ 24h	Código	SIPAR	Gestão	Proposta
PA	Belém	150140	9020284	VIII	9	82.03	25000.081096/2017-86	Municipal	15058

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 471ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25772.018255/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.011321/2014-29	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 474ª Reunião de Diretoria Colegiada DC Ordinária, realizada em 10/10/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.312176/2012-49	Abertta Saúde Associação Beneficente dos Empregados da Arce	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2235/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008638/2004-16	Allianz Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2143/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299326/2005-92	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2108/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296841/2005-11	Amhpla Cooperativa de Assistência Médica	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2341/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387556/2012-37	Associação Unisaúde Marau	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1508/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085441/2012-19	Bensaúde Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2333/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085482/2012-05	Camed Operadora de Plano de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2345/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085708/2012-60	Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2142/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147381/2013-16	Cooperativa de Trabalho Médico Região do Planalto Serrano	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2116/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.009422/2004-78	Coopus Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2298/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296544/2005-75	Falência de Interclínicas Planos de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2125/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.159343/2003-26	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1565/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085593/2012-11	Fundação Padre Albino	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2132/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008848/2004-12	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2111/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.226803/2012-20	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2110/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085696/2012-73	Hospital César Leite	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2263/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085699/2012-15	Hospital de Prontoclínica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2289/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312725/2012-85	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2060/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056643/2004-35	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2129/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388120/2012-65	Life System Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1439/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085972/2012-01	Lincx Sistemas de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2232/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215198/2005-32	Massa Falida de Cog. Saúde S/C Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2147/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.185877/2004-99	Massa Falida de Pollen Grupo Assistencial Polivalente	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2102/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056981/2004-77	Massa Falida de Qualimed Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2148/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087166/2012-60	Massa Falida Saúde Médico S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1431/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388147/2012-58	Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2258/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232187/2002-74	Nossa Saúde Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde S.C Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2109/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.282797/2010-29	Notre Dame Intermédica Sistema de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1423/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085304/2012-76	Oeste Saúde Assistência à Saúde Suplementar S/S Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2134/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147571/2013-25	Paraná Clínicas Planos de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1463/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.158828/2003-01	Promédica Proteção Médica a Empresas S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2343/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.086997/2012-14	Sadia S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1465/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299200/2005-18	Samedh Assistência Médico Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2203/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056203/2004-88	Samho Intermédica Sistema de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 944/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436621/2011-84	Santa Rita Sistema de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1490/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087142/2012-19	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1903/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298815/2005-27	São Camilo Assistência Médica S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2127/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296522/2005-13	Sermed Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2352/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.087206/2012-73	SMH Sociedade Médico Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1999/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087210/2012-31	Soc. Div. Providência Saúde Conceição	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2264/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299315/2005-11	Santa Casa de Misericórdia de Barretos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2128/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147630/2013-65	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2372/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147730/2013-91	Unimed Alto Uruguai/RS Cooperativa Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1714/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156698/2005-25	Unimed Barbacena Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2097/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232132/2002-64	Unimed Betim Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2306/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299232/2005-13	Unimed Campo Belo Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2083/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497158/2011-47	Unimed de Birigui Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1524/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312950/2012-11	Unimed de Capivari Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2130/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298183/2005-00	Unimed de Paranaguá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2340/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562096/2011-51	Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amuel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1362/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497234/2011-14	Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amuel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1469/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054570/2005-28	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2353/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.095404/2004-09	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2214/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.009031/2004-53	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1372/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156829/2005-74	Unimed Grande Florianópolis Coop. de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1413/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054580/2005-63	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2270/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376289/2011-91	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1468/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054607/2005-18	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1371/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.057128/2004-72	Unimed Pará de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2085/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216253/2005-10	Unimed Patrocínio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2086/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436978/2011-62	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1583/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.186339/2004-11	Unimed Sta Rita, Sta Rosa e São Simão Coop. Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2212/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.054682/2005-89	Unimed Três Rios Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2267/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298166/2005-64	Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2265/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376415/2011-16	Unimed Vale do Caí/RS Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 487/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297179/2005-16	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2157/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.148037/2013-36	Vonpar Refrescos S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2190/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 475ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 23 de outubro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.095376/2016-55	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.001002/2016-77	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V, 7º, III e 8º, III da RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33902.462142/2016-28	Unimed Norte Fluminense Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, III da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.005492/2013-63	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.009379/2014-18	Bradesco Saúde S.A.	DIDES	Urgência e Emergência - Arts. 79 e 10, V da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33902.604568/2014-01	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.030924/2015-55	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Reajuste acima do Permitido - Arts. 59 e 10, V da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.095395/2016-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.002477/2016-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.015086/2013-98	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017075/2015-44	Odontoprev S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.223602/2012-71	Unimed Três Pontas- Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, II da RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25772.013210/2015-42	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.208938/2012-11	Gamec- Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, II da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.456271/2012-53	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.005112/2013-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.008142/2016-51	Unimed Norte de Minas	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo - Arts. 82-A e 10, V da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.023758/2014-50	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33903.035649/2013-50	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.650637/2014-41	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66 e 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.025845/2012-35	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.024172/2016-30	Bradesco Saúde S.A.	DIOPE	Ingresso de Beneficiário em Plano - Arts. 62 e 10, V da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.014751/2013-26	Terramar Administradora de Plano De Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.010934/2015-24	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.049857/2015-23	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.017276/2016-22	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.012086/2013-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.243827/2014-13	Assistência Médica São Miguel Ltda	DIOPE	Alienação de Carteira - Arts. 25 e 10, III e §2º da RN 124/2006.	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33903.006119/2013-02	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.029997/2015-02	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013447/2015-02	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.015924/2013-13	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - art. 88 da RN 124/06; e Operar Produto Diverso do Registrado art. 20 da RN 124/06.	78.905,26 (setenta e oito mil, novecentos e cinco reais e vinte e seis centavos)
25783.006342/2014-16	Hapvida Assistência Medica Ltda.	DIOPE	Mecanismo de Regulação art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.068727/2014-17	Bradesco Saúde S.A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.026867/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Migração ou Adaptação dos Contratos - art. 67 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.021782/2014-54	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.023250/2016-02	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIOPE	Mecanismo de Regulação art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.007792/2014-18	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.494165/2016-00	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.005794/2015-12	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.081578/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.022569/2016-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.014311/2016-32	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.022177/2016-43	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25779.006697/2015-47	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Mecanismo de Regulação Art.71 da RN124/06	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
25772.018938/2015-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.026856/2016-91	H.B. Saúde S/A.	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25779.008646/2015-50	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25789.102996/2014-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.070207/2013-85	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIDES	Ingresso de beneficiário em Plano Coletivo - art. 20-D da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.004966/2014-10	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIDES	Produto Diverso do Registrado art. 20 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25772.014464/2012-35	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06; e Produto Diverso do Registrado art. 20 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais) e Advertência
25780.002994/2014-01	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)
33902.213993/2012-15	Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Envio de Informações Periódicas art.35 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
25772.024807/2015-12	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.007907/2015-74	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.002388/2016-40	Amesc - Associação Médica Espírita Cristã	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual Art. 82 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.015994/2015-83	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.013541/2015-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.012767/2013-85	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.013280/2015-71	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.012664/2015-17	Operadora Unicentral de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33903.008521/2012-32	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.024118/2015-48	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.285536/2014-94	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.268649/2014-25	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33903.015742/2015-18	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.036214/2015-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual Art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.004367/2008-58	Caixa de Assistência dos Empregados do Baneb	DIOPE	Registro do Produto Art. 19 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33903.009025/2014-68	Aliança Administradora de Benefícios de Saude S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão unilateral de contrato coletivo Art. 82-A da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.016134/2011-99	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda	DIOPE	Redução de rede hospitalar Art. 88 da RN 124/06	115.368,42 (cento e quinze mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos)
33902.016765/2013-80	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Cláusulas de garantias legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.033450/2016-40	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Cláusulas de garantias legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.448806/2014-84	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.034523/2013-68	Nimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25789.097372/2013-84	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Produto diverso do registrado Art. 20 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.007667/2014-58	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.120,00 (sessenta mil e cento e vinte reais)
25782.000468/2012-17	Geap Autogestão em Saúde	DIOPE	Redução de rede hospitalar Art. 88 da RN 124/06	198.046,32 (cento e noventa e oito mil, quarenta e seis reais e trinta e dois centavos)
33903.026603/2015-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.414292/2012-00	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Cláusulas de garantias legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.458882/2014-06	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25772.003637/2016-13	Caixa Econômica Federal	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.014370/2013-47	Vision Med Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.017601/2015-26	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Mecanismos de Regulação Art. 71 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25779.000971/2016-55	Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.016908/2015-50	Massa Falida de Minas Center Med Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25779.021050/2016-26	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.046193/2015-60	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.009255/2015-13	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.005771/2015-59	Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual Art. 82 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.006254/2015-05	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.033816/2015-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.057767/2015-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.063726/2015-59	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.067878/2015-21	Prodent - Assistência Odontológica Ltda.	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.095277/2016-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.198043/2012-53	Amico Saúde Ltda.	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais)
33902.263208/2015-18	Plano de Saúde Ases Ltda.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
33902.343033/2010-17	Economus Instituto de Seguridade Social	DIOPE	Padrão de Informações com Prestadores Art. 44 da RN 124/06	21.000,00 (vinte e um mil reais)
33902.406452/2014-09	Life Empresarial Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.432456/2014-34	Amico Saúde Ltda.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.470399/2016-53	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.721804/2014-45	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Informações Devidas a Beneficiários Art. 74 da RN 124/06	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33903.003616/2015-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	81.909,47 (oitenta e um mil novecentos e nove reais e quarenta e sete centavos)
33903.005138/2016-56	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.011094/2016-01	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.113554/2015-56	Sermed-Saúde Ltda.	DIOPE	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços Art. 34 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.198941/2012-10	Unimed Encosta da Serra/RS Sociedade Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda.	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.199315/2012-32	Hospital Maternidade Frei Galvao	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.181809/2015-11	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.005576/2015-29	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Medico	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 RN 124/2006	135.960,00 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais)
33902.085740/2016-79	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.338937/2014-54	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.094989/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Redução de Rede art. 88 RN 124/2006	276.586,32 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos)
33902.206643/2012-01	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera	DIOPE	Envio de Informações art. 35 RN 124/2006	450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)
25772.013214/2015-21	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.481740/2013-53	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.467425/2016-66	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.100814/2014-68	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo art. 61-A RN 124/2006	54.495,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)
33903.012738/2015-90	Ibbca 2008 Gestão Em Saúde Ltda	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo art. 61-A RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.037627/2015-31	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIDES	Rescisão unilateral de contrato coletivo art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.044936/2013-86	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A.	DIOPE	Mudança Faixa Etária art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.041200/2015-18	Sobam Centro Médico Hospitalar S.A.	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados art. 84 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25779.040222/2015-80	Unimed Saúde e Odonto S.A	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.462320/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.007674/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Proteção de Informações sobre beneficiários art. 74 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
25789.002436/2015-39	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.004471/2016-23	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33903.016512/2015-68	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.001639/2015-16	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.214508/2012-21	SB Saúde Ltda Sociedade Simples	DIOPE	Envio de Informações art. 35 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais),
25789.005044/2016-11	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.090569/2016-10	Plano de Autogestão Em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.004975/2015-62	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.009085/2015-57	Plano Hospital Samaritano Ltda	DIDES	Negativa de cobertura art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.023790/2014-35	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.009763/2013-18	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.043177/2013-34	Bradesco Saúde S.A.	DIOPE	Produto diverso do registrado Art. 20 da RN 124/06	Advertência
33902.198965/2012-61	Fundação Saúde Itaú	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.195581/2012-96	Unimed Joaçaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	170.000,00 (cento e setenta mil reais)
25789.063607/2012-53	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Produto diverso do registrado Art. 20 da RN 124/06; Ingresso de beneficiário em plano coletivo Art. 20-D da RN 124/06	Advertência; 40.160,00 (quarenta mil cento e sessenta reais)
33902.195050/2012-01	Dental Uni Cooperativa Odontológica	DIPRO	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	300.000,00 (trezentos mil reais)
25789.098212/2012-71	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.027473/2013-98	Garantia de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.233039/2015-91	Central Nacional Unimed- Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.009290/2015-11	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.037455/2015-03	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta cinco mil e duzentos reais)
25772.000964/2014-51	Unimed São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med e Hosp Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
25773.010158/2013-09	Care Plus Medicina Assistencial Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais)
33902.349334/2012-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Remoção em urgência e emergência Art. 80 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.020015/2012-11	Unimed Cuiaba Cooperativa de Trabalho Medico	DIOPE	Urgência e emergência Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33902.255654/2015-59	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.413435/2015-09	Tempo Saúde Participações S.A.	DIOPE	Urgência e emergência Art. 79 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
25785.000486/2015-11	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25773.011028/2015-47	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.440090/2012-13	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.028854/2015-14	Unimed Joao Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.016344/2013-53	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.243419/2015-34	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.002704/2015-12	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIOPE	Reajuste acima do permitido Art. 59 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.011052/2015-15	Coopus Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.022839/2015-13	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.008916/2015-11	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.04003/2015-81	Unimed-São Roque Cooperativa de trabalho médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.047908/2015-00	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.068004/2015-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.013884/2015-48	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.007258/2015-12	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.013124/2015-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.006641/2015-92	Promed Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.051347/2015-16	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Suspensão ou rescisão de contrato coletivo Art. 82-A da RN 124/06	80.320,00 (oitenta mil trezentos e vinte reais)
25789.100512/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.022785/2015-96	Massa Falida de Minas Center Med-Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.001902/2015-49	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária e reajuste- Art. 57 e 58 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.011358/2015-63	Odontoprev S.A	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.015561/2015-17	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.009347/2013-31	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.016552/2015-89	Unimed Norte/Nordeste federação interfederativa das soc. Coop de trabalho médico	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25773.006908/2015-00	Unimed Norte/Nordeste federação interfederativa das soc. Coop de trabalho médico	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.006518/2015-32	Medisanitas Brasil Assistência Integral à saúde Ltda	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25779.008296/2015-21	SMS- assistência médica Ltda	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais)
25789.060166/2015-81	Odontoprev S.A	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.014564/2015-12	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.011831/2016-78	Unimed do Estado de SP- Federação Estadual das coop. Médicas	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.494568/2016-41	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.021400/2016-10	Life Empresarial Saúde Ltda	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.090751/2016-71	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.033979/2015-06	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.018455/2015-66	Unimed Norte/Nordeste federação interfederativa das soc. Coop de trabalho médico	DIDES	Descumprimento contratual- Art. 78 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.006490/2015-11	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIDES	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.420184/2014-20	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Arts. 78 e art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.011592/2014-89	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 e art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.003314/2012-96	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 c/c art. 10, inciso V c/c art. 9º, inciso I, todos da RN 124/06.	75.650,00(setenta e cinco mil e cinquenta reais)
25785.001218/2012-74	Geap Autogestão Em Saúde	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 c/c art. 10, inciso V, c/c art. 7º, inciso III e art. 9º, inciso II, todos da RN 124/06.	274.895,79 (duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos)
25779.001144/2013-36	Casa de Saúde São Bernardo S/A	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 c/c art. 10, inciso IV e art. 9º, inciso III, todos da RN 124/06.	251.950,00 (duzentos e cinquenta e um mil e novecentos e cinquenta reais)
33902.578787/2012-58	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Produto Diverso do Registrado - Arts. 20 c/c art. 10, inciso V e art. 9º, inciso II, e art. 88 c/c art. 10, inciso V e art. 9º, inciso II, todos da RN 124/06 da ANS.	324.421,06 (trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e seis centavos)
33902.043056/2016-10	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.020976/2015-34	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 7º, inciso III c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.015524/2015-61	Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 e art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.006164/2016-00	Geap - Fundação de Seguridade Social	DIOPE	Negativa de cobertura - arts. 77 c/c art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.014582/2015-96	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 c/c art. 10, inciso V c/c art. 7, inciso III, da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.004092/2016-13	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 c/c art. 10, inciso V c/c art. 7, inciso III, da RN nº 124/2006.	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.202369/2010-21	Conmedh Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Produto Diverso do Registrado - Arts. 20 c/c art. 10, inciso II; art. 88 c/c art. 10, inciso II e art. 9º, inciso II e art. 88 c/c art. 10, inciso II e art. 9º, inciso II, todos da RN 124/06.	183.511,58 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e oito centavos)
25772.005342/2016-81	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 e art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006 da ANS.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.011945/2016-18	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.011103/2013-79	Unimed Pelotas - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 c/c art. 10, inciso III e art. 9º, inciso I, todos da RN 124/06.	30.720,00 (trinta mil e setecentos e vinte reais)
33903.023176/2014-29	Geap Autogestão Em Saúde	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Arts. 78 c/c art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.032442/2015-30	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.046484/2015-58	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 7º, inciso III e 10, inciso III da RN nº 124/2006.	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.026279/2012-89	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 c/c art. 10, inciso V e art. 9º, inciso II, todos da RN 124/06.	111.421,05 (cento e onze mil quatrocentos e vinte e um reais e cinco centavos)
25789.094947/2014-98	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.095369/2016-53	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.011331/2014-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33902.389568/2014-68	Cooperativa Odontológica Região Sul da Bahia - Uniodonto	DIOPE	Envio de informações periódicas mensais Art. 36 da RN n° 124/2006 (4x)	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.099424/2014-38	Sompo Saúde Seguros S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.677899/2014-52	Salutar Saúde Seguradora S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.018767/2014-60	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.025929/2014-66	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.000412/2014-44	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 da RN n° 124/2006; e Fornecimento de Cópia do Instrumento Contratual Art. 65 da RN n° 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25783.007799/2014-30	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN n° 124/2006; e Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33903.023212/2014-54	Vison Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.008757/2014-26	Dental Uni Cooperativa Odontológica	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.003105/2014-14	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.013962/2013-41	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.017659/2015-80	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.006824/2015-78	Plamed Plano de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.010024/2015-52	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.005021/2014-13	Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 10 de outubro de 2017, processo n.º 25789.053907/2014-96, publicada no DOU nº 220 em 17 de novembro de 2017, Seção 1, página 75: onde se lê: "Processo 25789.053917/2014-96...". leia-se: Processo 25789.053907/2014-96".

33903.014738/2014-43	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 da RN n° 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25782.012237/2014-18	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.018697/2013-83	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.008190/2016-40	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.443033/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.007106/2014-19	Odontoprev S/A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN n° 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.083418/2015-40	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Registro de Produto Art. 19 da RN n° 124/2006	200.000,00 (duzentos mil reais)
25785.000992/2016-91	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.045246/2015-25	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 da RN n° 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.206456/2012-19	Promédica - Proteção Medica a Empresas S.A.	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006 (7x)	105.000,00 (cento e cinco mil reais)
25789.003556/2016-34	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.218218/2010-94	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Ingresso de beneficiário em plano coletivo Art. 20-D da RN n° 124/2006; Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN n° 124/2006; Mecanismos de Regulação Art. 71 da RN n° 124/2006; e Produto Diverso do Registrado Art. 20 da RN n° 124/2006	1.564.813,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e treze reais); Advertência
25772.004621/2016-28	Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.006753/2016-94	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Descumprimento contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.019176/2015-10	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.017451/2013-99	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25779.005606/2015-56	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.012001/2016-01	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.015305/2015-31	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.017277/2016-77	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.006966/2016-17	Caberj Integral Saúde S.A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.007855/2015-47	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.000332/2016-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.002519/2016-79	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.004314/2014-66	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.000793/2016-83	Unimed/RS Federação das Cooperativas Médicas do RS Ltda	DIOPE	Renovação de contratos Art. 62 F da RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.006509/2016-42	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006 (2x)	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.040477/2015-23	Geap Autogestão em Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.071961/2015-02	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de trabalho Médico - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.082833/2013-14	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.072846/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.085863/2016-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.460531/2014-57	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.462394/2016-57	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.469869/2016-36	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.484194/2013-11	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.014696/2014-41	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.017140/2014-14	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25783.005656/2016-55	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de garantias legais Art. 66 da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.311774/2012-09	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.018256/2013-86	GEAP Fundação de Seguridade Social	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.022406/2012-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.015990/2012-73	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.034525/2013-57	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.005977/2015-89	Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.009237/2015-51	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.8º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006 e Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	100.320,00 (cem mil trezentos e vinte mil reais)
25779.032006/2015-61	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.015832/2015-13	Unimed Norte/Nordeste- Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso IV da RN n° 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.011851/2015-83	COOPUS-Cooperativa de usuários do sistema de saúde de Campinas	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.009759/2015-72	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.046896/2015-98	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.535077/2015-86	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.087124/2013-25	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.004537/2013-42	Gama Saúde Ltda	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso II da RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.019775/2013-67	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso III da RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33902.493538/2013-74	Unieste de planos de saúde Ltda	DIOPE	Descumprimento contratual - Art. 78 c/c art.10, inciso II da RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.104356/2015-17	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso II da RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.007010/2015-41	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.037624/2015-05	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.004124/2015-60	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.039845/2015-18	Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso I da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.250664/2015-06	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigação de natureza contratual Art. 78 c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.235930/2012-10	Mac Dental Serviços Odontológicos Ltda	DIOPE	Envio de informações periódicas Art.35 c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.051724/2015-17	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Redução de rede hospitalar- Art. 88 c/c art.9º, inciso II c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	127.094,74 (cento e vinte e sete mil, noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos)
25789.112491/2015-36	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.000928/2015-70	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art.57 c/c art.7º, inciso III c/c art.10, inciso V da RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.030431/2013-17	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Contratualização Art.43 c/c art.10, inciso IV da RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25772.001353/2014-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual - Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.002939/2015-83	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.008342/2015-42	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.013290/2014-45	UNIHOSP - Serviços de Saúde Ltda.	DIOPE	Renovação de contratos - Art. 62-A da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.006529/2015-51	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.017352/2014-38	Massa Falida de Vitae Serviços Assistenciais Ltda	DIOPE	Redução de rede hospitalar - Art. 88 da RN 124/06, por quatro vezes.	164.502,10 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e dois reais e dez centavos)
25779.040450/2015-50	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25783.008207/2014-05	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.013419/2015-87	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.036452/2014-02	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.008028/2011-05	Unimed Planalto Médio - Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Diversas infrações	501.425,32 (quinhentos e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)
25789.008816/2014-04	SEISA Serviços Integrados de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.033802/2015-00	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Ingresso de consumidor em plano - Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.046002/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.071663/2015-12	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.090338.2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.091646/2015-93	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.107254/2014-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06, por três vezes	148.500 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais)
25789.112306/2015-11	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.253169/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.351420/2014-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.435339/2014-22	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Doenças e lesões preexistentes - Art. 81 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.440234/2015-76	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - CAC	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.632384/2014-23	Allianz Saúde S/A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
33903.000572/2015-69	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.035636/2013-81	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.094390/2011-27	Amil Assistência Médica Internacional S/A. (Amico Saúde Ltda)	DIDES	Produto diverso do registrado; obrigação de natureza contratual - arts. 20 e 78 RN nº 124/2006	Advertência e 60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.201489/2012-72	Unimed Interfederativa Federação Regional Sul de Minas	DIPRO	Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.198105/2012-27	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Mococa	DIPRO	Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.106818/2012-72	Astra S/A Indústria e Comércio	DIPRO	Envio de informações das operadoras e prestadores de serviço	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25783.013002/2012-71	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura; ingresso de consumidor em plano arts. 77 e 62, RN nº 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
25773.020292/2012-29	Geap Autogestão em Saúde (Geap Fundação de Seguridade Social)	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.006340/2013-52	Bradesco Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.014083/2013-16	São Francisco Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual art. 82, RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.001742/2013-65	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.024354/2013-83	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.011082/2014-32	Unimed de Sertãozinho - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual art. 82, RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.268128/2014-78	Geap Autogestão em Saúde (Geap Fundação De Seguridade Social)	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.058315/2014-61	Biovida Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.057869/2014-41	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Cláusulas de garantias legais - art. 66, RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.001718/2014-57	Casa de Saúde São Bernardo S.A	DIPRO	Redução de rede hospitalar - art. 88, RN 124/2006	32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais)
33902.276643/2014-21	Bradesco Saúde S.A.	DIDES	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.013398/2015-40	Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.013173/2015-73	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.009846/2015-20	Minas Center Med Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33902.377347/2015-28	All Care Administradora de Benefícios São Paulo S.A.	DIPRO	Cláusulas de garantias legais - art. 66, RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.037228/2015-70	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Informações devidas aos consumidores - art. 74, RN 124/2006	22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
25773.010885/2015-20	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIPRO	Mudança de faixa etária, obrigação de natureza contratual - arts. 57 e 78, RN nº 124/2006	84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
25779.017011/2015-43	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.444385/2016-84	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Urgência e emergência - art. 79, RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.005892/2016-11	Unimed do Estado de Sp -Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.013735/2016-80	BRADESCO SAUDE S.A.	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.002016.2016-11	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIPRO	Redução de rede hospitalar - art. 88, RN 124/2006	45.474,00 (quarenta cinco mil quatrocentos e setenta e quatro reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.077529/2015-00	Ibbca 2008 Gestão Em Saúde Ltda	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo -Art.61-A da RN 124/06	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
25789.091674/2015-19	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.024794/2013-13	Geap Autogestão Em Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.005324/2015-12	Sul América Serviços De Saúde S.A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.005719/2015-12	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.009035/2015-89	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa Das Sociedades Cooperativas De Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
33902.329105/2014-47	Qualicorp Administradora De Benefícios S.A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.414668/2014-30	Grupo Hospitalar Do Rio De Janeiro Ltda	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.033289/2015-49	Sul America Companhia De Seguro Saúde	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo -Art.61-A da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.026781/2013-56	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.024292/2016-37	All Care Administradora De Beneficios S/A	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.025628/2016-89	All Care Administradora De Beneficios S/A	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.046889/2015-96	Administradora Brasileira De Assistencia Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.047615/2015-14	Administradora Brasileira De Assistencia Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.103036/2015-40	Advance Planos De Saúde Ltda	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.090864/2014-20	Advance Planos De Saude Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.060921/2015-27	Allianz Saúde S/A	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art. 84 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.407410/2014-87	Ibbca 2008 Gestão Em Saúde Ltda	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
25783.014909/2013-39	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art. 84 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.043723/2015-07	Biovida Saúde Ltda	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.001615/2014-57	Qualicorp Administradora De Beneficios S/A	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.778495/2014-85	Qualicorp Administradora De Beneficios S/A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.007084/2015-98	Qualicorp Administradora De Beneficios S/A	DIOPE	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.005980/2015-01	ADM Administradora de Benefícios Ltda	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.003964/2016-96	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.145238/2014-62	Amico Saúde Ltda	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.470551/2013-55	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.012504/2014-57	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.056617/2015-85	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.015622/2015-98	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.030931/2014-15	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Mudança de Faixa Etária Art. 57 RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25783.014823/2015-78	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.001307/2016-64	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013993/2014-54	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25772.014393/2012-71	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.060859/2014-92	Massa Falida de Saúde Assistência Médica Internacional Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.085803/2016-97	Notre Dame Intermédica Saúde S/A	DIOPE	-	Provimento
33902.250747/2015-97	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06 Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.250673/2015-99	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06 Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
25780.009416/2015-79	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.083405/2015-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Mudança de Faixa Etária Art. 57 RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25773.010890/2015-32	Unimed Norte Nordeste Federação Interfed. das Soc. Coop. de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.088872/2014-14	Unimed Seguros Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.012484/2012-67	Unimed Norte Nordeste Federação Interfed. das Soc. Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33903.006023/2016-89	Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.005829/2015-79	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico em Liq. Extraj.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.025152/2016-86	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.062623/2014-91	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.444390/2016-97	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.008062/2016-21	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.378048/2012-68	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25783.000993/2015-75	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.062351/2015-18	Sociedade Beneficente União Operária de Araraquara	DIOPE	Redimensionamento de rede hospitalar por redução art. 88 da RN 124/06	43.945,26 (quarenta e três mil novecentos quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos)
25789.084652/2015-94	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.103793/2014-32	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.017612/2015-56	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados art. 84 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25789.024283/2016-61	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.031713/2016-86	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Informações devidas a consumidores art. 74 da RN 124/06	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25773.009798/2015-20	Bradesco Saúde S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.109630/2014-63	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.021513/2016-31	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Fornecimento de orientação para contratação ou guia de leitura contratual	5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
33902.491914/2014-77	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusula de garantias legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.000602/2013-51	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.026554/2014-51	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.034674/2015-22	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
33902.024079/2016-25	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.018860/2014-99	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.050764/2014-61	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.008980/2014-93	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25782.010351/2014-11	Dental Uni - Cooperativa Odontológica	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
33903.020551/2014-89	Jardim América Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta mil e duzentos reais)
25782.008701/2014-71	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.019419/2014-79	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.024371/2014-51	Oralclass Assistência Médica e Odontologica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.046612/2014-63	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.322170/2014-41	Unimed Norte Capixaba- Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.373835/2014-85	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.000637/2014-81	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Demitidos e Aposentados art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.021271/2013-15	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Ingresso de Consumidor em Plano art. 62 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.007683/2012-69	Vale S/A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.026018/2011-63	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.014129/2014-99	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.019276/2014-03	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.004971/2016-24	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.017055/2013-42	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.020027/2015-14	Unimed de Penápolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	31.680,00 (trinta e um mil e seiscentos e oitenta reais)
25789.029683/2015-82	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.093520/2014-72	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico em liquidação extrajudicial	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo art. 61-A da RN 124/06	45.090,00 (quarenta e cinco mil e noventa reais)
25789.103980/2014-16	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.109619/2014-01	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.296099/2015-15	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.351903/2012-93	All Care Administradora de Benefícios S.A	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.385091/2011-07	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.629521/2014-42	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.020083/2014-97	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Mudança de Faixa Etária art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.020474/2013-86	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.444337/2016-96	Caberj Integral Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.074068/2016-96	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.023546/2015-17	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.074319/2016-32	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.257504/2015-80	Salutar Saúde Seguradora S/A	DIOPE	Produto Diverso do Registrado art. 20 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.042886/2015-64	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Ingresso de Beneficiário em Plano Coletivo art. 20-D da RN 124/06 Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.021813/2013-27	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Incorreções e Omissões nas Informações art. 37 da RN 124/06	Advertência

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 1.962, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar o acompanhamento e o gerenciamento da implementação do conjunto de propostas definidas no Relatório Final do GTI-OPME.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, XIV, aliado ao disposto no art. 52, IV e no art.54, III, §§ 3º e 9º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA com o objetivo de realizar, observada a competência da Anvisa, o acompanhamento e o gerenciamento da implementação do conjunto de propostas definidas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre órteses, próteses e materiais especiais (GTI-OPME).

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - Promover a articulação interna na Anvisa sobre o tema "Dispositivos Médicos Implantáveis";

II - Observar o Plano de Ação aprovado no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre órteses, próteses e materiais especiais (GTI-OPME) para a consecução de suas atividades;

III - Realizar, em conjunto com as demais unidades organizacionais da Anvisa relacionadas, a implantação das medidas e ações necessárias ao cumprimento do Plano de Ação do GTI-OPME;

IV - Elaborar e apreciar propostas de opções regulatórias em relação ao tema; e

V - Dar ciência dos resultados dos trabalhos à Diretoria Colegiada da Anvisa.

Art. 3º O grupo de trabalho de que trata esta portaria será composto por membros titulares e suplentes representantes das seguintes unidades:

I - Diretoria de Gestão Institucional - DIGES: Titular e Suplente;

II - Diretoria de Autorização e Registos Sanitários - DIARE: Titular;

III - Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS: Suplente;

IV - Diretoria de Regulação Sanitária - DIREG: Titular;

V - Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias - GGREG: Suplente;

VI - Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários - DIMON: Titular;

VII - Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON: Suplente; e

VIII - Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - SCMED: Titular e Suplente.

Parágrafo único. A coordenação do Grupo de Trabalho será exercida pelo representante titular da Diretoria de Gestão Institucional - DIGES, sendo substituído em sua ausência ou impedimentos pelo respectivo suplente.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelas suas respectivas unidades à coordenação do Grupo de Trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho será considerada atividade de relevância pública e não será remunerada.

Art. 6º A conclusão dos trabalhos deverá ocorrer ao término da implantação do Plano de Trabalho elaborado pelo Grupo, o qual será formulado e encaminhado à apreciação e aprovação do Coordenador.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias nºs. 1.977, de 26 de outubro de 2016, 894, de 13 de abril de 2016 e 1.809, de 26 de setembro de 2016.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.135, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de antúrio, crisântemo, lisianthus na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativo D36 - DIFENOCONAZOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.136, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de soja na modalidade de emprego (aplicação) pré-plantio, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo C63 - LAMBDA-CIALOTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.137, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de chuchu na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 07 dias, na monografia do ingrediente ativo D39 - DIMETOMORFE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.138, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de begônia, gérbera, kalanchoe, calandiva, lírio, orquídeas e violeta na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativo M45 - MANDIPROPAMIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de alstroemeria, cravo, cravínea, crisântemo, gérbera, gladíolo, lírio, lisianthus, orquídea e rosa na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativo C47 - CIPRODINIL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.775, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia da Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba, com sede em Ubatuba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a Nota Técnica nº 76/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122358/2014-27, que concluiu, na fase recursal, que foram atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia da Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba, CNPJ nº 72.747.967/0001-42, com sede em Ubatuba (SP).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 286/SAS/MS, de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 58, de 28 de março de 2016, seção 1, página 54.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.783, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Pará.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Consolidação Normativa n°. 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Consolidação Normativa n°. 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o Financiamento e a Transferência dos Recursos Federais para Custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará, por meio do Ofício CIB/PA nº. 50/2017, de 24 de outubro de 2017 e da Resolução CIB/PA nº. 117, de 24 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Pará, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$1.161.934.501,76, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Fundo Estadual de Saúde FES	330.258.929,79	Anexo I
Fundos Municipais de Saúde FMS	823.342.171,97	Anexo II
Hospitais Universitários	8.333.400,00	Anexo III

§ 2º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0015 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12° parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ

PPI ASSISTENCIAL VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	267.552.844,22
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	62.706.085,57
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	330.258.929,79

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ

PPI ASSISTENCIAL VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município			Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de SaúdeValores recebidos de outras UFsTotal
			Próprio	Referenciado						
150010	ABAETETUBA	7.800.692,02	240.817,28	3.093.150,00	639.177,06	0,00	0,00	0,00	0,00	11.773.836,36
150013	ABEL FIGUEIREDO	273.019,80	1.123,41	0,00	505.671,28	0,00	0,00	0,00	0,00	779.814,49
150020	ACARA	2.427.866,96	12.667,76	204.750,00	120.306,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.765.590,92
150030	AFUA	1.832.562,83	100.435,82	0,00	242.065,57	0,00	2.175.064,22	0,00	0,00	0,00
150034	AGUA AZUL DO NORTE	1.856.120,80	0,00	382.950,00	271.518,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.510.588,94
150040	ALENQUER	3.470.527,86	154.387,91	1.475.227,50	-4.191.300,96	0,00	0,00	0,00	0,00	908.842,31
150050	ALMEIRIM	1.784.392,56	9.432,45	0,00	1.526.507,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.320.332,61
150060	ALTAMIRA	8.044.337,54	4.626.342,84	3.112.950,00	922.258,83	0,00	11.922.344,21	0,00	0,00	4.783.545,00
150070	ANAJAS	749.932,13	0,00	0,00	219.914,60	0,00	969.846,73	0,00	0,00	0,00
150080	ANANINDEUA	29.770.602,46	11.384.671,51	19.311.896,62	25.123.615,78	0,00	0,00	0,00	0,00	85.590.786,37
150085	ANAPU	759.415,55	0,00	204.750,00	236.217,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.382,56
150090	AUGUSTO CORREA	1.091.480,21	157.172,52	204.750,00	1.098.608,55	0,00	2.347.261,28	0,00	0,00	204.750,00
150095	AURORA DO PARA	1.299.982,11	6.571,17	0,00	283.810,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590.364,13
150100	AVEIRO	0,00	0,00	0,00	130.731,47	0,00	130.731,47	0,00	0,00	0,00
150110	BAGRE	190.002,36	0,00	0,00	55.332,27	0,00	245.334,63	0,00	0,00	0,00
150120	BAIAO	1.556.771,52	29.219,47	204.750,00	599.540,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.390.281,82
150125	BANNACH	160.177,03	0,00	204.750,00	578.305,23	0,00	0,00	0,00	0,00	943.232,26
150130	BARCARENA	4.657.109,66	26.558,34	1.764.750,00	798.477,59	0,00	0,00	0,00	0,00	7.246.895,59
150140	BELEM	130.606.199,49	107.771.732,08	56.293.026,32	-6.421.409,04	0,00	0,00	8.333.400,00	0,00	279.916.148,85
150145	BELTERRA	345.711,95	0,00	0,00	507.012,42	0,00	0,00	0,00	0,00	852.724,37
150150	BENEVIDES	1.890.611,82	180.150,30	468.750,00	1.203.839,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3.743.351,95
150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	753.828,29	4.030,99	204.750,00	166.030,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.128.639,59
150160	BONITO	186.060,51	409,69	0,00	129.673,98	0,00	0,00	0,00	0,00	316.144,18
150170	BRAGANCA	7.554.168,28	6.711.311,54	8.066.000,57	1.364.747,69	0,00	21.926.483,08	0,00	0,00	1.769.745,00
150172	BRASIL NOVO	1.181.892,96	50.938,85	343.350,00	755.332,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.331.514,49
150175	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	246.272,93	1.539,38	0,00	509.628,05	0,00	0,00	0,00	0,00	757.440,36
150178	BREU BRANCO	2.042.914,25	0,00	2.856.750,00	251.485,53	0,00	0,00	0,00	0,00	5.151.149,78
150180	BREVES	6.087.730,93	1.302.225,56	0,00	2.101.756,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9.491.712,81
150190	BUJARU	922.792,72	4.093,47	204.750,00	790.904,67	0,00	1.717.790,86	0,00	0,00	204.750,00
150195	CACHOEIRA DO PIRIA	221.998,72	0,00	204.750,00	62.721,46	0,00	284.720,18	0,00	0,00	204.750,00
150200	CACHOEIRA DO ARARI	736.869,15	8.343,73	0,00	224.825,10	0,00	970.037,98	0,00	0,00	0,00
150210	CAMETA	6.760.374,47	366.646,46	2.479.276,57	1.430.729,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.037.027,44
150215	CANAA DOS CARAJAS	1.524.459,25	36.101,38	323.550,00	167.039,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051.150,48
150220	CAPANEMA	4.012.279,44	4.239.731,14	6.181.050,00	346.899,59	0,00	0,00	0,00	0,00	14.779.960,17
150230	CAPITAO POCO	2.618.448,62	263.757,70	281.700,00	261.941,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.425.847,78
150240	CASTANHAL	10.437.980,63	9.259.484,68	8.434.050,00	9.661.078,18	0,00	0,00	0,00	0,00	37.792.593,49
150250	CHAVES	332.806,08	0,00	0,00	389.172,30	0,00	0,00	0,00	0,00	721.978,38
150260	COLARES	336.740,91	1.399,37	0,00	502.882,47	0,00	0,00	0,00	0,00	841.022,75
150270	CONCEICAO DO ARAGUAIA	2.977.800,48	109.666,64	1.803.210,00	1.301.190,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.191.867,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

150275	CONCORDIA DO PARA	752.622,38	38.004,72	0,00	607.167,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397.794,62
150276	CUMARU DO NORTE	549.131,88	0,00	204.750,00	419.750,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.631,96
150277	CURIONOPOLIS	849.394,86	0,00	204.750,00	180.787,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234.932,82
150280	CURRALINHO	1.184.911,99	13.726,68	0,00	752.989,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.951.628,12
150285	CURUA	235.366,79	0,00	0,00	60.690,33	0,00	296.057,12	0,00	0,00	0,00
150290	CURUCA	1.620.552,98	8.709,30	204.750,00	582.186,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.416.198,59
150293	DOM ELISEU	2.398.318,20	3.042,71	303.750,00	984.172,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.282,98
150295	ELDORADO DOS CARAJAS	1.447.325,73	4.123,84	0,00	1.433.992,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.885.441,89
150300	FARO	783.153,98	0,00	0,00	207.582,36	0,00	990.736,34	0,00	0,00	0,00
150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	856.387,78	0,00	0,00	420.500,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.276.888,37
150307	GARRAFAO DO NORTE	456.538,46	0,00	202.500,00	84.515,41	0,00	0,00	0,00	0,00	743.553,87
150309	GOIANESIA DO PARA	1.580.522,92	43.893,02	409.500,00	1.033.037,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.066.953,48
150310	GURUPA	1.105.143,94	28.095,12	0,00	230.042,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.281,67
150320	IGARAPE-ACU	1.768.042,29	177.593,77	202.500,00	1.116.250,82	0,00	0,00	0,00	0,00	3.264.386,88
150330	IGARAPE-MIRI	3.185.914,89	37.189,17	0,00	1.268.861,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.491.965,56
150340	INHANGAPI	273.035,18	0,00	204.750,00	659.916,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.137.701,64
150345	IPIXUNA DO PARA	2.274.401,58	0,00	204.750,00	255.224,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.734.376,23
150350	IRITUIA	752.610,06	0,00	204.750,00	221.607,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.967,43
150360	ITAITUBA	7.077.675,01	757.338,82	0,00	521.687,16	0,00	0,00	0,00	0,00	8.356.700,99
150370	ITUPIRANGA	2.346.342,91	125.909,82	0,00	633.627,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.105.880,26
150375	JACAREACANGA	1.424.611,08	199,33	0,00	263.660,11	0,00	1.598.470,52	0,00	0,00	90.000,00
150380	JACUNDA	2.467.826,76	31.991,14	409.500,00	920.659,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.829.977,56
150390	JURUTI	1.670.935,36	0,00	0,00	672.022,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.342.957,99
150400	LIMOEIRO DO AJURU	1.285.838,88	19.300,88	0,00	201.856,53	0,00	1.506.996,29	0,00	0,00	0,00
150405	MAE DO RIO	1.558.282,08	535.019,67	204.750,00	555.384,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.853.436,29
150410	MAGALHAES BARATA	54.560,61	0,00	0,00	85.937,89	0,00	140.498,50	0,00	0,00	0,00
150420	MARABA	15.977.429,06	8.439.351,97	2.407.860,00	-2.700.527,99	0,00	0,00	0,00	0,00	24.124.113,04
150430	MARACANA	1.357.512,21	0,00	204.750,00	228.406,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.790.668,33
150440	MARAPANIM	941.918,09	17.553,91	204.750,00	239.388,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.403.610,53
150442	MARITUBA	6.806.646,25	3.275.435,64	5.973.446,51	-2.292.072,29	0,00	0,00	0,00	0,00	13.763.456,11
150445	MEDICILANDIA	1.416.596,19	0,00	204.750,00	588.653,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.999,19
150450	MELGACO	537.847,43	0,00	0,00	712.820,77	0,00	821.008,20	0,00	0,00	429.660,00
150460	MOCAJUBA	1.389.570,42	46.257,89	0,00	644.786,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.080.614,76
150470	MOJU	3.666.753,52	0,00	79.200,00	680.340,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4.426.293,92
150475	MOJUI DOS CAMPOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150480	MONTE ALEGRE	3.433.510,76	120.063,05	0,00	294.996,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.848.569,86
150490	MUANA	1.257.404,45	0,00	0,00	885.132,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.142.537,19
150495	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	961.502,72	57.729,82	204.750,00	204.399,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428.382,21
150497	NOVA IPIXUNA	553.615,92	0,00	0,00	246.549,21	0,00	0,00	0,00	0,00	800.165,13
150500	NOVA TIMBOTEUA	99.449,55	0,00	0,00	55.895,53	0,00	0,00	0,00	0,00	155.345,08
150503	NOVO PROGRESSO	1.092.188,55	90.245,10	0,00	343.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526.084,42
150506	NOVO REPARTIMENTO	2.042.505,33	0,00	204.750,00	215.033,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.462.288,95
150510	OBIDOS	2.643.267,49	51.631,65	0,00	229.642,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.924.541,99
150520	OEIRAS DO PARA	906.948,59	2.783,38	0,00	208.543,03	0,00	1.118.275,00	0,00	0,00	0,00
150530	ORIXIMINA	3.200.251,13	153.030,49	0,00	257.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3.611.041,20
150540	OUREM	635.650,20	13.060,30	204.750,00	1.161.122,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.014.582,81
150543	OURILANDIA DO NORTE	1.382.541,77	26.354,37	323.550,00	1.559.768,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.292.214,80
150548	PACAJA	2.352.439,36	0,00	204.750,00	491.509,56	0,00	0,00	0,00	0,00	3.048.698,92
150549	PALESTINA DO PARA	227.695,11	1.231,80	0,00	599.234,57	0,00	0,00	0,00	0,00	828.161,48
150550	PARAGOMINAS	5.507.075,28	236.508,12	2.934.750,00	880.323,41	0,00	0,00	0,00	0,00	9.558.656,81
150553	PARAUAPEBAS	9.983.207,07	499.924,63	2.934.750,00	734.795,41	0,00	0,00	0,00	0,00	14.152.677,11
150555	PAU D"ARCO	320.536,81	33.118,23	402.750,00	732.328,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.488.733,44
150560	PEIXE-BOI	89.050,42	0,00	0,00	54.066,75	0,00	0,00	0,00	0,00	143.117,17
150563	PICARRA	620.635,62	0,00	204.750,00	471.292,67	0,00	1.001.928,29	0,00	0,00	294.750,00
150565	PLACAS	984.868,13	13.789,77	0,00	207.101,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205.759,59
150570	PONTA DE PEDRAS	336.481,67	0,00	0,00	531.120,95	0,00	867.602,62	0,00	0,00	0,00
150580	PORTEL	2.329.159,84	122.609,70	0,00	560.940,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3.012.710,37
150590	PORTO DE MOZ	1.822.265,65	12.025,30	261.648,00	319.543,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2.415.482,70
150600	PRAINHA	997.172,59	0,00	0,00	306.513,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303.686,48
150610	PRIMAVERA	40.554,15	0,00	0,00	202.279,74	0,00	152.833,89	0,00	0,00	90.000,00
150611	QUATIPURU	166.386,90	0,00	0,00	44.059,93	0,00	210.446,83	0,00	0,00	0,00
150613	REDENCAO	5.162.732,97	4.116.201,19	878.250,00	56.075,82	0,00	0,00	0,00	0,00	10.213.259,98
150616	RIO MARIA	1.087.587,39	26.144,63	0,00	368.567,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.482.299,26
150618	RONDON DO PARA	2.965.185,73	44.472,60	204.750,00	83.637,79	0,00	2.753.636,12	0,00	0,00	544.410,00
150619	RUROPOLIS	1.533.844,37	12.765,56	0,00	505.487,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.052.097,76
150620	SALINOPOLIS	1.229.950,24	486.810,82	323.550,00	824.808,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865.119,38
150630	SALVATERRA	819.817,64	1.089,96	0,00	198.725,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.019.633,38
150635	SANTA BARBARA DO PARA	121.718,88	0,00	204.750,00	32.434,05	0,00	154.152,93	0,00	0,00	204.750,00
150640	SANTA CRUZ DO ARARI	227.724,51	6.153,48	0,00	513.685,65	0,00	747.563,64	0,00	0,00	0,00
150650	SANTA ISABEL DO PARA	2.937.272,77	686.167,21	363.150,00	-879.569,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.107.020,90
150655	SANTA LUZIA DO PARA	192.210,25	0,00	0,00	128.963,31	0,00	0,00	0,00	0,00	321.173,56
150658	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	985.488,92	0,00	0,00	613.150,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.598.639,07
150660	SANTA MARIA DO PARA	942.089,38	160.916,45	759.913,27	530.448,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.393.367,18
150670	SANTANA DO ARAGUAIA	3.294.558,46	7.291,58	204.750,00	1.091.469,43	0,00	0,00	0,00	0,00	4.598.069,47
150680	SANTAREM	23.480.637,13	13.878.094,32	11.411.451,34	-7.724.696,83	0,00	0,00	0,00	0,00	41.045.485,96
150690	SANTAREM NOVO	58.780,30	0,00	204.750,00	73.871,12	0,00	132.651,42	0,00	0,00	204.750,00
150700	SANTO ANTONIO DO TAUA	1.147.161,43	181.025,91	0,00	664.140,22	0,00	1.652.667,56	0,00	0,00	339.660,00
150710	SAO CAETANO DE ODIVELAS	111.531,48	10.430,75	204.750,00	48.730,65	0,00	170.692,88	0,00	0,00	204.750,00
150715	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	1.128.688,14	0,00	0,00	716.148,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.844.836,77
150720	SAO DOMINGOS DO CAPIM	733.099,47	0,00	204.750,00	203.617,44	0,00	936.716,91	0,00	0,00	204.750,00
150730	SAO FELIX DO XINGU	3.941.788,91	0,00	0,00	893.949,21	0,00	0,00	0,00	0,00	4.835.738,12
150740	SAO FRANCISCO DO PARA	233.090,42	0,00	0,00	35.485,38	0,00	268.575,80	0,00	0,00	0,00
150745	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	1.477.328,85	49.385,52	0,00	1.177.943,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.704.658,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

150746	SAO JOAO DA PONTA	51.320,58	0,00	0,00	169.229,66	0,00	130.550,24	0,00	0,00	90.000,00
150747	SAO JOAO DE PIRABAS	491.496,78	0,00	144.750,00	738.040,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.374.287,75
150750	SAO JOAO DO ARAGUAIA	440.431,71	0,00	0,00	471.245,41	0,00	0,00	0,00	0,00	911.677,12
150760	SAO MIGUEL DO GUAMA	2.384.277,47	95.504,93	323.550,00	920.910,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.724.242,63
150770	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	837.844,93	2.636,65	0,00	199.882,44	0,00	1.040.364,02	0,00	0,00	0,00
150775	SAPUCAIA	233.666,75	0,00	0,00	530.271,39	0,00	763.938,14	0,00	0,00	0,00
150780	SENADOR JOSE PORFIRIO	728.450,00	86,53	0,00	188.562,31	0,00	0,00	0,00	0,00	917.098,84
150790	SOURE	1.068.806,58	18.127,00	0,00	538.112,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.625.045,87
150795	TAILANDIA	3.362.589,96	22.647,81	594.300,00	1.360.899,24	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	4.140.437,01
150796	TERRA ALTA	221.173,60	228,02	0,00	30.280,24	0,00	251.681,86	0,00	0,00	0,00
150797	TERRA SANTA	717.031,74	0,00	99.000,00	194.763,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.794,95
150800	TOME-ACU	2.619.174,42	52.895,87	0,00	468.519,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.140.590,22
150803	TRACUATEUA	927.274,87	0,00	202.500,00	301.150,94	0,00	1.108.425,81	0,00	0,00	322.500,00
150805	TRAIRAO	682.553,61	0,00	0,00	194.696,07	0,00	0,00	0,00	0,00	877.249,68
150808	TUCUMA	1.769.960,82	89.200,68	158.400,00	1.525.310,88	0,00	0,00	0,00	0,00	3.542.872,38
150810	TUCURUI	6.853.581,50	4.058.159,82	6.278.460,00	4.918.256,75	0,00	0,00	0,00	0,00	22.108.458,07
150812	ULIANOPOLIS	1.974.660,41	0,00	204.750,00	1.339.382,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.518.793,17
150815	URUARA	3.268.293,17	0,00	204.750,00	596.668,84	0,00	0,00	0,00	0,00	4.069.712,01
150820	VIGIA	1.687.811,39	124.516,35	204.750,00	303.396,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.320.474,47
150830	VISEU	2.603.585,69	9.131,96	1.616.896,11	450.109,69	0,00	0,00	0,00	0,00	4.679.723,45
150835	VITORIA DO XINGU	283.793,98	3.047,87	0,00	434.167,46	0,00	0,00	0,00	0,00	721.009,31
150840	XINGUARA	2.538.485,10	88.093,05	2.995.350,00	1.559.501,79	0,00	0,00	0,00	0,00	7.181.429,94
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										823.342.171,97

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ

PPI ASSISTENCIAL DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	150140 - BELEM	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO	2332981	PT 680	24-04-2013	90.000,00
Municipal	150140 - BELEM	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA	2337355	474547	26-12-2012	8.243.400,00
TOTAL						8.333.400,00

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 670, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Divulga a aferição das metas globais de desempenho institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura - GDAIE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, para o período de 1º de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição; e tendo em vista o disposto no art. 7º- A, § 11, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; no art. 22, § 5º, da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010; no art. 7º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007; na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009; e no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no art. 11, § 3º, do Decreto nº 8.107, de 06 de setembro de 2013, bem como na Portaria nº 554, de 30 de novembro de 2011, Portaria nº 139, de 22 de março de 2013, Portaria nº 656, de 14 de outubro de 2014, Portaria nº 395, de 22 de julho de 2015, e na Portaria nº 583, de 8 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar a aferição das metas globais de desempenho institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, da Gratificação de Atividade de Infraestrutura - GDAIE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, para o período de 1º de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

AFERIÇÃO DAS METAS GLOBAIS DO MCIDADES
1º DE DEZEMBRO DE 2016 A 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Descrição da Meta	Produto da Meta	Unidade de medida	Valor da Meta Previsto	Valor da Meta Realizado	Percentual de alcance da Meta
1. Revisão das políticas públicas do Ministério das Cidades expressas nos programas constantes do PPA	Políticas revisadas	Unidade	4	4	100%
2. Revisão e classificação do portfolio de projetos de desenvolvimento urbano	Portfólio revisado e classificado	%	90	100	100%
3. Modernização da Gestão Estratégica do Ministério das Cidades	Modernização implantada	Unidade	4	3	75%
4. Elaboração da Prestação de Contas do Presidente de República - PCPR	PCPR elaborada	Unidade	1	1	100%
5. Elaboração da Tomada de Contas Anual (Relatório de Gestão)	Relatório elaborado	Unidade	5	5	100%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que o militar brasileiro, ao portar passaporte diplomático, poderá desempenhar sua função pública de maneira mais eficiente, a:

Nome	Cargo	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Fernando Marques Borges	Primeiro Sargento	Auxiliar do Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Embaixada do Brasil em Maputo	Ministério da Defesa	13/06/2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do Passaporte
Francisco Cesar Asfor Rocha	Ofício n. 904/2017 - GP, de 24 de outubro de 2017.	Superior Tribunal de Justiça	02 anos
Margarida Magda Bezerra Figueiredo Rocha	Ofício n. 904/2017 - GP, de 24 de outubro de 2017.	Superior Tribunal de Justiça	02 anos

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.350, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002700/2017-81. Interessados: Centrais Elétricas de Rondônia S/A. - Ceron, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Centrais Elétricas de Rondônia S/A. - Ceron, a vigorar a partir de 30 de novembro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.351, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005483/2016-08. Interessados: Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Macapá - Linhas de Macapá Transmissora de Energia Ltda, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, a vigorar a partir de 30 de novembro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.352, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000260/2017-27. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - CERMC, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - CERMC, a vigorar a partir de 30 de novembro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.353, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005941/2017-81. Interessados: SPIC Pacific Energy PTY LTD; Consórcio Engie Brasil Minas Geração; Enel Brasil S.A.; CEMIG-GT; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Objeto: Homologa as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas licitadas mediante o Leilão nº 01/2017, em regime de alocação de cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o período de novembro de 2017 a junho de 2018, e fixa a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência.. A íntegra desta Resolução, e de seus anexos, está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

PORTARIA Nº 4.821, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.003746/2017-17 resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a Agenda Regulatória da ANEEL para o biênio 2018-2019.

Art. 2° O Anexo desta Portaria encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 28 de novembro de 2017

Nº 3.985 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002205/2015-18, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 020/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, no sentido de manter a multa aplicada de R$ 1.665.402,92 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e dois reais e noventa e dois centavos), conforme consta no Despacho nº 3.385, de 04 de outubro 2017, emitido pela SFE em juízo de reconsideração, valor que deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.316, de 17 de outubro de 2017, cujo resumo foi publicado no D.O.U n. 202, de 20 de outubro de 2017, Seção 1, página 179, constante do Processo n. 48500.002755/2017-91, incluir o artigo 11-A, conforme redação abaixo, além de substituir o valor do componente Pd na tabela 6 do Anexo, alterações que foram disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

"Art. 11-A. Anuir ao pedido de diferimento do Passivo Regulatório Baixa Renda em quatro parcelas sucessivas e negativas de R$ 24.407.747,77 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos), a serem atualizadas pela Taxa SELIC, sendo a primeira parcela considerada neste processo tarifário, e determinar que esse diferimento seja amortizado contabilmente à medida que ocorram os processos tarifários, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico".

TABELA 1 - PARÂMETROS PARA CÁLCULO RESSARCIMENTO DECRETO nº 5.597/2005 (REN nº 473/2012) (CPFL Piratininga).

PD Médio	1,53

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2017

Nº 3.869. Processo nº 29000.023113/1991-85. Interessado: Hidrelétrica Fockink S.A. Decisão: (i) alterar, de 100% para 50%, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, TUST e à TUSD e (ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Buriti, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.000331-0.01, outorgada por meio da Resolução nº 163/2000. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 28 de novembro de 2017

Nº 4.002. Processo nº 48500.007019/2008-38. Interessado: Electra Power Geração de Energia S.A. Decisão: (i) conferir o registro para realização dos estudos de inventário referentes ao rio Fão, afluente pela margem direita do rio Forqueta, integrante da sub-bacia 86, no estado do Rio Grande do Sul; e (ii) a empresa terá o prazo de até 630 dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração desses estudos. A íntegra destes Despachos constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.009. Processo nº 48500.006015/2016-42. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: (i) autorizar até a data de 12/03/2018 o acesso às áreas necessárias ao desenvolvimento dos estudos de levantamentos de campo referentes à PCH Cabuí, com potência de 18.000 kW, localizada no rio Paraibuna, no estado de Minas Gerais; e (ii) esta autorização não poderá ser renovada, pois atingiu o limite de prazo estabelecido no art. 10 da REN 673/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE ADJUNTA
Em 29 de novembro de 2017

Nº 4.011 Processo nº: 48500.005363/2017-83. Interessada: FOXX URE-BA Ambiental Ltda. Decisão: Autorizar a FOXX URE-BA Ambiental Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.641.895/0001-58, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.680, de 28 de agosto de 2017, constante do Processo n° 48500.006563/2014-19, publicado no DOU de 30 de agosto de 2017, nº 167, Seção 1, p. 52, v. 154, onde se lê "Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de dois circuitos", leia-se: "Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de um circuito". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de novembro de 2017

Nº 4.017 - O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004556/2017-17, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Amazonas Distribuição de Energia S/A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Amazonas Distribuição de Energia S/A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

ADILSON SINCOTTO RUFATO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Empresa Brasileira de Telecomunicação S/A - Embratel	Akto Tecnologia Ltda - ME	Axxess Telecomunicação Ltda - ME
Jean Assis Santos de Jesus - ME	Logic Pro Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - ME	Ozônio Telecomunicação Ltda
Vivo S/A		

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de novembro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho a seguir para início de operação em teste a partir de 29 de novembro de 2017.

Nº 3.909. Processo nº 48500.003717/2014-11. Interessado: Companhia Energética Canoas. Usina: PCH Ado Popinhak. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, totalizando 11.300 kW. Localização: Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

A íntegra deste Despacho consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 29 de novembro de 2017

Nº 4.013 - Processo nº 48500.005992/2017-11. Interessada: Tangará Energia S.A. Decisão: Anuir ao pleito da Interessada para proceder à inclusão da modalidade varejista em seu objeto social e à redução de seu capital em um montante de até R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo do Despacho n. 3.856, de 17 de novembro de 2017, que foi publicado no D.O. n. 227, de 28 de novembro de 2017, Seção 1, página 79, constante do Processo n. 48500.005472/2016-10, retificar o inciso I e o anexo que foram disponibilizados no endereço eletrônico http://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp20173856ti.pdf. Onde se lê: JANEIRO de 2017 Leia-se: JANEIRO de 2018

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de novembro de 2017

Nº 4.029 - Processo nº 48500.005981/2017-23. Interessados: Vendedores do 5º Leilão de Energia de Reserva, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: negar provimento ao pedido de não aplicação das penalidades à CGE Caititu 3 por atraso no envio dos dados de medição anemométrica www.aneel.gov.br.

Nº 4.031 - Processos nº 48500.005036/2007-50 e 48500.001456/2004-15. Interessados: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (compradora), Hidrossol Hidroelétrica Cassol Ltda. e Eletro Cesar Geração de Energia Ltda. (vendedoras). Decisão: i) homologar os Termos de Rescisão dos Contratos DT/028/2004 e DT/029/2004 e ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a recontabilização dos montantes contratados a partir de 1°/1/2017.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA N° 487, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 239, de 26 de maio de 2017, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e suas alterações, e com base na Resolução de Diretoria nº 667, de28 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Cabe aos titulares de unidades integrantes da estrutura organizacional da ANP designar servidores lotados em suas unidades para lavrarem autos de infração e instaurarem os correspondentes processos administrativos.

§ 1º O ato de designação de servidores deverá ser formalizado por meio de despacho, na forma do Anexo I, e publicado no Diário Oficial da União.

§ 2º As unidades integrantes da estrutura organizacional deverão publicar, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, os respectivos despachos de designação inicial dos servidores de suas unidades para o exercício da atividade de fiscalização.

§ 3º Caso alguma unidade integrante da estrutura organizacional deixe de publicar o despacho de designação de servidor (es) no prazo estabelecido no parágrafo 2º, consideram-se aptos ao exercício destas funções os servidores ocupantes de cargos designados em lei para tal, lotados na respectiva unidade organizacional.

§4º Após a publicação do despacho de designação, a qualquer tempo, somente os servidores formalmente designados estarão aptos para lavratura de autos de infração e instauração de processos administrativos correspondentes.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria ANP nº 238, de 5 de novembro de 2013; e

II - a Portaria ANP nº 275, de 16 de dezembro de 2013, 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE KURY

ANEXO I

MODELO DE DESPACHO DE DESIGNAÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Despacho do (cargo do titular da unidade) Nº.....

Em .....de.....de 20...

O (cargo do titular da unidade) da .....da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº....., de.... de..... 20...., torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para lavrarem autos de infração e instaurarem os correspondentes procedimentos administrativos:

LOTAÇÃO: (inserir nome da unidade)	
NOME	CARGO

Assinatura e nome do titular da unidade

PORTARIA N° 488, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 239, de 26 de maio de 2017, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e suas alterações, e com base na Resolução de Diretoria nº 667, de28 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Cabe aos titulares das unidades da estrutura organizacional da ANP delegar competência a servidores para que estes apreciem e julguem, em primeira instância, processos administrativos relativos à aplicação de sanções administrativas e pecuniárias, estabelecidas na legislação vigente, em razão de não-cumprimento de normas e regulamentos relativos às atividades da respectiva unidade organizacional.

§ 1º O ato de delegação de servidores deverá ser formalizado por meio de despacho, na forma do Anexo I desta Portaria, e publicado no Diário Oficial da União.

§ 2º As unidades integrantes da estrutura organizacional deverão publicar, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, os respectivos despachos de delegação inicial dos servidores de suas unidades para o exercício da atividade de fiscalização.

Art. 2º Fica revogada a Portaria ANP n.º 276, de 16 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE KURY

ANEXO I

MODELO DE DESPACHO DE DELEGAÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

DESPACHO DO (cargo do titular da unidade) Nº.....

Em .....de.....de 20....

O (cargo do titular da unidade) de .....DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº ....., de .....de ..... de 20...., torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica delegada competência aos servidores abaixo relacionados para apreciarem e julgarem em primeira instância os processos administrativos relativos à aplicação de sanções administrativas e pecuniárias estabelecidas na legislação vigente em razão de não-cumprimento de normas e regulamentos relativos às atividades sob responsabilidade da respectiva unidade organizacional.

LOTAÇÃO: (inserir nome da unidade)	
NOME	CARGO

Assinatura e nome do titular da unidade

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 820, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 314, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.012837/2017-04, autoriza a empresa Muncks & Reboques Brasil Ltda, CNPJ n.º 02.355.017/0001-93, a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 29 de novembro de 2017

Nº 1.460 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/GO0022061	A R M DOS SANTOS	06.265.401/0001-50	48610.007029/2008-26
001/GLP/GO0012056	ADAMAZIO DE ARAUJO - ME.	07.116.696/0001-65	48610.008095/2005-71
GLP/GO0210531	AILTON RODRIGUES DE SOUZA - LIDER GAS	12.086.008/0001-00	48610.012234/2011-17
001/GLP/GO0011448	ALECIR VIEIRA CELIO ME	01.186.971/0002-11	48610.001726/2006-11
GLP/GO0175678	ALMIR VALENTINO TORQUATRO	02.604.368/0001-94	48610.013499/2008-29
001/GLP/GO0001658	ANA CRISTINA EVANGELISTA	06.517.792/0001-52	48610.007071/2004-13
001/GLP/GO0015499	ANTONIO ALVES DA ROCHA	03.883.718/0001-61	48610.007486/2007-31
001/GLP/GO0002758	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	06.248.616/0001-62	48610.010604/2004-44
001/GLP/GO0016241	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	06.248.616/0003-24	48610.008968/2007-15
001/GLP/GO0016453	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	06.248.616/0004-05	48610.009748/2007-17
GLP/GO0172927	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	06.248.616/0005-96	48610.009974/2008-62
GLP/GO0183895	ARN COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS LTDA	07.399.915/0001-60	48610.002015/2010-31
001/GLP/GO0020975	ATAIDES FERREIRA DE OLIVEIRA - ME	07.405.752/0002-62	48610.005033/2008-50
001/GLP/GO0008986	AUTO POSTO CHAVES LTDA.	04.399.708/0001-18	48610.008640/2005-29
GLP/GO0225335	AUTO POSTO VICENTE LTDA - EPP.	04.173.122/0001-30	48610.003199/2014-80
001/GLP/GO0014399	BATALHA IRMÃOS COMÉRCIO LTDA ME.	01.667.668/0001-50	48610.005971/2007-79
001/GLP/GO0016988	BENEDITO BRAZ DE OLIVEIRA - MERCEARIA	06.573.842/0001-19	48610.010349/2007-82
GLP/GO0216565	BEZERRA BRANQUINHO LTDA	15.187.825/0001-34	48610.008721/2012-58
GLP/GO0178359	CARLOS EDUARDO CARNEIRO	10.593.344/0001-05	48610.007233/2009-28
001/GLP/GO0004950	CARLOS HENRIQUE EVANGELISTA	05.214.279/0001-20	48610.005747/2005-15
001/GLP/GO0000533	CELMA DE OLIVEIRA - ME	02.275.407/0001-57	48610.004468/2004-53
001/GLP/GO0015430	CENTRAL GÁS ACRREUNA LTDA.	07.033.522/0001-39	48610.007524/2007-54
001/GLP/GO0021945	CHAPEU MERCEARIA E GAS LTDA -ME	08.948.075/0001-00	48610.007118/2008-72
GLP/GO0215668	CINTHIA ARANTES DOS SANTOS	11.423.416/0001-39	48610.006875/2012-13
GLP/GO0206812	CLEIBES GONÇALVES DE MESQUITA	11.618.088/0001-26	48610.004628/2011-93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001/GLP/GO0011771	CLEINE MAR APARECIDA DE LIMA	07.859.585/0001-49	48610.001567/2007-26
001/GLP/GO0016466	CLEUSA UMBELINA RODRIGUES - ME.	07.625.885/0001-63	48610.009830/2007-25
001/GLP/GO0012152	COMERCIAL ALVES GUIMARÃES LTDA.	08.289.419/0001-17	48610.002722/2007-21
GLP/GO0213713	COMERCIAL DE GAS E. S. LTDA.	14.322.349/0001-54	48610.002141/2012-57
001/GLP/GO0003934	COMERCIAL DE GÁS HELEN & RIBEIRO LTDA - ME.	06.137.833/0001-85	48610.002592/2005-65
GLP/GO0183944	CRISTIANO APARECIDO DOS SANTOS	03.644.490/0001-57	48610.002708/2010-23
001/GLP/GO0018011	D & K COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	08.353.481/0001-20	48610.012303/2007-14
GLP/GO0057823	D. W. COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	02.233.875/0001-69	48610.007464/2008-51
001/GLP/GO0005274	DALVINA MARIA RIBEIRO - ME.	07.051.092/0001-88	48610.006378/2005-88
001/GLP/GO0017599	DAVID VIEIRA SOARES	07.382.857/0002-43	48610.011769/2007-86
001/GLP/GO0020860	DAYA MARY PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.	00.974.082/0001-75	48610.004745/2008-51
001/GLP/GO0003963	DENNY CANDIDO DA SILVA - BRASIL GÁS	05.281.941/0001-64	48610.002743/2005-85
GLP/GO0213518	DILSON VIEIRA DA SILVA - ME	01.903.625/0001-26	48610.001645/2012-50
001/GLP/GO0000923	DISTRIBUIDORA DE GÁS PÉROLA LTDA	05.674.481/0001-34	48600.001390/2004-34
001/GLP/GO0006930	DOMINGOS ALVES MOREIRA - O GOIANO	06.788.387/0001-79	48610.001104/2006-83
001/GLP/GO0015142	DONIZARDO CORREIA ALIXANDRIA	03.171.135/0001-08	48610.007088/2007-13
GLP/GO0182377	EDILAINE GONÇALVES AMARAL	03.837.335/0001-57	48610.016168/2009-21
001/GLP/GO0001935	EDILSON MATEUS DA SILVA	04.969.575/0001-78	48610.008650/2004-83
001/GLP/GO0005027	ELIANE DE CAMPOS SOUSA SILVA	04.878.404/0001-33	48610.005761/2005-19
GLP/GO0182181	ELMAR DE MORAES REZENDE	10.900.251/0001-86	48610.015510/2009-76
001/GLP/GO0009993	EMERSON FELIPE FERREIRA	06.980.009/0001-92	48610.012057/2006-11
001/GLP/GO0019766	ERNANDO FRANCISCO RIBEIRO	07.629.979/0001-00	48610.002201/2008-55
GLP/GO0183996	ERNANDO HENRIQUE DA SILVA	11.045.230/0001-93	48610.002280/2010-19
GLP/GO0183157	EVANILSON MARQUES DA SILVA	02.499.147/0001-01	48610.000975/2010-66
GLP/GO0226136	FABIO NUNES FONSECA - ME	12.528.685/0001-22	48610.002611/2014-44
001/GLP/GO0008039	FERNANDA ALVES DA SILVEIRA	07.958.400/0001-53	48610.006663/2006-81
001/GLP/GO0015323	FRANCISCO ALVES DE SOUSA JÚNIOR ME.	07.489.068/0001-25	48610.007592/2007-13
001/GLP/GO0011722	FRANCISCO ALVES MARTINHO SOBRINHO	02.873.437/0001-65	48610.001359/2007-27
001/GLP/GO0012909	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	02.397.695/0001-12	48610.003034/2007-89
GLP/GO0205392	GASLUZ LTDA.	12.606.724/0001-62	48610.001586/2011-39
GLP/GO0178308	GENI GONÇALVES DE SOUSA	09.343.646/0001-46	48610.007154/2009-17
GLP/GO0180409	GERCEON ALVES DE SOUZA	06.860.083/0001-75	48610.012303/2009-60
001/GLP/GO0008249	G.G. DE OLIVEIRA	07.559.871/0001-99	48610.003282/2006-49
001/GLP/GO0003865	GIL GÁS LTDA	07.039.931/0001-42	48610.002421/2005-36
001/GLP/GO0006271	GRUDKA E PINHEIRO LTDA. - ME	07.655.176/0001-20	48610.001207/2006-43
GLP/GO0205099	HELI GOMES XAVIER - ME	02.643.013/0001-04	48610.001219/2011-35
GLP/GO0057843	I D CARDOSO	09.233.724/0001-50	48610.007472/2008-05
GLP/GO0184048	IANSÃ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	10.645.027/0001-95	48610.002390/2010-81
001/GLP/GO0011723	IVAIR RONALDO DE MATOS E SILVA	07.556.793/0001-79	48610.000080/2006-45
001/GLP/GO0012619	IVANILDE REGO DOS SANTOS	08.423.227/0001-51	48610.003390/2007-19
GLP/GO0175592	JAIR RENOVATO FLOR	04.429.491/0001-41	48610.013698/2008-37
001/GLP/GO0002532	JAMES JOAO DUARTE	06.696.989/0001-04	48610.010059/2004-96
GLP/GO0172889	JAPHET PEREIRA GUIMARÃES	09.589.247/0001-60	48610.009802/2008-99
001/GLP/GO0017633	JEFFERSON DE OLIVEIRA SILVANO	08.017.975/0001-34	48610.011741/2007-49
001/GLP/GO0014167	JOANA SANTANA DE ARAÚJO	08.274.255/0001-54	48610.005358/2007-51
001/GLP/GO0003897	JOÃO BOSCO DE CARVALHO	06.900.314/0001-27	48610.002502/2005-36
001/GLP/GO0003344	JONAS GARCIA DA SILVA	06.864.701/0001-55	48610.000594/2005-11
GLP/GO0182470	JOSÉ MOISÉS DE SOUZA - O PAULISTA	01.435.742/0001-02	48610.016200/2009-79
001/GLP/GO0019113	JOSÉ RODRIGUES VOGADO	08.236.554/0001-02	48610.000063/2008-70
GLP/GO0220280	JP RODRIGUES GONCALVES - ME	17.198.106/0001-44	48610.003285/2013-10
GLP/GO0201249	JULIO CESAR DE LIMA SPINDOLA E CIA LTDA. - ME	09.049.968/0003-49	48610.011838/2010-57
GLP/GO0178176	LAIS SILVA TEIXEIRA	10.418.801/0001-25	48610.006669/2009-08
001/GLP/GO0015457	LEONARDO AUGUSTO FALEIRO - ME	08.576.025/0001-40	48610.008024/2007-31
001/GLP/GO0019804	LEONARDO FONSECA MELO	09.039.276/0001-58	48610.002063/2008-12
001/GLP/GO0004098	LS GAS LTDA - ME	03.492.479/0001-19	48610.003275/2005-66
001/GLP/GO0014022	Magna Aparecida Carneiro	02.050.331/0002-42	48610.004918/2007-51
GLP/GO0183060	MANOEL AUGUSTO DA SILVA	03.259.219/0001-06	48610.000653/2010-17
001/GLP/GO0018368	MARCIA CARNEIRO DA SILVA	08.843.354/0001-00	48610.013306/2007-59
001/GLP/GO0014433	MARIA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	04.399.008/0001-23	48610.005089/2007-23
001/GLP/GO0009020	MARIA DO SOCORRO DE CASTRO	07.178.774/0001-56	48610.008512/2005-85
001/GLP/GO0002003	MARIA NEUSA SOARES	05.887.180/0001-99	48600.003184/2004-69
001/GLP/GO0020878	MARILENE LIMA GOMES FERNANDES	06.245.758/0001-76	48610.002829/2008-51
GLP/GO0173755	MARLENE MARIA DAMASCENA E CIA LTDA.	04.802.938/0001-86	48610.011715/2008-00
GLP/GO0219844	NAIARA PEREIRA SALGADO BRAUDES ME	16.800.232/0001-64	48610.014512/2012-43
001/GLP/GO0001612	NOVO GAS COMERCIAL DE GAS E ALIMENTOS LTDA	06.214.726/0001-03	48610.006783/2004-15
GLP/GO0182132	ORIELEC PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.	09.583.103/0001-04	48610.015509/2009-41
GLP/GO0208181	OSMANE GONÇALVES DA SILVA	07.863.412/0001-02	48610.005232/2011-63
001/GLP/GO0004473	PATRÍCIA FERREIRA DE SOUSA MARTINS	03.350.499/0001-55	48610.004316/2005-31
001/GLP/GO0005334	PAULO HENRIQUE DOS REIS - ME.	07.266.966/0001-14	48610.006518/2005-18
GLP/GO0208859	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA MELO	12.875.575/0001-37	48610.008831/2011-39
001/GLP/GO0004118	PIMENTEL & PIRES LTDA.	05.003.164/0001-96	48610.003340/2005-53
GLP/GO0183208	RAPIDÃO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.	06.264.809/0001-07	48610.001428/2010-06
001/GLP/GO0002613	R.C. LIMA	06.555.461/0001-07	48610.010387/2004-92
GLP/GO0179809	REILDA MACHADO DA SILVA	04.654.467/0001-06	48610.010457/2009-17
001/GLP/GO0001938	RICARDO BERNARDO COUTO - ME	06.275.563/0001-79	48610.008651/2004-28
001/GLP/GO0016952	RONALDO FERREIRA DA SILVA O COMERCIANTE	07.187.397/0001-11	48610.009297/2007-18
001/GLP/GO0020554	S. M. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E PEÇAS LTDA - ME	06.280.024/0001-28	48610.003552/2008-83
GLP/GO0228351	SEBASTIAO M GOMES COMERCIO DE GAS - ME	19.966.558/0001-54	48610.008788/2014-54
001/GLP/GO0010511	SERGIO ANTONIO NUNES DA SILVA	07.658.169/0001-82	48610.012772/2006-36
001/GLP/GO0017076	SILAIR FABIANO DA SILVA	03.645.206/0001-67	48610.010592/2007-17
GLP/GO0221655	SILVANO JOSE DA SILVA	33.553.280/0001-14	48610.013805/2012-11
001/GLP/GO0010731	SIMONE CRISTINA DE PAIVA	08.288.174/0001-03	48610.000049/2007-95
GLP/GO0214466	SUPERMERCADO ALLINE LTDA ME	06.974.830/0001-04	48610.003803/2012-14
001/GLP/GO0019582	SUPERMERCADO ARANTES LTDA.	07.645.620/0001-27	48610.001340/2008-61
001/GLP/GO0018695	SUPERMERCADO GENTILEZA LTDA.	02.141.483/0001-70	48610.014009/2007-21
001/GLP/GO0020970	SUPERMERCADO MG LTDA	07.624.986/0001-10	48610.004891/2008-87
001/GLP/GO0000251	TUDO BEER COMERCIAL LTDA	05.347.020/0001-57	48610.002816/2004-58
GLP/GO0188195	UILTON CESAR BUENO FERNANDES	07.232.494/0001-89	48610.010470/2010-18
GLP/GO0206805	VALTER GOMES VIEIRA	11.472.139/0001-54	48610.004632/2011-51
001/GLP/GO0012314	VANUSA ANTONIA CAMPOS	08.289.304/0001-22	48610.002413/2007-51
001/GLP/GO0006150	VARGEM BONITA GAZ LTDA.	05.815.889/0001-89	48610.000656/2006-74
001/GLP/GO0020185	VASCONCELOS COMERCIO DE GLP LTDA.	08.938.384/0001-08	48610.002093/2008-11
001/GLP/GO0020714	VERONICE CONCEIÇÃO MESSIAS	07.040.095/0001-16	48610.004472/2008-45
001/GLP/GO0003925	W A DA GAMA - GÁS CONQUISTA	07.049.712/0001-44	48610.002593/2005-18
001/GLP/GO0018175	W A M NETO & CIA LTDA	08.629.379/0001-05	48610.012440/2007-32
GLP/GO0178087	W. J. L. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME	04.704.629/0001-73	48610.006380/2009-81
001/GLP/GO0015379	WALDIR PEREIRA DOS SANTOS - O MINEIRO	06.186.916/0001-64	48610.007344/2007-72
001/GLP/GO0016196	WALDISLEY CACERES FERREIRA - ME	08.580.089/0001-14	48610.008683/2007-76
001/GLP/GO0007992	ZAIDONIR REZENDE ARAUJO	08.018.115/0001-15	48610.006596/2006-11

MARIA INES SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 288/2017-SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

821.116/2000-CERÂMICA HUBERT LTDA EPP- Portaria de Lavra nº 299/2004- Cessionário:TERRAPLENAGEM BOA ESPERANÇA LTDA. ME- CNPJ 27.433.810/0001-98

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:LAFARGE HOLCIM (BRASIL) S.A. - CNPJ60.869.336/0001-17 - Direitos incorporados:

DNPM 007.607/1960-LAFARGE BRASIL S A - Portaria de Lavra nº 159/2017

Incorporadora:LAFARGE HOLCIM (BRASIL) S.A. - CNPJ60.869.336/0001-17 - Direitos incorporados:

DNPM 805.923/1974-LAFARGE BRASIL S A - Portaria de Lavra nº 114/2017

Incorporadora:LAFARGE HOLCIM (BRASIL) S.A. - CNPJ60.869.336/0001-17 - Direitos incorporados:

DNPM 840.263/1982-LAFARGE BRASIL S A - Portaria de Lavra nº 119/2017

RELAÇÃO Nº 289/2017- SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

833.124/2005-VALE S A

Da provimento ao recurso interposto(245)

853.235/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

855.833/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

848.475/2007-SERRINHA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA- Substância Aprovada:GRANITO

861.968/2008-ROMILDA SILVEIRA MACHADO RÊGO- Substância Aprovada:GNAISSE

Nega provimento ao recurso apresentado(1806)

848.475/2007- Recurso interposto por COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM PEDRAS, DERIVADOS E SERVIÇOS INERENTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Da provimento ao recurso interposto(1807)

861.968/2008- Recurso interposto por ROMILDA SILVEIRA MACHADO RÊGO

Torna sem efeito despacho publicado.(1864)

861.968/2008-ROMILDA SILVEIRA MACHADO RÊGO- DOU de 26/12/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

815.513/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-LAURO MULLER/SC, URUSSANGA/SC - Guia n° 54/2017-60.000Toneladas/ano-ARGILA- Validade:30/11/2018

Intima para defesa do Indeferimento do Requerimento de Lavra (Lei do SNUC) - Prazo 10 dias(2040)

820.496/2003-MINERADORA VITAGUA ENVASADAS LTDA-OF. N°212/2017 - DNPM-DIRE

820.989/2003-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-OF. N°211/2017 - DNPM-DIRE

RELAÇÃO Nº 290/2017- SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito despacho publicado(192)

853.235/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 17/10/2016, que negou provimento ao recurso

855.833/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 17/10/2016, que negou provimento ao recurso

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

860.611/2017-RAFAEL MARTINS CASSOL-ALVARÁ N° 6771 Publicado DOU de 2017- Onde se lê:""... Vencimento em 03/05/2108...", Leia-se:""... Vencimento em 03/05/2018..."

RELAÇÃO Nº 291/2017 - SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da concessão de lavra(422)

890.503/1985-MINEROCHAS MINERAÇÃO LTDA

Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)

860.961/1993-CALCARIO DE PAULA LTDA ME- Arrendatário:CALCÁRIO SERRA DE CALDAS LTDA.- CNPJ 27.413.611/0001-18 - Termino do arrendamento: 10 (dez) anos a partir da averbação pelo DNPM

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

826.049/1993-ARMENSUL MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 56/2009- Cessionário:MINERAÇÃO UNIÃO BALSA NOVA LTDA.- CNPJ 27.790.783/0001-00

800.385/2005-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI- Portaria de Lavra nº 458/2016- Cessionário:GRAMAZINI MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 24.475.814/0001-40

826.185/2006-IRMÃOS STANSKI LTDA- Portaria de Lavra nº 439/2015- Cessionário:MINERAÇÃO UNIÃO BALSA NOVA LTDA.- CNPJ 27.790.783/0001-00

Autoriza averbação dos atos de Rescisão de Contrato de Arrendamento de Concessão de Lavra(502)

860.094/2009-AGROPECUARIA ANDORINHAS DO CERRADO LTDA- Arrendátaria: GENESIS MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- CNPJ 12.823.906/0001-95

Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)
820.482/1986-PEBRA MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA-Arrendatário:DOLOPAR DOLOMITA DO PARANÁ LTDA.-Termino do arrendamento:20/09/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
890.532/1985-VIGUI GRANITOS LTDA- REQUERIMENTO DE LAVRA - Bloqueado em 03/06/2015
830.407/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- REQUERIMENTO DE LAVRA - Bloqueado em 09/02/2017
830.409/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- REQUERIMENTO DE LAVRA - Bloqueado em 09/02/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
830.410/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 2110/2007 - Bloqueado em 09/02/2017
830.411/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 2111/2007 - Bloqueado em 09/02/2017

RELAÇÃO Nº 292/2017- SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
820.491/2007-JOÃO CARLOS CAMOLESI
Despacho publicado(256)
853.499/1994-DIRCEU SANTOS FREDERICO SOBRINHO- FIRMA INDIVIDUAL-Nos termos do PARECER Nº 34/2017/PF-DNPM-PA/PGF/AGU, (fls. 120/123), aprovada pelo Senhor Coordenador de Assuntos Minerários da PF/DNPM Substituto, no DESPACHO Nº 02409/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO o ato de instauração do procedimento de nulidade da autorização de pesquisa(fls. 108) publicado no DOU de 05/06/2015; TORNO SEM EFEITO o despacho de fls.107.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
820.271/1986-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA
821.523/1987-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA
820.530/2001-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
820.450/1982-FONTE SONJA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-AGUA MINERAL
820.271/1986-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-DIABÁSIO
820.530/2001-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-DIABÁSIO
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
820.271/1986-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-GNAISSE-Portaria de Lavra nº 590/1998, DOU de 23/12/1998
820.530/2001-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-GNAISSE-Portaria de Lavra nº 24/2008, DOU de 27/02/2008
Nega aprovação do relatório de reavaliação de reservas(429)
820.450/1982-FONTE SONJA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-AGUA MINERAL (FONTE JULIANA)
Nega provimento ao recurso interposto(479)
804.212/1975-PEDREIRA CENTRAL LTDA
804.213/1975-PEDREIRA CENTRAL LTDA
896.425/1998-RICAMAR MINERAÇÃO LTDA.
890.253/2000-MINERAÇÃO SANTA JOANA LTDA
826.658/2003-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.307/2006-SOLOMON"S ROYAL ONIX MINING DO BRASIL LTDA
826.130/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.133/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.134/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
804.128/1974-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Portaria N°1552- DOU de 13/12/1983
820.313/2002-CERÂMICA MARISA LTDA.- Portaria N°309- DOU de 04/11/2008
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
820.271/1986-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-GNAISSE
820.530/2001-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-GNAISSE

RELAÇÃO Nº 293/2017 - SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
820.491/2007-JOÃO CARLOS CAMOLESI- Publicado DOU de 07/02/2013
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Instauração processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra(633)
001.979/1938-ROSAFER S/A

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 228/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
872.402/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-JUAZEIRO/BA - Guia n° 153/2017-10.000t-Mármore- Validade:10/06/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
871.003/2013-J.A.SILVA SANTANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES ME- Área de 25,04ha para 9,97ha-Areia
871.795/2014-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP- Área de 240,91ha para 200,32ha-Quartzito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
872.808/2012-PEDREIRA TRIUNFO LTDA-Gnaisse
870.792/2013-WILSON SANTOS PEDREIRA-Água Mineral
870.806/2015-ALBA REGINA DE MELO SANTOS 65558316500-Água Mineral
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
872.775/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12372/2015
872.776/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12373/2015
872.778/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12375/2015
872.779/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12376/2015
872.780/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12377/2015
872.784/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12380/2015
872.785/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12381/2015
872.787/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12383/2015
872.801/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12388/2015
872.739/2013-GILDÉCIO TEIXEIRA DA MATA-ALVARÁ N°4425/2014
871.500/2014-MATERPRIMA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°10981/2014
870.955/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°13600/2015
870.959/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°13604/2015
871.187/2015-TERRA & PEDRA MINERAÇÃO LTDA. ME-ALVARÁ N°16217/2015
871.317/2015-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA-ALVARÁ N°15441/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
871.389/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8588/2014
871.390/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8589/2014
871.392/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8591/2014
871.393/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8592/2014
871.394/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8593/2014
871.395/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8594/2014

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 136/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
800.452/2013-MULTIMINERACAO EXTRACAO DE MINERIOS LTDA ME- Alvará n°4497/2014 - Cessionario:800.166/2017-GIORDANO CONSULTORIA & ASSESSORIA EIRELI EPP- CPF ou CNPJ 67.672.592/0001-69
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.494/2015-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-TAUÁ/CE - Guia n° 30/2017-9.600TONELADAS-QUARTZITO- Validade:11/10/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.306/2014-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME- Área de 500,72 para 198,74-TRAQUITO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.641/2011-PORTAL DO SOL CONSULTORIA & IMOBILIÁRIA LTDA-CALCÁRIO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.197/2015-EXCELLENCE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.229/2004-CEARÁ STONES INDUÚSTRIA EXTRATIVA LTDA.-OF. N°2202/2017, 2203/2 017 e 2204/2017
800.149/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2006/2017
800.349/2010-PEDRABRASIL CEARÁ MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°2213/2017 e 2214/2017
800.650/2010-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2077/2017 e 2078/2017
800.180/2011-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-OF. N°2175/2017 e 2205/2017
800.871/2011-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2208/2017
800.399/2013-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°2209/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.345/2005-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-OF. N°2207/2017-60 dias
800.562/2010-MICAL MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL LTDA-OF. N°2215/2017, 2216/2017 e 2217/2017-60 dias

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que foi indeferido o pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa administrativa no processo de cobrança;
Processo de Cobrança nº 996.914/2012 - Titular: Jacuhy Empreendimentos e Lazer Ltda - CNPJ: 32.464.588/0001-20 - NFLDP nº 390/2012 - Valor: R$ 563,72

RELAÇÃO Nº 105/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi apresentada defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 996.914/2012 - Titular: Jacuhy Empreendimentos e Lazer Ltda - CNPJ: 32.464.588/0001-20 - NFLDP nº 390/2012 - Valor: R$ 563,72
Processo de Cobrança nº 997.542/2011 - Titular: Euclenia Rufino dos Reis -ME - CNPJ: 39.788.302/0001-01 - NFLDP nº 799/2011 - Valor: R$ 1.112,84

RELAÇÃO Nº 106/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que foi acatada parcialmente a(s)defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 997.730/2011 - Titular: Concresul Concreto Sul Ltda - CNPJ: 27.193.630/0001-86 - NFLDP nº 1022/2011 - Valor: R$ 23.710,09

RELAÇÃO Nº 107/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi apresentado recurso(s) hierárquico(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução;
Processo de Cobrança nº 996.399/2011 - Titular: Águas Minerais Brasileiras Ltda - CNPJ: 04.533.983/0001-82 - NFLDP nº 753/2011 - Valor: R$ 26.858,26
Processo de Cobrança nº 996.923/2012 - Titular: Imagi Mineração Ltda -ME - CNPJ: 04.514.601/0001-73 - NFLDP nº 361/2012 - Valor: R$ 11.174,88

RELAÇÃO Nº 108/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 996.864/2010 - Titular: Embramar Empresa Brasileira de Mármores Ltda - CNPJ: 27.256.056/0001-68 - NFLDP nº 421/2010 - Valor: R$ 3.858,97
Processo de Cobrança nº 996.898/2012 - Titular: Cerâmica Imperial Ltda- CNPJ: 27.357.433/0001-55 - NFLDP nº 401/2012 - Valor: R$ 929,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo de Cobrança nº 996.974/2012 - Titular: Granbrasil Granitos do Brasil S.A.- CNPJ: 27.416.197/0001-09 - NFLDP nº 433/2012 - Valor: R$ 11.067,74

Processo de Cobrança nº 996.282/2013 - Titular: Mármore São Cristóvão Ltda- CNPJ: 04.729.197/0001-55 - NFLDP nº 110/2013 - Valor: R$ 21.444,93

Processo de Cobrança nº 997.036/2013 - Titular: Granitos Flor do Norte Ltda- CNPJ: 01.812.600/0001-17 - NFLDP nº 395/2013 - Valor: R$ 514.666,45

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 239/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
860.023/2010-WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE-AI N°007/2016 - (alvará anulado por ter sido outorgado após morte do titular - PARECER 565/2008-CCE)
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
860.023/2010-WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE- AI N°007/2016 - (alvará anulado por ter sido outorgado após morte do titular - PARECER 565/2008-CCE)
Retificação de despacho(1387)
861.486/2009-PEDRO RIOS BRANDÃO - Publicado DOU de 19.05.15, Relação n° 149/2015, Seção 1, pág. 49- " ONDE SE LÊ .. 861.426/2009 - JOÃO PEREIRA DA SILVA NETO .....LEIA-SE: 861.486/2009-PEDRO RIOS BRANDÃO...."

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
868.125/2017-JOSE CARLOS DA ROCHA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.072/2017-MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.234/2010-CLÁUDIO DA SILVA SIMIÃO-OF. N°1413/2017
868.169/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°1376/2017
868.170/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°1376/2017
868.018/2017-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°1380/2017
868.068/2017-MINERAÇÃO GNB LTDA-OF. N°1402/2017
868.127/2017-AGROPECUÁRIA FELIZ LTDA-OF. N°1373/2017
868.130/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1375/2017
868.137/2017-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1415/2017
868.138/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1418/2017
868.139/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1418/2017
868.140/2017-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1415/2017
868.148/2017-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°1609/2017
868.149/2017-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°1609/2017
868.155/2017-TATHIANE FRANZONI DA SILVEIRA-OF. N°1687/2017
868.161/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°1709/2017
868.162/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°1709/2017
868.163/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°1709/2017
868.164/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°1709/2017
868.165/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°1709/2017
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.153/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.143/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.151/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.152/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.249/2011-JOSE ALEXANDRE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE-OF. N°1715/2017
868.250/2011-JOSE ALEXANDRE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE-OF. N°1715/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.176/2005-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA -Alvará N°12443/2016
868.140/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA -Alvará N°12444/2016
868.263/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA -Alvará N°12433/2016
868.140/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA -Alvará N°12445/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.026/2009-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1707/2017
868.180/2010-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°1684/2017
868.333/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1724/2017
868.334/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1726/2017
868.239/2016-HS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1695/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
868.333/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1725/2017
868.334/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1727/2017
868.239/2016-HS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1694/2017

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 454/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
830.544/2002-COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS GARIMPEIROS-COOPEMG
832.442/2007-TRANSPORTE C L C ARGILA E AREIA PADRE LIBÉRIO LTDA ME
833.127/2012-JOSÉ NÉRIO NOGUEIRA ME

RELAÇÃO Nº 461/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.193/1936-VERMELHÃO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 931/2017-DNPM/MG
000.138/1946-IMA INDÚSTRIA DE MADEIRA IMUNIZADA LTDA- AI N° 904,905,944 e 945/2017-DNPM/MG
043.306/1956-CSN MINERAÇÃO S.A.- AI N° 960,961;923,924,925,926,927,928,929/2017-DNPM/MG
831.091/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA- AI N° 939/2017-DNPM/MG
830.707/1982-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA- AI N° 940/2017-DNPM/MG
832.621/1986-NIKI MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N° 919 e 920/2017-DNPM/MG
830.359/2004-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- AI N° 908 e 909 e 910/2017-DNPM/MG
930.086/2005-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA- AI N° 776 e 777/2017 -Superintendência/DNPM/MG
931.344/2005-VALE S A- AI N° 902 e 903/2017-DNPM/MG
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.- AI N° 934 e 935/2017-DNPM/MG
930.600/2009-GERDAU AÇOMINAS S.A.- AI N° 907 e 932/2017-DNPM/MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
003.425/1960-COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL-AI Nº 2740/2016-Superindetência-DNPM/MG
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
830.359/2004-Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.- AI N° 713/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
043.306/1956-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2154/2017-FISC-MG
815.072/1974-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°2153/2017-FISCAM-DNPM/MG
930.600/2009-GERDAU AÇOMINAS S.A.-OF. N°1482/2017-FISCAM/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
815.072/1974-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°2151,2152/2017-FISCAM-DNPM/MG
831.091/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2018/2017-FISCAM-DNPM/MG
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1851/2017-FISCAM-DNPM/MG
Despacho publicado(508)
805.374/1971-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FARO-FA-Mineração Morro do Ipê S.A (arrendatário); Com referência análise processual(DNPM 805.374/1971), referente aos autos de infração 1906 a 1942/2014,emitido em 17/12/2014 e publicado DOU em 21/08/2017, comunico que esta autorquia torna o Oficio nº1254/2017 e as publicação dos mesmo no processo supracitados sem efeito.
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-Com referência análise processual(DNPM 930.181/2008), comunico que esta autorquia torna o Oficio nº053/2016 sem efeito.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(2023)
930.086/2005-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA-OF. N°1696/2017-FISC-DNPM/MG

RELAÇÃO Nº 469/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.293/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
831.216/2016-TÉCNICA MINERAÇÃO LTDA ME
830.457/2017-GERAIS EXOTICOS LTDA ME
830.674/2017-EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PRFURAÇÕES E SONDAGENS ME
830.772/2017-UBIRAJARA PEREIRA
831.127/2017-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.880/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1734//2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
832.141/2012-ALISON CELSO DA SILVEIRA-OF. N°1828/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.220/2016-JOABE JOSE BARBOSA-OF. N°1827/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.896/2016-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA-OF. N°1830/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.897/2016-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA-OF. N°1829/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
830.606/2017-ORO PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA
Defere pedido de reconsideração(182)
832.042/2012-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.340/2007-AREAL CÁSSIA LTDA ME-OF. N°1260 e 1694/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
833.915/1995-A.GRANUSO LTDA EPP-OF. N°1924/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.340/2007-AREAL CÁSSIA LTDA ME-OF. N°1259/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.727/2003-C.A.PORTO DE AREIA LTDA. - M.E.-OF. N°1447/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.286/2004-AREIAS PORTO VELHO LTDA ME-OF. N°1858/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.647/2005-AGROCITY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1879/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.260/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°1837/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
834.262/2007-MINERAÇÃO FORTUNA DE MINAS LTDA-OF. N°1874/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.748/2009-CLAUDIA TALYTA SCHITTINE SOARES DE FREITAS ME-OF. N°1877/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.780/2010-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME-OF. N°1860/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.981/2011-JOÃO ANDRADE DO CARMO-OF. N°1865/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
835.054/2011-SERRARIA MARIA CLARA LTDA-OF. N°1839/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.011/2012-VICENTE BRAGA DA SILVA-OF. N°1868/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.869/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA-OF. N°1854/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.870/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA-OF. N°1840/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.871/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA-OF. N°1852/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.872/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA-OF. N°1853/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
831.113/2001-EXPRESSO CARDOSO LTDA-OF. N°1819/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
830.727/2003-C.A.PORTO DE AREIA LTDA. - M.E.- Licenciamento N°:2238/2003 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.578/2003-DRAGAGEM TRÊS IRMÃOS CAMARGOS LTDA- Licenciamento N°:2633/2005 - Prorrogado por 20 ano(s)
830.271/2004-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.- Licenciamento N°:2531/2005 - Prorrogado por 20 ano(s)
833.286/2004-AREIAS PORTO VELHO LTDA ME- Licenciamento N°:2892/2006 - Prorrogado por 20 ano(s)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

830.647/2005-AGROCITY MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:3157/2007 - Prorrogado por 20 ano(s)
833.260/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- Licenciamento N°:3385/2009 - Prorrogado por 20 ano(s)
833.274/2007-PORTO DE AREIA SANTA RITA DE CASSIA LTDA.- Licenciamento N°:3713/2011 - Prorrogado por 20 ano(s)
834.262/2007-MINERAÇÃO FORTUNA DE MINAS LTDA- Licenciamento N°:3703/2011 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.748/2009-CLAUDIA TALYTA SCHITTINE SOARES DE FREITAS ME- Licenciamento N°:4599/2015 - Prorrogado por 20 ano(s)
830.780/2010-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME- Licenciamento N°:3803/2012 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.981/2011-JOÃO ANDRADE DO CARMO- Licenciamento N°:3977/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
835.054/2011-SERRARIA MARIA CLARA LTDA- Licenciamento N°:3978/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.011/2012-VICENTE BRAGA DA SILVA- Licenciamento N°:4187/2014 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.379/2013-MR BRASIL EMBALAGENS LTDA EPP- Licenciamento N°:4169/2014 - Prorrogado por 20 ano(s)
830.243/2015-DENIS ANTONIO DEL VALE- Licenciamento N°:4715/2016 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.869/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA- Licenciamento N°:4825/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.870/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA- Licenciamento N°:4826/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.871/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA- Licenciamento N°:4827/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
832.872/2015-J2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA- Licenciamento N°:4831/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
835.936/1993-MINERAÇÃO ROMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
833.669/2008-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COELHO E CUNHA LTDA.
830.500/2015-CONSTRUBRITA LTDA
831.079/2015-AREIA SERRA DOURADA & CIA LTDA. ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.050/2016-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ-OF. N°1754/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
834.677/2007-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME-OF. N°1820/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.905/2016-PEDREIRA FLORESTA LTDA-OF. N°1825/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.926/2016-ALEX DA CUNHA PIMENTA FILHO-OF. N°1824/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.237/2016-COMÉRCIO DE PRODUTOS PECUÁRIOS SÃO JOSÉ LTDA.-OF. N°1822/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Lavra Garimpeira
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1715)
832.904/2003-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DO BAIXO VALE DO RIO GRANDE- AI N°1994 e 1995/2014-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 106/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
846.099/2017-AMMA MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.100/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-OF. N°984/2017
846.104/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-OF. N°985/2017
846.086/2017-FFB LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°967/2017
846.156/2017-AGUIA METAIS LTDA-OF. N°965/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
846.233/2016-CABO BRANCO ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA ME
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
846.255/2009-MINERAÇÃO GRAMAME LTDA-JOÃO PESSOA/PB - Guia n° 006/2017-35.000toneladas-AREIA- Validade:04/07/2018
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1691)
846.255/2009-MINERAÇÃO GRAMAME LTDA- AI N°363/2017
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
846.241/2015-PEDRO RUBENS GUEDES MACIEL NETO
Fase de Requerimento de Lavra
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
846.001/2007-ITS INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°874/2016
846.002/2007-ITS INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°876/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.038/2003-PARAÍBA TOURMALINE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°632/2017-60 (sessenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
846.069/1997-TOP STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°920/2017-SGTM/DNPM-PB
846.207/2004-GEODATA CONSULTORIA E SERVIÇOS GEOLOGICOS LTDA.-OF. N°919/2017-SGTM/DNPM-PB
846.318/2006-CERÂMICA SANTA CÂNDIDA LTDA-OF. N°918/2017-SGTM/DNPM-PB
846.001/2007-ITS INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°921/2017-SGTM/DNPM-PB
846.002/2007-ITS INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°922/2017-SGTM/DNPM-PB
846.275/2010-H. S. F. DAS NEVES-OF. N°924/2017-SGTM/DNPM-PB
Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
846.141/2015-NERCON INDUSTRIA COMERCIO E TRANSPORTE LTDA EPP
846.293/2016-CABO BRANCO ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA ME
846.070/2017-G C DO AMARAL SERTANIA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.160/2017-SEVERINO COSTA DOS SANTOS-OF. N°969/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2017

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
006.328/1945-AGUAS MINERAIS SANTA CLARA S A-Fonte Seu Zeca, Águas Minerais Santa Clara, embalagens 10L e 20 L- RECIFE/PE
840.016/2006-MARIA MADELON ALVES DOS SANTOS COSTA ME- fonte Camila, marcas Cristal Mais e MIndágua, embalagem 19,5 L sem gás- SÃO BENEDITO DO SUL/PE
840.189/2007-ENVASADORA PEDROSA LTDA ME-Fontes Santo Antônio, Alpina, Turquesa, Rubi, Ametista, Andina e Esmeralda, embalagens 10 L e 20 L- JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.116/1994-MZA FABRICAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI N° 47/2017
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.091/1998-PEDREIRA ANHANGUERA S.A.- EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI Nº 40/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
940.026/1990-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°774/2017
840.141/1999-GENESIS MINERACAO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°832/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
840.054/1994-ROCHA NOBRE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°221.44.003/2017

RELAÇÃO Nº 86/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
872.622/2013-FRANCO WEBER
840.316/2015-MINERADORA VALE DO PAJEÚ LTDA
840.317/2015-MINERADORA VALE DO PAJEÚ LTDA
840.305/2016-MAP MINERAÇÃO LTDA
840.087/2017-PERSIO MONTEIRO ARANTES
840.088/2017-PERSIO MONTEIRO ARANTES
840.089/2017-PERSIO MONTEIRO ARANTES
840.090/2017-PERSIO MONTEIRO ARANTES
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
840.019/2014-SERGIO RICARDO SILVA MARTINS
840.045/2014-INTERCEMENT BRASIL S A
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.308/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA
840.431/2011-JAIRO ABUD
840.451/2011-JAIRO ABUD
840.929/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA
840.930/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA
840.243/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
840.244/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
840.245/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
840.331/2013-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA ME
840.341/2013-MARCUS MAIMONE RAMOS DE SENA PEREIRA ME
840.410/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
840.495/2013-BRILHANTE MINERAÇÃO EIRELI
840.163/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
840.210/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME
840.211/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME
840.285/2014-PEDREIRAS DO BRASIL S A
840.296/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.006/2006-MINERAÇÃO VITORIA LTDA-OF. N°736/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
840.328/2011-CERÂMICA SERTANEJA LTDA. EPP- Licenciamento N°:744/2011 - Prorrogado por 03 ano(s)
840.075/2015-MAANAIM MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:040/2015 - Prorrogado por 01 ano(s)
840.140/2015-MARIANA FREIRE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE- Licenciamento N°:034/2016 - Prorrogado por 01 ano(s)
840.184/2016-E J DE FRANCA- Licenciamento N°:027/2016 - Prorrogado por 01 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
840.093/2017-CONSTRUTORA MUNIZ COELHO IND E COM LTDA EPP-Licenciamento N°030/2017 - Prazo: 01 ano(s)
840.254/2017-AREIAS PÉROLA LTDA. ME-Licenciamento N°032/2017 - Prazo: 01 ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.074/2017-MINERAÇÃO ALMEIDA LTDA ME-OF. N°747/2017

RELAÇÃO Nº 90/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
840.280/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.443/2014
840.281/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.444/2014
840.324/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.445/2014
840.326/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.446/2014
840.327/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.447/2014
840.328/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.448/2014
840.329/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.472/2014
840.335/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.449/2014
840.337/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.450/2014
840.338/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.451/2014
840.339/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.452/2014
840.340/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.453/2014
840.467/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.473/2014
840.468/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.474/2014
840.470/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.475/2014
840.471/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.476/2014
840.472/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.477/2014
840.473/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.478/2014
840.474/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.479/2014
840.476/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.480/2014
840.477/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.481/2014
840.746/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.454/2014
840.747/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.445/2014
840.750/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.457/2014
840.751/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.483/2014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

840.752/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.484/2014
840.753/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.458/2014
840.754/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.459/2014
840.755/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.460/2014
840.757/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.462/2014
840.758/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.463/2014
840.759/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.464/2014
840.760/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.465/2014
840.762/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.485/2014
840.763/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.486/2014
840.764/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.487/2014
840.765/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.467/2014
840.478/2013-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.489/2014
840.479/2013-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.490/2014
Prorroga por 04 (quatro) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(965)
840.761/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°8.466/2014

RELAÇÃO Nº 91/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.328/2015-MARCIA ADRIANA LIMA MUNIZ-OF. N°819/2017
840.007/2016-WELITON PORTELA GOMES-OF. N°702/2017
840.047/2016-CERAMICA SERIEMA LTDA ME-OF. N°617/2017
840.281/2016-MINERALLI MINERAÇÃO E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°749/2017
840.284/2016-AGUAS DE SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°854/2017
840.344/2016-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-OF. N°845/2017
840.399/2016-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-OF. N°722/2017
840.001/2017-AGILIS MINERACAO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA-OF. N°820/2017
840.021/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°723/2017
840.022/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°723/2017
840.023/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°723/2017
840.024/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°723/2017
840.035/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°734/2017
840.036/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°734/2017
840.037/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°734/2017
840.038/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°734/2017
840.039/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°734/2017
840.077/2017-TIAGO DE FARIAS SAMPAIO-OF. N°822/2017
840.162/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.163/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.164/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.165/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.166/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.167/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.168/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.169/2017-DIVALDO ALVES DA SILVA-OF. N°8072017
840.201/2017-ALEXANDRE FREIRE DE ANDRADE LIMA-OF. N°849/2017
840.211/2017-MINERGEL MINERAÇÃO GESSO BONITO LTDA ME-OF. N°847/2017
840.290/2017-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-OF. N°848/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
840.339/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL- Alvará n°12.280/2015 - Cessionario:840.203/2017-Livio Lins da Silva- CPF ou CNPJ 113.637.201-63
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.058/2014-ODACY AMORIM DE SOUZA- Cessionário:Everest Mineração Ltda EPP- CPF ou CNPJ 27.886.330/0001-82- Alvará n°12.307/2015
840.117/2015-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME- Cessionário:Rafael Lima Muniz- CPF ou CNPJ 091.526.174-08- Alvará n°5.701/2015
840.177/2015-FERNANDO ANTONIO BASTO ALBUQUERQUE TEIXEIRA- Cessionário:Pedro Paulo de Oliveira Nunes- CPF ou CNPJ 311.357.064-68- Alvará n°310/2016
840.381/2016-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°4.997/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.197/2003-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°733/2017
840.128/2013-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°772/2017
840.150/2013-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°833/2017
840.084/2014-MINERAÇÃO ALMEIDA LTDA ME-OF. N°738/2017

RELAÇÃO Nº 92/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.223/2012-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO-OF. N°766/2017
840.780/2012-ROBERTO SARMENTO DA SILVEIRA-OF. N°828/2017
840.030/2013-DANIELLA ARRUDA FALCÃO DE SOUZA LEÃO-OF. N°752/2017
840.107/2015-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-OF. N°760/2017
840.108/2015-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-OF. N°760/2017
840.109/2015-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-OF. N°760/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
840.207/2010-JOSE JOSIAS LUCENA FERREIRA- Área de 904,70 ha para 530,83 ha-Calcário
840.672/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS- Área de 48,95 ha para 10,80 ha-Areia
840.673/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS- Área de 48,95 ha para 21,51 ha-Areia
830.232/2013-AMORIM AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA- Área de 49,89 ha para 24,13 ha-Granito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.174/2011-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-Minério de Ferro
840.222/2012-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO-Argila e Areia
840.126/2013-MINERADORA ROSTALE LTDA-Granito
840.270/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-Granito (para brita)

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 174/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
848.060/2016-FRANCISCO ASSIS OLIVEIRA-PARELHAS/RN - Guia n° 17/17-50quilogramas-Pedras preciosas (Gemas:Turmalina-Berilo)- Validade:24/05/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
848.280/2012-JAVKSON JAEDSON PINTO VERISSIMO - AI N°173/2017
848.295/2012-JAVKSON JAEDSON PINTO VERISSIMO - AI N°174/2017
848.121/2013-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA. - AI N°175/2017
848.122/2013-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA. - AI N°176/2017
848.315/2013-ELIAS CARNEIRO DA SILVA - AI N°177/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.689/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°1648/2017-SGTM/DNPM/RN
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.687/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°1645/2017-SGTM/DNPM/RN-60 dias
848.688/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°1644/2017-SGTM/DNPM/RN-60 dias
Reitera exigência(366)
848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1653/2017-SGTM/DNPM/RN-60 dias
848.186/2013-MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S A-OF. N°1646/2017-SGTM/DNPM/RN-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
848.521/2008-PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°1650/2017-SGTM/DNPM/RN
848.689/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°1649/2017-SGTM/DNPM/RN
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
848.180/2010-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA- AI N° 194/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.170/1996-INDÚSTRIA DE BEBIDAS RIOGRANDE LTDA-OF. N°221.44.010/2017
848.170/1996-INDÚSTRIA DE BEBIDAS RIOGRANDE LTDA-OF. N°221.44.009/2017
Fase de Licenciamento
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
848.023/2017-ERYCA TATYANE MARTINHO DE AMORIM-Saibro-Licenciamento N°24/2017, DOU de 02/10/2017

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 106/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
811.781/2015-MINERAÇÃO VALE DO URUSSANGA LTDA ME
810.879/2017-COMSAIBRI COMÉRCIO DE SAIBRO E BRITAS LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.073/2015-AREIAL DO VALE LTDA
810.075/2015-AREIAL DO VALE LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.446/2014-AREAL MINAS LTDA-OF. N°807/2017
810.182/2015-AREIAL KOTTWITZ - ANITA DA SILVA KOTTWITZ-OF. N°834/2017
810.640/2015-ANDRÉ ANTUNES MOTTA ME-OF. N°832/2017
811.740/2015-ANGELO MARTINS BASTOS JUNIOR-OF. N°865/2017
810.704/2016-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°817/2017
810.705/2016-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°843/2017
810.707/2016-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°844/2017
810.944/2016-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°837/2017
811.083/2016-RODRIGO LUIS KARAS-OF. N°820/2017
811.344/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°816/2017
811.352/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°838/2017
811.359/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°839/2017
811.360/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°840/2017
811.361/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°841/2017
811.364/2016-VALE METAIS BÁSICOS S A-OF. N°842/2017
810.223/2017-ÁGUIA FERTILIZANTES S.A.-OF. N°864/2017
810.280/2017-CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA-OF. N°808/2017
810.473/2017-CONSORCIO REVITALIZACAO REGALADO-OF. N°833/2017
810.574/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°829/2017
810.779/2017-JORGE LUIZ CARDOZO-OF. N°819/2017
810.780/2017-JORGE LUIZ CARDOZO-OF. N°845/2017
810.788/2017-MARASCA COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.-OF. N°818/2017
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
810.691/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.692/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.693/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
811.049/2014-MARCOS ANTONIO TEDESCO
810.034/2016-CALCARIO ANDREAZZA LTDA
810.069/2016-CALCARIO ANDREAZZA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

810.034/1993-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-OF. N°873/2017
810.246/1994-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-OF. N°876/2017
811.445/2015-SAULO GENTILE ZAGONEL-OF. N°809/2017
810.551/2016-FERNANDO MARCELO DE SÁ RÊGO-OF. N°855/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
811.005/2015-ARO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°068/2017
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
811.367/2012-AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.090/1991-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-Cessionário:Águia Fertilizantes S.A.- CPF ou CNPJ 15.110.334/0001-95- Alvará n°2947/2006
810.247/2017-LEOPOLDO AGEAN BERLT ESTEVES-Cessionário:Nanimar Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 09.911.568/0001-39- Alvará n°5417/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.754/2014-ARO MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°9523/2014
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
810.189/2015-RONALDO OLIMPIO PEREIRA DE MORAES-OF. N°860/2017
810.851/2016-EDERLIN TOEBE-OF. N°877/2017
810.682/2017-JOCIELE SILVESTRO-OF. N°872/2017
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
810.047/2017-SERGIO RABELLO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.134/1974-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO-OF. N°798/2017
810.215/1989-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A-OF. N°754/2017
810.294/2004-BRITAGEM MONTENEGRO LTDA-OF. N°824/2017
811.004/2011-MOURA & MARTINS LTDA-OF. N°870/2017
810.130/2014-SERRA LEOA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°806/2017
810.779/2016-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES-OF. N°858/2017
811.409/2016-PALUDO PEDRAS LTDA-OF. N°805/2017
810.019/2017-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.-OF. N°810/2017
Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)
802.952/1977-MINEL- MINÉRIOS INDUSTRIAIS DO SUL LTDA.- Cessionário:810.159/1999-TAYLOR MACHADO DA ROSA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
810.854/2016-TECNARGILAS MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA-PANTANO GRANDE/RS - Guia n° 006/2017-15000T-argila- Validade:23/02/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
810.656/1995-MIBASA MIINERADORA BARRO ALTO LTDA- Alvará n° 217/1999 - Cessionário: Toniolo, Busnello S.A Túneis, Terraplenagens e Pavimentações- CNPJ 89.723.977/0001-40
Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento ao recurso interposto(479)
801.684/1972-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.178/2001-BASALTO QUATRO IRMÃOS CECCHIN LTDA-OF. N°0795/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(960)
810.270/2013-FLAVIO DELMAR NUNES DE CAMARGO- Processo englobado:810.317/2014
Determina arquivamento definitivo do processo(961)
810.317/2014-FLAVIO DELMAR NUNES DE CAMARGO

SIDNEI ECKERT

RELAÇÃO Nº 112/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cerâmica João Vogel Ltda - 811160/16
Cleber Aires da Silveira - 810968/16
Comercial de Areia Sulista Ltda - 810857/16
Ecir Luiz Guerra - 810709/13
Fancy Club Lounge Bar Ltda me - 810647/15, 810648/15
Mauro Ivo Zimmermann Martini - 811738/12
Osvaldo da Silva Vieira - 810835/16, 810836/16
Rui Carlos Ferri - 810217/11

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.080/2016-AMAZON STONE S.A-OF. N°207/2017
884.082/2016-AMAZON STONE S.A-OF. N°207/2017
884.099/2016-AMAZON STONE S.A-OF. N°207/2017
884.024/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°207/2017
884.026/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°207/2017
884.040/2017-CONSTRUTORA WAPCHANA LTDA-OF. N°201/2017

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 209/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
815.861/2013-REPECAL BRITAGENS LTDA.-AI N°1003/2015
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 53/2017-Publicada no DOU de 23/03/2017-Processo nº 001.492/1936 - Evento nº 459

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 135/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
820.192/2015-EXTRATORA DE MINERAIS ITAGUAÇU EIRELI-Licenciamento N°3.542-SP - Prazo: 20 (vinte) ano(s)
820.572/2016-MINERAÇÃO RIBERCAST LTDA. ME-Licenciamento N°3.541-SP - Prazo: 20 (vinte) ano(s)

RELAÇÃO Nº 150/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
821.345/2001-KARL HEINZ BAUERMEISTER-OF. N°640/2017-DTM/DNPM/SP
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.816/2009-CLAUDINEI ANTÔNIO MESSIAS ME-Cessionário:SANDMIX MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 13.364.860/0001-56- Alvará n°13.852/2010
820.926/2015-LUZIA CATHARINA TEDESCO LOSCO-Cessionário:TREVISO COMERCIAL INDUSTRIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS PARA INDÚSTRIA LTDA- CPF ou CNPJ 74.244.989/0001-15- Alvará n°13.951/2015
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
303.001/2017-Em análise por Comissão Julgadora - antiga área descartada do processo 820.471/1995-Torna sem efeito necessidade dos ofícios 523/2017-DTM/DNPM/SP e 524/2017-DTM/DNPM/SP, conforme consta nos autos do processo 920.324/2017.
Defere pedido de reconsideração(386)
820.248/2000- Recurso interposto por Mineração Nova Era Ltda ME - CNPJ 07.449.733/0001-57
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.479/1985-IRMÃOS FIORELINI LTDA
820.547/1997-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.
820.704/1997-MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA OURO BRANCO LTDA.
821.636/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.
821.637/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.
821.638/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.
820.310/2005-JAIRO LUIZ DA GAMA
820.585/2008-METAL LAND MINERAÇÃO LTDA
820.292/2009-ADEMIR LEPRI
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.063/2002-FONTE SHIROMA EXTRAÇÃO AGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°448/17-SAP/DTM/DNPM/SP
821.278/2009-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-OF. N°446/2017-SAP/DTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.796/1984-PGC INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA- Alvará n° 3.349/1986 - Cessionário: Quibrita Comércio de Agregados Ltda- CNPJ 28.543.070/0001-05
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
804.746/1977-MINERAÇÃO BRUSCATO LTDA. EPP-OF. N°597/2017-DTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
820.473/1983-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:669/1984 - Prorrogado por 20 ano(s)
821.526/1987-PEDREIRA REMANSO LTDA- Licenciamento N°:2.880/2005 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.195/1991-CERÂMICA GIATEX LTDA- Licenciamento N°:2.665/2001 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.005/1995-ADARGAMITA MINERAÇÃO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA- Licenciamento N°:1867/1995 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.745/1998-PORTO DE AREIA GIMENES & GIMENES LTDA ME- Licenciamento N°:1.995/1998 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.785/1998-JOELMA CÂNDIDO LOPES DE LA RUA EPP- Licenciamento N°:2.343/1998 - Prorrogado por 20 ano(s)
821.790/1998-CASARI & BRUNHEROTO LTDA ME- Licenciamento N°:2.511/2000 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.070/1999-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Licenciamento N°:2.689/2002 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.385/1999-PORTO DE AREIA PEDRA BRANCA LTDA ME- Licenciamento N°:2.211/1999 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.904/1999-AREIAS SALIONI LTDA- Licenciamento N°:2.800/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.216/2002-SOBRADINHO COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA ME- Licenciamento N°:2.729/2002 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.111/2003-EMDEF EMPRESA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE FRANCA- Licenciamento N°:2.901/2005 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.539/2003-LANZI MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:2.828/2004 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.795/2008-PORTO DE AREIA D.M. REGHINE LTDA EPP- Licenciamento N°:3.295/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.796/2008-PORTO DE AREIA CRISTO REI LTDA-Licenciamento N°:3.294/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.915/2009-S. FESSEL & CIA LTDA.- Licenciamento N°:3.305/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.395/2012-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Licenciamento N°:3.315/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.408/2012-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Licenciamento N°:3.316/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.630/2012-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Licenciamento N°:3.317/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.715/2012-NELSON LUIZ DO REGO NETO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME- Licenciamento N°:3.458/2016 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.827/2012-EXTRATORA DE MINERIOS SÃO JOAO NOVO LTDA- Licenciamento N°:3.446/2015 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.933/2012-PORTO DE AREIA NOGUEIRA LTDA ME- Licenciamento N°:3.252/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.935/2012-F C NOGUEIRA ME- Licenciamento N°:3.249/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
821.100/2012-ADARGAMITA MINERAÇÃO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA- Licenciamento N°:3.278/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.464/2013-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:3.517/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.533/2013-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Licenciamento N°:3.318/2013 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.926/2014-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.- Licenciamento N°:3.498/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
820.865/2015-ITAPETININGA AREIAS ESPECIAIS LTDA.- Licenciamento N°:3.504/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
Despacho publicado(756)
820.715/2012-NELSON LUIZ DO REGO NETO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME-Em virtude da retificação da publicação de 09/11/2016, informamos que o período entre 12/06/2017 até a data de publicação da prorrogação do prazo de validade do Licenciamento, encontrava-se coberto pela Licença Específica expedida pela Prefeitura Municipal de Corumbataí em 02/05/2016, por período de 5 (cinco) anos, a contar desta data.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
820.934/2003-MINERAÇÃO GARIROBA LTDA ME

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 141/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito despacho publicado(192)
821.477/1999-COMERCIAL AREIAL LTDA.ME- DOU de 30.08.2006
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
820.865/2010-OLIMPIO DOMINGUES DE LIMA- DOU de 30.11.17
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

820.961/2003-CAPORANGA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Publicado DOU de 17.08.2017
Retificação de despacho(1389)
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT. - Publicado DOU de 14.06.17, Relação n° 062/17, Seção I, pág. - onde se lê: Fonte Roseira - Leia-se: Fonte Serra
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Licenciamento(741)
820.844/1993-VERA CRUZ EXTRAÇÃO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA- Licenciamento N°2.012/1998-Onde se lê: Licenciamento 1.875/1996, leia-se: Licenciamento 2.012/1998
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
820.715/2012-NELSON LUIZ DO REGO NETO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME- DOU de 09/11/2016 (Relação n° 117/2016)

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.385/2011-MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA-OF. N°1.272/2017 - DNPM/TO
861.889/2012-MINERADORA VALE DO PARANA LTDA ME-OF. N°1.649/2017 - DNPM/TO
864.287/2013-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA-OF. N°1.494/2017 - DNPM/TO
Despacho publicado(256)
864.358/2009-SUL AMAZÔNIA FERTILIZANTES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Não Conhece Relatório Final de Pesquisa Apresentado.
Não conhece requerimento protocolizado(270)
864.183/2016-EDICLEIDES BATISTA DOS SANTOS
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
864.387/2013-ANTONIO DE BRITO FILHO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.017/2008-ELIANE DE FATIMA MATOS CHAVES-Área de 2.000 para 262,13-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.162/2008-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
864.623/2011-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA
864.351/2012-NATIVA MINERAÇÃO LTDA
864.387/2013-ANTONIO DE BRITO FILHO
864.148/2014-MINERAÇÃO E CALCARIO DO TOCANTINS LTDA
864.250/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.251/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.252/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.253/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.254/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.255/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.284/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.285/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.286/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.287/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.288/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.289/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.079/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT
864.080/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT
864.081/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT
864.082/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
864.554/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°16.923/2011
864.555/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°10.315/2011
864.556/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°10.316/2011
864.557/2010-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°10.317/2011
864.280/2012-PREMIER GEMS LTDA-ALVARÁ N°7.128/2013
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
864.845/2011-AMILCAR JOSÉ NASCIMENTO-ALVARÁ N°2.691/2012
864.053/2012-AMILCAR JOSÉ NASCIMENTO-ALVARÁ N°7.593/2012
864.424/2013-MINERACAO PIRECAL CALCARIO LTDA-ALVARÁ N°12.654/2013
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
864.158/2009-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°205/2017 - DNPM/TO
864.314/2012-MINERADORA PORTO SEGURO EXT COM E IND DE MAT BÁSICO DE CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°203/2017 - DNPM/TO
864.449/2012-UARIAN FERREIRA DA SILVA - AI N°201/2017 - DNPM/TO
864.377/2013-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA. - AI N°531/2016 - DNPM/TO
864.432/2013-WENDEL ALAMO SERTÃO STEFANI - AI N°197/2017 - DNPM/TO
864.473/2013-JOSÉ GOMES FEITOSA NETO - AI N°174/2017 - DNPM/TO
864.481/2013-GILMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA - AI N°198/2017 - DNPM/TO
864.193/2015-LUIZ CASSIMIRO PEREIRA ME - AI N°98/2017 - DNPM/TO
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
864.186/2006-ÁLVARO AGAPITO DE MOURA-Determina cumprimento da exigência contida no ofício 1.298/2017-DNPM/TO
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
864.321/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.- AI N°262/2017 - DNPM/TO
864.322/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.- AI N°263/2017 - DNPM/TO
864.028/2015-BRITEX MINERAÇÃO DE BRITAS LTDA-AI N°264/2017 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
864.111/2007-CORCOVADO GRANITOS LTDA-PAU D"ARCO/TO - Guia n° 09/2017-2.682Toneladas-Serpentinito (Rocha Ornamental)- Validade:23/06/2021
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
864.252/2016-HELIO ARANHA DA SILVA- Cessionário:HAD DRAGA BEIRA RIO LTDA ME- CNPJ 16.846.591/0001-52- Licenciamento n°35/2016- Vencimento do Licenciamento: 21/11/2037

RELAÇÃO Nº 126/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.215/2014-MINERALBRAX EXPLORAÇÃO DE MINERIOS LTDA.
864.286/2015-VOLNEY DEMÉTRIO JORGE FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.741/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°194/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.150/2015-WALDSON ALVES PEREIRA JUNIOR-OF. N°192/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.317/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°147/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.111/2017-GL4 CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME-OF. N°195/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
864.073/2014-MAURO HELENO SOBREIRA-OF. N°569/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Não conhece o recurso interposto(1837)
864.171/2013-Interposto porMAURO HELENO SOBREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
860.177/1984-MINERAÇÃO JATAPU LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
864.148/2003-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°191/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
864.259/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO - PLG N°06/2017 de 19/10/2017 - Prazo 05 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
864.111/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS - PLG Nº 07/2012 de 10/09/2012- Vencimento em 25/09/2022
864.117/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS - PLG Nº 08/2012 de 10/09/2012- Vencimento em 25/09/2022
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1255)
864.602/2010-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO TO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
864.458/2007-GEOMAM ENGENHARIA LTDA- Licenciamento N°:009/2009 - Prorrogado por 20 ano(s)
864.459/2007-GEOMAM ENGENHARIA LTDA- Licenciamento N°:010/2009 - Prorrogado por 20 ano(s)
864.510/2007-DRAGA CAJUEIRO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:007/2008 - Prorrogado por 20 ano(s)
864.307/2009-CONSTRUTORA TRANSPORTADORA E MINERADORA FIRMEZA LTDA- Licenciamento N°:020/2009 - Prorrogado por 20 ano(s)
864.226/2014-N A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP- Licenciamento N°:40/2014 - Prorrogado por 20 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.073/2015-JOÃO TELES DE MENEZES-OF. N°046/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.167/2016-JOÃO BEZERRA PEREIRA-OF. N°144/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.180/2016-MMFP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TELHAS E TIJOLOS LTDA CERÂMICA ARAGUACEMA-OF. N°204/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
864.199/2017-MATÉRIA PRIMA EIRELI ME

FABIANO PINEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 263, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n°° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48412.866318/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Calcário Vale do Araguaia Ltda., concessão para lavrar Calcário Calcítico, no Município de Nova Xavantina, Estado do Mato Grosso, numa área de 21,82 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

14°14"52,891"S/52°29"44,388"W; 14°14"58,706"S/52°29"44,388"W; 14°14"58,716"S/52°29"44,388"W; 14°15"04,531"S/52°29"44,388"W; 14°15"04,531"S/52°29"46,524"W; 14°15"05,803"S/52°29"46,524"W; 14°15"05,803"S/52°29"48,720"W; 14°15"07,189"S/52°29"48,720"W; 14°15"07,189"S/52°29"51,072"W; 14°15"08,113"S/52°29"51,072"W; 14°15"08,113"S/52°29"55,656"W; 14°15"09,619"S/52°29"55,656"W; 14°15"09,619"S/52°30"02,712"W; 14°14"58,903"S/52°30"02,712"W; 14°14"58,903"S/52°30"00,168"W; 14°14"57,283"S/52°30"00,168"W; 14°14"57,283"S/52°29"57,660"W; 14°14"55,819"S/52°29"57,660"W; 14°14"55,819"S/52°29"55,158"W; 14°14"54,397"S/52°29"55,158"W; 14°14"54,397"S/52°29"52,380"W; 14°14"52,891"S/52°29"52,380"W;

14°14"52,891"S/52°29"44,388"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°14"52,891"S e Long. 52°29"44,388"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 178,7m-S; 0,3m-S; 178,7m-S; 64,0m-W; 39,1m-S; 65,8m-W; 42,6m-S; 70,5m-W; 28,4m-S; 137,4m-W; 46,3m-S; 211,5m-W; 329,3m-N; 76,3m-E; 49,8m-N; 75,2m-E; 45,0m-N; 75,0m-E; 43,7m-N; 83,3m-E; 46,3m-N; 239,6m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 264, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826359/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Cerâmica Cristiano Ltda., concessão para lavrar Areia e Argila, no Município de Mandirituba, Estado do Paraná, numa área de 48,80 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

25°55"18,070"S/49°20"31,702"W; 25°55"18,070"S/49°20"15,302"W; 25°55"12,898"S/49°20"15,302"W; 25°55"12,898"S/49°20"12,444"W; 25°55"03,875"S/49°20"12,444"W; 25°55"03,875"S/49°20"05,076"W; 25°55"18,193"S/49°20"05,076"W; 25°55"18,193"S/49°20"31,691"W; 25°55"23,754"S/49°20"31,691"W; 25°55"23,754"S/49°20"41,905"W; 25°55"34,414"S/49°20"41,905"W; 25°55"34,414"S/49°21"00,742"W; 25°55"29,990"S/49°21"00,742"W; 25°55"29,990"S/49°20"57,892"W; 25°55"25,216"S/49°20"57,892"W; 25°55"25,216"S/49°20"54,857"W; 25°55"20,942"S/49°20"54,857"W; 25°55"20,942"S/49°20"52,912"W; 25°55"15,350"S/49°20"52,912"W; 25°55"15,350"S/49°20"42,711"W; 25°54"32,639"S/49°20"42,711"W; 25°54"32,639"S/49°20"49,577"W; 25°54"24,841"S/49°20"49,577"W; 25°54"24,841"S/49°20"42,635"W; 25°55"11,137"S/49°20"42,635"W; 25°55"11,137"S/49°20"35,736"W; 25°55"15,754"S/49°20"35,736"W; 25°55"15,754"S/49°20"31,702"W;

25°55"18,070"S/49°20"31,702"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°55"18,070"S e Long. 49°20"31,702"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 456,4m-E; 159,2m-N; 79,5m-E; 277,7m-N; 205,1m-E; 440,6m-S;

740,7m-W; 171,1m-S; 284,3m-W; 328,1m-S; 524,2m-W; 136,2m-N; 79,3m-E; 146,9m-N; 84,5m-E; 131,5m-N; 54,1m-E; 172,1m-N; 283,9m-E; 1314,4m-N; 191,1m-W; 240,0m-N; 193,2m-E; 1424,7m-S; 192,0m-E; 142,1m-S; 112,3m-E; 71,3m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 265, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826491/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à Santa Maria Extração e Comercio de Areia e Argila Ltda. Me, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Quitandinha e Mandirituba, Estado do Paraná, numa área de 35,74 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°56"13,071"S/49°24"04,978"W;

25°55"56,825"S/49°24"04,978"W; 25°55"56,826"S/49°23"29,041"W; 25°56"10,474"S/49°23"29,041"W; 25°56"10,474"S/49°23"46,109"W; 25°56"08,037"S/49°23"46,109"W; 25°56"08,036"S/49°23"51,500"W; 25°56"01,536"S/49°23"51,500"W; 25°56"01,536"S/49°23"55,094"W; 25°56"03,161"S/49°23"55,094"W; 25°56"03,161"S/49°23"57,789"W; 25°56"05,598"S/49°23"57,789"W; 25°56"05,598"S/49°24"01,384"W; 25°56"13,071"S/49°24"01,384"W; 25°56"13,071"S/49°24"04,978"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°56"13,071"S e Long. 49°24"04,978"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-N; 1000,0m-E; 420,0m-S; 474,9m-W; 75,0m-N; 150,0m-W; 200,0m-N; 100,0m-W; 50,0m-S; 75,0m-W; 75,0m-S; 100,0m-W; 230,0m-S; 100,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 266, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821355/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Ganzella Ltda., concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Icém e Nova Granada, Estado de São Paulo, numa área de 39,41 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

20°26"48,273"S/49°14"26,838"W; 20°26"48,273"S/49°14"26,320"W; 20°26"46,647"S/49°14"26,320"W; 20°26"46,647"S/49°14"24,250"W; 20°26"45,509"S/49°14"24,250"W; 20°26"45,509"S/49°14"22,353"W; 20°26"44,534"S/49°14"22,353"W; 20°26"44,534"S/49°14"20,973"W; 20°26"43,558"S/49°14"20,973"W; 20°26"43,558"S/49°14"19,938"W; 20°26"41,932"S/49°14"19,938"W; 20°26"41,932"S/49°14"18,041"W; 20°26"39,331"S/49°14"18,041"W; 20°26"39,331"S/49°14"16,316"W; 20°26"37,055"S/49°14"16,316"W; 20°26"37,055"S/49°14"12,521"W; 20°26"35,429"S/49°14"12,521"W; 20°26"35,429"S/49°14"09,243"W; 20°26"33,315"S/49°14"09,243"W; 20°26"33,315"S/49°14"03,896"W; 20°26"31,039"S/49°14"03,896"W; 20°26"31,038"S/49°14"01,136"W; 20°26"27,787"S/49°14"01,136"W; 20°26"27,787"S/49°13"59,067"W; 20°26"25,673"S/49°13"59,067"W; 20°26"25,673"S/49°13"56,997"W; 20°26"23,072"S/49°13"56,997"W; 20°26"23,071"S/49°13"54,582"W; 20°26"20,145"S/49°13"54,582"W; 20°26"20,145"S/49°13"52,340"W; 20°26"17,218"S/49°13"52,340"W; 20°26"17,218"S/49°13"49,235"W; 20°26"15,917"S/49°13"49,235"W; 20°26"15,917"S/49°13"45,096"W; 20°26"15,104"S/49°13"45,096"W; 20°26"15,104"S/49°13"37,679"W; 20°26"19,168"S/49°13"37,678"W; 20°26"19,168"S/49°13"35,091"W; 20°26"16,892"S/49°13"35,091"W; 20°26"16,892"S/49°13"36,988"W; 20°26"14,128"S/49°13"36,989"W; 20°26"14,128"S/49°13"37,506"W; 20°26"07,787"S/49°13"37,507"W; 20°26"07,787"S/49°13"39,749"W; 20°26"06,974"S/49°13"39,749"W; 20°26"06,975"S/49°13"44,924"W; 20°26"05,999"S/49°13"44,924"W; 20°26"05,999"S/49°13"49,408"W; 20°26"05,024"S/49°13"49,408"W; 20°26"05,024"S/49°13"54,411"W; 20°26"03,886"S/49°13"54,411"W; 20°26"03,886"S/49°14"01,310"W; 20°26"02,586"S/49°14"01,310"W; 20°26"02,586"S/49°14"05,450"W; 20°26"00,147"S/49°14"05,450"W; 20°26"00,147"S/49°14"08,899"W; 20°25"58,521"S/49°14"08,900"W; 20°25"58,521"S/49°14"11,142"W; 20°25"56,408"S/49°14"11,142"W; 20°25"56,408"S/49°14"13,729"W; 20°25"53,806"S/49°14"13,729"W; 20°25"53,806"S/49°14"15,799"W; 20°25"44,051"S/49°14"15,799"W; 20°25"44,051"S/49°14"14,074"W; 20°25"38,848"S/49°14"14,074"W; 20°25"38,848"S/49°14"06,830"W; 20°25"34,621"S/49°14"06,830"W; 20°25"34,621"S/49°14"04,761"W; 20°25"32,507"S/49°14"04,761"W; 20°25"32,507"S/49°13"54,757"W; 20°25"29,580"S/49°13"54,757"W; 20°25"29,580"S/49°13"52,170"W; 20°25"26,979"S/49°13"52,170"W; 20°25"26,978"S/49°13"50,101"W; 20°25"25,938"S/49°13"50,101"W; 20°25"25,937"S/49°13"41,477"W; 20°25"26,978"S/49°13"41,477"W; 20°25"26,978"S/49°13"46,306"W; 20°25"28,604"S/49°13"46,306"W 20°25"28,604"S/49°13"49,756"W; 20°25"31,856"S/49°13"49,756"W; 20°25"31,856"S/49°13"52,170"W; 20°25"33,807"S/49°13"52,170"W; 20°25"33,808"S/49°13"57,344"W; 20°25"35,433"S/49°13"57,344"W; 20°25"35,434"S/49°14"03,898"W; 20°25"39,498"S/49°14"03,898"W; 20°25"39,498"S/49°14"05,278"W; 20°25"40,799"S/49°14"05,278"W; 20°25"40,799"S/49°14"11,832"W; 20°25"45,027"S/49°14"11,832"W; 20°25"45,027"S/49°14"13,557"W; 20°25"46,652"S/49°14"13,557"W; 20°25"46,652"S/49°14"14,592"W; 20°25"50,229"S/49°14"14,592"W; 20°25"50,229"S/49°14"12,867"W; 20°25"53,481"S/49°14"12,867"W; 20°25"53,481"S/49°14"10,797"W; 20°25"55,757"S/49°14"10,797"W; 20°25"55,757"S/49°14"07,347"W; 20°25"58,196"S/49°14"07,347"W; 20°25"58,196"S/49°14"04,242"W; 20°25"59,822"S/49°14"04,242"W; 20°25"59,822"S/49°13"59,068"W; 20°26"02,260"S/49°13"59,068"W; 20°26"02,260"S/49°13"51,478"W; 20°26"03,236"S/49°13"51,478"W; 20°26"03,235"S/49°13"44,234"W; 20°26"04,698"S/49°13"44,234"W; 20°26"04,698"S/49°13"39,577"W; 20°26"05,999"S/49°13"39,577"W; 20°26"05,999"S/49°13"35,782"W; 20°26"14,941"S/49°13"35,781"W; 20°26"14,941"S/49°13"33,194"W; 20°26"22,257"S/49°13"33,193"W; 20°26"22,257"S/49°13"38,368"W; 20°26"19,006"S/49°13"38,368"W; 20°26"19,006"S/49°13"39,231"W; 20°26"16,567"S/49°13"39,231"W; 20°26"16,567"S/49°13"44,406"W; 20°26"17,543"S/49°13"44,405"W; 20°26"17,543"S/49°13"48,200"W; 20°26"19,982"S/49°13"48,200"W; 20°26"19,982"S/49°13"49,925"W; 20°26"22,421"S/49°13"49,925"W; 20°26"22,421"S/49°13"51,650"W; 20°26"25,347"S/49°13"51,650"W; 20°26"25,348"S/49°13"54,409"W; 20°26"27,949"S/49°13"54,409"W; 20°26"27,949"S/49°13"56,824"W; 20°26"31,201"S/49°13"56,824"W; 20°26"31,201"S/49°13"59,584"W; 20°26"34,453"S/49°13"59,584"W; 20°26"34,453"S/49°14"04,069"W; 20°26"36,079"S/49°14"04,069"W; 20°26"36,079"S/49°14"07,518"W; 20°26"38,518"S/49°14"07,518"W; 20°26"38,518"S/49°14"13,038"W; 20°26"41,770"S/49°14"13,038"W; 20°26"41,770"S/49°14"15,626"W; 20°26"44,046"S/49°14"15,626"W; 20°26"44,046"S/49°14"18,041"W; 20°26"45,834"S/49°14"18,041"W; 20°26"45,834"S/49°14"20,283"W; 20°26"46,972"S/49°14"20,283"W; 20°26"46,972"S/49°14"22,008"W; 20°26"48,598"S/49°14"22,008"W; 20°26"48,598"S/49°14"24,595"W; 20°26"50,224"S/49°14"24,595"W; 20°26"50,224"S/49°14"26,838"W;

20°26"48,273"S/49°14"26,838"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 20,0m, no rumo verdadeiro de 19°53"00"599 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°26"48,885"S e Long. 49°14"27,073"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 15,0m-E; 50,0m-N; 60,0m-E; 35,0m-N; 55,0m-E; 30,0m-N; 40,0m-E; 30,0m-N; 30,0m-E; 50,0m-N; 55,0m-E; 80,0m-N; 50,0m-E; 70,0m-N; 110,0m-E; 50,0m-N; 95,0m-E; 65,0m-N; 155,0m-E; 70,0m-N; 80,0m-E; 100,0m-N; 60,0m-E; 65,0m-N; 60,0m-E; 80,0m-N; 70,0m-E; 90,0m-N; 65,0m-E; 90,0m-N; 90,0m-E; 40,0m-N; 120,0m-E; 25,0m-N; 215,0m-E; 125,0m-S; 75,0m-E; 70,0m-N; 55,0m-W; 85,0m-N; 15,0m-W; 195,0m-N; 65,0m-W; 25,0m-N; 150,0m-W; 30,0m-N; 130,0m-W; 30,0m-N; 145,0m-W; 35,0m-N; 200,0m-W; 40,0m-N; 120,0m-W; 75,0m-N; 100,0m-W; 50,0m-N; 65,0m-W; 65,0m-N; 75,0m-W; 80,0m-N; 60,0m-W; 300,0m-N; 50,0m-E; 160,0m-N; 210,0m-E; 130,0m-N; 60,0m-E; 65,0m-N; 290,0m-E; 90,0m-N; 75,0m-E; 80,0m-N; 60,0m-E; 32,0m-N; 250,0m-E; 32,0m-S; 140,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-S; 70,0m-W; 60,0m-S; 150,0m-W; 50,0m-S; 190,0m-W; 125,0m-S; 40,0m-W; 40,0m-S; 190,0m-W; 130,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 30,0m-W; 110,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 60,0m-E; 70,0m-S; 100,0m-E; 75,0m-S; 90,0m-E; 50,0m-S; 150,0m-E; 75,0m-S; 220,0m-E; 30,0m-S; 210,0m-E; 45,0m-S; 135,0m-E; 40,0m-S; 110,0m-E; 275,0m-S; 75,0m-E; 225,0m-S; 150,0m-W; 100,0m-N; 25,0m-W; 75,0m-N; 150,0m-W; 30,0m-S; 110,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 90,0m-S; 80,0m-W; 80,0m-S; 70,0m-W; 100,0m-S; 80,0m-W; 100,0m-S; 130,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 75,0m-S; 160,0m-W; 100,0m-S; 75,0m-W; 70,0m-S; 70,0m-W; 55,0m-S; 65,0m-W; 35,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 75,0m-W; 50,0m-S; 65,0m-W; 60,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 269, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n°° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820700/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Águas do Canto Comércio de Produtos Minerais Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Bauru, Estado de São Paulo, numa área de 36,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°20"39,911"S / 49°07"17,893"W; 22°20"20,405"S / 49°07"17,893"W; 22°20"20,405"S / 49°06"56,925"W; 22°20"39,911"S / 49°06"56,924"W; 22°20"39,911"S / 49°07"17,893"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3142,0m, no rumo verdadeiro de 01°37"00"643 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°22"22,017"S e Long. 49°07"20,991"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 600,0m-N; 600,0m-E; 600,0m-S; 600,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 34,05 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°20"43,811"S/49°06"59,800"W;

22°20"40,884"S/49°06"59,800"W; 22°20"40,884"S/49°07"01,528"W; 22°20"38,609"S/49°07"01,528"W; 22°20"38,609"S/49°07"03,972"W; 22°20"37,147"S/49°07"03,972"W; 22°20"37,147"S/49°07"06,710"W; 22°20"34,544"S/49°07"06,710"W; 22°20"34,544"S/49°07"07,817"W; 22°20"31,294"S/49°07"07,817"W; 22°20"31,294"S/49°07"10,614"W; 22°20"24,792"S/49°07"10,614"W; 22°20"24,792"S/49°07"08,864"W; 22°20"21,541"S/49°07"08,864"W; 22°20"21,541"S/49°07"06,420"W; 22°20"18,938"S/49°07"06,420"W; 22°20"18,938"S/49°07"03,972"W; 22°20"15,688"S/49°07"03,972"W; 22°20"15,688"S/49°07"01,528"W; 22°20"13,880"S/49°07"01,528"W; 22°20"13,880"S/49°06"58,320"W; 22°20"10,813"S/49°06"58,320"W; 22°20"10,813"S/49°06"56,286"W; 22°20"00,670"S/49°06"56,286"W; 22°20"00,670"S/49°06"51,743"W; 22°20"16,339"S/49°06"51,743"W; 22°20"16,339"S/49°06"53,838"W; 22°20"19,590"S/49°06"53,838"W; 22°20"19,590"S/49°06"55,933"W; 22°20"43,811"S/49°06"55,933"W; 22°20"43,811"S/49°06"59,800"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°20"43,811"S e Long. 49°06"59,800"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 90,0m-N; 49,5m-W; 70,0m-N; 69,9m-W; 45,0m-N; 78,3m-W; 80,1m-N; 31,7m-W; 100,0m-N; 80,0m-W; 200,0m-N; 50,1m-E; 100,0m-N; 69,9m-E; 80,1m-N; 70,1m-E; 100,0m-N; 69,9m-E; 55,6m-N; 91,8m-E; 94,3m-N; 58,2m-E; 312,0m-N; 130,0m-E; 482,0m-S; 59,9m-W; 100,0m-S; 59,9m-W; 745,0m-S; 110,7m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 270, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820748/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à Laine & Bassi Ltda. Epp, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Araçatuba e Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo, numa área de 28,27 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

20°53"15,144"S/50°41"00,257"W 20°53"20,018"S/50°41"00,257"W; 20°53"20,018"S/50°40"53,337"W; 20°53"28,150"S/50°40"53,337"W; 20°53"28,150"S/50°41"00,257"W; 20°53"24,898"S/50°41"00,257"W; 20°53"24,898"S/50°41"24,477"W; 20°53"26,520"S/50°41"24,477"W; 20°53"26,520"S/50°41"24,675"W; 20°53"23,543"S/50°41"24,674"W; 20°53"23,543"S/50°41"24,661"W; 20°53"18,991"S/50°41"24,661"W; 20°53"18,991"S/50°41"36,587"W; 20°53"16,768"S/50°41"36,587"W; 20°53"16,769"S/50°41"22,747"W; 20°53"15,143"S/50°41"22,747"W;

20°53"15,144"S/50°41"00,257"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°53"15,144"S e Long. 50°41"00,257"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 149,9m-S; 200,0m-E; 250,1m-S; 200,0m-W; 100,0m-N; 700,0m-W; 49,9m-S; 5,7m-W; 91,6m-N; 0,4m-E; 140,0m-N; 344,7m-W; 68,4m-N; 400,0m-E; 50,0m-N; 650,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 271, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820749/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à Laine & Bassi Ltda Epp, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Araçatuba e Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo, numa área de 44,50 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

20°55"01,360"S/50°39"13,645"W; 20°55"07,863"S/50°39"13,645"W; 20°55"07,863"S/50°39"10,184"W; 20°55"14,367"S/50°39"10,184"W; 20°55"14,367"S/50°39"06,724"W; 20°55"19,244"S/50°39"06,723"W; 20°55"19,244"S/50°39"03,263"W; 20°55"24,121"S/50°39"03,263"W; 20°55"24,121"S/50°38"59,802"W; 20°55"32,250"S/50°38"59,802"W; 20°55"32,250"S/50°39"10,184"W; 20°55"27,373"S/50°39"10,184"W; 20°55"27,373"S/50°39"17,106"W; 20°55"20,870"S/50°39"17,106"W; 20°55"20,870"S/50°39"22,297"W; 20°55"15,992"S/50°39"22,297"W; 20°55"15,992"S/50°39"25,757"W; 20°55"09,489"S/50°39"25,757"W; 20°55"09,489"S/50°39"32,679"W; 20°55"01,360"S/50°39"32,678"W;

20°55"01,360"S/50°39"13,645"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 250,0m, no rumo verdadeiro de 54°49"59"423 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°54"56,678"S e Long. 50°39"20,717"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-S; 100,0m-E; 200,0m-S; 100,0m-E; 150,0m-S; 100,0m-E; 150,0m-S; 100,0m-E; 250,0m-S; 300,0m-W; 150,0m-N; 200,0m-W; 200,0m-N; 150,0m-W; 150,0m-N; 100,0m-W; 200,0m-N; 200,0m-W; 250,0m-N; 550,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 272, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7°e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820236/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Edena Maria Pechio Sasaki Epp, concessão para lavrar Areia, no Município de Elias Fausto, Estado de São Paulo, numa área de 18,61 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

23°04"45,220"S/47°17"43,034"W; 23°04"37,581"S/47°17"43,034"W; 23°04"37,581"S/47°17"46,548"W; 23°04"31,079"S/47°17"46,547"W; 23°04"31,079"S/47°17"45,845"W; 23°04"30,592"S/47°17"45,845"W; 23°04"30,592"S/47°17"45,142"W; 23°04"29,617"S/47°17"45,142"W; 23°04"29,617"S/47°17"44,439"W; 23°04"28,641"S/47°17"44,439"W; 23°04"28,641"S/47°17"43,737"W; 23°04"27,666"S/47°17"43,737"W; 23°04"27,666"S/47°17"43,034"W; 23°04"26,691"S/47°17"43,034"W; 23°04"26,691"S/47°17"38,642"W; 23°04"27,666"S/47°17"38,642"W; 23°04"27,666"S/47°17"34,075"W; 23°04"28,316"S/47°17"34,075"W; 23°04"28,316"S/47°17"33,372"W; 23°04"28,966"S/47°17"33,372"W; 23°04"28,966"S/47°17"32,670"W; 23°04"29,616"S/47°17"32,670"W; 23°04"29,616"S/47°17"31,967"W; 23°04"30,267"S/47°17"31,967"W; 23°04"30,267"S/47°17"31,616"W; 23°04"35,793"S/47°17"31,616"W; 23°04"35,793"S/47°17"30,913"W; 23°04"36,443"S/47°17"30,913"W; 23°04"36,443"S/47°17"29,508"W; 23°04"36,768"S/47°17"29,508"W; 23°04"36,768"S/47°17"28,805"W; 23°04"38,393"S/47°17"28,805"W; 23°04"38,393"S/47°17"29,508"W; 23°04"39,043"S/47°17"29,507"W; 23°04"39,043"S/47°17"30,210"W; 23°04"39,694"S/47°17"30,210"W; 23°04"39,694"S/47°17"30,913"W; 23°04"40,344"S/47°17"30,913"W; 23°04"40,344"S/47°17"32,670"W; 23°04"40,994"S/47°17"32,670"W; 23°04"40,994"S/47°17"34,075"W; 23°04"41,969"S/47°17"34,075"W; 23°04"41,969"S/47°17"35,480"W; 23°04"42,619"S/47°17"35,480"W; 23°04"42,619"S/47°17"36,886"W; 23°04"43,270"S/47°17"38,994"W; 23°04"43,920"S/47°17"38,994"W; 23°04"43,920"S/47°17"40,048"W; 23°04"44,570"S/47°17"40,048"W; 23°04"44,570"S/47°17"40,750"W; 23°04"45,220"S/47°17"40,750"W;

23°04"45,220"S/47°17"43,034"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°04"45,220"S e Long. 47°17"43,034"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 235,0m-N; 100,0m-W; 200,0m-N; 20,0m-E; 15,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 20,0m-E; 30,0m-N; 125,0m-E; 30,0m-S; 130,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 10,0m-E; 170,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 50,0m-W; 20,0m-S; 40,0m-W; 30,0m-S; 40,0m-W; 20,0m-S; 40,0m-W; 20,0m-S; 60,0m-W; 20,0m-S; 30,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-W; 20,0m-S; 65,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 273, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n°432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7°e 43, do Decreto-lei n°227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820683/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Lucasan Extração e Comercio Ltda., concessão para lavrar Areia e Cascalho, nos Municípios de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo, numa área de 40,15 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°30"32,470"S / 48°35"24,833"W; 22°30"32,470"S / 48°35"48,568"W; 22°30"32,522"S / 48°35"48,568"W;

22°30"32,521"S/48°35"57,595"W; 22°30"33,828"S/48°35"57,595"W; 22°30"33,827"S/48°36"02,004"W; 22°30"32,470"S/48°36"02,004"W; 22°30"32,470"S/48°36"06,875"W; 22°30"32,751"S/48°36"06,875"W; 22°30"32,751"S/48°36"05,882"W; 22°30"32,950"S/48°36"05,882"W; 22°30"32,950"S/48°36"05,137"W; 22°30"33,239"S/48°36"05,137"W; 22°30"33,239"S/48°36"06,082"W; 22°30"33,121"S/48°36"06,082"W; 22°30"33,121"S/48°36"08,428"W; 22°30"32,806"S/48°36"08,428"W; 22°30"32,806"S/48°36"09,431"W; 22°30"32,470"S/48°36"09,431"W; 22°30"32,470"S/48°36"15,141"W; 22°30"32,634"S/48°36"15,141"W; 22°30"32,634"S/48°36"17,948"W; 22°30"32,470"S/48°36"17,948"W; 22°30"32,470"S/48°36"27,795"W; 22°30"34,047"S/48°36"27,795"W; 22°30"34,047"S/48°36"26,687"W; 22°30"36,736"S/48°36"26,687"W; 22°30"36,736"S/48°36"23,600"W; 22°30"39,328"S/48°36"23,600"W; 22°30"39,328"S/48°36"20,802"W; 22°30"40,597"S/48°36"20,802"W; 22°30"40,597"S/48°35"17,819"W; 22°30"35,281"S/48°35"17,819"W; 22°30"35,281"S/48°35"19,969"W; 22°30"37,915"S/48°35"19,969"W; 22°30"37,915"S/48°35"25,218"W; 22°30"40,158"S/48°35"25,218"W; 22°30"40,157"S/48°35"32,321"W; 22°30"34,728"S/48°35"32,320"W; 22°30"34,728"S/48°35"28,472"W; 22°30"32,485"S/48°35"28,472"W; 22°30"32,485"S/48°35"24,833"W; 22°30"32,470"S/48°35"24,833"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°30"32,470"S e Long. 48°35"24,833"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 678,4m-W; 1,6m-S; 258,0m-W; 40,2m-S; 126,0m-W; 41,8m-N; 139,2m-W; 8,6m-S; 28,4m-E; 6,1m-S; 21,3m-E; 8,9m-S; 27,0m-W; 3,6m-N; 67,1m-W; 9,7m-N; 28,7m-W; 10,3m-N; 163,2m-W; 5,0m-S; 80,2m-W; 5,1m-N; 281,4m-W; 48,5m-S; 31,7m-E; 82,7m-S; 88,2m-E; 79,7m-S; 80,0m-E; 39,0m-S; 1800,1m-E; 163,5m-N; 61,5m-W; 81,0m-S; 150,0m-W; 69,0m-S; 203,0m-W; 167,0m-N; 110,0m-E; 69,0m-N; 104,0m-E; 0,5m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 274, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n°432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7°e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821295/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à Aji Materiais para Construção Ltda. Me, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Pirangi, Monte Azul Paulista e Paraíso/SP, numa área de 49,99 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°59"34,739"S/48°42"16,986"W; 20°59"34,739"S/48°42"12,727"W;

20°59"30,837"S/48°42"12,727"W; 20°59"30,837"S/48°42"00,609"W; 20°59"34,739"S/48°42"00,609"W; 20°59"34,739"S/48°41"51,953"W; 20°59"47,745"S/48°41"51,953"W; 20°59"47,745"S/48°41"55,934"W; 20°59"49,371"S/48°41"55,934"W; 20°59"49,371"S/48°41"59,397"W; 20°59"59,126"S/48°41"59,397"W; 20°59"59,126"S/48°42"02,167"W; 21°00"04,003"S/48°42"02,166"W; 21°00"04,003"S/48°41"58,704"W; 21°00"17,009"S/48°41"58,703"W; 21°00"17,009"S/48°41"56,107"W; 21°00"18,635"S/48°41"56,106"W; 21°00"18,635"S/48°41"55,414"W; 21°00"20,260"S/48°41"55,414"W; 21°00"20,260"S/48°41"41,563"W; 21°00"21,886"S/48°41"41,563"W; 21°00"21,885"S/48°41"34,638"W; 21°00"20,259"S/48°41"34,638"W; 21°00"20,259"S/48°41"31,175"W; 21°00"15,382"S/48°41"31,176"W; 21°00"15,381"S/48°41"22,519"W; 21°00"10,504"S/48°41"22,520"W; 21°00"10,503"S/48°41"15,594"W; 21°00"31,931"S/48°41"15,592"W; 21°00"31,931"S/48°41"20,786"W; 21°00"25,786"S/48°41"20,787"W; 21°00"25,786"S/48°41"19,055"W; 21°00"20,909"S/48°41"19,056"W; 21°00"20,908"S/48°41"17,325"W; 21°00"17,657"S/48°41"17,325"W; 21°00"17,658"S/48°41"27,713"W; 21°00"21,885"S/48°41"27,712"W; 21°00"21,885"S/48°41"31,175"W; 21°00"25,137"S/48°41"31,175"W; 21°00"25,137"S/48°41"45,026"W; 21°00"23,186"S/48°41"45,026"W; 21°00"23,187"S/48°41"58,876"W; 21°00"20,586"S/48°41"58,877"W; 21°00"20,586"S/48°42"02,339"W; 21°00"17,334"S/48°42"02,339"W; 21°00"17,334"S/48°42"05,802"W; 21°00"10,831"S/48°42"05,802"W; 21°00"10,831"S/48°42"02,339"W; 21°00"08,230"S/48°42"02,339"W; 21°00"08,230"S/48°42"05,802"W; 20°59"55,874"S/48°42"05,802"W; 20°59"55,874"S/48°42"02,340"W; 20°59"44,494"S/48°42"02,340"W; 20°59"44,494"S/48°41"57,146"W; 20°59"43,193"S/48°41"57,146"W; 20°59"43,193"S/48°41"54,377"W; 20°59"37,990"S/48°41"54,377"W; 20°59"37,991"S/48°42"02,340"W; 20°59"35,715"S/48°42"02,340"W; 20°59"35,715"S/48°42"04,071"W; 20°59"34,089"S/48°42"04,071"W; 20°59"34,089"S/48°42"09,265"W; 20°59"37,340"S/48°42"09,265"W; 20°59"37,341"S/48°42"16,986"W;

20°59"34,739"S/48°42"16,986"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 312,0m, no rumo verdadeiro de 81°15"59"379 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°59"33,199"S e Long. 48°42"27,663"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 123,0m-E; 120,0m-N; 350,0m-E; 120,0m-S; 250,0m-E; 400,0m-S; 115,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 300,0m-S; 80,0m-W; 150,0m-S; 100,0m-E; 400,0m-S; 75,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 400,0m-E; 50,0m-S; 200,0m-E; 50,0m-N; 100,0m-E; 150,0m-N; 250,0m-E; 150,0m-N; 200,0m-E; 659,0m-S; 150,0m-W; 189,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 50,0m-E; 100,0m-N; 300,0m-W; 130,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-S; 400,0m-W; 60,0m-N; 400,0m-W; 80,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 200,0m-N; 100,0m-E; 80,0m-N; 100,0m-W; 380,0m-N; 100,0m-E; 350,0m-N; 150,0m-E; 40,0m-N; 80,0m-E; 160,0m-N; 230,0m-W; 70,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 150,0m-W; 100,0m-S; 223,0m-W; 80,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 275, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.822023/1987, resolve:

Art. 1° Outorgar à Abilio Pedro Indústria e Comércio Ltda., concessão para lavrar Calcário Dolomítico, nos Municípios de Laranjal Paulista e Pereiras, Estado de São Paulo, numa área de 77,14 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°03"00,018"S / 47°55"41,717"W; 23°03"00,018"S / 47°55"30,476"W; 23°03"13,022"S / 47°55"30,476"W; 23°03"13,023"S / 47°55"00,617"W; 23°03"30,900"S / 47°55"00,617"W; 23°03"30,900"S / 47°55"41,717"W; 23°03"00,018"S / 47°55"41,717"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°03"00,018"S e Long. 47°55"41,717"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 320,0m-E; 400,0m-S; 850,0m-E; 549,9m-S; 1170,0m-W; 950,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 276, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826110/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pedreira Pérola Ltda., Me, concessão para lavrar Basalto, no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, numa área de 47,52 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25°27"08,340"S/51°29"29,490"W; 25°27"25,570"S/51°29"29,490"W; 25°27"25,570"S/51°29"38,798"W; 25°27"22,320"S/51°29"38,798"W; 25°27"22,320"S/51°29"47,390"W; 25°26"44,939"S/51°29"47,390"W; 25°26"44,939"S/51°29"40,230"W; 25°26"48,839"S/51°29"40,230"W; 25°26"48,839"S/51°29"34,860"W; 25°27"08,340"S/51°29"34,860"W;

25°27"08,340"S/51°29"29,490"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°27"08,340"S e Long. 51°29"29,490"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 530,2m-S; 260,1m-W; 100,0m-N; 240,1m-W; 1150,3m-N; 200,0m-E; 120,0m-S; 150,0m-E; 600,1m-S; 150,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 277, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826124/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Rogalski Ltda, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Ponta Grossa e Teixeira Soares, Estado do Paraná, numa área de 43,49 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

25°08"17,826"S/50°16"44,699"W; 25°08"17,826"S/50°16"32,203"W; 25°08"42,196"S/50°16"32,203"W; 25°08"42,196"S/50°16"19,707"W; 25°08"51,945"S/50°16"19,706"W; 25°08"51,945"S/50°16"12,565"W; 25°08"52,692"S/50°16"12,565"W; 25°08"52,693"S/50°16"20,638"W; 25°09"01,698"S/50°16"20,638"W; 25°09"01,698"S/50°16"23,276"W; 25°08"55,198"S/50°16"23,277"W; 25°08"55,199"S/50°16"28,632"W; 25°08"48,699"S/50°16"28,632"W; 25°08"48,699"S/50°16"41,129"W; 25°08"37,325"S/50°16"41,129"W; 25°08"37,325"S/50°16"44,699"W;

25°08"17,826"S/50°16"44,699"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1450,0m, no rumo verdadeiro de 89°15"00"746 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°08"18,445"S e Long. 50°17"36,461"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 350,0m-E; 749,9m-S; 350,0m-E; 300,0m-S; 200,0m-E; 23,0m-S; 226,1m-W; 277,1m-S; 73,9m-W; 200,0m-N; 150,0m-W; 200,0m-N; 350,0m-W; 350,0m-N; 100,0m-W; 600,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 278, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826436/1993, resolve:

Art. 1º Fica retificada a concessão de lavra de Areia Industrial, outorgada pela Portaria nº 559, de 12/12/2000, publicada no D.O.U. de 13/12/2000, de que é titular Furnas Extração de Areia Ltda., tendo em vista o desmembramento que trata o processo DNPM nº 826.795/2013, passando a área remanescente ter a seguinte descrição: uma área de 164,15ha, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°11"18,228"S/50°07"49,363"W;
25°11"22,290"S/50°07"49,364"W; 25°11"22,292"S/50°07"42,221"W; 25°11"27,166"S/50°07"42,222"W; 25°11"27,167"S/50°07"38,650"W; 25°11"30,417"S/50°07"38,651"W; 25°11"30,420"S/50°07"20,793"W; 25°11"33,670"S/50°07"20,793"W; 25°11"33,671"S/50°07"11,864"W; 25°11"35,296"S/50°07"11,864"W; 25°11"35,297"S/50°07"01,149"W; 25°11"33,672"S/50°07"01,149"W; 25°11"33,673"S/50°06"48,648"W; 25°11"41,798"S/50°06"48,649"W; 25°11"41,799"S/50°06"30,790"W; 25°11"45,049"S/50°06"30,790"W; 25°11"45,049"S/50°06"18,289"W; 25°11"41,799"S/50°06"18,288"W; 25°11"41,800"S/50°06"05,787"W; 25°11"54,799"S/50°06"05,787"W; 25°11"54,798"S/50°06"25,433"W; 25°11"58,048"S/50°06"25,433"W; 25°11"58,048"S/50°06"37,934"W; 25°11"54,798"S/50°06"37,934"W; 25°11"54,796"S/50°06"57,580"W; 25°11"48,297"S/50°06"57,579"W; 25°11"48,293"S/50°07"22,582"W; 25°11"41,794"S/50°07"22,580"W; 25°11"41,793"S/50°07"29,724"W; 25°11"45,043"S/50°07"29,725"W; 25°11"45,040"S/50°07"42,226"W; 25°11"41,791"S/50°07"42,225"W; 25°11"41,790"S/50°07"45,797"W; 25°11"38,540"S/50°07"45,796"W; 25°11"38,539"S/50°07"49,368"W; 25°11"35,290"S/50°07"49,367"W; 25°11"35,289"S/50°07"49,567"W; 25°11"32,376"S/50°07"49,567"W; 25°11"32,376"S/50°07"49,182"W; 25°11"31,222"S/50°07"49,182"W; 25°11"31,222"S/50°07"48,935"W; 25°11"30,748"S/50°07"48,935"W; 25°11"30,748"S/50°07"49,182"W; 25°11"30,611"S/50°07"49,182"W; 25°11"30,611"S/50°07"49,402"W; 25°11"30,494"S/50°07"49,402"W; 25°11"30,494"S/50°07"49,567"W; 25°11"30,316"S/50°07"49,567"W; 25°11"30,316"S/50°07"49,773"W; 25°11"30,247"S/50°07"49,773"W; 25°11"30,247"S/50°07"49,910"W; 25°11"30,165"S/50°07"49,910"W; 25°11"30,165"S/50°07"50,020"W; 25°11"30,048"S/50°07"50,020"W; 25°11"30,048"S/50°07"50,185"W; 25°11"29,931"S/50°07"50,185"W; 25°11"29,931"S/50°07"50,349"W; 25°11"29,842"S/50°07"50,349"W; 25°11"29,842"S/50°07"50,446"W; 25°11"29,664"S/50°07"50,446"W; 25°11"29,664"S/50°07"50,583"W; 25°11"29,567"S/50°07"50,583"W; 25°11"29,567"S/50°07"50,734"W; 25°11"29,492"S/50°07"50,734"W; 25°11"29,492"S/50°07"50,899"W; 25°11"29,355"S/50°07"50,899"W; 25°11"29,355"S/50°07"51,064"W; 25°11"29,245"S/50°07"51,064"W; 25°11"29,245"S/50°07"51,201"W; 25°11"29,169"S/50°07"51,201"W; 25°11"29,169"S/50°07"51,352"W; 25°11"29,087"S/50°07"51,352"W; 25°11"29,087"S/50°07"51,544"W; 25°11"29,046"S/50°07"51,544"W; 25°11"29,046"S/50°07"52,629"W; 25°11"28,943"S/50°07"52,629"W; 25°11"28,943"S/50°07"52,863"W; 25°11"28,881"S/50°07"52,863"W; 25°11"28,881"S/50°07"53,027"W; 25°11"28,840"S/50°07"53,027"W; 25°11"28,840"S/50°07"53,206"W; 25°11"28,792"S/50°07"53,206"W; 25°11"28,792"S/50°07"53,453"W; 25°11"28,709"S/50°07"53,453"W; 25°11"28,709"S/50°07"53,769"W; 25°11"28,634"S/50°07"53,769"W; 25°11"28,634"S/50°07"54,030"W; 25°11"28,565"S/50°07"54,030"W; 25°11"28,565"S/50°07"54,236"W; 25°11"28,599"S/50°07"54,236"W; 25°11"28,599"S/50°07"54,524"W; 25°11"28,695"S/50°07"54,524"W; 25°11"28,695"S/50°07"54,703"W; 25°11"28,792"S/50°07"54,703"W; 25°11"28,792"S/50°07"54,881"W; 25°11"28,860"S/50°07"54,881"W; 25°11"28,860"S/50°07"55,142"W; 25°11"29,052"S/50°07"55,142"W; 25°11"29,052"S/50°07"56,090"W; 25°11"28,785"S/50°07"56,090"W; 25°11"28,785"S/50°07"56,227"W; 25°11"28,421"S/50°07"56,227"W; 25°11"28,421"S/50°07"56,351"W; 25°11"28,215"S/50°07"56,351"W; 25°11"28,215"S/50°07"56,667"W; 25°11"27,968"S/50°07"56,667"W; 25°11"27,968"S/50°07"56,886"W; 25°11"27,830"S/50°07"56,886"W; 25°11"27,830"S/50°07"57,079"W; 25°11"27,700"S/50°07"57,079"W; 25°11"27,700"S/50°07"57,271"W; 25°11"27,604"S/50°07"57,271"W; 25°11"27,604"S/50°07"57,408"W; 25°11"27,494"S/50°07"57,408"W; 25°11"27,494"S/50°07"57,573"W; 25°11"27,384"S/50°07"57,573"W; 25°11"27,384"S/50°07"57,724"W; 25°11"27,233"S/50°07"57,724"W; 25°11"27,233"S/50°07"57,834"W; 25°11"27,089"S/50°07"57,834"W; 25°11"27,089"S/50°07"57,944"W; 25°11"26,938"S/50°07"57,944"W; 25°11"26,938"S/50°07"58,067"W; 25°11"26,759"S/50°07"58,067"W; 25°11"26,759"S/50°07"58,198"W; 25°11"26,460"S/50°07"58,198"W; 25°11"26,460"S/50°07"58,342"W; 25°11"26,272"S/50°07"58,342"W; 25°11"26,272"S/50°07"58,520"W; 25°11"26,134"S/50°07"58,520"W; 25°11"26,134"S/50°07"58,617"W; 25°11"25,942"S/50°07"58,617"W; 25°11"25,942"S/50°07"58,757"W; 25°11"25,818"S/50°07"58,757"W; 25°11"25,818"S/50°07"58,932"W; 25°11"25,688"S/50°07"58,932"W; 25°11"25,688"S/50°07"59,084"W; 25°11"25,557"S/50°07"59,084"W; 25°11"25,557"S/50°07"59,207"W; 25°11"25,475"S/50°07"59,207"W; 25°11"25,475"S/50°07"59,386"W; 25°11"25,317"S/50°07"59,386"W; 25°11"25,317"S/50°07"59,578"W; 25°11"25,173"S/50°07"59,578"W; 25°11"25,173"S/50°07"59,729"W; 25°11"25,036"S/50°07"59,729"W; 25°11"25,036"S/50°07"59,935"W; 25°11"24,830"S/50°07"59,935"W; 25°11"24,830"S/50°08"00,080"W; 25°11"22,288"S/50°08"00,079"W; 25°11"22,286"S/50°08"10,794"W; 25°11"25,535"S/50°08"10,795"W; 25°11"25,534"S/50°08"17,938"W; 25°11"22,284"S/50°08"17,937"W; 25°11"22,282"S/50°08"25,080"W; 25°11"12,533"S/50°08"25,077"W; 25°11"12,539"S/50°07"58,291"W; 25°11"14,976"S/50°07"58,291"W; 25°11"14,978"S/50°07"52,934"W; 25°11"18,227"S/50°07"52,935"W; 25°11"18,228"S/50°07"49,363"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°11"18,228"S e Long. 50°07"49,363"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 125,0m-S; 200,0m-E; 150,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 500,0m-E; 100,0m-S; 250,0m-E; 50,0m-S; 300,0m-E; 50,0m-N; 350,0m-E; 250,0m-S; 500,0m-E; 100,0m-S; 350,0m-E; 100,0m-N; 350,0m-E; 400,0m-S; 550,0m-W; 100,0m-S; 350,0m-W; 100,0m-N; 550,0m-W; 200,0m-N; 700,0m-W; 200,0m-N; 200,0m-W; 100,0m-S; 350,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 5,6m-W; 89,6m-N; 10,8m-E; 35,5m-N; 6,9m-E; 14,6m-N; 6,9m-W; 4,2m-N; 6,2m-W; 3,6m-N; 4,6m-W; 5,5m-N; 5,8m-W; 2,1m-N; 3,8m-W; 2,5m-N; 3,1m-W; 3,6m-N; 4,6m-W; 3,6m-N; 4,6m-W; 2,7m-N; 2,7m-W; 5,5m-N; 3,8m-W; 3,0m-N; 4,2m-W; 2,3m-N; 4,6m-W; 4,2m-N; 4,6m-W; 3,4m-N; 3,8m-W; 2,3m-N; 4,2m-W; 2,5m-N; 5,4m-W; 1,3m-N; 30,4m-W; 3,2m-N; 6,6m-W; 1,9m-N; 4,6m-W; 1,3m-N; 5,0m-W; 1,5m-N; 6,9m-W; 2,6m-N; 8,9m-W; 2,3m-N; 7,3m-W; 2,1m-N; 5,8m-W; 1,1m-S; 8,1m-W; 3,0m-S; 5,0m-W; 3,0m-S; 5,0m-W; 2,1m-S; 7,3m-W; 5,9m-S; 26,5m-W; 8,2m-N; 3,8m-W; 11,2m-N; 3,5m-W; 6,3m-N; 8,9m-W; 7,6m-N; 6,1m-W; 4,2m-N; 5,4m-W; 4,0m-N; 5,4m-W; 3,0m-N; 3,8m-W; 3,4m-N; 4,6m-W; 3,4m-N; 4,2m-W; 4,6m-N; 3,1m-W; 4,4m-N; 3,1m-W; 4,6m-N; 3,5m-W; 5,5m-N; 3,7m-W; 9,2m-N; 4,0m-W; 5,8m-N; 5,0m-W; 4,2m-N; 2,7m-W; 5,9m-N; 3,9m-W; 3,8m-N; 4,9m-W; 4,0m-N; 4,3m-W; 4,0m-N; 3,4m-W; 2,5m-N; 5,0m-W; 4,9m-N; 5,4m-W; 4,4m-N; 4,2m-W; 4,2m-N; 5,8m-W; 6,3m-N; 4,0m-W; 78,2m-N; 300,0m-W; 100,0m-S; 200,0m-W; 100,0m-N; 200,0m-W; 300,0m-N; 750,0m-E; 75,0m-S; 150,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.06)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 279, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48404.840569/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineradora São Jorge S. A., concessão para lavrar Gipsita, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, numa área de 18,81 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
07°42"21,023"S/40°12"05,991"W; 07°42"21,023"S/40°12"13,753"W; 07°42"21,010"S/40°12"13,752"W; 07°42"07,807"S/40°12"13,752"W; 07°42"07,807"S/40°11"50,574"W; 07°42"08,463"S/40°11"50,574"W; 07°42"08,463"S/40°11"53,838"W; 07°42"11,718"S/40°11"53,837"W; 07°42"11,718"S/40°11"57,101"W; 07°42"14,973"S/40°11"57,101"W; 07°42"14,973"S/40°12"00,364"W; 07°42"18,228"S/40°12"00,364"W; 07°42"18,228"S/40°12"03,627"W; 07°42"18,344"S/40°12"03,627"W; 07°42"18,344"S/40°12"05,991"W; 07°42"21,023"S/40°12"05,991"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°42"21,023"S e Long. 40°12"05,991"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 237,9m-SW 89°59"51"329; 0,4m-NE 04°11"05"698; 405,6m-NE 00°00"05"085; 710,3m-SE 89°59"57"096; 20,1m-SW 00°00"00"000; 100,0m-SW 90°00"00"000; 100,0m-SW 00°00"00"000; 100,0m-SW 90°00"00"000; 100,0m-SW 00°00"00"000; 100,0m-SW 90°00"00"000; 100,0m-SW 00°00"00"000; 100,0m-SW 90°00"00"000; 3,6m-SW 00°00"00"000; 72,4m-SW 90°00"00"000; 82,3m-SW 00°00"00"000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 280, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso I, da Portaria MME n° 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7° e 43, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48406.860886/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Gnb Ltda., concessão para lavrar Gabro e Gnaisse, no Município de Hidrolina, Estado de Goiás, numa área de 480,38 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
14°42"15,681"S/49°28"13,112"W; 14°41"51,223"S/49°28"13,112"W; 14°41"51,221"S/49°29"08,527"W; 14°41"39,443"S/49°29"08,527"W; 14°41"39,442"S/49°28"24,089"W; 14°41"12,602"S/49°28"24,089"W; 14°41"12,601"S/49°27"41,869"W; 14°40"57,265"S/49°27"41,868"W; 14°40"57,265"S/49°27"21,662"W; 14°41"09,376"S/49°27"21,662"W; 14°41"09,375"S/49°26"43,266"W; 14°41"25,371"S/49°26"43,266"W; 14°41"25,369"S/49°27"39,756"W; 14°41"34,967"S/49°27"39,756"W; 14°41"34,966"S/49°27"01,925"W; 14°41"54,618"S/49°27"01,925"W; 14°41"54,618"S/49°27"18,373"W; 14°42"01,930"S/49°27"18,373"W; 14°42"01,930"S/49°27"31,167"W; 14°42"15,674"S/49°27"31,167"W;

14°42"15,681"S/49°28"13,112"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°42"15,681"S e Long. 49°28"13,112"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 751,7m-N; 1657,9m-W; 362,0m-N; 1329,5m-E; 824,9m-N; 1263,1m-E; 471,4m-N; 604,5m-E; 372,2m-S; 1148,7m-E; 491,6m-S; 1690,1m-W; 295,0m-S; 1131,8m-E; 604,0m-S; 492,1m-W; 224,7m-S; 382,7m-W; 422,4m-S; 1254,9m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

(*)N. da Coejo: Republicados por terem saído no DOU de 29-11-2017, Seção 1, páginas 61 a 65, com incorreção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 498, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 442, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Os arts. 2°, 3°e 7°, da Portaria nº 442, de 26 de outubro 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2°.....

§ 2º No caso do §1º, I, para fins de cálculo do número de visitadores, doravante denominado número de referência de visitadores, quando a divisão da meta aceita por trinta resultar em número não inteiro, desprezar-se-ão frações até 0,7 e, para frações maiores que 0,7, arredondar-se-á para o número inteiro seguinte.

....."(NR)

"Art.3°.....

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, consideram-se como visitadores designados para o PCF aqueles designados no Prontuário SUAS, para o mês de referência, até setenta dias após a conclusão do último mês referente a esta etapa;

§6º.....

III - o terceiro lote de pagamento processado pela SNPDH a partir de setenta dias após a conclusão da etapa, para os municípios que não receberam o pagamento no primeiro e no segundo lote.

....."(NR)

"Art.7°.....

§ 1º O prazo definido no caput é ampliado para noventa dias no caso de recém-nascidos.

.....

§ 5º Após o prazo estabelecido no caput, ressalvado o disposto no §1º, os registros realizados não serão mais considerados para fins de pagamento do Programa, com exceção das visitas realizadas no mês de outubro de 2017, que poderão ser registradas para fins de pagamento até a data de 22 de dezembro de 2017." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

PORTARIA Nº 501, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Disciplina o processo de uso do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal por órgãos e entidades federais para seleção de beneficiários de políticas e programas sociais voltados ao atendimento às famílias de baixa renda.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 5° do Decreto n° 6.135, de 26 de junho de 2007,

CONSIDERANDO que o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados ao atendimento às famílias de baixa renda;

CONSIDERANDO os artigos 6º e 8º da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012; e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de instrumento que regule a utilização dos dados do Cadastro Único pelas políticas ou programas sociais, assegurando assim o uso efetivo e adequado das informações cadastrais, resolve:

Art. 1º Instituir o Termo de Uso do Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal por órgãos e entidades federais para seleção de beneficiários de políticas ou programas sociais, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A assinatura do Termo de Uso é obrigatória para a utilização dos dados do Cadastro Único na gestão de políticas ou programas sociais, conforme o art. 2º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Art. 3º É requisito para firmar o Termo de Uso a existência de norma ou ato administrativo que estabeleça o Cadastro Único como instrumento para a gestão e/ou implantação da política ou programa social.

§1º Cumprido o requisito disposto pelo caput, o órgão ou entidade federal deverá preencher, assinar e enviar o documento contido no Anexo desta Portaria à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

§2º O Termo de Uso do Cadastro Único deverá ser assinado pelo titular da unidade responsável pela implementação da política ou programa social.

Art. 4º A assinatura do Termo de Uso produzirá seus efeitos a partir da publicação pelo MDS de extrato do Termo de Uso no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 5º O Termo de Uso sistematiza os compromissos assumidos pelo órgão ou entidade signatários em relação à observância das regras do Cadastro Único.

§ 1º Os órgãos e entidades que firmarem o Termo de Uso do Cadastro Único devem coordenar as ações de gestão de seus benefícios ou serviços, incluindo a instauração de processos próprios de fiscalização de acordo com as normas específicas da política ou do programa social sob sua gestão.

§ 2º Os órgãos e entidades deverão observar os processos de revisão e averiguação cadastral e/ou outros processos de qualificação das informações do Cadastro Único, coordenados pelo MDS, responsabilizando-se pela repercussão desses processos para as famílias beneficiárias de suas políticas ou programas sociais, conforme critérios definidos pela gestão do órgão ou entidade.

Art. 6º Os órgãos ou entidades federais que já utilizam o Cadastro Único terão prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período a critério do MDS, contados a partir da data de publicação desta Portaria, para assinatura do Termo de Uso do Cadastro Único, sob a pena de ter suspenso o acesso aos dados identificados das famílias cadastradas.

Art. 7º Os órgãos ou entidades federais que não cumprirem os compromissos assumidos por meio do Termo de Uso terão o acesso às informações do Cadastro Único suspenso até a adoção de medidas saneadoras necessárias para o seu adequado cumprimento.

Art. 8º Os órgãos gestores do Cadastro Único no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão adotar os procedimentos dispostos nesta Portaria para formalizar o uso do Cadastro Único por políticas ou programas sociais no âmbito de suas esferas administrativas.

Parágrafo único. Os órgãos gestores mencionados no caput deverão informar à SENARC os termos assinados nas suas respectivas esferas administrativas.

Art. 9º Os casos omissos nesta Portaria serão dirimidos pela SENARC.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO

TERMO DE USO DO CADASTRO ÚNICO
PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

O/A (nome da Instituição ou do delegatário), com sede estabelecida na (endereço), localizada(o) em (nome da cidade e do país), doravante chamado(a) de signatário(A), neste ato representado(a) por (nome do Ministro(a), Presidente, Diretor(a)), (nacionalidade), RG nº xxx expedido pela (sigla do órgão expeditor)/(UF), e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, firma o presente TERMO DE USO, que disciplina a utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) mediante as cláusulas e condições descritas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo estabelece as regras que regulam a utilização dos dados identificados do Cadastro Único pelo(a) SIGNATÁRIO(A) exclusivamente para fins gestão do "(nome do Programa)" neste instrumento denominado PROGRAMA, sem prejuízo dos parâmetros legais vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC)

1.1 Cabe à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), no âmbito do que trata este Termo:

1.Autorizar o uso dos dados do Cadastro Único para fins de gestão, seleção ou acompanhamento de beneficiários do PROGRAMA.

2.Autorizar o acesso às informações identificadas do Cadastro Único para Programas Sociais a agentes públicos e/ou investidos de função pública designados pelo SIGNATÁRIO, seguindo as normas vigentes do MDS relacionadas a sigilo dos dados e regras de controle de acesso aos dados cadastrais;

3.Disponibilizar, por meio eletrônico, formas de acesso aos dados das pessoas e famílias registradas no Cadastro Único;

4.Orientar sobre as normas de funcionamento do Cadastro Único (conceitos, formas de captação das informações, característica da base de dados etc.);

5.Disponibilizar periodicamente indicação das famílias cadastradas que estão em processos de revisão e averiguação cadastral e/ou outros processos de qualificação do Cadastro Único, conforme normativos vigentes;

6.Avaliar e autorizar o conteúdo de material informativo ou de capacitação do PROGRAMA que aborde questões relacionadas ao Cadastro Único.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO

2.1 O(A) SIGNATÁRIO(A) compromete-se, por meio do presente Termo, a:

1.Utilizar os dados identificados do Cadastro Único exclusivamente para os fins autorizados pelo MDS, seguindo as normas vigentes do MDS relacionadas a sigilo dos dados e regras de controle de acesso aos dados cadastrais;

2.Respeitar os conceitos do Cadastro Único, conforme estabelecido no Decreto nº 6.135/2007 e demais normas do MDS;

3.Utilizar informações de cadastros atualizados para fins de seleção e acompanhamento de beneficiários;

4.Coordenar as ações de gestão dos seus benefícios, incluindo a instauração de processos próprios de fiscalização de acordo com as normas específicas do PROGRAMA;

5.Observar os processos de revisão e averiguação cadastral e/ou outros processos de qualificação das informações do Cadastro Único, coordenados pelo MDS, responsabilizando-se pela repercussão desses processos para as famílias beneficiárias, conforme critérios definidos pela gestão do PROGRAMA;

6.Articular e pactuar com a SENARC eventuais necessidades de atualização e inclusão cadastral de públicos específicos;

7.Participar de reuniões, eventos e oficinas promovidas pelo MDS e que visem a adequada utilização do Cadastro Único como mecanismo de implementação de políticas ou programas sociais;

8.Enviar lista de beneficiários do PROGRAMA ao MDS, em periodicidade mínima anual ou conforme solicitado pelo MDS;

9.Submeter à avaliação e autorização do MDS material informativo ou de capacitação do PROGRAMA que venha a mencionar o Cadastro Único;

10.Disponibilizar canal de atendimento adequado que dê suporte aos cidadãos e às gestões municipais e estaduais do Cadastro Único que necessitem esclarecer questões afetas ao PROGRAMA.

2.2. Para acessar os dados do Cadastro Único será necessário que, conforme art. 6º da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012:

1.O(A) SIGNATÁRIO(A) firme Termo de Responsabilidade, conforme Anexo I da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012, indicando os agentes públicos e/ou investidos de função pública que terão acesso aos dados do Cadastro Único.

2.Os agentes públicos e/ou investidos de função pública firmem versão impressa ou por meio digital de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme Anexo IV da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012.

2.3. As instituições com as quais o(a) SIGNATÁRIO(a) mantenha vínculo legal e que estejam responsáveis pela execução do PROGRAMA, conforme art. 8º da Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012, poderão ter acesso aos dados mediante:

I - Autorização da SENARC, que será dada após envio de instrumento formal que comprove a responsabilidade legal da instituição pela implementação do PROGRAMA;

II - Estabelecimento pelo SIGNATÁRIO de instrumento formal de repasse dos dados à instituição executora, responsabilizando-a pelo sigilo e pela confidencialidade destes, que deverá ser guardado por 5 (cinco) anos pelo SIGNATÁRIO ou por quem este determinar;

III - Implementação de política e mecanismos de segurança da informação que identifique e responsabilize cada indivíduo vinculado à instituição que tenha acesso aos dados identificados, os instrumentos deverão ser guardados pelo prazo de 5 (cinco) anos pelo SIGNATÁRIO ou por quem este determinar.

2.4. Por ocasião da assinatura do presente Termo, o(a) SIGNATÁRIO(A), compromete-se a fornecer à SENARC as seguintes informações, quando couber:

1.Instituições responsáveis pela implementação do PROGRAMA em nível federal e, se for o caso, no estadual e municipal;

2.Etapas de funcionamento do PROGRAMA que envolvam a utilização do Cadastro Único;

3.Canais de atendimento aos beneficiários ou interessados no PROGRAMA;

4.Agente(s) público(s) responsável(is) pela gestão do PROGRAMA e pelo uso das ferramentas eletrônicas de acesso aos dados cadastrais bem como indicados para participar de eventos - reuniões e oficinas - promovidas pelo MDS, que visem a adequada utilização do Cadastro Único como mecanismo de implementação

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

Caso este Termo de Uso não seja cumprido pelo(a) SIGNATÁRIO(A) o acesso às informações do Cadastro Único será suspenso até a adoção de medidas saneadoras necessárias para o seu adequado cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O Termo de Uso poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações assumidas durante o período de vigência. No caso de rescisão, o(a) SIGNATÁRIO(A) fica impedido de utilizar os dados do Cadastro Único para a gestão do PROGRAMA.

O extrato do presente Termo será publicado pelo MDS no Diário Oficial da União.

E, por estar de pleno acordo, firma o presente Termo.

(Local), XX de XXXXX de 20XX

_____
(nome do Ministro(a), Presidente, Diretor(a))
(CPF)

_____
SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA - SENARC

TESTEMUNHAS

_____
NOME: CPF:

_____
NOME: CPF:

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 192, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADJUNTO, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)LAR DO MENINO JESUS, 45.916.400/0001-80, CACONDE/SP, 71000.086458/2011-57, 41448/2017.

2)UNIÃO DE AMIGOS DO MENOR, 56.391.808/0001-00, RIO CLARO/SP, 71000.094811/2011-72, 42046/2017.

3)FUNDAÇÃO EDUCANDARIO PRINCESA ISABEL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAMARA DE PETROPOLIS, 28.805.679/0001-05, PETROPOLIS/RJ, 71000.077296/2015-90, 48745/2017.

4)ESPAÇO MULTIPLO ORLA - ARTE, CULTURA, SAÚDE E INCLUSÃO SOCIAL, 11.064.550/0001-90, NITEROI/RJ, 71000.066051/2016-18, 50248/2017.

5)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO DO TENENTE - APAE, 11.739.442/0001-70, CAMPO DO TENENTE/PR, 71000.094704/2016-59, 50848/2017.

6)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CRUZ DAS ALMAS - BAHIA, 13.864.137/0001-36, CRUZ DAS ALMAS/BA, 71000.009392/2017-77, 50909/2017.

7)SOCIEDADE ESPÍRITA FRANCISCO DE ASSIS DE AMPARO AOS NECESSITADOS, 80.241.144/0001-79, PONTA GROSSA/PR, 71000.009585/2017-28, 50937/2017.

8)ASSOCIACÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - N. E. D. - NÃO EXISTE DIFERENÇA, 24.018.493/0001-55, GUARANI D"OESTE/SP, 71000.052023/2017-02, 51717/2017.

9)NÚCLEO DE AMPARO AO MENOR DE NATAL, 70.035.050/0001-90, NATAL/RN, 71000.051693/2017-01, 51639/2017.

10)ASSOCIAÇÃO CUIDAR BEM, 10.626.829/0001-58, CONTAGEM/MG, 71000.053054/2017-72, 51781/2017.

11)SERVICOS DE OBRAS SOCIAIS DE PEDREIRA SOS, 46.409.637/0001-37, PEDREIRA/SP, 71000.057605/2017-77, 51998/2017.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

PORTARIA Nº 193, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADJUNTO, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)INSPETORIA MADRE MAZZARELLO, 17.218.504/0001-85, BELO HORIZONTE/MG, 71010.005090/2009-09, 45294/2017, de 01/01/2010 a 31/12/2014.

2)ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-AMAS, 79.573.499/0001-86, CURITIBA/PR, 71000.006692/2012-90, 44326/2017, de 01/01/2013 a 31/12/2015.

3)LAR CRISTÃO DE MENINAS DE ADAMANTINA, 43.007.467/0001-76, ADAMANTINA/SP, 71000.058592/2014-19, 45499/2017, de 01/01/2015 a 31/12/2019.

4)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS - APAS, 75.439.653/0001-70, JOACABA/SC, 23000.003217/2017-23, 51429/2017, de 22/09/2014 a 21/09/2019.

5)CASA VO BENEDITA, 55.674.980/0001-08, SANTOS/SP, 71000.043347/2015-80, 47563/2017, de 10/08/2015 a 09/08/2018.

6)FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA FABRICIANENSE - FUNCELFA, 17.105.008/0001-15, CORONEL FABRICIANO/MG, 71000.084673/2016-28, 50365/2017, de 28/02/2016 a 27/02/2021.

7)VILA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 17.419.730/0001-24, CAMPO DO MEIO/MG, 71000.040394/2017-33, 51232/2017, de 02/05/2017 a 01/05/2022.

8)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CONCEIÇÃO DA BARRA, 31.789.340/0001-77, CONCEICAO DA BARRA/ES, 71000.040396/2017-22, 51251/2017, de 30/10/2017 a 29/10/2022.

9)ASSOCIACAO DO BEM ESTAR DO MENOR DE CRISSIUMAL, 88.759.816/0001-44, CRISSIUMAL/RS, 71000.041213/2017-96, 51284/2017, de 03/12/2017 a 02/12/2022.

10)ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO AO LAVRADOR E ASSISTÊNCIA AO MENOR DE TURMALINA, 21.248.703/0001-03, TURMALINA/MG, 71000.038653/2017-66, 51205/2017, de 12/06/2017 a 11/06/2022.

11)CASA DOS MENORES DE CAMPINAS, 46.045.365/0001-33, CAMPINAS/SP, 71000.045818/2017-56, 51369/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

12)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DEODÁPOLIS, 01.651.099/0001-54, DEODAPOLIS/MS, 71000.046096/2017-57, 51438/2017, de 26/06/2017 a 25/06/2022.

13)SOCIEDADE MOVIMENTO DOS FOCOLARI, 44.245.488/0001-92, VARGEM GRANDE PAULISTA/SP, 71000.045995/2017-32, 51374/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2022.

14)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARVALHOS, 02.762.803/0001-09, CARVALHOS/MG, 71000.040742/2017-72, 51437/2017, de 05/03/2018 a 04/03/2023.

15)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAÚ, 50.756.329/0001-55, JAU/SP, 71000.046296/2017-18, 51410/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

16)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE LUCÉLIA - SP, 51.404.325/0001-70, LUCELIA/SP, 71000.048761/2017-47, 51491/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

17)CIRCULO DOS AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO VILA DA PENHA, 73.264.293/0001-98, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.048839/2017-23, 51495/2017, de 26/06/2017 a 25/06/2022.

18)ASSOCIAÇÃOD DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARIRI, 46.181.244/0001-19, BARIRI/SP, 71000.043808/2017-86, 51326/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

19)LAR DA DIVINA PROVIDÊNCIA, 66.491.861/0001-28, ITAI/SP, 71000.043580/2017-24, 51317/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

20)ASSOCIAÇÃO MENINOS E MENINAS DE PROGRESSO, 07.943.257/0001-26, SAO LEOPOLDO/RS, 71000.048742/2017-11, 51507/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

21)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CACHOEIRAS DE MACACU, 31.838.261/0001-09, CACHOEIRAS DE MACACU/RJ, 71000.046002/2017-40, 51376/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

22)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TOLEDO, 75.974.931/0001-90, TOLEDO/PR, 71000.048560/2017-40, 51466/2017, de 19/06/2017 a 18/06/2020.

23)ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM, 07.736.225/0001-50, MEDIANEIRA/PR, 71000.046454/2017-21, 51426/2017, de 26/06/2017 a 25/06/2022.

24)ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE EM AÇÃO ÊXODO, 07.982.246/0001-55, BAURU/SP, 71000.045600/2017-00, 51365/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2021.

25)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS ALUNOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PASSO A PASSO, 60.717.816/0001-62, PIRACICABA/SP, 71000.048711/2017-60, 51476/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

26)CAROL - CASA DE AMPARO INFÂNTIL, 09.538.118/0001-42, UBERLANDIA/MG, 71000.048733/2017-20, 51487/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

27)ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO INFANTIL LIMEIRENSE ARIL, 51.472.447/0001-02, LIMEIRA/SP, 71000.050681/2017-51, 51612/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

28)CENTRO DE FORMAÇÃO DIVINA PROVIDÊNCIA, 06.944.488/0001-91, ENCRUZILHADA DO SUL/RS, 71000.050277/2017-88, 51585/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

29)CENTRO ESPÍRITA LÉON DENIS, 27.921.931/0001-89, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.050306/2017-10, 51567/2017, de 25/11/2017 a 24/11/2020.

30)LAR EVANGÉLICO ALICE DE OLIVEIRA, 46.044.830/0001-11, CAMPINAS/SP, 71000.050320/2017-13, 51575/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2021.

31)CASA-LAR INFANTIL MIRIÃ, 04.731.993/0001-22, CAMPO MOURAO/PR, 71000.051756/2017-11, 51659/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

32)CASA DA CRIANÇA RUTH WIRTH E ASSOCIAÇÃO JOVEM APRENDIZ DE OSVALDO CRUZ, 53.341.376/0001-26, OSVALDO CRUZ/SP, 71000.051737/2017-95, 51815/2017, de 24/12/2017 a 23/12/2020.

33)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBIPORA, 77.557.395/0001-52, IBIPORA/PR, 71000.051959/2017-16, 51682/2017, de 14/09/2017 a 13/09/2022.

34)SOCIEDADE PESTALOZZI DE CAMPINAS, 51.297.349/0001-78, CAMPINAS/SP, 71000.051817/2017-41, 51671/2017, de 29/12/2017 a 28/12/2020.

35)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COTIA, 56.343.015/0001-07, COTIA/SP, 71000.051733/2017-15, 51641/2017, de 08/12/2017 a 07/12/2020.

36)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE VARGEM ALTA, 39.288.717/0001-16, VARGEM ALTA/ES, 71000.052370/2017-27, 51762/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

37)GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU, 77.412.799/0001-58, FOZ DO IGUACU/PR, 71000.053907/2017-76, 51818/2017, de 26/03/2018 a 25/03/2021.

38)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAPADÃO DO CÉU, 08.113.253/0001-83, CHAPADAO DO CEU/GO, 71000.053915/2017-12, 51798/2017, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

39)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBITIRAMA, 03.537.134/0001-34, IBITIRAMA/ES, 71000.055803/2017-04, 51895/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

40)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MATEUS DO SUL, 78.135.688/0001-04, SAO MATEUS DO SUL/PR, 71000.055793/2017-07, 51882/2017, de 28/11/2017 a 27/11/2022.

41)CANV - CENTRO ASSISTENCIAL NOVA VIDA, 03.105.925/0001-95, ALTONIA/PR, 71000.055869/2017-96, 51884/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

42)CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS ESPECIAIS - CENAPE, 14.602.395/0001-07, PIMENTA BUENO/RO, 71000.055859/2017-51, 51875/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

43)FUNDAÇÃO OIKOS, 07.582.705/0001-03, MACAIBA/RN, 71000.055864/2017-63, 51885/2017, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

44)SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 28.961.506/0001-86, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, 71000.054571/2017-69, 51833/2017, de 23/11/2017 a 22/11/2020.

45)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARÃO DO TRIUNFO, 07.409.688/0001-07, BARAO DO TRIUNFO/RS, 71000.054860/2017-68, 51852/2017, de 05/03/2018 a 04/03/2023.

46)INSTITUTO ADHARA, 11.512.700/0001-81, SAO PAULO/SP, 71000.055868/2017-41, 51901/2017, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

47)CENTRO DE ATENDIMENTO BIOPSICOSOCIAL MEU GURI, 02.068.834/0001-64, MAIRIPORA/SP, 71000.055863/2017-19, 51886/2017, de 25/06/2018 a 24/06/2023.

48)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIIGOS DOS EXCEPCIONAIS -APAE DE CAMPOS ALTOS, 20.750.766/0001-09, CAMPOS ALTOS/MG, 71000.056096/2017-65, 51904/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

49)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO SEBASTIÃO-APAE, 55.556.120/0001-61, SAO SEBASTIAO/SP, 71000.057570/2017-76, 51985/2017, de 05/03/2018 a 04/03/2021.

50)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBATIBA, 05.725.078/0001-97, IBATIBA/ES, 71000.058305/2017-13, 52000/2017, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

51)SERVIÇO ASSISTENCIAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, 45.626.546/0001-90, BRAGANCA PAULISTA/SP, 71000.057600/2017-44, 51993/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

52)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACHOEIRA DO SUL, 87.531.521/0001-53, CACHOEIRA DO SUL/RS, 71000.057550/2017-03, 51980/2017, de 29/08/2017 a 28/08/2020.

53)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA, 19.952.902/0001-56, ITUIUTABA/MG, 71000.059818/2017-33, 52012/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

54)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BEBEDOURO, 45.306.008/0001-19, BEBEDOURO/SP, 71000.058770/2017-46, 52061/2017, de 30/12/2017 a 29/12/2020.

55)CENTRO EDUCACIONAL NOSSO MUNDO - CENOM, 42.375.097/0001-67, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.059031/2017-71, 52044/2017, de 26/07/2018 a 25/07/2021.

56)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 88.928.080/0001-90, CACHOEIRINHA/RS, 71000.061780/2017-69, 52181/2017, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

57)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVA, 47.079.827/0001-04, CATANDUVA/SP, 71000.061768/2017-54, 52194/2017, de 14/08/2018 a 13/08/2021.

58)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL DE BORDA DA MATA, 21.416.987/0001-08, BORDA DA MATA/MG, 71000.061224/2017-92, 52169/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

59)ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS, 05.815.830/0001-90, PAULA FREITAS/PR, 71000.061771/2017-78, 52180/2017, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

60)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI, 16.843.062/0001-03, OURO PRETO/MG, 71000.061815/2017-60, 52212/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

61)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAJUBA, 17.862.038/0001-76, ITAJUBA/MG, 71000.061816/2017-12, 52211/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 101, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo II da Portaria nº 22, de 12 de junho de 2014, e o Anexo II da Portaria nº 32, de 14 de novembro de 2014, ambas do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, § 1º, II, da Portaria MDS nº 199, de 27 de setembro de 2012, com a redação dada pela Portaria MDS nº 29, de 4 de abril de 2014, e considerando o disposto no § 1º do art. 30 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 22, de 12 de junho de 2014, do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, passa a vigorar para o Estado de Alagoas com as seguintes metas:

Estado	METAS DE EXECUÇÃO	LIMITES FINANCEIROS (em R$)	PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO		
	Número de Beneficiários Fornecedores	Para pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos
AL	108	R$ 707.423,96	40%	40%	5%

Art. 2º A Portaria nº 32, de 14 de novembro de 2014, do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, passa a vigorar para o Estado do Tocantins com as seguintes metas:

Estado	METAS DE EXECUÇÃO	LIMITES FINANCEIROS (em R$)	PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO		
	Número Minímo de Beneficiários Fornecedores	Para pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos
TO	5.061	R$ 32.902.196,66	40%	40%	5%

Art. 3º As metas dos demais Estados, fixadas no Anexo II da Portaria nº 22, de 12 de junho de 2014, e no Anexo II da Portaria nº 32, de 14 de novembro de 2014, com as alterações promovidas pela Portaria nº 52, de 29 de junho de 2017, todas do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.137, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 07/06/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 07/06/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.005878/2015-17
Proponente: Associação Pedala Brasil de Ciclismo
Título: Pedala Green - Inverno
Registro: 02SP126702013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 240.563,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 48851-8.
Período de Captação até: 19/06/2018

2 - Processo: 58701.005902/2015-18
Proponente: Associação Pedala Brasil de Ciclismo
Título: Pedala Green - Primavera
Registro: 02SP126702013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ:18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 240.563,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 48852-6
Período de Captação até: 19/09/2018

3 - Processo: 58701.004322/2015-03
Proponente: Associação Pedala Brasil de Ciclismo
Título: Pedala Green - Verão
Registro: 02SP126702013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 240.563,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 48853-4
Período de Captação até: 18/12/2018

4 - Processo: 58701.004344/2015-65
Proponente: Associação Pedala Brasil de Ciclismo
Título: Pedala Green - Outono
Registro: 02SP126702013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 240.563,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 48854-2
Período de Captação até: 20/03/2018

5 - Processo: 58701.004589/2014-10
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina Filial Chapecó
Título: Esporte Comunitário
Registro: 02SC111312012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.407.122/0005-47
Cidade: Chapecó UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 236.849,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 32741-7
Período de Captação até: 31/12/2018

RETIFICAÇÕES

Processo nº 58000.0108472/2017-46

No Diário Oficial da União nº 197, de 13 de outubro de 2017, na Seção I, página 77 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1117/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2863 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 426468-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0452 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 49310-4.

Processo nº 58701.004297/2014-79

No Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2017, na Seção I, página 139 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1014/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0574 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 56653-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6530 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 8106-X.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 406, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Delega a competência para concessão de diárias e passagens e subdelega a competência para autorizar afastamentos do País no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. e da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, com fundamento no disposto no art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e nos arts. 6º e 7º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em todos os casos previstos no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Parágrafo único. É vedada a subdelegação de competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nas seguintes hipóteses:

I - deslocamento de servidor por prazo superior a dez dias contínuos;

II - mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano;

III - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento; e

IV - deslocamentos para o exterior, com ônus.

Art. 2º Fica delegada competência aos Presidentes da ENAP, do IBGE e do IPEA, vedada a subdelegação, para autorizar a concessão de diárias e passagens no País, no âmbito de suas competências, nos seguintes casos:

I - deslocamento de servidor por prazo superior a dez dias contínuos;

II - mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano; e

III - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento.

Art. 3º Fica subdelegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para, autorizar o afastamento de servidores do País nos seguintes casos:

I - sem ônus e com ônus limitado, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - com ônus, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da ENAP, do IBGE e do IPEA.

Art. 4º Fica subdelegada competência aos Presidentes da ENAP, do IBGE e do IPEA para autorizar o afastamento de servidores, sem ônus e com ônus limitado, no âmbito de suas competências.

Art. 5º Fica subdelegada competência ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao Diretor-Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. (ABGF) e ao Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) para autorizar o afastamento do País dos integrantes do quadro de pessoal da respectiva entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995.

Art. 6º Fica mantida a competência do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para autorizar afastamentos do País do Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dos Presidentes da ENAP, do IBGE, do IPEA e do BNDES, e dos Diretores-Presidentes da ABGF e da Funpresp-Exe.

Art. 7º Não constitui objeto das subdelegações de que tratam os arts. 3º a 5º desta Portaria a competência para autorizar os afastamentos do País de servidor ou empregado com a finalidade de servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, de que trata o Decreto-Lei nº 9.538, de 1º de agosto de 1946, o art. 96 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto nº 201, de 26 de agosto de 1991.

Art. 8º O gestor setorial do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, é a Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas:

I - a Portaria GM/MP nº 57, de 22 de fevereiro de 2016;

II - a Portaria GM/MP nº 167, de 25 de maio de 2016; e

III - a Portaria GM/MP nº 228, de 11 de agosto de 2016.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 47, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a frustração na arrecadação de recursos das fontes 50 - Recursos Próprios Não Financeiros e 80 - Recursos Próprios Financeiros, que ora financiam despesas com pessoal ativo, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, da Presidência da República, e a possibilidade de utilização de recursos da fonte 72 - Outras Contribuições Econômicas e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 dessa mesma fonte, para a realização da referida despesa;

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, que ora financiam a ação de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis, na Superintendência de Seguros Privados, do Ministério da Fazenda, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 da mesma fonte, para seu atendimento;

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros, que ora financiam a ação de Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde - MS, e a possibilidade de utilização de recursos da fonte 51- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, para sua execução;

onsiderando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, que ora financiam diversas ações afetas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do MS, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 da mesma fonte, para o atendimento dessas ações;

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, que ora financiam a ação de Administração da Unidade relativa ao Fundo Naval, no âmbito do Ministério da Defesa, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 da mesma fonte, para a execução da referida despesa;

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito suplementar, cuja programação a ser cancelada, em Encargos Financeiros da União, tem a fonte de recursos 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, incompatível com o objeto da suplementação pretendida, e a possibilidade de sua utilização para o pagamento de benefícios previdenciários urbanos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e

Considerando a frustração na arrecadação de recursos das fontes 46 - Operações de Crédito Internas - em Moeda e 63 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público, alocadas no atendimento da ação de Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 da fonte 50, para sua execução, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne à Presidência da República, aos Ministérios da Fazenda, da Saúde, da Defesa, e do Desenvolvimento Social e Agrário, a Encargos Financeiros da União e a Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							30.083.573
		Operações Especiais							
04 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							30.083.573
04 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas							30.083.573
			F	9	0	99	0	250	30.083.573
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							39.121.904
		Atividades							
24 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							39.121.904
24 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							39.121.904
			F	1	1	90	0	172	30.083.573
			F	1	1	90	0	372	9.038.331
TOTAL - FISCAL									69.205.477
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									69.205.477

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.430.957
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.430.957
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.430.957
			S	1	1	90	0	374	2.430.957
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.430.957
TOTAL - GERAL									2.430.957

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							44.820.000
		Atividades							
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							22.410.000
10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional							22.410.000
			S	3	2	90	0	151	22.410.000
		Projetos							
10 572	2015 13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará							8.300.000
10 572	2015 13DU 0023	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará - No Estado do Ceará							8.300.000
			S	4	2	90	6	250	8.300.000
10 572	2015 147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia							10.110.000
10 572	2015 147J 0001	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional							10.110.000
			S	4	2	90	6	250	10.110.000
10 572	2015 14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS							4.000.000
10 572	2015 14UO 0001	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS - Nacional							4.000.000
			S	4	2	90	6	250	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									44.820.000
TOTAL - GERAL									44.820.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							61.894.050
		Atividades							
10 304	2015 6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados							2.800.000
10 304	2015 6138 0001	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - Nacional							2.800.000
			S	3	2	90	6	374	1.000.000
			S	4	2	90	6	374	1.800.000
10 304	2015 8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos							59.094.050
10 304	2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional							59.094.050
			S	3	2	31	6	374	23.539.496
			S	3	2	41	6	374	13.429.009
			S	3	2	90	6	374	20.893.153
			S	3	2	91	6	374	1.232.392
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							117.498.821
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							25.175.104
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							25.175.104
			S	3	2	90	6	374	12.933.674
			S	4	2	90	6	374	12.241.430
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							92.323.717
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							92.323.717
			S	1	1	90	6	374	92.323.717
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									179.392.871
TOTAL - GERAL									179.392.871

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							50.284.592
		Atividades							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							50.284.592
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							50.284.592
			F	3	2	90	0	680	50.284.592
TOTAL - FISCAL									50.284.592
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.284.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							517.475.291
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							517.475.291
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							517.475.291
			S	3	1	90	0	144	517.475.291
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									517.475.291
TOTAL - GERAL									517.475.291

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							517.475.291
		Operações Especiais							
28 846	0909 00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)							517.475.291
28 846	0909 00LI 0001	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) - Nacional							517.475.291
			F	3	1	91	0	100	517.475.291
TOTAL - FISCAL									517.475.291
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									517.475.291

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							12.800.000
		Operações Especiais							
05 482	0902 00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha							12.800.000
05 482	0902 00GY 0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha - Nacional							12.800.000
			F	5	0	90	0	650	12.800.000
TOTAL - FISCAL									12.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.800.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							30.083.573
		Operações Especiais							
04 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							30.083.573
04 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas							30.083.573
			F	9	0	99	0	172	30.083.573
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							39.121.904
		Atividades							
24 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							39.121.904
24 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							39.121.904
			F	1	1	90	0	250	32.727.700
			F	1	1	90	0	280	6.394.204
TOTAL - FISCAL									69.205.477
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									69.205.477

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.430.957
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.430.957
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.430.957
			S	1	1	90	0	174	2.430.957
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.430.957
TOTAL - GERAL									2.430.957

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							44.820.000
		Atividades							
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							22.410.000
10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional							22.410.000
			S	3	2	90	0	250	22.410.000
		Projetos							
10 572	2015 13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará							8.300.000
10 572	2015 13DU 0023	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará - No Estado do Ceará							8.300.000
			S	4	2	90	6	151	8.300.000
10 572	2015 147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia							10.110.000
10 572	2015 147J 0001	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional							10.110.000
			S	4	2	90	6	151	10.110.000
10 572	2015 14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS							4.000.000
10 572	2015 14UO 0001	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS - Nacional							4.000.000
			S	4	2	90	6	151	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									44.820.000
TOTAL - GERAL									44.820.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							61.894.050
		Atividades							
10 304	2015 6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados							2.800.000
10 304	2015 6138 0001	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - Nacional							2.800.000
			S	3	2	90	6	174	1.000.000
			S	4	2	90	6	174	1.800.000
10 304	2015 8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos							59.094.050
10 304	2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional							59.094.050
			S	3	2	31	6	174	23.539.496
			S	3	2	41	6	174	13.429.009
			S	3	2	90	6	174	20.893.153
			S	3	2	91	6	174	1.232.392
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							117.498.821
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							25.175.104
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							25.175.104
			S	3	2	90	6	174	12.933.674
			S	4	2	90	6	174	12.241.430
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							92.323.717
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							92.323.717
			S	1	1	90	6	174	92.323.717
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									179.392.871
TOTAL - GERAL									179.392.871

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							50.284.592
		Atividades							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							50.284.592
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							50.284.592
			F	3	2	90	0	280	50.284.592
TOTAL - FISCAL									50.284.592
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.284.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							517.475.291
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							517.475.291
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							517.475.291
			S	3	1	90	0	100	517.475.291
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									517.475.291
TOTAL - GERAL									517.475.291

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							517.475.291
		Operações Especiais							
28 846	0909 00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)							517.475.291
28 846	0909 00LI 0001	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) - Nacional							517.475.291
			F	3	1	91	0	144	517.475.291
TOTAL - FISCAL									517.475.291
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									517.475.291

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							12.800.000
		Operações Especiais							
05 482	0902 00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha							12.800.000
05 482	0902 00GY 0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha - Nacional							12.800.000
			F	5	0	90	0	246	6.000.000
			F	5	0	90	0	263	6.800.000
TOTAL - FISCAL									12.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.800.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 198, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1 º, Inciso III da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 18 º, Inciso I, da Lei Nº 9.636, de 15 de maio de 1998 , e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 10768.028810/91-96, resolve:

Art. lº - Autorizar a Cessão de Uso Gratuita ao Município de Rio Bonito/RJ, do imóvel de propriedade da União, localizado numa área de terras em Praça Cruzeiro, 1º Distrito da Zona Urbana do Município de Rio Bonito, com área total de 485.012,76m², registrado sob o nº 7.714, Fls. 221, Livro 3-E, no Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição - 2º Ofício daquela Comarca.

Art. 2º A Cessão a que se refere o art. 1 º, tem por finalidade a Reativação do Projeto Educacional de Técnicas Agrícolas, Projeto de Horta Comunitária para abastecimento das Escolas da Rede Pública de Ensino, Ampliação de Viveiros para replantio em Projetos de Reflorestamento e Ações voltadas à Educação Ambiental.

Parágrafo único - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem ter direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 199, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, da Lei nº 9.636, de 15de maio de 1998, do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05550.000023/2006-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Boa Vista, Estado de Roraima, de domínio útil da União, referente a imóvel urbano, com área total de 833,50 m², localizado na Rua Araraquara, n° 920, Lote n° 574, da Quadra n° 63 (antiga quadra 128-F), Bairro São Vicente, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 75.571, Ficha nº 01, Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1°, destina-se à regularização fundiária de interesse social em benefício de uma (01) família de baixa renda.

Art. 3º O domínio útil relativo ao imóvel reverterá automaticamente à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

Art. 4° É fixado o prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua o programa de regularização fundiária de interesse social e a titulação da área fracionada em nome da família ocupante.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por igual e sucessivo período a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio útil e as obrigações relativas ao imóvel descrito e caracterizado no art. 1° à família beneficiária do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que atenda aos requisitos expressos no art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, averbando tal transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

II - no contrato de transferência dispor sobre eventuais encargos e conter cláusulas de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - manter cadastro municipal atualizado da área.

Art. 6º A doação a que se refere o art. 1° não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanísticas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 200, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; no art. 23 da Lei n° 11.481, de 31 de maio de 2007; no art. 4°, inciso II, alínea c, da Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005; na Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009; no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e de acordo com os elementos constantes dos autos do processo n° 04962.000260/2006-61, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de provisão habitacional de interesse social, regularização fundiária e requalificação urbana, o imóvel da União classificado como terreno de marinha e acrescido de marinha, denominado ZEIS Campo do Vila, situado na Avenida Norte, Bairro do Espinheiro, Município do Recife, Estado de Pernambuco, com área de 13.694,00 m², inscrito sob o RIP SIAPA 2531.0118210-89, e devidamente registrado no Segundo Ofício de Registro de Imóveis do Recife-PE, sob matrícula nº R-01-76.403, Livro 02, em 19/02/2013.

Art. 2º O imóvel descrito no art.1º é de interesse público na medida em que será destinado à regularização fundiária das 155 famílias assentadas, provisão habitacional de interesse social direcionada a atender 59 famílias, e requalificação urbana, beneficiando um total de 214 famílias.

Art. 3º A SPU-PE dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 201, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, da Lei nº 9.636, de 15de maio de 1998, do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05550.000025/2006-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Boa Vista, Estado de Roraima, de domínio útil da União, referente a imóvel urbano, com área total de 846,00 m², localizado na Rua Araraquara, n° 902, Lote n° 512, da Quadra n° 63 (antiga quadra 128-F), Bairro São Vicente, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 75.570, Ficha nº 01, Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1°, destina-se à regularização fundiária de interesse social em benefício de uma (01) família de baixa renda.

Art. 3º O domínio útil relativo ao imóvel reverterá automaticamente à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

Art. 4° É fixado o prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua o programa de regularização fundiária de interesse social e a titulação da área fracionada em nome da família ocupante.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por igual e sucessivo período a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio útil e as obrigações relativas ao imóvel descrito e caracterizado no art. 1° à família beneficiária do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que atenda aos requisitos expressos no art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, averbando tal transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

II - no contrato de transferência dispor sobre eventuais encargos e conter cláusulas de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

III - manter cadastro municipal atualizado da área.

Art. 6º A doação a que se refere o art. 1° não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanísticas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 202, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, da Lei nº 9.636, de 15de maio de 1998, do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05550.000029/2006-82, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Boa Vista, Estado de Roraima, de domínio útil da União, referente a imóvel urbano, com área total de 817,48 m², localizado na Rua Sorocaima, n° 307, Lote n° 631, da Quadra n° 63 (antiga quadra 128-F), Bairro São Vicente, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 75.574, Ficha nº 01, Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1°, destina-se à regularização fundiária de interesse social em benefício de uma (01) família de baixa renda.

Art. 3º O domínio útil relativo ao imóvel reverterá automaticamente à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

Art. 4° É fixado o prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua o programa de regularização fundiária de interesse social e a titulação da área fracionada em nome da família ocupante.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por igual e sucessivo período a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio útil e as obrigações relativas ao imóvel descrito e caracterizado no art. 1° à família beneficiária do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que atenda aos requisitos expressos no art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, averbando tal transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

II - no contrato de transferência dispor sobre eventuais encargos e conter cláusulas de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

III - manter cadastro municipal atualizado da área.

Art. 6º A doação a que se refere o art. 1° não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanísticas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 203, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, da Lei nº 9.636, de 15de maio de 1998, do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05550.000024/2006-50, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Boa Vista, Estado de Roraima, de domínio útil da União, referente a imóvel urbano, com área total de 846,00 m², localizado na Rua Araraquara, n° 884, Lote n° 492, da Quadra n° 63 (antiga quadra 128-F), Bairro São Vicente, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 75.559, Ficha nº 01, Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1°, destina-se à regularização fundiária de interesse social em benefício de uma (01) família de baixa renda.

Art. 3º O domínio útil relativo ao imóvel reverterá automaticamente à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

Art. 4° É fixado o prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua o programa de regularização fundiária de interesse social e a titulação da área fracionada em nome da família ocupante.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por igual e sucessivo período a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 5º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio útil e as obrigações relativas ao imóvel descrito e caracterizado no art. 1° à família beneficiária do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que atenda aos requisitos expressos no art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, averbando tal transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

II - no contrato de transferência dispor sobre eventuais encargos e conter cláusulas de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

III - manter cadastro municipal atualizado da área.

Art. 6º A doação a que se refere o art. 1° não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanísticas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, bem como os elementos que integram o Processo nº 04977.011575/2017-28, resolve:

Art. 1º Autorizar a passagem de rede de drenagem de águas pluviais, proveniente do loteamento Stella Mares no município de Itararé, em terreno da União, bem não operacional da extinta RFFSA cadastrado sob BP n° 5000079-0, 5000080-0, 5000081-0, 5000082-0, transferidos ao patrimônio da União pelo TT nº 790/2011 (04977.005642/2011-80).

Art. 2º A requerente Creativa Empreendimentos Itararé SPE LTDA realizará as obras, consistindo em passagem de rede enterrada de águas pluviais, com diâmetro de 0,60 m, totalizando uma área de intervenção de 18 m², iniciando-se no alinhamento da Rua Orlando Pastori e cruzando o antigo leito até o Córrego da Prata no Município de Itararé.

Art. 3º Após conclusão da obra em área da União, o requerente deverá fornecer à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo uma via da planta cadastral da referida rede de águas pluviais.

Art. 4º A presente autorização se dá em caráter precário e revogável a qualquer momento, não implicando na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o Planejamento Estratégico do Ministério do Trabalho - MTb para o período de 2017 a 2019, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal, de 1988, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico do Ministério do Trabalho - MTb para o período de 2017 a 2019, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - Missão: a razão da existência de uma organização, ou seja, o que a organização faz hoje, por que faz, em benefício de quem e visando a produzir qual impacto na sociedade;

II - Visão: expressão que traduz a situação futura desejada para a instituição;

III - Valores: representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta de colaboradores, gestores e autoridades ligadas à instituição;

IV - Referencial estratégico: são os elementos fundamentais que dão base ao Planejamento Estratégico, sendo eles missão institucional, valores e visão de futuro;

V - Objetivos estratégicos: constituem os grandes desafios definidos pela instituição para um determinado período e expressam o que deve ser feito para que a organização cumpra a missão e alcance a visão de futuro;

VI - Indicadores: são instrumentos de medição que fornecem informações sobre o resultado da execução da estratégia, comunicando o alcance das metas e sinalizando a necessidade de ações corretivas;

VII - Planejamento Estratégico: instrumento de gestão que, mediante a análise de uma organização e de seu ambiente, faz o levantamento de oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão e estabelece a direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar os riscos;

VIII - Mapa Estratégico: ferramenta que resume e comunica visualmente, de forma lógica e estruturada, as estratégias da organização, mostrando as interações de causa e efeito entre elas;

IX - Plano de comunicação: consolida as ações de comunicação do Planejamento Estratégico e de disseminação das informações sobre sua implementação, visando a promover a cultura voltada para resultados dentro da organização;

X - Ação estratégica: estabelece o que deve ser feito, por quem, quando e quanto para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos e para preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual da organização e o desejado;

XI - Plano de ação: conjunto das ações estratégicas necessárias para alcançar os objetivos estratégicos definidos pela instituição;

XII - Plano de providências: estabelece as medidas corretivas que precisam ser tomadas pela instituição para assegurar o alcance das metas das ações estratégicas que apresentarem baixo desempenho no monitoramento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Os referenciais estratégicos são únicos e de uso obrigatório por todas as unidades do MTb, ficando vedada a utilização de outras definições e a realização de outros planejamentos não convergentes com o Planejamento Estratégico do MTb.

Art. 4º Os objetivos estratégicos serão acompanhados por indicadores de desempenho e suas respectivas metas anuais, definidos em consonância com o Plano Plurianual - PPA.

Art. 5º Os objetivos estratégicos serão desdobrados em ações estratégicas, que constituirão o plano de ação do MTb, com vigência anual.

Parágrafo único. As ações serão acompanhadas por indicadores e metas.

Art. 6º Os objetivos estratégicos e o plano de ação serão avaliados trimestralmente em Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE, com a participação dos titulares ou substitutos das seguintes unidades:

I - Secretaria-Executiva;

II - Gabinete do Ministro;

III - Secretarias Finalísticas e seus Departamentos;

IV - Departamento de Tecnologia da Informação;

V - Subsecretaria de Orçamento e Administração;

VI - Superintendências Regionais do Trabalho; e

VII - Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

§ 1º A Secretaria-Executiva convocará, em sistema de rodízio, representantes das Superintendências Regionais do Trabalho para participar da RAE.

§ 2º Caso necessário, deverá ser elaborado, a cada RAE, plano de providências visando à definição de ações voltadas para a correção de desvios ou solução de eventuais dificuldades no alcance dos objetivos estratégicos e execução do plano de ação.

Art. 7º Compete à Assessoria Especial de Gestão Estratégica:

I - propor diretrizes, prazos e orientações técnicas para elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico e plano de ação;

II - apresentar relatório consolidado de execução das ações, apontando as restrições encontradas em sua implementação, de modo a subsidiar a elaboração de plano de providências;

III - articular com o Departamento de Tecnologia da Informação a oferta de ferramentas e recursos necessários à implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico, bem como para a gestão do plano de ação;

IV - elaborar, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social, plano de comunicação do Planejamento Estratégico; e

V - divulgar o Planejamento Estratégico do Ministério e disponibilizá-lo para publicação na página da intranet e da internet do Ministério.

Art. 8º Compete à Secretaria-Executiva:

I - em conjunto com a Assessoria Especial de Gestão Estratégica, estabelecer as datas e locais para a realização das RAE;

II - convocar os participantes da RAE mencionados no art. 5º;

III - coordenar as Reuniões de Avaliação da Estratégia;

IV - definir plano de providências, quando necessário; e

V - monitorar a execução do plano de providências e tomar as medidas administrativas e institucionais cabíveis para a superação das restrições.

Art. 9º Compete às unidades organizacionais e aos responsáveis pelas ações estratégicas:

I - observar, na sua gestão institucional, a aderência às diretrizes expressas no Mapa Estratégico do Ministério;

II - manter atualizado o registro dos indicadores dos objetivos estratégicos e da execução das ações estratégicas;

III - elaborar, quando solicitados, relatórios gerenciais de desempenho das ações estratégicas;

IV - responsabilizarem-se pela gestão e implementação das ações definidas no plano de providências, quando for o caso; e

V - dar ampla publicidade ao Planejamento Estratégico.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I

Missão, Visão, Valores, Perspectivas, Direcionadores e Objetivos Estratégicos do MTb.

1.Missão: Promover cidadania pelo trabalho digno.

2.Visão: Ser referência na promoção do trabalho digno, com excelência na prestação dos serviços digitais até 2026.

3.Valores: Ética, Trabalho, Efetividade e Inovação.

4.Perspectivas, Direcionadores e Objetivos Estratégicos:

Perspectivas	Direcionadores	Objetivos estratégicos
Resultados	Fortalecimento do valor social do trabalho	Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda
		Garantir o direito ao trabalho digno
		Facilitar o acesso aos serviços e às informações
Processos Internos	Inclusão socioprodutiva e formal	Aprimorar a intermediação de mão de obra e a qualificação social e profissional
		Fomentar atividades empreendedoras e estimular o microcrédito produtivo orientado
		Apoiar e fomentar os Empreendimentos Econômicos Solidários
	Proteção do trabalhador	Garantir a formalização no mundo do trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista
		Promover ambiente de trabalho seguro e saudável
		Eliminar o trabalho análogo ao de escravo e o trabalho infantil
		Aprimorar a gestão dos benefícios aos trabalhadores
		Democratizar as relações de trabalho
		Combater a discriminação no mundo do trabalho
	Disseminação do conhecimento e gestão participativa	Promover conhecimento sobre o mundo do trabalho
		Fomentar a participação social nas políticas de trabalho
	Inovação institucional	Aperfeiçoar os mecanismos de registros públicos de trabalho, emprego e renda
		Melhorar a qualidade da rede de atendimento
Aprendizado e Crescimento	Valorização dos servidores	Fomentar a gestão por competências
		Melhorar o clima organizacional
		Desenvolver políticas de valorização dos servidores
	Melhoria da gestão e comunicação	Promover mecanismos de governança, controle e gestão de riscos
		Fortalecer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
		Aprimorar a comunicação institucional
	Otimização de recursos	Adequar a aplicação dos recursos às estratégias institucionais
		Fortalecer o gerenciamento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO II

Indicadores e metas 2017-2019 - Ministério do Trabalho

Indicador									Metas				
Objetivo	Indicador	Fórmula	Finalidade	Periodicidade	Unidade de Medida	Unidade responsável pela apuração do indicador	Fonte	Polaridade	Índice de referência		2017	2018	2019
									Resultado da última apuração	Data da apuração			
Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda	Número de empregos gerados com aplicação dos recursos do FGTS nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura	Total de empregos gerados com aplicação dos recursos do FGTS nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura no período	Mensurar as oportunidades de emprego geradas a partir da aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura	Semestral	Unidade	Coordenação-Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CGFGTS/SE	Relatório da Caixa Econômica Federal	Maior melhor	3.214.296	31/12/16	2.568.860	2.233.620	2.248.070

Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda	Número de trabalhadores beneficiados pela concessão do crédito por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER	[(Média do estoque de empregados de amostra de micro e pequenas empresas tomadoras de crédito do PROGER) x (Nº de operações do PROGER com micro e pequenas empresas)] + [(Média do estoque de empregados de amostra de médias e grandes empresas tomadoras de crédito do PROGER) x (Nº de operações do PROGER com médias e grandes empresas)] + (Nº de Pessoas Físicas que receberam crédito do PROGER no período)	Medir a eficácia do programa, uma vez que busca mensurar o volume de postos de trabalho gerados ou mantidos pelas empresas e pessoas físicas beneficiárias do programa	Semestral	Unidade	Coordenação-Geral de Fomento à Geração de Emprego e renda /CGER/ DER/SPPE	MTb: SAEPWEB, Rais e Caged	Maior melhor	1.410.190	31/12/16	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Número de clientes atendidos em operações de microcrédito produtivo orientado	Total de clientes atendidos por meio de operações de microcrédito produtivo orientado realizadas no período	Mensurar o apoio indutor de emprego, trabalho e renda ao microempreende-dor	Semestral	Unidade	Coordenação-Geral de Fomento à Geração de Emprego e Renda - CGER/DER/SPPE	MTb: Banco de dados do PNMPO	Maior melhor	3.700.000	31/12/16	4.640.000	4.640.000	4.640.000
	Número de trabalhadores beneficiados por ações de inclusão socioprodutiva em empreendimentos econômicos solidários	Total de trabalhadores beneficiados por meio de projetos/convênios e congêneres de Economia Solidária celebrados pela SENAES no período	Mensurar o número de trabalhadores beneficiados pelas oportunidades de trabalho e renda criadas pelos empreendimentos econômicos solidários	Semestral	Unidade	Subsecretaria de Economia Solidária - SENAES	Planilhas de controle interno / CADSOL / SIPES	Maior melhor	39.113	31/12/16	40.000	60.000	60.000
Garantir o direito ao trabalho digno Garantir o direito ao trabalho digno	Taxa de incidência de acidentes de trabalho	(Nº de novos casos de acidentes do trabalho registrados / Nº médio anual de vínculos) x 1000	Mensurar a intensidade com que acontecem os acidentes do trabalho. Expressa a relação entre as condições de trabalho e o quantitativo médio de trabalhadores expostos àquelas condições. Esta relação constitui a expressão mais geral e simplificada do risco	Anual	Acidentes por 1.000 vínculos	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	MTb: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT)/MF e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)/ MF	Menor melhor	15,63*	31/12/15	15	14,6	14,2
	Taxa de informalidade do trabalho	(Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência não contribuintes para a previdência / Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência) x 100	Mensurar a redução da informalidade geral no mercado de trabalho, incluindo todas as pessoas ocupadas.	Anual	Percentual	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	MTb: elaboração própria a partir da PNAD contínua/IBGE	Menor melhor	34,4%	Jul-Set/2016	34,4%	34,2%	34%
Facilitar o acesso aos serviços e às informações	Número de divulgações no Portal FAT das decisões do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador -Codefat	Total de divulgações (resoluções, atas, estudos e resultados das aplicações) publicadas no Portal FAT no período	Mensurar a divulgação no Portal FAT das decisões do Codefat, como resoluções, atas que registram os debates acerca do tema, estudos e resultados das aplicações, produzidos para aprimorar o desempenho dos programas financiados pelo FAT, permitindo maior intercâmbio de informações entre o Conselho e as Comissões de Emprego	Trimestral	Unidade	Coordenação-Geral do Conselho Deliberativo do FAT - CGCODE-FAT/DGB/ SPPE	MTb: Portal FAT	Maior melhor	60	31/12/16	70	80	100

Facilitar o acesso aos serviços e às informações	Número de serviços digitais implementados	Total serviços de digitais implementados no período	Mensurar a evolução do Ministério do Trabalho quanto à oferta de serviços digitais à sociedade	Semestral	Unidade	Secretaria-Executiva - SE	MTb	Maior melhor	7**	31/12/16	1	2	1
	Nível de maturidade do Ministério do Trabalho em disponibili-zação e no uso de dados abertos para o cidadão	Nível de maturidade de 0 a 3 transcritas da Estratégia de Governança Digital do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão - MP - código I01.1 ***	Mensurar o nível de Maturidade do Ministério no que se refere à disponibilização e uso de dados abertos para o cidadão	Trimestral	Unidade	Departamento de Tecnologia da Informação - DTI/SE	Autodiagnós-tico : MTb: Grupo de Trabalho de Dados Abertos conforme Portaria nº 664, de 12/05/17, Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão: Estratégia de Governança Digital e Plano de Trabalho do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação	Maior melhor	Sem série histórica	Sem série histórica	2	3	3
	Média mensal de acessos ao Portal do Ministério do Trabalho	(Nº de acessos ao Portal no período/Nº de meses)	Mensurar o relacionamento do cidadão com o Ministério do Trabalho para obter informações e esclarecer dúvidas	Trimestral	Unidade	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM	Analytics	Maior melhor	1.972.630	31/12/16	2.268.525	2.608.803	3.000.124
Facilitar o acesso aos serviços e às informações	Média mensal de acessos ao Facebook do Ministério do Trabalho	(soma da métrica "diariamente falando sobre" de todos os meses/Nº de meses)	Mensurar o relacionamento entre o Ministério do Trabalho e o cidadão que acessa as mídias sociais para obter informações e esclarecer dúvidas	Trimestral	Unidade	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM	Analytics	Maior melhor	735.691	31/12/16	846.045	972.951	1.118.894
Aprimorar a intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional	Número de admitidos em contratos de aprendizagem profissional	Total de admitidos em contratos de aprendizagem profissional no período	Mensurar a admissão de jovens em contratos de aprendizagem	Anual	Unidade	Coordenação-Geral de Aprendiza-gem e Estágio - CGAPE/ DPE/SPPE	MTb: Rais e Caged	Maior melhor	387.704	31/12/16	425.000	450.000	500.000
	Taxa de participação do Sistema Nacional de Emprego (Sine) na (re)inserção no mercado de trabalho formal	(Nº de trabalhadores colocados ou recolocados pelo Sine / Nº de admissões registradas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), excluídas as transferências)x100	Mensurar a colocação de trabalhadores em oportunidades de emprego por meio das ações do Sine	Anual	Percentual	Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Emprego - CGSINE/ DER/SPPE	MTb: BGIMO (Sistema Mais Emprego) e Caged	Maior melhor	3,34	31/12/16	4,18	4,59	5
Aprimorar a intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional	Número de egressos da aprendizagem profissional admitidos em vínculo empregatício	Total de egressos da aprendizagem profissional contratados no período	Mensurar o impacto da aprendizagem profissional em novo vínculo empregatício	Anual	Unidade	Coordenação-Geral de Aprendiza-gem e Estágio - CGAPE/DPE/SPPE	MTb: Rais e Caged	Maior melhor	122.941	Contratos encerrados no ano de 2015 e admissões desses nos anos de 2015 e 2016	20.000	30.000	40.000
	Número de trabalhadores qualificados por meio de ações do Plano Nacional de Qualificação	Total de trabalhadores qualificados por meio de ações do Plano Nacional de Qualificação no período	Mensurar a quantidade de trabalhadores qualificados por meio das ações de qualificação social e profissional do Ministério do Trabalho	Anual	Unidade	Coordenação-Geral de Qualificação e Certificação CGQC/DPE/SPPE	MTb: Sistema MTE Mais Emprego ou sucedâneo	Maior melhor	0	31/12/16	190.000	190.000	190.000
	Número de jovens (14 a 29 anos) beneficiários de programas de qualificação social e profissional	Total de jovens (14 a 29 anos) beneficiários de programas de qualificação social e profissional no período	Mensurar a quantidade de jovens qualificados profissionalmente no âmbito do Ministério	Anual	Unidade	Coordenação-Geral de Qualificação e Certificação CGQC/DPE/SPPE	MTb: Departamento de Políticas de Empregabilidade	Maior melhor	0	31/12/16	10.000	30.000	50.000
Fomentar atividades empreendedo-ras e estimular o microcrédito produtivo orientado	Volume de crédito concedido pelos Programas de Geração de Emprego e Renda - PROGER	Total de crédito concedido (em R$ tomado pelos clientes) pelo PROGER no período	Mensurar, por meio do volume de crédito concedido, o apoio financeiro às ações empreendedoras indutoras de emprego e renda	Anual	Reais	Coordenação-Geral de Fomento à Geração de Emprego e Renda - CGER/DER/SPPE	MTb: SAEPWEB	Maior melhor	R$ 6.200 milhões	31/12/16	R$ 6.740 milhões	R$ 6.740 milhões	R$ 6.740 milhões
	Volume de crédito concedido pelo Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO	Total de crédito concedido (em RS tomado pelos clientes) por meio do PNMPO no período	Mensurar, por meio do volume de crédito concedido, o apoio financeiro indutor de emprego e renda ao microempreen-dedor	Anual	Reais	Coordenação-Geral de Fomento à Geração de Emprego e Renda - CGER/DER/SPPE	MTb: Banco de dados do PNMPO	Maior melhor	R$ 11.100 milhões	31/12/16	R$ 9.370 milhões	R$ 9.370 milhões	R$ 9.370 milhões
Apoiar e fomentar os Empreendi-mentos Econômicos Solidários	Número de empreendimen-tos econômicos solidários apoiados pelas políticas de Economia solidária por meio de convênios e congêneres	Total de empreendimentos econômicos solidários apoiados por meio de projetos/convênios e congêneres celebrados pela Subsecretaria de Economia Solidária no período	Mensurar o número de empreendimentos econômicos solidários apoiados pelas políticas de Economia Solidária por meio de convênios e congêneres	Semestral	Unidade	Subsecretaria de Economia Solidária - SENAES	MTb: Planilhas de controle interno / CADSOL / SIPES	Maior melhor	2.263	31/12/16	2.700	7.500	7.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Garantir a formalização no mundo do trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista	Número de ações de inspeção do trabalho para combate à informalidade	Total de ações fiscais para combate à informalidade finalizadas com atributo de registro não regular realizadas no período	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na garantia do cumprimento da legislação relativa à formalização do vínculo trabalhista	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWEB	Maior melhor	10.876	30/11/16	11.000	10.450	9.928
	Número de ações de inspeção do trabalho para verificar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Contribuição Social e da Contribuição Sindical	Total de ações fiscais para verificação do recolhimento do FGTS, da Contribuição Social e da Contribuição Sindical realizadas no período, com resultado da ação fiscal 2,3 ou 4	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na garantia do cumprimento da legislação relativa ao recolhimento do FGTS, da Contribuição Social e da Contribuição Sindical	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWEB	Maior melhor	28.412	30/11/16	29.000	27.550	26.172
Garantir a formalização no mundo do trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista	Número de ações de inspeção do trabalho para inserção de aprendizes no mercado de trabalho	Total de ações fiscais para inserção de aprendizes no mercado de trabalho realizadas no período	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na garantia do cumprimento da legislação relativa ao cumprimento das cotas para aprendizes	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	41.070	30/11/16	42.000	39.900	37.905
Aprimorar a gestão dos benefícios aos trabalhadores	Taxa de cobertura do abono salarial	(Nº de concessões de abono salarial / Total de trabalhadores com direito a receber o abono salarial, segundo a Rais) x100	Mensurar o grau de cobertura da ação de pagamento do benefício	Anual	Percentual	Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - CGSDAS/ DGB/SPPE	MTb: Departamento de Emprego e Salário	Maior melhor	94,77%	31/12/16	95%	96%	97%
Democratizar as relações de trabalho Democratizar as relações de trabalho	Número de agentes públicos e dirigentes sindicais capacitados	Total de agentes públicos e dirigentes sindicais capacitados no período	Mensurar o apoio do MTb ao desenvolvimento da negociação coletiva, mediação e utilização dos sistemas disponibilizados pelo órgão por meio de formação de multiplicadores	Trimestral	Unidade	Secretaria de Relações do Trabalho - SRT	MTb: Secretaria de Relações do Trabalho	Maior melhor	68.125	31/12/16	75.000	75.000	75.000
	Número de participações do Ministério do Trabalho em espaços de diálogo social	Total de participações do MTb nos espaços de diálogo social no período	Mensurar as participações do MTb nos espaços de diálogo social	Trimestral	Unidade	Secretaria de Relações do Trabalho - SRT	MTb: Secretaria de Relações do Trabalho	Maior melhor	20	31/12/16	10	10	10
	Taxa de mediações realizadas	(Nº de mediações realizadas / Total de mediações solicitadas) x 100	Mensurar a atuação do Ministério do Trabalho na garantia de soluções para os conflitos coletivos que garantam plena proteção e direitos ao trabalhador	Anual	Percentual	Secretaria de Relações do Trabalho - SRT	MTb: Sistema Mediador	Maior melhor	75%	31/12/16	75%	75%	75%
Promover ambiente de trabalho seguro e saudável	Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	[(Nº de óbitos relacionados ao trabalho + Nº de incapacidades permanentes relacionadas ao trabalho) / (Nº médio de vínculos)] x 100.000	Mensurar a evolução da quantidade relativa de acidentes graves e fatais registrados no mercado de trabalho formal	Anual	Acidentes por 100.000 vínculos	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	MTb: elaboração própria a partir do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT)/MF e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)/ MF	Menor melhor	40,75*	31/12/15	38	36,5	35
Promover ambiente de trabalho seguro e saudável	Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidade permanente	[(Nº de óbitos + Nº de incapacidades permanentes relacionados ao trabalho) / (Total de acidentes de trabalho)] x 1.000	Mensurar a evolução na severidade dos acidentes e doenças do trabalho, registrados no mercado de trabalho formal	Anual	Vítimas fatais e gravíssi-mas por 1.000 acidentes de trabalho	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	MTb: elaboração própria a partir do Anuário Estatísticos de Acidentes de Trabalho (AEAT)/MF e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)/ MF	Menor melhor	25,51*	31/12/15	24,8	24,3	23,8
	Número de ações fiscais em segurança e saúde em segmentos econômicos prioritários	Total de ações fiscais realizadas no período em estabelecimentos cuja atividade principal foi classificada como prioritária para Prevenção de Acidentes e Doenças	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	18.592	01/12/16	56.000	58.000	65.000
	Número de análises de acidentes e doenças do trabalho	Total de acidentes e doenças do trabalho analisados no período	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis por meio da análise de acidentes e de doenças do trabalho	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	1.883	01/12/16	2.000	1.900	1.805
Eliminar o trabalho análogo ao de escravo e o trabalho infantil	Número de ações planejadas de inspeção do trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, em especial nas áreas geográficas isoladas do país	Total de ações planejadas de inspeção do trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, em especial nas áreas geográficas isoladas do país, realizadas no período	Mensurar a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no combate ao trabalho análogo ao de escravo, dentre o total de ações realizadas pela SIT, com foco nas áreas geográficas isoladas do país	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	7	31/12/16	8	8	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Eliminar o trabalho análogo ao de escravo e o trabalho infantil	Número de ações de inspeção do trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil	Total de ações fiscais específicas para erradicação das piores formas de trabalho infantil realizadas no período	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho nas ações de combate às piores formas de trabalho infantil	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	3.565	30/11/16	3.626	3.626	3.626
Combater a discriminação no mundo do trabalho	Taxa de mulheres beneficiadas por ações de inclusão socioprodutiva em empreendimen-tos econômicos solidários	(Total de trabalhadoras beneficiadas por meio de projetos/convênios e congêneres de Economia Solidária celebrados no período / Total de pessoas beneficiadas por meio de projetos/convênios e congêneres de Economia Solidária celebrados no período) x100	Mensurar o número de mulheres beneficiadas por ações de inclusão socioprodutiva em empreendimentos econômicos solidários	Anual	Percentual	Subsecretaria de Economia Solidária - SENAES	Planilhas de controle interno / Cadsol / SIPES	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	40%	45%	50%
	Número de ações de inspeção do trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados	Total de ações fiscais para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados realizadas no período, independentemente do resultado da ação fiscal	Mensurar a atuação da inspeção do trabalho na garantia do cumprimento da legislação relativa ao cumprimento das cotas para pessoas com deficiência	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	6.654	30/11/16	6.700	6.365	6.046
Combater a discriminação no mundo do trabalho	Número de ações de Inspeção do trabalho contendo itens da legislação relativos à discriminação no mundo do trabalho	Total das ações fiscais realizadas no período contendo as ementas 0011932, 0011940, 0017310, 0017329, 0017337, 0017345, 0017353, 0017361, 0017370, 0011479, 0002950, 0003000, 0003026, 0003034, 0003042, 0011207, 0011215, 0011223, 0011231, 0011240, 0013927, 0013935, 0014192, 0014206, 0014214, 0014222, 0014230, 0014249, 0014630, e 0014648	Mensurar a atuação da Inspeção do Trabalho na garantia do cumprimento da legislação relativa à discriminação no mundo do trabalho	Trimestral	Unidade	Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	SFIT/SFITWeb	Maior melhor	279	30/11/16	307	292	277
Promover conhecimento sobre o mundo do trabalho	Número de estudos e pesquisas publicados voltados à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho	Total de estudos e pesquisas voltados à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho publicados no período	Mensurar a produção e difusão de estudos, pesquisas, diagnósticos e inovações relacionados ao trabalho	Trimestral	Unidade	Fundacentro	Fundacentro	Maior melhor	55	31/12/16	45	45	45
	Número de estudos sobre temáticas conjunturais e estruturais a respeito do mercado de trabalho publicados	Total dos estudos produzidos pela equipe da Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos e pelas parcerias com o IPEA e Universidades Federais	Mensurar a produção de estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro produzidos diretamente pelo Ministério ou através de parcerias	Trimestral	Unidade	Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos - CGCIPE/ DER/SPPE	Página de acesso ao link de Estudos do Trabalho no site do MTb na internet	Maior melhor	21	31/12/16	8	10	12
Fomentar a participação social nas políticas de trabalho	Taxa de participação não governamental nas reuniões dos Conselhos	(Nº de representantes não governamentais / Potencial de participação não governamental) x 100	Acompanhar a representatividade não governamental no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Conselho	Semestral	Percentual	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Institucional - CGPLAMI/ AEGE	MTb: ata e lista de presença das reuniões	Maior melhor	CCFGTS - 79,2% Codefat - 69,4% CNES - 63% CNIG - 92%	31/12/16	CCFGTS - 87% Codefat - 80% CNES - 70% CNIG - 92%	CCFGTS - 88% Codefat - 80% CNES - 75% CNIG - 92%	CCFGTS - 89% Codefat - 80% CNES - 80% CNIG - 92%

			Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Conselho Nacional de Imigração e Conselho Nacional de Economia Solidária										
	Número de reuniões ordinárias anuais do Conselho Nacional de Economia Solidária realizadas	Total de reuniões ordinárias anuais do Conselho Nacional de Economia Solidária realizadas no período	Mensurar a atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária por meio da realização das reuniões ordinárias anuais	Semestral	Unidade	Subsecretaria de Economia Solidária - SENAES	MTb: Ata e lista de presença das reuniões	Maior melhor	1	31/12/16	2	3	3
Aperfeiçoar os mecanismos de registros públicos de trabalho	Percentual de Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS emitidas digitalmente	(Total de CTPS emitidas digitalmente/Total de CTPS emitidas) x100	Mensurar o avanço da implantação do modelo da CTPS informatizada	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos - CGCIPE/ DER/SPPE	MTb: CIRP Web	Maior melhor	70,79%	31/12/16	78%	90%	100%
Melhorar a qualidade da rede de atendimento	Número de reclamações recebidas pela Ouvidoria-Geral	Total de reclamações recebidas na Ouvidoria-Geral no período	Medir a insatisfação dos usuários com os serviços prestados pelo Ministério do Trabalho	Trimestral	Unidade	Ouvidoria-Geral	MTb: Banco de dados do Sistema Ouvidor	Menor melhor	4.466	31/12/16	3.800	3.200	2.700
	Número de servidores lotados no atendimento ao trabalhador com domínio nas competências necessárias na área da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	Total de servidores das Superintendências Regionais do Trabalho lotados no atendimento ao trabalhador com domínio nas competências voltadas à emissão da CTPS no período	Mensurar a competência dos servidores das Superintendências Regionais do Trabalho lotados no atendimento ao trabalhador nos serviços da CTPS.	Trimestral	Unidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	0 (identificar as competências de atendimento da CTPS)	168	394
Fomentar a gestão por competências	Número de servidores capacitados em mapeamento de competências	Total de servidores capacitados em mapeamento de competências no período	Mensurar a capacitação dos servidores da sede e Superintendências Regionais do Trabalho habilitados a mapear competências	Trimestral	Unidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Maior melhor	4	31/12/14	11	27	40
Melhorar o clima organizacional Melhorar o clima organizacional	Grau de satisfação com a qualidade de vida no trabalho	Pontuação obtida em pesquisa de satisfação	Mensurar a satisfação dos servidores com o ambiente organizacional por meio de aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional	Anual	Unidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	Enquete de clima organizacional	Maior melhor	6,34	31/10/15	7	7,5	8
	Percentual de projetos de Qualidade de Vida no Trabalho apresentados pelas Superintendên-cias Regionais do Trabalho	(Total de Superintendências Regionais do Trabalho que apresentaram projetos de Qualidade de Vida no Trabalho à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/Total de Superintendências Regionais do Trabalho) x 100	Mensurar a participação das Superintendências Regionais do Trabalho na promoção da melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	10%	20%	30%
	Taxa de cumprimento dos Acordos de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP)	(Total de ACPP finalizados com êxito/Total de ACPP celebrados x100	Mensurar os ACPP finalizados com êxito nos Procedimentos Preliminares e Processos de Apuração Ética	Trimestral	Percentual	Comissão de Ética	MTb: Comissão de Ética	Maior melhor	100%	31/12/16	100%	100%	100%
Desenvolver políticas de valorização dos servidores Desenvolver políticas de valorização dos servidores Desenvolver políticas de valorização dos servidores Desenvolver políticas de valorização dos servidores	Número de unidades organizacionais com Teletrabalho implementado	Total de unidades organizacionais com Teletrabalho implementado no período	Mensurar o quantitativo de unidades que aderiram ao Teletrabalho, visando estimular maior flexibilidade nas relações entre instituição, chefia e equipes de trabalho e na organização do trabalho	Semestral	Unidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	0 (elaboração e aprova-ção da Portaria do Teletra-balho)	5	10
	Percentual de ações educacionais ministradas por servidores do quadro próprio	(Total de ações educacionais ministradas por servidores do quadro próprio/ total de ações realizadas no período) x 100	Levantar o número de ações educacionais ministradas por servidores integrantes do quadro efetivo de pessoal do Ministério do Trabalho	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoal	Maior melhor	0,87%	2016	1%	5%	10%
	Percentual de processos seletivos realizados para ocupação de cargos e funções	(Total de processos seletivos realizados para ocupação de cargos e funções /Total de nomeações e designações publicadas no período) x 100	mensurar a quantidade de processos seletivos internos para ocupação de cargos e funções	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoal	Maior melhor	2%	2015	1%	2%	3%
	Número de servidores reconhecidos por sua contribuição institucional	Total de servidores com elogio formalizado no Boletim Administrativo no período	Identificar servidores que oferecem contribuições excepcionais às Unidades e à Instituição para o alcance dos objetivos estratégicos e cumprimento da Missão Institucional	Trimestral	Unidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/ COGEP/ SOAD/SE	MTb: Relatórios gerenciais da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Boletim Administrativo)	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	0 (elaboração dos critérios para elogios formais)	100	150

Promover mecanismos de governança, controle e gestão de riscos	Número de recomendações da CGU em monitoramento	Total de recomendações da CGU em monitoramento no período	Verificar o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, controle e gestão de riscos do Ministério do Trabalho a partir do atendimento das recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria- Geral da União - CGU	Trimestral	Unidade	Assessoria Especial de Controle Interno	Sistema Monitor	Menor melhor	196	31/12/16	150	120	100
	Percentual de participação da alta gestão nas reuniões trimestrais de avaliação da estratégia	(Nº de unidades representadas por Secretários e Diretores ou seus substitutos / Total de Secretários e Diretores responsáveis pelos indicadores estratégicos) x 100	Estimular a gestão estratégica no Ministério do Trabalho	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Institucional - CGPLAMI/ AEGE	MTb: lista de presença da reunião de avaliação da estratégia	Maior melhor	47%	18/11/15	100%	100%	100%
Aprimorar a comunicação institucional	Grau de satisfação com o Portal do Ministério do Trabalho	Pontuação obtida por meio da aferição da ferramenta Analytics	Mensurar o grau de satisfação do cidadão quanto ao seu relacionamento com o Ministério do Trabalho para obter informações e esclarecer dúvidas	Anual	Unidade	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM	Analytics	Maior melhor	51%	31/12/16	54%	62%	71%
Fortalecer o gerenciamento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	Percentual de cumprimento do "Plano de Ações para Evolução da Gestão de TIC no MTb"	(Total de ações cumpridas/ total de ações do plano) x 100	Mensurar a maturidade e evolução do órgão quanto à gestão dos serviços de TIC	Anual	Percentual	Departamen-to de Tecnologia da Informação - DTI/SE	Autodiagnós-tico: Departamento de Tecnologia da Informação	maior melhor	sem série histórica	sem série histórica	0 (elabora-ção do plano)	100%	100%
Fortalecer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	Percentual de cumprimento do "Plano de Ações de Governança de TIC no MTb"	(Total de ações cumpridas/ total de ações do plano) x 100	Mensurar a maturidade e evolução do órgão quanto à governança de TIC	Anual	Percentual	Departamen-to de Tecnologia da Informação - DTI/SE	Autodiagnós-tico: Departamento de Tecnologia da Informação	maior melhor	sem série histórica	sem série histórica	0 (elabora-ção do plano)	100%	100%
	Percentual de efetividade da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação	(Total de ações cumpridas/total de ações planejadas para o período) x 100	Mensurar o cumprimento das ações de tecnologia da informação e comunicação previstas nos Planos Diretor e de Investimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC e PITIC)	Anual	Percentual	Departamen-to de Tecnologia da Informação - DTI/SE	Autodiagnós-tico: Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação e Departamento de Tecnologia da Informação	maior melhor	sem série histórica	sem série histórica	100%	100%	100%
Fortalecer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	Percentual de metas cumpridas, conforme Plano de Trabalho estabelecido anualmente pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP	(Total da metas cumpridas/total de metas do plano de trabalho) x 100	Mensurar o desempenho da área de tecnologia da informação do órgão	Anual	Percentual	Departamen-to de Tecnologia da Informação - DTI/SE	Autodiagnós-tico: Departamento de Tecnologia da Informação	Maior melhor	83%	31/12/16	100%	100%	100%
	Percentual de implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI	(Total de unidades da Sede e Superintendências Regionais do Trabalho que possuem processo administrativo digital/ total de unidades) x 100	Mensurar a implementação do processo administrativo tramitando de forma digital nas unidades da Sede e Superintendências Regionais do Trabalho	Anual	Percentual	Subsecretaria de Orçamento e Administra-ção - SOAD/SE	Autodiagnós-tico: MTb: Grupo técnico designado com nomeação dos responsáveis pela implementação nas unidades (Sede e Superintendências Regionais do Trabalho) e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Estratégia de Governança Digital e Plano de Trabalho do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação	Maior melhor	0	31/12/16	0 (imple-menta-ção da infraes-trutura necessá-ria)	30%	70%
Adequar aplicação dos recursos às estratégias institucionais	Percentual de execução do orçamento estratégico disponibilizado	(Valor executado nas ações estratégicas/ valor total do orçamento disponibilizado para as ações estratégicas [limite]) x100	Verificar o alinhamento da execução orçamentária do Ministério do Trabalho ao PEI 2017-2019	Trimestral	Percentual	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade- CGOFC/ SOAD/SE	Siafi	Maior melhor	Não disponível	Não disponível	100%	100%	100%

* Valor corrigido em relação aos números oficiais divulgados para 2015 estimando o impacto da greve dos peritos médicos do INSS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

* Para fins de resultado da última apuração foram considerados os seguintes serviços: 1)declaração Caged, 2)declaração Rais, 3)certidão de débito e consulta a informações processuais de autos de infração, 4)comunicação prévia de obras, 5)declaração (registro) dos serviços especializados em segurança e em medicina do Trabalho - SESMT, 6)Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - Cadsol, 7)Autorização de trabalho estrangeiro - ImigranteWeb

*** Classificação em Níveis:

Nível 0 - o órgão não tem Plano de Dados Abertos e tem poucos dados publicados ou nenhum, e ainda, caso publique dados, não há ou não participa do processo de catalogação no portal brasileiro de dados abertos.

Nível 1 - o órgão iniciou o processo de elaboração de Plano de Dados Abertos e tem alguns dados publicados e catalogados no portal brasileiro de dados abertos, tendo participado ativamente do processo de catalogação. Fornece os metadados obrigatórios, incluindo e-mail de contato para que os utilizadores dos dados possam tirar dúvidas sobre os mesmos.

Nível 2 - o órgão tem Plano de Dados Abertos vigente e libera dados de acordo com o processo organizacional definido. O conhecimento e a compreensão sobre dados abertos permeia todos os níveis da organização. A publicação dos dados das áreas temáticas mais solicitadas pelo SIC e por outros canais de comunicação com a sociedade civil é compromisso no PDA com escopo e datas definidas. Promove o engajamento da sociedade civil com os dados publicados por meio de concursos, eventos e/ou hackathons.

Nível 3 - o órgão tem Plano de Dados Abertos vigente e está em dia com os compromissos e metas estabelecidos no mesmo. Todos os dados já publicados são mantidos atualizados de acordo com a periodicidade estipulada no PDA. O órgão promove ações de capacitação para seus servidores nas competências necessárias aos projetos de dados abertos. Os eventuais problemas detectados nos dados disponibilizados e comunicados pelos cidadãos são prontamente corrigidos. O órgão define estratégias para manter um investimento contínuo nos dados (abertura, utilização e uso).

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 29 de novembro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46203.000378/2013-51	24481688	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
2	46203.000097/2013-06	25109979	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
3	46203.000119/2013-20	25109961	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
4	46203.000120/2013-54	25109880	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
5	46203.000373/2013-28	25097024	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
6	46203.000374/2013-72	25097016	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
7	46203.000376/2013-61	24481696	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
8	46203.000377/2013-14	24481670	J. Tupinamba P. de Sousa - ME	AP
9	47904.010289/2011-16	19546777	Carvalho Silveira Prestação de Serviços Ltda	BA
10	46207.008003/2013-07	201731541	E F da S Braga Confeccoes - Me	ES
11	46287.000549/2013-69	202531163	Uniao de Educacao e Cultura Gildasio Amado	ES
12	46287.000551/2013-38	202531571	Uniao de Educacao e Cultura Gildasio Amado	ES
13	46287.000553/2013-27	202531821	Uniao de Educacao e Cultura Gildasio Amado	ES
14	46207.003623/2013-41	25141252	Vila Velha Comercio de Livros e Informatica Ltda(Microcamp)	ES
15	46223.004241/2014-18	203494105	Cacapava Empreitada de Lavor Ltda	MA
16	46236.001829/2013-90	202130754	Adicao Distribuicao Express Ltda	MG
17	46245.004007/2013-51	202252221	Ag Pet Industria de Embalagens Ltda.	MG
18	46236.001830/2014-03	204220386	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
19	46236.001831/2014-40	204220475	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
20	46502.001309/2012-17	25382918	Autoplas Indústria, Com.,Importação e Exportação de Plasticos Tecnicos Ltda	MG
21	46502.001333/2012-48	24589080	Autoplas Indústria, Com.,Importação e Exportação de Plasticos Tecnicos Ltda	MG
22	46243.001865/2015-26	206978421	Bimbo do Brasil Ltda	MG
23	46243.001866/2015-71	206978499	Bimbo do Brasil Ltda	MG
24	46243.001870/2015-39	206978529	Bimbo do Brasil Ltda	MG
25	46243.001873/2015-72	206985193	Bimbo do Brasil Ltda	MG
26	46243.001876/2015-14	206983492	Bimbo do Brasil Ltda	MG
27	46243.001881/2015-19	206983638	Bimbo do Brasil Ltda	MG
28	47747.005188/2014-26	204024048	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
29	47747.005357/2014-28	204025486	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
30	47747.005183/2014-01	204025559	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
31	47747.005184/2014-48	204024145	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
32	47747.005185/2014-92	204024030	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
33	47747.005186/2014-37	204024234	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
34	47747.005187/2014-81	204024200	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
35	47747.005190/2014-03	204024170	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
36	47747.005191/2014-40	204024137	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
37	47747.005192/2014-94	204024099	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
38	47747.005353/2014-40	204024111	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
39	47747.005355/2014-39	204022045	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
40	47747.005356/2014-83	204025460	Destak Cosmeticos Ltda - ME	MG
41	46246.001913/2014-75	204081084	Ebano Const. e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	MG
42	46246.001914/2014-10	204081122	Ebano Const. e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	MG
43	46246.001918/2014-06	204081238	Ebano Const. e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	MG
44	47747.008766/2014-86	204729718	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
45	47747.008753/2014-15	204730325	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
46	47747.008754/2014-51	204730252	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
47	47747.008758/2014-30	204730015	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
48	47747.008759/2014-84	204729939	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
49	47747.008760/2014-17	204729670	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
50	47747.008763/2014-42	204729700	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
51	47747.008764/2014-97	204729726	Frigorifico R & M Ltda - EPP	MG
52	46240.000453/2014-18	203210841	JP Motores Pecas e Servicos Ltda - EPP	MG
53	46240.000190/2012-85	22188991	L E Z Confeccoes Ltda	MG
54	46240.000503/2014-67	203224426	L & Z Confeccoes Ltda - EPP	MG
55	46248.000484/2014-07	203091698	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
56	46248.000485/2014-43	203092082	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
57	46248.000486/2014-98	203092252	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
58	46248.000487/2014-32	203092465	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
59	46248.000488/2014-87	203092686	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
60	46248.000491/2014-09	203093569	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
61	46248.000492/2014-45	203093615	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
62	46248.000494/2014-34	203093704	Lourisvaldo Teodoro Junior	MG
63	46239.001434/2014-48	203496752	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
64	46239.001436/2014-37	203513916	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
65	46239.001515/2014-48	203496761	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
66	46239.001516/2014-92	203496779	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
67	46239.001517/2014-37	203496795	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
68	46239.001518/2014-81	203496701	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
69	46239.001519/2014-26	203496663	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
70	46239.001520/2014-51	203496787	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
71	46239.001521/2014-03	203496728	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
72	46239.001522/2014-40	203496710	Puerao Industria e Comercio de Calcados Ltda	MG
73	46241.002339/2013-31	202090434	Servi Pool Avodá Serviços Ltda. - EPP	MG
74	46241.002342/2013-55	202116891	Servi Pool Avodá Serviços Ltda. - EPP	MG
75	46241.002343/2013-08	202117642	Servi Pool Avodá Serviços Ltda. - EPP	MG
76	46222.012151/2011-68	13295896	M Meschede & Cia. Ltda. - EPP	PA
77	47533.007261/2014-18	203631064	Cia de Desenvolvimento Agropecuario do Parana Codapar	PR
78	47533.000814/2015-84	205741606	Fibra Logistica Ltda	PR
79	47533.000815/2015-29	205741631	Fibra Logistica Ltda	PR
80	47533.000816/2015-73	205741657	Fibra Logistica Ltda	PR
81	47533.003870/2014-90	203304781	Labra Industria Brasileira de Lapis S/A	PR
82	47533.004321/2015-13	206145306	Marza Engenharia Elétrica Ltda.	PR
83	47533.004322/2015-68	206145292	Marza Engenharia Elétrica Ltda.	PR
84	47533.004323/2015-11	206145276	Marza Engenharia Elétrica Ltda.	PR
85	46275.002214/2015-86	207277524	Alibem Alimentos S.A.	RS
86	46277.001309/2013-09	202508897	Pluma Conforto e Turismo S.A	RS
87	46219.027229/2014-41	205384544	Telefonica Brasil S.A.	SP
88	46219.027643/2014-50	205439497	Telefonica Brasil S.A.	SP
89	46219.027652/2014-41	205384552	Telefonica Brasil S.A.	SP
90	46219.027653/2014-95	205439179	Telefonica Brasil S.A.	SP
91	46219.027654/2014-30	205439063	Telefonica Brasil S.A.	SP
92	46219.027655/2014-84	205439047	Telefonica Brasil S.A.	SP
93	46219.027656/2014-29	205439055	Telefonica Brasil S.A.	SP
94	46219.027657/2014-73	205439039	Telefonica Brasil S.A.	SP
95	46219.027658/2014-18	205439071	Telefonica Brasil S.A.	SP
96	46219.027659/2014-62	205439021	Telefonica Brasil S.A.	SP
97	46219.027660/2014-97	205439012	Telefonica Brasil S.A.	SP
98	46219.027661/2014-31	205439004	Telefonica Brasil S.A.	SP
99	46219.027662/2014-86	205438989	Telefonica Brasil S.A.	SP
100	46219.027663/2014-21	205438971	Telefonica Brasil S.A.	SP
101	46219.027664/2014-75	205438954	Telefonica Brasil S.A.	SP
102	46219.027676/2014-08	205441441	Telefonica Brasil S.A.	SP
103	46219.027679/2014-33	205441181	Telefonica Brasil S.A.	SP
104	46219.027680/2014-68	205441262	Telefonica Brasil S.A.	SP
105	46219.027729/2014-82	205441297	Telefonica Brasil S.A.	SP
106	46219.027730/2014-15	205441327	Telefonica Brasil S.A.	SP
107	46219.027731/2014-51	205441343	Telefonica Brasil S.A.	SP
108	46219.027732/2014-04	205441351	Telefonica Brasil S.A.	SP
109	46219.027734/2014-95	205441378	Telefonica Brasil S.A.	SP
110	46219.027735/2014-30	205441360	Telefonica Brasil S.A.	SP
111	46219.027736/2014-84	205441246	Telefonica Brasil S.A.	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

112	46219.027737/2014-29	205441157	Telefonica Brasil S.A.	SP
113	46219.027738/2014-73	205441173	Telefonica Brasil S.A.	SP
114	46219.027739/2014-18	205441238	Telefonica Brasil S.A.	SP
115	46219.027740/2014-42	205441220	Telefonica Brasil S.A.	SP
116	46219.027741/2014-97	205441211	Telefonica Brasil S.A.	SP
117	46219.027742/2014-31	205441203	Telefonica Brasil S.A.	SP
118	46219.027745/2014-75	205441408	Telefonica Brasil S.A.	SP
119	46219.027746/2014-10	205463002	Telefonica Brasil S.A.	SP
120	46219.027747/2014-64	205463304	Telefonica Brasil S.A.	SP
121	46219.027748/2014-17	205463339	Telefonica Brasil S.A.	SP
122	46219.027749/2014-53	205463622	Telefonica Brasil S.A.	SP
123	46219.027750/2014-88	205464254	Telefonica Brasil S.A.	SP
124	46219.027751/2014-22	205464327	Telefonica Brasil S.A.	SP
125	46219.027752/2014-77	205464513	Telefonica Brasil S.A.	SP
126	46219.027753/2014-11	205464696	Telefonica Brasil S.A.	SP
127	46219.027754/2014-66	205464700	Telefonica Brasil S.A.	SP
128	46219.027755/2014-19	205464751	Telefonica Brasil S.A.	SP
129	46219.027756/2014-55	205464815	Telefonica Brasil S.A.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFIC A ÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.000035/2004-95	505.286.637	Clair Higienização Ltda.	BA
2	47533.000813/2015-30	200.434.586	Fibra Logistica Ltda.	PR
3	47533.001655/2015-35	200.430.611	José Augusto Cordeiro Trintin Veterinário - ME	PR
4	47533.000242/2015-33	200.417.029	Rede Inglesa de Hotéis Ltda. - EPP	PR
5	47533.010187/2014-17	200.323.067	Soler - Peças e Equipamentos Rodoviários Ltda. - EPP	PR
6	46217.009862/2014-77	200.377.795	Raimundo Peni Rufino de Araújo - ME	RN
7	46217.008797/2014-62	200.357.191	Scrita Contabilidade Ltda. - ME	RN
8	46275.002215/2015-21	200.542.109	Alibem Alimentos S.A.	RS
9	46218.020602/2014-42	200.389.360	Sociedade Portuguesa de Beneficencia	RS
10	47999.007647/2013-63	200.176.731	Construtora Elevação Ltda.	SP
11	46254.002012/2015-82	200.509.225	L.M. Mercadinho Aeroporto de Botucatu Ltda. - ME	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46204.008645/2009-41	017083460	Minercon Mineração e Construções S.A.	BA
2	46216.003273/2014-95	203.768.558	Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RO
3	46216.003271/2014-04	203768531	Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RO

1.3- Pela nulidade da decisão de fls. 52 publicada no DOU de 28/06/2016, Seção I, pág. 144.
Pelo conhecimento e provimento ao recurso voluntario, tornando improcedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46226.000792/2011-30	018464408	Magazine Liliani S.A.	TO

1.4- Pela nulidade da decisão de fls. 87 publicada no DOU de 20/04/2017, Seção I, pág.117 .
Conhecimento e negando provimento ao recurso voluntario, mantendo a procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46275.001376/2014-16	203773993	Banco do Brasil S.A.	RS

1.5- Pela nulidade da decisão de fls. 153 publicada no DOU de 22/03/2016, Seção I, pág.98 .
Pelo conhecimento e provimento ao recurso de ofício, tornando procedente do auto de infração.

Nº	PROCESSO	NOTIFICA-ÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.000157/1994-58	007807	Município de Mascote (Prefeitura)	BA

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.029027/2006-63	013887190	Brink"s Segurança e Transporte de Valores Ltda.	RJ
2	46219.027674/2014-19	205441505	Telefonica Brasil S.A.	SP
3	46219.027669/2014-06	205441572	Telefonica Brasil S.A.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.015587/2012-83	025473271	Esporte Clube Bahia	BA

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.004476/2015-39	206187157	Construtora Amazonidas Ltda	AM
2	46222.009525/2014-19	205637361	Nasson Tur Turismo Ltda - EPP	PA
3	46222.009514/2014-21	205637396	Nasson Tur Turismo Ltda - EPP	PA
4	46222.009515/2014-75	205637256	Nasson Tur Turismo Ltda - EPP	PA
5	46222.009517/2014-64	205637281	Nasson Tur Turismo Ltda - EPP	PA
6	46222.009521/2014-22	205637302	Nasson Tur Turismo Ltda - EPP	PA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de novembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46254.002063/2015-12
Entidade	Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Igaraçu do Tietê.
CNPJ	09.322.148/0001-17
Fundamento	NT 1506/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, na Nota Técnica 1502/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Criciúma - SINDEPESUL, CNPJ 19.152.282/0001-70, Processo 46303.001645/2013-89, com fulcro no §2º do art. 19 c/c art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento à decisão judicial prolatada no Processo n.º 5006464-56.2017.4.04.7001, procedente da 1ª Vara Federal de Londrina - PR, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46212.005976/2016-50
Entidade	SIMMPUC - Sindicato do Magistério Municipal Público de Cambe - PR.
CNPJ	17.100.426/0001-10
Fundamento	NT 1501/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 1507/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: EXCLUIR os municípios de: Arcos, Esmeraldas, Florestal, Formiga, Itaúna, Nova Serrana, Oliveira, Pará de Minas e Pitangui no estado de Minas Gerais da representação do SINTRAM - Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e das Regiões Centro e Oeste do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 20.931.218/0001-77, processo n° 24000.003774/90-07, com fulcro nos arts. 31 e 32 da Portaria 326/2013."

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46212.001415/2015-09
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Carvão do estado do Paraná
CNPJ	78.063.443/0001-19
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Empregados nas Indústrias de Extração do Carvão do Plano da CNTI.
Fundamento	NT 1503/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: Abatiá, Arapoti, Assaí, Carambeí, Castro, Cerro Azul, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Doutor Ulysses, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Japira, Joaquim Távora, Jundiaí Do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Ortigueira, Pinhalão, Piraí Do Sul, Ponta Grossa, Quatiguá, Ribeirão Do Pinhal, Santa Cecília Do Pavão, Santo Antônio Da Platina, Santo Antônio Do Paraíso, São Jerônimo Da Serra, São José Da Boa Vista, São Sebastião Da Amoreira, Sapopema, Sengés, Siqueira Campos, Telêmaco Borba, Tibagi, Tomazina, Ventania e Wenceslau Braz - PR.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46212.007272/2015-31
Entidade	SINDITAC - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Astorga.
CNPJ	10.917.483/0001-47
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Econômica	Categoria Econômica dos Transportadores Autônomos de Cargas.
Fundamento	NT 1499/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: *Paraná*: Alto Paraná, Alvorada Do Sul, Amaporã, Ângulo, Apucarana, Arapongas, Astorga, Bela Vista Do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Centenário Do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro Do Oeste, Cruzeiro Do Sul, Cruzmaltina, Diamante Do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Faxinal, Floraí, Floresta, Florestópolis, Guairaçá, Icaraíma, Iguaraçu, Inajá, Indianópolis, Itaguajé, Itambé, Itaúna Do Sul, Ivaté, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia Do Sul, Japurá, Jardim Olinda, Jussara, Kaloré, Loanda, Lobato, Lupionópolis, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Marumbi, Mirador, Miraselva, Munhoz De Melo, Nossa Senhora Das

Graças, Nova Aliança Do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Novo Itacolomi, Ourizona, Paiçandu, Paraíso Do Norte, Paranacity, Paranavaí, Pitangueiras, Planaltina Do Paraná, Porecatu, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Primeiro De Maio, Querência Do Norte, Rio Bom, Rolândia, Rondon, Sabáudia, Santa Cruz De Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel Do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio Do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos Do Ivaí, São João Do Caiuá, São Jorge Do Ivaí, São Manoel Do Paraná, São Pedro Do Ivaí, São Pedro Do Paraná, São Tomé, Sarandi, Sertanópolis, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica e Uniflor.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46202.021637/2015-59
Entidade	SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI-AM - SINDPESCA MANAQUIRI-AM
CNPJ	23.493.922/0001-83
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Amazonas*: Manaquiri.
Categoria Profissional	Trabalhadores e trabalhadoras pescadores e pescadoras artesanais, aqueles que, ativos e aposentados, exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar.
Fundamento	NT 1505/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46312.000760/2015-99
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Cargas e Logística de São Gabriel do Oeste e Região do Estado do Mato Grosso do Sul.
CNPJ	21.578.458/0001-00
Abrangência	Estadual.
Base Territorial	*Mato Grosso do Sul*: Alcinópolis, Bandeirantes, Corguinho, Coxim, Jaraguari, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, São Gabriel do Oeste e Sonora, todos no Estado de Mato do Sul.
Fundamento	NT 1504/2017/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Trabalhadores em transporte de cargas e de mercadorias do atacado ou varejo em vias públicas ou rodovias; motoristas de cargas e descargas; motorista de caçambas; motorista de coletas e entregas; motorista de veículos de tração (caminhão simples e caminhão trator); motorista de veículos rebocáveis (reboques e semirreboques); motoristas de caminhonetes - furgão e veículos de apoio operacional; motoristas de truck, de toco, de munk, de carretas, de veículos superpesados, de veículos semipesados, de veículos leves, de bi trem, de rodo trem, de tri trem e de treminhão; ajudantes de motoristas carga/carregador e enlonador; motoristas de transporte por fretamento; motoristas de empresas de refeições coletivas; motoristas de transporte de cargas de serviços públicos e privados; motoristas de empresa de economia mista de serviços públicos e seus concessionários, trabalhadores e motoristas em transporte de cargas das categorias econômicas a seguir: transporte de cargas líquidas, sólidas, gasosas, refrigeradas, granel, fracionada, vivas, frigoríficas, secas, próprias e molhadas; motoristas de empresas comerciais; motoristas de empresas industriais; motoristas de cooperativas; motoristas de serviços; motoristas de distribuidora de bebidas; motoristas de distribuidora de cigarros; motorista de distribuidora de gás liquefeitos e derivados de petróleo; motorista de distribuidora de gêneros alimentícios; motoristas de transporte de produtos/cargas inflamáveis e explosivas; motorista de coleta de lixo e resíduos, tóxicas, perigosas e químicas; motoristas de depósito de materiais de construção; motoristas de empresas estatais e economia mista da administração direta, indireta e fundacional; motoristas de supermercados e de hipermercados; motoristas de empresas de transporte de cargas secas, molhadas e híbridas; motoristas de cargas superpesadas; motorista de empresas de cargas próprias; motoristas de empresas de logística; motoristas de empresas de locação de veículos de carga; motorista de empresas de locação de caçamba de lixo, de resíduos e entulhos; motorista de empresas de exploração do solo e pedreiras e motorista de empresas de transporte de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, do plano da CNTTT.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.º 188/2007 e da Portaria n.º 326/2013.

Processo:	46784.000344/2015-34 (SC17193)
Entidade:	SIND-ACS/OESTE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Região Oeste da Bahia
CNPJ:	08.601.066/0001-49
Abrangência:	Intermunicipal
Categoria:	Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.
Fundamento	NT 1500/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial:: Bahia: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Brejolândia, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Canápolis, Catolândia, Caturama, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Érico Cardoso, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Ibipitanga, Ibotirama, Ipupiara, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Macaúbas, Mansidão, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Paratinga, Riachão das Neves, Rio do Pires, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

SEÇÃO DE MULTAS E RECURSOS

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A CHEFE DA SEÇÃO DE MULTAS E RECURSOS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 634 da CLT, tendo em vista o disposto no Regimento Interno das Superintendências Regionais do Trabalho, aprovado pela Portaria nº 1.151, de 30 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13.11.2017, seção 1, Anexo I, artigo 41, § 3º, e nos termos dos artigos 12,13 e 14 da Lei nº 9.784/99, resolve:

Art. 1º DELEGAR competência ao Chefe do Setor de Inspeção do Trabalho das Gerências Regionais do Trabalho - GRTb/SP, no âmbito de suas circunscrições, para, em relação aos processos administrativos de autos de infração e de notificações de débito do FGTS e da contribuição social de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, bem como processos de autorização para o saque do FGTS de contas vinculadas (código 26):

I - expedir despachos para organização, saneamento e instrução processual;

II - promover a comunicação ao empregador de atos processuais, na forma das normas aplicáveis;

III - proferir decisões de procedência, improcedência, procedência parcial ou arquivamento e impor multas administrativas;

IV - decidir sobre pedido de produção de provas, oitivas de testemunhas, realização de diligências, bem como determinar diligências de ofício;

V - receber, fazer juízo de admissibilidade e encaminhar à superior instância recursos voluntários;

VI - submeter à instância superior as decisões sujeitas a reexame necessário; e

VII - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional os processos originários de auto de infração ou à Caixa Econômica Federal os processos originários de notificação de débito do FGTS e da contribuição social de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, para fins de inscrição em dívida ativa da União.

VIII - autorizar o saque do FGTS de contas vinculadas, em nome de empregadores, individualizadas por empregados na condição de não optantes (código 26).

Art. 2º A delegação de competência estende-se aos substitutos legais, quando respondendo pela função;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILZA DA COSTA MENDONÇA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 4.519, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições legais, e da subdelegação de competência conferida pela Portaria/SE-MT nº 281, de 5/10/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 192, de 6/10/2010, com vistas ao atendimento das disposições contidas no inciso III, do Artigo 21 e Artigo 22 da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Coordenador de Licitações e Contratos competência para designação formal da equipe de Planejamento de Contratações de processos licitatórios para contratação de serviços sob o regime de execução indireta, bem como indicar servidores que atuam no setor para compor a referida equipe, se necessário.

Art. 2º A presente subdelegação é extensiva aos seus respectivos substitutos.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALLACE MOREIRA BASTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 3822, de 19 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2017, Seção 1, página 145, onde se lê: "considerando o que consta do processo nº (processo gerado para envio da portaria), resolve:", leia-se: "considerando o que consta do processo nº 00065.522436/2017-57, resolve:".

Na Portaria nº 3857, de 22 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2017, Seção 1, página 169, onde se lê: "O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição...", leia-se: "O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição..."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 3.904, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.040267/2016-41, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0408-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico NAVY AERO SPACE COM. SERV. IMP. E EXP. DE EQUIP. AERON. LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 990/SAR, de 23 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2017, Seção 1, página 127.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.682, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Valida a Certificação do Centro de Treinamento Ryanair DAC ATO a fim de conduzir treinamentos e exames que tenham por fim a emissão de habilitação emitida pela ANAC.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.546736/2017-21, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 2 anos, o Centro de Treinamento de Aviação Civil, Ryanair DAC ATO, situado à Airside Business Park, Swords, CO, Dublin - Irlanda, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos conforme estabelecido pelo RBAC 142.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.783, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.564317/2017-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a BOMBARDIER AIRCRAFT TRAINING, situada à 2929 W. AIRFIELD DRIVE, PO BOX 619011, DFW AIRPORT, TX 75261 - USA, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos brasileiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.819, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 27, inciso IV da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, e

Considerando que o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), em sua 112ª Reunião, realizada em 25 de julho de 2017, decidiu não renovar em 2020 o Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes;

Considerando que o Conselho de Ministros também decidiu pela concessão de waiver estendido, durante a vigência do acordo, para o embarque em navios de carga geral (breakbulk) e navios rol/on-ro/1 off, por não haver disponibilidade de embarcações de bandeira chilena ou brasileira desse tipo para a rota; e

Tendo em vista o que consta do processo nº 50300.008129/2017-14 e o que foi deliberado na 433ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 23 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A liberação do transporte de carga prescrita à bandeira brasileira em embarcação estrangeira, operada por empresa de navegação estrangeira, nos termos do Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos, poderá ser concedida com prazo estendido de até 1 (um) ano, contado a partir da data do primeiro embarque, para o fim específico de transporte de veículos e de carga de carga geral não conteinerizada, desde que sejam cumpridas, no que couber, as demais condições estipuladas no Capítulo IV da Resolução Normativa nº 01-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.589, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, fundamentada no Voto DEB - 207, de 20 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.556802/2017-63, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social	TAF nº	CNPJ
AGENCIA DE TURISMO BORDAMATENSE LTDA - ME	00.0072	18.597.047/0001-40
AGENCIA DE VIAGENS SUL MINEIRA LTDA - EPP	00.0084	18.939.356/0001-50
BONANÇA TRANSPORTES & TURISMO LTDA	31.0775	04.218.042/0001-54
C. R. LOCADORA DE ÔNIBUS E TURISMO LTDA - ME	43.8863	14.803.499/0001-80
CASTROTUR - TRANSPORTE E TURISMO - EIRELI - ME	00.0080	08.157.401/0001-61
CAVAZANI TRANSPORTES E TURISMO - EIRELI - ME	00.0081	28.018.956/0001-30
CONQUISTA TRANSPORTES E FRETAMENTOS LTDA	31.3378	19.025.516/0001-19
CVI TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	43.8875	14.440.627/0001-78
FIDEL FLORA - TRANSPORTES, TURISMO E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME	00.0063	07.536.290/0001-31
GMS TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP	00.0068	03.681.752/0001-53
HELENOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	35.5154	43.472.117/0001-80
HLG - TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	00.0071	04.967.372/0001-42
INTER BRASIL TRANSPORTES E TURISMO E EVENTOS EIRELI - ME	53.3372	06.973.900/0001-00
IZA TRANSPORTE TURISMO E LOCADORA EIRELI - ME	00.0082	19.977.943/0001-05
J D TURISMO E FRETAMENTO LTDA - ME	00.0078	28.227.555/0001-90
J.I.M.M. TRANSTUR LTDA - ME	00.0073	08.244.102/0001-64
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS TRANSPORTES-ME	00.0067	00.405.724/0001-15
JOSE ELOI DOS SANTOS PEREIRA - VIAGENS - ME	00.0075	12.627.131/0001-82
JUNIOR TUR LTDA - ME	41.8911	01.918.873/0001-40
K. T. S. MORAES EIRELI - ME	50.8062	16.986.656/0001-65
L. DA SILVA FRANCISCO EIRELI - ME	00.0061	20.224.513/0001-93
LANZA E CIA LTDA	41.2010	00.897.721/0001-46
LUIZ ANTONIO PEREIRA DA ROCHA - ME	00.0079	10.344.234/0001-00
M A LUPEPSA TRANSPORTES LTDA - EPP	00.0070	01.216.264/0001-40
MARQUES E TUROLA LTDA - ME	00.0064	07.432.447/0001-89
MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.0060	00.123.689/0001-41
NEGRELLI TUR LOCACOES LTDA	41.3380	27.616.011/0001-57
P2 TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0062	28.057.400/0001-52
PEDRA AZUL TRANSPORTES LTDA - ME	32.8760	21.146.066/0001-64
PEDRO MARQUES TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0083	23.736.494/0001-72
PIPA AVENTURA E TURISMO LTDA	24.3375	10.979.172/0001-02
RICARDO HOLZ TRANSPORTES EIRELI	43.7657	04.240.654/0001-43
ROSA MARIA DA COSTA EIRELI - ME	00.0065	27.776.627/0001-95
ROTABELA FRETAMENTO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA - EPP	00.0074	01.565.130/0001-34
SCHUENKE FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ME	00.0069	20.251.817/0001-40
SILVESTRE E SOUZA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - ME	00.0077	19.125.458/0001-03
TECATI TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP	35.8861	20.860.059/0001-67
TRANSPORTADORA J.D.F. LTDA - EPP	00.0066	07.241.838/0001-16
TRANSVEGA TRANSPORTE, FRETAMENTO E TURISMO LTDA	33.8917	11.119.314/0001-24
TSM TRANSPORTE LTDA - ME	00.0076	00.113.912/0001-70
TUNATUR TRANSPORTE LTDA - ME	35.3782	06.540.683/0001-56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.592, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita ao tráfego internacional o ponto de fronteira da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 215, de 23 de novembro de 2017, no que consta do Processo nº 50500.586683/2017-73, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 10.233, de 2001, no Decreto nº 6.759, de 2009, e no Decreto nº 99.704, de 1990, resolve:

Art. 1º Habilitar ao tráfego internacional o ponto de fronteira da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, no município de Santo Antônio do Sudoeste, estado do Paraná.

Art. 2º Determinar à Assessoria Técnica para o Transporte Internacional - ASTEC que tome as providências cabíveis, especialmente quanto à notificação desta habilitação à Receita Federal do Brasil.

Art. 3º Determinar à Assessoria Técnica para o Transporte Internacional - ASTEC que notifique a Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste, estado do Paraná, acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.593, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, fundamentada no Voto DEB - 217, de 29 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.611579/2017-24, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ	Razão social	TAF nº
05.036.700/0001-50	ACD TRANSPORTES LTDA - ME	00.0116
24.977.184/0001-02	AD TURISMO LTDA - ME	00.0117
28.104.474/0001-00	AGENCIA DE VIAGENS D"FIORI TUR LTDA - ME	00.0118
17.342.147/0001-62	ANGELA MARIA ORSATO PORTELLA EIRELI - ME	00.0119
17.399.378/0001-02	ANTONIO AUGUSTO DOS SANTOS EIRELI - ME	00.0120
03.981.327/0001-80	BAMPI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	42.1441
12.842.667/0001-10	BARUQUE TURISMO LTDA-ME	41.7906
04.472.409/0001-61	BRAG-VANS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	00.0121
27.376.272/0001-47	CANOINHAS TUR LTDA - ME	00.0122
20.003.484/0001-30	CARVALHO E MOREIRA TURISMO LTDA	53.8903
06.231.585/0001-37	CLEBER NAKAU - EIRELI - ME	00.0123
06.049.336/0001-25	COOPERATIVA DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TURISMO LTDA	52.4730
02.335.276/0001-56	COOPERATIVA PATENSE DE TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS LTDA	00.0124
01.817.531/0001-34	COSTA SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	32.3565
08.976.593/0001-38	DANIMARA LOCADORA DE VEICULOS E TRANSPORTES LTDA - ME	00.0125
10.894.195/0001-14	DELUXE LOCADORA DE VANS LTDA	41.8923
03.711.948/0001-43	EDUARDO C. DE OLIVEIRA EIRELI - ME	00.0126
10.817.390/0001-40	ELIANE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	00.0127
16.987.355/0001-56	ELLITE TRANSPORTES 02 EIRELI	00.0128
07.951.983/0001-90	EMPRESA FLORESTA TURISMO LTDA	35.6933
03.795.225/0001-70	ENCHANTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	00.0129
19.446.855/0001-79	EXPRESSO DE LUXO LTDA	31.0643
13.241.233/0001-28	EXPRESSO INOVAR TURISMO E TRANSPORTES LTDA ME	00.0158
76.533.777/0001-83	EXPRESSO NORDESTE LINHAS RODOVIARIAS LTDA	00.0130
24.995.638/0001-78	F.WILTGEN MACHADO EIRELI - ME	00.0131
18.896.458/0001-36	FALONE TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME	00.0115
97.834.709/0001-24	FÁTIMA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	43.5903
15.203.167/0001-27	FELIPE ADORNA & CIA LTDA - ME	00.0132
15.530.268/0001-02	FLOR DA SERRA TURISMO LTDA - EPP	00.0133
03.358.640/0001-66	FRANDINI TRANSPORTES LTDA - ME	00.0134
20.827.280/0001-13	G. M. SILVA TRANSPORTE EIRELI - ME	41.1158
28.301.163/0001-23	GOLDEN TOUR TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0135
89.091.144/0001-04	GRAMADO TURISMO LTDA	00.0136
03.980.233/0001-96	HENRITUR TRANSPORTES LTDA - ME	00.0137
19.190.979/0001-36	I. L. MOREIRA & CIA LTDA - ME	00.0138
01.078.365/0001-00	ITAPORÃ TRANSPORTES COLETIVOS LTDA EPP	42.7827
28.840.777/0001-83	JOAO DOS SANTOS FRETAMENTOS EIRELI - ME	00.0139
04.122.196/0001-48	L G SPERANDIO E CIA LTDA - ME	00.0140
11.603.385/0001-06	LABUTAR TRANSPORTES LTDA	31.7114
05.391.790/0001-05	LDC TRANSPORTE DE PASSAG. E LOC. DE VEÍCULOS LTDA-ME	35.6923
18.770.278/0001-03	LOPCAR TURISMO LTDA - ME	00.0141
02.997.493/0001-01	LORISTUR TURISMO LTDA	52.0723
06.030.632/0001-84	LUCAS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	00.0142
07.239.697/0001-05	MARAZUL TOUR EIRELI - EPP	00.0143
07.596.332/0001-20	MICHELE TUR LTDA - ME	42.5170
03.918.696/0001-28	MILENIUM TURISMO LTDA	43.1830
17.390.383/0001-54	MK FENIX TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	33.8860
07.947.528/0001-11	NETTOS FAYER TURISMO LTDA	31.5208
25.531.832/0001-65	NORSUL TRANSPORTE TURISTICO LTDA - ME	00.0144
26.608.574/0001-30	PASSARO AZUL TURISMOS LTDA - ME	00.0145
20.662.207/0001-39	PAULO HENRIQUE CAVALCANTE CRUZ EIRELI - ME	00.0146
36.804.300/0001-70	PEDRO DIOGO DE FARIA NETO EIRELI - ME	00.0147
02.082.716/0001-00	PONTE ALTA TURISMO LTDA	17.3994
10.910.930/0001-36	PRIME LOCADORA DE VEICULOS E TRANSPORTES LTDA - ME	00.0148
06.778.249/0001-09	RODO OURO TRANSPORTES E TURISMO LTDA-ME	31.8912
05.702.190/0001-02	ROMULO E RONETE TRANSPORTES LTDA	43.6123
15.225.033/0001-07	RTR TRANSPORTE E EVENTOS LTDA	00.0149
07.967.690/0001-00	S.C.S TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0150
19.006.294/0001-97	SANCTORUN TRANSPORTE LTDA - ME	00.0151
04.244.353/0001-98	SEDEMIR PIRES DOS SANTOS - EIRELI - ME	00.0152
14.470.233/0001-62	SONIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	00.0153
03.549.228/0001-23	SOULONTUR AGENCIA DE VIAGENS & TURISMO EIRELI - ME	00.0154
21.540.626/0001-60	SUL AMERICA TRANSPORTES LTDA - ME	52.8916
27.066.597/0001-23	TAIS HARDK TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0155
03.196.154/0001-99	TRANAVE TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA	41.6187
12.069.133/0001-01	TRANSCOSTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP	29.7947
27.329.096/0001-92	TRANSPORTADORA E TURISMO BELLOTUR EIRELI - ME	00.0156
06.648.789/0001-78	TURISANGRA SERVICOS DE TURISMO LTDA - ME	00.0157
36.384.303/0001-00	VIA VITÓRIA TURISMO LTDA	32.1822
61.084.018/0001-03	VIAÇÃO COMETA S/A	35.1714
25.239.617/0001-95	VIAÇÃO TRÊS CORAÇÕES LTDA	31.0330
16.604.105/0001-90	W. L. TOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP	35.8913

DELIBERAÇÃO Nº 441, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 199, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.594759/2017-34, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LTDA. para a implantação da linha Goiânia (GO) - Gurupi (TO), com as seguintes seções:

I. De: Uruaçu (GO) e Anápolis (GO), para: Gurupi (TO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 04 da EXPRESSO SATÉLITE NORTE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 162, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.411592/2017-85, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia subterrânea de gás, pela Gás Brasiliano Distribuidora S.A., no km 465+500 m da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Paulista S.A. - RMP, no município de Marília/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 163, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.171734/2017-66, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo a emissário de esgoto, entre os marcos de referência 286+000 e 286+100 da malha ferroviária concedida à Concessionária MRS Logística S.A., pela Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG, no município de Guaratinguetá/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 164, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.411199/2017-91, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à travessia aérea de energia, pela COPEL Geração e Transmissão S.A., no km 360+967 m da malha ferroviária concedida à MRS Logística S.A., no município de Taubaté/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 165, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.232095/2017-12, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente a terminal ferroviário, pela Contrail Logística S.A., do km 138+272,37m ao km 138+906,96m da malha ferroviária concedida à MRS Logística S.A., no município de Jundiaí/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 166, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008, alterada pela Resolução nº 5.405/2017 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.244965/2017-04, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação de circuito de rede, no km 0+000 m, no município de Santos/SP, sob responsabilidade da Concessionária MRS Logística S.A.

Art. 2º O valor do orçamento da obra corresponde a R$ 1.451.040,35 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, quarenta reais e trinta e cinco centavos), na data base de março de 2017, para o estado de São Paulo, cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Parágrafo único. O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- homologar a Concorrência CDP nº 04/2017, realizada no dia 27/07/2017 (Processo Licitatório nº 1524/2017), referente à contratação de empresa especializada para implantação de Sistema de Combate a Incêndio na área do pátio de contêineres do Porto de Belém da CDP, de acordo com seu Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos;

II - adjudicar, em consequência, vencedora da referida Concorrência, à empresa MDM PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP - CNPJ nº 19.313.937/0001-45, pelo valor global de R$ 752.454,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias;

III - encaminhar ao DIRAFI para emissão da Ordem de Compra, consoante legislação vigente;

IV - Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA RAIMUNDO RODRIGUES DO E. S. JÚNIOR RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50614.000262/2017-81 - INTERESSADO: Senhor Luis Benghi, inscrito no CPF sob o nº 545.250.049-91. ASSUNTO: Requerimento Administrativo. DECISÃO: Conheço do Recurso Administrativo (fls. 41/54), por tempestivo, para no mérito dar-lhe provimento, acolhendo os fundamentos jurídicos exarados pela NOTA nº 00814/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU (fl. 60/61), de 11/10/2017, aprovado pelo Despacho nº 02643/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU da Procuradoria Federal Especializada/AGU junto ao DNIT/Sede. (fls. 430/433).

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 148, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria CNMP-PRESI n° 105, de 31 de agosto de 2016.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130-A, § 2°, I, da Constituição Federal, o art. 7º, § 1º, e art. 12, IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria CNMP-PRESI n° 105, de 31 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de setembro de 2016, seção 1, página 82, para constar que a 24ª Sessão Ordinária será realizada no dia 18 de dezembro de 2017, às 14 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 146, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", item "1", e inciso II, alínea "a", item "1", da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 105.873.871,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							48.300.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							48.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							48.300.000
			S	1	1	90	0	100	48.171.000
			S	1	1	90	0	156	43.000
			S	1	1	90	0	169	86.000
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							3.143.871
		Operações Especiais							
03 846	0581 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.143.871
03 846	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							3.143.871
			F	1	0	91	0	100	3.143.871
TOTAL - FISCAL									3.143.871
TOTAL - SEGURIDADE									48.300.000
TOTAL - GERAL									51.443.871

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.500.000
			S	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.600.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.600.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							6.600.000
			S	1	1	90	0	100	6.600.000
0581		Defesa da Ordem Jurídica							17.300.000
		Atividades							
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							16.600.000
03 122	0581 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							16.600.000
			F	1	1	90	0	100	16.600.000
		Operações Especiais							
03 846	0581 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							700.000
03 846	0581 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							700.000
			F	1	0	91	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									17.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									6.600.000
TOTAL - GERAL									23.900.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							16.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							16.000.000
			S	1	1	90	0	100	16.000.000
0581		Defesa da Ordem Jurídica							12.500.000
		Atividades							
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							11.500.000
03 122	0581 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							11.500.000
			F	1	1	90	0	100	11.500.000
		Operações Especiais							
03 846	0581 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.000.000
03 846	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							1.000.000
			F	1	0	91	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									12.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									16.000.000
TOTAL - GERAL									28.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							530.000
		Atividades							
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							330.000
03 122	0581 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							330.000
			F	1	1	90	0	100	330.000
		Operações Especiais							
03 846	0581 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							200.000
03 846	0581 09HB 5664	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Em Brasília - DF							200.000
			F	1	0	91	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							67.889.400
		Atividades							
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							67.889.400
03 122	0581 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							67.889.400
			F	1	1	90	0	100	67.889.400
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							36.755.471
		Operações Especiais							
28 846	0909 00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							5.043.871
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							5.043.871
			F	1	0	91	0	100	5.043.871
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							31.711.600
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							31.711.600
			F	1	1	90	0	100	31.711.600
TOTAL - FISCAL									104.644.871
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									104.644.871

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							1.100.000
		Atividades							
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							1.100.000
03 122	0581 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.100.000
			F	1	1	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							129.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							129.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							129.000
			S	1	1	90	0	156	43.000
			S	1	1	90	0	169	86.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									129.000
TOTAL - GERAL									129.000

PORTARIA Nº 147, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso III, alínea "f", item "1", § 4º e § 7º, da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 2.605.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinco mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							2.520.000
		Projetos							
03 122	0581 110E	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR							900.000
03 122	0581 110E 0238	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR - No Município de Boa Vista - RR							900.000
			F	4	2	90	0	188	900.000
03 122	0581 11SD	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA							1.620.000
03 122	0581 11SD 0269	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA - No Município de Belém - PA							1.620.000
			F	4	2	90	0	100	1.620.000
TOTAL - FISCAL									2.520.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.520.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							85.000
		Projetos							
03 122	0581 7V74	Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho							85.000
03 122	0581 7V74 0001	Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho - Nacional							85.000
			F	4	6	90	0	188	85.000
TOTAL - FISCAL									85.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							2.520.000
		Projetos							
03 122	0581 3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais							2.520.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03 122	0581 3752 0001	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional								2.520.000
			F	3	2	90	0	100		1.520.000
			F	4	2	90	0	100		100.000
			F	4	2	90	0	188		900.000
TOTAL - FISCAL										2.520.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.520.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							85.000
		Projetos							
03 122	0581 7V74	Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho							85.000
03 122	0581 7V74 0001	Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho - Nacional							85.000
			F	3	6	90	0	188	85.000
TOTAL - FISCAL									85.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85.000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÕES

No item 06 do extrato da ata da 217ª Sessão Ordinária do CSMPT, realizada em 26/10/2017, publicado no DOU, Seção 1, pp. 117/118, de 27/10/2017, ONDE SE LÊ: "Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, acolhendo sugestão do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, à unanimidade, na forma do art. 194, § 1º, da LC nº 75/93, disponibilizar 2 (dois) Ofícios vagos de Procurador do Trabalho, sendo 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 1ª Região e 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 6ª Região, a serem ofertados a membros em concurso interno de remoção. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo", LEIA-SE: "Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, acolhendo sugestão do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, por maioria, na forma do art. 194, § 1º, da LC nº 75/93, disponibilizar 2 (dois) Ofícios vagos de Procurador do Trabalho, sendo 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 1ª Região e 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 6ª Região, a serem ofertados a membros em concurso interno de remoção, vencida, parcialmente, a Conselheira Júnia Soares Nader, que disponibilizava um dos Ofícios à PRT 3ª Região. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo."

No item 03 do extrato da ata da 218ª Sessão Ordinária do CSMPT, realizada em 23/11/2017, publicado no DOU, Seção 1, pp. 150/151, de 27/11/2017, ONDE SE LÊ: "Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, preliminarmente, designou Relatora ad hoc a Conselheira Sandra Lia Simón. Em seguida, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, nos termos dos arts. 98, XVI, 183, 184, 186 a 198 e 208, da Lei Complementar nº 75/93 e da Resolução CSMPT nº 71/2008, pela aprovação do estágio probatório da Procuradora do Trabalho ARIANNE CASTRO DE ARAÚJO MIRANDA e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto da Conselheira Relatora ad hoc. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT).", LEIA-SE: "Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, preliminarmente, designou Relatora ad hoc a Conselheira Sandra Lia Simón. Em seguida, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, nos termos dos arts. 98, XVI, 183, 184, 186 a 198 e 208, da Lei Complementar nº 75/93 e da Resolução CSMPT nº 71/2008, pela confirmação do cumprimento da etapa referente ao Curso de Equivalência do CIV da Procuradora do Trabalho ARIANNE CASTRO DE ARAÚJO MIRANDA e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto da Conselheira Relatora ad hoc. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT)".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Inquérito Civil Público instaurado para apurar se há necessidade de implantação de rede de drenagem pluvial no SOF/SUL e se houve demora injustificável na implantação dessa rede.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Sexta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural - 6ª PRODEMA, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando-se que, compete ao Ministério Público a defesa do Meio Ambiente, ex vi do art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 5º, inciso III, alínea "d", c/c o art. 6º, inciso VII, "b" ambos da Lei Complementar nº 75/1993;

Considerando-se que tramitava o Procedimento Administrativo nº 177303/10-13, instaurado em setembro de 2010 pela 1ª PRODEMA, cujo objeto era apurar se havia irregularidades nas obras de drenagem na região do Parque do Guará.

Considerando-se que o feito foi convertido em Procedimento Preliminar Preparatório nº 08190.096479/17-04 com o fim de apurar se houve demora na implantação da rede de drenagem no SOF/Sul e se ainda há necessidade de implantação desse sistema;

Considerando-se que ainda pendem a necessidade de verificar se a obra já foi iniciada ou se será englobada pela Rede de drenagem do Setor Bernardo Sayão, bem como se há verba orçamentária para execução da obra no próximo ano e qual o cronograma para sua execução, bem como quais as medidas adotadas para a resolução do problema, o Ministério Público enviou os ofícios uma vez que tais questões são prejudiciais à propositura de eventual ação civil pública, bem como evitarão a movimentação da máquina judiciária sem necessidade.

Considerando-se que a 6ª PRODEMA já determinou a expedição dos referidos ofícios, e encaminhará os autos pra análise da Assessoria Técnica, faz-se necessário que se aguarde a resposta ao ofício e a análise técnica para verificar se o problema foi sanado, a fim de que não se movimente a máquina judiciária com questões que podem e devem ser solucionadas na seara administrativa;

Considerando-se a necessidade de se aguardar as respostas ao ofício e o fato de o prazo para tramitação do Procedimento Preliminar se expirou, determino a conversão do feito em Inquérito Civil Público;

Considerando a necessidade de reunir elementos para a responsabilização civil e administrativa dos autores CASO SE CONSTATE A IRREGULARIDADE, resolve:

Converter o Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para:

1) apurar a demora na implantação da rede de drenagem pluvial do SOF/Sul e a respectiva responsabilidades civil e administrativa, bem como se subsiste necessidade de implantação da referida rede, qual o cronograma previsto para sua implantação e quais as medidas adotadas para solucionar o problema;

Determinando, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2º, VII, da Resolução nº 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

3) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4) oficiar à NOVACAP, SINESP e IBRAM, notificando-os sobre a instauração do presente ICP e requisitando que informem qual o cronograma para implantação da rede de drenagem no SOF/Sul e quais as medidas já adotadas para resolução do problema;

5) Indicar no ICP os interessados de fl. 02, com a inclusão da empresa NOVACAP, SINESP e IBRAM"

LUCIANA MEDEIROS COSTA
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 519, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Promove ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 58 da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO 2017), resolve:

Art. 1º Fica ampliado, para empenho e movimentação financeira, o valor constante do Anexo I desta Portaria, referente ao orçamento consignado ao Tribunal de Contas da União, na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao quinto bimestre de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Fazenda, sendo o valor total acumulado da limitação o demonstrado no Anexo II desta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Ficam alterados, na forma dos Anexos II, III e IV desta Portaria, respectivamente, o Anexo II da Portaria-TCU nº 177, de 27 de março de 2017, e os Anexos I e III da Portaria-TCU nº 94, de 31 de janeiro de 2017, em decorrência do disposto no artigo anterior e da abertura de crédito adicional suplementar, da ação orçamentária "Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis" para a ação "Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade", autorizada através da Portaria-TCU Nº 518, de 29 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXO I

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Ampliação de limite de empenho e movimentação financeira
Em Reais

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - PO 0000	3.3.90.00	0100	752.255,00
Total			752.255,00

ANEXO II

"Anexo II da Portaria-TCU nº 177, de 27 de março de 2017
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Demonstrativo da dotação orçamentária aprovada na LOA 2017 e limitação de empenho e movimentação financeira acumulada
Em Reais

Ação	Natureza de Despesa	Dotação Autorizada	Limitação de Empenho e Movimentação Financeira
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.00	178.308.727,00	1.671.703,00
01.122.0550.12QD.5664 - Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle	4.4.90.00	3.300.000,00	1.905.301,00
TOTAL		178.308.727,00	3.577.004,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Dotação Total Autorizada	Limitação de Empenho e Movimentação Financeira
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2.096.969.013,00	3.577.004,00

ANEXO III

"Anexo I da Portaria-TCU nº 94, de 31 de janeiro de 2017
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Em Reais

	Fonte 0100			Fonte 0188
Mês	Outras Despesas Correntes-ODC	ODC-Benefícios	ODC-Benefícios Auxílio Funeral e Natalidade	Outras Despesas Correntes-ODC
Janeiro	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	-
Fevereiro	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Março	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Abril	14.502.274,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Maio	14.502.274,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Junho	14.547.675,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Julho	14.547.675,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Agosto	14.809.485,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Setembro	14.809.485,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Outubro	15.265.775,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Novembro	15.265.775,00	6.128.540,00	76.422,00	272.728,00
Dezembro	16.018.027,00	6.368.538,00	276.422,00	272.720,00
Total	179.581.831,00	71.782.488,00	1.117.064,00	3.000.000,00

ANEXO IV

"Anexo III da Portaria-TCU nº 94, de 31 de janeiro de 2017
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Pessoal e Encargos Sociais.
Em Reais

	Fonte 0100		Fonte 0156	Fonte 0169
Mês	Pessoal e Encargos Sociais	Encargos Sociais - PSSS	Pessoal e Encargos Sociais	Pessoal e Encargos Sociais
Janeiro	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Fevereiro	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Março	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Abril	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Maio	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Junho	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Julho	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Agosto	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Setembro	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Outubro	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Novembro	105.751.205,00	15.354.276,00	11.655.280,00	15.493.356,00
Dezembro	104.911.203,00	15.354.265,00	11.655.271,00	15.493.345,00
Total	1.268.174.458,00	184.251.301,00	139.863.351,00	185.920.261,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 518, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, inciso XXXIV, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO), no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 1, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro 2017 (LOA), e as disposições contidas na Portaria SOF nº 7, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXO I

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550		Controle Externo							200.000
		Operações Especiais							
01 331	0550 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							200.000
01 331	0550 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							200.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							200.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							200.000
			S	1	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

PLENÁRIO

ATA Nº 43, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Bruno Dantas, em razão de participação em evento educacional no exterior.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 42, referente à Sessão realizada em 14 de novembro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 031.829/2017-1, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 000.317/2002-0, 018.994/2016-4 e 026.369/2015-0, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 006.549/2017-9 e 030.699/2017-7, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

- 013.690/2017-5, 026.840/2010-3 e 036.104/2016-7, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 10349 a 10503 e 10545 a 10565.

RELAÇÃO Nº 36/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 10349/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.598/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Iran Xavier de Sousa (068.424.883-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10350/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.064/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Guimarães (029.768.608-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10351/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.067/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir André Damasio (525.639.790-72); Neiva Ana Scalco Faccin (640.855.970-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10352/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.073/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Giselia Góes da Silva (516.787.994-91); Luciano Francisco de Holanda Silva (123.978.064-87); Rejane Alves Silva Celestino (421.242.554-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10353/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.074/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denise Maria Bueno Ponzoni (639.272.689-68); Edson Sganzerla (320.592.309-00); Elizabeth Maria Giacobbo (489.795.899-72); Inês Terezinha Bonatto (487.758.199-53); Ivete Balen (355.055.160-68); Jorge Kawahara (148.964.276-53); Jorgina André de Sousa Montanheiro (426.768.439-15); Katia Cardoso Campos Simonetto (718.140.357-53); Márcia Aparecida Lopes Saab (411.351.219-15); Sandra Mara Zandona (552.955.509-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10354/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.124/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Antonieta Nogueira Alvarenga (376.137.747-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10355/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.130/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mariza Duarte (043.092.468-26)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10356/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.134/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aliete Villacorta de Barros (043.825.362-00); Antonio Vieira da Silva (036.337.562-72); Bernardo Rodrigues da Conceição (013.097.492-72); Inocêncio Conceição de Oliveira (036.594.532-34); Leonam Von Grap Marinho Filho (057.543.482-15); Maria do Socorro Alves de Brito (219.301.802-25); Maria do Socorro Paredes Santos (185.888.162-53); Valdeci Santos de Sousa (036.184.632-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10357/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.139/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Betânia Maria Monteiro Guimarães (504.350.006-91); Humberto Lobosque Senna (167.654.356-20); João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho (227.680.336-34); Maria das Graças Leite Villela Dias (295.564.656-34); Terezinha Catarina de Carvalho Oliveira (249.422.276-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10358/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.143/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson da Costa Oliveira (199.779.481-00); Enio Ortega da Silva (230.245.691-20); Luiz Sergio Stelle (451.435.109-10); Maria Estela da Costa Ramirez (600.693.761-15); Olinda Maria Rodrigues de Araújo (303.386.620-49); Osvaldo Hygino Lopes (176.769.671-04); Pedro Vargas (309.281.091-00); Ramona Epifania Vera (181.496.341-34); Sueli Sofia Delgado (436.491.901-25)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10359/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.148/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abigail Maria da Silva Alves (350.650.366-91); Alcebíades Alves Dias (171.158.336-72); Ana Maria de Paula Resende (481.782.846-34); Daniel Wilson Bernardes (289.360.946-53); Dinomara das Dores Silva (259.906.676-04); Francisco Fidelis Silva (129.468.421-34); Hilda Floripes Rodrigues (145.310.116-00); Hosana Salete Curtt da Silva (272.296.962-91); Leonilda Stanziola (438.395.686-68); Ronaldo Freitas da Silva (003.050.336-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10360/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.150/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Moreira (284.327.546-68); Álvaro Cesar Sant"Anna (209.106.656-72); Amantino da Rocha (805.030.046-34); Antonio Antunes de Menezes (279.132.366-04); Antonio Reinaldo Martins (423.544.046-20); Carlos Castilho Oliveira Moreira (326.606.187-04); Célio da Silva Rodrigues (284.293.116-53); Cleuza Eunice Pereira Brumano (281.501.806-30); Cosme Damião da Silva Tripoli (654.462.597-34); Dimas Soares Ferreira (194.458.146-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10361/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.155/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Pinto Canabarro (427.110.707-78); Ailton Coelho (434.272.517-72); Alzira do Socorro Soares (310.028.897-15); Ana Machado Baltar (335.612.907-44); Ângela Maria Souza Martins (351.423.917-72); Antonio Pinto Saldanha (216.954.407-06); Arminda Ramos Motta Benedito (179.426.837-53); Augusto Luiz Gonzaga (052.523.180-34); Dalva dos Santos (410.880.347-72); Dulcinea Pelai da Silva (748.347.387-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10362/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.157/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Bosco de Souza (399.472.117-20); João Marques da Silva (223.227.107-25); Joliva dos Santos Souza (402.924.447-53); José Maria de Andrade (359.923.107-97); José Maria de Farias (349.752.257-00); Lauro Sebastião da Silva (557.191.717-20); Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho (550.932.307-82); Lúcia Marcello Steiner do Couto (487.662.837-87); Luciana Teresa Medeiros dos Santos (606.641.507-72); Manoel Amorim Eiras (306.187.387-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10363/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.158/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Andrade e Silva (462.001.937-20); Maria Aparecida Campos (403.828.007-10); Maria José da Silva Santos (280.256.797-72); Maria Lúcia Elias Pires (313.952.957-00); Maria de Lourdes de Souza Correia (346.319.927-00); Nádia Name Agostini (181.198.087-20); Nadir Nunes dos Santos Silva (264.027.697-20); Namir de Oliveira Neves (626.591.977-68); Olga Maria Pinto de Lima (511.378.527-04); Paulo da Costa Farias (630.929.487-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10364/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.184/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Anne Lucione de Melo Pereira (077.358.981-34); Antonina Maridan Ventura Esteves (160.890.651-53); Célia Guimarães (118.228.801-49); Cirlene Maria da Silva (466.963.851-34); Dalenilde Pereira Coqueiro (124.646.511-68); Daura Rios Pedroso Hamu (228.383.171-72); Divino Gabriel da Silva (124.296.601-30); Edinalva Barros Sousa Lacerda (288.897.381-20); Edinamar de Fátima Papini (150.973.741-34); Ekaterina Akimovna Botovchenco Rivera (198.640.190-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10365/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.187/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Otajiba Antonio da Silva (117.669.481-20); Rebeca Adorno Blanco Nunes (643.600.401-72); Salvador da Silva Pereira (210.862.731-68); Sandra de Fátima Oliveira (336.790.961-00); Tamara Izabel Gregório da Silva (315.581.511-68); Terezinha Maria Leite Caldas (345.930.551-72); Vera Lúcia Dias (166.702.131-15); Virgínia Silva Neri (508.997.161-72); Wellington Alves Garcia (123.938.271-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10366/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.191/2017-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jomar Pinto de Lacerda (062.501.906-78); José Afonso Rodrigues (131.643.926-72); José Tiago Lopes (269.167.116-04); Kátia Maria Gomes Monção (469.857.786-15); Marcelo da Silva Santos (634.865.806-63); Maria Antônia da Costa Oliveira (540.432.396-53); Maria Bernadete Lovato (965.561.378-04); Maria da Conceição Batista (563.599.696-53); Maria do Carmo dos Santos (129.821.996-53); Marlene Fernandes dos Santos (682.304.196-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10367/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.196/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Roselene Molletta Juliatto (514.477.389-34); Roseli Campos da Silva (158.116.549-87); Rosi de Fátima Bett (759.572.999-87); Sueli Teresinha da Silva Boddy (185.724.309-97); Tereza Ianzen dos Santos (713.438.499-34); Terezinha Carmem Tortelli (537.786.509-04); Vera Lúcia Loschner (599.165.168-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10368/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.197/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cilene Barbosa Cavalcante (279.662.834-53); Circe Maria Gama Monteiro (348.454.889-49); Jacira Marinho da Silva (223.480.004-82); Janete Xavier de Paula (066.802.674-04); José Alexandre de Aguiar (105.515.144-34); Lauricea Gomes de Andrade (316.296.794-53); Maria de Fátima Nascimento Monteiro (292.200.924-68); Sylvana Maria Brandão de Aguiar (363.366.964-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10369/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.203/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Régia Maria de Melo Pereira (336.174.814-34); Rejane Lúcia Brito da Costa (094.658.474-53); Rejane Sales Figueira de Mello (379.353.134-15); Semideusa Rodrigues da Silva (231.189.384-04); Sônia Cortes Pereira dos Santos (131.096.504-87); Terezinha Matos do Nascimento (230.782.434-00); Therezinha Rodrigues Cunha (043.024.001-53); Valdélia Maria Gurgel de Queiroz Padilha (123.492.594-04); Zilá Montenegro de Queiroz Araujo (150.903.024-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10370/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.206/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriano Henrique Nuernberg (017.432.789-77); Afonso Inácio Orth (298.712.399-04); Alessandra Moreira Barros (076.666.637-90); Ana Lúcia Carneiro Schaefer (520.456.509-44); Beatris Terezinha Ramos (537.257.519-00); Cleiva Mariuza de Oliveira Bueno Aurélio (432.144.100-59); Daniel Domingues Loriggio (045.092.138-75); Darci Espíndola (252.423.189-53); Dirce Ferreira Delfino de Oliveira Rosa (442.896.429-34); Edna Regina Amante (464.918.569-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10371/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.811/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Urbano Uelligton Secundes (025.977.454-57)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10372/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.294/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Felipe Silveira Azevedo (033.641.559-17)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10373/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.299/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gian Carlo de Melo Silva (038.618.604-90); Nicomedes Lopes Cavalcanti Junior (052.623.874-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10374/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.317/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Regina Carmen Esposito (857.271.727-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10375/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.409/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Nicole Coelho Della Bruna (059.607.289-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10376/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.481/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Agostinho Hermes de Medeiros Neto (023.678.124-38)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10377/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.966/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Marcos Meneses de Oliveira (780.607.374-49); Antonio Vital Neto (011.722.484-78); Viviania Magalhães Cavalcante (981.918.703-63); Vlademir dos Santos de Souza (883.536.995-91); Vladia Verusca Almeida de Figueiredo (423.624.153-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10378/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.102/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Vanessa Ferreira Pinheiro Gonçalves (057.867.864-04); Alyne Grace da Silva Nogueira Nunes (074.366.214-83); Alzira Virginia Alves de Albuquerque Verissimo (054.969.334-39); Amanda Nayara Paulo da Silva (056.337.714-35); Ana Claudia de Andrade Silva (008.722.174-85)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10379/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.233/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Aldenísia Duarte da Costa (038.117.694-05); Aleide Rodrigues dos Santos Bezerra (012.549.574-99); Alessandra Goulart de Araujo (008.875.544-40); Alice Eduardo Fernandes Neta (048.049.924-13); Aline Fernanda Barros de Carvalho (037.395.514-61)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10380/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.397/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Câmara Araujo (799.003.803-04); Carlos Eduardo Gomes Santana (001.092.045-57); Carlos Eduardo Lima Pacheco (008.621.245-14); Carlos Furtado Macedo (053.955.726-94); Carlos Roberto Machado da Silva (417.182.081-20); Carolina Fadoul de Brito (000.302.122-00); Carolina Martins Vieira (058.682.566-54); Carolina Meira Costa Sampaio (019.106.295-29); Carolina Thais Fonseca (031.947.636-79); Caroline Leite de Morais Veras (872.912.903-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10381/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.405/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: David Oliveira Lopes (009.114.073-08); Dayana Paula Mendes de Oliveira de Souza (100.852.527-86); Dayane Garcia de Oliveira Silva (880.326.201-68); Débora Camilla Sousa de Sales (011.652.184-88); Débora Canassa Volpato Saturnino (059.648.759-20); Débora Cristina da Cunha Tavares Simões (013.001.924-02); Débora Pinheiro Silva (019.173.045-95); Deborah Serra Sousa Bui (744.654.303-53); Deborah Venâncio Dias de Figueiredo (735.586.302-97); Deisy Rejane Barbosa Bezerra (822.977.203-78)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10382/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.407/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diana Virginia Lopes de Araujo (854.237.773-72); Diego Agra de Souza (062.902.964-42); Diego Araujo de Medeiros Brito (050.349.564-62); Diego Bezerra do Nascimento (069.569.234-83); Elgah Maria Zum Bach Lamounier (013.880.096-09); Elisangela Cristina Matos Messias (019.662.725-70); Fernanda Vanelli Martins Amato (310.961.618-18); Vitoria Regia Melo dos Santos (922.748.035-87); Viviany Abreu de Souza Zerbinato (109.149.807-50); Wagner Caldeira Moreira (019.132.227-05)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10383/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.409/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Weldja Maria Bernardo de Oliveira (046.051.884-44); Wender Braga Moreira (088.021.787-12); Wesley Gomes da Silva (007.150.131-22); Wildel Campos Ferreira (554.227.303-30); Wildes de Vasconcelos Gonçalves Ferreira (445.492.964-53); Willame Barboza da Silva Junior (059.574.924-00); Wilse Melo de Souza (891.372.803-68); Wilson Barboza Oliveira (024.106.164-45); Ygor Bruno Morais Serra (601.685.343-71); Zauli Santos Serra Costa (407.622.463-91)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10384/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.415/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vicente Hudson Sousa Pereira (038.962.963-45); Victor Marcel Gonçalves Oliveira (003.588.693-58)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10385/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.421/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adonys Bezerra Barreto (048.727.454-77); Edson de Lima Filho (102.664.744-46); Francinaide Maria de Souto (027.874.324-25); Gilberto Beserra da Silva Filho (027.878.474-71); Jonathan Silva de Oliveira (051.392.194-09); Manoel Ferraz da Silva Filho (076.991.474-80); Pâmela Karina de Melo Gois (002.676.411-33)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10386/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.426/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aroldo Leandro Schmidt Reeck (048.848.289-50); Hendrie Ferreira Nunes (650.204.723-87); Mauro Fernando Normberg Bohm (620.661.700-97); Zilda Aparecida de Souza Kuhl (021.625.309-88)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10387/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.429/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cássia Silene Cervi Aneas (672.703.790-68); Cezar Augusto Mautone Pedroso (628.772.830-20); Cristiano Gomes Carvalho (711.689.315-68); Daniela Copetti Santos (952.716.860-00); Gustavo Ferreira Prado (367.649.438-50); João Paulo Massotti (005.620.720-47); Lourenço Redin Jahnke (013.805.790-74); Paula Joseane Rocha Gonçalves (829.161.520-91); Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas (830.695.340-15); Sabrina Azevedo Wagner Benetti (813.938.490-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10388/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.433/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Valéria Gomes Coriolano de Medeiros (598.822.804-63); Amanda Leal Barros de Melo (064.592.894-17); Anailton Acilino de Sousa (782.149.043-15); Eduardo Antônio de Lima (042.940.434-40); Eduardo Dantas da Silva Júnio (062.791.224-92); Gidalva da Silva Santos (969.014.545-20); Hiago de Melo Gomes (092.747.514-60); Inaiara de Sousa (087.037.474-50); José Adauto da Silva Junior (388.526.594-04); Jussara Barbosa Pereira (946.503.815-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10389/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.437/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andréia Conceição Alves dos Santos (576.627.462-91); Antônia Margarete da Silva Souza (430.853.502-68); Antonio Maria do Amaral Neto (410.685.302-78); Brenda Franklin (015.337.552-30); Brondísio Evangelista Ferreira (825.132.362-20); Cácia Samira de Sousa Campos Santos (016.754.883-20); Carla Gama da Costa (801.333.202-00); Charles Alberto de Souza Alves (577.525.402-34); Cláudia Erika Siqueira do Nascimento (015.181.452-05); Cláudia Maria Rodrigues Barros (766.702.012-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10390/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.439/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elenice Janau Ferreira (886.456.732-15); Elismar Silva Morais (269.194.273-20); Elza Gomes da Silva de Freitas dos Santos (603.975.271-87); Emerson Ricardo de Moraes (046.862.699-97); Erielson Lisboa do Carmo (869.521.102-91); Fábio Cezar Gonçalves de Souza (687.674.042-00); Fátima Indira de Oliveira Costa (914.064.712-91); Fernanda Cardoso Almeida (924.178.092-49); Fernando Cardoso de Matos (331.247.792-15); Francisco Denis Pereira Chaves (599.270.032-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10391/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.444/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michele Nazaré Degoes Daher (665.132.512-49); Mônica Nazaré Espírito Santo da Silva (425.592.002-87); Odilson da Silva de Paiva (771.049.512-53); Paulo Sergio Soares Pereira (207.873.322-91); Rafael Almeida Ramos (076.592.434-03); Rafael Grigório Reis Barbosa (742.944.402-44); Raimunda Conceição Sodré (695.096.462-53); Ramon Lomba Dias Barbosa (013.132.795-01); Rangel Moreira Silva (916.879.341-34); Renato Araujo da Costa (761.926.872-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10392/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.445/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Moreira Vieira (324.162.658-06); Rosimeire Mundoco Correa (573.322.312-04); Rubens de Oliveira Meireles (557.937.032-68); Ruth Lea da Gama Cristo (267.246.932-68); Ryan Henrique Freitas Moura (896.894.702-30); Shirlene Pereira Almeida (582.760.252-34); Silvana de Sousa da Silva (034.990.293-32); Tereza Cristina Monteiro Gurjão (886.732.432-20); Valdir Mário Dias Monteiro (490.932.662-68); Valéria dos Santos Dias (811.270.652-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10393/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.448/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kelly Cristiane Santos Morais (089.528.496-04); Lillian Gonçalves de Melo (058.363.766-38); Mailson Matos Marques (410.990.348-33); Marcelino Gonçalves de Macedo (089.525.456-56); Michelly Borges Ladislau Lopes (057.792.906-28); Rafael de Araujo Braga (053.419.915-16); Sabrina da Silva de Oliveira (089.684.256-80); Wellington Danilo Marques Alencar (103.790.816-36)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10394/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.454/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Graziani Mondoni Silva (098.944.597-65); Helemare do Amaral Motta Bueloni (082.283.417-09); Kinália Bruna Batista Faria Olmo (087.508.656-09); Laís Miranda Moro (058.939.267-06); Luiz Eduardo Ribeiro Pereira (105.503.747-01); Thais Rosário da Silveira (158.634.068-95)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10395/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.458/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Caio Felipe Laurindo (934.538.412-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10396/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.483/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rulvoney Pereira da Silva Junior (152.790.977-80); Sarah Jeane de Oliveira Sales (108.168.987-07); Taiana Barbosa Pereira (139.556.997-57); Tamara Rosa da Silva Bittencourt (127.935.637-57); Tarcila Gesteira da Silva (102.330.647-61)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10397/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.526/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cauê Salem Tavora (344.616.738-20); Celina Yurika Yamada (229.779.508-42); Claudia Regina Scklink (369.274.038-76); Cristina Diogo Domingos (152.459.708-21); Danilo de Souza Barros Lopes (341.135.798-30); Edimilson Costa Lucas (889.172.156-53); Emerson Humberto Reis (159.161.878-90); Fabiana Lo Bello (150.885.138-79); Gabriel Dias Pimentel (381.602.398-31); Helder Tiago Sebastião da Cunha (865.934.392-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10398/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.532/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adauto Rafael de Alcantara Sobral (100.817.154-98); Adler Lincoln Severiano da Silva (051.293.494-07); Aline Horacio da Costa Aquino (076.047.754-03); Brenno Dayano Azevedo da Silveira (013.620.454-62); Bruno Maxmiliano Filgueira de Moura (108.650.224-88); Danilo Vieira Cruz (048.354.033-12); Elias Samuel Soares Cezario (083.330.124-18); Erlanda Maria Lopes da Silva (384.680.263-87); Fellipe de Carvalho Xavier Bezerra (087.703.654-31); Francisco Alexandre de Araujo Almeida (050.929.874-56)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10399/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.539/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sidney Cavalcante Costa (823.448.332-34); Valeria Ribeiro de Lima (778.037.362-20); Victor Hugo da Silva Xisto (013.541.392-32)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10400/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.540/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Aline das Graças Monteiro Miranda (086.438.767-98); Maria Márcia Gomes Ramos (042.333.427-14)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10401/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-030.544/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Marciel Soares Dutra (918.982.261-72); Tayenne Helen Olimpio da Silva (008.802.631-05); Thayla de Almeida Silva (024.988.011-38); Thays Angelica de Pinho Santos (027.051.311-67); Thays de Lima Dias (007.149.371-93); Vanessa Carneiro Leite (798.089.801-04)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10402/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.550/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Filgueiras Rebelo de Matos (019.786.145-86); Helder Cesar Tinoco (074.549.217-79)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10403/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.552/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giulia Carolina de Melo (070.670.964-05); Iasnara Rayla Ribeiro Lopes (086.454.754-48); Keyvilane Fernandes dos Santos (011.433.264-90); Louise Duarte Matias de Amorim (049.139.474-86); Luana Sobral Hilario (075.011.434-71); Renan Vinicius Alves Ramalho (084.244.334-75); Ronyelle de Souza Cavalcante (072.408.764-89); Victor Rafael Rodrigues de Oliveira (062.499.054-05); William Gama de Oliveira (082.498.614-85); Yngrid Beatriz Costa de Lima Melo (075.378.694-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10404/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.558/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adamilton da Silva Alves (837.200.572-91); Adara Isis de Brito Monteiro (015.548.382-07); Allan Pinheiro Monteiro (762.595.012-34); Ana Beatriz Figueiredo de Lima (012.718.382-57); Anderson Luiz Pinheiro Paixão (509.380.532-72); Anderson Nogueira Paes (921.988.992-72); Antonio Fernando Pedrosa Kzan Junior (935.327.762-00); Auricilene Gomes Moreira (634.621.412-87); Barbara Paolla Santos Mourão (003.763.792-43); Barbara Patricia Maia Barbosa (817.480.002-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10405/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.559/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Torres Leal (979.370.882-49); Camila Pontes Brito da Costa (939.560.452-20); Carina Furtado Chagas (016.689.382-00); Carla Daniella Teixeira Girard (904.805.032-49); Celso Rodrigues da Cruz Neto (684.906.402-97); Daniela Rodrigues de Lima (011.922.072-54); Diogenes da Silva Carvalho (430.521.852-68); Edson Koiti Kudo Yasojima (947.106.942-49); Edvaldo Wellington da Cunha Monteiro (731.882.982-34); Felipe Salomão Valente Leal (012.737.982-79)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10406/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.565/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline de Oliveira Matoso (337.337.478-28); Amanda Franzão Rodrigues da Silva (229.614.768-28); Danilo Rodrigues Cesar (600.119.396-72); Dener Romero Rodrigues (071.987.946-96); Flávio Santos do Vale (923.027.771-15); Gebaldo Vieira de Freitas Junior (913.886.191-72); Genivaldo Maciel Julio (305.419.708-52); Henrique Vieira Gartz de Vasconcellos (107.444.537-63); Isa Emanuelle de Andrade (087.710.256-26); Ivan Domingos Freitas (061.886.986-77)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10407/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.594/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristina Torres da Silva Ferreira (364.240.723-49); Daniel de Lima Nascimento Sírio (054.349.466-77); Daniela Santos Gonçalves Fontes Martins (786.584.463-87); Diego Pereira de Oliveira (007.813.573-73); Dionatan Silva Carvalho (018.482.393-51); Edilson Dantas Nóbrega (014.640.483-12); Ednaldo dos Reis Santos (007.340.723-25); Efraim Costa Pereira (030.395.003-09); Elder Silvestre de Sousa Ferreira (643.995.403-20); Elke Trindade de Matos Baima (807.401.703-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10408/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.599/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Alves Valle (740.632.196-15); Antonio Cesar Ribeiro (317.795.731-20); Cássio Araujo do Nascimento (537.322.861-34); Delvan Pereira dos Santos (018.982.201-58); Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima (692.536.331-15); Emerson Maciel de Souza (939.116.611-34); Heloise Helena Siqueira Borges (451.962.301-49); José Carlos Gomes Roberto (453.497.891-04); Laislla Costa Ramos (029.586.201-74); Lidiani Carla Zerwes (008.317.521-06)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10409/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.604/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Evandro Cronemberger Brito (930.308.603-10)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10410/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.605/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Dhamaris Keila de Oliveira Paiva (399.813.308-92); Júlia Andreza Gorla (352.855.518-11); Stella Maris Firmino (200.476.998-09)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10411/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.607/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jadson dos Santos Teixeira (079.603.464-88); Jozimar Viana da Silva (021.409.314-08); Maria Rosa Gomes Doria (004.321.655-25); Salvana Priscylla Manso Costa (067.231.164-02)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10412/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.612/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Wanderley Tobaru (699.469.901-30); Altair Ivory Heidemann (821.214.510-72); Andreia Kist Fernandes (747.094.960-72); Ângela Maria Marcolin (318.486.050-72); Artur Francisco Silveira Xavier (404.943.300-15); Bruno da Silva Matte (972.803.130-00); Carla Beatriz Stulp (017.828.990-65); Carlos Eduardo Niederauer (802.746.500-10); Daniel Leirias Caurio (823.099.570-20); Dayenne Helena Catelli (618.488.750-53)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10413/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.617/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abelardo de Souza Couto Junior (548.190.596-53); Edney Dantas de Oliveira (029.827.527-94); Leonardo de Carvalho Augusto (095.346.357-58); Marcelo Edward Pereira (073.089.027-90)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10414/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.749/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iuri Saraiva Martins (026.437.493-24); Leonardo Dutra Barbosa (028.450.583-81); Lucas Freire de Holanda (041.927.813-36); Marcelo Barbosa Ramos (544.506.243-00); Marcos Ridiley Alcântara Costa (046.977.033-32); Maria Clara Cunha Aragão de Albuquerque (017.365.023-60); Pedro Braga Neto (750.328.723-34); Raulim de Oliveira Galvão (005.207.172-36); Ítalo Roger Melo Sales (047.334.133-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10415/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.755/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maurício Amaro de Souza (875.375.401-87); Michely Coutinho Oliveira de Andrade (940.599.851-04); Patrícia Alves Ferreira (628.322.121-15); Solange Nogueira dos Santos (467.375.291-00); Wania Gonçalves da Silva (940.645.711-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10416/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.758/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Taís de Souza Barbosa (301.662.608-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10417/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.761/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geanice Raimunda Baia Cruz (488.231.712-53); Gustavo Cesar de Macedo Ribeiro (838.730.904-49); Hellen do Socorro de Araujo Silva (760.400.382-68); Jefferson Moreira Barros (524.183.752-34); João Paulo Pastana Neves (620.496.072-53); Jociana Ribeiro dos Santos (443.647.682-00); Josilene do Nascimento Ferreira (829.981.672-68); Judison Renan Gemaque (850.919.102-63); Luciana Oliveira de Paiva (678.621.872-53); Luciana Rocha Magalhães Paiva (767.964.932-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10418/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.766/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dennis Thadeu Freitas (086.435.604-80); Diego Vicente Lima (014.179.724-08); Erick Rodrigues de Vasconcelos (077.619.784-33); Fabiano Queiroga da Silva (050.709.304-60); Flávio Henrique Ribeiro Maia (027.873.924-58); Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva (069.478.184-35); Glaucyo Pontual Ribeiro Leite (013.739.264-81); Gledysonn Bruno Vieira Lobato (072.914.834-33); Helton de Souza Silva (074.022.744-03); Ibrahim Madruga Cavalcanti (048.214.394-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10419/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.774/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Péricles José Pires (464.339.619-91); Rangel Peruchi (030.456.839-24); Rhaul de Lemos Santos (019.002.820-38); Ronaldo de Souza Woitechen (047.255.209-00); Silvio Makoto Takata (709.325.579-53); Thiago Jonas Zimermann (043.129.739-89); Vitor Hugo Sambati Oliva (033.953.659-48); Viviana Michaluz da Silva (046.477.849-24); Waleska de Liz Giese Marcal (043.932.299-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10420/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.777/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Maia Nobre de Lima (012.948.614-09); Lucia Katharina Rohr (009.679.334-12); Luciano José de Lemos França (036.672.654-41); Lígia Albuquerque de Alcântara Ferreira (051.005.894-93); Marcos Paulo Ferreira Pereira (096.425.034-92); Nilene Clemente Barros Alves de Oliveira (653.538.974-04); Patricia Maria da Silva (919.547.034-49); Patrícia Gomes Barboza (616.664.404-34); Perla Gomes da Silva (025.901.144-43); Poliana Carla Botelho e Silva (038.202.534-24)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10421/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.783/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafaela Aprato Menezes (678.357.590-04); Rodrigo de Vargas Matos (000.650.760-36); Valquiria Machado (839.089.190-53); Vinicius Martins Flores (937.747.960-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10422/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.787/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alice Monteiro Rodrigues (082.901.074-20); Daniela Ferreira dos Santos (042.068.124-89); Danilo da Costa Pereira (062.027.344-50); Luciana Alecrim Rocha (637.226.075-15); Luiz Bernardo de Souza Neto (054.747.984-07); Marcelo Correia da Silva (780.616.364-68); Marcélia Silva do Nascimento (054.789.134-21); Perácio José Gomes Lopes (035.404.364-13); Reinaldo Montenegro Silva (074.047.414-67); Sandoval Gomes de Lima Filho (083.673.354-14)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10423/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.791/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edna Borba (006.971.459-21); Eduardo Jardim Berbigier (039.362.769-19); Eduardo Tengan (189.762.788-28); Fabiana Schmitt Corrêa (008.335.839-05); Gisele Espindola (029.719.249-39); Giédry Santos Oliveira (070.284.499-39); Guilherme Schmidt Silva (054.820.479-97); Izabel Fernanda Pauli (043.244.519-66); Jaqueline Boldo (589.045.300-91); Jean Carlos Muller da Silva Bizarro (839.129.910-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10424/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.818/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jessica Lima de Morais (096.930.344-06); João Bosco Marques de Sousa Junior (025.127.404-71); Joseane Abilio de Sousa Ferreira (053.321.194-88); Leandra de Farias Ribeiro Sousa (037.156.094-27); Lucyanno Moreira Cardoso de Holanda (034.602.164-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10425/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.821/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Oliveira Barbosa (054.871.134-83); Alaerte Antonio Martelli Contini (707.620.829-68); Ana Aline de Medeiros Silva (055.910.804-48); Ana Paula Lemke (024.575.891-77); Ana Paula de Araujo Boleti (862.291.251-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10426/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.827/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Everton Gomes Correa (701.114.211-87); Fabiane Medina da Cruz (640.090.761-00); Fábio Mascarenhas Dutra (003.685.451-48); Flávio Antonio Mezacasa (034.676.569-27); Franciely Oliani Pietrobom (386.792.768-55)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10427/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.832/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Candido Martins (613.583.986-15); Macksuelle Regina Angst Guedes (023.771.181-86); Marcela Zanetti Corazza (294.499.888-97); Marcelo Chaves de Jesus (954.873.791-49); Marcilio Rodrigues Lucas (067.936.896-57)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10428/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.835/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Camparim (862.005.851-72); Roberto Mauro da Silva Fernandes (931.478.051-15); Rodrigo Borges Santos (043.199.896-51); Rômulo Carvalho Cristaldo (811.393.065-53); Rosalice Lopes (768.115.738-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10429/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.841/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Correia Tourinho (019.784.195-38); Fernanda Silva da Mata (805.400.585-72); Fernanda Silvestre Martins Neto (013.298.906-98); Fernanda de Melo Ferreira Lopes (050.880.366-71); Fernando Antonio Bersani Amado (008.383.999-24)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10430/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.848/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cristina Sulzbach (027.997.030-70); Darlan Regis Fischer (026.066.080-97); Fernando Viero (031.949.619-85); Letícia Rosa Marques (003.664.850-75); Mariana Borba Trevisan (026.549.480-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10431/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.849/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Celso Alves da Silva (757.582.700-59); Rocheli Carmine Rockenbach Mayca (016.989.530-03); Rose Oliveira Lunardi (014.530.560-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10432/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.858/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ecila Campus Mota (054.667.046-60); Ernani Calazans de Oliveira (036.343.806-83); Fernando Nardi Drummond (095.144.676-20); Glayton Andrade Souza (043.470.116-52); Hugo Giordano Tavares (064.580.716-80)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10433/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.862/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Yuri de Oliveira Castro (019.013.021-05); Zaira Anislen Ferreira Moutinho (060.615.776-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10434/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.866/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleton Marinho Lima Nogueira (010.142.293-83); Elisângela Aparecida Nazário Franco (036.687.186-28); Felipe José Aguiar Maia (044.331.923-50); Francisco Cláudio de Freitas Barros (367.538.403-97); Gabriela Liberalino Lima (013.590.584-27)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10435/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.875/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jacqueline Iukisa Faustino Calado (087.368.314-50); Janielle Souza Pereira (019.907.415-17); Kamilla Rayane Brito Souza (071.057.834-27); Maria Ester Lima Oliveira (038.091.864-14); Marilange Ribeiro Ventura de Santana (043.979.053-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10436/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.876/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Murilo Barbosa de Carvalho (042.163.335-24); Paulo Roberto Marinho Meira (262.113.478-55); Pedrita Alves Sampaio (033.218.675-08); Pedro Modesto Nascimento Menezes (041.496.445-43); Vespasiano Borges de Paiva Neto (388.003.733-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10437/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.883/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcus Val Springer (074.614.257-90); Maurício de Carvalho (100.444.926-77); Nestor Proenza Perez (235.344.148-37); Newton Norat Siqueira (082.230.917-39); Raynne Suzano de Freitas (057.869.527-89)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10438/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.887/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Otaviano da Mata Machado Silva (092.543.446-99); Juliana Santiago Teixeira (032.414.216-19); Lislie Carolina Diana (095.646.286-36); Lucas Toledo Gonçalves (071.871.616-70); Marilia Gaspar de Souza Lima (104.630.746-02)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10439/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.893/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ludyane de Fatima Dufeck (053.324.259-29); Maicon Felipe Malacarne (085.100.149-14); Marcelo Hideo de Freitas Takami (374.557.558-05); Marcelo Marcos Barbosa Vieira (048.985.469-94); Marina Celant de Pra (060.015.289-85)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10440/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.898/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marilia Cristina Duarte (289.263.458-07); Simone Elias (101.096.458-55)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10441/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.903/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliana Matos Ribeiro (888.616.433-53); Eloise Cristina de Souza Rodrigues (068.523.214-01); Ferdinando Vinicius Fernandes Bezerra (068.828.364-00); Francisco Magno Monteiro Sobrinho (087.970.104-80); Frankly Alexandre de Sousa (031.255.594-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10442/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.906/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Freitas de Medeiros (064.804.244-84); Maria Rociene Abrantes (054.764.484-11); Maria do Socorro da Silva Batista (355.161.004-53); Monique Lessa Vieira (051.180.064-90); Neidjany Patricia Lima Torres (066.081.104-99)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10443/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.914/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jheffersom Donner da Silva (736.275.341-15); Jonas Onis Pessoa (942.465.132-53); Liliane de Oliveira Souza (008.738.085-41); Luciana Souza de Nascimento (894.235.502-15); Luciano Luiz Manarin D"agostini (027.994.159-54)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10444/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.922/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gino Bertollucci Colherinhas (036.363.201-81); Grasielle Aires da Costa (029.591.761-03); Gustavo Treitel (111.721.947-00); Helio de Souza Junior (735.941.641-87); Herick Soares de Santana (021.101.151-73)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10445/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.928/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thais Gomides de Oliveira (025.836.021-60); Thamise Sampaio Vasconcelos Vilela (003.372.161-00); Thyago Peres Carvalho (022.377.271-20); Ubiratan Pereira de Resende (520.284.531-68); Vítor Ramos de Franco (716.533.251-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10446/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.933/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Emmanuel Fernandes de Carvalho (059.718.974-97); Luciana Maria Araújo Rabêlo (048.394.564-10); Marcionila de Oliveira Ferreira (029.334.434-57); Marcos Paulo da Silva (538.700.423-20); Patrícia Barreto da Silva (043.733.024-99)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10447/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.937/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bento Rafael Siqueira (368.411.038-82); Camila Strictar Pereira (044.850.189-97); Carolina de Almeida Santos (367.441.378-75); Caroline Borges Azevedo (368.186.948-02); Cíntia Martins Sanches (341.028.458-36)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10448/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.943/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcilyanne Moreira Gois (935.397.382-15); Marcos Henrique Campetti (189.133.838-29); Maria Eli Puga Beltrão (880.448.238-91); Marisa Garcia (001.470.628-88); Monique Priscila de Abreu Reis (052.277.626-43)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10449/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.949/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Donicht Fernandes (018.445.060-88); Andrea Maria Alves Gomes da Silva (661.205.192-20); Aneska Silva de Oliveira (850.168.452-04); Antonio Kledson Leal Silva (806.749.252-20); Antonio Thiago Madeira Beirão (768.087.262-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10450/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.953/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Barbosa Tavares (950.849.752-15); Flávia Marinho Lisboa (103.460.227-62); Gildenilson Mendes Duarte (666.511.662-04); Hadassa Milene Coelho de Almeida (004.559.292-62); Igor de Souza Gomide (896.066.122-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10451/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.955/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Juliana Fernanda Monteiro de Souza (949.325.302-34); Juliana dos Santos Batista (012.360.141-03); Laiza de Kassia Mendes da Conceição (966.073.512-04); Lana Roberta Reis dos Santos (622.762.982-00); Larissa Kvitko (040.381.229-13)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10452/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para

fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.958/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcus Felipe Frota Gama (636.559.342-20); Maria Nádia Alencar Lima (226.944.122-20); Maura da Silva Costa Furtado (575.141.432-20); Mayk Williams da Silva Oliveira (646.607.292-49); Nariane Quaresma Vilhena (001.322.462-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10453/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.962/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Fernandes (041.580.231-81); Thiago Veríssimo de Paiva Costa (967.986.532-00); Vilma Lorena Tello Gamarra (843.344.100-06); Yana Moura de Sousa (004.326.462-05)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10454/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.967/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliano Aparecido de Oliveira (351.296.328-50); Lauane Gomes Moreno (098.862.386-23); Lazaro Santos Gil (034.098.195-41); Luiz Fernando Rodrigues Lopes (082.987.046-65); Marcelo de Sousa Xavier (044.493.616-52)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10455/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.000/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wandemberg Rocha Freitas (037.092.264-65); Wolfgang Adary Ferreira Ribeiro (047.592.345-60); Yasmin de Freitas Nogueira (047.779.015-13)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10456/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.007/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joseane Rodrigues (002.966.200-17); Julia Goulart Guimarães (008.513.770-76); Karla Fabiane Nunes Bassedone (001.877.520-95); Larissa Schneider (012.397.040-70); Larissa Schultz (801.889.310-15)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10457/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.016/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diana Lúcia Gonzaga da Silva (026.347.195-07); Dimitri Gusmão Flores (686.233.215-53); Edilza Correia Sotero (017.040.995-36); Elio Pithon Sarno Filho (237.252.145-49); Emanuelle de Souza Santos (033.241.875-83)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10458/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.022/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vander Luiz Pereira Costa Júnior (022.963.925-98); Victor Coutinho Lage (075.711.376-16)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10459/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.028/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vanildo Stieg (007.693.137-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10460/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.031/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Costa dos Anjos (014.489.526-97); Lucas Machado Rocha (144.549.997-59); Maria Aparecida Teixeira Badaro (465.417.996-87); Maria Inês da Cruz Campos (382.504.546-34); Patrícia de Almeida Machado (076.034.336-57)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10461/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.037/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Silva de Podestá (063.214.126-35); Hugo Harry Frederico Ribeiro Kramer (056.252.454-10); Ieverton Caiandre Andrade Brito (074.954.864-90); Joel Araújo Queiroz (043.405.924-20); José Leonardo Rolim de Lima Severo (071.296.864-48)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10462/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.044/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Schwantes (063.973.379-44); Danilo Rezende Lopes Filho (034.498.559-80); Evander Ruthieri Saturno da Silva (067.127.169-50); Fabiane Lopes de Oliveira (014.662.359-26); Flávia Granzotto Fachini (081.596.389-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10463/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.047/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariane Antunes Cavalheiro (059.171.389-66); Rene Bettega (683.286.729-87); Rosenilton Silva de Oliveira (303.542.998-75); Rossana Calegari dos Santos (041.721.179-10); Rubens Correa Secco (809.702.309-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10464/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, em corrigir o erro material identificado pela unidade técnica, promovendo o apostilamento do acórdão nº 2812/2016 - TCU - 1ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos:

No subitem 9.2. Onde se lê: " (...) atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido (...), leia-se: atualizada monetariamente desde a data deste acórdão (...)".

1. Processo TC-001.862/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Socius-Polis (07.858.578/0001-22); Lucélia Cristina Carvalho Ferreira (008.407.873-16)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10465/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão em promover os seguintes apostilamentos nos Acórdãos n° 6852/2017-TCU-1ª Câmara, Ata n° 29/2017 - 1ª Câmara, Sessão Ordinária de 15/08/2017, e no Acórdão n° 8769/2017-TCU-1ª Câmara, Ata n° 34/2017 - 1ª Câmara, Sessão Ordinária de 19/09/2017, na forma proposta pela unidade técnica.

a) Acórdão n° 6852/2017-TCU-1ª Câmara:

Onde se lê:

3.2. Responsáveis: ...; DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda. (02.495.787/0001-35).

8.1. ...; representando DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda.

Leia-se:

3.2. Responsáveis: ...; DL Empresa de Construções e Planejamento Eireli-ME (02.495.787/0001-35).

8.1. ...; representando DL Empresa de Construções e Planejamento Eireli-ME.

b) Acórdão n° 8769/2017-TCU-1ª Câmara:

1.1. Responsáveis: ...; DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda. (02.495.787/0001-35).

1.6. Representação Legal: ...; representando DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leia-se:

1.1. Responsáveis: ...; DL Empresa de Construções e Planejamento Eireli-ME (02.495.787/0001-35)

1.6. Representação Legal: ...; representando DL Empresa de Construções e Planejamento Eireli-ME.

1. Processo TC-003.774/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Agmar Ribeiro dos Santos (143.482.251-68); Dl Empresa de Construções e Planejamento Ltda. (02.495.787/0001-35)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rubiataba - GO

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: Helvecio Costa de Oliveira (18.887/OAB-GO) e outros, representando Agmar Ribeiro dos Santos e Dl Empresa de Construções e Planejamento Ltda..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10466/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, em corrigir o erro material identificado pela unidade técnica, conferindo ao subitem 9.1. do Acórdão 9318/2017-TCU-1ª Câmara, Ata n° 36/2017-1ª Câmara, Sessão de 03/10/2017 - Ordinária, a seguinte redação, mantendo-se inalterados os demais termos:

"9.1...., e condená-los solidariamente ao pagamento da quantia de R$ 92.453,00 (noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 2/1/2007, até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Brasileiro de Turismo, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;".

1. Processo TC-006.928/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Centro Brasileiro de Cultura (05.619.125/0001-18); Wagner Baptista da Costa Júnior (219.724.511-20); Wolney Alfredo Arruda Unes (437.970.401-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10467/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.261/2017-6 (TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Assuntos Estratégicos

1.2. Responsáveis: Ariel Cecílio Garces Pares, CPF: 228.551.570-72; Maria das Graças Pinto Ribeiro, CPF: 113.210.241-34; Rosemeire Araújo de Andrade, CPF: 266.785.511-68; Silvan Pearce Júnior, CPF: 851.408.726-68; Márcia Nunes Mota, CPF: 028.774.259-83; Lucrécia Gomes Ferreira, CPF: 021.188.067-10

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

15. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10468/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, em adotar as seguintes medidas/recomendação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-017.261/2017-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Frederico da Costa Amâncio (684.722.774-53)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Pernambuco; Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medidas/Recomendação:

1.7.1. Com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Secretaria de Educação de Pernambuco sobre as seguintes falhas/impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas a prevenção da ocorrência dessas falhas e de outras semelhantes:

1.7.1.1. a aquisição de gêneros alimentícios por meio de mera "cotação de preços", dispensando-se a licitação, pelas escolas cujos valores anuais repassados/contratados superaram o montante previsto no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993, afrontou o disposto no art. 2º da Lei 8.666/1993;

1.7.1.2. a aquisição de gêneros alimentícios diretamente pelas escolas sem verificação da regularidade fiscal dos contratados junto à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) afrontou ao disposto no art. 195, § 3º, da Constituição Federal de 1988;

1.7.1.3. a ausência de entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para elaboração da alimentação escolar após 1º/8/2017 infringiu o disposto no art. 17, inciso I, da Lei 11.947/2009, impossibilitando o atendimento ao disposto no art. 14 da Resolução FNDE 26/2013;

1.7.1.4. a inclusão de exigências não previstas no art. 27 da Resolução FNDE 26/2013 para habilitação dos projetos de venda em chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações afrontou o Princípio da Legalidade (*latu sensu*), insculpido no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

1.7.1.5. as condições de conservação da cozinha e do refeitório das escolas mencionadas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do relatório de peça 48 não são adequadas ao preparo e fornecimento de merenda escolar, o que afronta o estabelecido no art. 33, § 4º, da Resolução FNDE 26/2013;

1.7.1.6. as instalações físicas dos almoxarifados das escolas mencionadas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do relatório de peça 48 não são adequadas, o que infringe o disposto no art. 33, § 4º, da Resolução FNDE 26/2013;

1.7.1.7. no dia das visitas às escolas Guiomar Krause, Especial Ulisses Pernambucano, Major Lélio e Quilombola Rosa Doralina Mendes, as refeições preparadas não correspondiam àquelas previstas no cardápio, o que infringe o disposto no art. 12 da Lei 11.947/2009 c/c o art. 14, caput e § 2º, da Resolução FNDE 26/2013;

1.7.1.8. a ausência nas escolas de amostras de refeições preparadas armazenadas sob refrigeração por até 72 horas está em desconformidade com a lista de verificação em boas práticas para unidades de alimentação e nutrição escolares constante do anexo II do Guia de Instruções das Ferramentas para as Boas Práticas na Alimentação Escolar do FNDE;

1.7.1.9. a ausência das fichas técnicas de preparo nas escolas, e a sua consequente inutilização, afronta o disposto no art. 14 § 3º da Resolução FNDE 26/2013 c/c § 7º desse mesmo artigo;

1.7.1.10. a contratação de nutricionistas em número inferior ao estipulado pela Conselho Federal de Nutrição afronta o disposto no art. 12, § 2º, da Resolução FNDE 26/2013 c/c art. 10 da Resolução CFN 465/2010; e

1.7.1.11. a desatualização das informações dos nutricionistas no SIMEC/PAR afronta o disposto no art. 12, § 3º, da Resolução FNDE 26/2013.

1.7.2. Com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência ao Conselho de Alimentação Escolar de Pernambuco (CAE/PE) sobre as seguintes falhas/impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas a prevenção da ocorrência dessas falhas e de outras semelhantes:

1.7.2.1. a atuação do CAE/PE é deficitária e não reflete um acompanhamento efetivo da execução do PNAE no âmbito do estado de Pernambuco, o que se constatou principalmente em razão da ausência de visitas às escolas, contrariando o disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Lei 11.947/2009 e no art. 35, inciso I, da Resolução FNDE 26/2013; e

1.7.2.2. a realização de reunião não específica para apreciação da prestação de contas do PNAE com menos de 2/3 dos membros titulares infringiu o disposto no art. 35, inciso VI, da Resolução FNDE 26/2013.

1.7.3. Com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Conselho de Alimentação Escolar de Pernambuco que viabilize acordos com os CAEs municipais com o objetivo de melhorar a atuação dos conselhos, especialmente no que se refere a escolas compartilhadas pelas redes municipais e estadual de ensino;

1.7.4. Encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho de Alimentação Escolar de Pernambuco.

ACÓRDÃO Nº 10469/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso VII do Regimento Interno/TC, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Educação (MEC) e à representante, Avant Informática Ltda. (CNPJ: 12.710.647/0001-96), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-020.713/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Educação

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar:

1.6.1. ao Ministério da Educação (MEC), com base no inciso II do art. 250 do RI/TCU, que:

1.6.1.1. anule o Pregão Eletrônico 18/2017, uma vez constatada afronta ao art. 6º da IN SLTI 2/2008, vigente à época da deflagração do certame e a inobservância do princípio da adequada motivação dos atos administrativos;

1.6.1.2. caso venha a iniciar novo(s) procedimento(s) licitatório(s) para contratação(ões) de revisores de texto ou de outros postos de serviço que reflitam as reais atribuições desempenhadas, adote providências no sentido de motivar adequadamente a contratação pretendida, observados os requisitos referentes ao adequado planejamento da contratação, nos termos da IN-MP 5/2017, sopesado o atual momento de déficit das contas públicas, que impõe a adoção de medidas austeras pelos gestores, bem como a quantidade de postos necessários em função da demanda de serviço e os salários condizentes com as atividades desempenhadas pelos profissionais alocados, demonstrando os ganhos em eficiência que justifiquem a contratação;

1.6.1.3. caso venha a iniciar novo procedimento licitatório para a contratação de objeto semelhante, elabore e inclua mecanismos que possam apurar e registrar, de modo quantitativo e qualitativo, o desempenho dos profissionais alocados no contrato, em atendimento também à jurisprudência do TCU (Acórdãos-TCU 3.023/2016-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler; 5.157/2015-1ª Câmara, Relator Ministro José Múcio Monteiro e 3.489/2014-Plenário, Relator Ministro Marcos Bemquerer);

1.6.1.4. caso seja necessária a manutenção do contrato emergencial vigente, 33/2017, firmado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. (CNPJ 78.533.312/0001-58), que deverá vigorar até a instauração imediata e conclusão de novo certame para a contratação, condicione sua continuidade à renegociação dos valores praticados para os postos de revisores de texto, com base nas melhores propostas obtidas no pregão eletrônico 18/2017; e

1.6.1.5. informe, em trinta dias a contar da ciência da decisão do Tribunal, as providências adotadas ou plano de trabalho contendo as providências que pretende adotar com vistas ao cumprimento das determinações supra;

1.6.2. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip/TCU, com base no inciso II do art. 250 do RI/TCU, a autuação de processo, com cópia dos documentos referentes aos presentes autos, para que seja examinada a regularidade dos atos de pessoal da terceirização pretendida pelo MEC no âmbito do pregão eletrônico 18/2017, bem como verificada se tal situação não estaria difundida por outros órgãos da Administração.

ACÓRDÃO Nº 10470/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Universidade Federal de Roraima e à Controladoria-Geral da União, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Secex/RR:

1. Processo TC-024.832/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Laila Sabino Garro (080.245.727-45)

1.2. Interessado: Secex-RR

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 e art. 251 do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Roraima que, no prazo de 15 dias, promova a apuração do indício reportado e, caso confirmada a acumulação ilegal de cargos públicos pela Sra. Laila Sabino Garro, notifique a servidora para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da ciência e, na hipótese de omissão, adote procedimento sumário para sua apuração, nos termos do art. 133, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e que comunique, em 30 dias, a contar da notificação do acórdão, o Tribunal acerca das medidas realizadas no cumprimento desta determinação;

1.9. Medidas:

1.9.1. comunicar à Universidade Federal de Roraima que foram detectados indícios de acumulação ilegal de cargos públicos por parte da professora Laila Sabino Garro nessa Instituição Federal de Ensino Superior (professor e Diretor do Departamento de Administração) e no Governo do Estado de Roraima (Administrador);

1.9.2. comunicar ao Reitor da Universidade Federal de Roraima de que a inércia na adoção de providências para a regularização da acumulação ilegal de cargos públicos por parte da Sra. Laila Sabino Garro pode resultar no julgamento pela irregularidade de suas contas com a imposição de multa, nos termos do art. 16, inciso III, alínea "b", c/c art. 58, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10471/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-027.169/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Maranhão (00.394.544/0183-94)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João dos Patos - MA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar, com base no entendimento fixado pelo TCU por meio do Acórdão Plenário 1072/2017:

1.7.1. ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) que envie ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), no prazo de quinze dias, toda a documentação do Processo 25014.004836/2012-05, resultante do Relatório de Auditoria 8213 realizada na Secretaria de Saúde de São João dos Patos (MA), informando ao TCU sobre o referido encaminhamento;

1.7.2. ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que, no prazo de noventa dias a contar do recebimento da documentação acima, instaure tomada de contas especial dos recursos glosados no Relatório de Auditoria 8213 realizada pelo Denasus na Secretaria de Saúde de São João dos Patos (MA), informando o TCU sobre o resultado das medidas adotadas;

1.7.3. à Secex/MA que acompanhe as determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 10472/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento por perda de objeto, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante, de acordo com o parecer da Secex/PA:

1. Processo TC-031.771/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - Epp (05.340.639/0001-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10473/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III do Regimento Interno/TC, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Educação (MEC) e à representante, Avant Informática Ltda. (CNPJ: 12.710.647/0001-96), fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-036.624/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Câmara Municipal de Ouro Branco - MG (23.964.950/0001-31)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ouro Branco - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) que:

1.7.1. Apure, e dê ciência ao Tribunal dos resultados encontrados no prazo de 180 dias, os seguintes indícios de irregularidades na aplicação dos recursos do Programa Farmácia Básica transferidos ao município de Ouro Branco/MG, no âmbito do financiamento da Atenção Básica do SUS, contemplando, pelo menos, o período de dezembro de 2013 até junho de 2014:

1.7.1.1. aquisição de medicamentos da Farmácia Básica e do Hospital Raymundo Campos - Pregão 001/2013 - Tabela da Anvisa, Totalmed Distribuidora Farmacêutica, por meio de adesão a registro de preços realizado pelo Consórcio dos Municípios do Alto Paraopeba - CODAP (peça 1, p. 24-28), sendo que:

1.7.1.2. a Totalmed Distribuidora Farmacêutica recebeu do Município quantia próxima a R$ 1.000.000,00, conforme notas de empenho, extrapolando o ajustado de R$ 360.000,00 (peça 1, p. 25);

1.7.1.3. não há contrato formalizado com a Totalmed Distribuidora Farmacêutica para o fornecimento dos medicamentos, em desacordo com o art. 60 e seguintes da Lei 8.666/93 (peça 1, p. 25);

1.7.1.4. não foi elaborado o termo de referência, nem realizada a pesquisa de preço de mercado, para embasar as aquisições da Totalmed Distribuidora Farmacêutica (peça 1, p. 28);

1.7.1.5. foram adquiridos (onerosamente) medicamentos que eram distribuídos gratuitamente pela Farmácia Básica, programa do Governo Federal implantado pela Lei 10.858/2004, em extensa lista que se coloca no Anexo I do Relatório (peça 1, p. 26).

1.7.1.5.1. aquisição de medicamentos - Registro de Preço 092/13, PRC 155/2013, denotando possível fracionamento e risco de superfaturamento (peça 1, p. 28-31), considerando que:

1.7.1.5.1.1. o procedimento para aquisição de medicamentos para atendimento ao Hospital Raymundo Campos foi realizado apenas um mês antes da adesão anterior, denotando fracionamento, com risco do superfaturamento, porque na amostra dos itens adquiridos foram encontrados preços quase sempre triplicados, quando comparados com idêntica aquisição feita a outra fornecedora do Município (peça 1, p. 28);

1.7.1.5.1.2. não há contrato formalizado com a Drogaria e Perfumaria Nossa Senhora de Fátima Ltda. para o fornecimento dos medicamentos, em desacordo com o art. 60 e seguintes da Lei 8.666/93 (peça 1, p. 25).

1.7.2. Informe à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS) os resultados da apuração que indiquem a adoção de procedimentos com vistas a eventual ressarcimento ao erário.

1.8. Medidas:

1.8.1. Para subsidiar as apurações, enviar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS cópia desta instrução e das seguintes peças: peça 1, peças 9 até 31, peça 32 (p. 9-18), peça 33 (p. 1-14), peça 34 (p. 1-13, peça 35 (p. 1-13), peça 36 (p. 1-14) peça 37 (p. 1-14), peça 38 (p. 1-14), peça 39 (p. 1-13), peça 40 (p. 1-13), peça 41 (p. 1-13), peça 42 (p. 1-14), peça 43 (p. 1-14), peça 44 (p. 1-14), peça 45 (p. 1-14), peça 46 (p. 1-14) e peça 47 (p. 1-7).

1.8.2. encaminhar cópia desta deliberação e da peça 1 ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis;

1.8.3. Promover o apensamento desta representação ao TC 033.088/2014-4, objetivando acompanhar as apurações determinadas nesta representação e no Acórdão 9249/2015 - TCU - 2ª Câmara, com base nos arts. 2º, inciso VIII, e 36 da Resolução TCU 259/2014, de 7/5/2014.

RELAÇÃO Nº 33/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 10474/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.078/2017-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria da Conceicao Barreto de Oliveira (052.951.732-91)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Roraima

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10475/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.172/2017-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Firmino de Freitas Neto (152.594.551-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10476/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.583/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Vera Helena Santos Anawate (022.652.798-03)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10477/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos Srs. Jorge Luís Pinto, CPF 225.189.753-49, superintende nos períodos de 1º/1 a 4/1/2015, 20/1 a 30/6/2015, 16/7 a 31/12/2015; Francisco Ewerton de Almeida Filho, CPF 089.013.763-34, superintendente substituto nos períodos de 5 a 19/1/2015 e 1º a 15/7/2015, e coordenador no período de 1º/1 a 31/12/2015; Tiago Domingos Sousa Baldez, CPF 001.486.513-05, coordenador no período de 1º a 30/7/2015; César Roberto Rodrigues Costa, CPF 144.883.101-68, coordenador substituto no período de 31/7 a 31/12/2015; e Deoclides dos Santos Costa Dias, CPF 493.898.743-00, chefe de divisão no período de 1º/7 a 31/12/2015, dar-lhes quitação plena e adotar as seguintes medidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.126/2016-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Cezar Roberto Rodrigues Rosa (144.883.101-68); Francisco Ewerton de Almeida Filho (089.013.763-34); Jorge Luís Pinto (225.189.753-49); Tiago Domingos Sousa Baldez (001.486.513-05)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência do Patrimônio da União No Estado do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão (SPU/MA) sobre as seguintes impropriedades verificadas nas contas da unidade do exercício de 2015, a fim de que sejam adotadas medidas de prevenção a novas ocorrências:

1.7.1.1. ausência, sem justificativa, de inserção no Sistema e-Contas das seguintes declarações de integridade: "Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial", "Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI" e "Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal", o que afronta o disposto no anexo único, subitens 7.5, 7.6 e 20.1, da Portaria TCU 321/2015, e nas orientações do Sistema e-Contas;

1.7.1.2. ausência de designação no rol de responsáveis do chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Recursos Internos (DIGES) que, conforme organograma da unidade, está diretamente subordinado ao superintendente, com natureza de responsabilidade em nível superior às coordenações, em afronta ao disposto no art. 10 da IN/TCU 63/2010, e no art. 6º, caput e § 5º da DN/TCU 147/2015;

1.7.1.3. ausência de identificação no rol de responsáveis dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais, como também do endereço residencial completo e do endereço de correio eletrônico de cada responsável, em afronta ao previsto no art. 11, incisos IV, V e VI, da IN/TCU 63/2010;

1.7.1.4. não cumprimento da meta de demarcação prevista no Plano Nacional de Caracterização (PNC); e

1.7.1.5. ausência de rotina formal para acompanhamento e atendimento das recomendações da CGU/MA.

ACÓRDÃO Nº 10478/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, por inexatidão material, o Acórdão nº 5.895/2016 - 1ª Câmara, prolatado na sessão de 13/9/2016, Ata nº 33/2016, relativamente aos subitens 8.1, 8.2 e 8.3, onde se lê:

"8.1. Érico Barreto Bacelar (276889/OAB-SP) e outros, representando Érico Rodrigues Bacelar, Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - IPEP e Érico Rodrigues Bacelar;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli, Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep e Luís Antônio Paulino;

8.3. Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert."

Leia-se:

"8.1. Érico Barreto Bacelar (276889/OAB-SP) e outros, representando Érico Rodrigues Bacelar e Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - IPEP;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino;

8.3. Gabriela Dellacasa Stuckert (39.693/OAB-DF), representando Nassim Gabriel Mehedff."

1. Processo TC-002.036/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.1. Responsáveis: Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep (67.996.488/0001-20); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20); Érico Rodrigues Bacelar (048.491.163-53)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Érico Barreto Bacelar (276889/OAB-SP) e outros, representando Érico Rodrigues Bacelar e Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino; Gabriela Dellacasa Stuckert (39693/OAB-DF), representando Nassim Gabriel Mehedff.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10479/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor do débito monetariamente atualizado apontado nos presentes autos é inferior a R$ 100.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplina que "*aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica, pelo arquivamento do processo, por economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-005.742/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Moradores do Bairro Palmeiras (05.740.783/0001-63); Jose Carlos Sartori (385.610.506-91); Willian Damasceno de Araujo (568.439.176-15)

1.2. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades do Governo do Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10480/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao(s) processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, com fulcro no art. 93 da Lei 8.443/1992, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.214/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manoel Emídio - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à prefeitura municipal de Manoel Emídio/PI que os recursos federais destinados às ações e aos serviços de saúde oriundos do Fundo Nacional de Saúde, organizados e transferidos na forma de blocos de financiamento (art. 4º da Portaria/MS 204, de 29 de janeiro de 2007), devem ser aplicados em ações e serviços de saúde relacionados ao próprio bloco, devendo-se observar as vedações contidas no § 2º do art. 6º da referida portaria.

ACÓRDÃO Nº 10481/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), ao Ministério do Turismo e à Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda., de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.716/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Nilo Gustavo Silva Sulz Gonsalves (17070/OAB-DF) e outros, representando Antonio Venâncio Empreendimentos Imobiliários.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 10482/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e" e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 15 (quinze) dias, o prazo para atendimento às determinações contidas nos subitens 1.7.2 e 1.7.4 do Acórdão 8.428/2017-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-017.778/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Creusa Brito dos Santos (072.991.332-53).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10483/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.460/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abrhao Guedes (166.854.669-87); Manoel Felipe Marinho (065.127.042-15).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10484/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.569/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abson de Araujo Fabres (148.632.987-06); Adriano Roberto Pimentel (352.623.938-02); Alan Freitas Virtuoso (079.951.914-64); Alexandre Cavalcante Lira Wanderley (091.244.504-13); Alexandre Kremer Funez (101.458.689-58); Alexandre Lemos de Matos (020.970.532-97); Aline Ferreira Martins (080.850.929-21); Ana Carolina da Silva Santos (389.110.888-54); Andre Henrique Rodrigues Hirano (428.267.368-09); Angélica Cristina da Mota (068.809.737-52).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10485/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.575/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maycon Fernandes Guiza (124.641.947-51); Maycon Ramos de Melo (084.846.314-51); Maykon Daniel Goncalves Silva (038.303.883-90); Maykon Douglas Moreira Quirino (700.983.451-25); Maykon Roberty Duarte de Siqueira (100.432.274-73); Melinda Moreno Matos (037.451.622-77); Mercia Gomes da Costa (055.400.185-32); Michael Silva de Lima (840.447.722-15); Michel Alves da Silva (947.192.412-04); Michel Arantes Barbosa (089.690.836-42).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10486/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.578/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monyque Assis Suzano (145.665.317-24); Monyzia de Souza Batista (062.005.213-95); Mouser Hebert Pereira Costa (124.644.457-70); Mozart Mariano Silva (022.382.881-55); Murilo de Almeida Frezarim (432.364.348-99); Murilo de Brito (354.911.028-65); Naiara Santana Santos (042.541.795-61); Nanda de Lurdes Perin (407.032.948-06); Natalia Santos Abul Hosson (012.255.822-70); Natalia Santos Barbosa (057.709.004-66).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10487/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.580/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia de Oliveira Melo (119.990.977-77); Paulo Alexandre Francisco Castilho (130.864.557-05); Paulo Cesar Chagas Júnior (032.233.407-18); Paulo Cesar Clemente da Silva (174.834.758-62); Pedro Henrique Araujo da Silva (038.999.905-95); Pedro Henrique de Almeida Donis (014.738.281-55); Pedro Henrique de Paiva Artur (051.272.831-31); Pedro Mendonça Renaux Wanderley (124.581.347-18); Priscila Alexandre Freire (106.080.987-79); Quintila Garcia Santos (010.656.994-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10488/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.582/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Richard Martin Souza (147.610.957-50); Rodrigo Dachi Santana (029.441.500-90); Rodrigo Duarte Isidoro Lourenço (147.389.717-35); Rodrigo Henrique de Oliveira (057.800.921-84); Rodrigo Martins Costa (052.524.671-10); Rodrigo Martins Vidal (007.086.440-31); Rodrigo Meirelles (450.220.428-51); Rodrigo Pires Blanco Jorge (395.549.588-46); Rodrigo Quintanilha Veras (983.976.309-10); Rodrigo Ribeiro Vitorino (094.965.337-36).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10489/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.650/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diogo Bittencourt de Oliveira Rozendo (874.312.621-91); Diogo Levi da Silva Bento (022.884.821-09); Enderson Flavio Costa Lima (008.889.013-99); Fabricio Rosa Sobreira (715.709.001-59); Gabriela Carvalho Mendes Maranhao (027.378.241-09); Guilherme Nardoni Watanabe (011.157.641-52); Jean Paulo Santana Gonzaga (858.668.901-78); Jessica Stephania Lima Freire (037.079.961-58); Jorge Abdo Najjar (767.808.996-15); Júlia Alves Ichiki (991.881.471-34).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10490/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.653/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Yara de Siqueira Leite (014.604.641-25).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10491/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.655/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anabella Pinheiro Luna (936.189.722-53); Arthur Mendes Molina (030.633.101-23); Weslei Andre Araujo Sousa (011.042.443-30).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10492/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.794/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Aguiar Ferreira (909.384.371-00); Amanda Prado Caldas de Castro (612.614.322-15); Ana Luisa Marchi Casales Gerin (028.820.491-37); Andre Lima de Sousa (774.809.104-87); Beatriz Simões Tavares (719.974.742-04); Bruno Cesar Pacheco (014.872.011-09); Camila Moraes Correa (013.453.476-00); Carla Andrea de Souza Delmondes (717.065.341-91); Cinthia Menegazzo Perse (328.455.178-66); Cristiane Araujo (058.350.019-67).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10493/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.796/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Augusto Gomes Leite de Carvalho (027.407.993-30); Flavia Gieseler de Assis (969.653.471-04); Francisleno Ferreira Herculano (723.647.771-00); Gabriel de Meneses Batista (731.987.061-49); Gleberson do Nascimento Ferreira (024.383.391-10); Gustavo Amaral Yung (028.080.686-89); Helessandra Souza Nascimento (711.091.962-53); Henrique Fernando de Oliveira Araujo (727.266.101-10); Humberto Legnaghi Travi (042.876.781-84); Idália Maria de Oliveira Prado (994.175.963-49).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10494/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.798/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Stella Grizolli Cury (263.922.288-02); Mariana de Vasconcellos Feldhaus (104.134.637-96); Mariane Tedesco (825.023.820-68); Mauricio Correa Soares da Mota (751.826.372-68); Murilo Aires Rodrigues (015.290.001-22); Nancy Tavares Rosa (589.086.412-20); Noel Ferreira da Silva (630.952.112-87); Olaf de Azevedo Junior (604.551.872-15); Pamela Edler (024.545.200-10); Pedro do Carmo Sandim Junior (000.906.211-40).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10495/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.799/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Pereira Cardoso (016.336.991-70); Raquel Bernardon de Cerqueira (218.216.648-33); Rhans Ercibaldo Junior Kichel da Silva (060.863.449-22); Ricardo Elias Abdon (797.829.061-15); Rodrigo Silva Abreu (791.958.142-72); Ronaldo Ramos de Amorim Freires (006.833.631-40); Saulo Almanca Justo (095.244.997-89); Sergio Praxedes Tosta (015.790.721-00); Suiara Patricia Luz Costa Rodrigues Portilho (723.860.371-34); Tathyane Kellen Meireles Lima (034.288.191-44).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10496/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.804/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Camila Porto Fasolo (053.096.769-37).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10497/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.335/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Patricia Silva de Figueiredo (386.368.831-72).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10498/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.376/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Letício Pedrosa de Figueiredo Cruz (012.001.564-12).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10499/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-031.508/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Durvalina Silva de Assuncao (325.757.186-00).

1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10500/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-031.538/2017-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Barbara Galucia de Souza (507.881.162-15); Edifrances Barreto de Albuquerque (514.811.202-63); Francisca Paulino de Souza (138.463.962-49); Francisco José Maciel Lima (882.694.502-00); Luiz Carlos Pontes de Souza Junior (917.562.432-04); Luiza Alves da Silva (027.368.187-76); Lúcia Diógenes Lima (011.700.822-20); Maria Cleia Derze Craveiro (095.657.952-34); Maria do Socorro Alves da Silva (101.561.217-27); Raimunda Brito de Farias (058.586.742-91).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10501/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-031.587/2017-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Odete de Souza Vasconcellos (516.583.722-04).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10502/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação à Sra. Maria Inês Belém da Silva (CPF 120.304.142-04), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 8.727/2016-TCU-2ª Câmara (peça 77); e

b) encaminhar cópia da presente deliberação à responsável.

1. Processo TC-019.298/2009-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Apensos: 007.932/2016-2 (Cobrança Executiva); 004.339/2009-3 (Representação).

1.2. Responsáveis: Adna Dolores de Oliveira Ramos (439.125.322-49); Antonio José dos Santos Freitas (171.990.422-72); Edileuda Freire Ferreira (181.610.732-87); Edilson Paula do Carmo (027.810.002-30); Francisco Jorge Silva de Souza (052.363.802-78); Jorge Neves de Oliveira (310.972.942-34); Josilane Inuma Ferreira (613.503.032-91); Luiz Carlos Marinho dos Santos (053.722.162-04); Marcelo Ferreira Silveira (508.699.492-68); Maria Graziela Freire Mendonça (202.202.602-06); Maria Ines Belém da Silva (120.304.142-04); Maria Rosineide Silva de Castro (161.018.202-20); Maria Socorro de Souza Mendonça (099.600.582-04); Narciso Cardoso Barbosa (225.121.012-15); Pedro Gonzaga do Nascimento (320.704.542-15); Pedro Paulo de Siqueira Coutinho (398.681.097-87); Rodrigo Talles Oliveira dos Santos (122.567.492-15); Silvia Evangelista Pimenta (187.149.782-53); Wanderlei Nery da Gama (239.946.062-68).

1.3. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10503/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário e com o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 6.783/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 11/11/2014 - Ordinária, já retificado por meio do Acórdão 9.959/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 30/8/2016 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. (...) cofres da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep (...)."

Leia-se:

"9.2. (...) cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (...)."

1. Processo TC-028.688/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: André de Castro Pereira Nunes (025.991.217-44); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Edson Albuquerque dos Santos (664.428.347-00); Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (04.673.103/0001-73); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Marco Augusto Salles Teles (339.700.767-49); Maria Luiza de Magalhaes Uchoa (332.486.217-53); Patricia Florio Retz (907.186.077-91); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43).

1.2. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731); Carlos Alberto Spindola do Prado (OAB/RJ 124.111) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 32/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 10545/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e autorizar os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.916/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allan Carvalho de Lima (099.312.927-76); Andreia Rodrigues Nunes do Vale (090.303.337-23); Anique Varanda (044.621.037-42); Barbara Almeida de Araujo (082.523.147-75); Caroline Dutra Foroni (351.771.748-75); Dalmir Gomes da Silveira Filho (082.384.227-44); Daniela Barreto Silva (002.598.795-09); Danielle Pereira do Amaral Aguillar (104.683.627-70); Diogo Felipe Tenório de Barros (055.202.117-28); Fabio Santos Cerbino (122.531.727-40)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10546/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes do Relatório CGU 201601575 (peça 4) e a instrução da Secex/SC (peça 16), em:

a) julgar, com fundamento nos artigos 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, regulares as contas de Ivan Alves Soares e, em consequência, dando-se quitação plena aos responsáveis;

b) dar ciência ao Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina (Incra/SC) acerca das oportunidades de melhorias apontadas nos subitens 1.1.1.1, 1.1.1.2 do Relatório CGU 201601575, bem como das impropriedades relatadas no subitem 3.1.1.2 daquele relatório;

c) dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-027.357/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Adierson Gilvani Ebeling (624.445.900-82); Andre Arthur Dutra (889.151.319-91); Cristiano de Oliveira Mascarenhas (928.754.599-53); Edgar Paulino de Sousa (011.883.356-18); Fernanda dos Santos (713.761.190-72); Fernando Lucio Rodrigues de Souza (006.077.579-30); Gilmar do Amaral (801.093.220-53); Jandir Mella (469.217.539-72); Jose Henrique Ferreira (342.119.349-53); Jose dos Santos (244.719.339-49); João Paulo Lajus Strapazzon (295.408.289-53); Luciano Gregory Brunet (349.411.340-87); Maria Madalena Pedrollo (422.939.109-97); Maria de Lourdes Alvares da Rosa (283.937.670-91); Norbert Eduard Hesseln (368.212.680-53); Pedro Possamai (475.530.229-34); Rubens Jose Perfoll (481.803.009-00); Sessuana Crysthina Polanski Paese (492.816.669-87); Valdez Adriani Farias (712.114.540-53); Vitor Roberto Adami (557.873.049-34)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10547/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Federal de Farmácia - CFF contra os responsáveis arrolados nos autos, em cumprimento aos Acórdãos 961/2007 e 2808/2007, ambos da Primeira Câmara deste Tribunal, em virtude de irregularidades noticiadas pela Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco - CRF-PE, Sra. Silvana Cabral Maggi, na representação TC-008.914/2006-0.

Considerando que os responsáveis Alberto Jorge Franklin Maciel, Carlúcia de Vasconcelos Teixeira, Élcia Machado Cavalcanti Cauas, Francisco José Pinheiro de Vasconcelos e Rubem Soares de Avelar Filho apresentaram requerimento de parcelamento da multa em 36 parcelas e que Maria Helena Duarte Gomes dos Santos requereu o parcelamento da multa em 30 parcelas, todos autorizados pelo Acórdão 5447/2013-1ª Câmara;

Considerando que a responsável Clélia Alves Lacerda requereu parcelamento da multa sem, contudo, especificar a quantidade de parcelas, pelo que foi autorizado, por meio do Acórdão 1764/2014-TCU-1ª Câmara, o parcelamento em 36 parcelas;

Considerando que foram constituídos processos de cobrança executiva em relação aos responsáveis que não requereram parcelamento, quais sejam, Maria Conceição Lopes Gallindo, Henrique Costa de Lucena e José Alves de Souza Filho, bem como Maria Helena Duarte Gomes dos Santos;

Considerando que o Acórdão 5091/2014-TCU-2ª Câmara já concedeu quitação ao Sr. Vohnson Francisco Machado de Miranda e à Sra. Élcia Machado Cavalcanti Cauas;

Considerando que o acompanhamento do pagamento parcelado efetuado pelos demais responsáveis demonstra, segundo a instrução da unidade técnica, que (a) em relação a Alberto Jorge Franklin Maciel existiria saldo devedor de R$ 7,71; (b) em relação a Carlúcia de Vasconcelos Teixeira existiria saldo credor (pago a maior) de R$ 3,30; (c) em relação a Rubem Soares de Avelar Filho existiria saldo devedor de R$ 10,86; (d) em relação a Francisco José Pinheiro de Vasconcelos existiria saldo devedor de R$ 6,55; (e) em relação a Clélia Alves de Lacerda não se verificou nem no sistema SISGRU nem nos autos qualquer comprovante de recolhimento, o que resulta em saldo devedor atualizado de R$ 4.187,10, em razão do que, após regularmente citada, foi constituído processo de cobrança executiva;

Considerando a baixa materialidade dos saldos devedores relativos aos responsáveis referidos nos itens "a", "b" e "d", retro, e saldo credor relativo à responsável referida no item "c", retro, a unidade técnica propõe uniformemente que seja expedida quitação aos responsáveis Alberto Jorge Franklin Maciel, CPF 193.847.264-00; Rubem Soares de Avelar Filho, CPF 212.927.524-91; Carlúcia de Vasconcelos Teixeira, CPF 124.081.904-87; e Francisco José Pinheiro de Vasconcelos, CPF 366.126.264-53; em razão da comprovação do pagamento integral dos valores das respectivas multas que lhes foram impostas pelo Acórdão 5930/2011-TCU-1ª Câmara, alertando-os, conforme art. 218, §1º, do Regimento Interno, de que o pagamento integral realizado não importa em modificação do julgamento quanto à irregularidade de suas contas.

Considerando que o Ministério Público junto a esta Corte manifestou-se de acordo com as propostas da Unidade Técnica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) dar quitação às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas:

a.1) Alberto Jorge Franklin Maciel, CPF 193.847.264-00;

a.2) Rubem Soares de Avelar Filho, CPF 212.927.524-91;

a.3) Carlúcia de Vasconcelos Teixeira, CPF 124.081.904-87; e

a.4) Francisco José Pinheiro de Vasconcelos, CPF 366.126.264-539.2;

b) alertar os responsáveis retro referidos que, conforme art. 218, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, o pagamento integral realizado não importa em modificação do julgamento quanto à irregularidade de suas contas.

1. Processo TC-005.157/2010-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.130/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.128/2014-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 022.289/2007-1 (REPRESENTAÇÃO); 005.129/2014-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.127/2014-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.701/2016-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.131/2014-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Alberto Jorge Franklin Maciel (193.847.264-00); Carlucia de Vasconcelos Teixeira (124.081.904-87); Clelia Alves de Lacerda (911.028.044-87); Elba Lúcia Cavalcanti de Amorim (530.257.254-00); Elcia Machado Cavalcanti Cauas (103.273.044-72); Francisco Jose Pinheiro de Vasconcelos (366.126.264-53); Henrique Costa de Lucena (037.466.314-91); Jose Alves de Souza Filho (628.303.414-49); Maria Conceição Lopes Gallindo (062.222.004-78); Maria Helena Duarte Gomes dos Santos (125.647.704-44); Rubem Soares de Avelar Filho (212.927.524-91); Silvana Cabral Maggi (113.187.914-72); Vohnson Francisco Machado de Miranda (370.287.584-00)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco (CRF/PE)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.7. Representação legal: Antônio Peixoto da Silva Filho (OAB 17.191/PE); Sérgio Rodrigo Gayao de Morais (OAB 21.199/PE); Antônio César Cavalcanti Júnior (OAB 2268/RN).

ACÓRDÃO Nº 10548/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Município de Godofredo Viana/MA em face de irregularidade na gestão do ex-prefeito Marcelo Jorge Torres, concernente à inadimplência quanto ao dever de alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), no exercício de 2016,

Considerando que em instrução de peça 7 a Secex/MA observou que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da representação,

Considerando, todavia, que em observância ao disposto no art. 106 da Resolução TCU 259/2014, a análise empreendida sobre os apontamentos conduziu à conclusão, pela unidade técnica, de que, por não serem altos o suficiente o risco e a relevância dos fatos, e prejudicada a análise de materialidade, torna-se aplicável à matéria o disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da referida Resolução, de modo que as questões ora tratadas deveriam ser levadas ao conhecimento da unidade jurisdicionada para a adoção das providências de sua alçada, com posterior arquivamento dos autos,

Considerando que a apuração primeira de irregularidades como a indicada compete aos órgãos transferidores dos recursos federais, bem como que a atuação do Controle Externo, *in casu*, revelar-se-ia pertinente tão-somente em casos excepcionais, em que a irregularidade não seja apurada por aquele órgão concedente dos recursos, ou quando revele risco, relevância e materialidade suficientes para a instauração de procedimentos de controle ou instauração de tomada de contas especial, em face de dano, ou grave infração a norma legal,

Considerando, assim, a atuação primeira por parte do Ministério da Saúde, bem assim, que a inadimplência indicada ocasiona, em princípio, apenas restrições ao município, na obtenção de recursos por meio de transferências voluntárias, cuja reversão depende de ações do dirigente municipal,

Considerando o que consta disposto no inciso I do § 3º do art. 106 da Resolução 259/2014, segundo o qual serão proposições da secretaria *"no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, de que as questões sejam levadas ao*

conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo", de modo que se autoriza o arquivamento do processo sem julgamento do mérito da matéria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia deste acórdão, da instrução de peça 5 e do parecer de peça 6:

b.1) ao Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências necessárias, inclusive instauração de tomada de contas especial, se eventualmente cabível; e

b.2) ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) bem como ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias;

c) encaminhar ao Município de Godofredo Viana/MA cópia da instrução e deste acórdão, juntamente com as orientações constantes do subitem 1.7 a seguir;

d) arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 169, inciso III, do RI/TCU, e sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-008.072/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Marcelo Jorge Torres (773.886.583-00)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Godofredo Viana - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: Rosângela A. Goulart (OAB/MA 2.728).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Município de Godofredo Viana/MA, por meio do representante identificado na peça inaugural, que:

1.7.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos, que, no caso, é o Ministério da Saúde;

1.7.1.2. cabe ao referido município intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter a situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, devendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais.

ACÓRDÃO Nº 10549/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Município de Marajá do Sena/MA em face de irregularidade na gestão do ex-Prefeito Manoel Edivan Oliveira da Costa, concernente à inadimplência quanto ao dever de alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), no exercício de 2016,

Considerando que em instrução de peça 6 a Secex/MA observou que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da representação,

Considerando, todavia, que em observância ao disposto no art. 106 da Resolução TCU 259/2014, a análise empreendida sobre os apontamentos conduziu à conclusão, pela unidade técnica, de que, por não serem altos o suficiente o risco e a relevância dos fatos, e prejudicada a análise de materialidade, torna-se aplicável à matéria o disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da referida Resolução, de modo que as questões ora tratadas deveriam ser levadas ao conhecimento da unidade jurisdicionada para a adoção das providências de sua alçada, com posterior arquivamento dos autos,

Considerando que a apuração primeira de irregularidades como a indicada compete aos órgãos transferidores dos recursos federais, bem como que a atuação do Controle Externo, *in casu*, revelar-se-ia pertinente tão-somente em casos excepcionais, em que a irregularidade não seja apurada por aquele órgão concedente do recurso, ou quando revele risco, relevância e materialidade suficientes para a instauração de procedimentos de controle ou instauração de tomada de contas especial, em face de dano, ou grave infração a norma legal,

Considerando, assim, a atuação primeira por parte do Ministério da Saúde, bem assim, que a inadimplência indicada ocasiona, em princípio, apenas restrições ao município, na obtenção de recursos por meio de transferências voluntárias, cuja reversão depende de ações do dirigente municipal,

Considerando o que consta disposto no inciso I do § 3º do art. 106 da Resolução 259/2014, segundo o qual serão proposições da secretaria *"no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo"*, de modo que se autoriza o arquivamento do processo sem julgamento do mérito da matéria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia deste acórdão, da instrução de peça 6 e do parecer de peça 7:

b.1) ao Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências necessárias, inclusive instauração de tomada de contas especial, se eventualmente cabível; e

b.2) ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) bem como ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias;

c) encaminhar ao Município de Marajá do Sena/MA cópia da instrução e deste acórdão, juntamente com as orientações constantes do subitem 1.6 a seguir;

d) arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 169, inciso III, do RI/TCU, e sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-008.173/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Marajá do Sena - MA

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Representação legal: Annabel Gonçalves Barros Costa (OAB/MA 8939)

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. informar ao Município de Marajá do Sena/MA, por meio do representante identificado na peça inaugural, que:

1.6.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos;

1.6.1.2. cabe ao município interessado intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais ou administrativas julgadas cabíveis, com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais.

ACÓRDÃO Nº 10550/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Município de Centro Novo do Maranhão/MA em face de irregularidade na gestão do ex-Prefeito Arnóbio Rodrigues dos Santos, concernente à inadimplência quanto ao dever de alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), no último bimestre de 2016,

Considerando que em instrução de peça 6 a Secex/MA observou que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da representação,

Considerando, todavia, que em observância ao disposto no art. 106 da Resolução TCU 259/2014, a análise empreendida sobre os apontamentos conduziu à conclusão, pela unidade técnica, de que, por não serem altos o suficiente o risco e a relevância dos fatos, e prejudicada a análise de materialidade, torna-se aplicável à matéria o disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da referida Resolução, de modo que as questões ora tratadas deveriam ser levadas ao conhecimento da unidade jurisdicionada para a adoção das providências de sua alçada, com posterior arquivamento dos autos,

Considerando que a apuração primeira de irregularidades como a indicada compete aos órgãos transferidores dos recursos federais, bem como que a atuação do Controle Externo, *in casu*, revelar-se-ia pertinente tão-somente em casos excepcionais, em que a irregularidade não seja apurada por aquele órgão concedente dos recursos, ou quando revele risco, relevância e materialidade suficientes para a instauração de procedimentos de controle ou instauração de tomada de contas especial, em face de dano, ou grave infração à norma legal,

Considerando, assim, a atuação primeira por parte do Ministério da Saúde, bem assim, que a inadimplência indicada ocasiona, em princípio, apenas restrições ao município, na obtenção de recursos por meio de transferências voluntárias, cuja reversão depende de ações do dirigente municipal,

Considerando o que consta do disposto no inciso I do § 3º do art. 106 da Resolução 259/2014, segundo o qual serão proposições da secretaria *"no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo"*, de modo que se autoriza o arquivamento do processo sem julgamento do mérito da matéria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia deste acórdão e da instrução de peça 6:

b.1) ao Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências necessárias, inclusive instauração de tomada de contas especial, se eventualmente cabível; e

b.2) ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) bem como ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias;

c) encaminhar ao Município de Centro Novo do Maranhão/MA cópia da instrução e deste acórdão, juntamente com as orientações constantes do subitem 1.7 a seguir;

d) arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 169, inciso III, do RI/TCU, e sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-008.178/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Centro Novo do Maranhão/MA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Centro Novo do Maranhão/MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Município de Centro Novo do Maranhão/MA, por meio do representante identificado na peça inaugural, que:

1.7.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos; e

1.7.1.2. cabe ao município interessado intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais ou administrativas julgadas cabíveis, com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais.

ACÓRDÃO Nº 10551/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer desta representação, vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade aplicáveis, considerá-la prejudicada, visto que a apuração quanto a pendências cadastrais compete primariamente ao órgão repassador dos recursos, conforme exposto no parecer da Secex/MA (peças 06/07), adotar as providências listadas adiante e arquivar este processo.

1. Processo TC-009.188/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Formosa da Serra Negra /MA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra/MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: Junior Nascimento de Sousa (OAB/MA 11.555).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar ao Município de Formosa da Serra Negra /MA cópia das peças 06/07 e deste acórdão, informando que:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos, que, no caso específico destes autos, trata-se do Ministério da Saúde;

1.7.1.2. cabe ao município interessado intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais ou administrativas julgadas cabíveis, com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais;

1.7.2. encaminhar cópia da instrução (peças 06/07) e deste acórdão ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias.

ACÓRDÃO Nº 10552/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Município de Morros/MA em face de irregularidade na gestão da ex-Prefeita Francisca Silvana Alves Malheiros Araujo, concernente à inadimplência quanto ao dever de alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), no último bimestre de 2016,

Considerando que em instrução de peça 7 a Secex/MA observou que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da representação,

Considerando, todavia, que em observância ao disposto no art. 106 da Resolução TCU 259/2014, a análise empreendida sobre os apontamentos conduziu à conclusão, pela unidade técnica, de que, por não serem altos o suficiente o risco e a relevância dos fatos, e prejudicada a análise de materialidade, torna-se aplicável à matéria o disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da referida Resolução, de modo que as questões ora tratadas deveriam ser levadas ao conhecimento da unidade jurisdicionada para a adoção das providências de sua alçada, com posterior arquivamento dos autos,

Considerando que a apuração primeira de irregularidades como a indicada compete aos órgãos transferidores dos recursos federais, bem como que a atuação do Controle Externo, *in casu*, revelar-se-ia pertinente tão-somente em casos excepcionais, em que a irregularidade não seja apurada por aquele órgão concedente dos recursos, ou quando revele risco, relevância e materialidade suficientes para a instauração de procedimentos de controle ou instauração de tomada de contas especial, em face de dano, ou grave infração à norma legal,

Considerando, assim, a atuação primeira por parte do Ministério da Saúde, bem assim, que a inadimplência indicada ocasiona, em princípio, apenas restrições ao município, na obtenção de recursos por meio de transferências voluntárias, cuja reversão depende de ações do dirigente municipal,

Considerando o que consta do disposto no inciso I do § 3º do art. 106 da Resolução 259/2014, segundo o qual serão proposições da secretaria *"no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo"*, de modo que se autoriza o arquivamento do processo sem julgamento do mérito da matéria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia deste acórdão e da instrução de peça 7:

b.1) ao Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências necessárias, inclusive instauração de tomada de contas especial, se eventualmente cabível; e

b.2) ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) bem como ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias;

c) encaminhar ao Município de Morros/MA cópia da instrução e deste acórdão, juntamente com as orientações constantes do subitem 1.7 a seguir;

d) arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 169, inciso III, do RI/TCU, e sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-009.330/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Morros/MA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Morros/MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Município de Morros/MA, por meio do representante identificado na peça inaugural, que:

1.7.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos;

1.7.1.2. cabe ao município interessado intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais ou administrativas julgadas cabíveis, com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais.

ACÓRDÃO Nº 10553/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la procedente, adotar as providências expostas no item 1.7 adiante e arquivar o processo, em consonância com a proposta elaborada pela Secex/ES (peças 05/06).

1. Processo TC-010.183/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES

1.2. Representante: Serviço de Auditoria no Espírito Santo do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Seaud/ES/Denasus)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar, com fundamento no art. 250, incisos I e II, do Regimento Interno e ante as orientações expedidas no Acórdão 1072/2017-Plenário, à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que, no tocante ao TAS 157, celebrado com o Município de Pedro Canário/ES, e diante da constatação da inexecução total do correspondente objeto, providencie, caso permaneça o prejuízo apurado nos autos e o mesmo supere o valor de alçada fixado pelo art. 6º, inciso I, da IN TCU 71/2012 (alterada pela IN TCU 76/2016), no montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a instauração de tomada de contas especial (TCE), remetendo-a à Secretaria Federal de Controle Interno no prazo máximo de até cento e oitenta dias, sem prejuízo de, nesse mesmo prazo, encaminhar a este Tribunal informações acerca das providências adotadas;

1.7.2. enviar cópia deste acórdão e da instrução localizada nas peças 05 e 06 ao representante, à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, ao Município de Pedro Canário/ES, à Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo e ao Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo.

ACÓRDÃO Nº 10554/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso I, 235 e 237, inciso I e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la procedente e apensá-la ao TC-010.183/2017-5, que trata da mesma matéria, em consonância com a proposta elaborada pela Secex/ES (peças 02/03).

1. Processo TC-010.200/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES

1.2. Representante: Procuradoria da República em São Mateus/ES

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. enviar cópia deste acórdão e da instrução localizada nas peças 02 e 03 ao representante.

ACÓRDÃO Nº 10555/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, adotar a providência descrita no item 1.7 adiante e arquivar o processo.

1. Processo TC-011.700/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Marcelo de Andrade Siqueira, Delegado de Polícia Federal em Vitória da Conquista/BA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Macaúbas/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução localizada nas peças 69/71 ao representante a fim de dar-lhe ciência quanto às medidas adotadas a respeito dos indícios relacionados à aplicação de recursos federais pelos respectivos órgãos repassadores.

ACÓRDÃO Nº 10556/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Diretor Secretário do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR 5ª Região, a respeito de possíveis irregularidades contábeis verificadas em administrações anteriores, requerendo apurar a improbidade administrativa dos conselheiros,

Considerando que as irregularidades referem-se à ausência de implantação do sistema de controle; a não conciliação do saldo de créditos de contas a receber em curto prazo e da dívida ativa em longo prazo com o sistema de controle interno (SISCAFW); a despesas indevidamente contabilizadas e a registro de bens móveis sem contabilização da depreciação;

Considerando que o apontamento das divergências contábeis não constitui, por si só, indício de irregularidade apto a demandar a atuação deste Tribunal, cabendo ao próprio conselho realizar as apurações iniciais cabíveis e, caso conclua pela existência de dano ao erário, promover a apuração das responsabilidades internamente e, se necessário, instaurar a devida tomada de contas especial, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TCU 71/2012;

Considerando que a documentação em análise refere-se a responsável sujeito a jurisdição do TCU, está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante, porém não se encontra acompanhada de indício concernente às irregularidades ou ilegalidades aventadas; e

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secex/SP no sentido de determinar liminarmente o arquivamento deste processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer da presente representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade e pressupostos de legitimidade previstos no art. 235 c/c o art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução de peça 3, ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - 5ª Região (CRTR/SP), por meio de seu Diretor Secretário, Sr. Antônio Pascinho Filho;

c) arquivar os autos, com fulcro nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-018.071/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Antônio Pascinho Filho (CPF 247.989.158-58), Diretor Secretário do Secretário do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR 5ª Região.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR 5ª Região (CNPJ 59.575.555/0001-04)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10557/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, em caráter excepcional, por mais 90 (noventa) dias, o prazo fixado para o cumprimento do item 9.5 do Acórdão 2194/2017-TCU-Primeira Câmara, a contar de 1º/9/2017, em conformidade com o pronunciamento de peça 70 destes autos.

1. Processo TC-020.388/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Requerente: Carlos Henrique Mendes da Rocha, Presidente em Exercício do CFA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Administração (CFA)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: José Carlos Cal Garcia Filho (19.114/OAB-PR) e outros, representando Gilberto Serpa Griebeler; Glaucia Megi (60.108/OAB-PR), representando Conselho Regional de Administração do Paraná.

ACÓRDÃO Nº 10558/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de representação apresentada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO a respeito de possíveis irregularidades no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia - Crea-RO, relacionadas à notificação de servidores do TCE/RO não habilitados para o exercício de atribuições que exigem conhecimento da área de engenharia.

Considerando que a matéria tratada na representação - possível atuação irregular de conselho profissional de engenharia, com extrapolação de suas competências legais, em razão de notificação encaminhada a auditores do referido tribunal de contas estadual - não se insere no rol de competências deste Tribunal de Contas da União;

Considerando a proposta uniforme da unidade técnica no sentido de que o representante seja comunicado do não conhecimento da presente representação em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do Regimento Interno deste Tribunal e do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente representação por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU e do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia do presente acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO.

1. Processo TC-023.046/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia (Crea/RO)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10559/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade aplicáveis; considerá-la prejudicada ante a perda do seu objeto, visto que o Crea/SP promoveu alterações no edital do Pregão Eletrônico 27/2017 retificando os pontos questionados, conforme verificado pela Secex/SP (peças 14/16); dar ciência deste acórdão à representante e ao Crea/SP; e, arquivar os autos.

1. Processo TC-026.027/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP).

1.2. Representante: Phabrica de Produções Serviços de Propaganda e Publicidade Ltda. EPP (CNPJ: 00.662.315/0001-02)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10560/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação de autoria da Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES) a respeito da existência de possíveis irregularidades no edital do certame licitatório Pregão Presencial 4/2017, promovido pelo Conselho Regional de Farmácia no Estado do Espírito Santo - CRF-ES, que teve por objeto a contratação de empresa administradora de vales combustível, alimentação e refeição em cartões eletrônicos.

Considerando que a peça apresentada a título de representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal;

Considerando que o indício de irregularidade apontado pela empresa representante consiste na exigência, constante do ato convocatório, de registro da licitante no Conselho de Nutrição do local da prestação do serviço, o que configuraria indevida restrição à liberdade de participação de empresas sediadas em outras unidades da federação, com possível afronta ao ar. 37, inciso XXI, da CF 88;

Considerando que restou constatado pela unidade técnica que a referida exigência foi retirada do edital do Pregão Presencial 4/2017 por meio de republicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - DIO-ES, na data de 04/10/2017 (peça 2 dos autos);

Considerando que a unidade técnica propõe uniformemente seja a representação conhecida e, no mérito, seja considerada prejudicada, pela perda de seu objeto, em razão da retificação do dispositivo inquinado de irregular,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada, em virtude da perda do seu objeto;

b) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-028.454/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Trivale Administração Ltda. (00.604.122/0001-97)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo (CRF/ES)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 10561/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-031.119/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ilma Delfim (280.004.471-34); Isabel Cristina Albuquerque Diniz (603.283.047-00); Jorge de Brito Sanches (564.931.777-15); Jose Carlos Pereira de Souza (255.737.647-72); Jose Carlos Pinto Guedes (378.044.997-87); Jose Rogerio Cavichini Tardin (305.579.337-49); Lauro Pereira da Matta (184.436.217-53); Lenita Amorim de Araujo (354.286.517-68); Lucia Maia Barcellos (463.288.157-00); Luiz Paulo da Silva Falcao (409.111.367-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10562/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-029.098/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabricino Leite da Silva (125.196.277-78).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10563/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-030.667/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Heluisa Helena Bezerra de Sousa Varella (050.071.044-93); Hudson da Silva Gonçalves (600.109.402-00); Pedro Gabriel da Costa (029.907.181-25); Rodolfo Marcus da Silva Maia (029.768.061-79).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10564/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a jurisprudência consolidada do TCU quanto à responsabilidade primária do órgão repassador de recursos (acórdão 516/2015-TCU-2ª Câmara, 2836/2017-TCU-2ª Câmara, 3757/2015-TCU-2ª Câmara; 3758/2015-TCU-2ª Câmara; 3759/2015-TCU-2ª Câmara; 3761/2015-TCU-2ª Câmara, 2716/2011-TCU-1ª Câmara, 2594/2009-TCU-Plenário, 1988/2010-TCU-1ª Câmara);

Considerando o disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992 e, ainda, o rito estabelecido pela Instrução Normativa TCU 71/2012, atualizada pela Instrução Normativa TCU 76/2016;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1. Processo TC-016.112/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Itabuna/BA.

1.2. Entidade: Município de Itabuna/BA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1.esclarecer ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 10565/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a jurisprudência consolidada do TCU quanto à responsabilidade primária do órgão repassador de recursos (acórdão 516/2015-TCU-2ª Câmara, 2836/2017-TCU-2ª Câmara, 3757/2015-TCU-2ª Câmara; 3758/2015-TCU-2ª Câmara; 3759/2015-TCU-2ª Câmara; 3761/2015-TCU-2ª Câmara, 2716/2011-TCU-1ª Câmara, 2594/2009-TCU-Plenário, 1988/2010-TCU-1ª Câmara);

Considerando o disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992 e, ainda, o rito estabelecido pela Instrução Normativa TCU 71/2012, atualizada pela Instrução Normativa TCU 76/2016;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante e ao Ministério das Cidades.

1. Processo TC-018.066/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Adauto Oliveira de Almeida (031.517.432-34).

1.2. Entidade: Município de Itororó/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, ao Ministério das Cidades que considere as constatações trazidas a esta Corte quando da análise da prestação de contas do convênio Siafi 631892, destinado à pavimentação e drenagem no Bairro Sinval Palmeira, na sede do Município de Itororó.

1.7.2. esclarecer ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 025.176/2017-0, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Maria Augusta Rost apresentou sustentação oral em nome de Lavebras Gestão de Têxteis S.A.. Após a realização da sustentação oral, o processo foi objeto de pedido de vista formulado pelo Representante do Ministério Público.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10504 a 10544, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10504/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.513/2012-9

1.1. Apenso: 006.401/2011-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)

3. Recorrentes: Artur Sérgio de Almeida Reis (694.428.785-49) e José Raimundo de Araújo Campos (102.665.345-20)

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe (Seagri/SE) e Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: André Luís Garoni de Oliveira (OAB/DF 15.786), Filipe da Silveira Moreira (OAB/DF 34.489), Max de Carvalho Amaral (OAB/SE 5.229), Márcio Macedo Conrado (OAB/SE 3.806), Marcela Pithon Brito dos Santos Dantas (OAB/SE 4389) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Artur Sérgio de Almeida Reis e José Raimundo de Araújo Campos contra o Acórdão 1.850/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 manter, em seus exatos termos, o acórdão embargado;

9.3. com fulcro no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, autorizar a secretaria de controle externo competente a apostilar o Acórdão 8.661/2013-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, nos seguintes termos:

9.3.1 no subitem 9.1, onde se lê "R$ 828.727,78", leia-se "R$ 828.743,70"; e

9.4. dar ciência aos embargantes, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Estado de Sergipe, ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, à Procuradoria-Geral de Justiça no Estado de Sergipe e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10504-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10505/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.293/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Afonso Leite (028.977.924-34); Glaucio Gurgel Fernandes (410.204.307-10); Marta Batista da Silva (096.446.104-82); Zilma Pereira da Silva (155.983.814-00)

3.2. Recorrentes: Afonso Leite (028.977.924-34); Marta Batista da Silva (096.446.104-82); Zilma Pereira da Silva (155.983.814-00).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Cynthia Rachel de Souza Gomes Pena (7.590/OAB-RN) e outros, representando Zilma Pereira da Silva e Afonso Leite.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, embargos de declaração opostos por Afonso Leite, Marta Batista da Silva e Zilma Pereira da Silva ao Acórdão nº 4.660/2017-1ª Câmara, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra o Acórdão 5.635/2016-1ª Câmara, por meio do qual foram considerados ilegais os atos de aposentadoria dos referidos recorrentes, *"em razão da inclusão, na estrutura de proventos, da vantagem denominada Diferença Pessoal Nominalmente Identificada - DPNI, sem sua devida absorção"*,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, conhecer dos embargos de declaração opostos por Afonso Leite, Marta Batista da Silva e Zilma Pereira da Silva, para, no mérito, acolhê-los, para esclarecer que as decisões judiciais proferidas nos autos da Ação Ordinária nº 0806538-17.2014.4.05.8400 não constituem óbice ao cumprimento da determinação para que o órgão jurisdicionado adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos constatados na ficha financeira dos interessados, haja vista que as causas de pedir deduzidas em juízo mostram-se absolutamente diversas do que restou apreciado nos presentes autos de processo de aposentadoria.

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao órgão jurisdicionado e ao Desembargador Federal Alexandre Luna Freire da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, relator da apelação interposta nos autos processo 0806538-17.2014.4.05.8400, remetendo-lhes cópia do inteiro teor do acórdão.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10505-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10506/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.493/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Maria Celia Valladares Vasconcellos (799.957.567-49); Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ (39.485.438/0001-42).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da não devolução de R$ 870.000,00, empregados para pagamento da folha de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) relativa a servidores que não desempenhavam funções relacionadas a serviços de vigilância em saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, irregulares as contas do Município de Belford Roxo/RJ (CNPJ 39.485.438/0001-42) e da Sra. Maria Celia Valladares Vasconcellos (CPF 799.957.567-49) e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde do Município de Belford Roxo/RJ, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
220.000,00 5/8/2010
250.000,00 2/9/2010
240.000,00 6/10/2010
160.000,00 5/11/2010

9.2. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, multa no valor de R$ 150.000,00 à Sra. Maria Celia Valladares Vasconcellos (CPF 799.957.567-49), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10506-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10507/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.366/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Alessandra Lopes Gadioli (906.432.836-68); Antonio Jose Goncalves Henriques (755.501.137-91); Carolina Gabas Stuchi (282.941.638-48); Denise Ratmann Arruda Colin (597.888.879-53); Dulcelena Alves Vaz Martins (296.718.171-49); Elyria Bonetti Yoshida (596.812.418-00); Fábio Moassab Bruni (319.302.078-83); Jaime Rabelo Adriano (392.612.121-15); Lidia Cristina Silva Barbosa (060.511.856-66); Léa Lúcia Cecílio Braga (500.962.226-20); Maria Helena de Souza Tavares (423.659.617-20); Maria Jose de Freitas (160.617.646-34); Simone Aparecida Albuquerque (666.680.266-72); Telma Maranho Gomes (462.843.119-15); Valéria Maria de Massarani Gonelli (036.748.098-00)

3.2. Recorrentes: Carolina Gabas Stuchi (282.941.638-48); Denise Ratmann Arruda Colin (597.888.879-53).

4. Entidade: Secretaria Nacional de Assistencia Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal :

8.1. Geraldine Lemos Torres e outros, representando Secretaria Nacional de Assistencia Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos por Carolina Gabas Stuchi e Denise Ratmann Arruda contra o Acórdão 4284/2014-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, inciso I, c/c o art. 33 da Lei 8.443/1992, não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Denise Ratmann Arruda Colin, por inexistência de interesse recursal, haja vista o arresto recorrido não lhe ter impingido sucumbência;

9.2. com fundamento no art. 32, inciso I, c/c o art. 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto por Carolina Gabas Stuchi, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de julgar regulares as contas da recorrente, dando-lhe quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 17 e 23 da Lei 8.443/1992, sem prejuízo de tornar insubsistente a alínea "a" do Acórdão 4.284/2015 - 1ª Câmara; e

9.3. dar ciência desta deliberação às recorrentes.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10507-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10508/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.381/2006-0.

1.1. Apenso: 017.951/2005-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3.1. Responsáveis: Duda Mendonça & Associados Propaganda Ltda. (CNPJ 69.277.291/0006-70), Expedito Carlos Barsotti (CPF 060.209.778-97), Jafete Abrahão (CPF 042.884.676-91), Lucia Maria Rodrigues Mendes (CPF 355.827.666-34), Luiz Antonio Moreti (CPF 514.488.078-91), Pancrom Indústria Gráfica Ltda. (CNPJ 61.155.925/0001-04), Web Editora Gráfica Ltda. (CNPJ 03.073.653/0001-99), Editora Gráficos Burti Ltda. (CNPJ 43.150.499/0001-26)

3.2. Embargantes: Web Editora Ltda. (03.073.653/0001-99); Duda Mendonça & Associados Propaganda Ltda (69.277.291/0006-70); Expedito Carlos Barsotti (060.209.778-97); Jafete Abrahão (042.884.676-91); Lucia Maria Rodrigues Mendes (355.827.666-34); Luiz Antonio Moreti (514.488.078-91).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica - PR.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal:

8.1. Valério Alvarenga Monteiro de Castro (OAB/DF 13.398), representando Web Editora Ltda.;

8.2. Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Jéssica de Oliveira Amaral (48.386/OAB-DF), representando Duda Mendonça & Associados Propaganda Ltda.;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.3. Eduardo Stênio Silva Souza (OAB/DF 20.327) e Luis Justiniano Haiek Fernandes (119.324/OAB-SP), representando Luiz Antonio Moreti, Lucia Maria Rodrigues Mendes, Expedito Carlos Barsotti e Jafete Abrahão;

8.4. Talita Andrade de Souza Pinto Oliveira (OAB/SP 349.766) e Nircles Monticelli Breda (OAB/SP 26.114), representando Pancrom Indústria Gráfica Ltda. (CNPJ 61.155.925/0001-04);

8.5. Fabio Maier Alexandretti (OAB/RS 54.839) e Simone Zaize de Oliveira (OAB/SP 132.830), representando Editora Gráficos Burti Ltda. (CNPJ 43.150.499/0001-26).

8.6. Eduardo Rodrigues Lopes (OAB 29.283/DF); Talita Andrade de Souza Pinto Oliveira (OAB/SP 349.766) e Nircles Monticelli Breda (OAB/SP 26.114), representando Pancrom Indústria Gráfica Ltda. (CNPJ 61.155.925/0001-04)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.904/2016-1ª Câmara, proferido em recurso de reconsideração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, não acolhê-los;

9.2. dar ciência aos recorrentes do teor desta deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10508-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10509/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.475/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Beatriz Pasa (271.095.260-20); Carmen Berta Tréz Rodrigues (118.240.930-04); Catarina Goggia (310.124.349-15); Claudio Cezar Peres (316.504.300-00); Claudio José Diettrich (017.938.610-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Beatriz Pasa (271.095.260-20), Carmen Berta Tréz Rodrigues (118.240.930-04), Catarina Goggia (310.124.349-15), Claudio Cezar Peres (316.504.300-00) e Claudio José Diettrich (017.938.610-72), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Beatriz Pasa (271.095.260-20), Carmen Berta Tréz Rodrigues (118.240.930-04), Catarina Goggia (310.124.349-15), Claudio Cezar Peres (316.504.300-00) e Claudio José Diettrich (017.938.610-72) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10509-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10510/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.480/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Geraldina Inez Ferreira de Matos (168.783.290-00); Gilberto José Walter (120.145.320-87); Gisela Ranck (298.956.260-53); Helena Dall"ostro (255.541.070-87); Heloisa Brandão Rubenich (366.311.830-49).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Geraldina Inez Ferreira de Matos, Gilberto José Walter, Gisela Ranck, Helena Dall"ostro e Heloisa Brandão Rubenich, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Geraldina Inez Ferreira de Matos, Gilberto José Walter, Gisela Ranck, Helena Dall"ostro e Heloisa Brandão Rubenich do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Geraldina Inez Ferreira de Matos, Gilberto José Walter, Gisela Ranck, Helena Dall"ostro e Heloisa Brandão Rubenich tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10510-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10511/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.482/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Henrique Luiz Barenski Mello (057.112.400-30); José Antonio Pastoriza Fontoura (013.947.540-00); José Carlos de Oliveira Brito (060.292.640-87); José Carlos de Oliveira Brito (060.292.640-87); João Jaques Caetano Rigon (228.523.520-87).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Henrique Luiz Barenski Mello (057.112.400-30), José Antonio Pastoriza Fontoura (013.947.540-00), José Carlos de Oliveira Brito (060.292.640-87) e João Jaques Caetano Rigon (228.523.520-87), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Henrique Luiz Barenski Mello (057.112.400-30), José Antonio Pastoriza Fontoura (013.947.540-00), José Carlos de Oliveira Brito (060.292.640-87) e João Jaques Caetano Rigon (228.523.520-87) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10511-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10512/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.488/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Pedro Accetta Erguy (131.590.620-15); Regina Helena Pederzolli de Oliveira (154.965.110-20); Rosa Elaine de Abreu Gonçalves (260.331.270-72); Rui Oscar Schmitt (091.122.271-53).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria a Pedro Accetta Erguy, Regina Helena Pederzolli de Oliveira, Rosa Elaine de Abreu Gonçalves e Rui Oscar Schmitt e determinar o registro dos respectivos atos;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Pedro Accetta Erguy, Regina Helena Pederzolli de Oliveira, Rosa Elaine de Abreu Gonçalves e Rui Oscar Schmitt do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10512-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10513/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.489/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Sara Saboia de Barros (146.429.050-49); Silvia Knijnik (278.702.780-68); Sérgio Roque Bauer de Oliveira (187.589.590-68); Sérgio Schames (498.016.600-82).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Sara Saboia de Barros, Silvia Knijnik, Sérgio Roque Bauer de Oliveira e Sérgio Schames, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Sara Saboia de Barros, Silvia Knijnik, Sérgio Roque Bauer de Oliveira e Sérgio Schames do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Sara Saboia de Barros, Silvia Knijnik, Sérgio Roque Bauer de Oliveira e Sérgio Schames tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10513-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10514/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.571/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Afonso Celso de Oliveira Filho (749.458.408-06); Antonio Edmilson Costa (177.892.226-00); Benedito Tadeu do Amaral (238.514.816-15); Carmeluce Dias da Silva Moraes (273.588.876-20); Eduardo de Morais (220.652.886-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Afonso Celso de Oliveira Filho (749.458.408-06), Antonio Edmilson Costa (177.892.226-00), Benedito Tadeu do Amaral (238.514.816-15), Carmeluce Dias da Silva Moraes (273.588.876-20) e Eduardo de Morais (220.652.886-04), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Afonso Celso de Oliveira Filho (749.458.408-06), Antonio Edmilson Costa (177.892.226-00), Benedito Tadeu do Amaral (238.514.816-15), Carmeluce Dias da Silva Moraes (273.588.876-20) e Eduardo de Morais (220.652.886-04) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10514-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10515/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.577/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Carlos Arthur de Araújo Souza (413.627.647-87); Claudia Nella Camara de Farias (735.365.477-53); Eric da Silva Barbosa (027.133.307-34); Ivan Gonçalves Poyares (362.940.807-97); Ivanema de Albuquerque (198.145.930-87).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria a Carlos Arthur de Araújo Souza, Claudia Nella Camara de Farias, Eric da Silva Barbosa, Ivan Gonçalves Poyares e Ivanema de Albuquerque e determinar o registro dos respectivos atos;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Janeiro que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Carlos Arthur de Araújo Souza, Claudia Nella Camara de Farias, Eric da Silva Barbosa, Ivan Gonçalves Poyares e Ivanema de Albuquerque do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10515-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10516/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.579/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Luiz Antonio Marinho da Silva (225.522.517-49); Luiz Sergio Brandao de Oliveira (337.311.607-49); Marli Teresinha Ribeiro Tonassi (398.754.907-68); Martha Lucia Gomes Hermeto de Almeida (244.907.097-49); Monica dos Santos de Abreu (549.234.687-34).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Luiz Antonio Marinho da Silva (225.522.517-49), Luiz Sergio Brandao de Oliveira (337.311.607-49), Marli Teresinha Ribeiro Tonassi (398.754.907-68), Martha Lucia Gomes Hermeto de Almeida (244.907.097-49) e Monica dos Santos de Abreu (549.234.687-34), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Luiz Antonio Marinho da Silva (225.522.517-49), Luiz Sergio Brandao de Oliveira (337.311.607-49), Marli Teresinha Ribeiro Tonassi (398.754.907-68), Martha Lucia Gomes Hermeto de Almeida (244.907.097-49) e Monica dos Santos de Abreu (549.234.687-34) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10516-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10517/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.583/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Antônio Carlos Mendes Santiago (168.014.905-91); José Ivan Dantas Pugliese (041.127.505-44); Noélia Alves Teixeira Sousa (101.046.075-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria a Noélia Alves Teixeira Sousa;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Noélia Alves Teixeira Sousa do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos de Noélia Alves Teixeira Sousa o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias;

9.2.3. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, no prazo de trinta dias, os documentos com base nos quais foram averbados os tempos de serviço/contribuição dos servidores Antônio Carlos Mendes Santiago e José Ivan Dantas Pugliese;

9.3. autorizar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal a formar processo apartado com os atos de aposentadoria de Antônio Carlos Mendes Santiago e José Ivan Dantas Pugliese;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que dê prioridade à instrução do processo que vier a ser constituído com os atos de aposentadoria de Antônio Carlos Mendes Santiago e José Ivan Dantas Pugliese.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10517-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10518/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.683/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Interessados: Maria Berenice Ordones de Oliveira (589.006.596-34); Marisa Alves Vieira de Souza (363.640.296-04); Miriam Terezinha Vasconcelos da Silveira (346.034.766-04); Neuza Maria Moura Santos (450.921.846-04); Rachid Salmen Serai Edine (278.858.606-04).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Maria Berenice Ordones de Oliveira, Marisa Alves Vieira de Souza, Miriam Terezinha Vasconcelos da Silveira, Neuza Maria Moura Santos e Rachid Salmen Serai Edine, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Maria Berenice Ordones de Oliveira, Marisa Alves Vieira de Souza, Miriam Terezinha Vasconcelos da Silveira, Neuza Maria Moura Santos e Rachid Salmen Serai Edine do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Maria Berenice Ordones de Oliveira, Marisa Alves Vieira de Souza, Miriam Terezinha Vasconcelos da Silveira, Neuza Maria Moura Santos e Rachid Salmen Serai Edine tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10518-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10519/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.642/2010-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3. Responsáveis: Distribuidora e Construtora Sazão Ltda. (01.260.459/0001-97); Edson Andrade Correia (078.306.883-20); Francisco de Assis de Moraes Souza (010.900.463-91); Jorge Manuel Machado Faísca (549.957.877-04) e Paulo de Tarso de Moraes Souza (003.564.254-87).

4. Entidades: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Estado do Piauí

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal: Guilardo Cesá Medeiros Graça e outros (7305/OAB-PI), representando Paulo de Tarso de Moraes Souza e Francisco de Assis de Moraes Souza; Márcia Maria Macedo Franco (2802/OAB-PI) e outros, representando o Estado do Piauí.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em razão da impugnação total das despesas relativas ao Convênio 34/1997-DPE/INF (Siafi 338784), firmado com o estado do Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo de Tarso de Moraes Souza, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DÉBITO (R$)	DATA
615.000,00	27/3/1998

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que a pessoa designada no subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia do acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10519-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10520/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.121/2006-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Silvia Tavares Silva (253.976.303-06); Antônio Brandão Neves (044.811.193-49); Carmem Lúcia Freire Ferreira (027.847.773-91); Cleiton Mendes de Carvalho (012.283.902-15); Heliomar Scriviner Furtado (044.592.023-87); Laurene Estrela Aranha (055.001.333-49); Maria do Perpétuo Socorro Ramos de Neiva (013.017.563-34); Marisa Pereira Moreira (029.283.963-49); Mary do Espírito Santo Chagas da Silva (012.345.363-15).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Mário de Andrade Macieira (OAB/MA 4.217) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Fundação Universidade Federal do Maranhão em favor de ex-servidores vinculados à entidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 5º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Antônio Brandão Neves (044.811.193-49), em virtude de seu falecimento;

9.2. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Cleiton Mendes de Carvalho (012.283.902-15) e Heliomar Scriviner Furtado (044.592.023-87);

9.3. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Ana Silvia Tavares Silva (253.976.303-06); Carmem Lúcia Freire Ferreira (027.847.773-91); Laurene Estrela Aranha (055.001.333-49); Maria do Perpétuo Socorro Ramos de Neiva (013.017.563-34); Marisa Pereira Moreira (029.283.963-49) e Mary do Espírito Santo Chagas da Silva (012.345.363-15), recusando os respectivos registros;

9.3.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade Federal do Maranhão, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.4.2. ajuste a parcela de quintos de FC das ex-servidoras Ana Sílvia Tavares Silva (de R$ 6.471,74 para R$ 4.638,34), Laurene Estrela Aranha (de R$ 8.967,83 para R$ 4.307,34) e Mary do Espírito Santo Chagas da Silva (de R$ 6.622,40 para R$ 3.180,57) e Carmen Lúcia Freire Ferreira (de R$ 8.967,83 para R$ 4.307,03);

9.4.3. ajuste o valor dos anuênios de Maria do Perpétuo Socorro Ramos de Neiva para 29% do provento básico, bem como promova a correção da parcela quintos de FC, tomando como base o valor pago em setembro de 2000, atualizando-o pelos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais, passando-a de R$ R$ 6.107,92 para R$ 4.633,65;

9.4.4. promova a imediata absorção das parcelas URP e GAE nos proventos de Marisa Pereira Moreira, bem como ajuste a parcela quintos de FC percebida nos proventos da interessada de R$ 8.967,83 para R$ 4.307,34;

9.4.5. emita ato de alteração para a interessada Marisa Pereira Moreira, contemplando a parcela que se refere à atualização da vantagem prevista no art. 193 da Lei 8.112/1990, no valor de R$ 15.596,59, para apreciação desta Corte de Contas;

9.4.6. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.7. comunique às interessadas cujos atos foram apreciados pela ilegalidade o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.4.8. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes do julgamento deste Tribunal.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.4 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10520-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10521/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.966/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Aline Rebouças Jorge (053.635.593-23); Lígia Maria Paixão (137.346.437-24).

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em favor das beneficiárias Aline Rebouças Jorge e Lígia Maria Paixão, ambas na condição de menor sob guarda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil, instituído por Sebastião Manoel Paixão (071.175.667-87) em favor de Lígia Maria Paixão (137.346.437-24), nos termos do art. 260, § 5º do RITCU;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de pensão civil instituído por José Olavo Ferreira Jorge (042.670.443-68), em favor de Aline Rebouças Jorge (053.635.593-23), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU;

9.2.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique à beneficiária Aline Rebouças Jorge (053.635.593-23) o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi apreciado pela ilegalidade foi informada do julgamento deste Tribunal.

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10521-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10522/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.013/2007-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Sebastiana Gonçalves de Alencar (153.058.641-00).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Diretoria de Inativos e Pensionistas em favor de Sebastiana Gonçalves de Alencar;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor Sebastiana Gonçalves de Alencar (153.058.641-00), uma vez que o fundamento legal utilizado na concessão não ampara que os proventos da inativa sejam calculados com base na remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria e reajustado na mesma proporção e data que os servidores em atividade (integralidade e paridade);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Diretoria de Inativos e Pensionistas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. comunique à interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.3.4. esclareça à interessada que, caso seja possível alterar o fundamento legal da concessão em epígrafe para contemplar outro fundamento legal que conserve a paridade dos proventos da inativa, novo ato de concessão de aposentadoria deve ser emitido pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército e submetido à apreciação desta Corte de Contas, nos termos do que prescreve o art. 2º, inciso VII e § 1° da Instrução Normativa 55/2007/TCU.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10522-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10523/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.442/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Airton Saraiva de Souza (043.360.704-15); Fernando Marcelo Pereira Coelho (005.606.281-88); Francisco Mairon Marx Peixoto Coelho (024.264.663-83); Iasminie Peixoto Coelho (024.264.673-55); João Vitor Gonçalves Barbosa (706.139.394-76); Luzia Alves de Souza (025.629.464-05); Maria Solange Reinaldo Peixoto (358.883.183-53); Neci Freires Cavalcanti (024.619.314-02); Patrícia Pereira Coelho (021.666.811-58).

4. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pelo Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX, em favor dos beneficiários Airton Saraiva de Souza, Fernando Marcelo Pereira Coelho, Francisco Mairon Marx Peixoto Coelho, Iasminie Peixoto Coelho, João Vitor Gonçalves Barbosa, Luzia Alves de Souza, Maria Solange Reinaldo Peixoto, Neci Freires Cavalcanti e Patricia Pereira Coelho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir, da base Sisac, o ato de concessão de pensão civil de número Sisac 10001328-05-2012-000100-2, instituído por Maria Ozelita Cavalcante de Souza (004.607.614-04) em favor de Airton Saraiva de Souza (043.360.704-15), em razão de cadastramento em duplicidade, nos termos do Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário;

9.2. considerar legal o ato de concessão de pensão civil instituído por José Marcio Coelho (296.868.651-87) em favor dos beneficiários Fernando Marcelo Pereira Coelho (005.606.281-88), Francisco Mairon Marx Peixoto Coelho (024.264.663-83), Iasminie Peixoto Coelho (024.264.673-55), Maria Solange Reinaldo Peixoto (358.883.183-53) e Patrícia Pereira Coelho (021.666.811-58), concedendo-lhe o respectivo registro;

9.3. considerar ilegais os atos de concessão de pensão civil instituídos por Dilson Batista Cavalcanti (005.294.354-20) em favor de Neci Freires Cavalcanti (024.619.314-02); por Gercino Alves de Souza (006.712.074-15) em favor de Luzia Alves de Souza (025.629.464-05) e por João Barbosa de Almeida (005.593.504-49) em favor de João Vitor Gonçalves Barbosa (706.139.394-76), recusando os respectivos registros;

9.3.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Departamento de Órgãos Extintos, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Departamento de Órgãos Extintos, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos de pensão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. emita novos atos para pensões instituídas pelos exservidores Dilson Batista Cavalcanti, Gercino Alves de Souza e João Barbosa de Almeida, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007

9.4.3. comunique aos beneficiários cujos atos foram apreciados pela ilegalidade o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.4.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os beneficiários cujos atos foram apreciados pela ilegalidade foram informados do julgamento deste Tribunal.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.4 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10523-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10524/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.042/2015-3

2. Grupo I - Classe: VI - Assunto: Representação.

3. Representante/Responsáveis:

3.1. Representante: Lúcia Maria dos Santos Silva, CPF 594.120.114-15.

3.2. Responsáveis: Carlos Clériston Santana Gomes, CPF 485.943.345-91.

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Brígida/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, apresentada pela Vereadora Lúcia Maria dos Santos Silva, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Santa Brígida/BA, relacionadas à gestão de recursos públicos destinados a serviços de transporte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aplicar, ao Sr. Carlos Clériston Santana Gomes, a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso IV, do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. autorizar, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992 e no art. 157 do Regimento Interno desta Casa, a realização de nova diligência junto à Prefeitura Municipal de Santa Brígida/BA, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe a este Tribunal cópia da íntegra dos seguintes elementos:

9.3.1. processos 26/2013, 29/2013, 35/2013 e 482/2013, que tiveram por objeto a contratação de serviços de transporte;

9.3.2. editais, quando for o caso, ou instrumentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação decorrentes de tais processos, acompanhados dos respectivos termos de referência, atas do certame, despachos e demais documentos com que se deliberou a respeito;

9.3.3. contratos decorrentes dos processos e certames referidos nos subitens precedentes, bem como os documentos referentes à sua execução (ordens de serviços, notas fiscais, recibos, empenhos, pagamentos, etc...);

9.4. determinar à Secex/BA que, com fulcro no art. 11 da Lei 8.443/1992 e no art. 157 do Regimento Interno desta Casa, realize nova diligência junto à Caixa Econômica Federal, desta feita endereçada ao Superintendente da jurisdição apropriada, para que encaminhe cópia dos extratos da conta do Pnate mantida, pelo Município de Santa Brígida/BA, junto à agência 0985 - Paulo Afonso/BA, atinentes ao exercício de 2013.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10524-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10525/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.705/2015-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Wenceslau Guimarães/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Sra. Susete Nascimento da Silva, ex-Prefeita do Município de Wenceslau Guimarães/BA, em razão do não encaminhamento de documentação complementar à prestação de contas do Convênio 824/2010, que teve por objeto incentivar o turismo por meio do apoio à realização do projeto intitulado Arraiá da Mata Atlântica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, julgar irregulares as contas da Sra. Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15), condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 22/11/2010, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar à Sra. Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Ministério do Turismo, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10525-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10526/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.762/2015-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Erivaldo Almeida Nunes (284.186.705-68).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Camacan - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos repassados à Prefeitura Municipal de Camacan/BA, no exercício de 2003 e 2004, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, destinados à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, em caráter complementar, para atendimento dos alunos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável, Sr. Erivaldo Almeida Nunes, ex-Prefeito do Município de Camacan/BA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214 do Regimento Interno/TCU, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214 inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
690,00	14/10/2003
1.049,60	23/10/2003
1.772,50	06/11/2003
352,00	26/02/2004
1.992,00	27/02/2004
1.344,00	08/03/2004
1.263,00	14/04/2004
384,00	15/04/2004
517,00	24/04/2004
1.344,00	26/04/2004
2.070,00	29/04/2004
399,70	30/04/2004
472,50	10/05/2004
1.344,00	24/05/2004
384,00	21/05/2004
387,75	07/06/2004
1.656,00	06/07/2004
384,00	06/07/2004
1.135,50	07/07/2004
1.689,60	14/07/2004
3.125,00	02/08/2004
288,00	02/08/2004
2.756,50	03/08/2004
1.000,00	03/08/2004
435,00	05/08/2004
1.141,00	11/08/2004
288,00	12/08/2004
1.750,00	16/08/2004
1.096,00	23/08/2004
384,00	25/08/2004
66,00	31/08/2004
5.216,00	01/09/2004
1242,00	01/09/2004
1.985,00	01/09/2004
355,00	06/09/2004
1.290,00	08/09/2004
56,40	09/09/2004
1.158,50	13/09/2004
280,00	16/09/2004
1.440,00	22/09/2004
720,00	05/10/2004
1.656,00	11/10/2004
96,00	14/10/2004
149,00	18/10/2004
3.325,00	03/11/2004
4.499,20	05/11/2004
3.496,00	05/11/2004
1.040,00	10/11/2004
7.990,00	03/12/2004
7.996,00	03/12/2004
7.998,48	07/12/2004

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.3. encaminhar cópia dos elementos pertinentes ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10526-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10527/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-014.457/2014-8

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Joaquim Domingos Boaria (126.226.219-49); Med-serv - Com. de Produtos Medicos Hospitalares Ltda. (03.544.861/0001-29); Valdemir Sebastião Constantino (062.232.229-04).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Seringueiras/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Ministério da Saúde (MS), em desfavor dos Srs. Joaquim Domingos Boaria e Valdemir Sebastião Constantino, ex-Prefeito e ex-secretário municipal de Saúde do Município de Seringueiras/RO, respectivamente, em razão da não comprovação da liquidação da despesa realizada com serviços médicos custeados com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), relativos a atendimento médico, odontológico, de enfermagem e exames de diagnose por imagem (ultrassonografias pélvicas, ultrassonografia abdominal) e eletrocardiograma, entre os anos de 2003 e 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10527-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10528/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.241/2015-0

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsáveis: Joselane Simone dos Santos Bez (592.124.549-68); José Rogério Francisco dos Santos (063.893.509-10); José Rogério Francisco dos Santos Júnior (612.040.059-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urussanga/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. José Rogério Francisco dos Santos (falecido), ex-Prefeito em exercício do Município de Urussanga/SC na gestão 2009-2012, em razão da impugnação total de despesas relativas ao Convênio 459/2010 (Siconv 735475) - celebrado entre o ministério supracitado e o referido município, tendo por objeto "o apoio à realização do Projeto intitulado 18° Gemellaggio",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar ao Ministério do Turismo que adote as providências previstas no art. 16, inciso III, da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

9.3 dar ciência deste Acórdão ao Ministério do Turismo e aos herdeiros do Sr. José Rogério Francisco dos Santos (CPF 063.893.509-10), ex-Prefeito em exercício de Urussanga/SC no período de 2009-2012: Srª Joselane Simone dos Santos Bez (CPF 592.124.549-68) e Sr. José Rogério Francisco dos Santos Júnior (CPF 612.040.059-15).

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10528-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10529/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.059/2013-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Eduardo Marques de Oliveira (102.460.705-44); Erivaldo Oliveira do Nascimento (694.142.465-68); RRC Construções Ltda. (05.695.913/0001-93).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pinhão - SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal:

8.1. Layana Tyara Campos Dertônio (4.990/OAB-SE) e outros, representando Erivaldo Oliveira do Nascimento.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. Erivaldo Oliveira do Nascimento, ex-Prefeito de Pinhão/SE, em razão da impugnação do valor total transferido ao Município por meio do Convênio 776/2005 (Siafi 577569),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992, a empresa RRC Construções Ltda., bem como o Sr. Eduardo Marques de Oliveira;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Erivaldo Oliveira do Nascimento e da empresa RRC Construções Ltda., nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 19 da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II e III, do Regimento Interno/TCU;

9.3. condenar o Sr. Erivaldo Oliveira do Nascimento, ex-Prefeito do Município de Pinhão/SE, em solidariedade com a empresa RRC Construções Ltda., ao pagamento das quantias constantes da tabela abaixo, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
2/4/2008	85.000,00
28/11/2008	20.000,00

9.4. condenar o Sr. Erivaldo Oliveira do Nascimento, ex-Prefeito do Município de Pinhão/SE, ao recolhimento pagamento das quantias constantes da tabela abaixo, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, a partir das datas discriminadas, até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
28/11/2008	837,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21/7/2010	14.162,80
5/8/2010	12.296,50

9.5. aplicar multa individual, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, ao Sr. Erivaldo Oliveira do Nascimento e à empresa RRC Construções Ltda., nas quantias discriminadas a seguir, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R$)
Erivaldo Oliveira do Nascimento	10.000,00
RRC Construções Ltda.	20.000,00

9.6. aplicar multa, com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, ao Sr. Eduardo Marques de Oliveira, no valor de R$ 5.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas às notificações;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.9. encaminhar à Fundação Nacional de Saúde e aos responsáveis cópia deste Acórdão.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10529-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10530/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC- 023.486/2011-2

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Amélia Yamazaki, CPF, 004.538.458-43; Anísio de Souza, CPF 942.586.358-04: Betania Lobato Vittaz Freire, CPF 296.834.677-68; Charles Dickens do Carmo Lacerda Mouço, CPF 120.142.306-68; Claudia Briquet, CPF 533.698.317-91; Imaculada Raquel Martorelli, CPF 631.147.637-15; Itamar Alexandre, CPF 452.203.017-72; Josefa Nicacio da Silva, CPF 836.883.407-44; Leticia Souquet de Almeida, CPF 637.859.197-00; Marcia Ferreira de Oliveira, CPF 572.214.487-87; Maria Terezinha Rodrigues Coutinho, CPF 645.246.477-91; Neuza Maria Rodrigues Mendes, CPF 711.219.007-04; Pedro Barbosa Teixeira, CPF 290.440.147-49; Ricardo de Oliveira Brandão, CPF 329.681.677-15 e Tania Grigoletto, CPF 663.229.448-00.

4. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Drª Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos descritos às peças 2/8, 10 e 12/15, relativos às aposentadorias de Amélia Yamazaki, Anisio de Souza, Betania Lobato Vittaz Freire, Charles Dickens do Carmo Lacerda Mouço, Claudia Briquet, Imaculada Raquel Martorelli, Itamar Alexandre, Leticia Souquet de Almeida, Maria Terezinha Rodrigues Coutinho, Neuza Maria Rodrigues Mendes, Pedro Barbosa Teixeira, Ricardo de Oliveira Brandão autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. destacar e autuar em apartado os atos vistos às peças 9, 11 e 16, relativos às aposentadorias de Josefa Nicacio da Silva, Márcia Ferreira de Oliveira e Tania Grigoletto;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. realize diligência à origem com vistas à consecução dos documentos hábeis que comprovem que as Srªs Josefa Nicacio da Silva, Márcia Ferreira de Oliveira e Tania Grigoletto exerceram atividades insalubres, penosas ou perigosas para fins de conversão em tempo especial, em período anterior à vigência da Lei 8.112/90, inclusive o perfil profissiográfico previdenciário dessas inativas;

9.3.2. levada a efeito a medida saneadora, promova nova instrução dos autos à luz da jurisprudência do Tribunal aplicada ao caso; e

9.3.3. encaminhe às interessadas cópia da presente deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10530-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10531/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.335/2015-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ranulfo Sousa Ferreira, CPF 434.975.005-34.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Entre Rios/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, ante a impugnação parcial das prestações de contas dos recursos recebidos, pelo Município de Entre Rios/BA, por força do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, atinente ao exercício de 2005, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, atinente ao exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Sr. Ranulfo Sousa Ferreira, condenando-o em débito pelas quantias indicadas no quadro a seguir, e fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até as datas dos efetivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se as importâncias também a seguir identificadas como créditos:

Data	Valor (R$)	Débito (D) / Crédito (C)	Data	Valor (R$)	Débito (D) / Crédito (C)
06/12/2005	4.736,41	(D)	31/12/2005	172,53	(D)
21/05/2008	40.000,00	(D)	30/05/2008	40.000,00	(C)
09/06/2008	39.000,00	(D)	01/07/2008	12.536,82	(D)
08/07/2008	40.000,00	(D)	31/07/2008	58.644,66	(C)
08/08/2008	35.000,00	(D)	11/08/2008	35.000,00	(C)
22/08/2008	14.000,00	(D)	27/08/2008	14.000,00	(C)
10/09/2008	54.000,00	(D)	17/09/2008	14.000,00	(C)
17/09/2008	4.884,00	(C)	30/09/2008	40.000,00	(C)
08/10/2008	45.000,00	(D)	06/11/2008	30.000,00	(D)
11/11/2008	6.000,00	(D)	20/11/2008	30.000,00	(C)
20/11/2008	6.000,00	(C)	12/12/2008	1.045,50	(D)
12/12/2008	38.145,10	(D)	16/12/2008	1.955,00	(D)
30/12/2008	1.910,00	(D)			

9.2. aplicar ao Sr. Ranulfo Sousa Ferreira a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10531-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10532/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.622/2015-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2014.

3. Responsáveis: Salvador Soltério de Almeida (328.766.451-49); Valdir Mendes Barranco (616.746.301-82).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso (Secex-MT).

8. Representação legal: Elvis Antonio Klauk Junior (OAB/MT 15.462), representando Salvador Soltério de Almeida e Valdir Mendes Barranco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT), relativa ao exercício de 2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Valdir Mendes Barranco em resposta ao item "c" do ofício 206/2017-TCU/Secex-MT e pelo Sr. Salvador Soltério de Almeida em resposta ao item "c" e à ocorrência "3" do ofício 205/2017- TCU/Secex-MT;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Valdir Mendes Barranco em resposta aos demais itens dos ofícios 206/2017-TCU/Secex-MT e pelo Sr. Salvador Soltério de Almeida em resposta aos demais itens dos ofícios 205/2017-TCU/Secex-MT;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Valdir Mendes Barranco, superintendente do Incra/SR-MT, no período de 1/1/2014 a 4/4/2014, e do Sr. Salvador Soltério de Almeida, superintendente regional do Incra/SR-MT, no período de 5/4/2014 a 31/12/2014, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, *caput*, e 23, III, da mesma lei;

9.4. aplicar ao Sr. Valdir Mendes Barranco a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar ao Sr. Salvador Soltério de Almeida a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT) que elabore, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, plano de ação para a implementação das medidas tendentes a solucionar os problemas relacionados ao gerenciamento da execução das transferências voluntárias e à condução de ações correcionais, indicando as ações que serão adotadas pela organização, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo seu desenvolvimento;

9.8. recomendar à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT) que:

9.8.1. faça constar em seus editais para seleção de serviços terceirizados ou de estagiários cláusula expressa vedando a contratação ulterior pela empresa vencedora de pessoas que tenham vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com servidores da unidade, em obediência ao §1º do art. 1º do Decreto 6.906/2009;

9.8.2. estabeleça práticas operacionais e de rotina que possibilitem o monitoramento e o controle interno das atividades desenvolvidas pelos serviços ou núcleos da unidade jurisdicionada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.8.3. estabeleça regras formais, inerentes à entidade, para a contratação de terceirizados, evitando a contratação de parentes e/ou familiares;

9.8.4. estabeleça política formal e permanente para o aperfeiçoamento profissional de seus servidores;

9.8.5. estabeleça proibição para que o gestor dos contratos também seja o próprio fiscal de sua execução, o que viola o princípio da segregação de funções;

9.8.6. implemente política de governança, controles internos e gestão de riscos previstos na IN CGU/MP 1/2016, com ênfase nos processos de trabalho relacionados a licitações e contratos, à gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, à gestão de pessoas e à certificação de imóveis rurais, adotando, entre outras práticas, a de priorizar a análise de processos com base na data de protocolo na unidade fundiária;

9.8.7. designe fiscal de contrato por meio de portaria com detalhamento de suas atribuições, entre elas:

9.8.7.1. registro dos atos que comprovem a fiscalização dos contratos;

9.8.7.2. utilização de modelo de relatórios de fiscalização de contrato;

9.8.7.3. acompanhamento permanente da execução contratual;

9.8.7.4. execução das atividades de acordo com suas responsabilidades, com as rotinas estabelecidas e os padrões para a fiscalização de diversos contratos;

9.8.7.5. utilização de *check-list* com a finalidade de verificar a conformidade das etapas de execução de contrato com as formalidades legais;

9.8.8. estabeleça controle de todos os bens imóveis, principalmente:

9.8.8.1. a instituição de normas, padrões, manuais e *check-list* para a execução das principais atividades envolvidas na gestão do patrimônio imobiliário;

9.8.8.2. a instituição de fluxogramas e/ou mapas de processos que contemplem as atividades do setor;

9.8.8.3. a verificação periódica da situação em que se encontram os imóveis sob a responsabilidade da unidade prestadora de contas, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções;

9.8.8.4. a disponibilidade de estrutura tecnológica adequada e eficiente para gerir os imóveis;

9.8.8.5. o aprimoramento no controle de atualização das informações no SPIUnet;

9.8.8.6. a adoção de medidas com o objetivo de evitar que no SPIUnet sejam inseridas e mantidas informações incorretas/ incompletas/desatualizadas;

9.8.8.7. a utilização de rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis;

9.8.8.8. o estabelecimento de rotinas/procedimentos de supervisão das atividades relacionadas aos processos de trabalhos da gestão do patrimônio imobiliário na unidade prestadora de contas;

9.8.8.9. o zelo pela guarda e atualização da documentação relativa aos bens imóveis;

9.8.9. observe os prazos para a apresentação da prestação de contas pelos servidores que utilizam o cartão de pagamento do Governo Federal;

9.8.10. apresente informações acerca da vantajosidade da locação do imóvel que sedia a Unidade Avançada de Barra do Garças (RIP nº 9035.00060.500-1), como forma de justificar o reajuste, em 2014 e 2015, acima dos índices inflacionários previstos em contrato, IGP-DI, tendo em vista a necessidade de demonstrar a característica ímpar e o valor para a unidade, sob pena de se configurar desvio de finalidade da autorização legal para contratação direta, por inexigibilidade, conforme inteligência do art. 24, X, da Lei 8.666/1993;

9.9. determinar à Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso (Secex-MT) que avalie e acompanhe a implementação do plano de ação ora determinado, de modo a aferir o seu cumprimento pela SR(13)MT;

9.10. dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT), ao Incra Sede, à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR).

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10532-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10533/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.283/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: João Teixeira Noronha (021.889.963-72).

4. Entidade: Município de Paulo Ramos - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, em desfavor de João Teixeira Noronha, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Paulo Ramos-MA, no exercício de 2008, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. João Teixeira Noronha;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. João Teixeira Noronha, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir elencadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dos referidos valores aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE/MEC, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
7.321,60	06/03/2008
24.578,40	06/03/2008
959,20	06/03/2008
7.321,60	08/05/2008
24.578,40	08/05/2008
959,20	08/05/2008
7.321,60	03/06/2008
24.578,40	03/06/2008
959,20	03/06/2008
7.321,60	03/07/2008
24.578,40	03/07/2008
959,20	03/07/2008
7.321,60	05/08/2008
24.578,40	05/08/2008
959,20	05/08/2008
7.321,60	04/09/2008
24.578,40	04/09/2008
959,20	04/09/2008
7.321,60	03/10/2008
24.578,40	03/10/2008
959,20	03/10/2008
7.321,60	04/11/2008
24.578,40	04/11/2008
959,20	04/11/2008
7.321,60	04/12/2008
24.578,40	04/12/2008
959,20	04/12/2008

9.3. aplicar a João Teixeira Noronha a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida à notificação;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10533-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10534/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.339/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Osman Fonseca dos Santos (158.229.153-53).

4. Entidade: Município de Lagoa Grande do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, em desfavor de Osman Fonseca dos Santos, ex-prefeito de Lagoa Grande do Maranhão-MA (Gestões 2001-2004 e 2005-2008), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao referido município, no exercício de 2008, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Osman Fonseca dos Santos;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Osman Fonseca dos Santos, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir elencadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dos valores abaixo indicados aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE/MEC, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
15.140,40	4/3/2008
12.012,00	2/4/2008
3.128,40	3/4/2008
15.140,40	3/5/2008
15.140,40	30/5/2008
15.140,40	1/7/2008
15.140,40	1/8/2008
15.140,40	2/9/2008
15.140,40	1/10/2008
15.140,40	31/10/2008
15.140,40	2/12/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. aplicar a Osman Fonseca dos Santos a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida à notificação;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10534-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10535/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.469/2014-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Jose Alves dos Santos Filho (215.146.154-87).

4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Jose Alves dos Santos Filho, servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 39, II, da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar ilegal e recusar registro ao ato de aposentadoria de Jose Alves dos Santos Filho (215.146.154-87), nos termos do § 4º, do art. 260 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul que:

9.2.1. providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.2. emita novo ato e o submeta à apreciação deste Tribunal, se Jose Alves dos Santos Filho ainda preencher os requisitos para se aposentar com base no mesmo fundamento legal ou outro vigente, ou promova seu retorno à ativa, se o servidor não houver completado os requisitos necessários à aposentadoria;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão a Jose Alves dos Santos Filho, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.2.4. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento do item 9.2 desta deliberação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10535-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10536/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.391/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de contas especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

3.2. Responsável: Conceição de Maria Cutrim Campos (075.572.213-20).

4. Entidade: Município de Olinda Nova do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: Emmanuel Almeida Cruz (3806/OAB-MA).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor da Sra. Conceição de Maria Cutrim Campos, prefeita de Olinda Nova do Maranhão/MA no período 2009-2012, em razão da não comprovação da aplicação dos recursos repassados por meio de Termo de Compromisso pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), durante a sua gestão, para a realização de obras de esgotamento sanitário naquele Município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. considerar revel a Sra. Conceição de Maria Cutrim Campos, ex-prefeita municipal de Olinda Nova do Maranhão/MA, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, "a", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Conceição de Maria Cutrim Campos, ex-prefeita de Olinda Nova do Maranhão/MA e condená-la ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se na oportunidade, os valores já ressarcidos;

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
16/4/2012	250.000,00

9.3. aplicar à Sra. Conceição de Maria Cutrim Campos, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 280.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para a comprovação, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10536-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10537/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.124/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Angela da Conceiçao da Silva Teixeira (020.740.567-02); Avelino Teixeira Neto (025.268.471-09); Estevão Arantes da Paz (110.889.856-45); Irismar Corcino dos Santos (239.023.291-49); Luzenir de Jesus Nascimento (317.297.701-34); Nelson Teixeira Junior (025.268.481-80); Sandra dos Santos Leite (239.383.311-00); Thamires Corcino dos Santos (731.590.261-91).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de atos de concessão de pensões civis instituídas por ex-servidores do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão das pensões civis instituídas por Raimundo Alves da Paz, em favor de Estevão Arantes da Paz (CPF 110.889.856-45), e por Ronaldo de Oliveira Mendes, em favor de Sandra dos Santos Leite (CPF 239.383.311-00), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. considerar ilegais e negar o registro dos atos de concessão de pensões civis em favor de Luzenir de Jesus Nascimento (CPF 317.297.701-34), instituidor Gersino da Costa Nascimento Filho; Irismar Corcino dos Santos (CPF 239.023.291-49), instituidor Manoel Ramiro Ferreira da Cunha; e Angela da Conceição da Silva Teixeira (CPF 020.740.567-02), instituidor Nelson Teixeira, em razão da incorporação de parcelas de quintos de funções comissionadas com vigência financeira posterior à data de publicação da Lei nº 9.624/1998 (8/4/1998);

9.3. considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de pensão em favor de Thamires Corcino dos Santos (CPF 731.590.261-91), Avelino Teixeira Neto (CPF 025.268.471-09) e Nelson Teixeira Junior (CPF 025.268.481-80), nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução 206/2007;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.5. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias), os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;

9.5.2. emita, no prazo de 15 (quinze dias), novos atos escoimados das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários dos atos impugnados, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.5.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.6. enviar cópia deste acórdão ao Senado Federal.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10537-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10538/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.038/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Marcos David Freitas Ferreira (981.350.236-34); Planesan Engenharia Ltda. (06.242.478/0001-04); Município de Couto de Magalhães de Minas - MG (17.754.177/0001-86).

4. Órgão/Entidade: Município de Couto de Magalhães de Minas - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor de Marcos David Freitas Ferreira, prefeito de Couto de Magalhães de Minas/MG durante o período 2005-2012, em razão de glosa técnica e irregularidades financeiras na execução do Convênio 194/2004;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante dos motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. com base nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, "caput", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do sr. Marcos David Freitas Ferreira e da empresa Planesan Engenharia Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento do valor de R$ 21.505,96, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados desde o dia 15.3.2007 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;

9.2. com base nos artigos 19, "caput", e 57 da Lei 8.443/1992, aplicar multa individual ao sr. Marcos David Freitas Ferreira e à empresa Planesan Engenharia Ltda. no valor de R$ 23.000,00; com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para a comprovação, perante este Tribunal do recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. com base nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, "caput", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do município de Couto de Magalhães de Minas/MG, condenando-o ao pagamento do valor de R$ 27.467,59, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados desde a data de 5.3.2008 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação a que se referem as alíneas anteriores; 9.5. encaminhar cópia da deliberação da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada dos correspondentes relatório e voto, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10538-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10539/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.329/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)

3.2. Responsáveis: Fabio Gouveia Franco de Moraes (600.008.136-72); Rogério Aparecido de Almeida (561.247.596-91); Sindicato Rural de Santa Vitoria (24.530.446/0001-96).

4. Órgão/Entidade: Sindicato Rural de Santa Vitória/MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal :

8.1. Alberto Pablo Costa Silveira (107105/OAB-MG) e outros, representando Rogério Aparecido de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em desfavor de Rogério Aparecido de Almeida, ex-presidente do Sindicato Rural de Santa Vitória/MG, em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio 754056/2010, celebrado com o sindicato, cujo objeto foi "apoiar o projeto de aquisição de 2.500 toneladas de calcário dolomítico, para ser distribuído em propriedades rurais do município de Santa Vitória",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Fábio Gouveia Franco de Morais;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Rogério Aparecido de Almeida e de Fábio Gouveia Franco de Morais, bem como do Sindicato Rural de Santa Vitória/MG, condenando-os, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir elencadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	D/C
20/6/2012	68.000,00	D

9.3. aplicar, a Rogério Aparecido de Almeida, a Fábio Gouveia Franco de Morais, bem como ao Sindicato Rural de Santa Vitória/MG a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida à notificação;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10539-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10540/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.301/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de contas especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: José Antônio Nunes Aguiar (459.375.163-20); Leão Santos Neto (001.768.343-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Arari - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor dos Srs. José Antônio Nunes Aguiar (período 1/1/2005 a 25/11/2006) e Leão Santos Neto (período 26/11/2006 a 31/12/2008; e 2009-2012), ex-prefeitos do município de Arari/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados àquele Município, na modalidade fundo a fundo, oriundos do Programa de Apoio a Sistemas de Ensino para o Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), no exercício de 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Antônio Nunes Aguiar, prefeito do município de Arari/MA durante o período de 1/1/2005 a 25/11/2006, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data da ocorrência
41.268,75	2/5/2006
41.268,75	2/5/2006
41.268,75	2/5/2006
41.268,75	31/7/2006
41.268,75	2/10/2006
41.268,75	10/11/2006

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Leão Santos Neto, prefeito do município de Arari/MA durante o período de 26/11/2006 a 31/12/2008 e 2009-2012, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data da ocorrência
41.268,75	1º/12/2006
41.268,75	7/12/2006
41.268,75	27/12/2006

9.3. aplicar aos Srs. José Antônio Nunes Aguiar e Leão Santos Neto, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores respectivos de R$ 350.000,00 e R$ 180.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação a que se referem as alíneas anteriores;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10540-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10541/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.307/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Francisco Alves de Holanda (047.110.503-10).

4. Entidade: Município de João Lisboa/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em razão da impugnação parcial de despesas efetuadas pelo Município de João Lisboa/MA, com recursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2004;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19, caput, e 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Francisco Alves de Holanda (047.110.503-10), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
20/5/2004	3.105,90
20/5/2004	14.053,00
20/5/2004	3.387,52
8/6/2004	26.770,83
29/10/2004	742,50
26/11/2004	742,50
30/12/2004	5.750,00

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10541-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10542/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.015/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87).

4. Entidade: Município de Penalva/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal:

8.1. Ney Batista Leite Fernandes (5983/OAB-MA) e outros, representando Lourival de Nasaré Vieira Gama.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87), em razão de irregularidades na aplicação de recursos do repassados ao Município de Penalva/MA no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, no exercício de 2004;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87), condenando-o ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
63,41	2/1/2004
1.300,00	13/7/2004

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, na hipótese de, somado o presente débito com outro(s) atribuído(s) ao mesmo responsável, pendente(s) de execução, o valor devido alcançar o limite previsto no art. 2º, parágrafo único, da Portaria-AGU 377, de 25 de agosto de 2011; e

9.4. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10542-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10543/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.324/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (333.089.773-20).

4. Entidade: Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho, em razão da sua omissão no dever de comprovar a regular aplicação dos recursos transferidos ao Município de São Luis Gonzaga do Maranhão/MA, no exercício de 2006, no âmbito do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (333.089.773-20), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (333.089.773-20), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
2/5/2006	37.125,00
2/5/2006	37.125,00
2/5/2006	37.125,00
2/10/2006	37.125,00
10/11/2006	37.125,00
1/12/2006	37.125,00
7/12/2006	37.125,00

9.3. aplicar à Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (333.089.773-20), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.5. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10543-43/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10544/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.383/2015-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (MTur)
3.2. Responsáveis: Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (17.217.001/0001-95); Jose Luiz de Almeida Cruz (218.198.156-68); Magdi Abdel Raouf Gabr Shaat (090.167.677-20)
3.3. Recorrente: Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (17.217.001/0001-95).
4. Órgão/Entidade: Associação dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador - ABCCM
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Representação legal:
8.1. Jefferson Lourenço dos Santos e outros, representando Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador.
8.2. Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16010/OAB-DF) e outros, representando Magdi Abdel Raouf Gabr Shaat.
8.3. André Luiz Souza da Silveira (16.379/OAB-DF) e outros, representando Magdi Abdel Raouf Gabr Shaat, Jose Luiz de Almeida Cruz e Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pela Associação dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador - ABCCM - contra o Acórdão 387/2017-1ª Câmara, que corrigiu erro material no Acórdão 7252/2016-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da
1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos art. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. encaminhar estes autos à Secretaria de Recursos deste TCU para prosseguir à avaliação de admissibilidade do recurso de reconsideração, peça 44;
9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante, a Jose Luiz de Almeida Cruz, a Magdi Abdel Raouf Gabr Shaat, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 43/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10544-43/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 027.634/2015-9, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, ante pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, então convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, após a realização de sustentação oral, foi adiada a discussão do processo nº 025.176/2017-0, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, ante pedido de vista formulado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 4 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 22 de novembro de 2017.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 29, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Restabelece valor, para empenho e movimentação financeira, e altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), e no art. 58 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/2017), resolve:

Art. 1º Restabelecer para empenho e movimentação financeira (descontingenciamento), no orçamento do Órgão 01.000 - Câmara dos Deputados, o valor de R$ 3.317.294,00, (três milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e noventa e quatro reais).

Art. 2º O cronograma anual de desembolso mensal da Câmara dos Deputados, para gastos no grupo de Outras Despesas Correntes e Investimentos, passa a ser o constante do Anexo I, em razão do disposto no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

ANEXO I

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS

R$ 1,00

MÊS	LIMITE MENSAL
Janeiro	25.000.000
Até fevereiro	127.228.000
Até março	229.456.000
Até abril	329.183.000
Até maio	428.910.000
Até junho	528.838.000
Até julho	628.766.000
Até agosto	728.169.000
Até setembro	827.572.000
Até outubro	928.925.000
Até novembro	1.030.278.000
Até dezembro	1.135.031.851

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre limitação para empenho e movimentação financeira.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 58, caput e §§ 1º e 3º, da Lei n.13.408, de 26 de dezembro de 2016 e na Mensagem nº 457 de novembro de 2017, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo desta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 5, de 27 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Min. GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. LAURITA VAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. IVES GANDRA FILHO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. MÁRIO MACHADO VIEIRA NETO
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO

LIMITE INDISPONÍVEL PARA EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
R$ 1,00

Órgão		Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal	2.107.207
11.000	Superior Tribunal de Justiça	8.603.100
12.000	Justiça Federal	56.890.954
13.000	Justiça Militar da União	1.874.179
14.000	Justiça Eleitoral	142.383.186
15.000	Justiça do Trabalho	53.534.081
16.000	Justiça do DF e Territórios	5.320.490
17.000	Conselho Nacional de Justiça	9.587.205

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproct-nu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

PROCESSO: 5024008-31.2015.4.04.7000

REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

PROC./ADV.:

REQUERIDO: ELIANI DE FATIMA FIOR GERAKI
ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
PROC./ADV.: GENEROSO HORNING MARTINS - PR036695
RODRIGO BIEZUS - PR036244
PROCESSO: 5006615-53.2016.4.04.7002
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
IESDE BRASIL S/A
ZORAIDE APARECIDA JOBIM VAZ
PROC./ADV.: CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM - PR024456
Edson Silva da Costa -t PR037790
RODRIGO BIEZUS - PR036244
PROCESSO: 5003394-29.2016.4.04.7110
REQUERENTE: NELI MARTINS SILVEIRA
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: IGOR KOEHLER MOREIRA - p164530701
PROCESSO: 5003203-19.2013.4.04.7003
REQUERENTE: ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE MARINGÁ
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HELGA MARIA RINGWALD
PROC./ADV.: ROGÉRIO QUAGLIA - PR024583
PROCESSO: 5001997-87.2015.4.04.7006
REQUERENTE: ALTEMIR JOSE LUDWIG
ANA RIBAS
ANDRICA ZAY
CLEONICE APARECIDA DE MATOS
DEUCELIA APARECIDA CAVALHEIRO
DIMARI DE FATIMA GUTERVIL MARCONDES
ELAINE TADIOTO
ERIVALDO GONCALVES
EVA ELIANE DA ROCHA ROSA
FELICIA LULEK
IRACEMA SCHADEK DE ABREU
JOSIANE DE FATIMA GUT
PROC./ADV.: ALEXANDRE NASCIMENTO HENDGES - PR056377
LUIZ FERNANDO DE SOUZA - PR057207
REQUERIDO: ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
GIOVANI MARCELO RIOS -
PROCESSO: 5001881-59.2016.4.04.7002
REQUERENTE: NATALINA RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: Edson Silva da Costa - PR037790
Guilherme Olivo Alamini - PR058482
REQUERIDO: ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
IESDE BRASIL S/A
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM - PR024456
EDIVAN JOSE CUNICO - PR053242
RODRIGO BIEZUS - PR036244
PROCESSO: 0001388-22.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: RAPHAEL PERES DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
RENATO CESAR BEZERRA ALVES - MS011304
PROCESSO: 0001380-45.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: MARCELO PEDROSO MARIANO
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
RENATO CESAR BEZERRA ALVES - MS011304
PROCESSO: 0001378-75.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: BARBARA KUNII PETRASSI
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
RENATO CESAR BEZERRA ALVES - MS011304
PROCESSO: 0001375-23.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: LAIS LOPES PINHEIRO NOGUEIRA
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
RENATO CESAR BEZERRA ALVES - MS011304
PROCESSO: 0001374-38.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: MARLUCI MENEZES DO AMARAL PANAGE
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
RENATO CESAR BEZERRA ALVES - MS011304
TIAGO MARRAS DE MENDONÇA - MS012010
PROCESSO: 0001300-81.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: JOAO OTAVIO LOPES LOURENTE
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
PROCESSO: 0001294-74.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: ELISANGELA PRADO MARIANO
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
PROCESSO: 0001293-89.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: ANA PAULA DE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE GONCALVES DIAS
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814
PROCESSO: 0001287-82.2009.4.03.6201
REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
AMERICAN AIRLINES INC
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: BERNARDO GROSS - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
KAREN PRISCILA LOUZAN RIBAS - MS013401
MURIEL MOREIRA - MS013724
PAULO SERGIO MARTINS LEMOS - MS005655
REQUERIDO: GUILHERME TALES ZORNITTA
PROC./ADV.: PAULO CESAR BEZERRA ALVES - MS007814

VIVIANE DA COSTA LEITE BORTOLINI
Secretária

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 43, DE 29 DE NOVEMBRO 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 22ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 5.007.083,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 22ª Região, crédito suplementar, tipo 402a, no valor global de R$ 5.007.083,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							20.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
02 331	0571 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							802.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							802.000
02 301	0571 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							802.000
			S	3	1	90	0	100	802.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									802.000
TOTAL - GERAL									802.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.502.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.502.000
02 301	0571 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							1.502.000
			S	3	1	90	0	100	1.502.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.502.000
TOTAL - GERAL									1.502.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							900.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							900.000
02 301	0571 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							900.000
			S	3	1	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									900.000
TOTAL - GERAL									900.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.000
		Atividades							
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.000
02 331	0571 2011 6017	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									5.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							669.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							669.000
02 301	0571 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							669.000
			S	3	1	90	0	100	669.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									669.000
TOTAL - GERAL									669.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							252.272
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							238.804
02 301	0571 2004 6018	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							238.804
			S	3	1	90	0	100	238.804
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							13.468
02 331	0571 00M1 6018	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							13.468
			F	3	1	90	0	100	13.468
TOTAL - FISCAL									13.468
TOTAL - SEGURIDADE									238.804
TOTAL - GERAL									252.272

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							24.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							24.000
02 331	0571 00M1 6019	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							24.000
			F	3	1	90	0	100	24.000
TOTAL - FISCAL									24.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 331	0571 2010 0025	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									10.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							12.000
02 301	0571 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							12.000
			S	3	1	90	0	100	12.000
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							18.000
02 331	0571 2010 0032	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							18.000
			F	3	1	90	0	100	18.000
TOTAL - FISCAL									18.000
TOTAL - SEGURIDADE									12.000
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							260.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							260.000
02 301	0571 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							260.000
			S	3	1	90	0	100	260.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									260.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							155.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							150.000
02 301	0571 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas							150.000
			S	3	1	90	0	100	150.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							5.000
02 331	0571 00M1 0027	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Alagoas							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									5.000
TOTAL - SEGURIDADE									150.000
TOTAL - GERAL									155.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							302.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							299.000
02 301	0571 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe							299.000
			S	3	1	90	0	100	299.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							3.000
02 331	0571 2011 0028	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	F	3	1	90	0	100	3.000
									3.000
TOTAL - FISCAL									3.000
TOTAL - SEGURIDADE									299.000
TOTAL - GERAL									302.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							75.811
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							69.811
02 301	0571 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí	S	3	1	90	0	100	69.811
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							6.000
02 331	0571 2010 0022	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									6.000
TOTAL - SEGURIDADE									69.811
TOTAL - GERAL									75.811

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							20.000
		Atividades							
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
02 331	0571 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	20.000
									20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							802.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							42.000
02 331	0571 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	42.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							167.000
02 331	0571 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	167.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							470.000
02 331	0571 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	470.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							123.000
02 331	0571 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	123.000
TOTAL - FISCAL									802.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									802.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.502.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							146.000

02 331	0571 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							146.000
			F	3	1	90	0	100	146.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							193.000
02 331	0571 2011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							193.000
			F	3	1	90	0	100	193.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.104.000
02 331	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							1.104.000
			F	3	1	90	0	100	1.104.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							59.000
02 331	0571 00M1 0035	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de São Paulo							59.000
			F	3	1	90	0	100	59.000
TOTAL - FISCAL									1.502.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.502.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							900.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							200.000
02 331	0571 2010 0029	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							700.000
02 331	0571 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							700.000
			F	3	1	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.000
02 331	0571 2010 6017	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									5.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							669.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							198.000
02 331	0571 2010 0041	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							198.000
			F	3	1	90	0	100	198.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							55.000
02 331	0571 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							55.000
			F	3	1	90	0	100	55.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							416.000
02 331	0571 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							416.000
			F	3	1	90	0	100	416.000
TOTAL - FISCAL									669.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									669.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							252.272
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							8.481
02 331	0571 2010 6018	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							8.481
			F	3	1	90	0	100	8.481
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.557
02 331	0571 2011 6018	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							2.557
			F	3	1	90	0	100	2.557
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							241.234
02 331	0571 2012 6018	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							241.234
			F	3	1	90	0	100	241.234
TOTAL - FISCAL									252.272
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									252.272

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							24.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							24.000
02 301	0571 2004 6019	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							24.000
			S	3	1	90	0	100	24.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.000
TOTAL - GERAL									24.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
02 331	0571 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									10.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							30.000
02 331	0571 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							260.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							210.000
02 331	0571 2010 0052	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás							210.000
			F	3	1	90	0	100	210.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
02 331	0571 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás							50.000
			F	3	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									260.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							155.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							155.000
02 331	0571 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							155.000
			F	3	1	90	0	100	155.000
TOTAL - FISCAL									155.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									155.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							302.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							119.000
02 331	0571 2010 0028	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe							119.000
			F	3	1	90	0	100	119.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							132.000
02 331	0571 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe							132.000
			F	3	1	90	0	100	132.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							51.000
02 331	0571 00M1 0028	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Sergipe							51.000
			F	3	1	90	0	100	51.000
TOTAL - FISCAL									302.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									302.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							25.811
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							17.000
02 331	0571 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí							17.000
			F	3	1	90	0	100	17.000
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							8.811
02 331	0571 00M1 0022	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Piauí							8.811
			F	3	1	90	0	100	8.811
TOTAL - FISCAL									25.811
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.811

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							50.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
02 331	0571 2010 0051	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							40.000
02 331	0571 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ATO Nº 345, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª e 18ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 1.980.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª e 18ª Região, crédito suplementar, tipo 402a, no valor global de R$ 1.980.000,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.000.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							1.000.000
02 061	0571 4224 0042	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Santa Catarina							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							980.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							980.000
02 061	0571 4224 0052	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Goiás							980.000
			F	3	1	90	0	100	980.000
TOTAL - FISCAL									980.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									980.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.000.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							1.000.000
02 061	0571 4224 0043	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado do Rio Grande do Sul							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							140.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							140.000
02 331	0571 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina							140.000
			F	3	1	90	0	100	140.000
TOTAL - FISCAL									140.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									140.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							700.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							700.000
02 061	0571 4224 0032	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado do Espírito Santo							700.000
			F	3	1	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							140.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							140.000
02 331	0571 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							140.000
			F	3	1	90	0	100	140.000
TOTAL - FISCAL									140.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									140.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 346, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 11.000,00, crédito suplementar, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "c", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, crédito suplementar, tipo 402c, no valor global de R$ 11.000,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							11.000
02 301	0571 2004 6020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							11.000
			S	3	1	90	0	100	11.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000
TOTAL - GERAL									11.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							11.000
02 301	0571 2004 6020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							11.000
			S	4	1	90	0	100	11.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000
TOTAL - GERAL									11.000

ATO Nº 347, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 18ª, 19ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 31.664.810,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 18ª, 19ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 403d com compensação, no valor global de R$ 31.664.810,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.573.260
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.573.260
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							3.573.260
			F	4	2	90	0	100	3.573.260
TOTAL - FISCAL									3.573.260
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.573.260

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.000.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							5.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
			F	4	2	90	0	181	1.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							970.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							970.000
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							970.000
			F	4	2	90	0	181	970.000
TOTAL - FISCAL									970.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									970.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.808.900
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.808.900
02 122	0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia							1.808.900
			F	4	2	90	0	100	1.808.900
TOTAL - FISCAL									1.808.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.808.900

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.407.938
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.407.938
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							1.407.938
			F	4	2	90	0	100	1.407.938
TOTAL - FISCAL									1.407.938
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.407.938

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.211.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.211.000
02 122	0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará							2.211.000
			F	4	2	90	0	100	768.000
			F	4	2	90	0	181	1.443.000
TOTAL - FISCAL									2.211.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.211.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.000.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							3.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.993.100
			F	4	2	90	0	127	868.888
			F	4	2	90	0	150	138.012
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.132.083
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.132.083
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							4.132.083
			F	4	2	90	0	100	2.770.083
			F	4	2	90	0	181	1.362.000
TOTAL - FISCAL									4.132.083
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.132.083

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.950.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.950.000
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							2.950.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
			F	4	2	90	0	181	950.000
TOTAL - FISCAL									2.950.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.950.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							206.129
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							206.129
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							206.129
			F	3	2	90	0	100	206.129
TOTAL - FISCAL									206.129
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									206.129

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							809.500
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							809.500
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							809.500
			F	4	2	90	0	100	43.500
			F	4	2	90	0	127	766.000
TOTAL - FISCAL									809.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									809.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.586.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.586.000
02 122	0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							1.586.000
			F	4	2	90	0	100	886.034
			F	4	2	90	0	181	699.966
TOTAL - FISCAL									1.586.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.586.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.800.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.800.000
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							2.800.000
			F	4	2	90	0	100	748.410
			F	4	2	90	0	127	515.940
			F	4	2	90	0	150	1.535.650
TOTAL - FISCAL									2.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							60.000
02 122	0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas							60.000
			F	4	2	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							270.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							270.000
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							270.000
			F	4	2	90	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL									270.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									270.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							350.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							350.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							350.000
			F	4	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							530.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							530.000
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							530.000
			F	4	2	90	0	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.573.260
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.573.260
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							3.573.260
			F	3	2	90	0	100	3.573.260
TOTAL - FISCAL									3.573.260
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.573.260

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.000.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							5.000.000
			F	3	2	90	0	100	4.000.000
			F	3	2	90	0	181	1.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							970.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							970.000
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							970.000
			F	3	2	90	0	181	970.000
TOTAL - FISCAL									970.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									970.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.808.900
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.808.900
02 122	0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia							1.808.900
			F	3	2	90	0	100	1.808.900
TOTAL - FISCAL									1.808.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.808.900

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.407.938
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.407.938
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							1.407.938
			F	3	2	90	0	100	1.407.938
TOTAL - FISCAL									1.407.938
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.407.938

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.211.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.211.000
02 122	0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará							2.211.000
			F	3	2	90	0	100	768.000
			F	3	2	90	0	181	1.443.000
TOTAL - FISCAL									2.211.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.211.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.000.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.000.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							3.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.993.100
			F	3	2	90	0	127	868.888
			F	3	2	90	0	150	138.012
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.132.083
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.132.083
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							4.132.083
			F	3	2	90	0	100	2.770.083
			F	3	2	90	0	181	1.362.000
TOTAL - FISCAL									4.132.083
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.132.083

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.950.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.950.000
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							2.950.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
			F	3	2	90	0	181	950.000
TOTAL - FISCAL									2.950.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.950.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							206.129
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							206.129
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							206.129
			F	4	2	90	0	100	206.129
TOTAL - FISCAL									206.129
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									206.129

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							809.500
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							809.500
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							809.500
			F	3	2	90	0	100	43.500
			F	3	2	90	0	127	766.000
TOTAL - FISCAL									809.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									809.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.586.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.586.000
02 122	0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							1.586.000
			F	3	2	90	0	100	886.034
			F	3	2	90	0	181	699.966
TOTAL - FISCAL									1.586.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.586.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.800.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.800.000
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							2.800.000
			F	3	2	90	0	100	748.410
			F	3	2	90	0	127	515.940
			F	3	2	90	0	150	1.535.650
TOTAL - FISCAL									2.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							60.000
02 122	0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas							60.000
			F	3	2	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							270.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							270.000
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							270.000
			F	3	2	90	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL									270.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									270.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							350.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							350.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							350.000
			F	3	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							530.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							530.000
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							530.000
			F	3	2	90	0	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ATO Nº 348, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª e 22ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 8.570.197,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 43 da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "f", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª e 22ª Região, crédito suplementar, tipo 407, no valor global de R$ 8.570.197,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							614.650
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							5.150
02 131	0571 2549 0033	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado do Rio de Janeiro							5.150
			F	3	2	90	0	100	5.150
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							489.500
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							489.500
			F	4	2	90	0	100	489.500
		Projetos							
02 122	0571 15HV	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Queimados - RJ							120.000
02 122	0571 15HV 3334	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Queimados - RJ - No Município de Queimados - RJ							120.000
			F	4	2	90	0	181	120.000
TOTAL - FISCAL									614.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									614.650

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							30.000
02 122	0571 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo							30.000
			F	3	2	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.550.000
		Projetos							
02 122	0571 134D	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS							1.500.000
02 122	0571 134D 4989	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS - No Município de Novo Hamburgo - RS							1.500.000
			F	4	2	90	0	181	1.500.000
02 122	0571 152O	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS							50.000
02 122	0571 152O 4728	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS - No Município de Arroio Grande - RS							50.000
			F	4	2	90	0	181	50.000
TOTAL - FISCAL									1.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.550.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							319.530
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							319.530
02 122	0571 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia							319.530
			F	3	2	90	0	100	319.530
TOTAL - FISCAL									319.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									319.530

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							132.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							132.000
02 122	0571 216H 6017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							132.000
			F	3	2	90	0	100	132.000
TOTAL - FISCAL									132.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									132.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							323.686
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							323.686
02 122	0571 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná							323.686
			F	3	2	90	0	100	323.686
TOTAL - FISCAL									323.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									323.686

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Projetos							
02 122	0571 1M76	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis - TO							60.000
02 122	0571 1M76 0454	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis - TO - No Município de Dianópolis - TO							60.000
			F	4	2	90	0	127	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							117.331
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							117.331
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							117.331
			F	3	2	90	0	100	117.331
TOTAL - FISCAL									117.331
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									117.331

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							103.700
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							103.700
02 122	0571 4256 3474	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP							103.700
			F	3	2	90	0	100	103.700
TOTAL - FISCAL									103.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									103.700

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.500.000
		Projetos							
02 122	0571 1B51	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES							4.500.000
02 122	0571 1B51 3273	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES							4.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.652.357
			F	4	2	90	0	181	2.847.643
TOTAL - FISCAL									4.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							130.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							130.000
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							130.000
			F	3	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							600.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							600.000
02 122	0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							30.000
02 122	0571 216H 0024	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Norte							30.000
			F	3	2	90	0	100	30.000
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	2	90	0	181	30.000
									30.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							29.300
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							29.300
02 122	0571 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí							29.300
			F	3	2	90	0	100	29.300
TOTAL - FISCAL									29.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.300

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							319.530
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							319.530
02 122	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							319.530
			F	3	2	90	0	100	319.530
TOTAL - FISCAL									319.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									319.530

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							614.650
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							489.500
02 122	0571 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							489.500
			F	3	2	90	0	100	489.500
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							125.150
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							125.150
			F	3	2	90	0	100	5.150
			F	3	2	90	0	181	120.000
TOTAL - FISCAL									614.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									614.650

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							30.000
			F	3	2	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.550.000
		Projetos							
02 122	0571 133V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS							26.552
02 122	0571 133V 5164	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS - No Município de Triunfo - RS							26.552
			F	4	2	90	0	181	26.552
02 122	0571 133W	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela - RS							305.000
02 122	0571 133W 4861	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela - RS - No Município de Estrela - RS							305.000
			F	4	2	90	0	181	305.000
02 122	0571 133X	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS							247.316
02 122	0571 133X 5083	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS - No Município de São Borja - RS							247.316
			F	4	2	90	0	181	247.316
02 122	0571 133Y	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório - RS							150.000
02 122	0571 133Y 4994	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório - RS - No Município de Osório - RS							150.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
02 122	0571 140R	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS							221.132
02 122	0571 140R 4708	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS - No Município de Alegrete - RS							221.132
			F	4	2	90	0	181	221.132
02 122	0571 14WP	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS							300.000
02 122	0571 14WP 5176	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS - No Município de Vacaria - RS							300.000
			F	4	2	90	0	181	300.000
02 122	0571 159V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS							300.000
02 122	0571 159V 4933	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS - No Município de Lagoa Vermelha - RS							300.000
			F	4	2	90	0	181	300.000
TOTAL - FISCAL									1.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.550.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							132.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							132.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							132.000
			F	3	2	90	0	100	132.000
TOTAL - FISCAL									132.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									132.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							323.686
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							323.686
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							323.686
			F	4	2	90	0	100	323.686
TOTAL - FISCAL									323.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									323.686

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							60.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							60.000
			F	3	2	90	0	127	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							117.331
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							109.347
02 122	0571 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina							109.347
			F	3	2	90	0	100	109.347
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							7.984
02 131	0571 2549 0042	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Santa Catarina							7.984
			F	3	2	90	0	100	7.984
TOTAL - FISCAL									117.331
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									117.331

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							103.700
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							103.700

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 131	0571 2549 3474	Comunicação e Divulgação Institucional - No Município de Campinas - SP							103.700
			F	3	2	91	0	100	103.700
TOTAL - FISCAL									103.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									103.700

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.500.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.500.000
02 122	0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo							4.500.000
			F	3	2	90	0	100	1.112.897
			F	3	2	90	0	181	2.300.000
			F	4	2	90	0	100	539.460
			F	4	2	90	0	181	547.643
TOTAL - FISCAL									4.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							130.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							130.000
02 122	0571 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás							130.000
			F	3	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							600.000
		Projetos							
02 122	0571 1N02	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL							600.000
02 122	0571 1N02 1795	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL - No Município de Maceió - AL							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.000
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							30.000
			F	3	2	90	0	100	30.000
		Projetos							
02 122	0571 15NO	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista no Município de Mossoró - RN							30.000
02 122	0571 15NO 6500	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista no Município de Mossoró - RN - No Município de Mossoró - RN (Alameda das Carnaubeiras, 833, Costa e Silva)							30.000
			F	4	2	90	0	181	30.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							29.300
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							29.300
02 131	0571 2549 0022	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado do Piauí							29.300
			F	3	2	90	0	100	29.300
TOTAL - FISCAL									29.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.300

ATO Nº 349, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 540.564.626,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 402a, no valor global de R$ 540.564.626,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							116.724.056
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							116.724.056
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							116.724.056
			S	1	1	90	0	100	116.724.056
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.103.258

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							6.103.258
02 122	0571 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.103.258
			F	1	1	90	0	100	6.103.258
TOTAL - FISCAL									6.103.258
TOTAL - SEGURIDADE									116.724.056
TOTAL - GERAL									122.827.314

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							67.270.114
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							67.270.114
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							67.270.114
			S	1	1	90	0	100	67.270.114
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							29.915.397
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							29.915.397
02 122	0571 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							29.915.397
			F	1	1	90	0	100	29.915.397
TOTAL - FISCAL									29.915.397
TOTAL - SEGURIDADE									67.270.114
TOTAL - GERAL									97.185.511

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							30.493.097
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							30.493.097
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							30.493.097
			S	1	1	90	0	100	30.493.097
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							29.955.362
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							29.955.362
02 122	0571 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							29.955.362
			F	1	1	90	0	100	29.955.362
TOTAL - FISCAL									29.955.362
TOTAL - SEGURIDADE									30.493.097
TOTAL - GERAL									60.448.459

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.103.730
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							16.103.730

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	100	16.103.730
									16.103.730
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.235.011
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							9.235.011
02 122	0571 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							9.235.011
			F	1	1	90	0	100	9.235.011
TOTAL - FISCAL									9.235.011
TOTAL - SEGURIDADE									16.103.730
TOTAL - GERAL									25.338.741

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.174.192
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							27.174.192
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							27.174.192
			S	1	1	90	0	100	27.174.192
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.552.907
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							11.552.907
02 122	0571 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							11.552.907
			F	1	1	90	0	100	11.552.907
TOTAL - FISCAL									11.552.907
TOTAL - SEGURIDADE									27.174.192
TOTAL - GERAL									38.727.099

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.701.468
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							15.701.468
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							15.701.468
			S	1	1	90	0	100	15.701.468
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							11.707.678
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							11.707.678
02 122	0571 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							11.707.678
			F	1	1	90	0	100	11.707.678
TOTAL - FISCAL									11.707.678
TOTAL - SEGURIDADE									15.701.468
TOTAL - GERAL									27.409.146

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							35.583.452
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							35.583.452
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							35.583.452
			S	1	1	90	0	100	35.583.452
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.386.933
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.386.933
02 122	0571 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							2.386.933
			F	1	1	90	0	100	2.386.933
TOTAL - FISCAL									2.386.933
TOTAL - SEGURIDADE									35.583.452
TOTAL - GERAL									37.970.385

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.615.360
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.615.360
09 272	0089 0181 6017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							8.615.360
			S	1	1	90	0	100	8.615.360
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.720.958
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.720.958
02 122	0571 20TP 6017	Pessoal Ativo da União - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							2.720.958
			F	1	1	90	0	100	2.720.958
TOTAL - FISCAL									2.720.958
TOTAL - SEGURIDADE									8.615.360
TOTAL - GERAL									11.336.318

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.500.147
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.500.147
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							4.500.147
			S	1	1	90	0	100	4.500.147
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							160.705
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							160.705
02 122	0571 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							160.705
			F	1	1	90	0	100	160.705
TOTAL - FISCAL									160.705
TOTAL - SEGURIDADE									4.500.147
TOTAL - GERAL									4.660.852

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.254.897
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.254.897
09 272	0089 0181 6018	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							7.254.897
			S	1	1	90	0	100	7.254.897
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.804.503
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.804.503
02 122	0571 20TP 6018	Pessoal Ativo da União - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							2.804.503
			F	1	1	90	0	100	2.804.503
TOTAL - FISCAL									2.804.503
TOTAL - SEGURIDADE									7.254.897
TOTAL - GERAL									10.059.400

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.692.251
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.692.251
09 272	0089 0181 6019	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							5.692.251
			S	1	1	90	0	100	5.692.251
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.893.650
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.893.650
02 122	0571 20TP 6019	Pessoal Ativo da União - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							2.893.650
			F	1	1	90	0	100	2.893.650
TOTAL - FISCAL									2.893.650
TOTAL - SEGURIDADE									5.692.251
TOTAL - GERAL									8.585.901

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.483.246
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.483.246
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							8.483.246
			S	1	1	90	0	100	8.483.246
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.602.941
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							9.602.941
02 122	0571 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							9.602.941
			F	1	1	90	0	100	9.602.941
TOTAL - FISCAL									9.602.941
TOTAL - SEGURIDADE									8.483.246
TOTAL - GERAL									18.086.187

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.896.282
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.896.282
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							4.896.282
			S	1	1	90	0	100	4.896.282
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.524.311
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							6.524.311
02 122	0571 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							6.524.311
			F	1	1	90	0	100	6.524.311
TOTAL - FISCAL									6.524.311
TOTAL - SEGURIDADE									4.896.282
TOTAL - GERAL									11.420.593

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							208.170
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							208.170

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 6020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							208.170
			S	1	1	90	0	100	208.170
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							111.596
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							111.596
02 122	0571 20TP 6020	Pessoal Ativo da União - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							111.596
			F	1	1	90	0	100	111.596
TOTAL - FISCAL									111.596
TOTAL - SEGURIDADE									208.170
TOTAL - GERAL									319.766

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.107.333
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.107.333
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							11.107.333
			S	1	1	90	0	100	11.107.333
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							33.428.633
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							33.428.633
02 122	0571 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							33.428.633
			F	1	1	90	0	100	33.428.633
TOTAL - FISCAL									33.428.633
TOTAL - SEGURIDADE									11.107.333
TOTAL - GERAL									44.535.966

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.111.305
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.111.305
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão							1.111.305
			S	1	1	90	0	100	1.111.305
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.775.341
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							1.775.341
02 122	0571 20TP 0021	Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão							1.775.341
			F	1	1	90	0	100	1.775.341
TOTAL - FISCAL									1.775.341
TOTAL - SEGURIDADE									1.111.305
TOTAL - GERAL									2.886.646

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.063.588
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.063.588
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							1.063.588
			S	1	1	90	0	100	1.063.588
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							833.394
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							833.394
02 122	0571 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							833.394
			F	1	1	90	0	100	833.394
TOTAL - FISCAL									833.394
TOTAL - SEGURIDADE									1.063.588
TOTAL - GERAL									1.896.982

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							33.044
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							33.044
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							33.044
			S	1	1	90	0	100	33.044
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							156.403
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							156.403
02 122	0571 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							156.403
			F	1	1	90	0	100	156.403
TOTAL - FISCAL									156.403
TOTAL - SEGURIDADE									33.044
TOTAL - GERAL									189.447

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							543.204
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							543.204
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							543.204
			S	1	1	90	0	100	543.204
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.373.016
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							1.373.016
02 122	0571 20TP 0027	Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							1.373.016
			F	1	1	90	0	100	1.373.016
TOTAL - FISCAL									1.373.016
TOTAL - SEGURIDADE									543.204
TOTAL - GERAL									1.916.220

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.201.820
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							3.201.820
02 122	0571 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							3.201.820
			F	1	1	90	0	100	3.201.820
TOTAL - FISCAL									3.201.820
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.201.820

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.894.590
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.894.590
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte							1.894.590
			S	1	1	90	0	100	1.894.590
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.129.988

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.129.988
02 122	0571 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.129.988
			F	1	1	90	0	100	2.129.988
TOTAL - FISCAL									2.129.988
TOTAL - SEGURIDADE									1.894.590
TOTAL - GERAL									4.024.578

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							408.639
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							408.639
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							408.639
			S	1	1	90	0	100	408.639
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.722.612
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.722.612
02 122	0571 20TP 0022	Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí							2.722.612
			F	1	1	90	0	100	2.722.612
TOTAL - FISCAL									2.722.612
TOTAL - SEGURIDADE									408.639
TOTAL - GERAL									3.131.251

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							273.279
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							273.279
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso							273.279
			S	1	1	90	0	100	273.279
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							208.743
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							208.743
02 122	0571 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							208.743
			F	1	1	90	0	100	208.743
TOTAL - FISCAL									208.743
TOTAL - SEGURIDADE									273.279
TOTAL - GERAL									482.022

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.272.782
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.272.782
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.272.782
			S	1	1	90	0	100	1.272.782
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.651.249
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.651.249
02 122	0571 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.651.249
			F	1	1	90	0	100	2.651.249
TOTAL - FISCAL									2.651.249
TOTAL - SEGURIDADE									1.272.782
TOTAL - GERAL									3.924.031

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							540.564.635
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							540.564.635
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							540.564.635
			F	1	1	90	0	100	540.564.635
TOTAL - FISCAL									540.564.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									540.564.635

ATO Nº 350, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 38.314.420,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 401a, no valor global de R$ 38.314.420,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.342.717
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.342.717
02 846	0571 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							1.342.717
			F	1	0	91	0	100	1.342.717
TOTAL - FISCAL									1.342.717
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.342.717

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.581.388
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							6.581.388
02 846	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							6.581.388
			F	1	0	91	0	100	6.581.388
TOTAL - FISCAL									6.581.388
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.581.388

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.590.180
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							6.590.180

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 846	0571 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100	6.590.180
									6.590.180
TOTAL - FISCAL									6.590.180
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.590.180

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.031.703
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.031.703
02 846	0571 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							2.031.703
			F	1	0	91	0	100	2.031.703
TOTAL - FISCAL									2.031.703
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.031.703

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.541.640
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.541.640
02 846	0571 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							2.541.640
			F	1	0	91	0	100	2.541.640
TOTAL - FISCAL									2.541.640
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.541.640

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.575.690
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.575.690
02 846	0571 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							2.575.690
			F	1	0	91	0	100	2.575.690
TOTAL - FISCAL									2.575.690
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.575.690

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							525.126
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							525.126
02 846	0571 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							525.126
			F	1	0	91	0	100	525.126
TOTAL - FISCAL									525.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									525.126

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							598.611
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							598.611
02 846	0571 09HB 6017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							598.611
			F	1	0	91	0	100	598.611
TOTAL - FISCAL									598.611
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									598.611

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							35.356
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							35.356
02 846	0571 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							35.356
			F	1	0	91	0	100	35.356
TOTAL - FISCAL									35.356
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.356

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							616.991
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							616.991
02 846	0571 09HB 6018	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							616.991
			F	1	0	91	0	100	616.991
TOTAL - FISCAL									616.991
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									616.991

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							636.603
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							636.603
02 846	0571 09HB 6019	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							636.603
			F	1	0	91	0	100	636.603
TOTAL - FISCAL									636.603
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									636.603

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.112.647
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.112.647

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 846	0571 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	100	2.112.647
									2.112.647
TOTAL - FISCAL									2.112.647
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.112.647

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.435.349
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.435.349
02 846	0571 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	100	1.435.349
TOTAL - FISCAL									1.435.349
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.435.349

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							24.551
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							24.551
02 846	0571 09HB 6020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	F	1	0	91	0	100	24.551
TOTAL - FISCAL									24.551
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.551

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.354.300
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							7.354.300
02 846	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	100	7.354.300
TOTAL - FISCAL									7.354.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.354.300

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							390.575
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							390.575

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 846	0571 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	100	390.575
TOTAL - FISCAL									390.575
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									390.575

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							183.347
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							183.347
02 846	0571 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	100	183.347
TOTAL - FISCAL									183.347
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									183.347

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							34.409
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							34.409
02 846	0571 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100	34.409
TOTAL - FISCAL									34.409
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.409

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							302.064
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							302.064
02 846	0571 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	100	302.064
TOTAL - FISCAL									302.064
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									302.064

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							704.401
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							704.401
02 846	0571 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							704.401
			F	1	0	91	0	100	704.401
TOTAL - FISCAL									704.401
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									704.401

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							468.598
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							468.598
02 846	0571 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							468.598
			F	1	0	91	0	100	468.598
TOTAL - FISCAL									468.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									468.598

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							598.975
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							598.975
02 846	0571 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							598.975
			F	1	0	91	0	100	598.975
TOTAL - FISCAL									598.975
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									598.975

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							45.924
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							45.924
02 846	0571 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							45.924
			F	1	0	91	0	100	45.924
TOTAL - FISCAL									45.924
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.924

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							583.275
		Operações Especiais							
02 846	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							583.275
02 846	0571 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100	583.275
TOTAL - FISCAL									583.275
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									583.275

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							38.314.420
		Operações Especiais							
28 846	0909 00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							38.314.420
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	0	91	0	100	38.314.420
TOTAL - FISCAL									38.314.420
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.314.420

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.554, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo 22040/2017, resolve:

Art. 1º Agregar os valores abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

item	origem	valor
1	01 (uma) FC-04 do Gabinete da Presidência-GPR (sequencial 5314).	R$ 1.939,89
2	01 (uma) FC-03 do Núcleo de Formação e Pesquisa em Justiça Comunitária-NPJC (sequencial 5354).	R$ 1.379,07
3	Saldo decorrente do remanejamento efetuado pela Portaria GPR n. 2489, de 03/11/2017, publicada no DOU de 08/11/2017, Seção 1, fls. 162.	R$ 415,18
total		R$ 3.734,14

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-as conforme quadro a seguir:

item	destino	valor
1	01 (uma) FC-03 do Gabinete da Presidência-GPR.	R$ 1.379,07
2	01 (uma) FC-05 de Supervisor do Núcleo de Formação e Pesquisa em Justiça Comunitária-NPJC.	R$ 2.232,38
total		R$ 3.611,45
saldo		122,69

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

PORTARIA Nº 2.558, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo 22837/2017, resolve:

Art. 1º Agregar o valor abaixo relacionado, conforme quadro a seguir:

item	origem	valor
1	01 (uma) FC-05 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-VEPERA (sequencial 3055).	R$ 2.232,38
total		R$ 2.232,38

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-as conforme quadro a seguir:

item	destino	valor
1	01 (uma) FC-01 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-VEPERA.	R$ 1.019,17
2	01 (uma) FC-02 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-VEPERA.	R$ 1.185,05
total		R$ 2.204,22
saldo		28,16

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

N. da Coejo: Torna sem efeito a publicação da Resolução nº 191, de 24 de novembro de 2017, no DOU de 29-11-2017, Seção 1, página 196, por ter saído indevidamente.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 218, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Homologa o resultado das eleições do Coren-MA, referentes ao mandato do triênio 2018/2020, Quadro I e Quadro II/III e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 523/2016, que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria Cofen nº 0096/2017, alterada pela Portaria Cofen nº 0886/2017, que instituiu o Grupo Técnico de Acompanhamento Eleitoral do Cofen - GTAE, com a finalidade de assessorar o plenário do Cofen, bem como emitir esclarecimentos e pareceres para subsídios de eventuais deliberações do Plenário do Cofen;

CONSIDERANDO a Decisão Coren/MA nº 0181, de 01 de novembro de 2017, que transfere o ato de homologação do pleito eleitoral do Coren/MA - 2018/2020 para o Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO tudo mais o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 0839/2017, sob a ementa: "OE 04. COREN/MA HOMOLOGAÇÃO DO PLEITO ELEITORAL 2018-2020", e

CONSIDERANDO a Deliberação do Plenário do Cofen, em sua 495a Reunião Ordinária, quando analisado o Parecer GTAE nº 087/2017, decide:

Art. 1º Aprovar o Parecer GTAE nº 087/2017.

Art. 2º Homologar o resultado das Eleições do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão, ocorridas no dia 1º de outubro de 2017, para o Quadro I e para os Quadros II/III, referentes ao mandato correspondente ao triênio 2018-2020, para que produzam os efeitos legais previstos no Código Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 523/2016.

Art. 3º Proclamar, como vencedores das Eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais , todos componentes da Chapa 02, a saber:

Conselheiros Efetivos:

- Patrick Jonatha Costa Nunes, COREN/MA n.º 122493 - ENF;
- Jamson Silva de Oliveira Junior, COREN/MA n.º 294262 - ENF;
- Walbenice Correa Coutinho, COREN/MA n.º 416899 - ENF;
- Gianne Negri Von Randow, COREN/MA n.º 264818 - ENF;
- Rachel Cristhiane Gonçalves Silva, COREN/MA n.º 349216 - ENF.

Conselheiros Suplentes:

- Kennya Karoline Pereira Fonseca, COREN/MA n.º 239606 - ENF;
- Marcus Vinicius Almeida Marinho, COREN/MA n.º 157117 - ENF;
- Josmarina Martins, COREN/MA n.º 249970 - ENF;
- Reginaldo Spindola Sousa, COREN/MA n.º 167148 - ENF;
- Neidna Viegas Ferreira Feitosa, COREN/MA n.º 133284 - ENF.

Art. 4º Proclamar, como vencedores das Eleições ao Quadro II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da Chapa 02, a saber:

Conselheiros Efetivos:

- Maria Celia Vale Ferraz, COREN/MA n.º 501075 - AE;
- Maria do Amparo Ramos Leão Marques, COREN/MA n.º 025158 - TEC;
- Jeane Silva Matos, COREN/MA n.º 688441 - TEC;
- Bianca da Conceição Santos Silva, COREN/MA n.º 563547 - TEC;

Conselheiros Suplentes

- Dolores Helena Silva Soares, COREN/MA n.º 320994 - TEC;
- Keymison Ferreira Dutra, COREN/MA n.º 920313 - TEC;
- Rosinete Fernanda Pereira Veiga, COREN/MA n.º 515516 - TEC;
- Joina Paloma de Oliveira Silva, COREN/MA n.º 925818 - TEC.

Art. 5º Convocar o Plenário Eleito do Coren/MA para posse e eleição interna da Diretoria do Conselho para o dia 04/12/2017, na sede do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e deverá ser dada a devida publicidade.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 33, de 3 de julho de 2017, publicado no DOU de 4 de julho de 2017, Seção 1, página 237, aonde se lê: "19/12/2017: Posse dos Conselheiros Federais e eleição para Diretoria do CFF", leia-se: "18/12/2017: Posse dos Conselheiros Federais e eleição para Diretoria do CFF".

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

RESOLUÇÃO Nº 1.104, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a deflagração do processo eleitoral pelo voto direto para composição do Core-RS, no triênio 2018/2021, aprovação do Regulamento Eleitoral próprio e nomeação dos componentes da Comissão Eleitoral e da Mesa Receptora/Apuradora.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, por sua diretoria, no uso das atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas pelo inciso "V" do artigo 10 da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.420, de 08 de maio de 1992 e 12.246, de 27 de maio de 2010, e incisos "V" e "IX" do art. 12 do seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a situação permanente de desarmonia existente entre os Sindicatos dos Representantes Comerciais com bases territoriais no Estado do Rio Grande do Sul, conforme noticiado pelo Core-RS;

CONSIDERANDO que a maioria dos sindicatos da categoria no Estado do Rio Grande do Sul seria composta por pessoas estranhas à representação comercial, sem registro como pessoa natural junto ao Core-RS, o que impossibilitaria a aplicação do disposto na alínea "a" do art. 12 da Lei nº 4.886/65;

CONSIDERANDO as decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consubstanciadas nas Apelações Cíveis nºs 96.04.58816-8 RS, 96.04.58817-6 RS, 96.04.58818-4 RS, 96.04.58819-2 RS e 96.04.58820-6; do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, consubstanciada na Apelação Cível nº 567469 (CNJ nº 0002437-25.2012.4.02.5101) e do Superior Tribunal de Justiça referentes aos Recursos Especiais nºs 167842 e 167846, confirmando que a entidade sindical entra no processo eleitoral para composição dos Conselhos Regionais como simples auxiliar, mero coadjuvante, estando as referidas entidades regionais hierarquicamente subordinadas somente ao Conselho Federal e nunca a uma entidade privada, seja ela qual for;

CONSIDERANDO que a eleição para a diretoria do Core-RS, triênio 2015/2018, foi realizada pelo Confere, tendo sido, inclusive, objeto de ação judicial nº 5093638-05.2014.4.04.7100/RS que tramitou perante à 3ª Vara Federal de Porto Alegre e cuja sentença foi julgada procedente para reconhecer a legitimidade do Conselho Federal dos Representantes Comerciais para o processamento do pleito;

CONSIDERANDO que as situações de fato e de direito supracitadas configuram, por analogia, a hipótese prevista no § 2º do art. 12 da Lei nº 4.886/65, atribuindo ao Confere legitimidade para processar o pleito para a nova composição do Core-RS;

CONSIDERANDO que a nova diretoria do Core-RS deverá ser eleita mediante processo eleitoral democrático, aberto aos representantes comerciais que preencham os requisitos legais e as condições estabelecidas em Regulamento Eleitoral próprio;

CONSIDERANDO a necessidade de editar normas destinadas a assegurar a organização e o exercício do direito de votar e ser votado, no pleito que elegerá os membros que comporão o Core-RS, no triênio 2018/2021;

CONSIDERANDO que as eleições para composição do Core-RS, nos triênios 2005/2008, 2009/2012, 2012/2015 e 2015/2018, foram processadas pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais, em pleitos democráticos diretos, abertos a todos os representantes comerciais que possuíssem as condições de elegibilidade e de voto;

CONSIDERANDO a solicitação feita pelo presidente do Core-RS por intermédio do Ofício nº 840/2017, datado de 01.08.2017, para que o Confere conduza o pleito eleitoral para composição da Entidade no triênio 2018/2021, a fim de que seja evitada qualquer possível arguição de suspeição, diante do quadro instável existente;

CONSIDERANDO que a realização do pleito direto pelo Confere para composição do Core-RS, triênio 2018/2021, dará ao procedimento democrático a isenção e credibilidade indispensáveis à espécie;

CONSIDERANDO o que ficou decidido na Reunião de Diretoria do Confere realizada nesta data, resolve:

Art. 1º - Deflagrar o processo eleitoral pelo voto direto, para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul - Core-RS, triênio 2018/2021, o qual será processado e dirigido pelo Confere, por intermédio da respectiva Comissão Eleitoral.

Art. 2º - Aprovar o Regulamento Eleitoral que normatizará, excepcionalmente, o processo eleitoral para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul - Core-RS, no triênio 2018/2021.

Art. 3º - A eleição a que se referem os artigos anteriores será realizada no dia 10 (dez) de abril de 2018 e reger-se-á na forma disposta no Regulamento Eleitoral próprio.

Art. 4º - Nomear os senhores José Alcides dos Santos, diretor-presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Mato Grosso do Sul, brasileiro, viúvo, representante comercial, portador da carteira de identidade nº 4.729.920 SSP/SP, CPF nº 073.836.731-15; Izaac Pereira Inácio, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ 097.502, CPF nº 358.888.657-53 e Beatriz Lopes Barros, brasileira, solteira, advogada, OAB/RJ 133.366, CPF nº 051.641.067-95, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Eleitoral que processará o pleito que elegerá os Conselheiros do Core-RS, para o triênio 2018/2021, e como suplente Aline Maria Mendes Dantas, brasileira, casada, advogada, OAB/RJ 169.930, CPF nº 055.294.117-46.

Art. 5º - Nomear o senhor Marcelo Marino Simonetti, diretor-presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Espírito Santo, brasileiro, casado, representante comercial, portador da carteira de identidade nº 298354 SSP/ES, CPF nº 812.739.247-20; Luiz Affonso Motta, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RJ 144.973, CPF nº 075.693.857-05 e Rodrigo da Silva Roma, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RJ 164.710, CPF nº 119.394.137-70, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Mesa Coletora/Apuradora de votos do pleito para o Core-RS que será instalada na sede do referido Regional, em Porto Alegre - RS, e como suplente Marcela Fernandes dos Santos, brasileira, solteira, advogada, OAB/RJ 176.306, CPF nº 106.743.547-61.

Art. 6º - O Regulamento Eleitoral ora aprovado aplica-se, exclusivamente, ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul, consoante às situações de fato e de direito acima descritas.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, ficando inaplicáveis à espécie quaisquer outras disposições em contrário.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 116, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorroga o Concurso Público para o Cargo de Advogado - Edital nº 001/2015.

O Presidente do Conselho Regional de Economia - 10ª Região - MG, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pela Lei nº 1411/51, Decreto nº 31.794/52 e Regimento Interno, art.24, I, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de Advogado, cuja classificação Final foi publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 2015, Edição nº 215, na página 164, seção 03, pelo prazo de dois anos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017113000274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Imprensa Nacional
Informações oficiais desde1808
Carta de Serviços
Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa
IMPRENSA NACIONAL
1808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

